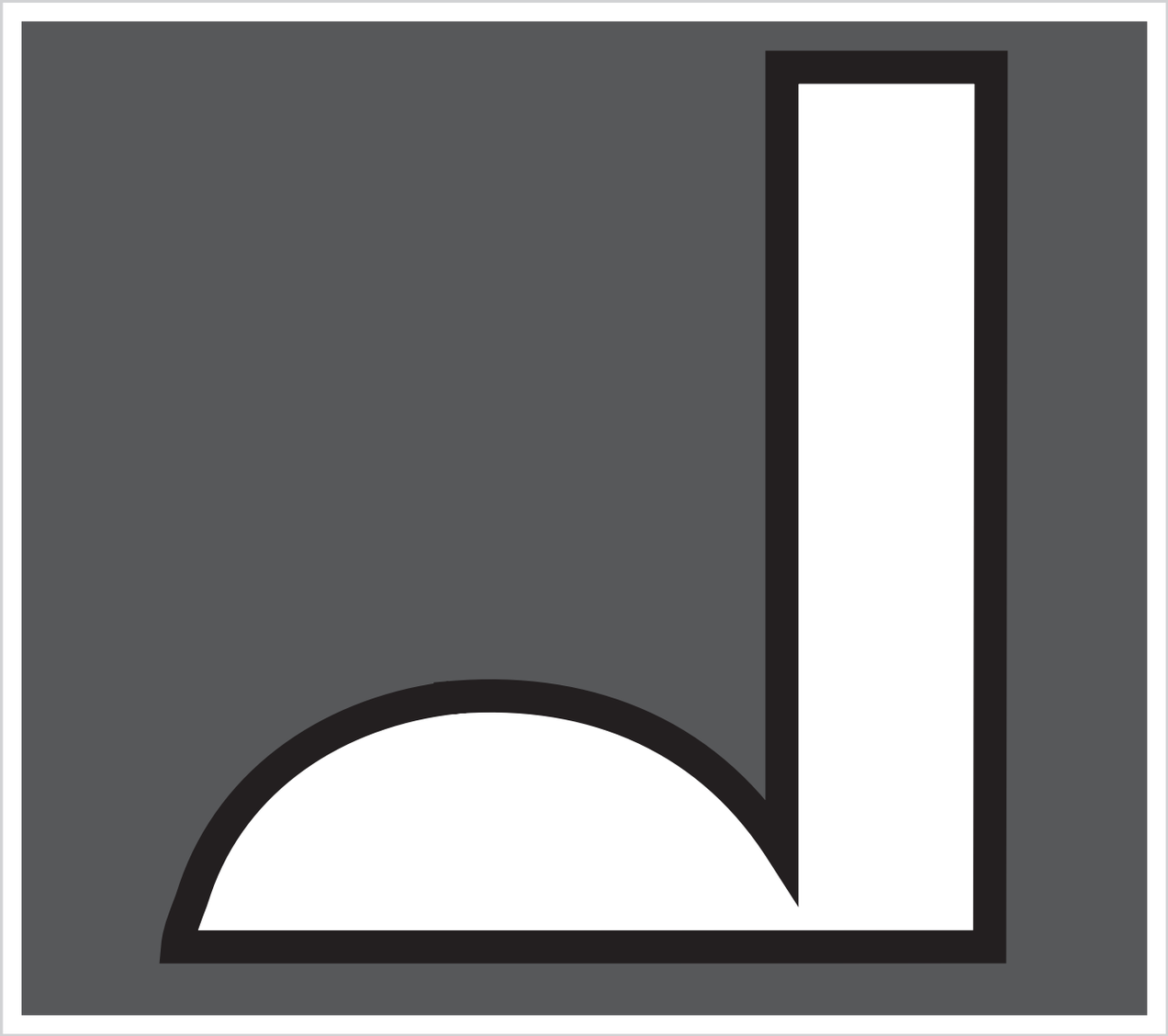
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 101 – TERÇA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14**
Líder **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 19** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Walter Pinheiro - PT** (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45) ..... **Líder do PT - 13** **Walter Pinheiro** (22,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (26) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (27) Anibal Diniz (24) **Líder do PDT - 4** **Acir Gurgacz** (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) **Líder do PSB - 4** **Lídice da Mata** (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Eduardo Lopes** (37,45)	**Líder** **Jayme Campos - DEM** (28) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,35) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (32) Paulo Bauer (6,33) ..... **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,33) Flexa Ribeiro (7,35) **Líder do DEM - 4** **José Agripino** (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) ..... **Líder do PTB - 6** **Gim Argello** Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti **Líder do PR - 6** **Blairo Maggi** (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (17,47,48)	**Governo** **Líder** **Eduardo Braga - PMDB** (38) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	**PSD - 2** **Líder** **Kátia Abreu - PSD** (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
PSOL - 1 **Líder** **Randolfe Rodrigues - PSOL** (18)		

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exerceu a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – DECRETO LEGISLATIVO

Nº 247, de 2012 29501

1.2 – RESOLUÇÃO

Nº 19, de 2012 29502

2 – ATA DA 115ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE JULHO DE 2012

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2012 (nº 2.712/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Amazonas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná*. 29504

Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2012 (nº 2.723/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná*. 29506

Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2012 (nº 2.732/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul*..... 29508

Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2012 (nº 2.738/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Londrina, Estado do Paraná*. 29509

Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2012 (nº 2.739/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul*..... 29512

Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2012 (nº 2.740/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Itamaraty Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piripiri, Estado do Piauí*. 29515

Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2012 (nº 2.749/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro*. 29518

Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2012 (nº 2.751/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Charrua Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul*. 29520

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2012 (nº 2.772/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Brotas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná*..... 29522

Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2012 (nº 2.775/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná*. 29525

2.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 312 a 321, de 2012, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *As matérias serão apreciadas terminativamente*. 29527

Recebimento, em meio magnético, de um exemplar do Relatório Anual 2011, com o balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações ao longo do último exercício. 29527

2.2.3 – Mensagens da Presidente da República

Nº 46/2012 (nº 297/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação

do Sr. NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade. 29527

Nº 47/2012 (nº 298/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Srª LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar. 29569

Nº 48/2012 (nº 299/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger. 29658

Nº 49/2012 (nº 300/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria. 29684

Nº 50/2012 (nº 301/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Srª VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.... 29719

2.2.4 – Ofício do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 1.281/2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 287, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. 29762

2.2.5 – Comunicação

Do Senador Paulo Bauer, da impossibilidade da participação de S. Exª, hoje, na XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul **(Ofício nº 222/2012)**..... 29762

2.2.6 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 36/2012-CN (nº 686/2012, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.448, de 2012, proferido nos autos do processo TC 019.638/2007-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam..... 29763

2.2.7 – Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 437/2012, comunicando que o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2012 (nº 1.597/2011, naquela Casa), foi sancionado e convertido na Lei nº 12.665, de 2012..... 29804

Nº 438/2012, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2008 (nº 5.736/2009, naquela Casa), foi sancionado e convertido na Lei nº 12.668, de 2012. 29804

Nº 439/2012, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2009 (nº 6.198/2009, naquela Casa), foi sancionado e convertido na Lei nº 12.672, de 2012..... 29804

2.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 616, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007. 29804

2.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR *JOÃO DURVAL* – Registro do transcurso, hoje, do Dia da Independência da Bahia, bem como de sua importância para o processo de independência do País. 29805

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Satisfação com a assunção da Srª Sueli Pini ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Amapá e com o lançamento do Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá (Proamapá). 29806

SENADOR *ALVARO DIAS* – Relato de viagem feita por S. Exª ao Paraguai, comentando a manifestação de apoio dos brasileiros que vivem naquele país, bem como de lideranças paraguaias dos Poderes Executivo e Legislativo, ao *impeachment* do Presidente Fernando Lugo. 29808

SENADOR *JOSÉ PIMENTEL* – Considerações sobre a importância do lançamento, pelo Governo Federal, do Plano Safra 2012/2013..... 29811

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Comentários acerca das deficiências dos serviços aeroportuários no Brasil; e outros assuntos..... 29814

SENADOR *PAULO PAIM* – Reflexão sobre a relevância social das emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, apresentadas por S. Exª e aprovadas por esta Casa; e outros assuntos. 29818

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Preocupação, em razão do aumento da inadimplência e da inflação, com o estímulo ao consumo pelo Governo Federal..... 29841

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Ofício da Ministra de Estado de Meio Ambiente

Nº 415/2012, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.443, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. 29845

2.4.2 – Parecer

Nº 812, de 2012, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004. 29846

2.4.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004, continue sua tramitação. 29849

Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2012, apresentado em conclusão do Parecer nº 7, de 2012-CN, à Câmara dos Deputados. 29849

Encaminhamento do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2012, apresentado em conclusão do Parecer nº 8, de 2012-CN, à Câmara dos Deputados. 29849

2.4.4 – Discursos

SENADOR *DEMÓSTENES TORRES* – Explicações acerca das acusações que acometem S. Exª, negando a existência de relação ilegal com o Sr. Carlos Cachoeira..... 29850

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Defesa de reformas estruturais na educação, especialmente no ensino superior. 29854

SENADORA *ANGELA PORTELA* – Preocupação com a greve dos professores universitários, bem como dos servidores técnico-administrativos das universidades federais e dos institutos federais de ensino do País; e outro assunto..... 29856

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do Pastor Apóstolo Afif Arão; e outro assunto..... 29857

2.4.5 – Leitura de requerimento

Nº 617, de 2012, de autoria do Senador Anibal Diniz, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afif Arão. 29861

2.4.6 – Discursos (continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro do artigo intitulado "O voto pela acessibilidade", de autoria de S. Exª, publicado no portal eletrônico **Sul 21**. 29861

SENADOR *ANTONIO RUSSO* – Satisfação com a classificação do Estado do Mato Grosso do Sul como uma das unidades federativas com os melhores indicadores de sustentabilidade do País..... 29862

SENADOR *PEDRO SIMON* – Expectativa com os resultados da reunião do Mercosul que ocorrerá hoje, em Montevidéu; e outros assuntos. 29864

2.4.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica*..... 29867

2.4.8 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 38/2012 (nº 65/2012, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas..... 29868

2.4.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro da matéria intitulada "O ponto fraco de homens fortes", publicada na revista *Veja*, edição de 15 de fevereiro último. 29881

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro do artigo de autoria do ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, intitulado "Ainda as privatizações", publicado no jornal *O Globo*, edição de 4 de março último. 29882

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Registro da matéria intitulada "Investigação contra Ministro Mantega foi aberta e depois suspensa", publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, edição de 3 de abril último. 29883

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada "Convênios para acelerar o PAC servem para contratar secretária e recepcionista", publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*, edição de 13 de fevereiro último..... 29884

2.4.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 29885

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – ATA

3.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 571, DE 2012

Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de junho de 2012..... 29888

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 2-7-2012

5 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

5.1 – TRADUÇÃO DO DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPLICY NA SESSÃO DO DIA 14 DE JUNHO DE 2012

6 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

6.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

6.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 29 de junho de 2012 (Publicada em Suplemento "A")

6.1.2 – Atas de Comissões Permanentes (Publicadas em Suplemento "B")

6.1.3 – Atas de Comissões Temporárias (Publicadas em Suplemento "C")

6.1.4 – Atas Da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Publicadas em Suplemento "D")

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 29938

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 29944

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 29950

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 29955

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 29960

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 29971

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 29977

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura..... 29984

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 29989

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..... 29995

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 29998

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 30000

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 30001

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 30003

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 30003

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)..... 30004

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 30006

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 30008

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 30010

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 30012

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 30017

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 30019

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 30020

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 30021

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 30025

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 30026

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 30027

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2012

Disciplina as relações jurídicas decorrentes do § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Ficam sem efeito as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados com base no § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de julho de 2012.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº 19 , DE 2012

Denomina "Museu Histórico Senador Itamar Franco" o Museu Histórico do Senado Federal.

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º O Museu Histórico do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 26, de 1991, do Senado Federal, passa a denominar-se "Museu Histórico Senador Itamar Franco".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 02 de julho de 2012.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Ata da 115ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 2 de julho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, José Pimentel e Anibal Diniz

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 18 horas e 11 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

115ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 2/7/2012 07:00:00 até 2/7/2012 21:11:23

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
-	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto

Compareceram: 35 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 312, DE 2012

(Nº 2.712/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Amazonas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 443, de 28 de julho de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Amazonas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 100, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 1.036, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiodifusão Comunitária São Francisco de Assis, no município de Teixeira de Freitas – BA;

2 – Portaria nº 1.061, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária São José, no município de Anguera – BA;

3 – Portaria nº 437, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Novo Rio Grande, no município de São Bernardo do Campo – SP;

4 – Portaria nº 439, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Comunitária Campina do Monte Alegre – SP, no município de Campina do Monte Alegre – SP;

5 – Portaria nº 440, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Comunitária de Mendonça, no município de Mendonça – SP;

6 – Portaria nº 441, de 28 de julho de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Pedra D'Água – ARCPD, no município de Seridó – PB;

7 – Portaria nº 443, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Amazonas, no município de Porto Amazonas – PR;

8 – Portaria nº 444, de 28 de julho de 2009 – Associação Rádio Comunitária de São Martinho, no município de São Martinho – SC;

9 – Portaria nº 446, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Portal, no município de Clevelândia – PR;

10 – Portaria nº 449, de 28 de julho de 2009 – Associação de Difusão Artística e Cultural de Corumbaíba – Goiás (ADACCG), no município de Corumbaíba – GO;

11 – Portaria nº 455, de 28 de julho de 2009 – Associação Solidária de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais, no município de Belém do São Francisco – PE;

12 – Portaria nº 457, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária Novo Amanhecer, no município de Presidente Dutra – BA;

13 – Portaria nº 460, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Fátima – BA, no município de Fátima – BA;

14 – Portaria nº 461, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Cotegipense, no município de Barão de Cotegipe – RS;

15 – Portaria nº 462, de 28 de julho de 2009 – Associação Gentil Coloca de Radiodifusão e Cultura de Gameleira, no município de Gameleira de Goiás – GO;

16 – Portaria nº 464, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palminópolis, no município de Palminópolis – GO;

17 – Portaria nº 466, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão e Integração Cultural de Maribondo, no município de Maribondo – AL;

18 – Portaria nº 468, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural de Caldas Novas, no município de Caldas Novas – GO;

19 – Portaria nº 469, de 28 de julho de 2009 – Associação de Cultura e Comunicação de Salinópolis, no município de Salinópolis – PA;

20 – Portaria nº 471, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Colônia Triunfo, no município de Pelotas – RS;

21 – Portaria nº 472, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária Líder FM, no município de Vargem Grande – MA;

22 – Portaria nº 475, de 28 de julho de 2009 – ARCOP – Associação Rádiodifusora Comunitária de Parauapebas, no município de Parauapebas – PA;

23 – Portaria nº 544, de 11 de agosto de 2009 – Missão Caminhando, no município de Betim – MG;

24 – Portaria nº 545, de 11 de agosto de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Ribeiro, no município de Conceição do Rio Verde – MG;

25 – Portaria nº 555, de 13 de agosto de 2009 – Associação Cultural Comunitária Paraty, no município de São Bernardo do Campo – SP;

26 – Portaria nº 556, de 13 de agosto de 2009 – Associação Comunitária Amigos do Rolador – ACOMAR, no município de Rolador – RS;

27 – Portaria nº 557, de 13 de agosto de 2009 – Associação Temperada Esporte Clube, no município de Santa Inês – MA;

28 – Portaria nº 558, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Difusão Comunitária de Onda Verde, no município de Onda Verde – SP;

29 – Portaria nº 561, de 13 de agosto de 2009 – Associação Comunitária de Voluntários Para Eventos Beneficentes de Santa Fé de Goiás – COVEB, no município de Santa Fé de Goiás – GO;

30 – Portaria nº 564, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Moradores do Bairro Jardim Primavera, no município de Quatiguá – PR;

31 – Portaria nº 565, de 13 de agosto de 2009 – Associação Cultural Comunitária Star Sul, no município de São Paulo – SP;

32 – Portaria nº 566, de 13 de agosto de 2009 – Associação Rádio Comunitária de Itapiranga, no município de Itapiranga – SC;

33 – Portaria nº 567, de 13 de agosto de 2009 – Associação Rádio Comunitária Brochier, no município de Brochier – RS;

34 – Portaria nº 568, de 13 de agosto de 2009 – Associação Comunitária e de Amparo Social de Bom Princípio, no município de Bom Princípio – RS;

35 – Portaria nº 569, de 13 de agosto de 2009 – Associação Comunitária da Cidade de Quixaba, no município de Quixaba – PB;

36 – Portaria nº 570, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Desenvolvimento Cultural de Peixe, no município de Peixe – TO;

37 – Portaria nº 571, de 13 de agosto de 2009 – Sociedade Comunitária de Radiodifusão FM, no município de Alto Alegre do Parecis – RO;

38 – Portaria nº 623, de 27 de agosto de 2009 – Associação Comunitária Cachoeira Douradense de Comunicação, Promoção Social, Artística, Cultural, Educativa e Esportiva, no município de Cachoeira Dourada – MG;

39 – Portaria nº 675, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Painfilhense – ASCOPAN, no município de Paim Filho – RS;

40 – Portaria nº 676, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Sistema Hélio de Comunicações – ACSHC, no município de Pelotas – RS;

41 – Portaria nº 678, de 10 de setembro de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Vicente Dutra, no município de Vicente Dutra – RS;

42 – Portaria nº 679, de 10 de setembro de 2009 – Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião, no município de Paratinga – BA;

43 – Portaria nº 680, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Monte Alegre de Minas – Rádio Monte Alegre, no município de Monte Alegre de Minas – MG;

44 – Portaria nº 684, de 10 de setembro de 2009 – Associação de Agentes Vida e Saúde de Ciríaco, no município de Ciríaco – RS;

45 – Portaria nº 686, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedra Lavrada – ACRPL, no município de Pedra Lavrada – PB;

46 – Portaria nº 687, de 10 de setembro de 2009 – Associação Alice Martins Pinheiro, no município de Parnamirim – RN;

47 – Portaria nº 688, de 10 de setembro de 2009 – Associação Centro de Comunicação Alternativa de Acrelândia, no município de Acrelândia – AC;

48 – Portaria nº 689, de 10 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Sócio-Cultural Santa Terezinha, no município de Sucupira do Norte – MA;

49 – Portaria nº 698, de 11 de setembro de 2009 – Associação Comunitária e Rural Afonsense, no município de Pouso Alegre – MG; e

50 – Portaria nº 704, de 11 de setembro de 2009 – Associação Ambiental São Sebastião dos Campos, no município de Senador Amaral – MG.

Brasília, 11 de março de 2010. **– Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 733/2009-MC

Brasília, 19 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Amazonas,** no Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodi-

fusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.002180/2008, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 443, DE 28 DE JULHO DE 2009

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002.180/2008 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 1089 – 1.08/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Porto Amazonas, com sede na Rua XV de Novembro, nº 495 – Centro, no município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25°32'41"S e longitude em 49°53'18"W, utilizando a frequência de 98,3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 313, DE 2012

(Nº 2.723/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 4 de setembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 87, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 4 de setembro de 2009, publicado no *Diário Oficial da União* do dia 8 do mesmo mês e ano, que renova, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Brasília, 11 de março de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 513/2009 – MC

Brasília, 15 de maio de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em Ondas curtas, no Município de Curitiba Estado do Paraná.

A concessão foi outorgada pelo Decreto nº 31.447, de 12 de setembro de 1952, publicado no *Diário Oficial da União* do dia 22 de outubro de 1952, com renovação pelo Decreto de 24 de novembro de 1998 publicado no *Diário Oficial da União* de 25 de novembro de 1998, com deliberação do Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 1.091, de 15 de dezembro de 2004, publicado no *Diário Oficial da União* do dia 16 de dezembro de 2004.

Pretende a requerente a renovação de sua concessão, por igual período, ou seja, por mais 10 (dez) anos, a contar de 1º novembro de 2003.

Observe que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica neste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

Nessa conformidade, e em observância aos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.034360/2003, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

Nº 171, terça-feira, 8 de setembro de 2009 **Diário Oficial da União** - Seção 1 ISSN 1676-2339

DECRETO DE 4 DE SETEMBRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Fundação José de Paiva Netto, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 53790.000112/1994 e 53000.005232/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de maio de 2004, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada, inicialmente à RGS Radiodifusão Ltda. pela Portaria nº 136-B, de 9 de agosto de 1961, renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984, e transferida à Fundação José de Paiva Netto pelo Decreto de 13 de janeiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 1997.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE SETEMBRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, sem direito de exclusividade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.034366/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio pelo Decreto nº 31.447, de 12 de setembro de 1952, renovada pelo Decreto de 24 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1.091, de 15 de dezembro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE SETEMBRO DE 2009

Renova a concessão outorgada ao Canal e Transmissões INTERV Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001116/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 7 de julho de 2003, a concessão outorgada ao Canal e Transmissões INTERV Ltda. pelo Decreto nº 96.215, de 23 de junho de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE SETEMBRO DE 2009.

Reconhece como do interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital da Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

D E C R E T A :

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira, em até vinte e cinco por cento, no capital social da Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega
Alexandre Antonio Tombini

DECRETO DE 4 DE SETEMBRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Belém, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041360/2007,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda. pelo Decreto nº 1.159, de 19 de outubro de 1936, e renovada pelo Decreto de 11 de junho de 1996, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 535, de 14 de junho de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Belém, Estado do Pará.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE SETEMBRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.010914/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda. pela Portaria MVOP nº 178, de 20 de maio de 1960, e renovada pelo Decreto de 15 de janeiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 18 de junho de 1998, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE SETEMBRO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Arapongas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Arapongas, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.038213/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Arapongas Ltda. pela Portaria MVOP nº 728, de 24 de setembro de 1957, e renovada pelo Decreto de 12 de maio de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 99, de 22 de outubro de 1999, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Arapongas, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 314, DE 2012

(N° 2.732/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 297, de 14 de maio de 2009, que outorga permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM N° 97, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 150, de 3 de abril de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de Mendes Pimentel – MG;

2 – Portaria nº 297, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Brasilândia – MS;

3 – Portaria nº 380, de 18 de junho de 2009 – SBC – Radiodifusão Ltda., no município de Ipixuna do Pará – PA;

4 – Portaria nº 383, de 18 de junho de 2009 – Rádio FM Colina do Sol Ltda., no município de Una – BA;

5 – Portaria nº 385, de 18 de junho de 2009 – Tipuana FM Ltda., no município de Santana – BA;

6 – Portaria nº 386, de 18 de junho de 2009 – Grupo Tucano de Comunicação Ltda., no município de Tucano – BA;

7 – Portaria nº 387, de 18 de junho de 2009 – SBC – Radiodifusão Ltda., no município de Garrafão do Norte – PA;

8 – Portaria nº 388, de 18 de junho de 2009 – Akatu FM Ltda., no município de Vitória da Conquista – BA;

9 – Portaria nº 392, de 18 de junho de 2009 – Sistema de Rádio e Televisão Norte Mato-Grossense Ltda., no município de Campinápolis – MT;

10 – Portaria nº 396, de 18 de junho de 2009 – Akatu FM Ltda., no município de Pedrão – BA;

11 – Portaria nº 397, de 18 de junho de 2009 – Akatu FM Ltda., no município de Sapeaçu – BA;

12 – Portaria nº 583, de 18 de agosto de 2009 – S.R.S. Comunicações Ltda., no município de São João Batista – SC;

13 – Portaria nº 585, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda., no município de Palhoça – SC;

14 – Portaria nº 588, de 18 de agosto de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Portel – PA;

15 – Portaria nº 589, de 18 de agosto de 2009 – FM Sertaneja de Abaré Ltda., no município de Abaré – BA;

16 – Portaria nº 595, de 18 de agosto de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de São Félix do Xingu – PA;

17 – Portaria nº 596, de 18 de agosto de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Moju – PA;

18 – Portaria nº 598, de 18 de agosto de 2009 – FM Industrial Ltda., no município de Uruçuca – BA;

19 – Portaria n° 600, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Cidade Santa Luz FM Ltda., no município de Serra do Ramalho – BA;

20 – Portaria nº 601, de 18 de agosto de 2009 – FM Industrial Ltda., no município de Xique-Xique – BA;

21 – Portaria nº 602, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Portal do Sul FM Ltda., no município de Ronda Alta – RS;

22 – Portaria nº 603, de 18 de agosto de 2009 – H. Sul FM Rádio Difusão Ltda., no município de Herval – RS; e

23 – Portaria nº 614, de 24 de agosto de 2009 – Rádio Timbó Ltda., no município de Rodeio – SC.

Brasília, 11 de março de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 536/2009-MC

Brasília, 22 de maio de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 092/2001-SSR/MC com vistas à implantação a uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Xaraés Comunicações Ltda. (Processo nº 53670.000774/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 297, DE 14 DE MAIO DE 2009

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.000774/2002, Concorrência nº 092/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3° O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 315, DE 2012

(N° 2.738/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1° de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 98, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

1 – Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., no município de Friburgo – RJ;

2 – Rádio Vale Aprazível Ltda., no município de Jaguaquara – BA;

3 – Rádio Entre Rios Ltda., no município de Palmitos – SC;

4 – Rádio Difusora de Cambé Ltda., no município de Cambé – PR;

5 – Rádio Globo S.A., no município do Rio de Janeiro – RJ;

6 – Rádio Londrina S.A., no município de Londrina – PR;

7 – Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Grande – MS;

8 – Rádio Difusora de Penápolis Ltda., no município de Penápolis – SP;

9 – Rádio Colonial Ltda., no município de Três de Maio – RS;

10 – Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa – MG;

11 – Rádio Barbacena Ltda., no município de Barbacena – MG;

12 – Rádio Itamaraty Ltda., no município de Piripiri – PI;

13 – Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catanduva – SP; e

14 – Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis – SP.

Decretos de 8 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

15 – Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., no município de Carmo do Paranaíba – MG;

16 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz – MA;

17 – Rádio Cultura de Gravataí Ltda., no município de Gravataí – RS;

18 – Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., no município de Capivari – SP;

19 – Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., no município de Lucélia – SP;

20 – Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista – SP;

21 – Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., no município de Santo Antônio da Patrulha – RS;

22 – TV Rádio Clube de Teresina S.A., no município de Teresina – PI;

23 – Sistema Norte de Rádio Ltda., no município de Serra – ES;

24 – Fundação Bom Jesus de Cuiabá, no município de Cuiabá – MT;

25 – Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé – RS;

26 – Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no município de Auriflama – SP;

27 – Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., no município de Cardoso – SP;

28 – Fundação Crista Educativa, no município de Itapuranga – GO;

29 – Rádio Metrópole e Crissiumal Ltda., no município de Crissiumal – RS;

30 – Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., no município de José Bonifácio – SP;

31 – Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., no município de Turvo – SC;

32 – Rádio Jaraguá Ltda., no município de Jaraguá do Sul – SC; e

33 – Rádio Cultura de Bariri Ltda., no município de Bariri – SP;

Decretos de 10 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

34 – Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., no município de Alegrete – RS;

35 – Fundação João Paulo II, no município de Gravatá – PE;

36 – Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos – SP;

37 – Rádio Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa – RS;

38 – Rádio Difusora São Joaquim Ltda., no município de São Joaquim – SC;

39 – Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus – AM;

40 – Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Monte Aprazível – SP;

41 – Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., no município de Quirinópolis – GO;

42 – Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A., no município de Conceição do Coité – BA;

43 – Rádio Educadora de Taió Ltda., no município de Taió – SC;

44 – Emissora Continental de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes – RJ; e

45 – Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba – SP.

Decretos de 11 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

46 – Rádio Sentinela do Vale Ltda., no município de Gaspar – SC;

47 – Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba – SP;

48 – Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória – ES;

49 – Rádio Difusora de Piranga Ltda., no município de Piranga – MG;

50 – Rádio Jornal de Sergipe Ltda., no município de Aracajú – SE; e

51 – Super Radiodifusão Ltda., no município de Canoas – RS.

Brasília, 11 de março de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 650/2009 – MC

Brasília, 11 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.018928/2003, em que a Rádio Londrina S/A, solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Londrina, Estado do Paraná, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003.

2. A outorga foi conferida por meio do Decreto nº 25.033, 1º de junho de 1948, publicado no *Diário Oficial da União* em 12 de julho de 1948, renovada por meio do Decreto de 22 de novembro de 1994 e referendado pelo Decreto Legislativo nº 75, de 1997.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785,

de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

18 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 25, sexta-feira, 5 de fevereiro de 2010

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.018928/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A., pelo Decreto nº 25.033, 1º de junho de 1948, renovada pelo Decreto de 22 de novembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 75, de 21 de novembro de 1997, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972 e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041131/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Montanhesa Ltda. pela Portaria MVOP nº 1.005, de 29 de novembro de 1948, renovada pelo Decreto de 17 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 seguinte, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 148, de 30 de novembro de 1999, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005486/2005,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Friburgo Ltda. pelo Decreto nº 26.421, de 5 de março de 1949, renovada pelo Decreto de 11 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 385, de 31 de maio de 2005, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Vale Aprazível Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Jaguaquara, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.018546/2009,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de agosto de 2006, a concessão outorgada à Rádio Vale Aprazível Ltda. pelo Decreto nº 92.983, de 24 de julho de 1986, renovada pelo Decreto de 14 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 18, de 24 de fevereiro de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jaguaquara, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à TV Rio Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.013922/2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 30 de setembro de 2003, a concessão outorgada à TV Rio Sul Ltda. pelo Decreto nº 96.778, de 27 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

CREDENCIAL

O Senhor Presidente da República recebeu, no dia 4 de fevereiro de 2010, as credenciais dos seguintes Chefes de Missão Diplomática: Senhor Yves Saint-Geours, Embaixador da República Francesa, Senhora Sudha Devi K. R. Vasudevan, Embaixadora da Maláisia, Senhora Rina del Socorro Angulo Rojas, Embaixadora da República de El Salvador, e do Senhor Thomas Alfred Shanon Jr., Embaixador dos Estados Unidos da América.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Exposição de Motivos

Nº 624, de 20 de julho de 2009 (Processo nº 53000.079123/2006-33). Transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Multisom Rádio Sociedade Ubaense Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Ubá, Estado de Minas Gerais. Autorizo. Em 4 de fevereiro de 2010.

Nº 625, de 20 de julho de 2009 (Processo nº 53000.079121/2006-44). Transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Multisom Rádio Jornal Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais. Autorizo. Em 4 de fevereiro de 2010

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 47, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dá nova redação ao *caput* do artigo 4º da Portaria PGF nº 1.121, de 10 de novembro de 2009

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto no processo administrativo nº 00407.006190/2009-42, resolve:

Art. 1º O *caput* do art. 4º da Portaria PGF nº 1.121, de 10 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2009, Seção 1, pág. 28, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Cacoal/RO, a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Pimenta Bueno/RO e a Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. ....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no exercício da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no disposto no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal e tendo em vista as Decisões nºs 33/03, 39/05, 13/06, 27/06, 61/07 e 58/08, do Conselho do Mercado Comum, do MERCOSUL,

RESOLVE, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º **Ficam alteradas para 0%** (zero por cento), até 31 de dezembro de 2010, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre os seguintes Bens de Informática e Telecomunicações,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010020500018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N° 316, DE 2012
(N° 2.739/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n° de 4 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de março de 2008, a concessão outorgada à Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 98, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

1 – Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., no município de Friburgo – RJ;

2 – Rádio Vale Aprazível Ltda., no município de Jaguaquara – BA;

3 – Rádio Entre Rios Ltda., no município de Palmitos – SC;

4 – Rádio Difusora de Cambé Ltda., no município de Cambé – PR;

5 – Rádio Globo S.A., no município do Rio de Janeiro – RJ;

6 – Rádio Londrina S.A., no município de Londrina – PR;

7 – Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Grande – MS;

8 – Rádio Difusora de Penápolis Ltda., no município de Penápolis – SP;

9 – Rádio Colonial Ltda., no município de Três de Maio – RS;

10 – Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa – MG;

11 – Rádio Barbacena Ltda., no município de Barbacena – MG;

12 – Rádio Itamaraty Ltda., no município de Piripiri – PI;

13 – Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catanduva – SP; e

14 – Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis – SP.

Decretos de 8 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

15 – Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., no município de Carmo do Paranaíba – MG;

16 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz – MA;

17 – Rádio Cultura de Gravataí Ltda., no município de Gravataí – RS;

18 – Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., no município de Capivari – SP;

19 – Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., no município de Lucélia – SP;

20 – Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista – SP;

21 – Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., no município de Santo Antônio da Patrulha – RS;

22 – TV Rádio Clube de Teresina S.A., no município de Teresina – PI;

23 – Sistema Norte de Rádio Ltda., no município de Serra – ES;

24 – Fundação Bom Jesus de Cuiabá, no município de Cuiabá – MT;

25 – Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé – RS;

26 – Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no município de Auriflama – SP;

27 – Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., no município de Cardoso – SP;

28 – Fundação Crista Educativa, no município de Itapuranga – GO;

29 – Rádio Metrópole e Crissiumal Ltda., no município de Crissiumal – RS;

30 – Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., no município de José Bonifácio – SP;

31 – Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., no município de Turvo – SC;

32 – Rádio Jaraguá Ltda., no município de Jaraguá do Sul – SC; e

33 – Rádio Cultura de Bariri Ltda., no município de Bariri – SP;

Decretos de 10 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

34 – Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., no município de Alegrete – RS;

35 – Fundação João Paulo II, no município de Gravatá – PE;

36 – Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos – SP;

37 – Rádio Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa – RS;

38 – Rádio Difusora São Joaquim Ltda., no município de São Joaquim – SC;

39 – Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus – AM;

40 – Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Monte Aprazível – SP;

41 – Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., no município de Quirinópolis – GO;

42 – Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A., no município de Conceição do Coité – BA;

43 – Rádio Educadora de Taió Ltda., no município de Taió – SC;

44 – Emissora Continental de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes – RJ; e

45 – Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba – SP.

Decretos de 11 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

46 – Rádio Sentinela do Vale Ltda., no município de Gaspar – SC;

47 – Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba – SP;

48 – Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória – ES;

49 – Rádio Difusora de Piranga Ltda., no município de Piranga – MG;

50 – Rádio Jornal de Sergipe Ltda., no município de Aracajú – SE; e

51 – Super Radiodifusão Ltda., no município de Canoas – RS.

Brasília, 11 de março de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 651/2009 – MC

Brasília, 11 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.053509/2007, em que a Sociedade Campograndesente de Radiodifusão Ltda. solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de março de 2008.

2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 95.795, de 8 de março de 1988, publicado no *Diário Oficial da União* do dia 9 subsequente e, renovada pelo Decreto s/nº, de 17 de maio 2002, publicado no *Diário Oficial da União* em 20 de maio de 2002, referendado pelo Decreto Legislativo nº 491, de 2005, publicado no *Diário Oficial da União* em 3 de junho de 2005.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

16 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 25, sexta-feira, 5 de fevereiro de 2010

ANEXO II

FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/FUNASA

FCT	DENOMINAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO	QT.	UNIDADE DE DESTINO
FCT-01	Analista em Engenharia em Saúde Pública I	8	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/DF e Unidades Descentralizadas de Engenharia
	Analista em Saneamento Ambiental I	8	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/DF e Unidades Descentralizadas de Engenharia
	Analista de Organização Administrativa I	27	FUNASA
FCT-02	Analista em Engenharia em Saúde Pública II	30	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/DF e Unidades Descentralizadas de Engenharia
	Analista de Organização Administrativa II	26	FUNASA
FCT-03	Analista em Saneamento Ambiental II	30	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/DF e Unidades Descentralizadas de Engenharia
	Analista de Organização Administrativa III	39	FUNASA
FCT-04	Analista em Geologia/Hidrogeologia Aplicada a Saúde Pública I	32	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/DF e Unidades Descentralizadas de Engenharia
	Analista de Organização Administrativa IV	42	FUNASA
FCT-05	Analista em Geologia/Hidrogeologia Aplicada a Saúde Pública II	6	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/DF e Unidades Descentralizadas de Engenharia
	Analista em Arquitetura de Saúde Pública I	21	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/DF e Unidades Descentralizadas de Engenharia
	Assistente de Organização Administrativa I	8	FUNASA
FCT-06	Assistente de Organização Administrativa II	4	FUNASA
FCT-07	Analista em Arquitetura de Saúde Pública II	17	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/DF e Unidades Descentralizadas de Engenharia
	Assistente de Organização Administrativa III	4	FUNASA
FCT-08	Técnico em Gestão Administrativa I	9	FUNASA
FCT-09	Técnico em Gestão Administrativa II	9	FUNASA
FCT-10	Técnico em Gestão Administrativa III	15	FUNASA
FCT-11	Auxiliar de Serviços Administrativos I	20	FUNASA
FCT-12	Auxiliar de Serviços Administrativos II	22	FUNASA
FCT-13	Auxiliar de Serviços Administrativos III	33	FUNASA
	TOTAL	410	

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Outorga concessão à Fundação Rádio Educativa Uberaba - FUREU, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002491/1998,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Rádio Educativa Uberaba - FUREU, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Barbacena Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.035228/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Barbacena Ltda. pela Portaria MVOP nº 962, de 17 de novembro de 1945, renovada pelo Decreto de 14 de maio de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de maio de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 141, de 21 de maio de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Outorga concessão à Rádio Bel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53710.000285/2002, Concorrência nº 001/2002-SSR/MC,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Bel Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.053509/2007,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de março de 2008, a concessão outorgada à Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda. pelo Decreto nº 95.795, de 8 de março de 1988, renovada pelo Decreto de 17 de maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de maio de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 491, de 2 de junho de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Colonial Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53328.000050/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Colonial Ltda. pela Portaria nº 189, de 25 de fevereiro de 1955, renovada pelo Decreto de 20 de janeiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 111, de 28 de outubro de 1999, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010020500016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 317, DE 2012

(N° 2.740/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Itamaraty Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piripiri, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 12 de novembro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Itamaraty Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piripiri, Estado do Piauí.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 98, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

1 – Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., no município de Friburgo – RJ;

2 – Rádio Vale Aprazível Ltda., no município de Jaguaquara – BA;

3 – Rádio Entre Rios Ltda., no município de Palmitos – SC;

4 – Rádio Difusora de Cambé Ltda., no município de Cambé – PR;

5 – Rádio Globo S.A., no município do Rio de Janeiro – RJ;

6 – Rádio Londrina S.A., no município de Londrina – PR;

7 – Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Grande – MS;

8 – Rádio Difusora de Penápolis Ltda., no município de Penápolis – SP;

9 – Rádio Colonial Ltda., no município de Três de Maio – RS;

10 – Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa – MG;

11 – Rádio Barbacena Ltda., no município de Barbacena – MG;

12 – Rádio Itamaraty Ltda., no município de Piripiri – PI;

13 – Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catanduva – SP; e

14 – Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis – SP.

Decretos de 8 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

15 – Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., no município de Carmo do Paranaíba – MG;

16 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz – MA;

17 – Rádio Cultura de Gravataí Ltda., no município de Gravataí – RS;

18 – Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., no município de Capivari – SP;

19 – Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., no município de Lucélia – SP;

20 – Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista – SP;

21 – Sociedade de Radiodifusão Itapuí Ltda., no município de Santo Antônio da Patrulha – RS;

22 – TV Rádio Clube de Teresina S.A., no município de Teresina – PI;

23 – Sistema Norte de Rádio Ltda., no município de Serra – ES;

24 – Fundação Bom Jesus de Cuiabá, no município de Cuiabá – MT;

25 – Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé – RS;

26 – Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no município de Auriflama – SP;

27 – Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., no município de Cardoso – SP;

28 – Fundação Crista Educativa, no município de Itapuranga – GO;

29 – Rádio Metrópole e Crissiumal Ltda., no município de Crissiumal – RS;

30 – Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., no município de José Bonifácio – SP;

31 – Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., no município de Turvo – SC;

32 – Rádio Jaraguá Ltda., no município de Jaraguá do Sul – SC; e

33 – Rádio Cultura de Bariri Ltda., no município de Bariri – SP;

Decretos de 10 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

34 – Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., no município de Alegrete – RS;

35 – Fundação João Paulo II, no município de Gravatá – PE;

36 – Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos – SP;

37 – Rádio Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa – RS;

38 – Rádio Difusora São Joaquim Ltda., no município de São Joaquim – SC;

39 – Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus – AM;

40 – Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Monte Aprazível – SP;

41 – Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., no município de Quirinópolis – GO;

42 – Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A., no município de Conceição do Coité – BA;

43 – Rádio Educadora de Taió Ltda., no município de Taió – SC;

44 – Emissora Continental de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes – RJ; e

45 – Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba – SP.

Decretos de 11 de fevereiro de 2010 (*DOU* do dia subsequente):

46 – Rádio Sentinela do Vale Ltda., no município de Gaspar – SC;

47 – Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba – SP;

48 – Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória – ES;

49 – Rádio Difusora de Piranga Ltda., no município de Piranga – MG;

50 – Rádio Jornal de Sergipe Ltda., no município de Aracajú – SE; e

51 – Super Radiodifusão Ltda., no município de Canoas – RS.

Brasília, 11 de março de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 657/2009 – MC

Brasília, 11 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53650.001106/2002, em que a Rádio Itamaraty Ltda. solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Piripiri, Estado do Piauí, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2002.

2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 87.612, de 21 de setembro de 1982, publicado no *Diário Oficial da União* em 22 de setembro de 1982 e, renovada pelo Decreto de 17 de julho de 2000, publicado no *Diário Oficial da União* do dia 18 subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 18, de 2003, publicado no *Diário Oficial da União* do dia 14 de março de 2003.

3. Observo que a renovação das concessões outorgardas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

Nº 25, sexta-feira, 5 de fevereiro de 2010 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 17

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Penápolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Penápolis, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.035242/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Difusora de Penápolis Ltda. pela Portaria MVOP nº 541, de 12 de junho de 1950, renovada pelo Decreto de 20 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 137, de 18 de maio de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Penápolis, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Cambé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cambé, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.042094/2004 e nº 53740.000471/94,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13 de setembro de 2004, a concessão outorgada à Rádio Difusora de Cambé Ltda. pelo Decreto nº 89.991, de 24 de julho de 1984, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cambé, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto de 4 de novembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, que renova a concessão da Rádio Difusora de Cambé Ltda.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Citanduva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Catanduva, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.035257/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão originariamente conferida à Rádio Rio Preto S.A. pela Portaria MVOP nº 676, de 12 de dezembro de 1941, e, posteriormente, transferida à Rádio Difusora de Catanduva Ltda., com última renovação pelo Decreto de 2 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 10 de maio de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Catanduva, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Fernandópolis, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001524/2008,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de abril de 2008, a concessão outorgada à Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda. pela Portaria nº 101, de 21 de março de 1968, renovada por meio do Decreto de 24 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 25 de abril de 2002, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 35, de 23 de janeiro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Fernandópolis, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Entre Rios Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Palmitos, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002334/1967,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de fevereiro de 2008, a concessão outorgada à Rádio Entre Rios Ltda. pela Portaria nº 17, de 16 de janeiro de 1968, renovada pelo Decreto de 27 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 192, de 6 de abril de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Palmitos, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Globo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008049/2002,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à Rádio Globo S.A. pelo Decreto nº 1.034, de 16 de dezembro de 1936, renovada pelo Decreto de 14 de outubro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 15 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 101, de 30 de maio de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Itamaraty Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Piripiri, Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.001106/2002,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de novembro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Itamaraty Ltda. pelo Decreto nº 87.612, de 21 de setembro de 1982, renovada pelo Decreto de 17 de julho de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 18, de 13 de março de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Piripiri, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010020500017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 318, DE 2012

(Nº 2.749/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 530, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1° de maio de 2004, a permissão outorgada à Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 99, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 672, de 26 de dezembro de 2005 – Rádio FM Vale do Sol Ltda., no município de Santo Antônio da Platina – PR;

2 – Portaria nº 224, de 18 de abril de 2006 – Rádio Rainha FM Ltda., no município de Bento Gonçalves – RS;

3 – Portaria nº 559, de 13 de setembro de 2006 – Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa – MG;

4 – Portaria nº 299, de 19 de junho de 2007 – Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba – SP;

5 – Portaria nº 402, de 24 de julho de 2007 – Rádio Eldorado Ltda., no município de São Paulo – SP;

6 – Portaria nº 615, de 6 de novembro de 2007 – Rádio Cidade Verde de Teresina Ltda., originalmente Rádio Pioneira de Teresina Ltda., no município de Teresina – PI;

7 – Portaria nº 750, de 18 de dezembro de 2007 – Scala FM Stéreo de Curitiba Ltda., originalmente Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda., na cidade de Cornélio Procópio – PR;

8 – Portaria nº 764, de 18 de dezembro de 2007 – Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., no município de Taió – SC;

9 – Portaria nº 344, de 12 de junho de 2009 – Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda., no município de Porto Velho – RO;

10 – Portaria nº 434, de 24 de julho de 2009 – Rádio Meridional Ltda., no município de Uberaba – MG;

11 – Portaria nº 435, de 24 de julho de 2009 – Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda., no município de Bebedouro – SP;

12 – Portaria nº 436, de 24 de julho de 2009 – Rádio Vale dos Sinos Ltda., no município de Campo Bom – RS;

13 – Portaria nº 515, de 8 de agosto de 2009 – Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda., no município de Santana do Livramento – RS;

14 – Portaria nº 517, de 7 de agosto de 2009 – Rádio e TV Correio Ltda., no município de Campina Grande – PB;

15 – Portada nº 518, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Liberal FM Ltda., no município de Dracena – SP;

16 – Portaria nº 519, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda., no município de Arvorezinha – RS;

17 – Portaria nº 523, de 10 de agosto de 2009 – Antena Um Radiodifusão Ltda., no município de São Paulo – SP;

18 – Portaria nº 525, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Mirante Ltda., no município de São João da Boa Vista – SP;

19 – Portaria nº 526, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda., no município de Florianópolis – SC;

20 – Portaria nº 527, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos – SP;

21 – Portaria nº 528, de 10 de agosto de 2009 – Fênix Radiodifusão Ltda., originalmente Rádio Difusão Carvalho & Marfins, no município de Itajobi – SP;

22 – Portaria nº 529, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Cidade de Campinas Ltda., no município de Itu – SP;

23 – Portaria nº 530, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda., originalmente Rádio Difusora de Rio Bonito Ltda., no município de Niterói – RJ;

24 – Portaria nº 534, de 10 de agosto de 2009 – Empresa Radiofônica Ouro Branco Ltda., no município de Teutônia – RS;

25 – Portaria nº 540, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Vox 90 Ltda., originalmente Rádio Cultura de Americana Ltda., no município de Americana – SP;

26 – Portaria nº 541, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Verdes Mares Ltda., no município de Fortaleza – CE;

27 – Portaria nº 542, de 10 de agosto de 2009 – Rede Triunfo de Comunicações Ltda., no município de Itamaraju – BA;

28 – Portaria nº 543, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Castelo Branco Ltda., no município de Divinópolis – MG;

29 – Portaria nº 547, de 11 de agosto de 2009 – Rádio Princesa da Mata Ltda., no município de Muriaé – MG;

30 – Portaria nº 573, de 14 de agosto de 2009 – Rádio Charrua Ltda., no município de Uruguaiana – RS;

31 – Portaria nº 574, de 14 de agosto de 2009 – Emissoras Diário da Região Ltda., no município de Mirassol – SP;

32 – Portaria nº 575, de 14 de agosto de 2009 – Rádio Transamérica FM Ltda., no município de Ponta Porã – MS;

33 – Portaria nº 582, de 18 de agosto de 2009 – Sistema FM de Rádio Ltda., no município de Formiga – MG;

34 – Portaria nº 587, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Paulista de Avaré Ltda., no município de Avaré – SP;

35 – Portaria nº 608, de 24 de agosto de 2009 – Rádio Sociedade Independente de Porteirinha Ltda-ME., no município de Porteirinha – MG;

36 – Portaria nº 653, de 31 de agosto de 2009 – Nassau Editora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória – ES;

37 – Portaria nº 657, de 31 de agosto de 2009 – Rádio FM Norte Pioneira Ltda., no município de Jacarezinho – PR;

38 – Portaria nº 658, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus – AM;

39 – Portaria nº 660, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Paranaíba Ltda., no município de Itumbiara – GO;

40 – Portaria nº 700, de 11 de setembro de 2009 – Televisão Verdes Mares Ltda., originalmente Publisom Indústria e Comércio Ltda., no município de Recife – PE; e

41 – Portaria nº 702, de 11 de setembro de 2009 – Rádio Pontal de Itabira Ltda., no município de Itabira – MG.

Brasília, 11 de março de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 840/2009 – MC

Brasília, 3 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.004742/2004, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora, em frequência modulada, no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, por dez anos, a partir de 12 de maio de 2004.

2. A permissão foi conferida originalmente à Rádio Difusora de Rio Bonito Ltda., por meio da Portaria MVOP nº 324, de 12 de maio de 1958, posteriormente transferida à Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda., por meio da Portaria nº 14, de 18 de março de 1992, renovada pela Portaria nº 668, de 25 de outubro de 2000, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 712, de 2005.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 530, DE 10 DE AGOSTO DE 2009

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5° da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.004742/2004, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de maio de 2004, a permissão outorgada originalmente à Rádio Difusora de Rio Bonito Ltda., por meio da Portaria MVOP nº 324, de 12 de maio de 1958, posteriormente transferida à Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda., por meio da Portaria nº 14, de 18 de março de 1992, renovada pela Portaria nº 668, de 25 de outubro de 2000, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 712, de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 319, DE 2012

(Nº 2.751/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Charrua Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 573, de 14 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de junho de 2004, a permissão outorgada à Rádio Charrua Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 99, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 672, de 26 de dezembro de 2005 – Rádio FM Vale do Sol Ltda., no município de Santo Antônio da Platina – PR;

2 – Portaria nº 224, de 18 de abril de 2006 – Rádio Rainha FM Ltda., no município de Bento Gonçalves – RS;

3 – Portaria nº 559, de 13 de setembro de 2006 – Sociedade Rádio Montanhesa Ltda., no município de Viçosa – MG;

4 – Portaria nº 299, de 19 de junho de 2007 – Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba – SP;

5 – Portaria nº 402, de 24 de julho de 2007 – Rádio Eldorado Ltda., no município de São Paulo – SP;

6 – Portaria nº 615, de 6 de novembro de 2007 – Rádio Cidade Verde de Teresina Ltda., originalmente Rádio Pioneira de Teresina Ltda., no município de Teresina – PI;

7 – Portaria nº 750, de 18 de dezembro de 2007 – Scala FM Stéreo de Curitiba Ltda., originalmente Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda., na cidade de Cornélio Procópio – PR;

8 – Portaria nº 764, de 18 de dezembro de 2007 – Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., no município de Taió – SC;

9 – Portaria nº 344, de 12 de junho de 2009 – Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda., no município de Porto Velho – RO;

10 – Portaria nº 434, de 24 de julho de 2009 – Rádio Meridional Ltda., no município de Uberaba – MG;

11 – Portaria nº 435, de 24 de julho de 2009 – Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda., no município de Bebedouro – SP;

12 – Portaria nº 436, de 24 de julho de 2009 – Rádio Vale dos Sinos Ltda., no município de Campo Bom – RS;

13 – Portaria nº 515, de 8 de agosto de 2009 – Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda., no município de Santana do Livramento – RS;

14 – Portaria nº 517, de 7 de agosto de 2009 – Rádio e TV Correio Ltda., no município de Campina Grande – PB;

15 – Portada nº 518, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Liberal FM Ltda., no município de Dracena – SP;

16 – Portaria nº 519, de 7 de agosto de 2009 – Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda., no município de Arvorezinha – RS;

17 – Portaria nº 523, de 10 de agosto de 2009 – Antena Um Radiodifusão Ltda., no município de São Paulo – SP;

18 – Portaria nº 525, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Mirante Ltda., no município de São João da Boa Vista – SP;

19 – Portaria nº 526, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda., no município de Florianópolis – SC;

20 – Portaria nº 527, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos – SP;

21 – Portaria nº 528, de 10 de agosto de 2009 – Fênix Radiodifusão Ltda., originalmente Rádio Difusão Carvalho & Marfins, no município de Itajobi – SP;

22 – Portaria nº 529, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Cidade de Campinas Ltda., no município de Itu – SP;

23 – Portaria nº 530, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda., originalmente Rádio Difusora de Rio Bonito Ltda., no município de Niterói – RJ;

24 – Portaria nº 534, de 10 de agosto de 2009 – Empresa Radiofônica Ouro Branco Ltda., no município de Teutônia – RS;

25 – Portaria nº 540, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Vox 90 Ltda., originalmente Rádio Cultura de Americana Ltda., no município de Americana – SP;

26 – Portaria nº 541, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Verdes Mares Ltda., no município de Fortaleza – CE;

27 – Portaria nº 542, de 10 de agosto de 2009 – Rede Triunfo de Comunicações Ltda., no município de Itamaraju – BA;

28 – Portaria nº 543, de 10 de agosto de 2009 – Rádio Castelo Branco Ltda., no município de Divinópolis – MG;

29 – Portaria nº 547, de 11 de agosto de 2009 – Rádio Princesa da Mata Ltda., no município de Muriaé – MG;

30 – Portaria nº 573, de 14 de agosto de 2009 – Rádio Charrua Ltda., no município de Uruguaiana – RS;

31 – Portaria nº 574, de 14 de agosto de 2009 – Emissoras Diário da Região Ltda., no município de Mirassol – SP;

32 – Portaria nº 575, de 14 de agosto de 2009 – Rádio Transamérica FM Ltda., no município de Ponta Porã – MS;

33 – Portaria nº 582, de 18 de agosto de 2009 – Sistema FM de Rádio Ltda., no município de Formiga – MG;

34 – Portaria nº 587, de 18 de agosto de 2009 – Rádio Paulista de Avaré Ltda., no município de Avaré – SP;

35 – Portaria nº 608, de 24 de agosto de 2009 – Rádio Sociedade Independente de Porteirinha Ltda-ME., no município de Porteirinha – MG;

36 – Portaria nº 653, de 31 de agosto de 2009 – Nassau Editora de Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória – ES;

37 – Portaria nº 657, de 31 de agosto de 2009 – Rádio FM Norte Pioneira Ltda., no município de Jacarezinho – PR;

38 – Portaria nº 658, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus – AM;

39 – Portaria nº 660, de 31 de agosto de 2009 – Rádio Paranaíba Ltda., no município de Itumbiara – GO;

40 – Portaria nº 700, de 11 de setembro de 2009 – Televisão Verdes Mares Ltda., originalmente Publisom Indústria e Comércio Ltda., no município de Recife – PE; e

41 – Portaria nº 702, de 11 de setembro de 2009 – Rádio Pontal de Itabira Ltda., no município de Itabira – MG.

Brasília, 11 de março de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM 803/2009 – MC

Brasília, 27 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53528.000804/2004, acompanhado de Por-

taria, que renova permissão outorgada à Rádio Charrua Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, por dez anos, a partir de 22 de junho de 2004.

2. A permissão foi conferida pela Portaria nº 138, de 20 de junho de 1984, publicada no *Diário Oficial da União* em 22 de junho de 1984, com última renovação pela Portaria nº 634, de 25 de agosto de 1994, referendada pelo Decreto Legislativo nº 48 de 1998, publicado no *Diário Oficial da União* em 4 de junho de 1998.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 573, DE 14 DE AGOSTO DE 2009

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53528.000804/2004, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez nos, a partir de 22 de junho de 2004, a permissão outorgada à Rádio Charrua Ltda., pela Portaria nº 138, de 20 de junho de 1984, publicada no *Diário Oficial da União* em 22 de junho de 1984, com última renovação pela Portaria nº 634, de 25 de agosto de 1994, referendada pelo Decreto Legislativo nº 48, de 1998, publicado no *Diário Oficial da União* em 4 de junho de 1998, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Uruguaiana, Estado de Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Helio Costa,** Ministro de Estado das Comunicações.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia. Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2012

(Nº 2.772/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Brotas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 4 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Brotas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 95, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos que renovam, por dez anos, concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decretos de 4 de março de 2010 (*DOU* do dia subsequente)

1 – Rádio Vale do Rio Poty Ltda., no município de Crateús – CE;

2 – Rádio Santiago Ltda., no município de Santiago – RS;

3 – Rádio Giruá Ltda., no município de Giruá – RS;

4 – Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda., no município de Jales – SP;

5 – Rádio Brotas Ltda., no município de Piraí do Sul – PR;

6 – Rádio Platina de Ituiutaba Ltda., no município de Ituiutaba – MG;

7 – Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda., no município de São Luís – MA;

8 – Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., no município de Criciúma – SC;

9 – Ceará Rádio Clube S.A., no município de Fortaleza – CE;

10 – Rádio Nonoai Ltda., no município de Nonoai – RS;

11 – Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda., no município de Capão Bonito – SP;

12 – Fundação de Educação e Cultura, no município de Estância – SE;

13 – Rádio Cultura de Maringá Ltda., no município de Maringá – PR;

Decretos de 5 de março de 2010 (*DOU* do dia 8 subsequente)

14 – Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda., no município de São José dos Campos – SP;

15 – Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista – SP;

16 – Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda., no município de Palmital – PR;

17 – Rádio Difusora Carioca Ltda., no município do Rio de Janeiro – RJ;

18 – Gazeta Comunicações Ltda., no município de Santa Cruz do Sul – RS;

19 – Rádio Clube Marconi Ltda., no município de Paraguaçu Paulista – SP;

20 – Rádio Guaíba Ltda., no município de Porto Alegre – RS;

21 – Rádio Difusora Santarritense Ltda., no município de Santa Rita do Sapucaí – MG;

22 – Fundação Dom Joaquim, no município de Tefé – AM;

23 – Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Fernandópolis – SP;

24 – Rádio Cruzeiro Limitada, no município de Cruzeiro – SP;

25 – Rádio Charrua Ltda., no município de Uruguaiana – RS;

26 – Rádio Repórter Ltda., no município de Ijuí – RS;

27 – Rádio Chamonix Ltda., no município de Mogi Mirim – SP;

28 – Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda., no município de São João – PR;

29 – Fundação Nossa Senhora do Rocio, no município de Curitiba – PR;

30 – Rádio Colombo do Paraná Ltda., no município de Colombo – PR; e

31 – S.A. Rádio Tupi, no município do Rio de Janeiro – RJ

Brasília, 11 de março de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 669/2009 – MC

Brasília, 12 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046692/2003-50, em que a Rádio Brotas Ltda. solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2004.

2. A outorga foi conferida pela Portaria MVOP nº 246, de 22 de maço de 1950, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 31 subsequente e, renovada pelo Decreto de 6 de novembro 1997, publicado no *Diário Oficial da União* em 7 de novembro 1997, referendado pelo Decreto Legislativo nº 12, de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 14 de março de 2003.

3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

10 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 43, sexta-feira, 5 de março de 2010

Serviço	2	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Pesquisa	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Apoio Operacional	1	Coordenador-Geral	101.4
Serviço	2	Chefe	101.1
Distrito de Meteorologia	6	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
	35		FG-1
	4		FG-2
	19		FG-3
LABORATÓRIOS NACIONAIS AGROPECUÁRIOS	11	Coordenador	101.3
Divisão	11	Chefe	101.2
Serviço	22	Chefe	101.1
	44		FG-1
SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	10	Superintendente Federal	101.4
	17	Superintendente	101.3
Divisão	66	Chefe	101.2
Serviço	160	Chefe	101.1
	258		FG-1
	117		FG-2
	39		FG-3

ANEXO II

QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
NE	5,40	1	5,40	1	5,40
DAS 101.6	5,28	5	26,40	5	26,40
DAS 101.5	4,25	29	123,25	29	123,25
DAS 101.4	3,23	78	251,94	75	242,25
DAS 101.3	1,91	116	221,56	114	217,74
DAS 101.2	1,27	192	243,84	221	280,67
DAS 101.1	1,00	281	281,00	286	286,00
DAS 102.5	4,25	5	21,25	5	21,25
DAS 102.4	3,23	17	54,91	20	64,60
DAS 102.3	1,91	20	38,20	22	42,02
DAS 102.2	1,27	80	101,60	51	64,77
DAS 102.1	1,00	74	74,00	69	69,00
SUBTOTAL1		898	1.443,35	898	1.443,35
FG-1	0,20	533	106,60	533	106,60
FG-2	0,15	178	26,70	178	26,70
FG-3	0,12	99	11,88	99	11,88
SUBTOTAL2		810	145,18	810	145,18
TOTAL (1+2)		1.708	1.588,53	1.708	1.588,53

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SECES/MF P/ O MAPA (a)		DO MAPA P/ A SECES/MF (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
101.4	3,23	-		3	9,69
101.3	1,91	-		2	3,82
101.2	1,27	29	36,83	-	-
101.1	1,00	5	5,00	-	
102.4	3,23	3	9,69	-	-
102.3	1,91	2	3,82	-	-
102.2	1,27	-	-	29	36,83
102.1	1,00	-	-	5	5,00
TOTAL		39	55,34	39	55,34
Saldo do Remanejamento (a - b)				0	0,00

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.097362/2006 e nº 50680.000232/93,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. pelo Decreto nº 38.073, de 12 de outubro de 1955, renovada pelo Decreto nº 93.639, de 2 de dezembro de 1986, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto de 1º de setembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 2 seguinte, que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010

Outorga concessão à CDIN - Canal Digital Internacional de Notícias Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53830.000654/2001, Concorrência nº 033/2001-SSR/MC,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à CDIN - Canal Digital Internacional de Notícias Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010

Outorga concessão à CDIN - Canal Digital Internacional de Notícias Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Piracicaba, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53830.000654/2001, Concorrência nº 033/2001-SSR/MC,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à CDIN - Canal Digital Internacional de Notícias Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Brotas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.046692/2003-50,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Brotas Ltda. pela Portaria MVOP nº 256, de 22 de março de 1950, renovada pelo Decreto de 6 de novembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 12, de 13 de março de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010030500010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 321, DE 2012
(Nº 2.775/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 5 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 95, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos que renovam, por dez anos, concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decretos de 4 de março de 2010 (*DOU* do dia subsequente)

1 – Rádio Vale do Rio Poty Ltda., no município de Crateús – CE;

2 – Rádio Santiago Ltda., no município de Santiago – RS;

3 – Rádio Giruá Ltda., no município de Giruá – RS;

4 – Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda., no município de Jales – SP;

5 – Rádio Brotas Ltda., no município de Piraí do Sul – PR;

6 – Rádio Platina de Ituiutaba Ltda., no município de Ituiutaba – MG;

7 – Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda., no município de São Luís – MA;

8 – Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., no município de Criciúma – SC;

9 – Ceará Rádio Clube S.A., no município de Fortaleza – CE;

10 – Rádio Nonoai Ltda., no município de Nonoai – RS;

11 – Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda., no município de Capão Bonito – SP;

12 – Fundação de Educação e Cultura, no município de Estância – SE;

13 – Rádio Cultura de Maringá Ltda., no município de Maringá – PR;

Decretos de 5 de março de 2010 (*DOU* do dia 8 subsequente)

14 – Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda., no município de São José dos Campos – SP;

15 – Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista – SP;

16 – Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda., no município de Palmital – PR;

17 – Rádio Difusora Carioca Ltda., no município do Rio de Janeiro – RJ;

18 – Gazeta Comunicações Ltda., no município de Santa Cruz do Sul – RS;

19 – Rádio Clube Marconi Ltda., no município de Paraguaçu Paulista – SP;

20 – Rádio Guaíba Ltda., no município de Porto Alegre – RS;

21 – Rádio Difusora Santarritense Ltda., no município de Santa Rita do Sapucaí – MG;

22 – Fundação Dom Joaquim, no município de Tefé – AM;

23 – Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Fernandópolis – SP;

24 – Rádio Cruzeiro Limitada, no município de Cruzeiro – SP;

25 – Rádio Charrua Ltda., no município de Uruguaiana – RS;

26 – Rádio Repórter Ltda., no município de Ijuí – RS;

27 – Rádio Chamonix Ltda., no município de Mogi Mirim – SP;

28 – Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda., no município de São João – PR;

29 – Fundação Nossa Senhora do Rocio, no município de Curitiba – PR;

30 – Rádio Colombo do Paraná Ltda., no município de Colombo – PR; e

31 – S.A. Rádio Tupi, no município do Rio de Janeiro – RJ

Brasília, 11 de março de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 899/2009 – MC

Brasília, 21 de setembro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.002528/2003-31, em que a Fundação Nossa Senhora do Rocio solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Municí-

pio de Curitiba, Estado do Paraná, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2003.

2. A outorga do serviço foi conferida pelo Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, renovada pelo Decreto de 24 de novembro de 1998, publicado no *Diário Oficial da União* em 25 de novembro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 145, de 2001, publicado no *Diário Oficial da União* em 25 de maio de 2001.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Cabe esclarecer que os autos retornaram da Casa Civil da Presidência da República para cumprimento das novas determinações que passaram a ser exigidas ao deferimento do pleito. Sendo assim, após o exame da nova documentação, os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério se manifestaram favoravelmente ao pedido.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho novamente o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, § 3º, da Constituição da República.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

4 ISSN 1677-7042 **Diário Oficial da União - Seção 1** Nº 44, segunda-feira, 8 de março de 2010

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Clube Marconi Ltda. pela Portaria MVOP nº 929, de 26 de dezembro de 1947, renovada pelo Decreto de 9 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 93, de 16 de abril de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de **Palmital**, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027961/2008,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de outubro de 2008, a concessão outorgada à **Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda.** pelo Decreto nº 96.640, de 2 de setembro de 1988, renovada pelo Decreto de 3 de outubro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2002, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no **Município de Palmital, Estado do Paraná.**

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Radio Paulistinha de São José dos Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº **88.066**, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002272/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda. pela Portaria MJNI 134-B, de 20 de março de 1962, renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 524, de 17 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002528/2003-31,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio pelo Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, renovada pelo Decreto de 24 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 25 seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 145, de 23 de maio de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003988/2004,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda. pela Portaria MVOP nº 368, de 16 de julho de 1956, renovada pelo Decreto de 1º de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 4 de fevereiro de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 751, de 16 de outubro de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São João, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.019257/2006,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de junho de 2006, a concessão outorgada à Radio São João do Sudoeste do Paraná Ltda. pela Portaria nº 176, de 25 de junho de 1986, renovada pelo Decreto de 28 de abril de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 36, de 18 de março de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São João, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.047231/2004 e nº 50770.000119/1992,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi pelo Decreto nº 245, de 27 de dezembro de 1935, prorrogada pelo Decreto nº 29.238, de 29 de janeiro de 1951, renovada pelo Decreto nº 89.510, de 4 de abril de 1984, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso XVI do art. 1º do Decreto de 29 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2000, que renovou a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi.

Brasília, 5 de março de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helio Costa

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010030500004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 312 a 321, de 2012**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", da Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, em meio magnético, do Presidente do Conselho Diretor da Anatel, um exemplar do **Relatório Anual 2011**, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações ao longo do último exercício.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

MENSAGEM
Nº 46, DE 2012
(nº 297/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Os méritos do Senhor Nei Futuro Bitencourt que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de março de 2012.

EM No 00086 MRE

Brasília, 12 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **NEI FUTURO BITENCOURT**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NEI FUTURO BITENCOURT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, de de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **NEI FUTURO BITENCOURT**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NEI FUTURO BITENCOURT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

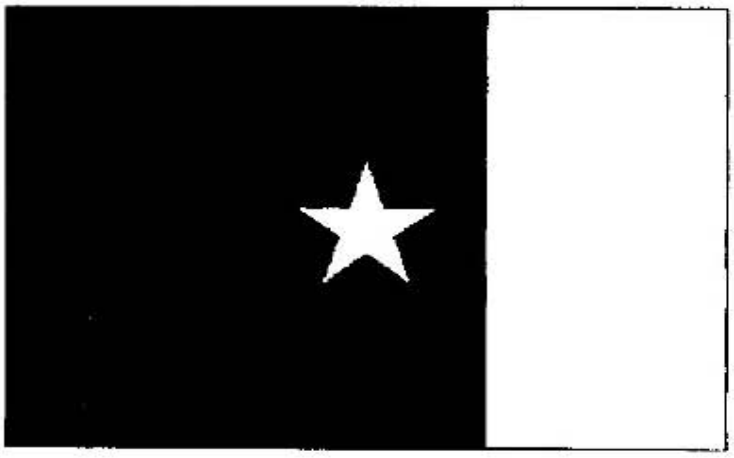
MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *NEI FUTURO BITENCOURT*
CPF.: 607.505 617-34
ID.: 8283 MRE

1957	Filho de Xamuset Campello Bittencourt e Heloisa Futuro Bittencourt, nasce em 13 de outubro, em Caicó/RN
Dados Acadêmicos:	
1977	Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1981	Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
Cargos:	
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1995	Primeiro-Secretário
2003	Conselheiro
2010	Ministro de Segunda Classe
Funções:	
1972	CPCD - IRBr
1984-85	Divisão da Europa I, assistente
1985	Divisão de Feiras e Turismo, assistente
1985-89	Embaixada em Varsóvia, Terceiro e Segundo-Secretário
1989-93	Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Adjunto
1993-95	Divisão de Temas Científicos e Tecnológicos, Chefe, substituto
1995	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
1995-96	Secretaria Geral, assessor
1996-99	Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário
1999-02	Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário
2002-04	Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, Coordenador-Geral
2004-06	Coordenação-Geral de Planejamento Administrativo, Coordenador-Geral
2006-09	Embaixada em Washington, Conselheiro
2009	Embaixada em Maputo, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado
2010	Embaixada em Maputo, Ministro-Conselheiro

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA I

REPÚBLICA DO CAMEROUN



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....
PERFIS BIOGRÁFICOS .....
RELAÇÕES BILATERAIS .....
POLÍTICA INTERNA.....
POLÍTICA EXTERNA.....
ECONOMIA.....
ANEXOS.....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....
ATOS BILATERAIS .....
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Cameroun
Capital:	Iaundê
Área:	469.440 km² (pouco maior que as áreas dos Estados do Paraná e de São Paulo somadas)
População (estimativa 2011):	19.711.291 habitantes
Idiomas:	Francês (70%) e inglês (30%) oficiais; mais de 240 línguas regionais (principais: fang, bamilequê, duala)
Principais religiões:	Cristianismo (56,5%); religiões tradicionais (animistas) (22,9%); islamismo (19,6%)
Sistema político:	República parlamentarista
Chefe de Estado:	Presidente Paul Biya (desde novembro de 1982)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Philemon Yang (desde julho de 2009)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Pierre Moukoko Mbonjo (desde dezembro de 2011)
PIB (estimativa FMI, 2010):	US$ 22,4 bilhões (nominal). US$ 44,3 bilhões (PPP)
PIB per capita (estimativa FMI, 2010):	US$ 1.100 (nominal). US$ 2.170 (PPP)
IDH (2011):	0,482 (150º entre 187 países)
Expectativa de vida (2011):	51,6 anos
Unidade monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Comunidade brasileira estimada:	80 pessoas

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US$ MIL F.O.B) Fonte: MDIC

Brasil - Camarões	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010	2011
Intercâmbio	20.634	30.126	88.449	106.540	132.250	136.243	106.453	174.649	174.649	141.930
Exportações	19.671	28.819	87.714	104.457	121.115	133.396	103.006	109.667	109.667	137.978
Importações	963	1.307	735	2.083	11.135	2.847	3.447	64.981	64.981	4.132
Saldo brasileiro	18.708	27.512	86.979	102.374	109.980	130.549	99.559	44.686	44.686	133.666

PERFIS BIOGRÁFICOS

Paul Biya
Presidente da República

Nasceu em Mvomeka'a, cidade ao sul do país, em 13 de fevereiro de 1933. Concluiu seus estudos primários em 1948, na Escola Católica de Nden. Em 1956, ingressou no Liceu *Louis Le Grand*, em Paris. Posteriormente, formou-se em Direito pela Universidade de Sorbonne e obteve diplomas do Instituto de Estudos Políticos de Paris e do Instituto Francês de Altos Estudos de Ultramar.

De volta ao Cameroun, na década de 1960, Biya ocupou diversos cargos na administração federal no Governo de Ahmadou Babatoura Ahidjo (1960-1982), até alcançar o posto de Secretário-Geral da Presidência da República e Diretor do Gabinete Civil, em 1968. Sua carreira progrediu de forma considerável, tendo sido Secretário-Geral da Presidência e Primeiro-Ministro de 1970 a 1982.

Em 1982, Biya sucedeu Ahidjo como Presidente da República, após renúncia do mandatário camerounês por questões de saúde. No ano seguinte, foi eleito presidente do seu partido, a União Nacional Camerounesa – renomeado "Reunião Democrática do Povo Camerounês" (RDPC) em 1985.

Em 1984, Biya foi eleito Presidente da República, tendo sido reeleito em 1988, 1992, 1997 e 2004 e 2011, para mandatos de sete anos.

Philemon Yunji Yang

Primeiro-Ministro

Philemon Yunji Yang nasceu em 14 de junho de 1947, em Jiketem-Oku, na Província Noroeste do Cameroun. Estudou Direito na Universidade de Iaundê e tornou-se promotor de Justiça na Corte do Sudoeste, localizada na cidade de Buea, em janeiro de 1975. Foi o Embaixador do Cameroun no Canadá de 1984 a 2004.

Yang é filiado ao partido Reunião Democrática do Povo Camerounês (RDPC), de Paul Biya. Já ocupou diversas posições-chave no serviço público camerounês, tais como Ministro-Delegado de Administração Territorial (1975-1979), Ministro da Pecuária e Indústrias Animais (1979-1984) e Secretário-Geral Assistente da Presidência da República de 2004 até ser indicado como Primeiro-Ministro, em 30 de junho de 2009.

Pierre Moukoko Mbonjo

Ministro das Relações Exteriores

Nasceu em 25 de julho de 1954, em Bonabéri-Douala.

Formado em Letras pela Universidade de Paris IV (1977), é também Mestre e Doutor em Ciência Política pela mesma universidade.

É, desde 1986, Professor do Instituto de Relações Internacionais do Cameroun (IRIC), a academia diplomática do país.

Foi Ministro das Comunicações de 2004 a 2006.

Ocupa o cargo de Secretário-Adjunto de Comunicação do Comitê Central da Reunião Democrática do Povo Camaronês (RDPC), partido governista, desde abril de 2007.

Foi nomeado para o cargo de Ministro das Relações Exteriores em 9 de dezembro de 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais com a República do Cameroun revestem-se de grande importância. Entre os países da África Ocidental e Central, o Cameroun é um dos países com os quais o Brasil mantém laços mais estreitos.

O relacionamento remonta ao ano de 1960, quando a independência do Cameroun francês foi reconhecida pelo Brasil, em 25 de janeiro. A independência do antigo *Cameroon* britânico, por sua vez, obteve reconhecimento por parte do Brasil em 19 de setembro do mesmo ano.

No ano seguinte, missão parlamentar liderada pelo deputado José Pereira Coelho de Souza (PL-RS) representou o Brasil nas festividades de comemoração da independência camerounesa. Ainda em 1961, missão especial do Cameroun visitou o Brasil.

As décadas de 1960 e 1970 conheceriam avanços no relacionamento entre os dois países. Em 1965, missão do Itamaraty ao Camcroun resultou na assinatura de Acordo Comercial bilateral. Em 1972, a visita do Chanceler Gibson Barbosa a Iaundê culminou na assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e na assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, bem como na condecoração de várias autoridades locais – inclusive o atual presidente, Paul Biya.

Na década de 1980, os dois países aprofundaram suas relações. Em 1982, foi criada a Embaixada do Brasil em Iaundê. Em 1984, estabeleceu-se a Embaixada do Cameroun em Brasília. Com a instalação de missões diplomáticas residentes, o relacionamento bilateral adquiriu maior fluidez, com maior intercâmbio de visitas oficiais, culminando na realização, em novembro de 1986, da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, em Iaundê.

Em 2003, foi criado o Grupo Parlamentar Brasil-Cameroun.

Em janeiro de 2005, realizou-se visita do Ministro Celso Amorim a Iaundê; em abril do mesmo ano, o então Presidente Lula realizou visita oficial ao Cameroun. Nessa oportunidade, foram assinados protocolos de intenções nos campos da agricultura, educação e esportes. Em agosto do mesmo ano, Brasil e Cameroun realizaram a II Reunião da Comissão Mista, em Brasília.

A III edição da Comissão Mista foi realizada em fevereiro de 2010, novamente em Brasília, a pedido da parte camerounesa, a fim de coincidir com a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Henri Eyebe Ayissi. Na oportunidade, foram assinados dois acordos bilaterais: a instituição de Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais regulares entre

as duas Chancelarias e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva.

Em março de 2010, o Ministro Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, visitou o Cameroun e assinou Acordo Bilateral para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e a Inclusão Social.

Em agosto de 2010, o presidente do Cameroun, Paul Biya, visitou o Brasil. Nessa ocasião, os laços entre os dois países foram estreitados. Foram assinados o Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura e Pecuária, o Acordo de Cooperação no Campo do Turismo – atualmente em tramitação na Casa Civil – e o Acordo sobre o Exercício de Atividades Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativa e Técnico – em tramitação na Câmara dos Deputados (PDC 475/2011).

Cooperação técnica

A cooperação técnica entre os dois países beneficia-se das constantes visitas de autoridades. Já visitaram o Brasil os Ministros do Equipamento (duas ocasiões), dos Transportes e das Minas e Energia. A Ministra Ananga Messina, da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, visitou Brasília em maio de 2010, no contexto da reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e dos Países Africanos, e novamente em agosto de 2011.

Na área agrícola, cabe lembrar o treinamento de trinta técnicos em cacauicultura da Sociedade Camerounesa de Desenvolvimento do Cacau (SODECAO) por especialistas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC/MAPA), em 2010, realizado em várias cidades no interior do Cameroun.

Também em 2010, missão pluridisciplinar camerounesa, chefiada pelo Diretor-Geral da SODECAO, Jérôme Mvondo, esteve no Brasil para manter contatos junto à EMBRAPA visando a identificar oportunidades de cooperação na área de transformação do cacau. Um dos objetivos do Cameroun é o de se beneficiar da técnica brasileira de multiplicação vegetal denominada "biofábrica".

Em 2011, os dois países deram prosseguimento às iniciativas de cooperação. Entre os dias 7 e 11 de fevereiro, realizou-se missão da ABC ao Cameroun para estabelecer parcerias nas áreas de piscicultura, água e saneamento.

Em agosto deste ano, a vinda da ministra da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ananga Messina, deu seguimento à cooperação que os dois países têm mantido na área agrícola.

Cooperação cultural

Em março de 2010, foi reaberto Leitorado de Língua, Literatura e Cultura Brasileira na Universidade de Iaundê I.

Também merecem destaque a Retrospectiva do Cinema Brasileiro e a promoção, em julho de 2010, da "Semana Villa-Lobos", que contou com concerto do pianista brasileiro Fábio Gardenal, exibição de filme sobre a vida de Villa-Lobos e oficina com estudantes de piano locais.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Cameroun é composta por cerca de 80 pessoas. O atendimento consular é realizado pela Embaixada do Brasil em Iaundê, que também é responsável pelo atendimento aos brasileiros no vizinho Chade.

Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil para o Cameroun.

POLÍTICA INTERNA

Em 1° de janeiro de 1960, sob a liderança de Ahmadou Ahidjo, do partido União Camerounesa (UC), a ex-colônia francesa conquistou a independência, estabelecendo-se a República do Cameroun. Em referendo realizado no território sob administração britânica, a região sul aderiu ao novo país, enquanto a parte norte, com população predominantemente muçulmana, optou por integrar-se à Nigéria. Em 1961, sob a presidência de Ahidjo, formou-se a Federação do Cameroun, com ambas as regiões preservando certa autonomia.

Durante o restante da década de 60, Ahidjo exerceu um Governo ditatorial, respaldado pelo aparato de segurança interna do país. Em 1966, o sistema multipartidário foi abolido pelo Presidente. Os partidos políticos foram amalgamados na União Nacional Camerounesa (UNC).

Em maio de 1972, após a realização de referendo em que ampla maioria dos eleitores aprovou a unificação da Federação, surgiu a República Unida do Cameroun. Em 4 de novembro de 1982, o Presidente Ahidjo renunciou ao cargo, sendo constitucionalmente substituído pelo Primeiro-Ministro, Paul Biya, dois dias depois.

No ano seguinte, a suspeita de que estaria sendo planejado golpe de Estado contra Paul Biya, em agosto, forçou Ahidjo a deixar a liderança da UNC, que passou às mãos do atual Presidente, no congresso partidário de 14 de setembro de 1983. Em abril de 1984, motim da Guarda Republicana contra Biya foi contido pelo Exército. Em 1984, Paul Boiya foi eleito Presidente do Cameroun.

Em dezembro de 1990, Biya promulgou a Lei das Associações e Partidos Políticos, que restaurou o multipartidarismo no país. Era o início da abertura política. Em 1992, foi criado o cargo de Primeiro-Ministro. O cargo não possui o mesmo peso que em outros regimes parlamentaristas, e a maioria das decisões é tomada pelo Presidente. Atualmente, é ocupado por um representante da parcela anglófona da população, como forma de acalmar as tensões separatistas das regiões noroeste e sudoeste, que concentram a maioria dos falantes de inglês.

Em 1996, nova constituição passou a vigorar. A Constituição prevê um Parlamento bicameral, composto de Assembleia Nacional e Senado. Essa medida, bandeira dos setores oposicionistas, ainda não foi implementada, e o Poder Legislativo continua a ser exercido pela Assembleia Nacional, unicameral.

O Camerun tem mais de 250 partidos, mas somente 16 concorreram nas eleições presidenciais de 2004, e 51 disputaram as eleições municipais e legislativas de 2007. Somente cinco partidos têm representação na Assembleia Nacional, o que os torna as principais forças políticas do país. O principal deles é o "Reunião Democrática do Povo Camerounês" (RDPC), partido de Biya, que detém controle de 80% das cadeiras das assembleias, tanto locais quanto nacional.

A oposição tem como principal instrumento a Frente Social-Democrata (SDF), de John Fru Ndi. A União Democrática do Camerun (UDC) não possui grande representatividade na Assembleia Nacional, mas tem importante apoio popular na região oeste do país.

Em 2004, o Governo iniciou luta contra a corrupção, intitulada "Operação Falcão". Como consequência, em março de 2008, o ex-Ministro de Economia e Finanças, Polycarpe Abah-Abah, e o ex-Ministro da Saúde, Urbain Olanguena Awono, foram presos, sob alegação de desvio de verbas.

Eleito presidente em 1984, Biya foi reeleito em 1988, 1992, 1997, 2004 e 2011.

Nas eleições de 2011, foi concedido, pela primeira vez, o direito de voto a cidadãos residentes no exterior – importante tema na política local, uma vez que a diáspora reúne importantes lideranças oposicionistas. A novidade, no entanto, não teve impacto nos resultados eleitorais, tendo o Presidente Paul Biya sido reeleito uma vez mais, por ampla margem.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Cameroun é relativamente discreta. No plano multilateral, o país foi, no período de 2002/2003, membro do Conselho de Segurança da ONU. Teve desempenho avaliado como correto durante sua presidência da Organização da Unidade Africana (OUA) – antecessora da atual União Africana (UA) – no período 1996/1997, quando procurou mediar conflitos na República Centro-Africana e no Chade.

O país é membro da Comunidade dos Estados da África Central (CEAC) e da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) – onde representa cerca de 50% do Produto Interno Bruto do conjunto dos seis membros da Comunidade, a saber: Cameroun, Chade, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão e Guiné Equatorial. Ambos são organismos de integração econômica, mas que constituem também foros regionais relevantes de cooperação política. É membro, também, da Organização Internacional da Francofonia e da Comunidade Britânica, evidenciando a presença das duas comunidades linguísticas do país.

China

Cameroun e China mantêm relações estreitas. Destacam-se, em particular, os investimentos chineses em infraestrutura e a concessão de empréstimos ao país africano.

O Presidente chinês Hu Jintao esteve no Cameroun em fevereiro de 2007 e assinou oito acordos de cooperação técnica. Entre os acordos, destacam-se os que foram assinados nas áreas de educação (construção de duas escolas rurais) e saúde (hospitais de ginecologia, obstetrícia e pediatria, bem como o fornecimento de equipamento médico para essas atividades). Foi assinado também um acordo quadro para um empréstimo destinado ao financiamento de projeto de telecomunicações (US$ 4,5 milhões), e concedido empréstimo sem juros de US$ 4,07 milhões.

Em junho de 2009, a China entregou ao Governo camerounês o Palácio Polivalente de Esportes de Iaundê, orçado em cerca de US$ 30,1 milhões. O projeto integra a iniciativa chinesa de auxiliar no Programa Nacional de Desenvolvimento da Infraestrutura Esportiva (PNDIS) do Cameroun e é um dos diversos exemplos de obras construídas pelo Governo chinês em solo camerounês.

O Presidente Biya, que pouco se desloca ao exterior em viagens oficiais, esteve na China em cinco ocasiões (1983, 1993, 2003, 2006 e, recentemente, em julho de 2011).

Em janeiro deste ano, por ocasião da visita do Vice-Primeiro Ministro chinês, Hui Liangyu, ao Cameroun, foi assinado acordo que rege empréstimo de 450 milhões de dólares destinados à construção do porto em águas profundas de Kribi.

Na ótica do Governo camerounês, as relações com a China são "pragmáticas e exemplares".

França

As relações com a França são ainda prioritárias. Permanece grande a influência francesa na vida econômica do país, nos acordos militares, nos vínculos culturais e educacionais, na cooperação técnica, na forte presença de nacionais franceses, entre outros.

Gabão

Cameroun e Gabão constituem os pilares da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e, nesse sentido, têm mantido diálogo construtivo em temas de política regional (constituição da força de paz na República Centro-Africana) e de integração econômica. Nesse contexto, foi lançado o projeto de criação de uma "*Air Cemac*", que poderia substituir as duas empresas nacionais de aviação.

O Gabão abriga forte colônia de imigrantes camerouneses, muito ativos na vida econômica do país (sobretudo no ramo das pequenas empresas). O Gabão importa do Cameroun grande parte dos gêneros alimentícios que consome, assim como variada gama de produtos semimanufaturados e manufaturados simples, o que reflete o maior dinamismo e diversificação da economia camerounesa.

A integração das economias do Gabão e do Cameroun é promovida ativamente pela União Europeia e pela França, que financiam a construção de estradas de rodagem ligando as capitais dos dois países, além de favorecer conexões rodoviárias do Chade e da República Centro-Africana até os portos de Duala (Cameroun) e Libreville (Gabão).

Guiné Equatorial

O Cameroun mantém com a Guiné Equatorial relação de "cordial desconfiança", mutuamente alimentada. Ao mesmo tempo em que os países

trabalham juntos para melhor definir suas questões fronteiriças e que realizam, periodicamente, reuniões da Comissão Mista bilateral, há recorrentes desavenças entre os dois países. A mais recente ocorreu em maio de 2009, com a expulsão de cidadãos camerouneses residentes na Guiné Equatorial. Esta não foi a primeira vez que o Governo de Obiang expulsou cidadãos camerouneses de seu território, tendo-o feito recentemente em 2004 e 2007.

Nigéria

A relação bilateral entre o Cameroun e Nigéria deteriorou-se a partir de 1994, quando ocorreram conflitos armados na Península de Bakassi – área de cerca de 1.000 km² na costa do Cameroun, habitada sobretudo por nigerianos, e cuja projeção marítima é rica em petróleo (que a Nigéria explora no denominado "Setor G") e recursos pesqueiros, de que se beneficiam, sobretudo, os pescadores nigerianos.

O Cameroun submeteu a questão à Corte Internacional de Justiça (CIJ), que, em 10 de outubro de 2002, deu ganho de causa ao Cameroun no que se refere à soberania sobre a Península de Bakassi.

Às vésperas de uma eleição presidencial, a Nigéria pareceu inicialmente esboçar reação de inconformidade, o que ensejou decidida intervenção do Secretário-Geral da ONU, com apoio da França (que mantém militares na área) e de outros países, para o encontro de solução politicamente aceitável, sem comprometer os direitos reconhecidos ao Cameroun. Assim, foi criada Comissão Mista para implementar a decisão da Haia, com a participação de representante do Secretário-Geral da ONU.

A Nigéria, entretanto, não cumpriu a obrigação de retirar-se do território de Bakassi dentro do prazo, esgotado em 15 de setembro de 2004, alegando aceitação tácita camerounesa de alteração do calendário pertinente. A questão só foi resolvida pacificamente em agosto de 2006, quando a península foi entregue ao Cameroun. O acordo foi visto como uma grande vitória do Governo Biya. O Governo nigeriano completou a cessão em 14 de agosto de 2008.

ECONOMIA

O Produto Interno Bruto do Cameroun, quando usada a taxa oficial de câmbio, é de cerca de US$ 20 bilhões e a renda per capita de cerca de US$ 1.200. Usada, porém, a paridade do poder de compra, o PIB dobra para cerca de US$ 40 bilhões, um dos mais altos da África Subsaariana, e a renda per capita para US$ 2.200. A taxa de crescimento do PIB em 2007 foi de 2,7% e a da inflação de 1,1%.

A economia camerounesa tem oscilado segundo a flutuação dos preços internacionais dos principais produtos agrícolas de exportação, da oscilação dos preços do petróleo e das altas ocasionais da cotação do franco CFA, em paridade com o euro. Existe, porém, certo equilíbrio na economia camerounesa: agricultura (20% do PIB), atividade industrial (19%) e exploração e refino do petróleo (9%). Além desses setores, o setor terciário contribui com cerca de 46% do PIB e emprega cerca de 35% da população. É formado basicamente pela administração pública e pelo comércio.

O setor primário continua de fundamental importância: emprega cerca de 50% da população economicamente ativa. Cerca de 90% da produção agrícola se dá a nível de subsistência e 10% de plantações de escala industrial. Devido à variedade climática registrada no país, diferentes tipos de culturas predominam em cada região. Desta forma, os principais produtos na planície costeira são banana, cacau, óleo de palma, borracha e chá; no planalto do sul, café, açúcar e tabaco; e, no norte, mais seco, algodão. Apenas 15% do território camerounês é cultivado.

O setor secundário emprega 15% da população. A indústria, de relativa importância, sobretudo no contexto regional, contribui com cerca de 19% do PIB, destacando-se a produção de alumínio, refino de petróleo, reparos de navios e bens de consumo para o mercado interno, como têxteis, produtos alimentícios, cerveja, cigarro, montagem de produtos industriais importados e produtos de madeira.

Entre os problemas mais sérios para o desenvolvimento do país, podem-se mencionar, entre outros, um serviço público superdimensionado, altos impostos, dificuldade na execução dos contratos, oscilações no fornecimento de energia e deficiência dos meios de transportes.

A infraestrutura do transporte camerounês é, em geral, incapaz de sustentar o crescimento econômico do país. As rodovias, geralmente sem asfalto, tornam-se especialmente problemáticas durante a época de chuvas, o que encarece o transporte de produtos no país. O sistema ferroviário do Cameroun tem 1.009 quilômetros de extensão e é importante parte do transporte de cargas dentro do pais, além de ser a principal ligação com os vizinhos Chade e República Centro-Africana. Há três aeroportos no país (Duala, Garua e Iaundê), que atendem rotas internacionais e podem receber aeronaves de grande porte.

Desde 1990, o Governo vem trabalhando com o FMI e com o Banco Mundial em programas de saneamento da economia, de aumento da eficiência na agricultura e no comércio e de recapitalização dos bancos.

Depois de grave crise no setor bancário nos anos 90, em que vários bancos foram à falência, o Governo reestruturou o setor e transferiu sua supervisão para a Comissão Bancária da África Central (COBAC).

A política monetária fica a cargo do Banco dos Estados da África Central (BEAC), que, além de definir a política monetária de todos os países-membros da Comunidade Econômica e Monetária da África Central, fixa taxas de juros para depósitos e empréstimos e determina o lastro mínimo para os bancos comerciais.

ANEXOS

Cronologia do relacionamento bilateral

1960	Brasil reconhece a independência do Cameroun francês, em 25 de janeiro, e do Cameroon britânico, em 19 de setembro.
1961	Grupo parlamentar brasileiro visita o Cameroun, e missão especial camerounesa visita o Brasil.
1965	Assinatura de Acordo Comercial entre Brasil e Cameroun.
1972	Visita do Chanceler Gibson Barbosa a Iaundê; assinatura de Acordos de Cooperação Técnica e Cultural.
1982	Criação da Embaixada brasileira em Iaundê, cumulativa com o Chade e encarregada de acompanhar os assuntos relativos à República Centro-Africana (que não mantinha relações diplomáticas com o Brasil).
1984	Estabelecida a Embaixada do Cameroun em Brasília.
1986	Comissão Mista (Comista) Brasil-Cameroun reúne-se pela primeira vez em Iaundê; visita do Chanceler brasileiro Roberto Abreu Sodré ao Cameroun (novembro).
1999	Devido a restrições orçamentárias, a Embaixada brasileira é desativada, passando a ser cumulativa com Libreville, no Gabão.
2004	Assinatura de Memorando de Entendimento na Área de Educação.
2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Iaundê (abril); visitas do Chanceler Celso Amorim (janeiro) e do Presidente Lula (abril) ao Cameroun. Ainda nesse ano, em agosto, é realizada em Brasília a II Comissão Mista Brasil-Cameroun.
2007	Abertura de Leitorado de Língua e Literatura Brasileira na Universidade de Iaundê I.
2008	Realização da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, em Brasília (fevereiro); Visita do Ministro das Relações Exteriores camerounês, Henri Eyebe Ayissi, ao Brasil
2010	Visita ao Brasil do Presidente Paul Biya.

Cronologia histórica

Século I a.C	Presença das primeiras tribos bantus na região força a marcha dos pigmeus para as florestas no interior do atual território do país.
Século XV	Expedições portuguesas exploram a costa da região, batizando-a de "Camarões" devido à grande presença do crustáceo em seus rios.
Século XVII	Holandeses ocupam a região.
Século XVIII	Missionários britânicos fazem protestos contra o tráfico de escravos. A Sociedade Missionária Batista de Londres cria em Vitória, atual Limbé, uma colônia cristã para escravos libertos.
1884	Alemães dominam a região, criando o Protetorado do Kamerun.
1916	Durante a I Guerra Mundial, tropas britânicas e francesas forçam os alemães a deixarem o país.
1919	A Declaração de Londres divide o país em uma parte britânica (20% do território) e uma parte francesa (os 80% restantes).
1960	Independência do Cameroun Francês, que muda de nome para República do Cameroun; Ahmadou Ahidjo torna-se presidente.
1961	A ONU realiza plebiscito nas duas regiões previamente sob controle britânico. A parte norte decide pela união com a Nigéria, enquanto a seção sul se integra à República do Cameroun.
1966	Criação da *Union Nationale Camerounaise* (UNC), partido englobando as maiores tendências políticas francófonas do país.
1972	Após referendo, o Cameroun se torna um Estado unitário e passa a adotar o nome oficial de "República Unida do Cameroun".
1982	Ahidjo renuncia à Presidência por motivos de saúde, e o Primeiro-Ministro Paul Biya assume.
1983	Ahidjo se exila, após acusações de que teria planejado golpe contra Biya.
1984	Biya é eleito presidente; muda o nome do país de volta para "República do Cameroun".
1992	Paul Biya é reeleito na primeira eleição multipartidária do Cameroun.
1994	Começam as disputas com a Nigéria sobre a península de Bakassi.

1996	Após conflitos na fronteira, Cameroun e Nigéria aceitam mediação da ONU sobre o conflito a respeito de Bakassi.
1997	Biya é reeleito presidente por mais sete anos.
2000	O Banco Mundial aprova financiamento para a construção de oleoduto ligando o Chade ao Cameroun, apesar dos protestos de ativistas dos direitos humanos e ambientais.
2004	Biya é mais uma vez eleito presidente, por mais sete anos.
2006	Após decisão da Corte Internacional de Justiça em favor do Cameroun, a Nigéria desocupa a Península de Bakassi. O processo de transferência de soberania da Península em favor do Cameroun se completa em 2008.
2008	Emenda constitucional permite reeleições ininterruptas para Paul Biya.
2011	Biya é reeleito para novo mandato de sete anos.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto n.º	Data
Acordo Comercial	05/06/1965	07/10/1966	61860	06/12/1967
Acordo de Cooperação Técnica	14/11/1972	20/09/1973	73158	14/11/1973
Acordo Cultural	14/11/1972	20/09/1973	73158	14/11/1973
Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo	04/08/2010	Em tramitação na Casa Civil		
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	04/08/2010	Em tramitação na Câmara dos Deputados (PDC 475/2011)		

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

COMÉRCIO EXTERIOR[1] (US$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010[2]	2011[2][3]
Exportações (fob)	4.652	4.809	5.993	3.792	4.471	1.674
Importações (cif)	2.916	3.614	4.344	3.929	4.482	1.672
Balança comercial	1.736	1.285	1.249	-137	-11	2
Intercâmbio comercial	7.568	8.513	9.937	7.721	8.953	3.346

[Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011].

(1) Os dados são estimativas, necessariamente, com pequenas aproximações no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes ocasiões de venda (fob) e data efetiva averbação de cargas.

(2) Janeiro-Z. Mês posição disponível em 05/10/2011.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010[3]
População (em milhões de habitantes)	18,2	18,7	19,1	19,5	20,0
Densidade demográfica (hab/Km²)	38,3	39,3	40,2	41,0	42,1
PIB Nominal(US$ bilhões)[1]	18,0	20,7	23,4	23,7	23,6
Crescimento real do PIB (%)[1]	3,2	3,5	2,9	2,0	2,6
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,4	3,5	5,3	1,0	3,1
Reservas internacionais (US$ milhões)	1.735	2.932	3.091	3.676	3.685
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	3,3	3,0	2,8	2,9	3,1
Câmbio (CFAfr / US$)[1]	522,9	479,3	447,8	472,2	495,3

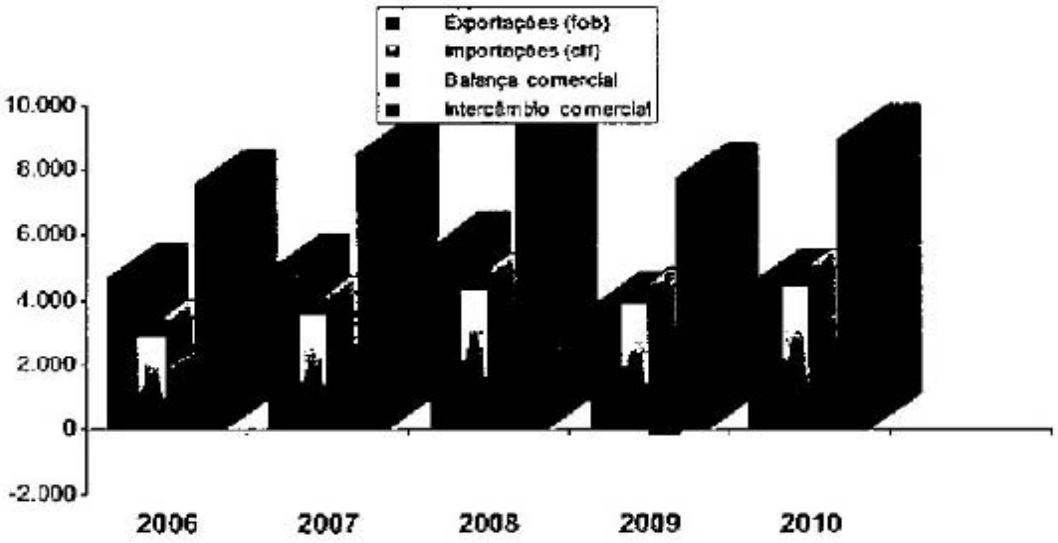
Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da Economist Intelligence Unit, Country Report July 2011.

(1) Estimativa EIU

(2) 2009: estimativa

(3) 2010: dado real

COMÉRCIO EXTERIOR DO CAMEROUN



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 (1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES								
Espanha	1.089	19,5%	484	12,8%	670	15,0%	257	15,3%
Países Baixos	445	7,9%	555	14,6%	571	12,8%	173	10,4%
China	436	7,8%	362	9,5%	420	9,4%	231	13,8%
Itália	742	13,3%	467	12,3%	413	9,2%	166	9,9%
França	451	8,1%	217	5,7%	290	6,5%	117	7,0%
Estados Unidos	584	10,4%	243	6,4%	283	6,3%	69	4,1%
Índia	29	0,5%	58	1,5%	189	4,2%	80	4,8%
Reino Unido	132	2,4%	158	4,2%	147	3,3%	23	1,4%
Chade	120	2,1%	105	2,8%	133	3,0%	50	3,0%
Bélgica	221	4,0%	171	4,5%	131	2,9%	62	3,7%
Gabão	112	2,0%	98	2,6%	125	2,8%	47	2,8%
Gana	85	1,5%	75	2,0%	95	2,1%	36	2,1%
Trinidad and Tobago	79	1,4%	69	1,8%	88	2,0%	33	2,0%
Portugal	26	0,5%	109	2,9%	77	1,7%	11	0,6%
Alemanha	131	2,3%	41	1,1%	77	1,7%	83	5,0%
Brasil	*3*	*0,1%*	*3*	*0,1%*	65	*1,5%*	*1*	*0,1%*
SUBTOTAL	**4.685**	**83,8%**	**3.215**	**84,8%**	**3.775**	**84,4%**	**1.436,8**	**85,8%**
DEMAIS PAÍSES	**908**	**16,2%**	**577**	**15,2%**	**696**	**15,6%**	**237,2**	**14,2%**
TOTAL GERAL	5.593	**100,0%**	3.792	**100,0%**	4.471	**100,0%**	**1.674,0**	**100,0%**

Elaborado pela AFRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-abril, última posição disponível em 09/08/2011.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010(1)	% no total	2010 (1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES								
França	927	21,3%	824	21,0%	850	19,0%	324	19,4%
China	419	9,6%	457	11,6%	595	13,3%	222	13,3%
Nigéria	607	14,0%	423	10,8%	554	12,4%	235	14,0%
Bélgica	270	6,2%	260	6,6%	247	5,5%	93	5,6%
Alemanha	166	3,8%	133	3,4%	180	4,0%	54	3,2%
Costa do Marfim	52	1,2%	125	3,2%	159	3,5%	30	1,8%
Estados Unidos	138	3,2%	169	4,3%	146	3,2%	68	4,1%
Tailândia	95	2,2%	110	2,8%	132	2,8%	55	3,3%
Índia	105	2,4%	74	1,9%	124	2,8%	52	3,1%
Itália	135	3,1%	112	2,9%	122	2,7%	47	2,8%
Brasil	***147***	***3,4%***	***109***	***2,8%***	***121***	***2,7%***	***26***	***1,6%***
Países Baixos	109	2,5%	114	2,9%	93	2,1%	43	2,6%
África do Sul	63	1,5%	66	1,7%	84	1,9%	27	1,6%
Espanha	73	1,7%	67	1,7%	77	1,7%	25	1,5%
Reino Unido	61	1,4%	51	1,3%	62	1,4%	28	1,7%
Mauritânia	50	1,1%	43	1,1%	56	1,2%	21	1,2%
Turquia	36	0,8%	55	1,4%	53	1,2%	30	1,8%
República da Coréia	49	1,1%	36	0,9%	53	1,2%	23	1,4%
Paquistão	90	1,4%	32	1,4%	40	1,0%	14	1,0%
Cingapura	27	0,6%	32	0,5%	40	0,8%	13	0,8%
SUBTOTAL	**3.618**	**83,3%**	**3.293**	**83,8%**	**3.787**	**84,5%**	**1.428,4**	**85,4%**
DEMAIS PAÍSES	**725**	**16,7%**	**636**	**16,2%**	**695**	**15,5%**	**243,6**	**14,6%**
TOTAL GERAL	4.344	**100,0%**	3.929	**100,0%**	4.482	**100,0%**	**1.672,0**	**100,0%**

Elaborado pela AFRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Janeiro-abril, última posição disponível em 09/08/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010[1]	
	Valor	Part.%
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	1.649	43,7%
Cacau e suas preparações	754	20,0%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	612	16,2%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	260	6,9%
Borracha e suas obras	154	4,1%
Alumínio e suas obras	100	2,7%
Algodão	92	2,4%
Café, chá, mate e especiarias	71	1,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15	0,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	8	0,2%
Subtotal	3.715	98,5%
Demais Produtos	56	1,5%
Total Geral	3.771	100,0%
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	537	14,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	456	12,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	279	7,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	264	7,0%
Cereais	225	6,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	142	3,8%
Produtos farmacêuticos	134	3,6%
Plásticos e suas obras	100	2,7%
Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos	95	2,5%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	80	2,1%
Sal, enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	56	1,5%
Peixes e crustáceos, moluscos	52	1,4%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	49	1,6%
Subtotal	2.479	66,1%
Demais Produtos	1.165	33,9%
Total Geral	3.644	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do DNC/TADIT/TC/Tradenet.

Camarões não informou dados comerciais ao banco de dados Tradenet. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 06/08/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. DE CAMARÕES[1] (US$ mil fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	104.497	121.115	133.556	103.886	105.666
Variação em relação ao ano anterior	19,1%	15,9%	10,1%	-22,8%	6,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	1,4%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Importações	2.083	11.135	2.647	3.447	64.981
Variação em relação ao ano anterior	183,4%	434,5%	-74,4%	21,1%	1785,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	106.580	132.250	136.264	106.453	174.648
Variação em relação ao ano anterior	20,5%	24,1%	3,0%	-21,9%	64,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	0,7%	0,7%	0,5%	0,6%	0,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	102.374	109.980	130.549	99.569	44.687

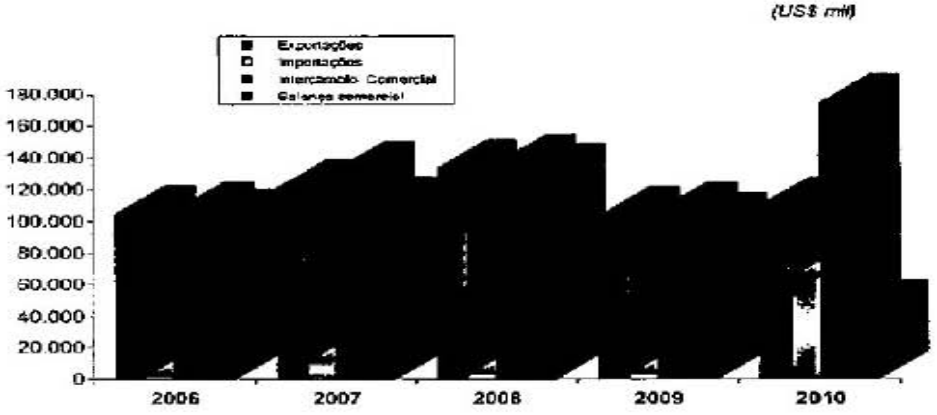
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das importações brasileiras e das exportações de bens e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fretes internos e custos para cálculo do valor aduaneiro, pelas diferenças metodológicas de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. DE CAMARÕES (US$ mil, fob)	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	54.327	86.105
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-29,0%	58,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,7%	1,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,5%	0,6%
Importações	63.469	1.170
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	5671,7%	-98,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	29,1%	0,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,8%	0,0%
Intercâmbio Comercial	117.816	87.275
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	51,9%	-25,9%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	0,8%	0,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,3%
Balança Comercial	-9.142	84.935

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-REPÚBLICA DE CAMARÕES
2006 - 2010



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. CAMARÕES (US$ mil, fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Açúcares e produtos de confeitaria	13.705	10,3%	8.133	7,9%	33.678	30,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	19.495	14,6%	41.316	40,1%	31.724	28,9%
Produtos químicos inorgânicos	70.617	52,9%	20.910	20,3%	25.795	24,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.693	1,2%	4.547	4,4%	4.695	4,3%
Ferro fundido, ferro e aço	7.321	5,5%	3.572	3,5%	4.067	3,7%
Veículos automóveis, tratores suas partes e acessórios	432	0,3%	605	0,6%	2.158	2,0%
Sal, enxofre, terras, Pedras, gesso, cal e cimento	7.863	5,9%	320	0,3%	0	0,0%
Cereais	0	0,0%	8.852	8,6%	0	0,0%
Subtotal	121.087	90,8%	88.255	85,7%	103.118	94,0%
Demais Produtos	12.309	9,2%	14.741	14,3%	6.550	6,0%
TOTAL GERAL	133.396	100,0%	103.996	100,0%	109.668	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. CAMARÕES (US$ mil, fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais	0	0,0%	0	0,0%	61.387	94,5%
Borracha e suas obras	1.247	43,8%	2.489	72,2%	3.127	4,8%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.592	55,9%	704	20,4%	450	0,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	0	0,0%	0	0,0%	13	0,0%
Subtotal	2.839	99,7%	3.193	92,6%	64.977	100,0%
Demais Produtos	8	0,3%	254	7,4%	4	0,0%
TOTAL GERAL	2.847	100,0%	3.447	100,0%	64.981	100,0%

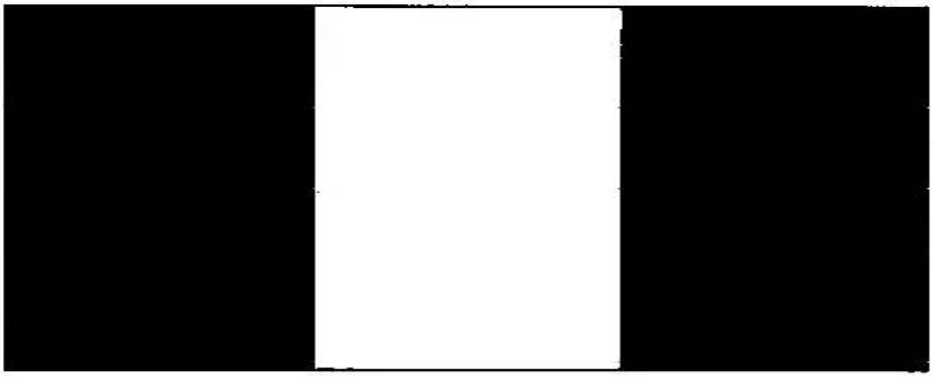
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

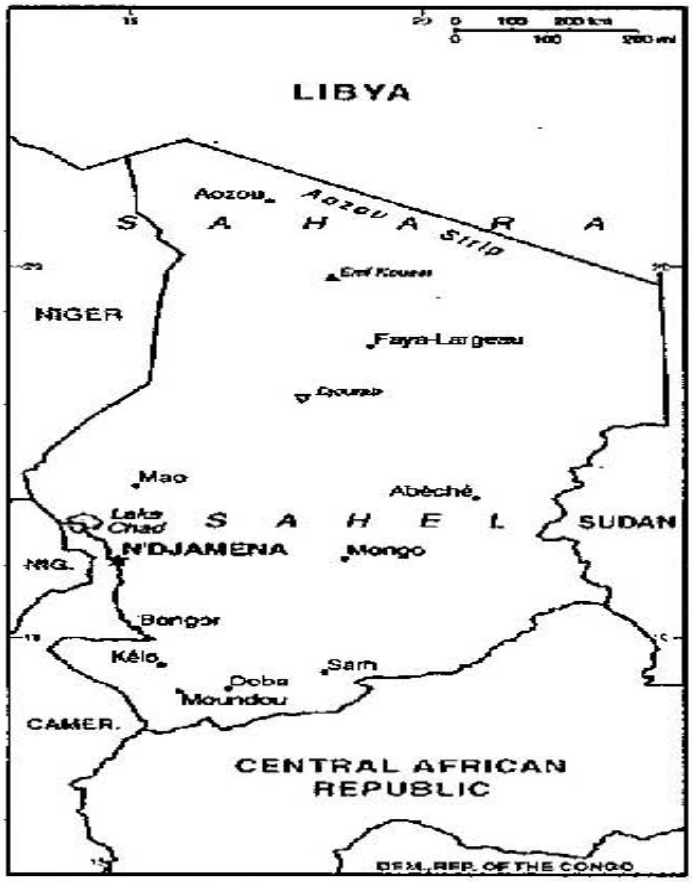
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CAMARÕES	2010 (jan-ago)	% do total	2011 (jan-ago)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitaria	10.134	18,7%	47.360	56,0%
Produtos químicos inorgânicos	16.072	29,6%	30.137	35,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.159	5,8%	2.726	3,2%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	0	0,0%	937	1,1%
Carnes e miudezas, comestíveis	320	0,6%	519	0,6%
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	576	1,1%	307	0,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.940	3,6%	229	0,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	18.213	33,5%	65	0,1%
Subtotal	**50.414**	**92,8%**	**82.280**	**95,6%**
Demais Produtos	**3.913**	**7,2%**	**3.825**	**4,4%**
TOTAL GERAL	**54.327**	**100,0%**	**86.105**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Borracha e suas obras	1.868	2,9%	576	49,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	218	0,3%	299	25,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	286	24,4%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	61.387	96,7%	0	0,0%
Subtotal	**63.473**	**100,0%**	**1.161**	**99,2%**
Demais Produtos	**0**	**0,0%**	**9**	**0,8%**
TOTAL GERAL	**63.489**	**100,0%**	**1.170**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA I

REPÚBLICA DO CHADE





OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....
RELAÇÕES BILATERAIS .....
POLÍTICA INTERNA.....
POLÍTICA EXTERNA .....
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS .....
ANEXOS .....
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....
ATOS BILATERAIS .....
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Chade
Capital:	N'Djamena
Área:	1,284 milhão de km² (aproximadamente a área do Estado do Pará)
População (Censo 2009):	11,27 milhões
Idiomas:	Francês (oficial), árabe (oficial), sara (no sul) e mais de 120 línguas e dialetos
Principais religiões:	Islamismo (53,1%), catolicismo (20,1%), protestantismo (14,2%) e crenças tradicionais (7,3%) (Censo de 1993)
Sistema político:	República presidencialista
Chefe de Estado:	Presidente Idriss Déby Itno (desde dezembro de 1990)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Emmanuel Nadingar (desde março de 2010)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Ministro Moussa Faki Mahamat (desde abril de 2008)
PIB (FMI , 2010):	US$ 7,6 bilhões (nominal) US$ 16,9 bilhões (PPP)
PIB *per capita* (FMI, 2010):	US$ 743 (nominal) US$ 1.653 (PPP)
IDH (PNUD, 2011):	0,328 (183° entre 187 países avaliados)
Expectativa de vida (PNUD, 2011):	49,6 anos
Unidade monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Comunidade brasileira estimada:	Não há registro de brasileiros no Chade

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US$ MIL F.O.B.)

Brasil – Chade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	**261**	**364**	**143**	**527**	**725**	**4.444**	**4.411**	**2.558**	**2.808**	**2.530**
Exportações	261	341	143	520	720	4.434	4.411	2.285	2.807	2.528
Importações	0	23	0	7	5	10	0	273	1	2
Saldo brasileiro	**261**	**318**	**143**	**513**	**715**	**4.424**	**4.411**	**2.012**	**2.806**	**2.526**

Fonte: MDIC.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Idriss Déby Itno
Presidente da República

Idriss Déby Itno nasceu na cidade de Berdoba, no nordeste do Chade, em 1952. Estudou na Escola de Oficiais de N'Djamena, tendo obtido, em 1976, licença de piloto profissional na França. É muçulmano.

De retorno ao Chade, Déby aproximou-se de Hissène Habré, líder rebelde que chegou ao poder em 1982. Promovido a coronel, Déby voltou à França, onde cursou a Escola de Guerra Inter-Exércitos (1986-1987). Novamente no Chade, é nomeado Conselheiro de Defesa por Habré. Em 1989, desentendimentos com o Presidente Hissène Habré levaram Déby a exilar-se na Líbia e, em seguida, no Sudão, onde cria o "Movimento Patriótico de Salvação" (MPS).

Em dezembro de 1990, Déby chega ao poder por meio de um golpe de estado. Após seis anos de Governo, ocorreram as primeiras eleições multipartidárias do Chade, que foram vencidas por Déby. O Presidente foi reeleito em 2001, 2006 e 2011, em pleitos boicotados pela oposição.

Emmanuel Nadingar
Primeiro-Ministro

Nascido em Bebidja, sudoeste do Chade, em 1959, Nadingar obteve a formação de contador em Brazzaville (República do Congo). Fundou, em meados dos anos 1990, o "Partido Nacional para a Recuperação e o Desenvolvimento", que se fundiu ao "Movimento de Salvação Patriótica", do Presidente Déby.

Antes de assumir o cargo de Primeiro-Ministro, em março de 2010, Nadingar atuara como Ministro da Defesa, Ministro do Petróleo e Ministro da Descentralização.

Moussa Faki Mahamat
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Moussa Faki nasceu em Biltine, no leste do Chade. Tem doutorado em Direito Público, obtido em Brazzaville (República do Congo). Após o golpe de Hissène Habré, Moussa Faki exilou-se e somente retornou ao Chade em 1991, quando Déby já era Presidente.

Ente 1999 e 2002, foi Chefe de Gabinete de Déby, e, em 2001, foi também diretor de campanha para a reeleição do Presidente.

Foi Primeiro-Ministro do Chade entre 2003 e 2005.

Em 2007, foi apontado Presidente do Conselho Econômico, Cultural e Social do país.

Em 2008, assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê. Desde então, as relações vêm se intensificando gradualmente, principalmente em decorrência da cooperação no campo da agricultura. A ex-Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, por exemplo, visitou o Brasil em maio de 2010, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Cooperação técnica – Projeto Cotton-4

Embora não haja acordo de cooperação técnica em vigor entre o Brasil e o Chade, o país africano é um dos beneficiários do Projeto "Cotton-4", que está sendo executado com base em acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a União Africana.

Benin, Burkina Faso, Chade e Mali – países em cujas economias a produção algodoeira tem grande importância – formam o chamado "Cotton-4", grupamento que visa a fortalecer a posição de seus membros na Organização Mundial do Comércio em questões relativas ao algodão.

O projeto Cotton-4 está entre os mais importantes projetos de cooperação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para o continente africano.

O projeto de cooperação começou a ser negociado em fevereiro de 2009, quando também ficou definido que sua sede ficaria em Sotuba, no Mali. O projeto visa ao fortalecimento da cadeia produtiva do algodão nos quatro países participantes através da transferência de variedades brasileiras de algodão, desenvolvidas pela Embrapa, além da difusão de técnicas de melhoramento e pesquisa a técnicos e especialistas.

Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, designada pelo Governo malinês, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, os quais são ministrados por membros da Embrapa. Ademais, foi montada uma unidade demonstrativa com quatro hectares de área, onde foram feitos os testes e a adaptação das variedades brasileiras às condições de clima e de solo da região. O projeto conta também com um representante permanente da Embrapa, responsável pela supervisão dos testes e manutenção das unidades.

Em novembro de 2009, o ex-Chanceler Celso Amorim, o Presidente do Mali e o Ministro da Agricultura malinês visitaram Sotuba

para participar da primeira colheita e lançar a pedra fundamental das edificações previstas no projeto. Em 2010, ocorreu a segunda colheita, com resultados ainda mais satisfatórios que no ano anterior. Concomitantemente, foram instaladas nos outros três países participantes unidades de validação e demonstração para reprodução dos testes realizados em Sotuba e aplicação do conhecimento adquirido ao longo das capacitações do projeto. Até o momento, ocorreram oito cursos, formando mais de cem técnicos dos quatro países. No segundo semestre de 2011, a revitalização de Sotuba e a construção dos laboratórios serão concluídos e o complexo será inaugurado.

Classificado como um "Projeto Estrutural", o Cotton-4, cujo orçamento ultrapassa os 5 milhões de dólares, almeja não somente transferir técnicas e tecnologias desenvolvidas pelo Brasil, mas também deixar, ao seu término, uma estrutura permanente de capacitação. Esse elemento faz do Cotton-4 um polo difusor de conhecimento do continente e um fator de coesão e fortalecimento regional. Devido a tais características, o projeto por mais de uma vez foi apresentado, estudado e discutido no âmbito da OMC, como modelo a ser seguido para a cooperação internacional e a transferência de tecnologia.

Comércio e investimentos bilaterais

Desde 2006, mesmo com os efeitos da crise, o intercâmbio se multiplicou por quatro, passando de US$ 726 mil para US$ 2,8 milhões – valores, no entanto, ainda muito modestos. A pauta de comércio é composta basicamente por exportações brasileiras, principalmente máquinas, aparelhos e matérias elétricos (75%).

Não há registros de investimentos de empresas brasileiras no Chade.

Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT)

A Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT) foi criada pela Resolução 1778 (2007) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de garantir a proteção de civis, especialmente dos refugiados darfurianos no Chade e na República Centro-Africana.

Em 15 de janeiro de 2010, o Governo do Chade solicitou à ONU a retirada da MINURCAT de seu território. Na ocasião, argumentou que a menor intensidade do conflito em Darfur e os entendimentos bilaterais entre os Governos do Chade e do Sudão reduziam as chances de novos influxos de refugiados sudaneses em território chadiano.

Unanimemente aprovada, a Resolução 1923 determinou que o efetivo militar fosse reduzido para 1900 indivíduos até 15 de julho de 2010. A retirada completa das tropas se completou em 31 de dezembro de 2010. O Chade assumiu o compromisso de assegurar a proteção de civis.

O Brasil votou a favor da Resolução 1923, no entendimento de que o país anfitrião tem o direito soberano de solicitar a retirada de missão de paz, sem prejuízo de suas obrigações – nesse caso, mantida a obrigação do Governo do Chade para com a proteção de civis.

Assuntos consulares

Não há registros de brasileiros no Chade. O atendimento consular está sob a jurisdição da Embaixada do Brasil em Iaundê (Cameroun).

Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil para o Chade.

POLÍTICA INTERNA

Ex-colônia francesa, o Chade tornou-se independente em 1960, tendo por primeiro Presidente François Tambalbaye. Enfrentando forte oposição na região norte do país, Tambalbaye, político sulista, foi, com o passar dos anos, impondo um regime crescentemente autoritário. Nesse contexto, inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década.

Cada vez mais isolado no âmbito interno e externo, Tambalbaye foi deposto e morto em 1975. Não obstante, o país permaneceu instável politicamente. O General Félix Malloum, novo Presidente, entrou em conflito com movimento liderado por Hissène Habré, a Frente de Libertação Nacional do Chade, principal força rebelde do norte.

Como resultado desses novos embates, formou-se, em 1979, governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Oueddei, líder de outra importante frente de libertação. Contudo, desentendimentos com o movimento de Habré levaram a novos conflitos, que só foram equacionados, em favor do último, depois de vários anos de choques armados e em função de intervenção militar francesa.

A despeito desse desfecho, o estabelecimento de um regime cada vez mais autoritário alienou o apoio externo e interno a Habré. Em 1989, depois de desentendimentos com o Presidente Habré, Déby Itno, naquele momento ocupando importante cargo na hierarquia militar, voou para o Sudão para lançar o Movimento Patriótico de Salvação. Apoiado pelo Sudão e pela Líbia e ainda contando com a simpatia francesa, Déby logrou chegar ao poder em 1990.

Ao assumir a Presidência da República, Déby comprometeu-se com a transição para a democracia. A organização de partidos políticos de oposição foi autorizada em 1992. Além disso, concedeu-se mais liberdade de expressão e de imprensa. Por fim, em 1996, aprovou-se uma Constituição via referendo, e realizaram-se eleições, vencidas por Déby.

Em 2004, aprovaram-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumentou-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais. Embora essas emendas tenham sido aprovadas tanto pela Assembléia Nacional como por referendo, elas geraram uma série de críticas entre os tradicionais opositores e alguns apoiadores de Déby.

Nesse contexto, a oposição civil conseguiu organizar-se melhor. Surgiu, em 2004, a Coordenação dos Partidos Políticos em Defesa da Constituição, que, apesar de não ter evitado o referendo referente às reformas constitucionais, realizou um efetivo boicote às eleições presidenciais de 2006. Nesse mesmo período, grupos armados foram criados ou se fortaleceram. A instabilidade importada da crise no Sudão dificultava ainda mais a governabilidade do país. Em 2008, rebeldes chegaram a cercar o palácio presidencial, mas Déby, com apoio logístico francês, conseguiu resistir.

Desde então, acordos com lideranças oposicionistas, a chegada das missões da União Europeia e, posteriormente, da ONU, e a retomada das relações diplomáticas e militares com o Sudão parecem ter contribuído para a diminuição da violência.

Eleições parlamentares foram realizadas em fevereiro de 2011. O Movimento Patriótico de Salvação, de Déby, conquistou 113 cadeiras das 188 disponíveis. Os três principais partidos opositores (a União Nacional pela Democracia e Renovação, a União pela Renovação e Democracia e a Federação Ação pela República) obtiveram apenas 20 assentos.

Déby foi reeleito Presidente do Chade, para seu terceiro mandato consecutivo, em 21 de abril de 2011. Os candidatos oposicionistas boicotaram o pleito, como já haviam feito em 2006.

POLÍTICA EXTERNA

Para compreender a política externa chadiana, faz-se necessário analisar as relações do país com as grandes potências, com as nações vizinhas e também com as organizações africanas de integração.

A França, ex-metrópole, continua a desempenhar papel de extrema importância na política interna chadiana. A presença de tropas francesas em território chadiano – embora inexista um tratado bilateral de defesa – é fator que, nos momentos de crise, influi na permanência ou queda dos Governos estabelecidos. Foi assim na década de 1980, quando tropas francesas intervieram diretamente contra as tropas líbias e a favor de Habré, governante que, porém, não lograria contar com apoio francês em seu conflito com Déby Itno, em 1990. Este, por sua vez, foi apoiado militarmente pela França nos momentos de maiores tensões políticas.

Embora a França ocupe uma posição de hegemonia no campo político e militar e seja o segundo principal país de origem das importações do Chade, outros países também se destacam na área econômica. Nessa esfera, vale ressaltar a posição dos Estados Unidos, principal destino do petróleo explorado pelo consórcio liderado pela empresa americana *ExxonMobil*. Na parte política, as relações com os norte-americanos estão centradas em acordo para o combate de atividades terroristas.

Com relação à China, o Chade também é afetado pelo avanço do país asiático sobre o Continente Africano. Após o rompimento das relações diplomáticas com Taiwan e do estabelecimento de relações com Pequim, em 2006, a presença chinesa faz-se cada vez mais visível, principalmente no setor petrolífero. A China já é o terceiro destino das exportações chadianas e o principal fornecedor desse país.

Quanto aos países vizinhos, cabe destacar as relações com Sudão, Líbia e Cameroun. O relacionamento com o Sudão vem se caracterizando pelos constantes rompimentos e reconciliações. A crise no Sudão vem tendo consequências para estabilidade política do Chade. As levas de refugiados sudaneses têm sido fontes de problemas de ordem política e humanitária para autoridades chadianas. Mais importante ainda era o apoio dado pelo governo sudanês às atividades de grupos rebeldes opositores do Presidente Déby.

Em janeiro de 2010 os dois países restabeleceram relações diplomáticas e militares. Seguiu-se, no mês seguinte, uma visita de Déby Itno a Darfur. Em março, foi assinado acordo para patrulhamento conjunto das fronteiras, o qual vem sendo cumprido com resultados positivos para segurança no leste do Chade.

As relações com a Líbia ocupam, desde a assunção de Déby ao poder, posição de destaque na política externa chadiana. O país, à época de

Muammar Kadhafi, foi importante mediador nas disputas com o Sudão. Além disso, a nação vizinha realizou importantes investimentos na infraestrutura chadiana.

Compartilhando fronteira de aproximadamente 800 km, Chade e Cameroun mantêm relações bastante cordiais. As relações econômicas dos países também são bastante intensas. O oleoduto que escoa boa parte da produção petrolífera chadiana passa por território camaronês. Além disso, esse país é o terceiro principal fornecedor de produtos para o Chade.

O Chade é membro da União Africana (UA) e das organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). No âmbito da UA, o país, que normalmente mantém perfil discreto, destacou-se ao ser indicado como um dos cinco representantes do Painel de Alto Nível para Solução da Crise em Côte d'Ivoire.

A Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), formada por Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, Congo-Brazzaville, República Centro-Africana e Gabão, é um projeto de integração com viés político e econômico. Os países membros da organização compartilham moeda e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento regional.

Em 2010, a organização anunciou importantes medidas, tais como: a criação do passaporte CEMAC, que dispensará a necessidade de visto para deslocamentos intrarregionais; e o estabelecimento de uma companhia área para melhorar o transporte entre os países. No contexto de denúncias de corrupção, foram anunciadas também reformas no Banco Central regional (Banco dos Estados da África Central), que concederam maior autonomia para essa instituição. No entanto, o maior problema de ordem monetária da região – a paridade do Franco FCA com o Euro e a consequente ausência de uma política monetária verdadeiramente autônoma – ainda deverão ser enfrentados.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central é composta, por sua vez, pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Um dos principais objetivos dessa organização é formar um mercado único na África Central. Interesses econômicos diversificados, desavenças políticas e o engajamento dos países membros em diferentes organizações regionais são fatores que têm impedido o sucesso pleno da consecução desses objetivos.

ECONOMIA

Até o início da década de 1990, a economia do Chade era baseada em atividades agrícolas e pastorais bastante tradicionais. Não produzindo nenhum bem de grande demanda no mercado internacional, havia sérias dificuldades para a monetização da economia e, dessa forma, para a dinamização das relações mercantis. Regionalmente, o Sul, com terras mais férteis, concentrava a maior parte da população, que, majoritariamente, retirava seu sustento do cultivo do algodão. O Norte, mais árido, possuía menor densidade demográfica.

A economia do país, contudo, modificou-se rapidamente com a descoberta de consideráveis reservas de petróleo, no início dos anos 1990. Transformações significativas tiveram lugar em decorrência dos investimentos necessários para implantar a indústria petrolífera. O país, após longo período de conflitos internos, apresentou modesto crescimento do PIB nos anos 1990 (média de 2,1% a.a), que se acelerou entre 2001 e 2005 (média de 6% a.a).

A natureza dessas mudanças é mais bem compreendida quando se faz uma análise estrutural da economia chadiana. Embora a distribuição territorial da população tenha se mantido relativamente estável e apesar de a produção de algodão continuar importante para o sustento de 10% da população chadiana, percebe-se um claro declínio da participação das atividades agropecuárias no PIB (saíram de 34% e chegaram a 17%). Ademais, houve considerável incremento da capacidade de gasto do Estado, uma vez que suas receitas cresceram significativamente. Por fim, houve mudança bastante significativa nas exportações do país, que, além de terem crescido exponencialmente, estão baseadas quase que unicamente em um produto: o petróleo.

Apesar das esperanças de desenvolvimento e de estabilidade política decorrente da implantação da nova economia, muita pouca coisa efetivamente foi alcançada. A segurança nacional e a estabilidade política continuam ameaçadas pela existência de inúmeras milícias. As recorrentes crises alimentares, por sua vez, são fortes indícios de que as condições de vida da população pouco se alteraram.

Se a situação do país já não era positiva, o quadro piorou a partir de 2006, quando a produção parou de crescer e, mais recentemente, quando se iniciou uma trajetória de declínio. Essa queda na produção é associada à diminuição da produtividade do importante campo de Doba, no sul do país. Há sérios questionamentos se o início da produção no campo de Ronier, previsto para este ano, poderá reverter essa trajetória.

Nesse contexto adverso, o PIB, entre 2006 e 2009, passou a apresentar crescimento mais baixo e volátil: em 2006 e 2007, o crescimento

foi próximo a zero; em 2008, acima de 10%; e em 2009, negativo em decorrência da crise financeira internacional. Refletindo menor dinamismo econômico e impactadas pelos gastos com segurança e infraestrutura, além do desperdício gerado pela corrupção, as contas fiscais deterioram-se continuamente, o que gerou uma série de atritos com os países doadores e com os órgãos multilaterais de crédito.

As contas externas também passaram por processo de deterioração. O país, em 2009, perdeu mais da metade de suas reservas, que eram de US$ 1,3 bi e passaram para US$ 600 mi. Os amplos saldos comercias e as remessas de chadianos que vivem em outros países não são suficientes para cobrir os déficits nas contas de serviço e de rendas. Esse último é extremamente alto em decorrência das remessas de lucros das multinacionais petrolíferas. O país depende, portanto, da boa vontade dos doadores e dos investimentos diretos estrangeiros.

Em 2010, no entanto, a economia deu sinais de recuperação. O setor petrolífero teve melhor desempenho em decorrência dos aumentos de preços (a produção permaneceu constante), a agricultura, impulsionada por boas safras, e o setor de serviços, estimulados pelos gastos do governo em infraestrutura e pelos investimentos estrangeiros (líbios, chineses e nigerianos) apresentaram dinamismo acentuado. O PIB cresceu 4,5%. A balança comercial teve um desempenho melhor e voltaram-se a acumular reservas. Em decorrência das boas safras, verificou-se deflação de 1%, o que contrasta com o aumento de preços de 10% em 2009.

Segundo estimativas, o crescimento do PIB em 2011 foi de 2,5% e a inflação apresentou o valor de 6,5%. Os resultados, menos positivos que os apresentados em 2010, são em parte atribuídos à crise na vizinha Líbia, que teve repercussões Chade.

O país apresenta como desafios certos problemas estruturais, a saber: baixa capacidade do setor exportador de dinamizar outros setores, setor petrolífero estagnado e incipiente diversificação econômica.

ANEXOS

Cronologia das relações bilaterais Brasil-Chade

1996 - Estabelecimento de relações diplomáticas;
2009 - Início do Projeto de Cooperação entre o Brasil e os países do "*Cotton-4*";
2010 - Visita da então Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, ao Brasil.

Cronologia histórica

1960 - O Chade alcança sua independência em 1960, sob a liderança de François Tambalbaye;
1965 - Inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década;
1975 - François Tambalbaye é retirado do poder e morto. Assume o General Félix Malloum;
1979 - Forma-se governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Ouedde;
1982 - Habré chega ao poder;
1990 - Déby Itno lidera golpe de Estado e assume a Presidência;
1992 - A organização de partidos políticos de oposição é autorizada;
1996 - Aprova-se, via referendo, constituição. Déby Itno é eleito Presidente;
2001 - Déby Itno é reeleito Presidente da Repúnlica;
2004 - Aprovaram-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumenta-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais;
2006 - Déby Itno é reeleito. Oposição realiza boicote;
2011 - Déby é reeleito Presidente. Oposição novamente boicota o pleito.

Atos bilaterais

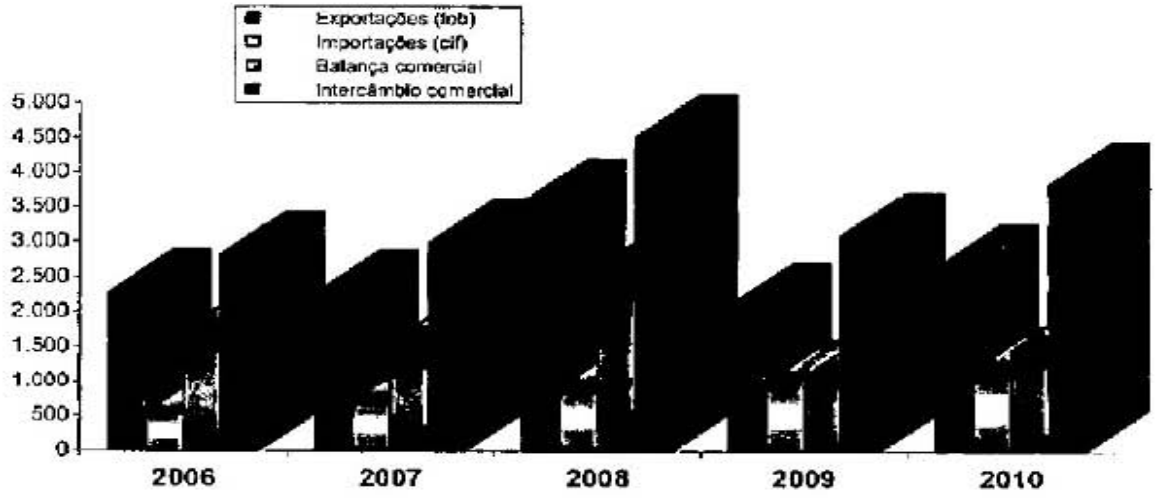
Não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e o Chade.

Dados econômico-comerciais

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (1º trim)
Exportações (fob)	2.280	2.276	3.588	2.101	2.660	820
Importações (cif)	542	712	932	1.008	1.187	365
Balança comercial	1.738	1.564	2.656	1.093	1.473	455
Intercâmbio comercial	2.822	2.988	4.520	3.112	3.847	1.185

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da Fiat - Direction of Trade Statistics, 3º trimestre 2011

(1) Janeiro - abril



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2008	% part.	2009	% part.	2010	% part.	2011 (1º trim)	% part.
EXPORTAÇÕES								
Estados Unidos	3155	87,9%	1873	89,0%	1918	72,1%	867	91,3%
China	139	3,9%	69	3,3%	151	5,7%	24	2,5%
Países Baixos	16	0,4%	32	1,5%	124	4,7%	9	1,0%
Alemanha	68	1,9%	5	0,2%	85	3,2%	3	0,3%
França	50	1,4%	100	4,8%	43	1,6%	51	0,2%
Brasil	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	3.208	91,1%	2.098	98,3%	2.621	98,5%	806	98,2%
DEMAIS PAÍSES	320	8,9%	136	1,7%	39	1,5%	14	1,8%
TOTAL GERAL	3.588	100,0%	2.104	100,0%	2.660	100,0%	820	100,0%
IMPORTAÇÕES								
China	88	9,1%	189	18,8%	353	29,8%	63	17,1%
França	157	16,8%	161	16,0%	173	14,5%	55	15,2%
Canadá	135	14,1%	115	11,2%	145	12,3%	55	15,0%
Estados Unidos	69	7,4%	69	6,8%	97	8,2%	12	3,3%
Bélgica	27	2,9%	36	3,5%	43	3,6%	16	4,3%
Arábia Saudita	42	4,5%	29	2,9%	38	3,2%	16	4,4%
Japão	27	2,9%	55	5,5%	31	2,6%	12	3,3%
Países Baixos	36	3,9%	40	3,9%	30	2,5%	8	2,2%
Suíça	41	4,4%	36	3,5%	29	2,5%	10	2,6%
Alemanha	50	5,3%	25	2,5%	28	2,3%	6	1,7%
Nigéria	27	2,9%	18	1,8%	23	2,0%	10	2,8%
Finlândia	1	0,1%	2	0,2%	23	1,9%	58	15,8%
Reino Unido	24	2,6%	25	2,5%	20	1,7%	3	1,0%
Ucrânia	85	9,2%	48	4,8%	14	1,1%	2	0,5%
Índia	18	2,1%	6	0,6%	12	1,0%	2	0,1%
África do Sul	9	1,0%	8	0,8%	10	0,8%	4	1,1%
Espanha	5	0,6%	5	0,5%	10	0,8%	2	0,7%
Costa do Marfim	4	0,5%	7	0,7%	8	0,7%	3	0,8%
Brasil	0	0,0%	5	0,5%	3	0,2%	3	0,7%
SUBTOTAL	842	90,3%	864	85,7%	1.893	92,0%	334	91,5%
DEMAIS PAÍSES	90	9,7%	144	14,3%	94	8,0%	31	8,5%
TOTAL GERAL	932	100,0%	1.008	100,0%	1.187	100,0%	365	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da Fiat - Direction of Trade Statistics, March 2011

Países listados em ordem decrescente, nesse ano, de valor das exportações em 2010

(1) Janeiro - abril

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010 (1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ mil)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	2.853	89,5%
Produtos químicos inorgânicos;isótopos	79	2,5%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	72	2,3%
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	3.004	94,2%
Demais Produtos	184	5,8%
Total Geral	3.188	100,0%
IMPORTAÇÕES (US$ mil)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	262	29,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	104	11,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	74	8,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	67	7,6%
Ferro fundido, ferro e aço	30	3,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	28	3,2%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	28	3,2%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	24	2,7%
Produtos farmacêuticos	24	2,7%
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	23	2,6%
Plásticos e suas obras	19	2,1%
Preparações alimentícias diversas	15	1,7%
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	13	1,5%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	12	1,4%
Produtos diversos das indústrias químicas	12	1,4%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	11	1,2%
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	746	84,2%
Demais Produtos	140	15,8%
Total Geral	886	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap
O Chade não informou dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.
(1) Última posição disponível 02/09/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHADE[1] (US$ mil - fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	720	4.434	4.411	2.285	2.807
Variação em relação ao ano anterior	38,5%	515,6%	-0,5%	-48,2%	22,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	5	10	0	273	1
Variação em relação ao ano anterior	-23,6%	85,3%	-100,0%	n.a	-99,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	726	4.444	4.411	2.559	2.808
Variação em relação ao ano anterior	37,7%	512,5%	-0,7%	-42,0%	9,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial	715	4.425	4.411	2.012	2.806

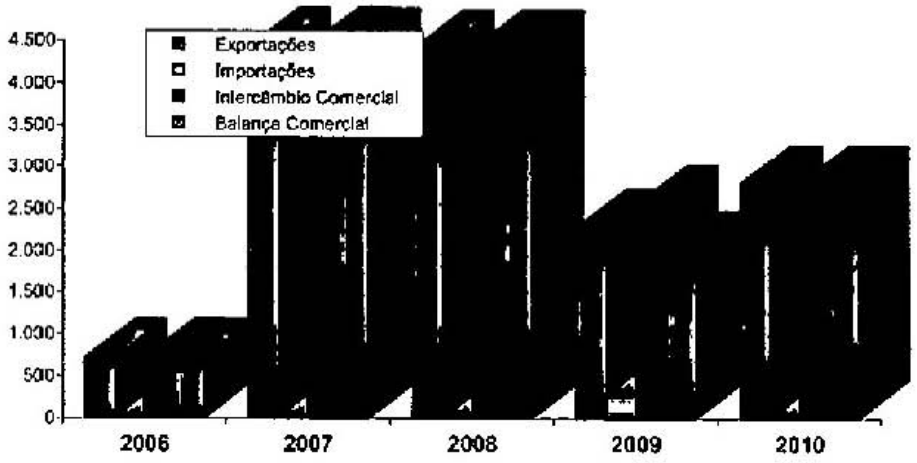
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações dos países parceiros se explicam pelas taxas de frete e seguro, pelas diferenças metodológicas de apuração e ao ano-base adotado.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHADE (US$ mil, fob)	2010 (Jan-ago)	2011 (Jan-ago)
Exportações	1.575	2.343
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		48,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0,98	1,55
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	282,3%	71,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	1.577	2.345
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		48,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	1.575	2.341

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE
2006-2010

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHADE (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.039	46,2%	989	43,3%	2.119	75,5%
Carnes e miudezas, comestíveis	379	8,6%	403	17,5%	242	8,6%
Veículos automóveis, tratores, etc	0	0,0%	177	7,7%	206	7,3%
Produtos farmacêuticos	0	0,0%	0	0,0%	150	5,4%
Açúcares e produtos de confeitaria	336	7,6%	548	24,0%	47	1,7%
Cacau e suas preparações	14	0,3%	11	0,5%	22	0,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.199	27,2%	9	0,4%	7	0,2%
Outros produtos de origem animal	0	0,0%	1	0,0%	3	0,1%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	8	0,2%	15	0,7%	0,42	0,0%
Subtotal	3.975	90,1%	2.285	100,0%	2.805	99,9%
Demais Produtos	436	9,9%	0	0,0%	2	0,1%
TOTAL GERAL	4.411	100,0%	2.285	100,0%	2.807	100,0%

Elaborado pela/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHADE (US$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	60,0%	60,0%
Relógios e aparelhos semelhantes e suas partes	0,0	0,0%	0,0	0,0%	32,3%	32,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	0,0	0,0%	273	100,0%	0,0%	0,0%
Subtotal	0	0,0%	0	0,0%	92,3%	0,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL GERAL	0	0,0%	273	0,0%	100,0%	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHADE (US$ mil - fob)	2010 (jan-ago)	% do total	2011 (jan-ago)	% do total
EXPORTAÇÕES (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5	0,3%	1.120	47,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.286	81,6%	773	33,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	0	0,0%	191	8,2%
Carnes e miudezas, comestíveis	153	9,7%	177	7,6%
Subtotal	1.444	91,6%	2261	96,5%
Demais Produtos	132	8,4%	82	3,5%
TOTAL GERAL	1.576	100,0%	2343	100,0%
IMPORTAÇÕES (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,0	0,0%	1,53	98,77%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	0,0	0,0%	0,02	0,97%
Aparelhos de relojoaria e suas partes	0,32	35,6%	0,00	0,00%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	0,0%	0,00	0,00%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	0,5	53,3%	0,00	0,00%
Subtotal	0,9	98,9%	2	99,7%
Demais Produtos	0	1,1%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0,9	100,0%	1,55	0,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-fev/2011.

Aviso nº 540 - C. Civil.

Em 28 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun, e, cumulativamente, junto à República do Chade.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 47, DE 2012
(nº 298/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Os méritos da Senhora Ligia Maria Scherer que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de março de 2012.

EM No 00087 MRE

Brasília, 12 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **Ligia Maria Scherer**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **Ligia Maria Scherer** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, de de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **LIGIA MARIA SCHERER**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **LIGIA MARIA SCHERER** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

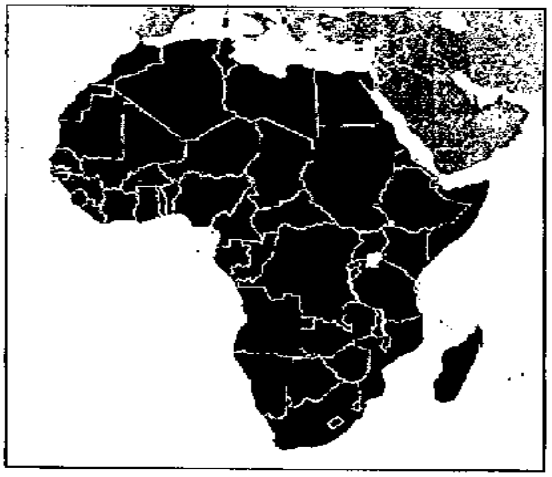
MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *LIGIA MARIA SCHERER*
CPF.: 15602451900
ID.: 779117 SSP/PR

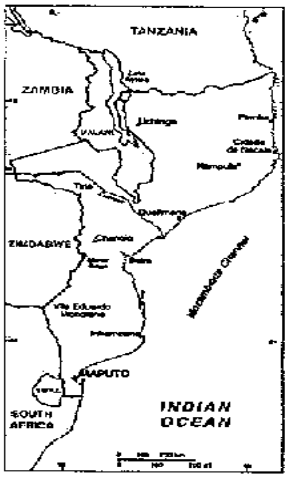
1951	Filha de Adalberto Scherer Sobrinho e Lucy Szabó Scherer, nasce em 28 de outubro, em Curitiba/PR
Dados Acadêmicos:	
1974	Letras, Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná
1978	CPCD - IRBr
2001	CAE - IRBr, A Questão de Jerusalém: Realidades e Perspectivas
Cargos:	
1979	Terceira-Secretária
1981	Segunda-Secretária
1988	Primeira-Secretária, por merecimento
1996	Conselheira, por merecimento
2002	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2008	Ministra de Primeira Classe
Funções:	
1979	Divisão das Nações Unidas, assistente
1985	Embaixada em Roma, Segunda Secretária
1988	Embaixada em Tóquio, Segunda e Primeira Secretária
1991	Divisão do Meio Ambiente, Subchefe
1994	Embaixada em Washington, Primeira Secretária e Conselheira
1997	Embaixada em Tel Aviv, Conselheira
2001	Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe
2003	Embaixada em Dili, Encarregada de Negócios em missão transitória
2004	Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministra-Conselheira
2005	Representação Permanente junto à FAO, Roma, Ministra-Conselheira
2007	Escritório de Representação em Ramallah, Chefe do escritório
Condecorações:	
1992	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2000	Medalha do Pacificador, Brasil

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE





OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA .....

ANEXOS .....

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Moçambique
CAPITAL	Maputo
ÁREA	801.590 km²
POPULAÇÃO	20,1 milhões
IDIOMAS	Português (oficial, falado por 50.3% da população); macua (26,3%); tsonga (11,4%); cerca de outras 30 línguas africanas
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (28,4%), protestantismo (27,7%), islamismo (17,9%), outras (7,2%), sem religião (18,7%) (Censo 2007)
SISTEMA POLÍTICO	Semipresidencialismo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Armando Emílio Guebuza
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Aires Ali
CHANCELER	Oldemiro Marques Balói
PIB (estimativa 2011)	US$ 12,1 bilhões
PIB PPP (estimativa 2011)	US$ 23,87 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB	7,3% (2007); 6,8% (2008); 6,4% (2009); 7,2% (2010); 7,2% (2011 est.)
PIB *per capita*	US$ 473
PIB *per capita* PPP	US$ 982
UNIDADE MONETÁRIA	Metical moçambicano
IDH (2011) - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,322 (184ª posição entre 187 países analisados)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	47,8%
EXPECTATIVA DE VIDA	50,2 anos (PNUD, 2011)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	3.500 cidadãos
EMBAIXADORA DESIGNADA DO BRASIL PARA MOÇAMBIQUE	Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal)
EMBAIXADOR DE MOÇAMBIQUE PARA O BRASIL	Murade Isaac Miguigy Murargy

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ mil, FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL→ MOÇAMBIQUE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	28.560	14.945	23.324	28.265	35.228	27.300	32.389	110.240	42.380	85.277
Exportações	27.976	10.792	23.310	28.245	35.212	27.300	32.387	108.118	40.377	81.183
Importações	583	4.152	14	20	16	0	2	2.122	2.002	4.094
Saldo	27.392	6.640	23.296	28.225	35.196	27.300	32.385	105.995	38.375	77.089

PERFIS BIOGRÁFICOS

Armando Emílio Guebuza
Presidente da República

Nasceu em Murrupula, no norte do país, em 1943. Ingressou no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos (NESAM), em 1949. Em 1963, foi eleito presidente do NESAM, sucedendo Joaquim Chissano, que viria a ser Presidente de Moçambique entre 1986 e 2005.

Após ser preso pela polícia política portuguesa por cinco meses, Guebuza juntou-se à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), em Dar-es-Salaam (Tanzânia), em 1965.

Em 1974, foi designado Ministro da Administração Interna, conforme os Acordos de Lusaca, que previam a formação de Governo de transição. Em 1975, após a independência, tornou-se Ministro do Interior. Em 1978, foi nomeado Vice-Ministro da Defesa e Governador de Cabo Delgado. Em 1981, foi Governador de Sofala. Em 1986, assumiu o Ministério de Transportes e Comunicações.

Em 1990, foi nomeado, pelo então Presidente Joaquim Chissano, chefe da delegação da FRELIMO que negociou com a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) o Acordo de Paz, em Roma.

Após as primeiras eleições multipartidárias do país, em 1994, tornou-se líder da bancada da FRELIMO no Parlamento. Foi eleito Secretário-Geral da FRELIMO durante o VIII Congresso do Partido, em 2004.

Armando Emílio Guebuza foi eleito Presidente da República de Moçambique em dezembro de 2004 e reeleito no pleito de outubro de 2009.

Aires Bonifácio Ali
Primeiro-Ministro

Nasceu na província de Niassa, no norte do país, em 1956. Graduou-se em Psicopedagogia, em 1980, pelo então Instituto Superior Pedagógico de Maputo, atualmente Universidade Pedagógica.

Em 1986, ingressou no Ministério da Educação, como técnico de recursos humanos. Em 1990, foi nomeado Chefe de Gabinete do Ministério e Diretor Nacional de Educação.

Foi Governador Provincial de Niassa (1995-2000) e de Inhambane (2000-2004) e Ministro da Educação e Cultura durante o primeiro Governo do Presidente Guebuza, entre 2005 e 2009.

Em 2006, foi eleito membro da Comissão Política da FRELIMO durante o IX Congresso do Partido.

Em 15 de janeiro de 2010, foi indicado pelo Presidente Guebuza para exercer o cargo de Primeiro-Ministro.

Oldemiro Marques Balói
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (1984) e Mestre em Economia Financeira pela Universidade de Londres (1994).

Entre 1986 e 1989, foi diretor nos Ministérios da Indústria e do Comércio. De 1990 a 1994, foi Vice-Ministro para Cooperação, período em que a ajuda internacional foi crescente, após o fim da guerra civil. Em 1994, foi nomeado Ministro da Indústria e do Turismo, cargo que exerceu até 1999, quando ingressou na iniciativa privada.

Entre 2003 e março de 2008, ocupou cargo de Administrador Executivo do Banco Internacional de Moçambique (BIM). Simultaneamente, foi Presidente da SADC Banking Association e Vice-Presidente da Associação Moçambicana de Bancos.

Voltou ao Governo em 11 de março de 2008, quando assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Moçambique são próximas desde a independência do país africano.

O Brasil reconheceu a independência de Moçambique em 25 de junho de 1975, dia de sua proclamação. No fim daquele ano, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países. Em 5 de janeiro de 1976, foi criada a Embaixada do Brasil em Maputo e, em janeiro de 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique em Brasília.

Em 1981, foi assinado Acordo Geral de Cooperação entre os dois países, que desde então tem sido utilizado como base para mais de trinta ajustes complementares, referentes à cooperação entre Brasil e Moçambique em áreas como agricultura, setor farmacêutico, produção de medicamentos antirretrovirais, esportes, artes audiovisuais e cinematográficas, esportes e capacitação de técnicos em ciências florestais (ver tabela de Acordos Bilaterais em Vigor, ao final deste documento).

Em 1982, foi estabelecida a Comissão Mista, com base no Acordo Geral de Cooperação do ano anterior. As duas primeiras Reuniões da Comissão Mista Brasil-Moçambique tiveram lugar em Maputo, em 1982 e 1989.

Em 1989, teve também lugar a inauguração, em Maputo, do Centro de Estudos Brasileiros.

No período de 1993 a 1994, o Brasil contribuiu para as forças de paz da ONU que monitoraram o processo de paz em Moçambique. A operação das Nações Unidas foi comandada, durante seu primeiro ano, pelo General brasileiro Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva.

As relações econômicas bilaterais têm grande ímpeto, atualmente, com a presença de empresas brasileiras no país e com a aprovação, em dezembro de 2009, de mecanismo de financiamento (via BNDES) ao intercâmbio econômico bilateral, no valor de US$ 300 milhões, para realização de obras de infraestrutura por empresas brasileiras.

Visitas e eventos bilaterais de alto nível

O então Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Maputo em 2000, por ocasião da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na ocasião, anunciou a disposição brasileira em conceder o perdão parcial da dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de cerca de US$ 280 milhões. O Presidente Chissano visitou o Brasil em 2001 e 2002, nesta última para participar da IV Cúpula da CPLP.

Em novembro de 2003, o então Presidente Lula visitou Maputo – ocasião em que foram assinados diversos instrumentos de cooperação, com destaque para o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vistas à construção de laboratório para fabricação de medicamentos

antirretrovirais genéricos. A visita foi retribuída pelo Presidente Joaquim Chissano em setembro de 2004, quando foi firmado o acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil.

Em fevereiro de 2005, o Vice-Presidente José Alencar representou o Brasil na cerimônia de posse do Presidente Guebuza. Dois anos depois, o Presidente Guebuza veio ao Brasil como convidado de honra por ocasião da Data Nacional brasileira. Em outubro de 2008, o então Presidente Lula retornou a Maputo, quando inaugurou a sede provisória do Escritório da Fiocruz-África. Em julho de 2009 o Presidente Armando Guebuza realizou nova visita ao Brasil, acompanhado dos Ministros de Negócios Estrangeiros, da Indústria e Comércio, da Energia e dos Transportes e Comunicações. No ano seguinte, em novembro, o então Presidente Lula viajou a Maputo para a inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. A Presidenta Dilma Rousseff esteve em Maputo em outubro de 2011, ocasião em que participou das cerimônias de celebração dos 25 anos de falecimento de Samora Machel – líder da Guerra de Independência de Moçambique e o primeiro Presidente do país.

Também tem sido frequente a troca de visitas bilaterais em nível de chanceleres. A última delas foi a vinda ao Brasil do Chanceler Oldemiro Balói, em junho de 2011. Outros encontros de nível ministerial também têm ocorrido com frequência, com destaque para a aproximação entre os respectivos Ministérios de Indústria e Comércio. O então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, realizou visita a Maputo em novembro de 2009, acompanhado por mais de 100 empresários brasileiros, além de representantes da ABDI, da APEX, do BNDES e da SECEX. Encontro promovido naquela ocasião contou com a participação de cerca de 200 empresários dos dois países. Realizou-se, igualmente, reunião do Grupo de Trabalho para o incremento do fluxo econômico-comercial. O então Ministro da Indústria e Comércio moçambicano, António Fernando, retribuiu a visita em junho de 2010. O Ministro Fernando Pimentel, por sua vez, liderou missão empresarial a Moçambique em novembro de 2011, dando continuidade às conversações mantidas pela Presidenta Dilma Rousseff durante a visita presidencial.

Comércio bilateral e investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é hoje marcante e tende a continuar crescendo, conforme ficou patente no recente encontro da Presidenta Dilma Rousseff com representantes das principais empresas brasileiras instaladas em Moçambique, a saber, Vale, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Galvão, Queiroz Galvão, Fidens. A pauta comercial é desequilibrada em favor do Brasil. Em 2011 o superávit foi de US$ 77,1 milhões, representando crescimento de 101% em relação ao ano anterior. O início das exportações de carvão da Vale, este ano, deverá contribuir para mudar esse quadro, produzindo superávits comerciais para o lado moçambicano e gerando oportunidades para exportadores brasileiros.

Em 2011, o intercâmbio comercial entre o Brasil e Moçambique apresentou desempenho expressivo, registrando o valor de US$ 85,3 milhões, representando crescimento de 101,2% em relação ao ano anterior. Ainda que os embarques brasileiros direcionados para Moçambique, em 2011, tenham registrado expressivo crescimento de 101%, passando de US$ 40,4 milhões para US$ 81,2 milhões, registrando o segundo melhor desempenho absoluto da história, as importações brasileiras originárias de Moçambique, em 2011, também registraram crescimento de 104,4%.

A pauta exportadora brasileira é composta majoritariamente por produtos manufaturados, que representaram 56,5% do total; e, básicos (35,2%). Os principais produtos exportados foram: cereais (15% do total); carnes (13,8%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (10,4%); óleo de soja (8,2%); e, locomotivas diesel-elétricas (7,8%). Destaque para cereais que teve crescimento de 400% em 2011, em relação ao ano anterior. A limitada pauta de bens importados, por sua vez, registra predominância de semimanufaturados (51%). Os principais produtos adquiridos no ano foram: Alumínio (51,2% do total); Fumo (35,2%); e, zirconita (13,1%).

Investimento brasileiro direto em Moçambique

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), o estoque de investimentos diretos brasileiros em Moçambique registrou um aumento de 18 vezes em apenas dois anos, passando de US$ 3 milhões em 2008 para US$ 54 milhões em 2010. Segundo dados do Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique (CPI), órgão subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio daquele País, entre 1990 e 2009, os fluxos de investimentos brasileiros em Moçambique teriam somado cerca de US$ 176 milhões. A estimativa parece subestimada, tendo em vista, entre outros investimentos, o projeto da Vale na mina de carvão de Moatize, Província de Tete, que já teria gerado, de acordo com a Embaixada do Brasil em Maputo, inversões da ordem de US$ 2,5 bilhões.

Investimentos diretos de Moçambique no Brasil

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), o ingresso de investimentos diretos moçambicanos no País foi de aproximadamente US$ 150 mil entre 2001 e 2011. Esses investimentos foram registrados entre os anos de 2005 e 2008, e tiveram sua totalidade direcionada para os setores de serviços e silvicultura. Os setores de destino foram preparação e preservação de pescado (destino de US$ 50 mil em 2005), silvicultura (US$ 10 mil em 2006), atividades relacionadas ao setor hoteleiro (US$ 10 mil em 2007) e atividades imobiliárias (US$ 80 mil em 2008).

Incremento dos fluxos econômico-comerciais

Seguindo orientações dos Presidentes Lula e Guebuza, o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique e o MDIC brasileiro criaram, em 2008, um Grupo de Trabalho Brasil-Moçambique para monitoramento do comércio. O GT é composto por técnicos dos respectivos Ministérios de Comércio, representantes das Chancelarias e de outros órgãos e agências governamentais dos dois países.

O objetivo do GT é fortalecer as relações econômico-comerciais por meio de reuniões e missões técnicas que tratarão, entre outros, dos temas de facilitação do comércio; promoção comercial; promoção de investimentos; integração de cadeias produtivas; construção de infraestrutura; mecanismos de financiamento e garantias de crédito; promoção do agronegócio; desenvolvimento das micro e pequenas empresas; treinamento e capacitação.

Na primeira reunião do GT, em julho de 2009, foi estabelecido o limite de US$ 300 milhões a serem utilizados no financiamento de projetos em Moçambique. Os dois primeiros projetos a serem contemplados seriam a construção de novo terminal de carvão no Porto da Beira (Camargo Corrêa/Odebrecht) e a conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional (Odebrecht).

O financiamento ao projeto do aeroporto de Nacala (US$ 80 milhões) foi aprovado em caráter definitivo pela CAMEX em setembro de 2010 e o respectivo contrato de financiamento foi assinado em abril de 2011.

Do trabalho do GT resultou, ainda, cooperação entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique, visando à integração produtiva entre os dois países. Após duas missões de técnicos a Moçambique, a ABDI identificou, de comum acordo com os interlocutores locais, dois setores industriais: produção de embalagens de latas e processamento de frutas. Projetos detalhados para a implantação dessas fábricas em Moçambique foram elaborados pela ABDI e Fundação Certi, com apoio de técnicos moçambicanos. Ambos foram apresentados ao Governo de Moçambique em junho de 2011 e serão objeto de rodadas de negócio a serem promovidas pela ABDI/APEX.

Exploração de carvão em Moatize (Vale)

A Vale está presente em Moçambique desde novembro de 2004, quando venceu concorrência internacional para a realização de pesquisas em uma das maiores reservas carboníferas do mundo, localizada em Moatize, na província de Tete, 1.700Km ao norte de Maputo.

As atividades da mina foram inauguradas pela Vale em 8 de maio de 2011 e a primeira exportação de carvão ocorreu em setembro de 2011 (35 mil toneladas). Na fase inicial, a Vale tenciona exportar entre 5 e 6 milhões de toneladas por ano, até atingir, em 3 a 4 anos, 11 milhões de toneladas. Em uma segunda fase, num horizonte de dez anos, a expectativa da Vale é de exportar de 22 a 25 milhões de toneladas por ano.

O projeto gerou investimentos de US$ 2,5 bilhões e prevê US$ 4 bilhões adicionais, nos próximos seis anos. O Contrato de Concessão assinado pela Vale tem prazo de 35 anos, renováveis, e prevê isenção significativa de impostos nos primeiros cinco anos de produção.

A Vale adquiriu em 2010 a concessão do Corredor de Nacala, que consiste no desenvolvimento de ferrovia ligando Moatize (mineração de carvão) ao Porto de Nacala. A ferrovia terá componente binacional, pois terá parte de seu traçado em território do Maláui.

Outros investimentos brasileiros

Odebrecht: a empresa é responsável pelo projeto de conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional, projeto orçado em US$ 120 milhões, que se beneficia de financiamento do COFIG (US$ 80 milhões). O aeroporto irá viabilizar operações da Singapore Airlines, que pretende fazer de Nacala "hub" sub-regional para transporte de cargas e passageiros. O projeto é de grande importância para o desenvolvimento da região norte de Moçambique e poderá ter utilidade para outros países da região, sobretudo após a construção do Corredor de Nacala. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize.

Camargo Corrêa: detém concessão para construção da usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa (1.500 MW). Tem interesse, também, no mercado cimenteiro: possui participação acionária na Cimentos de Portugal – que domina o mercado moçambicano, pelo controle exercido sobre a Cimentos de Moçambique –, e na Cimentos de Nacala. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize e no projeto de desenvolvimento do Corredor de Nacala.

Galvão Engenharia e Eletrobras: a Galvão Engenharia e a Eletrobras vêm mantendo contatos com a Eletricidade de Moçambique, de maneira a assegurar participação na CESUL, projeto de implantação de linhas de transmissão de alta voltagem que vai constituir o cerne do sistema de distribuição de energia elétrica do país, integrando-o de norte a sul. A linha de transmissão de alta voltagem é elemento decisivo para a viabilização da construção da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, de cuja concessão a Camargo Corrêa é titular, e das quatro termoelétricas que Vale planeja construir na região.

Petrobras: em dezembro de 2011, foi assinado Portocolo de Intenções entre a Petrobras, a Petrobras Biocombustíveis (PBIO), a Guarani (Grupo sucroalcooleiro controlado pela Téreos Internacional), a PETROMOC e os Ministérios da Energia e dos Recursos Minerais de Moçambique. O instrumento deverá viabilizar a produção de etanol a partir do melaço de cana-de-açúcar em Moçambique com vistas a atender à decisão do Governo local de dar início, a partir de 2012, à mistura compulsória de bioetanol e biodiesel aos combustíveis. Por meio do Protocolo de Intenções, a PBIO comprometeu-se a compartilhar com a PETROMOC sua experiência na tecnologia da

mistura de etanol à gasolina, bem como na comercialização, logística e distribuição no mercado doméstico e internacional dos derivados de petróleo e de biocombustíveis. A PBIO desejaria poder realizar os investimentos previstos em 12 meses.

Oportunidades para empresas brasileiras

Moçambique dispõe de economia relativamente diversificada: serviços e indústria (processamento de minérios) correspondem, juntos, a quase 50% do PIB. A agricultura responde por apenas 22% do PIB, mas cerca de 70% da população moçambicana está envolvida com o setor, sobretudo na região norte do país.

Os setores mais dinâmicos da agricultura moçambicana estão relacionados às culturas de exportação – como castanha de caju, tabaco, cana-de-açúcar e algodão – e se beneficiam de investimentos estrangeiros. A pesca também constitui atividade de relevo.

Cabe ressaltar o projeto ProSAVANA de cooperação trilateral, com participação do Brasil e do Japão, para desenvolvimento da agricultura na savana moçambicana, partindo da experiência no cerrado brasileiro. A atração de investidores é considerada decisiva para o sucesso desse projeto.

O crescimento dos setores de mineração e de energia também é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de hidroeletricidade da África (12.500 MW) para um consumo interno que atinge apenas 450 MW, dos quais 50% destinam-se à produção de alumínio.

Moçambique é o primeiro país a beneficiar-se da cooperação trilateral em energia com Brasil e União Européia. A iniciativa engloba duas linhas de ação principais: elaboração de estudos de viabilidade para produção sustentável de bionergia e a realização de projetos baseados nas conclusões dos estudos. Moçambique tem desenvolvido diversos projetos na área de petróleo e gás, incluindo construção de pólo-petroquímico na região de Nacala, que poderá, segundo o governo moçambicano, atrair investimentos da ordem de US$ 5 bilhões.

Ajuda humanitária e segurança alimentar

No início de 2011, foi lançada a iniciativa trilateral Brasil-EUA-Moçambique nas áreas de segurança alimentar e alimentação escolar. O trabalho consiste na implementação de dois projetos paralelos, para os quais o Brasil aportará US$ 600 mil e os EUA, US$ 2 milhões.

Em junho de 2011, foi aprovada a Lei 12.429, que autorizou a doação de até 711 mil toneladas de estoques públicos de alimentos a países em situação de insegurança alimentar e nutricional. O transporte e a distribuição das doações serão efetuadas pelo PMA, com a colaboração de parceiros internacionais. Contemplado pela referida lei, Moçambique receberá 297 toneladas de feijão e 4.049 toneladas de arroz.

Cooperação

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira fora do Mercosul. A cooperação cobre áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outras) e inclui algumas das iniciativas de cooperação de maior vulto já lançadas pelo Brasil.

Os recursos financeiros alocados para os projetos de cooperação técnica Brasil-Moçambique, em execução e negociação, somam mais de US$ 18 milhões. Este valor é referente apenas à cooperação técnica. Se incluídos os dois maiores projetos desenvolvidos com Moçambique (a instalação da Fábrica de Antirretrovirais e a implantação dos nove pólos moçambicanos da Universidade Aberta, os quais devem absorver US$ 40 milhões), o país supera o Haiti como maior recipiendário da cooperação brasileira, fora do Mercosul.

As principais vertentes de cooperação bilateral com Moçambique concentram-se: 1) na área de saúde, com a instalação da Fábrica de Antirretrovirais e outros medicamentos, inauguração de escritório da Fiocruz e implementação de projetos de fortalecimento institucional da saúde pública moçambicana; 2) na capacitação e formação profissional, com a criação do Centro de Formação Profissional e a capacitação na área de Governo; 3) na agricultura, com o projeto trilateral, em parceria com o Japão, para o desenvolvimento da agricultura nas Savanas tropicais de Moçambique, o Pró-Savana; e 4) na Educação, com a implantação de nove pólos da Universidade Aberta do Brasil no país, em parceria com o Instituto de Ensino a Distância de Moçambique.

A seguir, síntese do desenvolvimento dos principais projetos de cooperação em curso.

Cooperação técnica

A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sob a égide do Acordo Geral de Cooperação Técnica, firmado em 1981, desenvolve atualmente cerca de 50 projetos em diferentes fases de execução, nas modalidades bilateral e trilateral com Organismos laterais e terceiros países, perfazendo um total de recursos para execução em 3 anos em torno de US$ 28 milhões de dólares (contribui diretamente com cerca de US$ 18,2 milhões de dólares para as ações de cooperação técnica bilateral e prevê a alocação de cerca de US$ 10 milhões de dólares para os projetos trilaterais).

No ano de 2011, no plano da cooperação bilateral, encontravam-se em implantação 21 subprojetos. Além desses, mais 15 projetos estão em negociação ou sendo implementados por atividades pontuais. Aqueles em fase de execução encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, alguns em início de implantação e outros em fase de avaliação e finalização.

Programa "Mais Alimentos"

Em dezembro de 2011, durante visita ao Brasil de técnicos do Ministério da Agricultura de Moçambique, foi assinado o projeto para Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa "Mais Alimentos". O projeto tem como objetivo transferir a tecnologia e a metodologia do Programa Mais Alimentos brasileiro com vistas a contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população moçambicana, por meio do apoio a projetos de desenvolvimento agrário local e de agricultura familiar em Moçambique. Visa também a contribuir para a inserção no mercado de produtores agrários de maneira competitiva e sustentável e garantindo a equidade social e de gênero. O projeto apoiará, com linha de crédito específico, a compra de máquinas e implementos agrícolas para a agricultura familiar. Serão capacitados cerca de 20 gestores moçambicanos na metodologia do projeto, a partir de fevereiro de 2012.

Cooperação em saúde

Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos

O Protocolo de Intenções na Área de Saúde, assinado em 2003, abriu a possibilidade de construção de unidade de fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos, dentre outros. Em 2007, foi entregue oficialmente um Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Fábrica, elaborado por técnicos da Fiocruz.

Além de haver custeado o Estudo de Viabilidade (US$ 455 mil), o Brasil desembolsará R$ 13,6 milhões para implantação da fábrica, autorizados pela Lei nº 12.117, de dezembro de 2009. Segundo o Plano de Negócios elaborado pela Fiocruz, esse investimento possibilitará o início da fase 1 da operação da fábrica, durante a qual a unidade atuará como fracionadora e embaladora de medicamentos brasileiros (antirretrovirais e outros, como anti-hipertensivos e analgésicos). Posterior e gradualmente, será feito o repasse de tecnologias e equipamentos complementares que possibilitarão a produção autônoma dos medicamentos, acompanhada do treinamento do pessoal local a ser empregado no empreendimento.

Ao Governo moçambicano compete, como contrapartida, custear as obras de adaptação do edifício da Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM) para receber a fábrica doada pelo Brasil. Tendo o custo dessa obra superado a previsão de gastos de até US$ 3 milhões feita pelo Governo moçambicano, a Vale procurou a Embaixada do Brasil e as autoridades competentes moçambicanas para oferecer cooperação financeira para a concretização do projeto. As obras de adequação do edifício, iniciadas em abril de 2011, evoluem dentro do cronograma estabelecido e espera-se que sejam concluídas até março de 2012. As máquinas encomendadas pela Farmanguinhos já começaram a chegar a Maputo.

Escritório da FIOCRUZ-África

Em outubro de 2008 foi inaugurado o Escritório da FIOCRUZ-África, sediado em Maputo, que atua como braço executivo da cooperação brasileira em matéria de saúde para toda a África.

Cooperação em capacitação e formação profissional

O Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique tem como objetivos desenvolver programas de capacitação técnica e pedagógica para os técnicos moçambicanos do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) e implantar um centro multidisciplinar de formação profissional em Maputo, em linha com as demandas industriais locais. O custo do projeto é de US$ 3,8 milhões.

No momento, a ABC ultima providências junto ao PNUD e ao SENAI com vistas a lançar edital de contratação para a obra civil de reforma das instalações disponibilizadas para o Centro. Os equipamentos do Centro já foram adquiridos pelo SENAI e aguarda-se o término das obras para envio ao país. No período de julho a novembro de 2011 o SENAI/BA realizou a capacitação dos técnicos moçambicanos que atuarão como instrutores no Centro de Formação Profissional.

Cooperação em agricultura

Pró-Savana

Brasil e Japão celebraram, em 2009, Memorando de Entendimento prevendo oferta de cooperação conjunta a países africanos com vistas à disseminação de *expertise* brasileira no campo da agricultura tropical para regiões de Savana. Nesse sentido, instituições brasileiras como a EMBRAPA, EMATER e SENAR, entre outras, apoiadas por recursos e conhecimentos complementares do lado japonês, deverão propiciar uma nova dimensão de desenvolvimento agrícola para África, com ganhos projetados nas esferas social, ambiental e econômica.

A primeira fase da cooperação visará ao reforço da capacidade de pesquisa das instituições de pesquisa agrária de Moçambique. Serão constituídos dois laboratórios especializados nas cidades de Nampula e Lichinga. Técnicos brasileiros e japoneses deverão supervisionar a instalação e o início das atividades dos referidos centros e pesquisadores moçambicanos receberão capacitação em diversas unidades da EMBRAPA no Brasil. O projeto referente a esta primeira fase foi assinado em novembro de 2010. A cerimônia de lançamento do projeto ocorreu em abril de 2011.

Além desse primeiro projeto, a cooperação ao abrigo do Pró-Savana prevê, ainda, a elaboração e execução de outros dois: seguimento da cooperação nas áreas de assistência técnica e de extensão agrícola; e zoneamento agroecológico e de planejamento do desenvolvimento regional com base na agropecuária. As atividades dos três projetos do Pró-Savana devem se estender por dez anos.

Suporte à inovação em agropecuária

Trata-se de iniciativa trilateral de cooperação com Moçambique, em parceria com os EUA, visando a reforçar a capacidade institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique. A cooperação se dá por meio da capacitação de pesquisadores e de outros funcionários do instituto.

Cooperação científica e tecnológica

Moçambique é o principal beneficiário do Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (ProÁfrica), desenvolvido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) para financiar projetos bilaterais entre o Brasil e alguns países africanos na área. Desde 2005, Moçambique tem sido um dos países mais participativos. Dos 201 projetos aprovados até hoje, 69 contaram com a participação de pesquisadores moçambicanos.

Cooperação educacional

Entre 2000 e 2012, Moçambique teve 178 estudantes selecionados pelo Programa de Estudantes-Convênio em Graduação (PEC-G) e 137 pelo Programa de Estudantes-Convênio em Pós-Graduação (PEC-PG). Em 2010 e 2012, Moçambique foi o terceiro país, dentre todos os participantes, com maior número de candidaturas ao PEC-PG, sendo o primeiro da África. O PEC-G possibilita que estudantes moçambicanos cumpram graduação no Brasil em universidades federais, gratuitamente. No caso do PEC-PG, além da vaga gratuita em instituição pública, é concedida bolsa para o pesquisador e passagem de ida e volta ao Brasil.

Outra iniciativa na área educacional é o Programa de Incentivo à Formação Científica para Estudantes de Moçambique, parceria MRE/CAPES, pelo qual estudantes universitários moçambicanos realizam cursos de curta duração em Universidades brasileiras no período das férias escolares. Os beneficiados, além das vagas, recebem passagens aéreas, bolsa e apoio para hospedagem. Cerca de 200 estudantes moçambicanos foram beneficiados pelo programa desde 2008.

Universidade Abertura do Brasil (UAB) Moçambique

Por ocasião de sua última visita ao Brasil, em julho de 2009, o Presidente Guebuza encontrou-se com o então Ministro da Educação Fernando Haddad, para tratar das possibilidades de cooperação em educação técnica e tecnológica e em educação à distância.

Do contato surgiu a ideia de estabelecer pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. De comum acordo com o lado moçambicano, foi estabelecida a oferta inicial dos seguintes cursos no país: Matemática, Pedagogia, Biologia e Administração Pública. Quatro instituições brasileiras são parceiras do Projeto: Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Fluminense,

Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Goiás. São previstos nove pólos, que entrarão em operação até 2013. Em março de 2011, começaram a operar três deles: Maputo, Beira e Lichinga, que atendem atualmente a cerca de 600 alunos. Em 2014, a UAB Moçambique deverá alcançar aproximadamente 7,3 mil estudantes matriculados. O projeto deve consumir US$ 30 milhões, dos quais cerca de 90% caberão ao Brasil.

Cooperação em energia

Brasil e Moçambique assinaram em 2007 um Memorando de Entendimento (MdE) na Área de Biocombustíveis. A assinatura do Plano de Ação Brasil-Moçambique na área de Biocombustíveis, instrumento fundamental para a implementação do MdE, ocorreu em outubro de 2011.

No âmbito da cooperação trilateral Brasil-UE-Moçambique, ocorreu, em fevereiro de 2011, a cerimônia de lançamento do estudo de viabilidade da produção de bioenergia em Moçambique. O levantamento a ser levado a cabo pelos técnicos da FGV visa a identificar áreas propícias para o cultivo, de maneira sustentável, das principais matérias-primas utilizadas para a produção de bioenergia. O estudo, cuja entrega deverá ocorrer em 2012 em cerimônia a ser realizada em Maputo, será a base para montar projeto agro-industrial de produção de biocombustiveis, a ser divulgado junto a empresas no Brasil e em Moçambique.

Em dezembro de 2011, foi assinado protocolo de intenções entre a Petrobrás, a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), a Guarani (grupo sucroalcooleiro controlado pela Téréos Internacional), a PETROMOC e os Ministérios da Energia e dos Recursos Minerais de Moçambique. O instrumento deverá viabilizar a produção de etanol a partir do melaço de cana-de-açúcar em Moçambique com vistas a atender à decisão do Governo local de dar início, a partir de 2012, à mistura compulsória de bioetanol e biodiesel aos combustíveis.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não existem créditos de Moçambique sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Em 2000, o Brasil anunciou o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique, cujo valor total chegava a 447,7 milhões de dólares.

Comunidade brasileira

Atualmente, estão registrados na Embaixada cerca de 2.900 brasileiros. Estima-se que a população brasileira total esteja ao redor de 3.500. Desse número, aproximadamente 45% são missionários (em trabalho para variadas congregações

católicas e, principalmente, evangélicas); o contingente remanescente é majoritariamente composto pelos funcionários de grandes empresas brasileiras presentes no país - Vale, Odebrecht e Camargo Correa - e seus familiares, além de funcionários de entidades que prestam cooperação técnica em Moçambique.

A Embaixada não tem conhecimento de associações e entidades brasileiras em atividade em Moçambique. Em novembro de 2010, por ocasião da visita do Presidente Lula a Maputo, foi instalado o Conselho de Cidadãos de Moçambique. O órgão teria a função, entre outras, de catalisar iniciativas que possam ter impacto direto sobre os brasileiros residentes em Moçambique, inclusive nas áreas de educação, saúde e cultura.

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. O líder revolucionário de inspiração socialista, Samora Machel, da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), governou o país desde a independência até 1986, quando faleceu em acidente aéreo. Durante quase todo o mandato de Machel e até 1992, Moçambique esteve envolvido com a guerra civil que opôs a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) ao Governo da FRELIMO. Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz (1992) e das primeiras eleições multipartidárias (1994), a democratização de Moçambique vem-se consolidando gradualmente.

O fato de o Acordo Geral de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu grande prestígio internacional a Moçambique. A realização de eleições gerais multipartidárias (1994, 1999, 2004 e 2009) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; a crescente liberdade de expressão, religiosa e de associação; e o satisfatório desempenho da economia moçambicana consolidaram a posição de Moçambique como país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Armando Guebuza é o terceiro Presidente da República desde a independência. Seu antecessor, Joaquim Chissano (que, por sua vez, sucedeu a Samora Machel), assegurou seu lugar na história ao lograr a assinatura do Acordo Geral de Paz e promover as reformas políticas e econômicas que conduziram o país ao sistema multipartidário e à economia de mercado. Chissano, entretanto, enfrentou desgaste ao cabo de 18 anos no cargo. Guebuza ascendeu ao poder com a agenda de recuperar a credibilidade da FRELIMO e assegurar mudanças rápidas e radicais na prestação de serviços públicos e no combate à corrupção e à ineficiência da máquina estatal.

Em outubro de 2009, foram realizadas eleições presidenciais, legislativas e provinciais. Os principais candidatos foram Armando Guebuza (FRELIMO) Afonso Dhlakama (RENAMO) e Daviz Simango (MDM). A celebração do pleito, apesar de alguns percalços localizados, constituiu nova etapa no processo de consolidação da democracia moçambicana. Três representantes brasileiros participaram da Missão de Observação Eleitoral da CPLP, que, em sua apreciação final, considerou as eleições transparentes e legítimas.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) proclamou o seguinte resultado: Guebuza obteve 75% dos votos; Dhlakama, 16%; e Simango, 8%. A abstenção foi de 55%. Nas eleições parlamentares, a FRELIMO obteve 75% dos votos (191 cadeiras na Assembleia Nacional); a RENAMO, 18% (51 cadeiras) e o MDM, partido novo no cenário político moçambicano, 4% (8 cadeiras). A RENAMO questionou o resultado das eleições, apelando à Corte Constitucional, que, no entanto, validou o resultado publicado pela CNE.

Em janeiro de 2010, Aires Ali foi indicado Primeiro-Ministro pelo Presidente Guebuza, em substituição a Luisa Diogo, que ocupava o cargo desde 2004.

No âmbito regional, Moçambique se projeta pelo apoio que prestou à luta pela independência de Zimbábue, Namíbia e Angola e contra o *apartheid* sul-africano, bem como por sua experiência em reconstrução pós-conflito.

Destaca-se, entre os objetivos da política externa moçambicana, o estabelecimento de parcerias estratégicas, com vistas a angariar recursos para a implementação de um Programa de Governo para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

As mais importantes iniciativas em política externa estão, assim, voltadas para a promoção de investimentos e a manutenção das ajudas diretas que permitam ao Estado moçambicano manter o equilíbrio orçamentário e os investimentos sociais. São também buscadas formas de favorecer a transferência de tecnologias, a capacitação e a formação especializada de quadros.

Moçambique aposta também na integração regional no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Em novembro de 1995, Moçambique tornou-se o 53º membro da *British Commonwealth*, sendo o primeiro não pertencente ao antigo Império britânico. É também membro fundador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e observador da Organização Internacional da Francofonia (OIF).

África

A integração regional no âmbito da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) é um dos pilares da política externa de Moçambique. O país ocupa posição importante na Organização, cujo atual Secretário-Executivo é o moçambicano Tomaz Salomão.

No âmbito continental, Moçambique tem também apoiado a "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África" (NEPAD). O moçambicano Firmino Mucavele esteve à frente do Secretariado Executivo do órgão entre 2006 e 2008.

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, atualmente a África do Sul é o principal parceiro comercial e o maior investidor em Moçambique.

A relação entre Moçambique e Angola, segunda maior economia da SADC, apesar do histórico de colonização comum e das similaridades da luta pré e pós-independência, é historicamente distante. Em 2010, uma série de eventos bilaterais pareceu inaugurar uma fase de aproximação entre os países, tendo os governos assinado ambicioso acordo de cooperação. Além disso, durante a realização da VIII Comista bilateral, Angola anunciou o perdão de 50% da dívida de Moçambique, estimada em US$ 60 milhões, gesto acolhido com entusiasmo pelo Governo e pela opinião pública.

Países desenvolvidos

Os principais parceiros internacionais de Moçambique estão agrupados nos chamados Parceiros de Apoio Programático (PAP), ou G-19, responsáveis pelo apoio direto ao orçamento moçambicano. Integram o grupo: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Países Baixos, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Comissão Europeia. Estados Unidos, Japão, FMI e PNUD são observadores. Em 2006, os parceiros eram 18; em 2005, 17.

A vultosa contribuição financeira direta confere ao G-19 acesso privilegiado ao Governo e capacidade evidente de interferência nos rumos das políticas públicas moçambicanas.

Estados Unidos e Japão, embora não façam parte do G-19 (não praticam doações orçamentárias diretas), estão entre os principais provedores de cooperação a Moçambique. Os EUA são o maior colaborador individual de Moçambique. Já o montante da doação japonesa rivaliza com o orçamento de cooperação dos principais membros do G-19.

Países emergentes

Em consequência da política da Índia de estreitar laços com a SADC, as relações bilaterais com Moçambique têm-se aprofundado. Em 2006, o Governo indiano abriu linha de crédito bilateral de US$ 40 milhões para Moçambique. Em setembro de 2010, durante visita do Presidente Guebuza a Nova Délhi, foi anunciada expansão da linha para US$ 500 milhões. Em 2009, a Índia tornou-se o quarto maior investidor em Moçambique e o terceiro maior parceiro comercial.

A nova política africana da China também incrementou o perfil das relações de Pequim com Maputo. Marco do aprofundamento das relações bilaterais foi a primeira visita oficial a Moçambique do Presidente Hu Jintao, em fevereiro de 2007. Nessa ocasião, o líder chinês anunciou o perdão da dívida moçambicana, de US$ 20 milhões. Também foram assinados diversos acordos de cooperação, no valor de US$ 234 milhões. Em janeiro de 2010, a China acordou com Moçambique empréstimo no valor de US$ 14,7 milhões e a doação de US$ 7,3 milhões.

Também naquele ano, empresários chineses estiveram em Maputo e anunciaram intenção de investir até US$ 13 bilhões em Moçambique entre 2011 e 2015, numa carteira de projetos que inclui desde a construção de um bairro residencial inteiro na capital até a instalação de uma montadora de automóveis. O setor de infraestruturas é o de mais forte atuação chinesa. O país já participou da construção de estradas, aeroportos, estádio e prédios públicos.

Em 2009, a China chegou a ser o segundo maior investidor estrangeiro em Moçambique (US$ 76,8 milhões), atrás da África do Sul (US$ 136 milhões). Atualmente, o país ocupa apenas a sexta colocação no ranking de investidores estrangeiros, com US$ 7,25 milhões.

Em agosto de 2011, o Presidente Guebuza visitou a China com o propósito de atrair mais investimentos daquele país para Moçambique. Além disso, foram assinados diversos acordos de cooperação técnica e financeira.

O comércio bilateral com a China tem aumentado gradualmente, mas em 2010 ainda se encontrava na faixa relativamente modesta, de USD 690 milhões (com déficit moçambicano de USD 290 milhões).

CPLP

A República de Moçambique exerceu, de julho de 2000 a julho de 2002, a Presidência pró-tempore da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na figura do ex-Presidente Joaquim Chissano, e a reassumirá no corrente ano, pela segunda vez, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, prevista para julho de 2012.

Em recente Comunicado Conjunto, por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Moçambique, em outubro de 2011, os Governos do Brasil e de Moçambique reiteraram o compromisso com o fortalecimento da CPLP e com a consecução de seus objetivos estatutários, a saber, a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da língua portuguesa.

O Governo de Moçambique deverá indicar o próximo Secretário Executivo da CPLP (a rotatividade da indicação do SE-CPLP é feita por ordem alfabética de país), autoridade que representa o principal órgão executivo da Comunidade. Pela primeira vez, haverá na CPLP um Presidente pró-tempore e um Secretário Executivo da mesma nacionalidade.

ECONOMIA

Moçambique é hoje um país com grau relativamente alto de estabilidade. Por essa razão tem sido destino regular de investimentos na África. Os principais parceiros têm estendido linhas de crédito para apoiar exportações, execução de projetos e firmar presença no mercado do país, que registra índices elevados de crescimento há mais de 10 anos. A média, no período de 2005 a 2009, foi de 7,6%, sendo que as projeções para 2012 sinalizam crescimento de 8% do PIB. O cenário de estabilidade econômica projetado para Moçambique está ancorado, por um lado, pelo "Policy Support Instrument (PSI)", acordo de três anos firmado em 2010 com o FMI e, por outro lado, pelo "Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014". Ambos os instrumentos têm sido responsáveis pela orientação seguida pelas autoridades locais em matéria de política monetária e fiscal.

A *Economist Intelligence Unit* estima que os maciços investimentos estrangeiros diretos canalizados para o setor de mineração e seu consequente impacto positivo sobre a economia moçambicana em geral tornarão possível sólido incremento da arrecadação fiscal no período 2012-2016, viabilizando a injeção de recursos públicos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura básica. Pesquisas recentes apontam, entretanto, para uma manutenção, em linhas gerais, ao longo dos últimos dez anos, de preocupante quadro de pobreza (mais de 50% da população tem estado abaixo da linha de pobreza, apesar as altas taxas de crescimento).

As autoridades monetárias locais (Banco de Moçambique) deverão também adotar uma política monetária mais austera, reduzindo a oferta de liquidez no mercado, não somente para assegurar a estabilidade do "Metical", mas também para manter as pressões inflacionárias sob controle, considerando o risco que súbitas elevações de preços ao consumidor possam representar para a manutenção da estabilidade social do país. Recorde-se que Moçambique fechou o ano de 2010 com uma taxa acumulada de inflação de 16,6%, a mais alta em 10 anos. Contribuíram para tanto a alta dos preços das importações de alimentos e combustíveis e a depreciação do Metical. A política de austeridade fiscal adotada pelo país está alinhada com as recomendações do FMI para o saneamento das contas públicas locais. As previsões são de que as receitas superarão as despesas no período em consideração, permitindo que o déficit fiscal do país se reduza para 0,6% do PIB em 2016.

O Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano, medido a preços correntes, atingiu quase US$ 10 bilhões em 2010, tendo passado para US$ 12,5 bilhões em 2011, e com perpsctivas de alcançar os patamares de US$ 16 bilhões em 2012 e US$ 18,5 bilhões em 2013. No momento, os investimentos no país (e as exportações) estão concentrados nos chamados "megaprojetos", que gozam de benefícios fiscais expressivos. Entre eles, incluem-se a hidrelétrica de Cahora Bassa, Mozal (fábrica de alumínio), Kenmare (areais pesadas), Sasol (gás natural) e o carvão de Moatize, explorado por número crescente de companhias, a principal das quais a Vale. Os megaprojetos, portanto, em conjunto com projctos implantados em Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas industriais, constituem investimentos âncora que alavancam a economia nacional, facilitando o desenvolvimento de pequenas e

médias empresas que lhes prestam serviços, a transferência de tecnologias e o aumento das exportações.

O setor industrial segue sendo o de maior crescimento anual, com variações anuais que deverão alcançar 10% até 2013 (segundo a EIU), seguido do setor de serviços e de agricultura. São grandes as perspectivas de crescimento da área de serviços em Moçambique, haja vista que o país espera receber volumes cada vez maiores de investimentos destinados à ampliação da rede hoteleira e modernização dos serviços financeiros.

Em síntese, o potencial econômico do país é significativo. A estabilidade política é reconhecida, a despeito de inquietações em momentos de crise. Há segurança jurídica e incentivo ao investimento estrangeiro, como facilidades para repatriação de até 100% dos lucros e benefícios fiscais para empresas que se instalam. Há necessidade e disposição do Governo para desenvolver infraestruturas ao longo do território nacional (ferrovias, portos, estradas, barragens, linhas de transmissão). Trata-se de uma necessidade indiscutível e projetos na área contam com apoio do Banco Mundial/IFC, do Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico da África (e instituições financeiras de países árabes em busca de projetos no continente), de bancos de desenvolvimento europeus, além do endosso do FMI.

Energia

O setor canavieiro tem crescido significativamente, desde a privatização das empresas estatais, compradas por grupos da África do Sul e de Maurício. A produção de biocombustíveis, ainda não iniciada, mas que contabiliza investimentos vultosos, constitui uma das grandes apostas do país, em razão da posição geográfica próxima aos principais mercados da Ásia e, sobretudo, da África do Sul. Em junho de 2011, o Governo moçambicano realizou anúncio oficial da aprovação da mistura de bioetanol e biodiesel aos combustíveis de transportes, criando as bases para a sustentabilidade e a viabilidade comercial dos projetos de produção de biocombustíveis. O regulamento aprovado pode ser considerado, em grande medida, fruto do diálogo entre o Brasil e Moçambique no campo dos biocombustíveis.

O crescimento nos setores de mineração e energia também é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de hidroeletricidade da África (12.500 MW), para um consumo interno que atinge meros 350 MW. A África do Sul é a grande compradora do excedente.

Recentemente, foram descobertas grandes reservas de gás natural na região da bacia do rio Rovuma, norte de Moçambique. Se confirmado o potencial econômico- comercial estimado, essas descobertas podem significar a continuação da tendência de que Moçambique seja importante destino de investimento em grandes projetos de exploração de recursos naturais.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1962 – Nacionalistas moçambicanos exilados reúnem-se na Tanzânia e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Eduardo Mondlane.
1974 – Revolução dos Cravos em Portugal. Novo governo português concorda com o fim do império. Portugal e FRELIMO assinam o Acordo de Lusaca.
1975 – Moçambique se torna independente. A FRELIMO governa o país sob regime de partido único, com Samora Machel como Presidente da República.
1976 – A capital Lourenço Marques passa a ser chamada Maputo. Forças da RENAMO, grupo de oposição à FRELIMO, são armadas e treinadas pelo Governo segregacionista de Ian Smith (Rodésia). Moçambique impõe sanções econômicas à Rodésia.
1977 – A FRELIMO adota a doutrina marxista-leninista.
1980 – Com o fim do regime de Ian Smith na Rodésia, a RENAMO passa a ser apoiada pela África do Sul.
1984 – O cessar-fogo é rompido e a RENAMO retoma as hostilidades.
1986 – Presidente Samora Machel morre e é substituído por Joaquim Chissano.
1989 – A FRELIMO abandona o marxismo.
1990 – O Governo emenda a constituição e estabelece o multipartidarismo. Têm início as negociações entre o Governo e a RENAMO.
1992 – Presidente Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhaklama, assinam Acordo de Paz em Roma; estabelecida Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ).
1994 – Chissano é reeleito.
1995 – Moçambique se torna membro da "*Commonwealth*".
Dez/99 – Chissano derrota Dhaklama nas eleições presidenciais.
Jun/02 – Chissano anuncia que não concorrerá a um terceiro mandato e a FRELIMO escolhe Armando Guebuza, veterano da independência, como candidato em 2004.
Fev/05 – Guebuza vence Afonso Dhlakhama nas eleições; na posse, o Governo brasileiro é representado pelo ex-Vice-Presidente José Alencar.
Jul/06 – Banco Mundial cancela a maior parte da dívida de Moçambique.
Fev/07 – Presidente da China, Hu Jintao, visita Maputo e promete linha de crédito especial para as áreas de saúde, agricultura e infraestrutura.
Out/09 - Eleições presidenciais, parlamentares e provinciais; Guebuza é reeleito.
Jan/10 - Cerimônia de posse do Presidente Guebuza; o Governo brasileiro é representado pelo ex-Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Cronologia das Relações Bilaterais

1975: Moçambique conquista a independência (25/jun); Brasil e Moçambique estabelecem relações diplomáticas (31/dez).
Jan/76: Abertura da Embaixada do Brasil em Maputo.
1981: Assinatura do Acordo Geral de Cooperação.
1982: I Reunião da Comissão Mista (criada pelo Acordo Geral de Cooperação), em Maputo.
1989: II Reunião da Comissão Mista, em Maputo.
1989: Inauguração do Centro de Estudos Brasileiros.
1993/1994: Contribuição brasileira para as forças de paz da ONU que monitoraram o processo de paz moçambicanos. A UNOMOZ foi comandada, durante o primeiro ano, pelo General brasileiro Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva.
Jan/98: Abertura da Embaixada de Moçambique no Brasil.
Jul/00: Visita oficial do então Presidente Fernando Henrique Cardoso a Maputo (III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP).
2000: Anúncio do perdão de 95% da dívida de Moçambique com o Brasil. A dívida chegava a US$ 447,7 milhões (COMACE, 1999)
Jun/01: Visita oficial do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília; o Presidente moçambicano participou também da Cúpula do Mercosul, em Assunção.
Ago/02: Visita do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília (IV Cúpula da CPLP).
Mar/03: Visita do então chanceler Celso Amorim a Maputo.
Nov/2003: Visita oficial do então Presidente Lula a Maputo, quando foram assinados 11 novos instrumentos de cooperação, com destaque para o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos.
Ago-set/04: Visita oficial do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília, quando foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US$ 280 milhões.
Mar/05: Visita do então chanceler Celso Amorim a Maputo.
Jun07: Governo moçambicano aprova proposta da Vale para exploração das jazidas carboníferas de Moatize.
Set/07: Visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, na condição de convidado de honra nas comemorações do Dia da Independência.
Set/08: Visita do chanceler Oldemiro Balói a Brasília.

Out/08: Visita do então Presidente Lula a Maputo; inauguração da sede provisória do Escritório da FIOCRUZ-África.
Jul/09: Visita do Presidente Guebuza ao Brasil.
Dez/09: Aprovação pela CAMEX e pelo COFIG de mecanismo de financiamento do BNDES para obras de infraestrutura em Moçambique, no valor de US$ 300 milhões.
Jun/10: V Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Nov/10: Visita do então Presidente Lula a Maputo; inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique.
Jun/11: Visita do chanceler Oldemiro Balói a Brasília.
Out/11: Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Maputo.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

TÍTULO	Data da assinatura	Data da entrada em vigor	Data da publicação
Acordo para Implementação do Projeto "Implantação de um Centro de Formação Profissional para Escritórios e Administração"	10/04/1980	10/04/1980	06/05/1980
Acordo de Cooperação	15/09/1981	08/06/1984	10/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15/09/1981, no Campo das Comunicações.	15/05/1987	15/05/1987	02/06/1987
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação, na Área de Agricultura Irrigada	27/05/1989	27/05/1989	24/10/1989
Acordo de Cooperação Cultural	01/06/1989	26/04/1991	03/07/1991
Ajuste Complementar ao Acordo-Geral de Cooperação no Campo da Mineração	18/07/1997	18/07/1997	08/06/1997
Acordo sobre o Uso dos Imóveis da República de Moçambique pelo Brasil	18/07/2000	18/07/2000	10/08/2008
Acordo de Cooperação entre o Brasil e Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e outras Transações Financeiras Fraudulentas	31/08/2004	26/09/2008	23/01/2009
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural sobre Cooperação na Área da Comunicação Social	31/08/2004	31/08/2004	09/09/2004
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Segurança Pública	31/08/2004	31/08/2004	09/09/2004
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Horto-Fruticultura em Moçambique"	06/07/2007	06/07/2007	10/09/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição"	06/07/2007	06/07/2007	10/09/2007
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	06/07/2007	20/10/2009 (PDS 659/2009, aprovado em 14/10/2009)	Aguarda ratificação interna por Moçambique
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Moçambique"	09/07/2007	09/07/2007	10/09/2007

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio à Construção de Cisternas, Barragens Subterrâneas, Captação de Água de Chuva *in situ* e Jardins Produtivos em Comunidades Rurais de Moçambique"	06/09/2007	06/09/2007	24/09/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto "Capacitação Técnica em Ciências Florestais"	02/07/2008	02/07/2008	06/08/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do Órgão Regulador de Medicamentos de Moçambique como Agente Regulador do Setor Farmacêutico"	04/09/2008	04/09/2008	15/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Capacitação em Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e outros Medicamentos"	04/09/2008	04/09/2008	15/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional e Técnico do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique"	04/09/2008	04/09/2008	15/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique, para Implementação do Projeto "Inserção Social pela Prática Desportiva – Fase II"	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique, para Implementação do Projeto "Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Brasil-Moçambique"	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique nas Áreas Audiovisual e Cinematográfica	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique para Cooperação em Matéria de Comunicação Social	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre Brasil e de Moçambique para o Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique"	06/05/2009	06/05/2009	15/05/2009

Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique e para o Projeto "Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos de Estado"	08/05/2009	08/05/2009	15/05/2009
Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto "Capacitação Técnica em Matéria de Prisões"	21/07/2009	21/07/2009	29/07/2009
Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto "Implantação de Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique"	21/07/2009	21/07/2009	29/07/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique"	17/06/2010	17/06/2010	20/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Prevenção e Controle do Câncer"	16/07/2010	01/12/2010	01/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto: Implantação de Projeto Piloto de Terapia Comunitária em Moçambique, como Recurso de Promoção da Saúde	16/07/2010	01/12/2010	01/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Oral em Moçambique: Pesquisa em Saúde Oral – Maputo"	05/10/2010	05/10/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implementação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo"	05/10/2010	05/10/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique"	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011

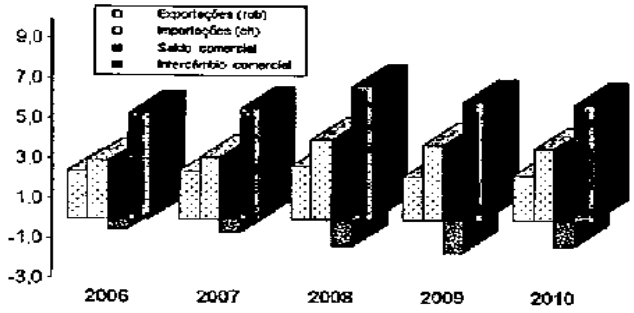
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Apoio à Implantação do Centro de Tele-Saúde, da Biblioteca e do Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique"	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação "Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique"	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo "C" no Âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo"	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Incremento da Capacidade de Pesquisa e de Difusão Tecnológica para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, Moçambique"	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do "Projeto de Modernização da Previdência Social de Moçambique"	03/12/2010	03/12/2010	17/06/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto "Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados"	19/01/2011	19/01/2011	10/08/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Projeto de Instalação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos	22/12/2011	22/12/2011	Tramitação na Casa Civil (Aguarda publicação)

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

MOÇAMBIQUE: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	2,4	2,4	2,7	2,1	2,2	2,1
Importações (cif)	2,9	3,1	4,0	3,8	3,6	3,9
Saldo comercial	-0,5	-0,7	-1,4	-1,6	-1,3	-1,8
Intercâmbio comercial	5,3	5,5	6,7	5,9	5,8	6,0

Elaborado pela APEX-BRASIL - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

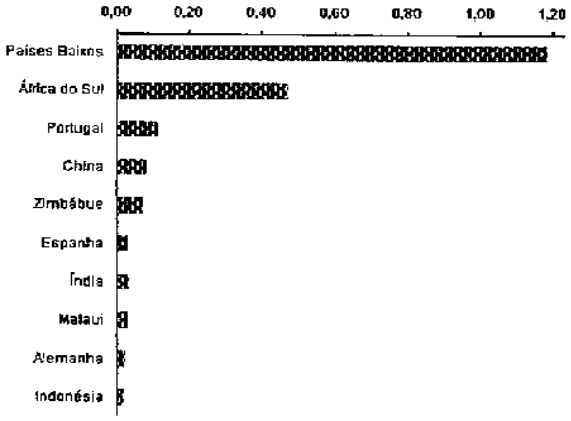


O comércio exterior moçambicano não apresentou significativa variação nos últimos anos. Em 2010, houve uma variação de 10% em relação a 2006, passando de US$ 5,3 bilhões para US$ 5,8 bilhões. No ranking do FMI, Moçambique figurou como o 128º mercado mundial, sendo o 126º principal exportador e o 117º importador.

MOÇAMBIQUE: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
Países Baixos	1,18	52,7%	0,02	1,1%
África do Sul	0,47	20,8%	0,35	16,6%
Portugal	0,11	4,8%	0,02	1,1%
China	0,08	3,5%	0,12	5,6%
Zimbábue	0,07	3,2%	0,05	2,6%
Espanha	0,03	1,3%	0,20	9,7%
Índia	0,03	1,3%	0,05	2,5%
Malaui	0,03	1,2%	0,02	1,0%
Alemanha	0,02	0,9%	0,03	1,3%
Indonésia	0,02	0,8%	0,02	0,7%
...				
Brasil	*0,0*	*0,0%*	*0,00*	*0,1%*
Subtotal	**2,03**	**90,5%**	**0,89**	**42,3%**
Outros países	**0,21**	**9,5%**	**1,21**	**57,7%**
Total	**2,24**	**100,0%**	**2,10**	**100,0%**



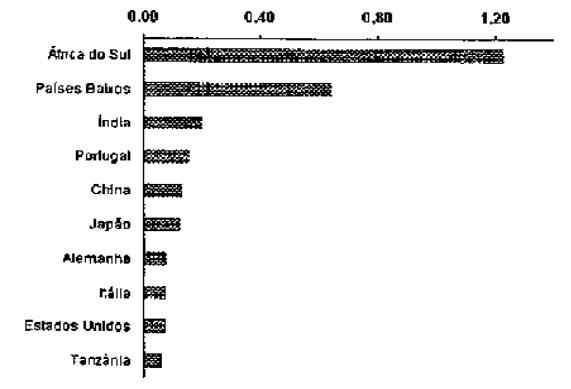
Elaborado pelo MRE/DEPROC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Um pouco mais da metade das exportações de Moçambique é destinada aos Países Baixos. Em 2010, as importações holandesas somaram 53% do total, seguidas da África do Sul (21%); Portugal (5%); China (4%); e Zimbábue (3%). O Brasil obteve o 42º lugar entre os principais destinos em 2010, com vendas em torno de US$ 81 mil.

MOÇAMBIQUE: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
África do Sul	1,23	34,4%	0,92	23,5%
Países Baixos	0,64	18,0%	0,04	1,0%
Índia	0,20	5,6%	0,29	7,5%
Portugal	0,15	4,3%	0,21	5,5%
China	0,13	3,6%	0,51	13,1%
Japão	0,13	3,5%	0,05	1,3%
Alemanha	0,08	2,2%	0,04	0,9%
Itália	0,07	2,1%	0,04	1,0%
Estados Unidos	0,07	2,1%	0,33	8,6%
Tanzânia	0,06	1,7%	0,05	1,2%
...				
Brasil	*0,02*	*0,6%*	*0,06*	*1,6%*
Subtotal	**2,79**	**78,3%**	**2,54**	**65,2%**
Outros países	**0,77**	**21,7%**	**1,36**	**34,8%**
Total	**3,56**	**100,0%**	**3,90**	**100,0%**

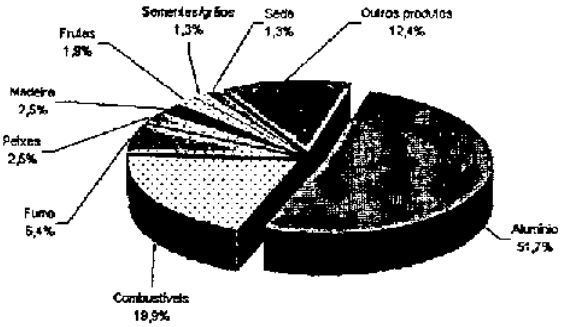


Elaborado pelo MRE/DEPROC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

A África do Sul é o principal fornecedor de bens a Moçambique. Em 2010 respondeu com 34% do total, seguido dos Países Baixos (18%); Índia (6%); Portugal (4%); China (4%); Japão (4%); Alemanha (2%) e Itália (2%). O Brasil posicionou no 16º lugar, com 0,6% da demanda importadora do país.

MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

Descrição	2010	% no total
Alumínio	1,16	51,7%
Combustíveis	0,45	19,9%
Fumo	0,14	6,4%
Peixes	0,06	2,5%
Madeira	0,06	2,5%
Frutas	0,04	1,9%
Sementes/grãos	0,03	1,3%
Seda	0,03	1,3%
Subtotal	**1,96**	**87,6%**
Outros produtos	**0,28**	**12,4%**
Total	**2,24**	**100,0%**

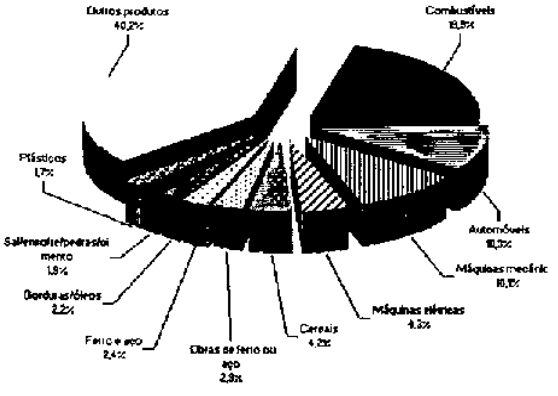


Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Alumínio foi responsável por 52% da pauta de exportação de Moçambique em 2010. Em seguida destacaram-se: combustíveis (20%); fumo (6%); pescados (3%); madeira (3%); e frutas (2%).

MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

Descrição	2010	% no total
Combustíveis	0,71	19,9%
Automóveis	0,37	10,3%
Máquinas mecânicas	0,36	10,1%
Máquinas elétricas	0,15	4,3%
Cereais	0,15	4,2%
Obras de ferro ou aço	0,10	2,9%
Ferro e aço	0,09	2,4%
Gorduras/óleos	0,08	2,2%
Sal/enxofre/pedras/cimento	0,07	1,9%
Plásticos	0,06	1,7%
Subtotal	**2,13**	**59,8%**
Outros produtos	**1,43**	**40,2%**
Total	**3,56**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DFR/DIC – Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

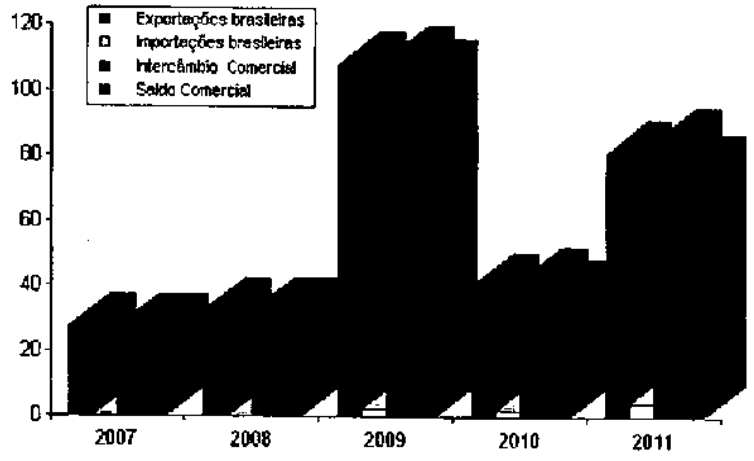
A pauta de importação de Moçambique é bastante diversificada, mas os combustíveis, automóveis e máquinas mecânicas lideraram a pauta com participação conjunta de 40% no total em 2010. Destacaram, também: máquinas elétricas (4%); cereais (4%); e obras de ferro e aço (2%).

BRASIL-MOÇAMBIQUE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	**27**	**32**	**108**	**40**	**81**
Variação em relação ao ano anterior	-22,5%	18,6%	233,8%	-62,7%	101,1%
Importações brasileiras	**0**	**0**	**2**	**2**	**4**
Variação em relação ao ano anterior	-100,0%	53954,1%	106000,0%	-5,7%	104,5%
Intercâmbio Comercial	**27**	**32**	**110**	**42**	**85**
Variação em relação ao ano anterior	-22,5%	18,6%	240,4%	-61,6%	101,2%
Saldo Comercial	**27**	**32**	**106**	**38**	**77**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Moçambique foi o 113º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 212%, passando de US$ 27 milhões, para US$ 85 milhões. No ano de 2011 as exportações saltaram para US$ 4 milhões frente aos US$ 37,00. em 2007. A participação de Moçambique no comércio exterior brasileiro foi de 0,02% em 2011.

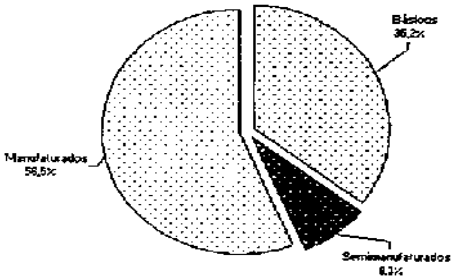


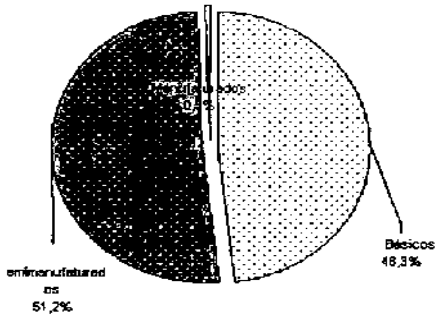
BRASIL-MOÇAMBIQUE: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	28,5	35,2%	2,0	48,3%
Semimanufaturados	6,7	8,3%	2,1	51,2%
Manufaturados	45,9	56,5%	0,0	0,5%
Total	**81,2**	**100,0%**	**4,1**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Moçambique são compostas em sua maior parte por bens manufaturados, que representaram 57% das vendas em 2011. Em seguida estão os produtos básicos, com 35% e os semimanufaturados com 8%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos semimanufaturados representaram 51% do total em 2011, seguido dos básicos com 48%.

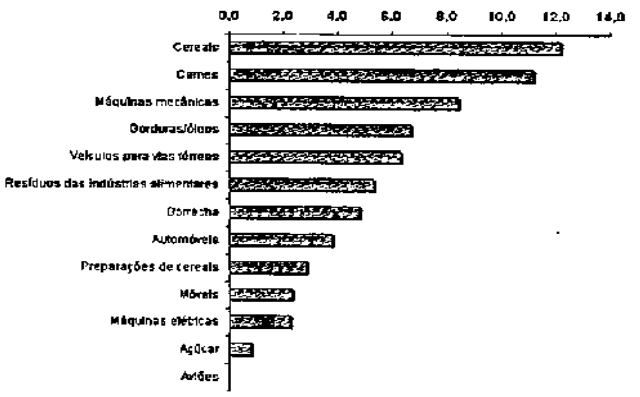




BRASIL-MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Cereais	0,0	2,4	12,2	15,0%
Carnes	13,3	9,0	11,2	13,8%
Máquinas mecânicas	5,2	3,9	8,4	10,4%
Gorduras/óleos	0,1	0,1	6,7	8,2%
Veículos para vias férreas	0,0	0,2	6,3	7,8%
Resíduos das indústrias alim	0,4	0,4	5,3	6,5%
Borracha	0,3	0,4	4,8	5,9%
Automóveis	5,9	6,8	3,7	4,6%
Preparações de cereais	2,5	3,3	2,8	3,5%
Móveis	2,6	2,0	2,3	2,8%
Máquinas elétricas	1,0	1,1	2,3	2,8%
Açúcar	1,1	0,3	0,8	1,0%
Aviões	65,3	0,0	0,0	0,0%
Subtotal	**97,8**	**30,0**	**66,9**	**82,3%**
Outros produtos	**10,3**	**10,4**	**14,3**	**17,7%**
Total	**108,1**	**40,4**	**81,2**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Moçambique, 2011



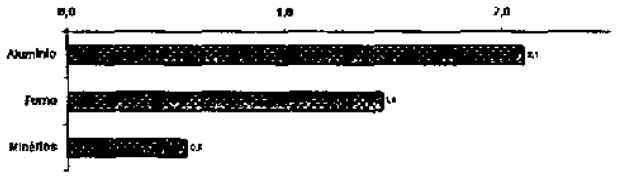
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Cereais, carnes e máquinas mecânicas foram os principais itens brasileiros exportados para Moçambique em 2011, juntos somaram 39% da pauta. Em seguida destacaram-se: gorduras/óleos (8%); veículos para vias férreas (8%); resíduos das indústrias alimentares (7%); e borracha (6%).

BRASIL-MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	
			Valor	% no total
Alumínio	0,0	0,0	2,1	51,2%
Fumo	2,1	2,0	1,4	35,2%
Minérios	0,0	0,0	0,5	13,1%
Subtotal	**2,1**	**2,0**	**4,1**	**99,5%**
Outros produtos	0,0	0,0	0,0	0,5%
Total	**2,1**	**2,0**	**4,1**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias de Moçambique, 2011

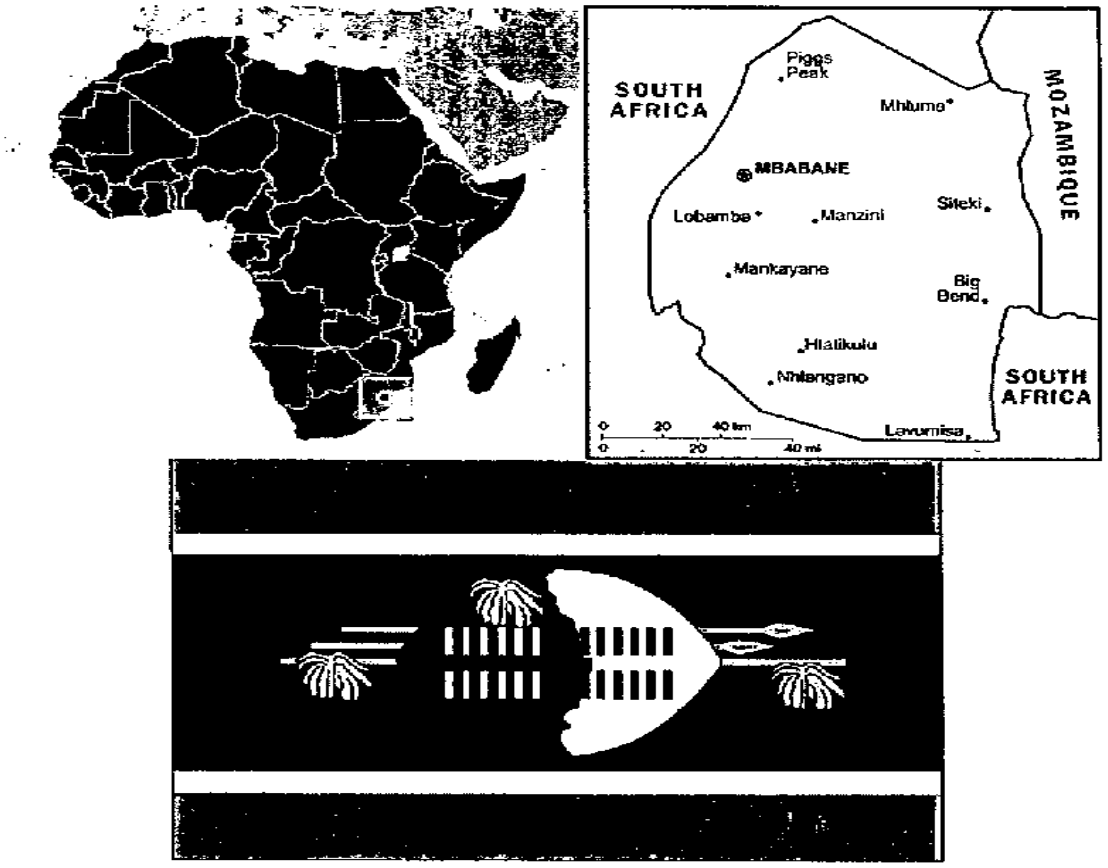


Elaboração pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

As importeções brasileiras originárias de Moçambique apresentaram alto grau de concentração. O alumínio (51%) e o fumo (35%) somaram 86% do total da pauta em 2011. O item minérios ficou em terceiro lugar na pauta de importação, com 13% do total e fechando a pauta.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II

REINO DA SUAZILÂNDIA



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....
PERFIS BIOGRÁFICOS .....
POLÍTICA INTERNA .....
POLÍTICA EXTERNA .....
ECONOMIA .....
RELAÇÕES BILATERAIS .....
COOPERAÇÃO .....
BIOCOMBUSTÍVEIS .....
INVESTIMENTOS .....
ASSUNTOS CONSULARES .....
ATOS BILATERAIS .....
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS .....
COMÉRCIO BILATERAL .....
ANEXOS .....

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.363 km² (aprox. o triplo do DF)
POPULAÇÃO (est. 2010, BM):	1,2 milhão (aprox. cidade de Campinas/SP)
IDIOMAS OFICIAIS:	Inglês e suazi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo e religiões tradicionais africanas (animistas)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25/04/1986)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sibusiso Barnabas Dlamini
CHANCELER:	Mtiti Fakudze (desde nov/2011)
PIB (est. 2010, BM):	US$ 3,6 bilhões (aprox. município de Presidente Prudente/SP)
PIB PER CAPITA (est. 2010, BM):	US$ 3.073,00
PIB PPP (est. 2010, BM):	US$ 6,062 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (est. 2010, BM):	US$ 5.884,59
IDH (PNUD, 2011):	0,522 (140º de 187 países analisados)
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2010):	81,6%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011):	48,7 anos
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADOR DO PAÍS PARA O BRASIL:	Ephraim Mandlenkhosi M. Hlope, cumulativamente com Washington
EMBAIXADORA INDICADA DO BRASIL PARA O PAÍS:	Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro de brasileiros residentes na Suazilândia

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ mil, FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ SUAZILÂNDIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	**693,01**	**574,54**	**787,57**	**549,64**	**970,46**	**2.233,55**	**2.434,29**	**22.749,72**	**20.994,39**
Exportações	398,77	285,24	475,35	317,35	545,70	2.055,39	873,59	2.988,04	3.604,02
Importações	294,23	289,30	312,22	232,28	424,76	178,16	1.560,69	19.761,68	17.390,37
Saldo	104,54	-4,05	163,13	85,07	120,93	1.877,22	-687,10	-16.773,63	-13.786,35

PERFIS BIOGRÁFICOS

MSWATI III
Rei da Suazilândia

Nascido **Makhosetive** ("Rei das Nações") em 19/04/1968, o rei da Suazilândia sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosikati* LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25/04/1986, com a idade de 18 anos e 6 dias. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos.

SIBUSISO BARNABAS DLAMINI
Primeiro-Ministro

Nascido em 15 de maio de 1942, Barnabas S. Dlamini formou-se em Química pela Universidade de Wisconsin, em 1969, e, em 1976, em Economia e Contabilidade pela Universidade da África do Sul. Possui Mestrado em Administração pela Universidade de Nova York. Foi Ministro das Finanças de 1983 a 1992. De 1992 a 1996, foi membro do Conselho Executivo do FMI, representando 20 países africanos. Foi Primeiro-Ministro e Membro do Parlamento, de 1996 a 2003, quando passou a exercer a função de conselheiro real. Desde outubro de 2008, exerce seu segundo mandato como Primeiro-Ministro.

MTITI FAKUDZE
Chanceler

Mtiti Fakudze assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional em novembro de 2011. Anteriormente, havia ocupado os Ministérios da Agricultura e do Serviço Público.

POLÍTICA INTERNA

A Suazilândia tornou-se independente do Governo britânico em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, baniu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. Em 1982, ascendeu ao trono o Rei Mswati III, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, mas que não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia do país – a República da África do Sul é responsável pela maior parte das importações e exportações suazis – fazem com que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

Mswati III, o último monarca absoluto da África, tem tido que administrar os crescentes problemas econômicos do país, uma taxa de desemprego acima de 40%, a perda de receita com as exportações de açúcar e têxteis e a mais alta taxa de prevalência de HIV no mundo (26,1%). Mais de 25% da população recebem alimentos do Programa Mundial de Alimentos.

Após um longo processo de negociação, foi promulgada em 2006 a nova Constituição do país, que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes. A mesma constituição atribui ao monarca imunidade contra qualquer tipo de processo civil ou criminal. A oposição, apoiada pelo direito à livre associação e à liberdade de expressão consagrados na nova carta magna, começou a organizar comícios e passeatas. Facções leais à monarquia, como a entidade cultural Sive Siyinqaba ("A Nação é uma fortaleza"), formada em 1996 por parlamentares, membros do Governo e da família real, para defender a cultura suázi, também se reorganizaram.

Passeata do *Swaziland Youth Congress* (SWAYOCO), realizada em agosto de 2006, foi dispersada de forma violenta pela polícia. Na ocasião, o então Primeiro Ministro Themba Dlamini confirmou que os partidos políticos continuavam banidos e afirmou que 90% dos novos dispositivos criados pela Constituição já estariam implementados ou em fase final de implementação. Deu como exemplo a maior independência atribuída ao Banco Central e à Unidade de Combate à Corrupção, a criação da Comissão de Direitos Humanos, além das reformas em andamento para a modernização da Corte Suprema.

Em 2007, a oposição escolheu o 11 de abril, data do 34º aniversário da criação da monarquia absoluta por Sobhuza II, para protestar contra a falta de democracia no país, exigindo que os partidos políticos fossem legalizados. Apoiadas pela central sindical sul-africana COSATU, manifestações ocorreram nos cinco postos de fronteira do país com a África do Sul. Em Mananga, 16 membros do

People's United Democratic Movement (PUDEMO) foram presos por carregar cartazes e panfletos "sediciosos".

Em setembro de 2008, o acirramento político entre Governo e oposição se intensificou ainda mais quando da realização das primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes e a missão observadora da SADC considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos. Apesar da relativa tranquilidade do pleito, os períodos anterior e posterior às eleições foram conturbados, marcados por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. O evento mais grave ocorreu dois dias após a eleição, quando duas pessoas morreram na explosão acidental da bomba que seria colocada em uma ponte junto ao palácio presidencial. Uma das vítimas era membro da *People's United Democratic Movement* (PUDEMO), a outra da *Swaziland Solidarity Network* (SSN). Ambos os grupos anunciaram apoio ao ato e celebraram como heróis os dois mortos, sem assumir responsabilidade pelo planejamento do atentado.

Em resposta, o Governo suazi aprovou severa legislação antiterror, o "Ato da Suazilândia de Supressão ao Terrorismo" (SSTA), que dá ao Governo o poder de deter por até sete dias em regime incomunicável ou de expulsar do país sem julgamento suspeitos de terrorismo. Com base em poderes atribuídos pelo SSTA, quatro organizações foram classificadas oficialmente pelo Primeiro Ministro Barnabas Dlamini como entidades terroristas, tornando ilegal qualquer forma de associação com as mesmas: o People's United Democratic Movement (PUDEMO), o Swaziland Youth Congress (SWAYOCO), Swaziland Solidarity Network (SSN) e o Swaziland People's Liberation Army (Umbane).

Ao mesmo tempo, acordo estabelecido ainda em 2009 entre a Swaziland Coalition of Concerned Civic Organisations (SCCCO) e a Freedom House, ONG financiada principalmente pelo Governo dos EUA, permitiu o fortalecimento da oposição ao Governo suazi, na medida em que facilitou o acesso a recursos para projetos em prol do avanço pacífico da democracia na Suazilândia. Em decisão adotada em princípios do mesmo ano, a Suprema Corte afirmou a obrigatoriedade do Governo de prover educação primária gratuita a todas as crianças, conforme previsto na Constituição de 2006. Resultado de ação movida pelo sindicato dos ex-mineradores, a decisão evidencia a pressão político-social sofrida pelo Governo do Rei Mswati III.

A deterioração das condições econômico-financeiras do Reino da Suazilândia tem contribuído para acirrar os ânimos da população e aumentar a tensão social no país. A alteração do regime aduaneiro da SACU, modificando o padrão de distribuição de receita entre seus países membros, reduziu drasticamente a arrecadação do Governo suazi, uma vez que cerca de 60% de sua receita tinha origem nos repasses da SACU. Em 2010, por exemplo, a medida ocasionou redução de 11% do PIB da Suazilândia, segundo dados do FMI. Isso, somado ao elevado nível de gastos com funcionalismo público (em torno de 18% do PIB), resultou em aumento drástico do déficit público em 2011, atingindo 15% do PIB, quase o dobro do registrado em 2010.

Em missão enviada em março de 2011, o FMI concluiu ser insustentável o nível de gastos com o funcionalismo público vigente, identificou iminente colapso financeiro no país e recusou-se a estender empréstimos ao Reino antes de certificar-se de que o país adotará medidas de ajuste fiscal e saneamento das contas públicas. A União Europeia, outra tradicional doadora de ajuda externa à Suazilândia, igualmente tem-se recusado a transferir recursos ao Estado suazi e limita sua cooperação a projetos de redução da pobreza e assistência a infectados pelo HIV/AIDS. Ademais, a acentuada dependência comercial em relação à África do Sul, que consome cerca de 60% das exportações suazis e responde por 90% das importações, é fator adicional de fragilidade econômica.

A expectativa de vida no país caiu de aproximadamente 60 anos na década de 1990 para 30 no presente, o que tem estimulado o trabalho infantil, conforme indicado pelo estudo global da OIT completado em 2006. Além de elevadas taxas de desemprego e de infecção pelo vírus HIV/AIDS, cerca de dois terços da população vivem abaixo da linha da pobreza e dependendo da ajuda do Governo, cuja situação é de virtual insolvência.

Em 22 de março de 2011, novas manifestações tomaram as ruas da Suazilândia em defesa de reformas econômicas e políticas, ganhando o apoio de diversas associações nacionais de trabalhadores e reunindo mais de 10.000 pessoas. Menos de um mês depois, sindicatos e movimentos sociais suazis convocaram novas manifestações de protesto para os dias 12, 13 e 14 de abril de 2011, em Manzini. A Swaziland Federation of Trade Unions (SFTU), o partido oposicionista ilegal People's Union Democratic Organization (PUDEMO) e a Swaziland Solidarity Network (SSN) foram os principais organizadores dos protestos que tinham como finalidade marcar o 38° aniversário do banimento dos partidos políticos. O Governo classificou os protestos como ilegais e atuou com antecedência para impedi-los, detendo as principais lideranças sindicais do país, dispersando as passeatas e, conforme agências informativas e organizações não-governamentais, prendendo jornalistas, entre os quais pelo menos quatro estrangeiros. A truculenta resposta do Governo e a prisão dos líderes políticos de oposição levaram os sindicatos a suspenderem sua mobilização ao fim do segundo dia de protestos.

As aspirações democráticas dos grupos de oposição suazis e o conflito social latente no país são acompanhados pelos países vizinhos preocupados com potencial transbordamento de refugiados, em caso de descontrole social em maior escala. Em nota à imprensa de 14 de abril de 2011, o Governo da África do Sul manifestou "grande preocupação" com a situação política no Reino da Suazilândia, pediu prudência e cobrou o início de um diálogo político amplo, que permita uma rápida e pacífica solução para a crise.

O país recorreu oficialmente à vizinha África do Sul, em setembro de 2011, em busca de apoio financeiro. Temerosa do transbordamento da instabilidade no país vizinho, a África do Sul estendeu ao Banco Central suazi empréstimo de cerca de US$ 340 milhões. O Governo do Presidente sul-africano Zuma vinculou o empréstimo ao compromisso suazi de ampliar o processo de diálogo com setores da oposição com vistas a uma gradual abertura política do país. Mswati III, por sua vez, comprometeu-se a promover reformas democráticas e respeitar os direitos humanos

de forma transparente e inclusiva. Em novembro de 2011, alterações ministeriais em posições-chave do Governo confirmaram a preocupação do monarca suazi em mostrar ativismo diante de crise que ameaça levar a Suazilândia ao colapso, procurando atenuar a percepção generalizada da opinião pública local sobre a existência de corrupção, privilégios e gestão pública irresponsável.

Direitos humanos

A situação do país é discutida no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, uma vez que, além dos problemas sociais (especialmente relacionados à pobreza e aos elevados índices de infecção por HIV/AIDS), a Suazilândia também suscita preocupações em virtude das frequentes denúncias de violência contra manifestantes, além de desrespeito à liberdade de associação e de expressão.

A Suazilândia foi avaliada pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos em 4 de outubro de 2011. Em seu relatório, o país informou que a Constituição estabeleceu, em setembro de 2009, Comissão Independente de Direitos Humanos e Administração Pública com poderes para investigar denúncias de violações cometidas por instituições públicas e privadas, assim como para interromper e reparar os efeitos dessas violações. Destacou ainda os esforços empreendidos em favor da erradicação da pobreza extrema, da garantia da segurança alimentar, bem como o aumento dos investimentos em saúde. O Conselho, em resposta, elogiou os aludidos esforços, ao mesmo tempo em que demonstrou preocupação com a persistência da discriminação contra mulheres e as restrições de direitos civis e políticos. Inconsistências entre a Constituição e a legislação comum do país foram igualmente apontadas.

POLÍTICA EXTERNA

O Reino da Suazilândia possui relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (a Suazilândia é um dos quatro países africanos a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia que o Estado suázi desfrutou no passado junto às potências capitalistas, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não possuindo o país qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Cuba). Cabe registrar, contudo, a visita de Estado que o Rei Mswati III fez a Cuba em junho de 2005. Na ocasião foram tratados temas de cooperação na área de saúde, educação e esportes, consolidados no Acordo de Cooperação assinado entre o Chanceler cubano e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Mabili Dlamini, em 21 de junho.

África do Sul

A África do Sul mantém bom relacionamento com o país, o que lhe garante a posição de principal parceiro internacional da Suazilândia, graças à forte dependência da economia suazi em relação ao vizinho. Além de destinatário de 60% das exportações suazis e origem de 90% das importações do país, a África do Sul é também essencial para a política monetária suazi, uma vez que a Suazilândia adota a paridade entre sua moeda (lilangeni) e a sul-africana (rand). Politicamente, a África do Sul tem manifestado preocupação com a instabilidade do vizinho, razão pela qual o empréstimo concedido em 2011 foi condicionado ao compromisso suazi com a ampliação do diálogo com a oposição e com a promoção gradual de abertura política do país.

Moçambique

A Suazilândia tem mantido laços cordiais com Moçambique, mesmo durante os quase 15 anos de regime marxista-leninista moçambicano. Em sua última visita de Estado ao país, o monarca suazi cumpriu ampla programação de visitas, que

incluíram projetos sócio-econômicos em Cabo Delgado e o Porto de Maputo (principal via de escoamento do açúcar e dos cítricos exportados pela Suazilândia). Em março de 2011, foi apreendido no porto de Maputo um carregamento com armas de fogo e drogas que estariam em trânsito em direção à Suazilândia. A oposição suázi acusou Moçambique de estar prestando auxílio ao Rei Mswati III, na ofensiva contra manifestações oposicionistas naquele país, embora inquérito moçambicano tenha concluído que o carregamento não se dirigia à Suazilândia.

Taiwan

O Reino da Suazilândia é um dos 23 países a manterem relações diplomáticas com a República da China (Taiwan). Taiwan é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, onde procura aproveitar-se dos benefício que a Suazilândia disfruta no âmbito da AGOA. Esses investimentos atingiram seu ápice em 2002, quando as empresas taiwanesas chegaram a empregar mais de 35 mil pessoas, mas vem caindo sensivelmente desde então. Além de investimentos, Taiwan envia missões médicas regulares ao país. Em 2007, foi assinado Acordo de Cooperação no Setor de Saúde entre os dois países.

Em 2008, um dos principais empresários do país, Ndumiso Mamba, personalidade muito próxima ao Rei, declarou que a Suazilândia deveria engajar-se seriamente no assunto dos benefícios econômicos que poderão advir do comércio com a China. Entretanto, o Chefe de Estado suázi, evitando envolver-se em polêmica, garantiu às autoridades de Taipé que o fortalecimento dos elos econômicos e comerciais com Pequim não comprometeria as relações políticas bilaterais com Taiwan.

Taiwan tem, naturalmente, interesse em cultivar as relações com a Suazilândia. Em julho de 2010, o Rei Mswati III realizou visita a Taipé e o Vice-Presidente de Taiwan, Vincent Siew, visitou Mbabane em setembro de 2010. Autoridades suazis têm defendido publicamente, em diferentes foros, a adesão de Taiwan à Organização das Nações Unidas.

EUA

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o Governo estadunidense possui programas de apoio às pequenas e médias empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, a Suazilândia é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, uma de suas prioridades no cenário austral africano) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação da Suazilândia na COMESA - que conflitava com seu status de membro da SACU -, chegou ao fim com o anúncio de que a Suazilândia permanecerá como membro da COMESA, mas não integrará a união alfandegária. O país continuará, contudo, a beneficiar-se do status de membro não-recíproco da Área de Livre Comércio da COMESA, podendo exportar seus bens com tarifas reduzidas, sem conceder acesso recíproco ao seu mercado.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpre ainda mencionar que, em 2010, o Reino da Suazilândia manifestou interesse em se tornar Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com a República de Moçambique. O Governo da Suazilândia, porém, não deu continuidade ao processo de negociação, embora recentemente o Governo moçambicano tenha realizado gestões no sentido de dar encaminhamento à questão.

Em relação a Madagascar, o Governo suazi concedeu abrigo ao presidente deposto Marc Ravalomanana em março de 2009, que, desde Mbabane, proferiu pronunciamento sobre a crise política em seu país.

ECONOMIA

Agricultura

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 13% em 2010, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 37% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 50%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto as últimas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, possuindo grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, as propriedades coletivas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o Governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical é planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob a Lei Norte-Americana de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA), com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão. A mineração ocorre em pequena escala, consistindo principalmente na exploração de carvão na mina de Maloma, que responde por 0,4% do PIB.

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB real é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como, por exemplo, açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados da década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, atingindo parcos 1,1% em 2010, conforme dados do Banco Mundial.

Política econômica

Desde a independência, foram adotados princípios de livre mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE tornaram a diversificação crucial para a Suazilândia, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da Área Monetária Comum (CMA) restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. Devido à paridade do lilangeni ao rand, a livre movimentação de fundos no âmbito da CMA implica que as taxas de juros devem ser semelhantes às sul-africanas, com exceção do prêmio de risco, caso contrário, haveria uma fuga de capitais para a África do Sul. Embora a Suazilândia tenha o direito de quebrar a paridade, isso dificilmente será feito. A circulação do rand deixou de ser legal em 1986, mas, devido ao volume de negócios e ao alto nível de transações individuais com a RAS, o rand voltou a circular legalmente na Suazilândia.

Indústria

O setor secundário (inclusive o de eletricidade e o de fornecimento de água) respondeu por 46% do PIB em 2007, o que constituiu a maior contribuição para o crescimento econômico. Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira, frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para a Suazilândia, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido uma maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pela Lei Norte-Americana de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA). No entanto, a extinção do Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATC), no fim de 2004, teve impacto adverso sobre essa indústria, que luta para continuar competindo com a China e outros países asiáticos, onde os custos são muito menores e a produtividade é mais alta. O setor enfrenta, ainda, as greves organizadas por poderosos sindicatos.

Tendências do Mercado de Trabalho

A maior parte dos empregos formais na Suazilândia está concentrada no setor público; o Governo, porém, vem sofrendo pressões para diminuir o tamanho do funcionalismo. Os empregos na iniciativa privada estão concentrados na indústria e

na agricultura comercial. O mercado de trabalho informal reflete a agricultura de subsistência (que emprega 75% da população) e a pecuária. Há, também, um pequeno número de suazis que trabalham em minas na África do Sul, embora esse número venha sendo afetado negativamente pela queda nos níveis da produção e pela utilização de tecnologias de mineração. Na Suazilândia, os níveis de desemprego são elevados, quadro que vem se exacerbando com a racionalização do serviço público e pelos problemas enfrentados pela indústria têxtil. A taxa de desemprego no país gira em torno de 40%.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. A última visita de autoridade suázi ao Brasil ocorreu em setembro de 1993, ocasião em que o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. No regresso de sua participação na 60ª AGNU, o avião que conduzia o rei Mswati III fez escala em Fortaleza.

Delegação suazi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará.

Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.

Cooperação

Embora haja possibilidade de cooperação em diversas áreas, nenhum projeto está ainda em andamento. O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia foi assinado em 25/01/2008 e encontra-se em processo de ratificação. O Governo da Suazilândia tem solicitado cooperação brasileira nas áreas de saúde, educação e agricultura – os quais, eventualmente, poderiam vir a ser objeto de projetos de cooperação desenvolvidos sob o abrigo do aludido Acordo.

Na área de saúde, há interesse suazi especialmente em projetos de combate ao HIV/AIDS, que contemplem tanto aquisição e produção de medicamentos anti-retrovirais quanto capacitação em gestão, elaboração de políticas públicas e formação de funcionários. A esse respeito, missão de técnicos brasileiros foi enviada a Mbabane em fevereiro de 2006 com o objetivo de verificar as possibilidades de cooperação na área, mas a iniciativa não teve. Em julho de 2011, o Governo suazi solicitou novamente visitas oficiais para marcar o início das discussões sobre cooperação técnica com o Governo Brasileiro para o combate ao HIV/AIDS, através da Fundação Oswaldo Cruz. A fim de encaminhar o assunto, está previsto o envio de missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a realizar-se na ocasião de visita a outros países vizinhos.

O país também demonstrou interesse em fortalecer as relações bilaterais na área de educação, em especial mediante envio de estudantes suazis para estudos de graduação no Brasil. O tema, porém, não teve maiores desdobramentos.

O Ministro da Agricultura suazi, Clement Dlamini, em encontro com Embaixador brasileiro em Maputo (novembro/2010), também manifestou o desejo de firmar acordo de cooperação na área de agricultura com o Brasil, em especial na

produção de soja. E, ainda em 2010, houve manifestação de interesse por parte do Governo suazi em estabelecer cooperação na área de incentivo ao turismo.

Biocombustíveis

Outro âmbito de cooperação bilateral possível é o de biocombustíveis. Nos últimos anos, vem crescendo o interesse suazi em desenvolver uma indústria de biocombustíveis, principalmente para a produção de etanol, tanto de milho quanto de cana-de-açúcar. Não há ainda produção comercial de bioenergia (etanol, biodiesel) na Suazilândia, mas o país já produz eletricidade a partir do bagaço da cana-de-açúcar (biomassa) e a produção de biocombustíveis vem se desenvolvendo em caráter experimental, sem mensuração do volume de produção e de consumo interno. A produção experimental de biocombustíveis concentra-se nos cultivos de cana-de-açúcar (etanol) e *jatropha* (pinhão-manso; planta da mesma família da mamona, utilizada na produção de biodiesel). A Suazilândia chegou, também, a pesquisar a produção de etanol a partir da mandioca, cultivo propício ao terreno árido do país. Não há exportação e tampouco importação de bioenergia.

Encontra-se em processo de elaboração pelo Governo suazi estratégia para a produção de biocombustíveis. O debate sobre o assunto no país, contudo, é complexo e centra-se no argumento da rivalidade da produção de biocombustíveis com a produção de gêneros alimentícios e no impacto social e econômico do cultivo de cana-de-açúcar e da *jatropha*. Por um lado, o país tem território pequeno, a disputa por terra é relevante, há carência de alimentos e de água, e elevada parcela da população vive abaixo da linha da pobreza – elementos que reforçam o argumento, defendido inclusive por ONGs estrangeiras, de que a eventual produção de biocombustíveis colocaria em risco a já frágil segurança alimentar do país. Por outro lado, o país possui vastas áreas de cultivo de cana-de-açúcar e tradição no setor sucroalcooleiro, com investimentos estatais e de empresas estrangeiras, além de histórico de produção experimental de etanol a partir da cana pela Royal Swaziland Sugar Corporation. Em 2006, a empresa estatal anunciou projeto de ampliação da capacidade produtiva e melhoria de destilarias existentes.

Apesar do anúncio da encomenda ao Brasil de dois automóveis movidos a álcool para testes em 2006 e da ida de empresários brasileiros ao país em julho de 2007, não há iniciativas vigentes de cooperação bilateral na área. Com a recente assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Brasil, porém, deve ser realizada missão de prospecção da EMBRAPA para analisar possibilidades e modalidades de cooperação no tema.

Investimentos

A mineração é pouco desenvolvida na Suazilândia, embora o país possua importante jazida de antracito, mineral utilizado na fabricação de pelotas de minério de ferro. O mineral é considerado estratégico pela Vale, que, desde 2008, vem

estudando a possibilidade de adquirir mina localizada em Lubhuku. Até o momento, porém, não se logrou estabelecer acordo entre a Vale e o Governo suazi.

Assuntos consulares

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique.

Atos bilaterais

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia assinado em 25/01/2008 e aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal em 10/12/2009 e, no Plenário do Senado Federal, em 17/12/2009. Aguarda o processo de ratificação interna pelo Reino da Suazilândia.

Trata-se do primeiro ato bilateral assinado entre os dois países.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Comércio bilateral

Tradicionalmente, a Suazilândia importa do Brasil motores e turbinas, material elétrico, tubos de aço, equipamentos e utensílios agrícolas, além de materiais químicos. Em 2011, 79% do valor total exportado pelo Brasil à Suazilândia compunha-se de turbinas a vapor, seguido de máquinas ceifeiras e debulhadoras, que representaram 8,9% das exportações. Os principais produtos importados, em 2011, foram circuitos integrados (46%) e microprocessadores (35% do valor total).

O comércio bilateral, que desde 2000 encontrava-se estagnado em torno de US$ 600 mil, sofreu considerável incremento a partir de 2008, quando atingiu US$ 2,223 milhões, como reflexo do crescimento das exportações brasileiras para o país, que chegaram a US$ 2,055 milhões. A partir de 2009, contudo, houve uma inversão na balança comercial. A Suazilândia passou a exportar mais para o Brasil, que, desde então, apresenta déficit na relação comercial bilateral.

Em 2010, houve novo surto de crescimento do comércio bilateral, quando as transações totalizaram US$ 22,749 milhões. O crescimento deveu-se ao aumento das importações oriundas da Suazilândia, que totalizaram US$ 19,761 milhões. Em 2011, o volume de comércio entre os dois países permaneceu relativamente estável em relação a 2010 (US$ 20,994 milhões).

ANEXOS

Cronologia

Século XVI – O povo suazi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Século XIX – Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região.
1836 – Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888 – Formação de um Governo provisório, formado por representantes do Governo britânico, sul-africano e suazi
1889 – Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suazi.
1903 – Os suazis passam a ser administrados pelo Governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949 – Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia à União-Sul-Africana.
1963 – É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suazis.
1967 – É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968 – A Suazilândia torna-se independente do Governo britânico. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973 – Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado.
1982 – Ascensão do Rei Mswati III ao trono suazi e introdução de importantes reformas políticas no país.
1993 – O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2006 – Promulgação da nova Constituição. Manifestações, comícios e passeatas são reprimidos violentamente pela polícia.
2008 – Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição. Considerado "livre e limpo" por observadores internacionais, o pleito ocorreu em clima conturbado, marcado por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas.
2009 – Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará.

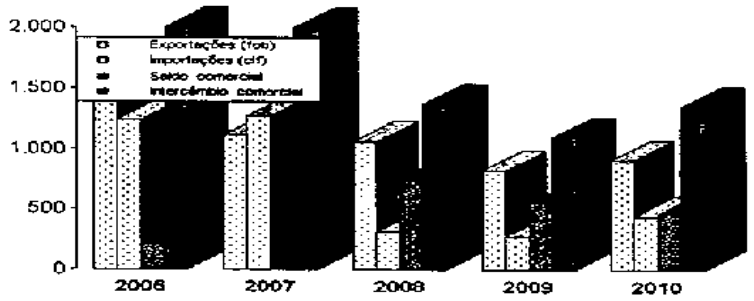
INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS

SUAZILÂNDIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008[1]	2009[1]	2010[1]
Exportações (fob)	1.463	1.113	1.063	825	910
Importações (clf)	1.242	1.270	312	271	443
Saldo comercial	220	-157	751	554	467
Intercâmbio comercial	2.705	2.383	1.375	1.097	1.353

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.

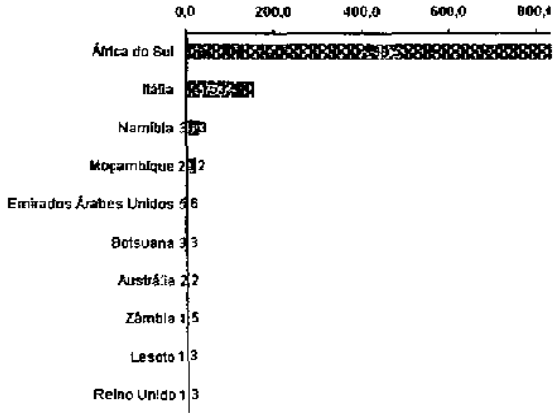
(1) Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



O comércio exterior de Suazilândia apresentou em 2010 um decréscimo em relação ao ano de 2006 em torno de 50%. O mesmo ocorreu de 2007 para 2006 (- 12%), cujos dados foram obtidos pela posição real, já que 2008 em diante são dados de espelho. Em 2011 obteve a 164° posição no intercâmbio mundial, segundo dados do FMI.

SUAZILÂNDIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ milhões

Descrição	2006	% no total	2007(1)	% no total
África do Sul	446,1	30,5%	888,5	79,8%
Itália	446,1	30,5%	153,5	13,8%
Namíbia	11,5	0,8%	31,3	2,8%
Moçambique	247,4	16,9%	20,2	1,8%
Emirados Árabes Unidos	1,3	0,1%	5,6	0,5%
Botsuana	13,0	0,9%	3,3	0,3%
Austrália	2,3	0,2%	2,2	0,2%
Zâmbia	1,5	0,1%	1,5	0,1%
Lesoto	25,6	1,7%	1,3	0,1%
Reino Unido	4,5	0,3%	1,3	0,1%
...				
Brasil	*0,00*	*0,00%*	*0,00*	*0,0%*
Subtotal	**1.199,2**	**82,0%**	**1.108,6**	**99,6%**
Outros países	**263,6**	**18,0%**	**4,6**	**0,4%**
Total	**1.462,8**	**100,0%**	**1.113,2**	**100,0%**

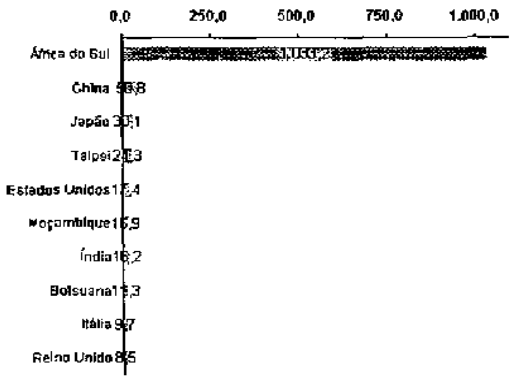


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.
(1) última posição disponível com dados reais

África do Sul, Itália, Namíbia e Moçambique são os principais mercados de destino das exportações de Suazilândia com 98% da pauta em 2007. O Brasil não tem dados para o período em análise.

SUAZILÂNDIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ milhões

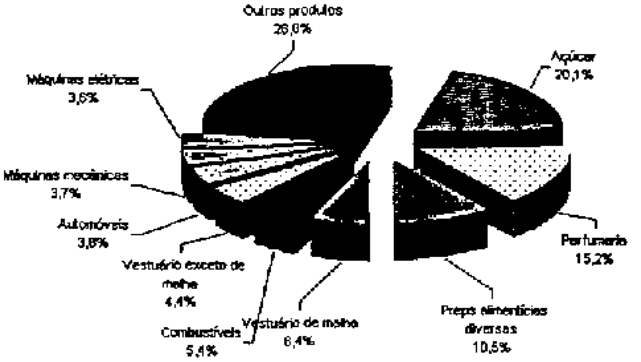
Descrição	2006	% no total	2007(1)	% no total
África do Sul	995,2	80,1%	1.033,2	81,4%
China	24,6	2,0%	50,8	4,0%
Japão	1,2	26,1%	30,1	2,4%
Taipei	38,0	3,1%	24,3	1,9%
Estados Unidos	37,9	3,1%	17,4	1,4%
Moçambique	11,3	0,9%	16,9	1,3%
Índia	10,6	0,9%	16,2	1,3%
Botsuana	4,4	0,4%	11,3	0,9%
Itália	4,6	0,4%	9,7	0,8%
Reino Unido	8,5	0,7%	8,5	0,7%
...				
Brasil	*2,69*	*0,2%*	*5,00*	*0,4%*
Subtotal	**1.138,9**	**91,7%**	**1.223,3**	**96,3%**
Outros países	**103,5**	**8,3%**	**46,7**	**3,7%**
Total	**1.242,4**	**100,0%**	**1.270,0**	**100,0%**



Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.
(1) última posição disponível com dados reais

África do Sul representou 81% das importações de Suazilândia no ano de 2007. China foi o segundo mercado proveedor. No ano de 2006, África do Sul permaneceu no ranking de principal país, seguido do Japão com 26%. O Brasil ocupou a 13ª posição em 2007, participando com 0,4% no total.

Descrição	2010	% no total
Açúcar	183,2	20,1%
Perfumaria	138,4	15,2%
Preps alimentícias diversas	95,4	10,5%
Vestuário de malha	58,6	6,4%
Combustíveis	48,8	5,4%
Vestuário exceto de malha	40,2	4,4%
Automóveis	34,9	3,8%
Máquinas mecânicas	33,5	3,7%
Máquinas elétricas	32,7	3,6%
Subtotal	**665,6**	**73,2%**
Outros produtos	**244,2**	**26,8%**
Total	**909,7**	**100,0%**

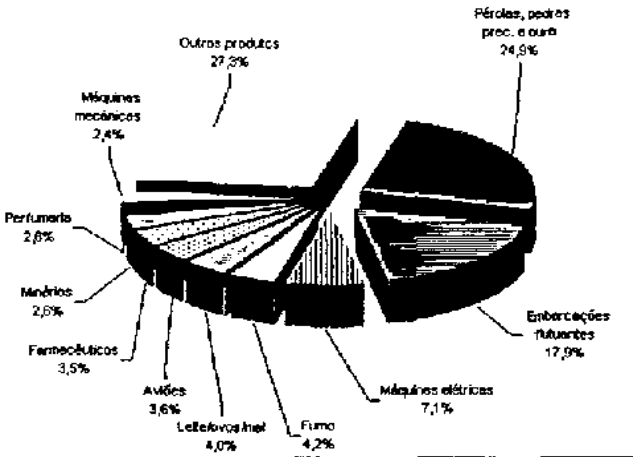


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

Açúcar é o principal item da pauta de exportação de Suazilândia, seguido de perfumaria representados pelos óleos essenciais (15%) que nos anos anteriores correspoderam pelo principal produto da pauta. Outros produtos também destacados em 2010 foram: preparações alimenticias diversas (11%), vestuário (11%); combustiveis (5%), automóveis (4%) e maquinárias (7%).

SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2010 - US$ Milhões

Descrição	2010	% no total
Pérolas, pedras prec. e ouro	110,2	24,9%
Embarcações flutuantes	79,5	17,9%
Máquinas elétricas	31,5	7,1%
Fumo	18,4	4,2%
Leite/ovos/mel	17,5	4,0%
Aviões	15,9	3,6%
Farmacêuticos	15,4	3,5%
Minérios	11,5	2,6%
Perfumaria	11,3	2,6%
Máquinas mecânicas	10,7	2,4%
Subtotal	**321,9**	**72,7%**
Outros produtos	**121,1**	**27,3%**
Total	**442,9**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

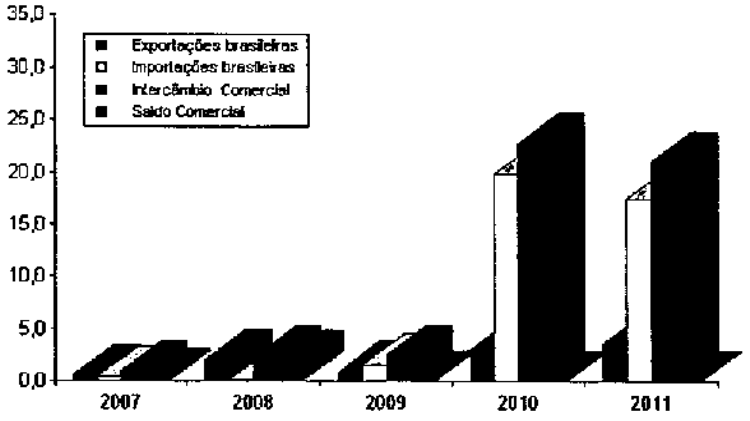
A pauta de importação de Suazilândia é bastante diversificada. O principal item da pauta em 2010 foram pérolas, pedras preciosas e ouro automóveis (25%), seguido de embarcações flutuantes (18%) e máquinas (9,4%).

BRASIL-SUAZILÂNDIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	**0,5**	**2,1**	**0,9**	**3,0**	**3,6**
Variação em relação ao ano anterior	71,9%	276,1%	-57,4%	241,4%	20,8%
Importações brasileiras	**0,4**	**0,2**	**1,6**	**19,8**	**17,4**
Variação em relação ao ano anterior	84,3%	-58,0%	776,4%	1166,7%	-12,0%
Intercâmbio Comercial	**1,0**	**2,2**	**2,4**	**22,7**	**21,0**
Variação em relação ao ano anterior	77,1%	129,9%	9,2%	834,6%	-7,7%
Saldo Comercial	**0**	**2**	**-1**	**-17**	**-14**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewebb.

Suazilândia foi o 146º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 2000%, passando de US$1 milhão, para US$ 21 milhões, sendo 560% nas exportações e 4000% nas importações.

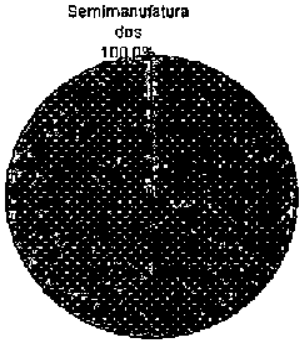


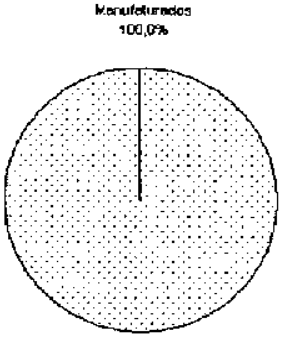
BRASIL-SUAZILÂNDIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	3,6	100,0%	17,4	100,0%
Total	**3,6**	**100,0%**	**17,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

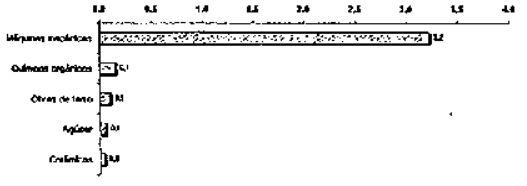
As exportações brasileiras para Suazilândia são compostas por produtos manufaturados, que representaram 100% das vendas em 2011. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2011, representados pelas máquinas elétricas e mecânicas.





BRASIL-SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Máquinas mecânicas	0,0	0,1	3,2	89,4%
Químicos orgânicos	0,0	0,0	0,1	4,1%
Obras de ferro	0,1	0,2	0,1	2,7%
Açúcar	0,4	0,0	0,1	1,0%
Cerâmicos	0,1	0,0	0,0	1,1%
Subtotal	**0,6**	**0,4**	**3,6**	**99,0%**
Outros produtos	**0,3**	**2,5**	**0,0**	**1,0%**
Total	**0,9**	**3,0**	**3,6**	**100,0%**



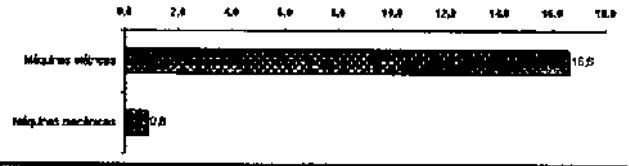
2517.9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Máquinas mecânicas representam 90% dos itens brasileiros exportados para Suazilândia, seguidos de químicos orgânicos, obras de ferro, açúcar e cerâmicos.

BRASIL-SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Máquinas elétricas	0,6	18,0	16,6	95,3%
Máquinas mecânicas	0,9	1,7	0,8	4,5%
Subtotal	**1,5**	**19,7**	**17,4**	**99,9%**
Outros produtos	**0,1**	**0,1**	**0,0**	**0,1%**
Total	**1,6**	**19,8**	**17,4**	**100,0%**

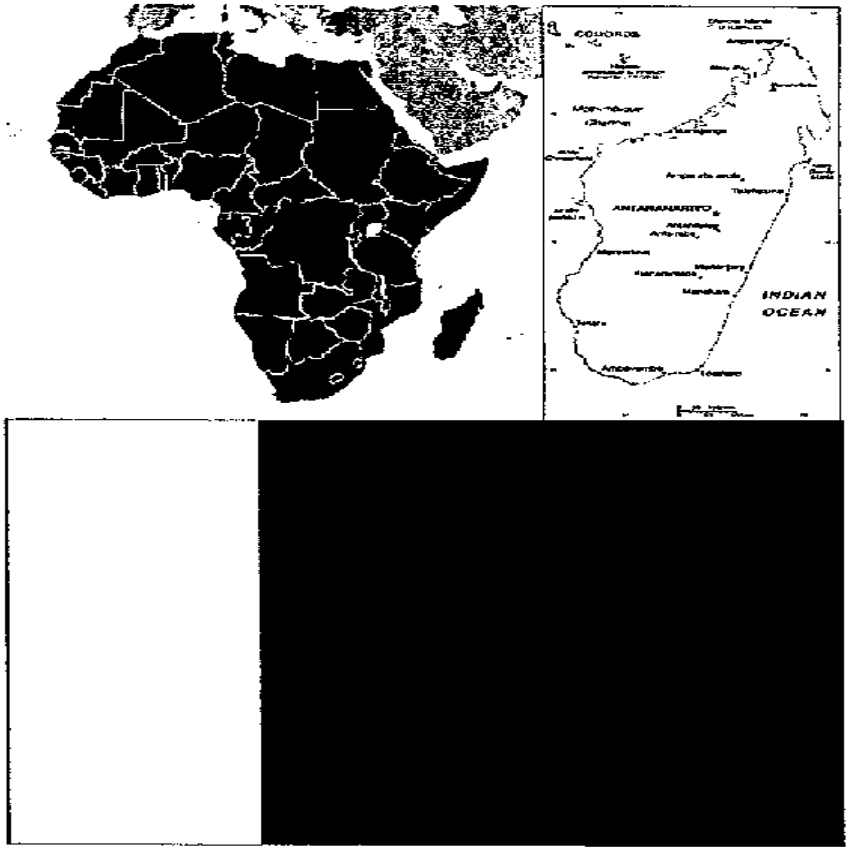


Elaborado pela MP/SDP/DCIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

As importações brasileiras originárias da Suazilândia apresentaram alto grau de concentração de máquinas elétricas e mecânicas que representam a totalidade em 2011, assim como no ano de 2010 e em 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II

REPÚBLICA DE MADAGASCAR



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

RELAÇÕES COMERCIAIS .....
INVESTIMENTOS BRASILEIROS .....
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS .....
ASSISTÊNCIA CONSULAR .....

ANEXOS .....

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km^2 (aproximadamente a área do Estado de Minas Gerais)
POPULAÇÃO (2011, PNUD):	21,3 milhões
IDIOMA:	Malgaxe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões tradicionais animistas, cristianismo e islamismo
SISTEMA POLÍTICO:	Semipresidencialismo
CHEFE DE ESTADO (*DE FACTO*)	Presidente Andry Rajoelina (desde mar/2009)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jean Omer Beriziky (desde out/2011)
CHANCELER:	Pierrot Rajaonarivelo (desde nov/2011)
PIB real (2010, BM):	US$ 8,7 bilhões (est.)
PIB PPP(2010, BM):	US$ 20,0 bilhões (est.)
Variação do PIB (2010, BM):	1,6% (2010); -4,6 (2009); 7,1% (2008); 6,2% (2007)
PIB *per capita* (2010, BM):	US$ 421,0 (est.)
PIB *per capita* PPP (2010, BM):	US$ 969,0 (est.)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary (USD 1 = MGA 2.235,0 em 19/01/2012)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2011, PNUD):	64,5%
IDH (2011, PNUD):	0,480 (151° no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011, PNUD):	66,7 anos
EMBAIXADOR DE MADAGASCAR PARA O BRASIL:	Narisoa Rajaonarivony (cumulativo com Washington)
EMBAIXADORA DESIGNADA DO BRASIL PARA MADAGASCAR:	Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Não há registro de cidadãos brasileiros

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ mil, FOB) – *Fonte: MDIC*

Brasil⇒ Madagascar	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	7.528,79	12.732,78	12.726,00	6.793,04	9.438,90	24.419,71	21.363,71	28.156,95	22.902,53
Exportações	7.358,20	12.520,76	12.583,20	6.548,36	9.234,65	24.074,40	21.186,71	27.954,42	21.901,27
Importações	170,59	212,02	142,80	244,67	204,25	345,30	176,99	202,53	1.001,2
Saldo	7.187,60	12.308,73	12.440,40	6.303,68	9.030,40	23.729,10	21.009,71	27.751,89	20.900,07

PERFIS BIOGRÁFICOS

Andry RAJOELINA
Presidente interino

Nascido em 30 de maio de 1974, em Antananarivo, Andry Rajoelina iniciou sua carreira como comunicador em rádio e televisão. Concorreu e venceu as eleições municipais de 2007, assumindo a prefeitura da capital do país.

Em janeiro de 2009, após ter seu canal de televisão fechado pelo Governo central sob alegações de "perturbação da paz e segurança", Rajoelina passa a liderar a oposição contra o então Presidente Marc Ravalomanana. Em março de 2009, após a deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas, Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado interinamente enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT) até que tenham lugar novas eleições.

Jean Omer BERIZIKY
Primeiro-Ministro

Nascido em 9 de setembro de 1950, na região Norte de Madagascar, Jean Omer Beriziky trabalhou como professor de História e diplomata, tendo exercido a função de Embaixador de Madagascar junto à União Europeia e à Bélgica entre 1995 e 2006.

Membro do partido LEADER-Fanilo (Liberalismo Econômico e Ação Democrática para a Reconstrução Nacional), de centro, foi nomeado, em 28 de outubro de 2011, Primeiro-Ministro do Governo transitório (HAT) liderado pelo Presidente Rajoelina.

Pierrot Jocelyn RAJAONARIVELO
Chanceler

Nasceu em 1946, na Ilha de Sainte-Marie. Após ter exercido a função de Embaixador nos EUA entre 1989 e 1997, ocupou, até 2002, o cargo de Vice-Primeiro-Ministro no Governo do Presidente Didier Ratsiraka, além de ser eleito para o cargo de Secretário Nacional do partido AREMA (*Antokin'ny Revolisiona Malagasy*, em malgaxe).

Quando Ratsiraka perdeu a disputa presidencial para Marc Ravalomanana, em 2002, Rajaonarivelo seguiu para o exílio. Regressou a Madagascar em 2009, quando Andry Rajoelina assumiu a Presidência.

Em março de 2011, Rajaonarivelo assumiu o Ministério da Economia e da Indústria. Deixou a Pasta em novembro do mesmo ano para assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA INTERNA

A história escrita de Madagascar começou no século VII d. C., quando os árabes estabeleceram entrepostos comerciais ao longo da costa noroeste. O contato com os europeus começou no século XVI, quando o capitão português Diego Dias avistou a ilha, depois que seu navio se separou da flotilha que se dirigia à Índia. Ao final do século XVII, os franceses estabeleceram entrepostos comerciais ao longo da costa leste. De 1774 a 1824, a ilha foi frequentada por piratas, inclusive americanos, responsáveis pela introdução do arroz malgaxe para a Carolina do Sul.

A partir da década de 1790, líderes do grupo étnico dos merinas lograram estabelecer hegemonia sobre a maior parte da ilha, inclusive a costa. Em 1817, o governante dos merinas e o Governador britânico de Maurício concluíram um tratado abolindo o tráfico de escravos, que fora importante componente da economia malgaxe. Em troca, a ilha recebeu assistência militar e financeira. A influência britânica permaneceu forte por muitas décadas, durante as quais a elite merina foi convertida ao presbiterianismo, ao congregacionismo e ao anglicanismo.

Os britânicos aceitaram a imposição de um protetorado francês sobre Madagascar, em 1885, em troca do controle de Zanzibar (hoje parte da Tanzânia) e como parte de uma definição geral das esferas de influência na área. O controle absoluto da França sobre Madagascar foi obtido militarmente, em 1895-96, e a monarquia merina foi abolida.

Tropas malgaxes lutaram na França, no Marrocos e na Síria, durante a Primeira Guerra Mundial. Quando a França foi ocupada pelos alemães, o Governo de Vichy passou a administrar Madagascar. Em virtude de sua posição estratégica, tropas britânicas ocuparam a ilha em 1942, para evitar que fosse ocupada pelos japoneses. O Reino Unido entregou a ilha à França Livre em 1943.

Em 1947, uma revolta nacionalista foi suprimida, depois de vários meses de lutas intensas. Os franceses reformaram as instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência. A República Malgaxe foi proclamada em 14 de outubro de 1958, como Estado autônomo dentro da Comunidade Francesa. Um período de Governo provisório encerrou-se com a adoção de uma constituição, em 1959, e independência completa obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo oposicionista Albert Zafy. O novo Governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

Em março de 1998, um referendo popular decidiu pela transformação do país em federação, dividida em seis regiões autônomas, e ampliou o poder do presidente. Em maio do mesmo ano, eleições legislativas deram a vitória ao partido governista Associação pelo Renascimento de Madagascar (Arema).

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana, do TIM (*Tiako-i-Madagasikara* – "Eu Amo Madagascar"). Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Seguiu-se uma crise política, com os partidários de Ratsiraka tendo bloqueado a estrada que ligava Toamasina, principal porto do país, à capital, principal bastião de Ravalomanana. Em abril de 2002, a Corte Constitucional confirmou o prefeito da capital como vencedor. Explosões esporádicas de violência e uma considerável desorganização da atividade econômica continuaram até julho de 2002, quando Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional (França e os EUA acabaram reconhecendo o governo do candidato do TIM), fugiram do país e exilaram-se na França. Além das diferenças políticas, questões étnicas desempenharam papel importante na crise e continuam a influenciar a política até hoje. Ratsiraka pertence à etnia *Betsimisaraka* e Ravalomanana é *Merina*.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. As eleições legislativas de dezembro de 2002 deram a seu partido a maioria absoluta na Assembleia Nacional. As eleições municipais de novembro de 2003 foram consideradas livres, novamente com ampla vitória do partido governista, mas também com a eleição de um número significativo de candidatos independentes ou de oposição regional. Passada a crise, o Presidente decidiu substituir os governadores provinciais com a nomeação de PDEs (Presidentes das Delegações Especiais). A legislação que se seguiu estabeleceu uma estrutura de 22 regiões para descentralizar a administração. Em setembro de 2004, o governo nomeou 22 Chefes Regionais, que se reportam diretamente ao Presidente, para a implementação dos planos de descentralização.

Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de 5 anos, o que representou a continuidade parcial do seu projeto político. Ravalomanana manteve apenas 7 dos vinte Ministros, entre os quais o Chanceler Ranjeva, mas os 13 novos eram técnicos de sua confiança, não tendo sido feitas quaisquer concessões políticas à oposição. A Corte Constitucional rejeitou 19 pedidos de impugnação do pleito e confirmou o resultado. Ravalomanana anunciou uma agenda imediata para os primeiros cem dias de mandato, baseada em um tripé: abertura política; ampliação da ajuda econômica prestada por doadores, no contexto da implantação do Plano de Ação de Madagascar; e a adoção de medidas para estimular o crescimento econômico. Com uma oposição extremamente dividida, a campanha ocorreu em clima de relativa tranquilidade.

No primeiro semestre de 2007 foi concluída uma reforma constitucional. O Comitê Preparatório dos textos da revisão submeteu ao Presidente duas versões: uma com a supressão do Senado e outra sem esse dispositivo. As principais alterações no texto foram: o aumento dos poderes do Chefe de Estado (o direito de legislar por meio de medidas provisórias em caso de "urgência" ou de "catástrofe" e o de exercer maior controle sobre o judiciário, por passar a presidir o Conselho Superior da Magistratura); a supressão das seis províncias autônomas; a retirada dos princípios da laicidade do Estado, do humanismo e da ecologia do preâmbulo da Carta; a inclusão do inglês como idioma oficial; a modificação do direito de greve para incluir o princípio da continuidade do serviço público e das necessidades fundamentais e de segurança da nação; a afirmação, para a aceitação de candidatura presidencial, da exigência de nacionalidade malgaxe, por parte de pai e mãe, bem como de moradia no país por pelo menos seis meses antes da apresentação oficial da candidatura ("emenda Ratsiraka"); a ausência dos parlamentares nas sessões legislativas passaram a ser punidas com o não-pagamento dos jetons; a redução do mandato dos senadores para 5 anos; e a perda da imunidade dos parlamentares em matéria criminal.

A reforma foi submetida a referendo em 4 de abril e aprovada por 75% dos votos válidos. Cabe ressaltar, contudo, que a participação do eleitorado foi baixa (43,72%), afetada também pelas fortes chuvas que caíram na maior parte do país no dia da votação. A maioria dos partidos da oposição boicotou o referendo. A nova Carta foi sancionada pelo Presidente Marc Ravalomanana em 27 de abril de 2007.

A atual crise política

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o Governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a "renúncia" forçada do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma "Autoridade Nacional de Transição" (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo Governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores – os três ex-Presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador em nome da SADC. Em agosto, a mediação da SADC levou à assinatura, em Maputo, de acordo básico sobre a transição política, prevista para durar o tempo máximo de 15 meses, ao final do qual seriam realizadas eleições presidenciais e

legislativas, "sob supervisão internacional", que conduziriam ao restabelecimento do Estado de direito no país.

Durante a segunda rodada de negociações para a solução da crise política malgaxe, no entanto, a equipe de mediação não logrou obter consenso entre os quatro movimentos políticos sobre a divisão dos principais cargos do futuro governo de transição. Em setembro, Rajoelina formou, unilateralmente, governo de transição.

Novos esforços em busca de uma solução consensual para a partilha de poder foram conduzidos pelo Grupo Internacional de Contato (GIC, formado por ONU, União Africana e Organização Internacional da Francofonia), em reuniões em Antananarivo (outubro) e em Adis Abeba (novembro).

Em Adis Abeba, foi assinado Ato Aditivo ao Acordo de Maputo, consagrando o princípio da divisão igualitária dos cargos e pastas, aceito por Rajoelina, em contrapartida à confirmação de seu nome como Presidente da Transição. Significativamente, o documento firmado em Adis Abeba apenas distribuiu os cargos de modo quantitativo e não determinou a qual grupo caberia cada pasta ministerial.

A exemplo de iniciativas anteriores, os entendimentos alcançados em Adis Abeba não prosperaram. Atos públicos de Rajoelina demonstravam a sedimentação da tomada unilateral de poder. O Acordo de Maputo foi formalmente revogado em 18/12/09 pela HAT, ocasião em que se publicou decreto de reorganização da "Transição para a Quarta República".

O impasse no país comprometeu sua participação no âmbito das Nações Unidas. As delegações de Zâmbia e Tanzânia, em nome do grupo africano, solicitaram a rejeição das credenciais da delegação de Madagascar, pedido corroborado pela delegação da África do Sul, sob a justificativa de que os Acordos de Maputo e Adis Abeba não haviam sido implementados. Em 22/12/2009, o plenário da AGNU aprovou o relatório do Comitê de Credenciais que adiou a consideração das credenciais de Madagascar.

A condenação da comunidade internacional diante do não cumprimento dos Acordos manteve-se visível. O Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, em visita a Antananarivo em janeiro/2010, manifestou insatisfação quanto às medidas unilaterais do governo Rajoelina. Cúpula da SADC rejeitou a convocação de eleições para março daquele ano, bem como a adoção de qualquer medida que contrariasse as determinações do Acordo de Maputo e seu Ato Aditivo. A União Africana, a SADC e o GIC agiram em coesão, não reconhecendo o governo da HAT sob alegações de que não cumpria as determinações dos Acordos.

Em fevereiro de 2010, passaram-se a observar fissuras na base de sustentação do HAT, especialmente no processo de escolha dos candidatos para as eleições, tidas como inaceitáveis pelo Parlamento Europeu e pelos EUA em função de contrariarem os Acordos de Maputo. Em 19/02/2010, a Comissão para a Paz e Segurança da UA deu prazo até 16/3 para que o governo de fato tomasse medidas claras para garantir a plena conformidade com os acordos de Maputo e Adis Abeba, e a soma da pressão internacional ao desgaste interno pareciam estar surtindo algum efeito.

Em 28/04/2010, mediadores lograram reunir Andry Rajoelina, Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy em Pretória, em evento conhecido como "reunião da última chance", no qual teria sido apresentada proposta redigida pela França, prevendo a criação de um parlamento. Diante de continuado impasse e da manutenção da intransigência de Rajoelina no retorno a Madagascar, as Forças Armadas malgaxes deram ao Presidente *de facto* um ultimato, exigindo uma saída para a crise até o final de abril, incluindo data para realização de eleição com reconhecimento internacional. A despeito de não ser definida consequência concreta para o não-cumprimento das exigências, os militares conseguiram que Rajoelina se comprometesse a considerar os resultados de Pretória na gestão da transição.

No plano internacional, a UA impôs proibição a quaisquer viagens a seus países aos indivíduos das instituições envolvidas no Governo *de facto*. Bruxelas, por sua vez, decidiu suspender o apoio orçamentário, à exceção da assistência humanitária, contribuindo para a piora da situação econômica já deteriorada do país.

Em 26/06/2010, no aniversário de 50 anos da independência de Madagascar, a crise política ainda não havia sido solucionada. O Governo *de facto* seguia mostrando-se pouco disposto a acatar as iniciativas propostas pela mediação internacional. O governo da HAT persistia em levar Marc Ravalomanana a julgamento no país, o que impediria que o Presidente deposto participasse das eleições. Rajoelina, por sua vez, surpreendeu, ao declarar em discurso televisivo, que tampouco seria candidato.

Em 30/08/2010, o presidente deposto Marc Ravalomanana foi condenado à revelia à prisão perpétua e a trabalhos forçados, pela sua alegada responsabilidade em "massacre" ocorrido em 7 de fevereiro de 2009. O governo *de facto* alegou que Ravalomanana evadira-se de enfrentar a justiça em seu próprio país, o que daria plena legitimidade ao julgamento *in absentia*. Por um lado, não havia perspectiva de que a sentença pudesse ser executada, tendo em vista que o governo da África do Sul, onde Ravalomanana se encontrava, não tencionava colaborar com governo sem reconhecimento internacional. Por outro lado, a condenação prejudicou ainda mais o ambiente para a negociação entre as partes e, portanto, para a solução da crise.

Em 17/11/2010, a "Constituição da 4ª República" foi aprovada em referendo por 70,7% dos votantes. O texto incluiu previsão da diminuição da idade mínima para o exercício do cargo de Presidente de 40 para 35 anos, viabilizando eventual candidatura de Rajoelina, então com 36 anos, nas eleições previstas para maio de 2011.

No mesmo dia do referendo, grupo de oficiais liderados pelo General Noel Rakotonandrasana (que também liderou o golpe contra Ravalomanana) amotinou-se na Base Aérea de Ivato, declarando que "haviam suspendido as instituições estabelecidas" e criando "uma comissão militar para gerir os negócios do país". Não lograram, contudo, angariar apoio, nem conseguiram prejudicar o referendo. Os amotinados ofereceram resistência, mas acabaram se entregando no dia 20/11/2010, sem que tenha havido feridos ou danos materiais. De todo modo, o episódio evidenciou fissuras existentes nas Forças Armadas malgaxes.

No plano internacional, a Comunidade Francófona, os EUA, a UE e a SADC apontaram para a falta de legitimidade do referendo, que não haveria contado

com a participação de todos os atores políticos, e se recusam a enviar observadores para as eleições programadas.

Apesar da tendência a enraizar-se como governo efetivo e angariar reconhecimento de fato, o regime de Rajoelina não dava mostras, ainda, de força para romper o impasse político e implementar agenda construtiva. Em contexto de incerteza, as eleições legislativas marcadas para março de 2011 foram adiadas *sine die* (sob a justificativa de que a atual Constituição proíbe a realização de eleições em tempo de chuva e furacões). O Governo da HAT seguia apresentando o referendo constitucional de novembro como evidência de legitimidade e desconsiderava qualquer proposta "inclusiva", que implicasse negociação com a oposição.

Em junho de 2011, Cúpula Extraordinária da SADC emitiu recomendação no sentido de alterar o "Mapa do Caminho" estabelecido pelo Acordo de Maputo, segundo a qual as Autoridades de Transição se comprometeriam com a criação, com a brevidade possível, das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravolamanana. O Conselho de Governo de Madagascar acatou a recomendação e emitiu comunicado que não indica possíveis datas para a realização de eleições, limitando-se a "reiterar que cabe a Madagascar, nação soberana, determinar seu calendário eleitoral". Missão da troika do Órgão da SADC sobre Cooperação em Assuntos Políticos, de Defesa e Segurança, ocorrida em Antananarivo entre os últimos dias 11 e 17 de setembro de 2011, viabilizou a assinatura, em 17/09/2011, do novo 'Mapa', no qual os grupos políticos malgaxes se comprometeram com a restauração da ordem constitucional no país, mediante a organização de eleições e o fim do exílio de Ravalomanana.

A partir do novo 'Mapa do caminho', avanços no restabelecimento da ordem política em Madagascar puderam ser observados. Em comunicado emitido em Reunião em dezembro de 2011, o Conselho de Paz e de Segurança da UA (CPSUA) felicitou as partes malgaxes pelos avanços nas negociações para encerrar a crise política no país. Mencionou-se a possibilidade de reintegrar Madagascar à UA e o MNE malgaxe confirmou intenção de realizar eleições no primeiro semestre de 2012. A designação consensual, de Jean Omer Beriziky, como Primeiro-Ministro; a formação do Governo de União Nacional; o retorno do ex-Presidente Didier Ratsiraka ao país e o estabelecimento de um Congresso de Transição e de Alto Conselho de Transição também sinalizaram para uma evolução positiva do contexto político nacional.

Em 21 de janeiro de 2012, porém, o Presidente deposto Marc Ravalomanana foi impedido de entrar em Madagascar, frustrando as expectativas otimistas que derivaram do acordo de setembro de 2011. Manifestantes pró-Ravalomanana, que esperavam o regresso do Presidente deposto no aeroporto de Antananarivo, teriam sido duramente reprimidos por forças policiais. O incidente do último é sintomático das dificuldades e desafios que persistem e que tornam incertas as perspectivas de reconciliação entre as diferentes facções políticas. Continua dessa forma adiada a implementação do acordado em setembro de 2011.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitaram suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido bastante ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro, tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela intensidade.

A política externa do governo do Presidente Marc Ravalomanana buscou reforçar as relações com os países interessados em ajudar no desenvolvimento de Madagascar, em especial os Estados Unidos (o país chegou a ser um dos maiores recipientes da "*Millenium Challenge Account*"). Procurou, igualmente, fortalecer as relações com países anglófonos, especialmente com a África do Sul, como meio de contrarrestar a tradicionalmente forte influência francesa. Em agosto de 2005, o país tornou-se oficialmente o 14° membro pleno da SADC.

O advento da crise política de 2009 alterou os rumos da política externa malgaxe. Em 25 de setembro daquele ano, o plenário da Assembleia Geral da ONU impediu a intervenção, no Debate-Geral, do autoproclamado "Presidente da Alta Autoridade Transição" de Madagascar, Andry Rajoelina, com base em questão de ordem levantada pelo Chanceler da República Democrática do Congo, em nome dos países SADC e da União de Comoros. A cassação da palavra de Rajoelina representou êxito para a estratégia da SADC de pressionar o Governo *de facto* a honrar os compromissos assumidos nos acordos de Maputo e garantir o estabelecimento de um governo de união nacional.

A União Africana e, sobretudo, a SADC tem participado ativamente das negociações com vistas à normalização da política interna em Madagascar. (ver item "Política interna/A atual crise política")

ECONOMIA

Conjuntura econômico-comercial

No ano passado, o PIB do país cresceu cerca de 1%, somando US$ 9,86 bilhões. Estimativas apontam crescimento médio real em torno de 4% ao ano, no biênio 2012-2013. A renda per capita do país, segundo dados do Banco Mundial, é baixa, cerca de US$ 500,00 e a expectativa de vida é de 66 anos.

A economia do país é baseada na agricultura, na criação de gado e na pesca. O setor agrícola ocupa aproximadamente 70% da força de trabalho da ilha e a agricultura carece de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores. Os principais produtos agrícolas são arroz e café, seguidos por outras culturas menos relevantes: cana-de-açúcar, mandioca e banana. No entanto, com população estimada em cerca de 21,3 milhões de habitantes, Madagascar não é autossuficiente na produção de alimentos, dependendo de importações para abastecer o mercado local.

O país é dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política, no início de 2009, por volta da metade das receitas governamentais provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional em Madagascar. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos Estados Unidos, foi igualmente prejudicado. Esse quadro aumenta os riscos de insegurança alimentar, motivo pelo qual o governo prevê, no orçamento de 2012, maiores estímulos à agricultura local.

O turismo internacional vem ganhando importância econômica. Em 2011, segundo estimativa da *"The Economist Intelligence Unit" (EIU)*, cerca de 210 mil turistas estrangeiros visitaram Madagascar.

Na indústria de mineração merecem destaque as reservas de níquel, titânio e cobalto. Projetos de extração industrial de níquel refinado e de cobalto deverão entrar em fase operacional ainda no biênio 2012-2013, na Mina Ambatovy. A produção estimada de níquel é de 60 mil toneladas/ano e a de cobalto de seis mil toneladas/ano. Estão em andamento prospecções de petróleo e de gás.

A inflação tem-se mantido, nos últimos cinco anos, em torno de 9%, com viés de baixa a partir do ano passado, cuja estimativa é de que tenha encerrado em 7,8%, de acordo com a EIU. Não há estatísticas consistentes sobre o nível de desemprego do país. Esforços arrecadatórios têm contribuído para melhorar a situação fiscal do país tem melhorado. Desse modo, o Governo espera fechar 2012 com pequeno déficit (cerca de -0,5% do PIB), seguido, em 2013, por superávit da ordem de 2% do PIB.

No âmbito do comércio exterior, as exportações do país são limitadas, registrando, em 2010, a cifra de US$ 1,1 bilhão. No último quinquênio, as vendas externas do país mantiveram-se praticamente estagnadas. No período compreendido entre janeiro e agosto de 2011, últimos dados disponíveis, as exportações limitaram-se a US$ 847 milhões. Registre-se que, recentemente, as exportações, sobretudo de têxteis, têm sido prejudicadas por conta da perda de privilégios de acesso de produtos malgaxes ao mercado estadunidense, no âmbito do AGOA - African Growth and

Opportunity Act, em vista das repercussões da crise política interna. Os principais destinos, em 2010, para os produtos malgaxes foram França (27%); Estados Unidos (9,4%); China (8,7%); Países Baixos (6,6%) e Alemanha (5,7%); e os principais produtos da pauta ofertada foram artigos de vestuário (27,9%); máquinas mecânicas (7,0%); peixes e crustáceos (7,0%); minérios (6,3%); café (6,3%).

As importações totais do país poderão exibir alguma tendência de crescimento, tendo em vista as necessidades de aquisição de bens de capital, por conta dos projetos no setor mineral. Em 2010, as importações malgaxes somaram US$ 2,8 bilhões. Naquele ano, os principais fornecedores de Madagascar foram China (15,4% do total); França (12,0%); África do Sul (6,8%); Bareine (4,8%); Estados Unidos (4,5%). Prevaleceram as compras de máquinas e aparelhos mecânicos (15,6%), combustíveis e lubrificantes (15,2%), produtos da cadeia têxtil (11,0%), máquinas elétricas (7,8%), obras de ferro e aço (6,0%).

A balança comercial do país é fortemente deficitária, em média (-)18% do PIB. Em 2010, o saldo negativo das transações comerciais malgaxes foi de US$ 1,7 bilhão. Dados preliminares relativos ao período de janeiro a agosto de 2011 indicam que o déficit contabilizado foi da ordem de US$ 1,2 bilhão.

Agricultura

A agricultura garante a subsistência da maioria dos malgaxes e contribuiu com 26,8% do PIB em 2007. Cerca de metade das terras em Madagascar são cultiváveis, mas apenas 5% são utilizadas e a produtividade é baixa devido à falta de irrigação. A comercialização dos produtos é prejudicada pelas dificuldades de transporte e pela falta de acesso a crédito agrícola. Ciclones e inundações periódicos afetam a produção nas áreas do norte e leste do país, enquanto que as secas afetam o sul. O alimento de base é arroz, que constitui 70% da produção agrícola e cujo cultivo predomina na região de Alaotra, ao sul. Esforços para alcançar a autosuficiência vem sendo prejudicados pela utilização de técnicas de cultivo tradicional e pouco uso de insumos.

Energia

O setor petrolífero de Madagascar passa por processo de grande expansão, devido às reservas descobertas na última década. O país tem tentado atrair, nos últimos anos, investidores estrangeiros dispostos a investir em seus blocos *on-shore* e *off-shore*, contudo, a instabilidade política e as incertezas acerca da viabilidade econômica dos blocos petrolíferos têm afastado potenciais investidores. De concreto, foi acordada a aquisição, pela empresa francesa Total, de 60% do projeto de areias betuminosas em Bemolanga, com estimativa de extração de 10 bilhões de barris de petróleo. A empresa pretende realizar perfurações no valor total de USD 170 milhões.

Na expectativa do sucesso da prospecção petrolífera, o Governo de Madagascar revisou as atribuições do OMNIS, o Escritório de Minas Nacionais e de

Indústrias Estratégicas, criando a companhia nacional de petróleo de Madagascar, a qual atua em parceria com as empresas estrangeiras na prospecção e produção de petróleo em Madagascar. O OMNIS passou a atuar como agência reguladora, supervisionando os contratos.

Com o início da produção de petróleo, ganhou importância a cooperação do país com a Noruega. Madagascar recebe, desde 2005, assistência técnica da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), por meio do Programa "Petróleo para o Desenvolvimento". O Programa busca auxiliar na organização dos setores de petróleo e gás do país, com o intuito de fortalecer as instituições governamentais relacionadas à exploração de hidrocarbonetos.

Madagascar não possui reservas de gás natural nem tampouco faz uso desse recurso em sua matriz energética.

Ao longo dos últimos anos, Madagascar tem desenvolvido diversas iniciativas para a produção de bioenergia, tanto em parceria com organizações internacionais (PNUD) e ONGs (WWF) quanto por projetos de empresas estrangeiras. No que se refere aos biocombustíveis, foi concedida, em dezembro de 2007, a primeira licença ambiental para a construção de usina de produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, em projeto da empresa "Jason World Energy".

Com vistas a superar a dependência da importação de petróleo, há expectativa, por parte do Governo malgaxe, de que o País se torne importante produtor de energia renovável, no quadro de suas políticas de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, em 2009 o Estado malgaxe anunciou sua intenção de estabelecer programa para disseminar a produção, distribuição e utilização do etanol como combustível. Para tanto, o Ministério do Meio-Ambiente, Florestas e Turismo (MEFT) iniciou estudo de impacto ambiental de projetos alcooleiros de grande escala nas localidades de Vatomandry e Ambositra, tradicionais produtoras de rum.

A produção voltada para biocombustíveis se concentra nas plantações de *jatropha* (pinhão-manso), planta especialmente adaptada às condições locais devido à sua capacidade de se desenvolver em áreas consideradas impróprias para o cultivo agrícola. Em fins de 2009, a empresa italiana Tozzi Renewable Energy (TRE), deu início ao empreendimento "Madagascar Jatropha Project", com investimento previsto de USD 300 milhões na plantação de mais de 100 mil hectares de *jatropha*, com vistas à produção de biodiesel. A TRE é a terceira empresa a entrar no ramo do pinhão-manso na região de Atsimo Andrefana, juntando-se à GEM (Green Energy Madagascar) e à MMR (Madagascar Minerals Ressources). A título de comparação, a empresa australiana Green Energy Madagascar (GEM) assegurou o direito de uso sobre cerca de 490 mil hectares em Madagascar, onde tem desenvolvido grandes plantações de *jatropha* para a produção de biodiesel.

Investimentos Estrangeiros Diretos em Madagascar

De acordo com a UNCTAD, os ingressos anuais de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em Madagascar atingiram valor recorde de US$ 1,1 bilhão

em 2008. Esses investimentos apresentaram queda expressiva em 2009 e 2010, encerrando o último ano em US$ 860 milhões.

A queda nos influxos de IED poderia ser explicada, em parte, pelos efeitos da crise econômica mundial. De acordo com o portal *African Economic Outlook*, essa situação é agravada pela crise política pela qual o país está passando desde 2009. Os investidores estrangeiros teriam preocupações quanto à validade legal dos contratos e concessões assinadas com o atual governo, bem como quanto à possível revisão dos contratos assinados com o governo anterior.

Por razões históricas, a França é o principal investidor em Madagascar. Merecem destaque também as Ilhas Maurício, China e os EUA como grandes investidores no país. A UNCTAD estimou o estoque de IED em Madagascar em US$ 4,4 bilhões no ano de 2010.

Oportunidades para Investimentos Estrangeiros em Madagascar

O Governo de Madagascar simplificou os procedimentos para estabelecer e conduzir negócios no país, com a finalidade específica de encorajar investidores estrangeiros. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Madagascar considera que os setores com maior potencial para atração de investimentos estrangeiros são turismo, *agrobusiness*, mineração, indústria elétrica, infraestrutura e tecnologias da informação e comunicação.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas oficialmente em 7 de outubro de 1996. Desde então, o Brasil mantém Embaixada cumulativa com a Missão em Maputo. Há boas possibilidades de intensificação das relações bilaterais.

Em virtude do comparecimento de representante brasileiro à Conferência de Solidariedade (abril de 2008), durante a qual foi apresentada a situação de Madagascar após ser atingida pelo ciclone Ivan, a Missão do Brasil em Adis Abeba recebeu a visita de agradecimento do Embaixador malgaxe acreditado junto a Etiópia. Naquela ocasião, o diplomata comunicou o interesse no estabelecimento de cooperação bilateral, tendo identificado as seguintes áreas como prioritárias: 1) a transferência de tecnologias disponíveis no campo das energias renováveis, tendo em vista a total dependência daquele país da importação de petróleo e 2) integração do território de Madagascar ao acesso das imagens de sensoriamento remoto emitidas pelo satélite CBERS III, com vistas, sobretudo, ao monitoramento e prevenção de ciclones. As solicitações foram formalizadas por nota verbal.

A primeira atividade de cooperação técnica bilateral Brasil-Madagascar teve lugar entre 13 e 29 de setembro de 2008, no âmbito da parceria ABC/ JICA (Programa JBPP). Delegação de seis profissionais de saúde malgaxes participaram de curso de treinamento em saúde materno-infantil no Brasil, com vistas à melhoria dos serviços de saúde materno infantil e neonatal em Madagascar. O curso incluiu visitas e treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), além de maternidades em Caruaru (PE) e em São Sebastião (DF).

Em julho de 2009, representante de Madagascar, Eric Beantanana, esteve presente no Seminário de Alto Nivel sobre o Papel dos Investimentos Públicos na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social, realizado no Rio de Janeiro.

Novamente no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP), técnicos malgaxes da área de saúde visitaram, em Belo Horizonte, entre 10 e 31 de outubro de 2009, o Hospital Sofia Feldman, referência em saúde materno-infantil, com o objetivo de melhorar o atendimento nessa área, em Madagascar.

Relações comerciais

Em 2011, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 22,9 milhões, retração de 18,7% em relação ao ano anterior. Madagascar é o 34º parceiro comercial do brasileiro no continente africano. O fluxo comercial é majoritariamente composto por exportações brasileiras do Brasil, que importa muito pouco do país africano.

As exportações brasileiras para Madagascar sofreram retração de 21,7% no ano passado, limitando-se a US$ 21,9 milhões, equivalentes a 0,18% das vendas do País para a África.

Esse quadro contrasta com a evolução das exportações brasileiras para a África que, em 2011, aumentaram 31,9%. Na pauta de exportações do Brasil, prevalecem produtos manufaturados, que, em 2011, corresponderam a 81% do total.

Os principais produtos da pauta em 2011 foram: açúcar (81%); carnes (9,8%); óleos vegetais (7,9%); veículos automotores (0,9%). Tendo em vista a concentração da pauta em açúcar, a queda no fluxo total de exportações foi causada pela redução das vendas desse produto entre 2010 e 2011, de US$ 25,5 milhões para 16,8 milhões.

As importações brasileiras originárias de Madagascar, em 2011, foram de US$ 1,0 milhão, sendo os principais itens demandados pelo Brasil: minérios (47,4%); instrumentos de precisão (23,3%); máquinas e aparelhos elétricos (9,7%).

Em suma, no ano passado, a balança comercial bilateral foi superavitária para o Brasil em US$ 20,9 milhões, repetindo 23 anos de saldo favorável para o lado brasileiro.

Investimentos brasileiros

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros em Madagascar. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos de Madagascar no Brasil.

O presidente Ravalomanana demonstrava interesse, desde 2005, de estreitar os vínculos com o Brasil, em especial na área do desenvolvimento econômico, incluindo agro-indústria (complexos soja e sucroalcooleiro e biodiesel) e mineração, aí incluindo o setor petrolífero. A Petrobras, antes reticente a entrar no país, já deu indicações de interessar-se na pesquisa de petróleo em Madagascar.

Haveria espaço para as construtoras brasileiras no país, em particular no programa de recuperação da malha viária e do interesse na construção de hidrelétricas.

Atos bilaterais

Até o momento, não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e Madagascar.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos de Madagascar sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Assistência consular

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar. O Setor Consular da Embaixada em Maputo, Moçambique, detém a jurisdição consular brasileira para o país.

ANEXOS

Cronologia Histórica de Madagascar

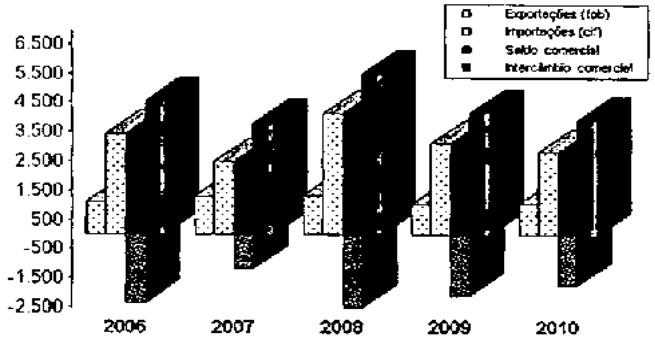
Década de 1880 a 1905: a França consolida seu domínio sobre Madagascar.
1910-20: Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946: Madagascar se torna Território Ultramarino.
26/06/1960: Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975: O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeada República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito Presidente.
1992: Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993: Albert Zafy eleito Presidente.
1996: Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à Presidência.
Maio de 2001: Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001: Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.
Fevereiro de 2002: Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002: A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002: Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002: O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004: O BM e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006: Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007: O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento.
Novembro de 2007: Projeto de mineração de níquel em Tamatave, estimado em US$ 3,3 bilhões. A mina é considerada a maior do mundo.
Março 2009: Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).

Indicadores Econômicos e Comerciais

MADAGASCAR: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	1.116	1.320	1.348	1.053	1.100	847
Importações (cif)	3.451	2.492	4.144	3.127	2.824	2.090
Saldo comercial	-2.335	-1.172	-2.795	-2.075	-1.724	-1.243
Intercâmbio comercial	4.566	3.812	5.492	4.180	3.924	2.937

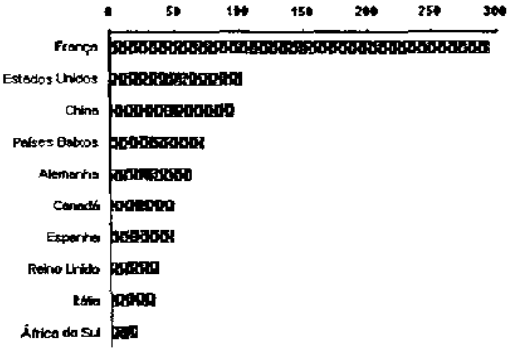
Elaborado pelo MIRE/DIPI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012



O comércio exterior de Madagascar apresentou, em 2010, decréscimo de 14% relação ao ano de 2006, passando de US$ 4,5 bilhões para US$ 2,9 bilhões. No ranking do FMI, Madagascar figurou como o 149º mercado mundial, sendo o 146º exportador e o 144º importador.

MADAGASCAR: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
França	295	26,8%	245	28,9%
Estados Unidos	103	9,4%	57	6,8%
China	96	8,7%	62	7,3%
Países Baixos	72	6,6%	22	2,7%
Alemanha	63	5,7%	59	7,0%
Canadá	49	4,5%	39	4,6%
Espanha	48	4,4%	30	3,6%
Reino Unido	37	3,3%	26	3,1%
Itália	34	3,1%	18	2,1%
África do Sul	20	1,8%	15	1,8%
...				
Brasil	*0,2*	*0,02%*	*0,4*	*0,05%*
Subtotal	816	74,2%	576	67,9%
Outros países	284	25,8%	272	32,1%
Total	1.100	100,0%	847	100,0%

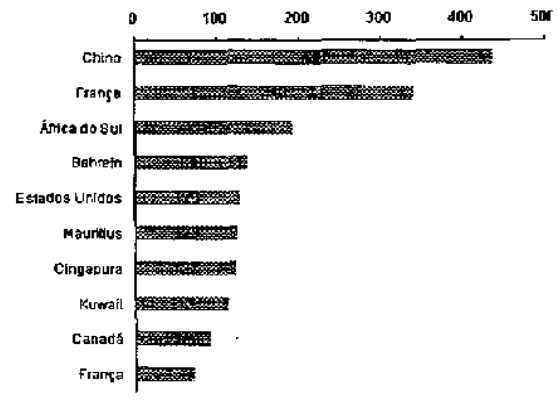


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, Janeiro 2012.

França é p principal exportador pera Madagarcar com 27% da pauta, os demais em destaques respoderam por 74% e foram: Estados Unidos, China, Países Baixos, Alemanha, Canadá, Espanha, Reino Unido, Itália e África do Sul. O Brasil obteve o 63º lugar entre os destinos em 2010, participando com 0,02% do total.

MADAGASCAR: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
China	436	15,4%	360	17,2%
França	340	12,0%	277	13,2%
África do Sul	192	6,8%	136	6,5%
Bahrein	136	4,8%	102	4,9%
Estados Unidos	128	4,5%	41	2,0%
Mauritius	123	4,3%	97	4,6%
Cingapura	122	4,3%	113	5,4%
Kuwait	113	4,0%	95	4,6%
Canadá	91	3,2%	19	0,9%
França	71	2,5%	63	3,0%
...				
Brasil	*31*	*1,1%*	*17*	*0,8%*
Subtotal	1.781	63,1%	1.320	63,2%
Outros países	1.043	36,9%	770	36,8%
Total	2.824	100,0%	2.090	100,0%



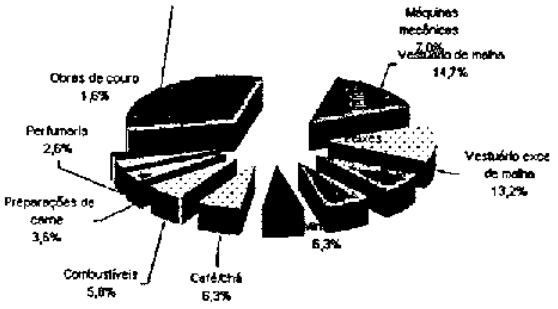
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Os dez principais principais compradores dos produtos de Madagascar em 2010 responderam por 62% da pauta com destaca para China e França que corresponderam com 28% do montante. O Brasil posicionou-se no 20º lugar, com 1,1% da demanda importadora do país.

MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - US$ milhões

Descrição	2010	% no total
Vestuário de malha	159	14,7%
Vestuário exceto de malha	142	13,2%
Máquinas mecânicas	76	7,0%
Peixes	75	7,0%
Minérios	68	6,3%
Café/chá	68	6,3%
Combustíveis	63	5,8%
Preparações de carne	39	3,6%
Perfumaria	28	2,6%
Obras de couro	18	1,6%
Subtotal	**735**	**68,0%**
Outros produtos	**347**	**32,0%**
Total	**1.082**	**100,0%**



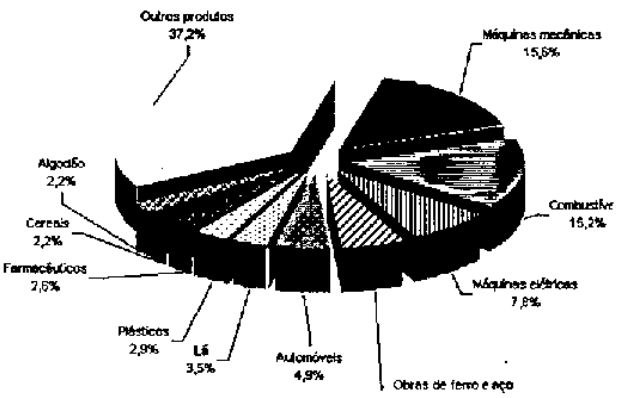
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

As exportações de Madagascar são bem diversificadas. Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: vestuário (28%); máquinas mecânicas (7%); peixes (7%); minérios (6%), café/ chá (6%).

MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - US$ milhões

Descrição	2010	% no total
Máquinas mecânicas	398	15,6%
Combustíveis	386	15,2%
Máquinas elétricas	198	7,8%
Obras de ferro e aço	152	6,0%
Automóveis	124	4,9%
Lã	89	3,5%
Plásticos	74	2,9%
Farmacêuticos	66	2,6%
Cereais	56	2,2%
Algodão	56	2,2%
Subtotal	**1.599**	**62,8%**
Outros produtos	**947**	**37,2%**
Total	**2.546**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

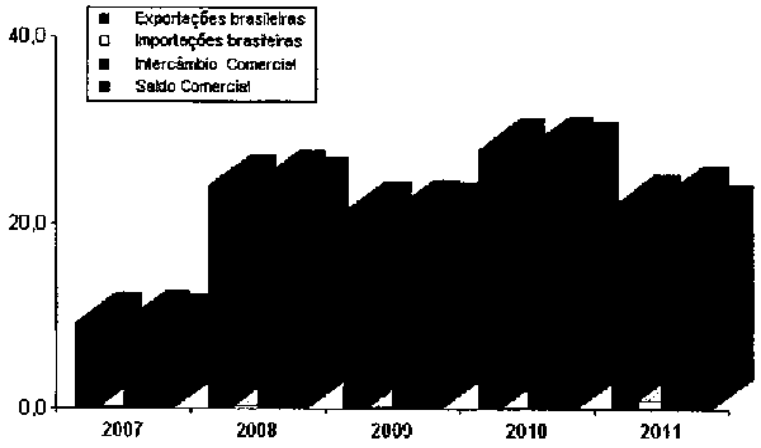
Os dez principais produtos importados por Madagascar em 2010 representam 63%. São eles: máquinas (16%); combustíveis (15%); máquinas elétricas (8%); obras de ferro e aço (6%), automóveis (5%), lã (4%). Plásticos (3%).

BRASIL-MADAGASCAR: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	**9,2**	**24,1**	**21,2**	**27,9**	**21,9**
Variação em relação ao ano anterior	41,5%	161,6%	-12,0%	31,7%	-21,5%
Importações brasileiras	**0,2**	**0,3**	**0,2**	**0,2**	**1,0**
Variação em relação ao ano anterior	-16,4%	69,1%	-49,0%	14,8%	395,0%
Intercâmbio Comercial	**9,4**	**24,4**	**21,4**	**28,1**	**22,9**
Variação em relação ao ano anterior	40,4%	159,6%	-12,5%	31,6%	-18,5%
Saldo Comercial	**9**	**24**	**21**	**28**	**21**

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Madagascar foi o 144º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 144%, passando de US$ 9 bilhões, para US$ 23 bilhões, sendo 138% nas exportações e 390% nas importações. A participação de Madagascar no comércio exterior brasileiro foi de 0,00% em 2011.

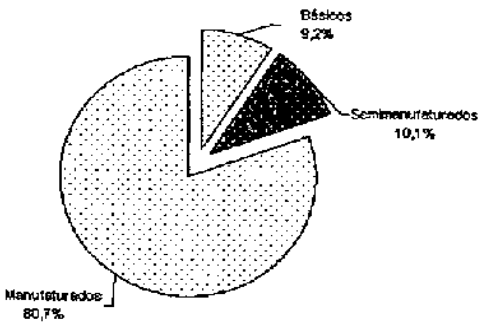


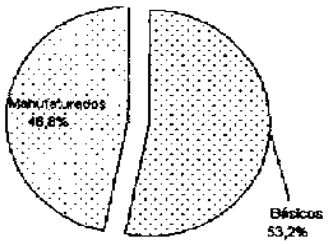
BRASIL-MADAGASCAR: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ bilhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	2,0	9,2%	0,5	53,0%
Semimanufaturados	2,2	10,1%	0,0	0,0%
Manufaturados	17,7	80,6%	0,5	46,7%
Total	**21,9**	**100,0%**	**1,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Madagascar são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 81% das vendas em 2011, com destaque para açúcar. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos e manufaturas representam a pauta em 2011.

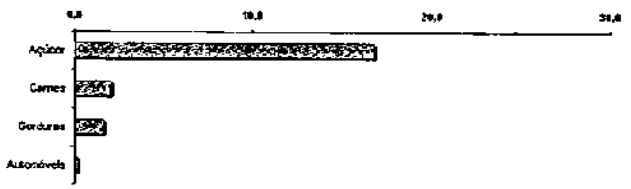




BRASIL-MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Açúcar	17,8	25,5	16,8	81,4%
Carnes	0,1	0,0	2,0	9,8%
Gorduras	0,0	0,0	1,6	7,9%
Automóveis	0,7	0,4	0,2	0,9%
Subtotal	**18,6**	**25,9**	**20,6**	**93,9%**
Outros produtos	**2,6**	**2,0**	**1,3**	**6,1%**
Total	**21,2**	**27,9**	**21,9**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Madagascar, 2011



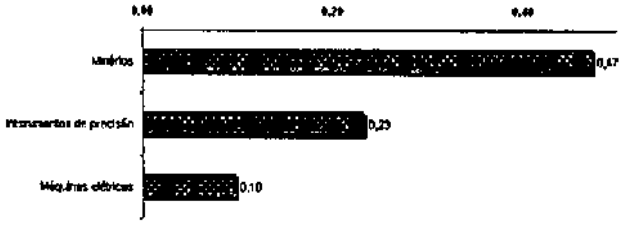
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice-Web.

Açúcar foi o principal item nas vendas brasileiras para Madagascar, que representou 82% da pauta de 2011, seguido de carnes (10%) e gorduras (8%).

BRASIL-MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Minérios	0,00	0,00	0,47	47,4%
Instrumentos de precisão	0,00	0,08	0,23	23,2%
Máquinas elétricas	0,00	0,00	0,10	9,7%
Vestuário de malha	0,10	0,02	0,03	2,6%
Subtotal	0,10	0,10	0,83	82,9%
Outros produtos	0,08	0,10	0,17	17,1%
Total	0,18	0,20	1,00	100,0%

Importações brasileiras originárias de Madagascar, 2011



Elaboração pela APR/ED/PRADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

As importações brasileiras originárias de Madagascar apresentaram alto grau de concentração em minérios (48%) da pauta em 2011, seguidos de instrumentos de precisão e médicos, máquinas elétricas (10%).

Aviso nº 541 - C. Civil.

Em 28 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

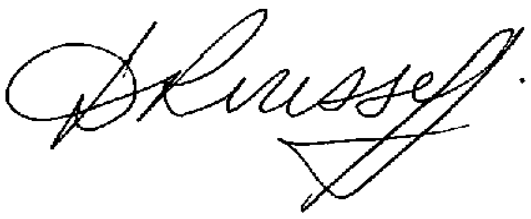
MENSAGEM
Nº 48, DE 2012
(nº 299/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

Os méritos do Senhor Arnaldo Caiche D'Oliveira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de junho de 2012.



EM No 00097 MRE

Brasília, 23 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal, destinada à indicação de **ARNALDO CAICHE D´OLIVEIRA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ARNALDO CAICHE D´OLIVEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00097/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 23 de março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal, destinada à indicação de **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA*
CPF.: 530.224.598-15
ID.: 31922661 SSP-SP

1951	Filho de Benedicto Narciso D'Oliveira e Linda Caiche D'Oliveira, nasce em 5 de outubro, em Ribeirão Preto/SP
Dados Acadêmicos:	
1971	Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo
1976	Geografia pela Universidade de São Paulo
1979	CPCD - IRBr
1992	CAD - IRBr
2003	CAE-IRBr, Relações Brasil-Israel. Condicionamentos Diplomáticos à Cooperação Bilateral.
Cargos:	
1980	Terceiro-Secretário
1983	Segundo-Secretário
1991	Primeiro-Secretário, por merecimento
1998	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial
Funções:	
1980-82	Divisão de Orçamento, assistente
1982-84	Departamento de Administração, Coordenador-Técnico, substituto e assessor
1984-87	Embaixada em Madri, Segundo Secretário
1998-90	Embaixada em Luanda, Segundo Secretário
1990-93	Embaixada em Assunção, Segundo e Primeiro Secretário
1993-94	Divisão da África II, assessor
1995-98	Embaixada em Madri, Primeiro Secretário
1998-01	Divisão do Oriente Próximo, Chefe
2001-03	Embaixada em La Paz, Conselheiro
2003-04	Embaixada em Madri, Conselheiro
2004-06	Embaixada em Porto Principe, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado e Ministro-Conselheiro
2006-11	Embaixada em Lomé, Embaixador
2011-	Embaixada em Cotonou, Embaixador

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO NÍGER

OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....
PERFIS BIOGRÁFICOS.....
RELAÇÕES BILATERAIS .....
POLÍTICA INTERNA.....
POLÍTICA EXTERNA.....
ECONOMIA .....
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Níger
CAPITAL:	Niamei
ÁREA:	1.267.000 km2 (um pouco maior que o Pará)
POPULAÇÃO:	15,9 milhões (um pouco menor que a população do Rio de Janeiro)
IDIOMA OFICIAL:	Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (90%); animismo (3%); cristianismo (1%); outras (9%)
SISTEMA POLÍTICO:	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Mahamadou Issoufou (desde 2011)
CHEFE DE GOVERNO:	Brigi Rafini (desde 2011)
CHANCELER:	Bazoum Mohamed (desde 2011)
PIB (est. FMI 2011):	US$ 6,45 bilhões
PIB *PER CAPITA* (est. FMI 2011):	US$ 427, 55
PIB PPP (est. FMI 2011):	US$ 11, 99 bilhões
PIB *PER CAPITA* PPP (est. FMI 2011):	US$ 795,29
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2011)	0,295 (186º de 187 países analisados)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER:	54,7 anos
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registros de brasileiros no Níger

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US$ MIL F.O.B.)

Fonte: MDIC

Brasil – Níger	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	**38**	**1.128**	**2.908**	**585**	**2.430**	**1.782**	**1152**	**4.767**	**1.235**	**2.100**
Exportações	38	1.127	2.908	584	2.413	1.773	961	4.724	1.219	2.054
Importações	0	1	0	1	17	9	191	43	16	45
Saldo brasileiro	38	1.126	2.908	583	2.396	1.764	770	4.681	1.203	2.009

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mahamadou Issoufou
Presidente da República

Nasceu em 1952, na cidade Dandaji, no Departamento Tahoua, localizado na região central do país. Formado em engenharia, ocupou importantes cargos no setor de mineração de seu país: entre 1980 e 1985, foi Diretor Nacional de Minas; depois, tornou-se Secretário-Geral da Companhia de Mineração do Níger.

Desde a realização das primeiras eleições multipartidárias no Níger, em 1993, Issoufou tem sido uma das principais figuras políticas do país. Fundador do Partido Nigerino para a Democracia e o Socialismo (PNDS), foi eleito para a Assembleia Nacional em 1993 e, em abril do mesmo ano, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro.

Como Primeiro-Ministro, Issoufou destacou-se como líder da oposição e, por isso, chegou a ser preso durante os Governos de Ibrahim Baré Maïnassara (1996-1999) e Tandja Mamadou (1999-2010).

Issoufou disputou quatro eleições presidenciais antes de vencer o pleito de 2011.

Brigi Rafini
Primeiro-Ministro

Nasceu em 1953, em Iférouane, na região de Agadez. Em 1974, formou-se na Escola Nacional de Administração em Niamei, mesmo local onde realizou estudos de pós-graduação alguns anos mais tarde. Realizou, em 1983, cursos no Instituto Internacional Francês de Administração Pública. Na década seguinte, estudou na Escola Nacional Francesa de Administração (ENA).

Desde a década de 1980, ocupou cargos importantes na burocracia estatal nigerina. Ainda nessa década, foi Ministro da Agricultura. Diferentemente do atual Presidente, Rafini mudou de partido algumas vezes: já foi membro do Movimento Nacional para o Desenvolvimento da Sociedade, da Aliança Nigeriana para a Democracia e o Progresso; e do Agrupamento para a Democracia e o Progresso. Atualmente, é membro do Partido Nigerino para a Democracia e o Socialismo (PNDS), fundado pelo Presidente Issoufou.

Bazoum Mohamed
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Outro importante líder do PNDS, Bazoum também teve uma carreira parlamentar de destaque.

Durante o Governo do ex-Presidente Maïnassara (1996-1999), chegou a ser preso duas vezes.

Com a vitória de Issoufou, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação, da Integração Africana e dos Nigerinos no Exterior. Já havia ocupado o cargo entre 1995 e 1996.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Níger foram estabelecidas em janeiro de 1986. Apesar de as relações bilaterais ainda serem incipientes, tem havido, nos últimos anos, algumas iniciativas de aproximação entre os dois países.

Em dezembro de 2010, a Ministra nigerina da População, de Promoção da Mulher e da Proteção das Crianças, Sanady Techimaden Hadattan, viajou a Brasília para participar da Conferência Mundial sobre Sistemas Universais de Seguridade Social. No ano seguinte, o Embaixador Jorge José Ramos, Embaixador do Brasil no Mali, deslocou-se a Niamei na condição de representante da Presidenta Dilma Rousseff na cerimônia de posse do atual Presidente Mahamadou Issoufou.

O Níger tem-se beneficiado de iniciativas de cooperação brasileira. Técnicos em agricultura nigerinos, por exemplo, têm participado de cursos organizados pela Agência Brasileira de Cooperação. O Níger deverá ser também um dos países beneficiados pela parceria entre o Brasil e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) para apoiar os esforços da agência na concepção, expansão e melhoramento de programas nacionais de alimentação escolar de qualidade em países em desenvolvimento. Poderá beneficiar-se também da cooperação em andamento com os países da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) na área de biocombustíveis. Deve ser ressaltado, por fim, que o Brasil, em decorrência de solicitação nigerina, já manifestou que prestará cooperação humanitária ao país, na forma de doação de alimentos, tão logo sejam estabelecidas, pelo PMA, as parcerias internacionais para o financiamento dos custos associados (transporte internacional, distribuição, entre outros) à ajuda.

Entretanto, há ainda muito espaço para intensificar as relações.

Assuntos consulares

Não há registros de brasileiros residentes no Níger. Os temas consulares são tratados pela Embaixada brasileira no Benim.

Atos bilaterais

Ainda não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e o Níger.

Comércio e investimentos bilaterais

Os fluxos comerciais entre o Brasil e o Níger são compostos basicamente por exportações brasileiras (US$ 2,05 milhões em 2011).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações de financiamentos e empréstimos oficiais entre os dois países.

POLÍTICA INTERNA

Antiga colônia francesa, o Niger tornou-se independente em 1960. Depois da emancipação, sob o Governo do Presidente Diori Hamani, o país continuou sob influência da França. Em 1974, o regime de partido único de Hamani foi substituído por uma ditadura militar liderada pelo Coronel Seyni Kountché, que ficou no poder até sua morte, em 1987. Seu substituto, Coronel Ali Saibou, buscou também impor um regime autoritário, mas teve de promover a abertura política em decorrência de mudanças no cenário internacional e das crescentes pressões internas.

Nesse contexto, uma nova constituição do Níger foi aprovada por referendo em 1992. Realizaram-se, em 1993, eleições parlamentares e presidenciais, sendo eleito presidente Mahamane Ousmane, representando uma coligação que reunia partidos de oposição e representantes do agrupamento que dominou o país até 1989. O Governo de Ousmane foi marcado por dificuldades, tais como a rebelião tuaregue, agitações estudantis, os efeitos adversos da desvalorização do Franco CFA, a crise de abastecimento de gêneros alimentícios e o baixo preço do urânio no mercado internacional.

Em 1996, o Presidente Ousmane foi deposto por golpe militar, liderado pelo General Ibrahim Baré Maïnassara, que convocou um "Foro Nacional para a renovação democrática", com vistas a elaborar nova constituição, capaz de evitar o que qualificou de "desordem e sectarismo político". Já sob a vigência de uma nova carta magna, realizaram-se, ainda em 1996, eleições parlamentares e presidenciais, com a vitória de Maïnassara. O pleito foi boicotado pela maioria dos partidos de oposição, sob a alegação de que o presidente teria manipulado o processo eleitoral.

Acusado de fraudes eleitorais e de perseguição contra opositores, em 1999 o Presidente Maïnassara foi assassinado por elementos de sua própria guarda presidencial. O parlamento foi dissolvido e as atividades políticas temporariamente suspensas. O major Daouda Mallam Wanke assumiu o poder. Referindo-se à morte do General Maïnassara como um "desafortunado acidente", prometeu restaurar a democracia em curto espaço de tempo. Em julho de 1999, uma nova constituição foi submetida a referendo nacional, obtendo índice de aprovação de mais de 90%. Entre outubro e novembro de 1999, tal como estipulado pela nova carta magna, realizaram-se eleições presidenciais e legislativas. Para a Presidência foi eleito, em dois turnos, Mamadou Tandja, militar reformado e ex-ministro do interior. Nas eleições parlamentares, a coligação governista formada pelo *Mouvement National de la Societé de Développement-MNSD* (partido de Tandja) e pela *Convention Démocratique et Sociale-CDS* obteve ampla maioria, conquistando 55 dos 83 assentos da Assembleia.

Após estabilizar o país econômica e politicamente, Tandja, em 2004, venceu Issofou no segundo turno e foi reeleito para mais um mandato de 5 anos. No entanto, sua decisão de organizar referendo com o objetivo de reformar a Constituição e permitir a prorrogação de seu segundo mandato, até pelo menos 2012, desencadeou nova crise política.

Tandja obteve a aprovação de nova Constituição em referendo boicotado pela oposição. Foi eliminado, desse novo texto, o artigo que proibia futuras emendas com vistas a se suprimir o limite de dois mandatos para Presidente. Tandja dissolveu ainda a Corte Constitucional do Níger, contrária a qualquer projeto de modificação do limite do número de mandatos presidenciais sucessivos. A reforma política de Tandja foi condenada pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), pela União Africana (UA), pela França e por outros países.

No dia 18 de fevereiro de 2010, forças militares tomaram o poder, derrubando o Presidente Tandja. O grupo de militares que assumiu as funções de Governo, denominado Conselho Supremo para a Restauração da Democracia, presidido pelo Coronel Salou Djibo, suspendeu a Constituição e dissolveu as instituições estatais.

O Conselho Supremo para a Restauração da Democracia comprometeu-se a passar o poder para um presidente civil, a ser eleito em 12 meses. Redigiu-se, também, nova Constituição. O documento, que demandava aprovação por referendo popular, tem, como cláusula pétrea, mandato presidencial de cinco anos com a possibilidade de apenas uma reeleição. O referendo popular ocorreu em outubro de 2010. Compareceram às urnas 52% dos eleitores. A aprovação da nova Constituição foi maciça: 90,2% dos votantes posicionaram-se a favor do novo texto constitucional.

Como previsto, foram realizadas eleições presidências em 2011. Mahamadou Issoufou, do Partido Nigerino para o Socialismo e a Democracia, disputou com o ex-Primeiro-Ministro de Tandja, Seine Oumarou, o segundo turno das eleições. O candidato socialista, que já tinha sido o líder no primeiro turno, sagrou-se vencedor com aproximadamente 58% dos votos. Seu partido venceu também as eleições legislativas, conseguindo 34 das 113 cadeiras em disputa no Parlamento. Somando os parlamentares eleitos pelos partidos aliados (o principal deles é o Movimento Democrático Nigerino, liderado por Hama Amadou, ex-primeiro-ministro de Tandja e atual Presidente da Assembleia Legislativa), a coalizão de apoio ao Governo conseguiu 82 cadeiras, uma maioria de mais de 75%.

Apesar da folgada maioria governista no Parlamento, a governabilidade no Níger não é um processo fácil nem automático. Além de tensões entre os dois principais partidos em decorrência de diferenças ideológicas e da disputa por cargos no Governo, o setor militar permanece

uma ameaça à estabilização democrática. Em julho de 2011, militares, supostamente partidários do ex-presidente Tandja, tentaram promover golpe de estado. A fracassada tentativa resultou na prisão de 10 conspiradores.

POLÍTICA EXTERNA

País extremamente pobre e sem acesso ao mar, o Níger pauta sua política externa tendo como referência a busca pelo desenvolvimento econômico e pela concertação com os estados vizinhos. O país tem adotado postura moderada no cenário internacional, evitando conflitos com os países de seu entorno e com as grandes potências.

Desde a Independência, o relacionamento privilegiado com a França tem sido o eixo central da inserção nigerina. A França, principal provedora de ajuda internacional, é também importante destino das exportações nigerinas e o segundo maior provedor de importações. Vale destacar que um terço da quantia total de urânio utilizada pela França para abastecer suas usinas nucleares são de origem nigerina.

Há bom relacionamento também com outros países e instituições ocidentais. A União Europeia (UE) é importante provedora de ajuda. No contexto das eleições presidenciais e legislativas de 2011, por exemplo, forneceu US$ 27 milhões, além de ter enviado importante equipe de observadores. Já com os Estados Unidos, são mantidas atividades de cooperação para combater a atuação de fundamentalistas islâmicos na região. Ademais, os Estados Unidos estão também entre os principais destinos das exportações nigerinas. A China, por sua vez, vem aumentando sua presença no Níger nos últimos anos. Já é o principal fornecedor de importações e também tem aumentado seus investimentos em infraestrutura e exploração de urânio e petróleo.

No âmbito regional, o Níger tem boas relações com os países vizinhos. A Nigéria, em especial, além de ser um dos principais parceiros comerciais, exerce grande influência sobre a economia informal nigerina. As relações com o Benin, por sua vez, beneficiam-se da resolução pacífica de litígio que envolvia a definição das fronteiras entre os dois países, obtida, em 2005, graças à intermediação da Corte Internacional de Justiça (CIJ).

A recente crise na Líbia, por outro lado, gerou receios de que a instabilidade pudesse atingir o Níger e outros países da região. Apesar de tradicionalmente ter mantido boas relações com o regime de Kaddhafi, o Governo do Níger decidiu reconhecer o Conselho Nacional de Transição antes mesmo que a União Africana o fizesse.

Especula-se que mais de 200 mil trabalhadores nigerinos tenham retornado a seu país natal em função dos conflitos na Líbia. Além de representar um desafio potencial à segurança alimentar nigerina, há o temor de que, entre o grupo de retornados, haja também indivíduos que trariam armamentos ao Níger, que seriam futuramente empregados por organizações extremistas terroristas da região do Sahel. Quatro países da

região – Argélia, Mali, Mauritânia e Níger – vêm coordenando esforços para fortalecer o combate ao terrorismo e à criminalidade. Em setembro de 2011, o Presidente Issoufou solicitou cooperação internacional para policiar a fronteira com a Líbia.

A atuação em organismos internacionais é vista pelas autoridades nigerinas como uma forma de contribuir para a superação de entraves ao crescimento e visibilidade do país. O Níger é membro, entre outros organismos, da ONU, da União Africana (UA) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A participação na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), por sua vez, permite ao Niger utilizar como moeda o Franco CFA da África Ocidental, moeda adotada também por sete outros países da região.

ECONOMIA

Com PIB per capita de US$ 381 e ocupando a penúltima posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Níger possui níveis muito baixos de desenvolvimento, mesmo para o contexto da África Ocidental. Sua economia é cindida em um setor moderno, produtor de urânio e vinculado a economias desenvolvidas, e em vários outros setores tradicionais, como a agropecuária e o comércio informal.

A extração de urânio é realizada por empresas multinacionais, principalmente francesas, e a atividade corresponde à aproximadamente metade das exportações nigerinas. Esse setor, embora importantíssimo para as receitas fiscais e para a geração de divisas, não traz grande dinamismo, uma vez que gera poucos empregos e não se vincula a outros setores da economia.

As atividades tradicionais possuem baixos níveis de produtividade. Mesmo sendo responsável por mais de 30% das exportações do país, a agropecuária, em decorrência da baixa capitalização do campo e das condições naturais adversas, não produz o suficiente para a população local. O resultado traduz-se em frequentes crises alimentares. Outra dificuldade que o país tem de enfrentar é o fato de não ter acesso ao mar.

As contas externas do Níger refletem essa estrutura produtiva deficiente. As exportações são pouco diversificadas e dependentes demasiadamente da economia internacional. O país, ademais, tem de importar, em quantidades consideráveis, bens de capital, combustíveis e alimentos. Os déficits comerciais são estruturais, enquanto os déficits em transações correntes, impactados também pela transferência de lucros das empresas multinacionais, são parcialmente atenuados em decorrência da remessa de nigerinos que vivem no exterior e da doação de outros países.

Apesar dessas dificuldades, o país tem apresentado um desempenho econômico positivo nos últimos anos. A economia do Níger cresce em média 5,45% ao ano desde 2008. A perspectiva é que esse crescimento se acelere nos próximos anos, em razão do início da produção de petróleo e do aumento da produção de urânio. Neste ano, prevê-se o início da produção de petróleo do campo Agadem e a entrada em operação da refinaria de Zinder, a primeira do país. Em Imouraren, também deverá entrar em operação, a partir de 2013, nova mina de urânio – que deverá ser a segunda maior do mundo.

O Governo nigerino, em sua política econômica, tenta conciliar o objetivo de acelerar o crescimento por meio de investimentos públicos em infraestrutura e atração de empresas multinacionais com as orientações do FMI para que o país não expanda "mais do que o necessário" os gastos públicos e não dependa demasiadamente das receitas advindas da

exploração de recursos naturais. Neste ano, o país deve assinar novo acordo com o FMI. A política monetária nigerina, por sua vez, é determinada pelo banco central regional (Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO), o qual prioriza a manutenção da paridade fixa com o euro e o combate à inflação nas economias dos oito estados membros. A inflação no Níger tem estado sob controle: em 2011, o índice ficou em 4%.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

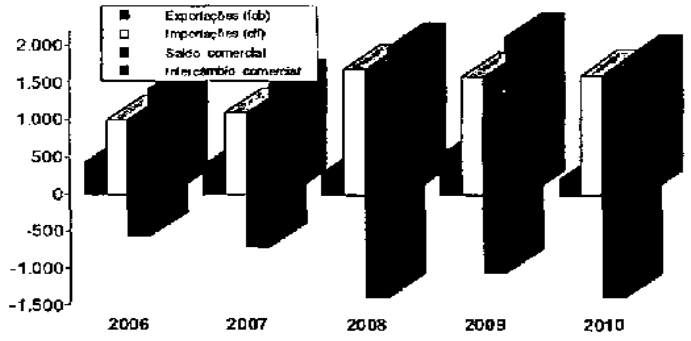
1960: Independência do Níger em relação à França.
1974: O Presidente Diori Hamani é derrubado em golpe de Estado. Instalação de ditadura militar liderada pelo Coronel Seyni Kountché.
1987: Morte do Coronel Seyni Kountché.
1992: Abertura política no Níger, com aprovação de nova Constituição.
1993: Realização de eleições parlamentares e presidenciais, sendo eleito o Presidente Mahamane Ousmane.
1996: O Presidente Ousmane é deposto por golpe militar, liderado pelo General Ibrahim Baré Mainassara. Já sob a vigência de uma nova carta magna, Mainassara elege-se Presidente em pleito boicotado pela oposição.
1999: O Presidente Mainassara é assassinado por elementos de sua própria guarda presidencial. Realização de eleições parlamentares e presidenciais. Mamadou Tandja torna-se o novo Chefe de Estado do Niger.
2004: Tandja é reeleito para mais um mandato de 5 anos.
2010: Forças militares derrubam o Presidente Mamadou Tandja após suas tentativas para obter mais mandato.
2011: Já sob a vigência de nova Constituição, eleições legislativas e presidenciais são realizadas. Mahamadou Issoufou torna-se o novo Presidente da República do Níger.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

NÍGER: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	429	383	287	532	213	332
Importações (cif)	995	1.094	1.690	1.589	1.610	1.112
Saldo comercial	-566	-711	-1.403	-1.057	-1.396	-780
Intercâmbio comercial	1.424	1.476	1.976	2.121	1.823	1.444

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.



O comércio exterior de Níger apresentou, em 2010, variação de 28% em relação a 2006, passando de US$ 1,4 bilhão para US$ 1,8 bilhão. No ranking do FMI, Níger figurou como o 161º mercado mundial, sendo o 154º principal exportador e o 171º importador.

QUADROS COMPARATIVOS DO INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL
COM FONTE BRASILEIRA E ESTRANGEIRA

COMÉRCIO BILATERAL (US$ milhões) - Fonte: MDIC

BRASIL - NIGER	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	1,71	1,15	4,74	1,22	2,10
Exportações brasileiras para Niger (fob)	1,70	0,96	4,70	1,20	2,05
Importações brasileiras procedentes deNiger (fob)	0,01	0,19	0,04	0,02	0,05
Saldo	1,69	0,77	4,66	1,19	2,01

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

COMÉRCIO BILATERAL (US$ milhões) - Fonte de Niger

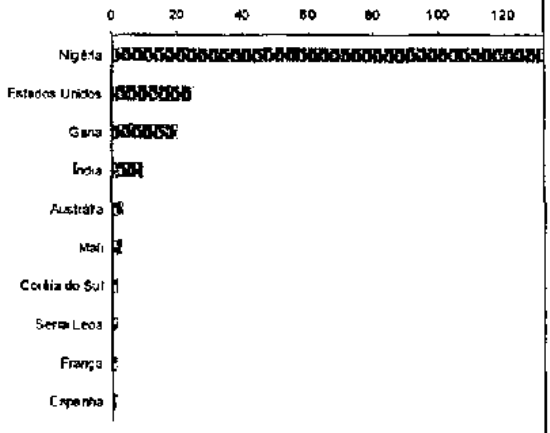
NIGER - BRASIL	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-mai)
Intercâmbio	32,9	33,0	27,3	26,4	5,4
Exportações de Niger para o Brasil (fob)	6,8	7,6	3,2	6,6	0,0
Importações de Niger procedentes do Brasil (cif)	26,1	25,4	24,1	19,8	5,4
Saldo	-19,3	-17,8	-20,9	-13,2	-5,4

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.

NÍGER: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
Nigéria	138	65%	106	32%
Estados Unidos	25	12%	149	45%
Gana	20	9%	15	4%
Índia	9	4%	11	3%
Austrália	3	2%	2	0%
Mali	3	1%	2	1%
Coréia do Sul	2	1%	13	4%
Serra Leoa	1	1%	1	0%
França	1	1%	4	1%
Espanha	1	1%	1	0%
...				
Brasil	*0*	*0%*	*0*	*0%*
Subtotal	**204**	**96%**	**302**	**91%**
Outros países	**9**	**4%**	**30**	**9%**
Total	**213**	**100%**	**332**	**100%**



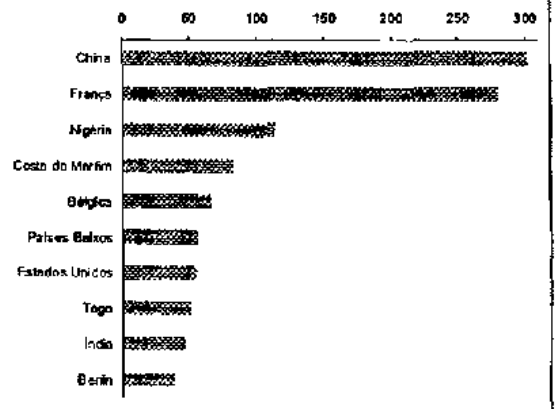
Elaborado pela NREOPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Aproximadamente 65% das exportações de Níger foram destinadas a Nigéria, em 2010. Em seguida os Estados Unidos somaram 12% do total, seguido de Gana (9%), Índia (4%); e Austrália (2%). O Brasil obteve o 45º lugar entre os principais destinos em 2010.

NÍGER: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
China	301	19%	110	10%
França	280	17%	181	16%
Nigéria	113	7%	96	9%
Costa do Marfim	83	5%	63	6%
Bélgica	67	4%	78	7%
Países Baixos	56	3%	17	2%
Estados Unidos	55	3%	33	3%
Togo	52	3%	59	5%
Índia	47	3%	39	3%
Benin	38	2%	28	3%
...				
Brasil	*1*	*0%*	*1*	*0%*
Subtotal	1.094	68%	706	64%
Outros países	**515**	**32%**	**406**	**36%**
Total	**1.610**	**100%**	**1.112**	**100%**



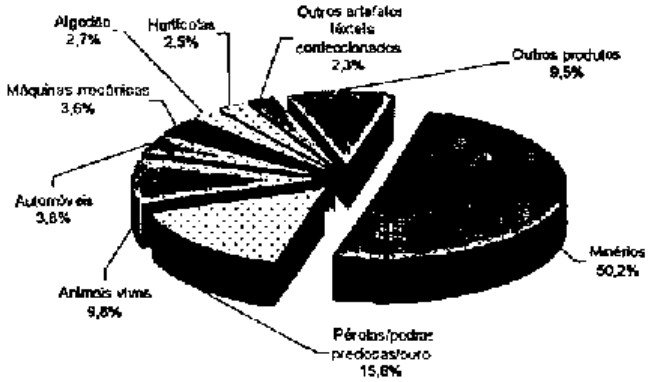
Elaborado pela NREOPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

A China é o principal fornecedor de bens para Níger. Em 2010 respondeu com 19% do total, seguido da França (17%); Nigéria (7%); Costa do Marfim (5%); Bélgica (4%); Países Baixos (3%); Estados Unidos (3%) e Togo (3%). O Brasil posicionou no 15º lugar.

NÍGER: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Minérios	50,2%
Pérolas/pedras preciosas/ouro	15,6%
Animais vivos	9,8%
Automóveis	3,8%
Máquinas mecânicas	3,6%
Algodão	2,7%
Hortícolas	2,5%
Outros artefatos têxteis confeccionado	2,3%
Subtotal	**90,5%**
Outros produtos	**9,5%**
Total	**100,0%**



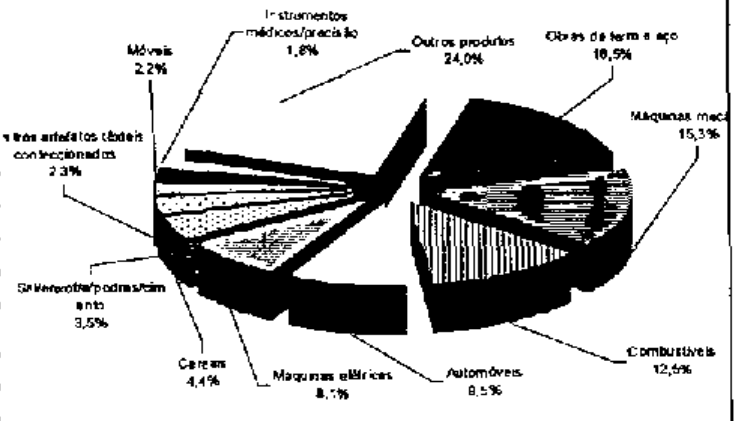
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Gerência de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TC/Trademap

O principal produto exportado pelo país em 2010 foi minérios, com mais da metade da pauta de vendas. Os outros grupos de prosutos que se destacaram nas exportações de Níger em 2010 foram: pérolas/ouro/pedras (16%); animais vivos (10%); automóveis (4%); máquinas mecânicas (4%); e algodão (3%). Esses itens em conjunto somaram 35% da pauta em 2010.

NÍGER: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Obras de ferro e aço	16,5%
Máquinas mecânicas	15,3%
Combustíveis	12,5%
Automóveis	9,5%
Máquinas elétricas	8,1%
Cereais	4,4%
Sal/enxofre/pedras/cimento	3,5%
Outros artefatos têxteis confeccionado	2,3%
Móveis	2,2%
Instrumentos médicos/precisão	1,8%
Subtotal	**76,0%**
Outros produtos	**24,0%**
Total	**100,0%**



Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Gerência de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TC/Trademap

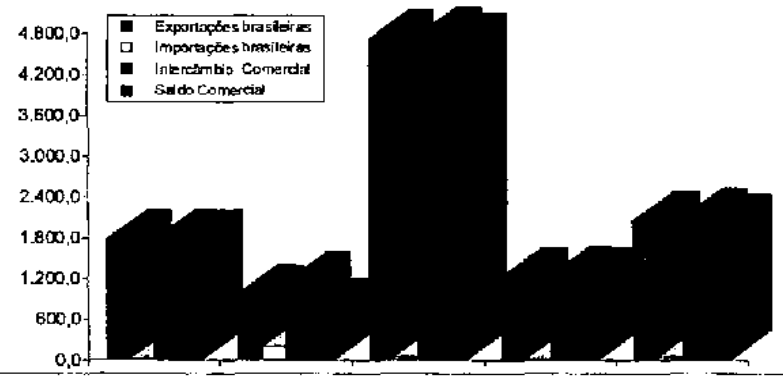
Os principais produtos importados por Níger em 2010 foram: obras de ferro e aço (17%); máquinas mecânicas (15%); combustíveis (13%); automóveis (10%); máquinas elétricas (8%); cereais (4%); e sal/enxofre/pedras/cimento (4%).

BRASIL-NÍGER: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	**1.772,9**	**960,7**	**4.724,0**	**1.219,0**	**2.053,8**
Variação em relação ao ano anterior	-26,5%	-45,8%	391,7%	-74,2%	68,5%
Importações brasileiras	**8**	**191**	**43**	**16**	**45**
Variação em relação ao ano anterior	56353,3%	2159,4%	-77,4%	-63,2%	183,2%
Intercâmbio Comercial	**1.781,4**	**1.152,1**	**4.767,3**	**1.235,0**	**2.098,9**
Variação em relação ao ano anterior	-26,7%	-35,3%	313,8%	-74,1%	70,0%
Saldo Comercial	**1.764,4**	**769,4**	**4.680,8**	**1.203,1**	**2.008,8**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewe b.

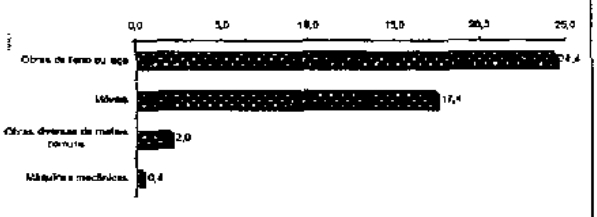
Níger foi o 188º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 18%, passando de US$ 1,78 milhão, para US$ 2 milhões, sendo 69% nas exportações e 183% nas importações.



BRASIL-NÍGER: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Obras de ferro ou aço	0,4	0,3	24,4	54%
Móveis	37,4	12,9	17,4	39%
Obras diversas de metais cor	0,0	0,0	2,0	4%
Máquinas mecânicas	5,5	0,0	0,4	1%
Subtotal	**43,3**	**13,2**	**44,3**	**98%**
Outros produtos	**0,0**	**2,7**	**0,8**	**2%**
Total	**43,3**	**15,9**	**45,1**	**100%**

Importações brasileiras originárias de Niger, 2011



Elaboração pela UPE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewe b

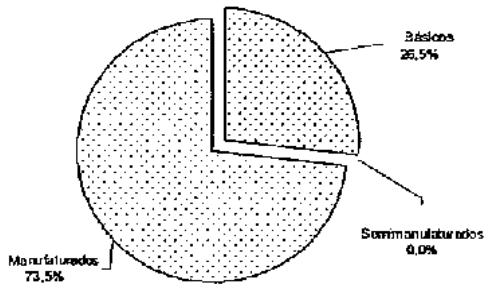
As importações brasileiras originárias de Níger apresentaram alto grau de concentração. Obras de ferro ou aço (54%) e móveis (39%) somaram 93% das compras. Seguiram-se na pauta de importação em 2011, obras diversas de metais (4%) e máquinas mecânicas (1%).

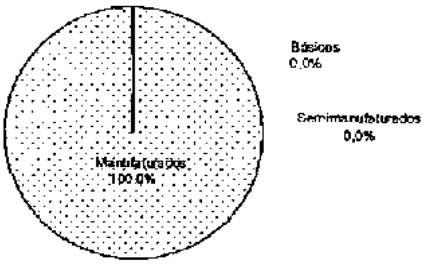
BRASIL-NÍGER: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	545	26,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	1.509	73,5%	45	100,0%
Total	**2.054**	**100,0%**	**45**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Níger são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 74% das vendas em 2011, com destaque para carnes e produtos farmacêuticos. Em seguida estão os bens básicos, com 26%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 100% da pauta em 2010, com destaque para obras de ferro e aço e móveis.

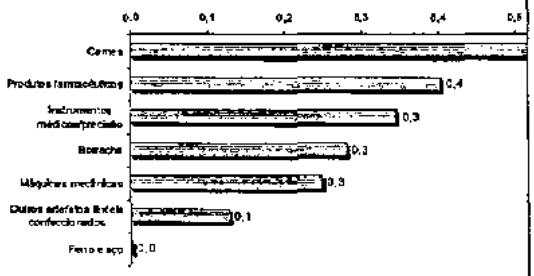




BRASIL-NÍGER: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Carnes	0,1	0,2	0,5	26%
Produtos farmacêuticos	1,2	0,0	0,4	20%
Instrumentos médicos/precisã	0,0	0,1	0,3	17%
Borracha	0,2	0,8	0,3	14%
Máquinas mecânicas	0,0	0,2	0,3	12%
Outros artefatos têxteis confe	0,0	0,0	0,1	6%
Ferro e aço	2,9	0,0	0,0	0%
Subtotal	**4,4**	**1,1**	**2,0**	**95%**
Outros produtos	**0,3**	**0,1**	**0,1**	**5%**
Total	**4,7**	**1,2**	**2,1**	**100%**

Exportações brasileiras para Níger, 20



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice web.

Carnes e produtos farmacêuticos são os principais itens brasileiros exportados para Níger, juntos somaram 46% da pauta. Em seguida destacaram-se médicos/precisão (17%); borracha (14%); máquians mecânicas (12%); e outros artefatos têxteis confeccionados (6%).

Aviso nº 542 - C. Civil.

Em 28 de junho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 49, DE 2012
(nº 300/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Os méritos do Senhor João André Pinto Dias Lima que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de junho de 2012.

EM nº 00137/2012 MRE

Brasília, 11 de Abril de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 0137/DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 11 de abril de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

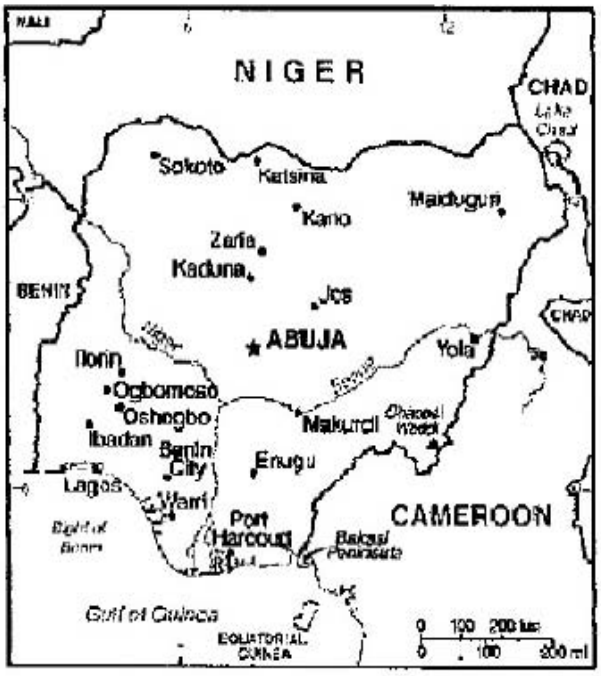
MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA*
CPF.: 24531715187
ID.: 8286/MRE

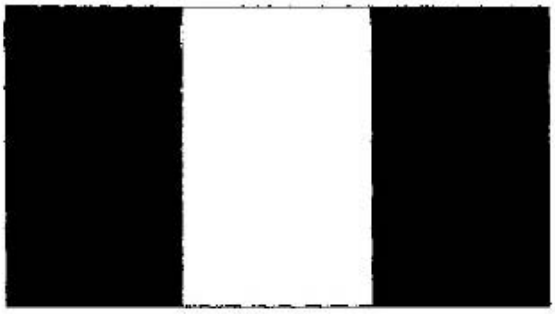
1957	Filho de Sebastião Eulálio de Oliveira Lima e Isis Pinto Dias Lima, nasce em 29 de janeiro, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1981	Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília-UnB
1982	CPCD - IRBr
1991	CAD-IRBr
2007	CAE-IRBr, O UNIDROIT e os Esforços Internacionais de Harmonização do Direito Privado. A Participação do Brasil.
Cargos:	
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1994	Primeiro-Secretário, por merecimento
2002	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1984	Divisão de Ásia e Oceania II, assistente
1985	Divisão de Informação Comercial, assistente
1987	Embaixada em Buenos Aires, Terceiro e Segundo-Secretário
1990	Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1993	Divisão da América Meridional I, assistente
1994	Embaixada em Lisboa, Primeiro-Secretário
1998	Embaixada em Ottawa, Primeiro-Secretário
2001	Divisão Jurídica, Chefe, substituto
2003	Presidência da República, Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Assessor Internacional
2003	Embaixada em Roma, Conselheiro
2007	Embaixada em La Paz, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
2008	Consulado-Geral em Chicago, Ministro de Segunda Classe, Cônsul-Geral Adjunto
Publicação:	
2008	A Harmonização do Direito Privado, FUNAG, Brasília

ANA PAULA SIMÕES SILVA
Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA





Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS .....

PERFIS BIOGRÁFICOS .....

RELAÇÕES BILATERAIS .....

POLÍTICA INTERNA .....

POLÍTICA EXTERNA .....

ECONOMIA .....

ANEXOS .....

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....
CRONOLOGIA HISTÓRICA .....
ATOS BILATERAIS .....
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS .....

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República Federal da Nigéria
CAPITAL:	Abuja
ÁREA:	923.768 km² (pouco maior que a de Mato Grosso)
POPULAÇÃO:	162,5 milhões (país mais populoso da África)
IDIOMA:	Inglês (oficial); mais de 500 línguas africanas (principais: hauçá, iorubá, igbo e fula)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (50%), cristianismo (40%), religiões tradicionais africanas (10%)
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Goodluck Jonathan (desde maio de 2010)
CHANCELER:	Olubenga Ayodeji Ashiru (desde julho/2011)
PIB (2011)	US$ 244 bilhões
PIB PPP (2011)	US$ 323 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB:	7,4% (2011); 7,9% (2010); 7,0% (2009); 6,0% (2008); 6,4% (2007)
PIB *PER CAPITA* (2010):	US$ 1.574
PIB PPP *PER CAPITA* (2011)	US$ 3.230
UNIDADE MONETÁRIA:	Naira
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) - 2011:	0,459 (156º de 187 países no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011):	51,9 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2011):	60,8%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Vincent Amrib-Okun Okocdion
EMBAIXADORA EM ABUJA:	Ana Cândida Perez
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	1.212 brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil – Nigéria	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	1.976.139	4.006.265	3.596.242	5.291.920	6.793.421	8.241.872	5.826.817	6.783.227	9.578.443
Exportações	469.634	505.235	953.226	1.373.624	1.512.357	1.535.590	1.066.462	862.541	1.192.085
Importações	1.516.505	3.501.030	2.643.016	3.918.296	5.281.064	6.706.282	4.760.354	5.920.686	8.386.358
Saldo	-1.046.871	-2.995.795	-1.689.790	-2.544.672	-3.768.707	-5.170.692	-3.693.891	-5.058.145	-7.194.273

PERFIS BIOGRÁFICOS

Goodluck Jonathan
Presidente

Goodluck Jonathan nasceu no estado de Bayelsa, sul da Nigéria, em 1957. Como a maioria dos sulistas nigerianos, segue o cristianismo. Jonathan graduou-se em Ciências e é Doutor em Zoologia.

Integra o PDP (*People's Republic Party*), sigla que tem dominado a vida política da Quarta República Nigeriana (estabelecida em 1999). O PDP segue orientação liberal e ocupa, no espectro político nigeriano, posições mais à direita.

Entre dezembro de 2005 e maio de 2007, Jonathan governou seu estado natal, principal área produtora de petróleo do país e palco de atuação de grupos rebeldes, como o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger.

Em dezembro de 2006, foi escolhido como candidato a Vice-Presidente na chapa liderada por Umaru Yar'Adua. Em maio de 2007, tornou-se Vice-Presidente da Nigéria, após vitória nas eleições de abril. Por ocasião do afastamento da presidência, por motivos de saúde, do Presidente Yar'Adua, no início de 2010, Jonathan tornou-se Presidente em exercício.

Em abril de 2011, venceu as eleições presidenciais, com 58% dos votos. Seu mandato se estenderá até 2015.

Olugbenga Ashiru
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 27 de agosto de 1948, em Ijebu-Ode, Ogun. Formou-se em História – especialização em Relações Internacionais – pela Universidade de Lagos. Em 1972, ingressou na carreira diplomática, tendo servido em Tóquio, Estocolmo, Bangui, Londres, Pyongyang (Embaixador) e Pretória (Alto Comissário).

Foi Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Europeus, Diretor de Regiões do Mundo e Subsecretário para Regiões do Mundo e Organizações Internacionais. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em julho de 2011, após a eleição do Presidente Jonathan. É casado e tem quatro filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, nesse mesmo ano, foi criada a Embaixada do Brasil em Lagos. A Nigéria estabeleceu Embaixada residente no Brasil em 1966.

O relacionamento bilateral tem sido marcado pela fluidez e cordialidade, consequência natural dos fortes laços culturais que unem os dois países. É relevante observar que não houve interrupção das relações nem mesmo durante períodos de crise na Nigéria, como a intervenção militar de 1966 e a guerra de Biafra (1967-1970), região cujas pretensões secessionistas o Brasil não reconheceu. A relação bilateral sofreu um distanciamento no período ditatorial de Sani Abacha (1993-1998), quando a Nigéria enfrentou período de isolamento internacional por conta das violações aos direitos humanos atribuídas ao Governo nigeriano.

A partir do final da década de 1990, o relacionamento bilateral começou a adquirir renovado impulso, que já se fez notar com a visita do General Olusegun Obasanjo a Brasília, em abril de 1999, ainda na condição de Presidente eleito. Em novembro de 2000, também o Vice-Presidente nigeriano, Atiku Abubakar, visitou oficialmente o Brasil, por ocasião da realização da IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria. Abubakar também esteve no Brasil em setembro de 2002, para participar do Congresso Mundial de Petróleo, no Rio de Janeiro.

Em abril de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Nigéria. No ano seguinte, o Presidente brasileiro retornou a Abuja para participar da Cúpula África - América do Sul (então chamada AFRAS, atualmente ASA). Cabe registrar que a própria criação desse mecanismo deveu-se, em grande parte, às iniciativas diplomáticas do Brasil e da Nigéria.

O Presidente Lula e o Presidente Umaru Yar'Adua mantiveram, ainda, encontro bilateral em 2007, à margem da Cúpula do G8+5, em Heiligendamm, Alemanha. Em julho de 2009, o Presidente Yar'Adua realizou visita oficial ao Brasil.

Em março de 2010, o então Ministro-Chefe da Secretaria Especial para Promoção de Políticas de Igualdade Racial, Edson Santos, chefiou Delegação à Nigéria. A visita culminou na assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas áreas de Direitos Culturais, Combate à Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas.

Em 22 de junho de 2010, Brasil e Nigéria realizaram Reunião de Consultas Políticas, em Abuja. O temário do encontro foi equilibrado entre temas multilaterais, regionais e bilaterais.

Em julho do mesmo ano, o Ministro da Defesa da Nigéria, Adetokumbo Kayode, realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que foi assinado Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa.

Em 2012, houve visitas ao Brasil do Ministro de Comércio e Investimentos, Olusegun Aganga (19 a 22 de março) e de delegação técnica da Comissão Fiscal da Nigéria (30 de janeiro a 1° de fevereiro), cujo mandato consiste em revisar, periodicamente, as fórmulas e princípios de alocação de receitas entre os entes que compõem a Federação Nigeriana.

Cooperação na área de energia

Em julho de 2009, os dois países assinaram Memorando de Entendimento estabelecendo as condições para a criação de Grupo de Trabalho a fim de promover a cooperação bilateral nos campos de petróleo, gás, eletricidade, eficiência energética e biocombustíveis.

No mesmo mês, o Presidente Umaru Yar'Adua realizou visita ao Brasil e manteve encontro com o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. O mandatário nigeriano solicitou maiores investimentos da empresa brasileira em seu país e informou que a Nigéria daria início a novas rodadas de licitação de campos de exploração de hidrocarbonetos, nas quais a participação da Petrobras seria muito apreciada.

O interesse nigeriano pela cooperação energética com o Brasil manteve-se no Governo Jonathan. Por ocasião da Posse da Presidenta da República, Dilma Roussef, o Vice-Presidente Sambo encontrou-se, em Brasília, com o então Presidente da Petrobras, o Dr. Sérgio Gabrielli, com quem acordou a assinatura do Memorando de Entendimento entre a NNPC (*Nigerian National Petroleum Corporation*) e a Petrobras, cobrindo as áreas de pesquisa e desenvolvimento, refino, marketing e comercialização.

No que se refere à participação da iniciativa privada brasileira no setor energético nigeriano, o Diretor de Mercados da Zagope (subsidiária da Andrade Gutierrez em Portugal), Fernando Furtado, visitou Abuja, de 26 a 28 de janeiro de 2011, para encontrar-se com o Ministro da Energia e com o Sr. Ibrahim Shehu Njiddah, Diretor do Conselho Nacional de Energia (*National Energy Council*). A missão empresarial teve por objetivo obter subsídios para que a AG estude a possibilidade de realizar projeto de construção de infraestrutura na Nigéria.

Cooperação técnica

A Agência Brasileira de Cooperação mantém com a Nigéria dois projetos de cooperação técnica na área da agricultura, a saber: Produção e Processamento Agroindustrial de Mandioca e Produção e Processamento

de Frutas Tropicais e Hortaliças. Pela parte brasileira, a instituição executora é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela parte nigeriana o *Agricultural Research Council of Nigeria* (ARCN). A implementação desses projetos de cooperação tem permitido o treinamento de técnicos nigerianos em unidades da Embrapa e a transferência de tecnologias e recursos genéticos vegetais brasileiros, importantes no contexto do sistema agroclimático e ecológico das regiões onde o projeto tem sido implementado.

O projeto de produção e processamento de mandioca contempla o treinamento de 20 técnicos, e o de frutas prevê a capacitação de 25 técnicos nigerianos nos centros de excelência da EMBRAPA. Ao final desses projetos, espera-se que os técnicos nigerianos estejam capacitados nas áreas de procedimento biotecnológico, melhoramento genético, práticas de proteção de plantas e operação do processo agroindustrial. Os técnicos também adquirirão competência para elaborar, monitorar e avaliar projetos agrícolas, com vistas ao fortalecimento, desenvolvimento e sustentabilidade desse setor. Em maio e junho de 2010, foram realizadas as primeiras capacitações dos projetos. A Embrapa deverá agendar novas capacitações em 2012.

Em 24 de fevereiro de 2012, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Nigéria, por meio da Embaixada em Abuja, transmitiu o interesse do país em beneficiar-se do programa "Mais Alimentos África", gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em sua resposta à demanda nigeriana, o MDA esclareceu ser necessária, como medida inicial, a redação conjunta de Projeto de Cooperação Técnica bilateral, específico para o programa.

Cooperação na área de arrecadação de tributos

Entre 30 de janeiro e 1° de fevereiro de 2012, missão fiscal nigeriana visitou Brasília com o objetivo de conhecer o sistema de arrecadação de tributos brasileiro. O desenvolvimento de um modelo de arrecadação de tributos eficiente é considerado essencial para a Nigéria, uma vez que atualmente as receitas do estado nigeriano advêm quase exclusivamente do setor petrolífero.

Candidaturas

Em 2011, a Nigéria apoiou a candidatura do professor José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da FAO. A Nigéria apoiou também a

candidatura do Embaixador Gilberto Saboia à Comissão de Direito Internacional (CDI).

Comércio Bilateral

A Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano. O comércio bilateral (exportações e importações), que em 2002 foi de US$ 1,5 bilhão, elevou-se para US$ 8,2 bilhões em 2008. Em 2010, declinou para US$ 6,7 bilhões, mas em 2011 as trocas se recuperaram e atingiram a soma de US$ 9,5 bilhões. Em 2011, o Brasil teve déficit de US$ 7,1 bilhões no comércio com a Nigéria.

Os principais produtos da pauta bilateral de exportação do Brasil são açúcar e cereais, que, juntos, respondem por 65% do total. As importações brasileiras oriundas da Nigéria compõem-se quase que exclusivamente de combustíveis (99,8%, em 2011). Em 2010, 56,4% do petróleo importado pelo Brasil veio da Nigéria. Os constantes déficits com esse país africano e o alto peso desempenhado pelo petróleo nas trocas entre os dois países fazem com que o Governo brasileiro defenda a diversificação da pauta de comércio bilateral.

Em 2010, foi estabelecida, em Lagos, Câmara de Comércio e Indústria Nigéria-Brasil. Em agosto do ano passado, houve missão nigeriana ao Brasil, a qual manteve contatos com diversos interlocutores, como a FIESP, a Odebrecht e a OAS.

Financiamentos e investimentos

Em abril de 2008, o BNDES abriu ao *First Bank of Nigeria* e ao *Guaranty Trust Bank* linha de crédito de US$ 63 milhões, para financiar exportações de produtos brasileiros, reatando, após vinte anos, as relações financeiras entre o Brasil e a Nigéria.

Missão empresarial liderada pelo então Ministro da Indústria, do Comércio e Desenvolvimento, Miguel Jorge visitou a Nigéria em 10 e 11 de junho de 2009, havendo-se estimado o fechamento de negócios da ordem de US$ 5 milhões e um potencial futuro de contratos no valor de cerca de US$ 230 milhões.

Segundo a Embaixada do Brasil em Abuja, a única empresa brasileira com atividades na Nigéria é a Petrobrás. A empresa mantém atividades em território nigeriano desde 1998, com operações em águas profundas no Delta do Rio Níger. Possui participação, como operadora, no bloco OPL 315 e, como não operadora, nos blocos OML 127 (Agbami) e OML 130 (Akpo). O campo de Agbami iniciou sua produção em julho de

2008 e o de Akpo em março de 2009. Segundo a Petrobras, haveria boas perspectivas de ampliação das atividades da empresa naquele país.

Há registro de investimentos diretos da Nigéria no Brasil nos setores de comércio atacadista de madeira/material de construção, comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, e incorporação de empreendimentos imobiliários.

Oportunidades para empresas brasileiras

A Nigéria oferece grandes oportunidades no setor de energia. No dia 26 de agosto de 2010, o Presidente da Nigéria, Goodluck Jonathan, apresentou, em Lagos, o *Roadmap for the Nigerian Power Sector Reform*, que prevê a reforma do setor de energia no país, com grande abertura à participação do setor privado. Segundo esse documento, o Governo nigeriano deverá desligar-se, no médio prazo, da geração e distribuição de energia no país. O plano apresentado prevê a privatização de 11 companhias distribuidoras e 6 companhias geradoras de eletricidade.

Como mencionado, o Governo da Nigéria tem incentivado a participação de empreiteiras brasileiras na construção de usina hidrelétrica de grande porte na região de Mambilla, no estado de Taraba. A usina, com produção anual estimada em 2600 mil megawatts, poderá duplicar a capacidade nigeriana de geração de energia. A Andrade Gutierrez fez visitas à Nigéria, em 2010, para avaliar o projeto, cujo custo é estimado em US$ 4 bilhões.

Convém destacar que, no início de 2007, o Governo nigeriano assinou contrato como a empresa chinesa *China Gezhouba Group Corporation* (uma das principais construtoras da usina de Três Gargantas, na China) para dar início à execução do projeto de Mambila, que teria financiamento do Eximbank chinês. Suspeitas de irregularidade na concessão do projeto, no entanto, de acordo relatório publicado, em 2009, pelo instituto britânico *Chatham House*, teriam levado à sua interrupção, em outubro de 2007. Desde então, o Governo nigeriano estaria em busca de novas fontes de financiamento.

Estão avançadas as tratativas entre empresas dos dois países com vistas ao uso do etanol misturado ao combustível, que prevê a instalação de uma usina de processamento de cana-de-açúcar no estado de Benue. A Nigéria pretende ainda solicitar apoio brasileiro para o processamento de palmeira, com vistas a fomentar a pequena indústria moveleira local e mesmo exportar MDF (tipo de aglomerado de madeira utilizado em larga escala pela indústria de móveis).

Grandes empresas brasileiras do setor de construção rodoviária e de engenharia pesada têm demonstrado interesse em levar sua experiência

para a Nigéria. Especialistas brasileiros em transporte desempenharam papel relevante no recém-inaugurado sistema de transportes urbanos de Abuja. Sistemas semelhantes poderão ser implantados em outras cidades da Nigéria. O Brasil poderia oferecer apoio para a construção de estações rodoviárias, que inexistem, hoje, na Nigéria. São de origem brasileira a maior parte dos ônibus urbanos interestaduais que trafegam no país. É preciso lembrar, entretanto, que a ausência de conexões aéreas diretas entre os dois países é empecilho para o desenvolvimento de relações empresariais mais amplas.

A necessidade de se estabelecer tais conexões, bem como a vontade brasileira em diversificar a pauta de comércio bilateral foram temas discutidos pelo Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Nuruddeen Mohammed em 26 de novembro de 2011, por ocasião da reunião ministerial da ASA (América do Sul – África).

Em janeiro de 2012, a empresa aérea nigeriana *Arik Air* manifestou interesse em estabelecer possíveis canais de diálogo com a ANAC visando a dar início a voos diretos entre os dois países.

Restrições às exportações de carnes

A legislação nigeriana (*Import Prohibition Order*) proíbe importações de produtos agrícolas, tais como carnes bovina e suína, frutas frescas, óleos vegetais e animais vivos, como forma de proteção do mercado local.

Apesar de o Governo nigeriano ter-se comprometido a alterar sua legislação, até o presente momento, a Import Prohibition Order não sofreu alterações e continua vigente. Acerca desse tema, o Brasil manteve reunião bilateral com a Delegação da Nigéria às margens da 49ª Sessão do Comitê sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundia do Comércio (OMC), em outubro de 2010. Na ocasião, a representante nigeriana esclareceu, em caráter informal, que a lista de restrições estaria sendo revista, de modo a que o país possa adequar-se às regras da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados do Oeste da África). Não soube precisar, porém, quando a nova lista de produtos seria editada.

Não obstante, avalia-se que a chave para ter acesso ao mercado nigeriano parece estar na associação, parceria ou outro tipo de entendimento de empresas brasileiras com empresários locais. A facilitação da entrada de produtos agrícolas na Nigéria requer entendimentos com os grandes importadores e investimento na produção e/ou capacitação local. O

Governo nigeriano está empenhado em desenvolver o setor e exige contrapartidas para permitir importação.

Arroz

O Brasil tem feito reiteradas gestões para acessar o mercado nigeriano de arroz. A Nigéria é um dos maiores importadores de arroz no mundo, tenta desenvolver programa de auto-suficiência e restringe as importações, submetidas a regime de licenças especiais. As licenças de importação são concedidas para os importadores nigerianos pelo Ministério do Comércio e Indústria e/ou pelo Ministério da Agricultura, com comunicação, para as medidas necessárias à permissão da entrada do produto, ao Ministério das Finanças e outras autoridades. As licenças de importação são concedidas mediante promessa do importador de que haverá, em contrapartida, investimento no desenvolvimento do setor produtivo local.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Nigéria é estimada em cerca de 1.212 pessoas. Não há cônsules honorários, tampouco conselho de representantes. O atendimento consular é realizado pela Embaixada em Abuja e pelo Consulado-Geral em Lagos.

Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida em atraso da Nigéria com o Brasil, referente a financiamentos e seguros de exportações, foi reescalonada em 2006, com remissão parcial no valor de US$ 84.660.006,35 e pagamentos já efetuados no total de US$ 67.293.786,00.

POLÍTICA INTERNA

Antiga colônia britânica, a Nigéria tornou-se independente em 1960. Sua trajetória desde então tem sido caracterizada por diversos momentos de instabilidade política e social, os quais decorrem de diversos fatores.

Em primeiro lugar, há que se levar em consideração a divisão entre o sul, mais desenvolvido e de maioria cristã, e o norte, habitado sobretudo por muçulmanos (doze estados nortistas adotam a charia, a lei islâmica, como código penal).

Além das diferenças regionais, há um complexo cenário étnico: o país é habitado por diversos povos, destacando-se os iorubás, que habitam sobretudo o sudoeste do país; os haúçás (*hausa*), nortistas e muçulmanos; e os igbos, que vivem principalmente no sudeste e são cristãos.

Um sistema energético deficiente, impasses quanto à alocação dos recursos advindos do setor petrolífero e um histórico de intervenções das Forças Armadas no cenário nacional contribuem para a instabilidade político-institucional nigeriana.

Em termos institucionais, a Nigéria é uma Federação formada por 36 estados. Para alguns observadores, o sistema federativo, raro no continente africano, tem favorecido, até o momento, a integridade territorial nigeriana, na medida em que serve como válvula de escape para demandas que, em um estado unitário, poderiam se desdobrar em conflitos secessionistas mais graves.

A IV República Nigeriana

Em 1998, com a morte do General Sani Abacha, ditador que governava o país desde 1993, iniciou-se o processo de redemocratização da Nigéria. No ano seguinte, realizaram-se eleições presidenciais, das quais saiu vitorioso o General da Reserva Olusegun Obasanjo, cristão e sulista. Teve início, então, a chamada IV República nigeriana. O partido do Presidente Obasanjo, o PDP (*People's Democratic Party*), de orientação liberal, permanece no poder desde então, tendo vencido as eleições de 2003, 2007 e 2011.

No pleito de 2003, Obasanjo foi reeleito com cerca 60% dos votos. Não obstante inúmeras deficiências e irregularidades, as eleições tiveram seus resultados endossados pelos observadores internacionais.

Paralelamente ao processo de democratização, a IV República também assinalou uma queda na intensidade da participação dos militares

na vida política do país. Desde que Obasanjo assumiu seu primeiro mandato democrático, as Forças Armadas têm-se mantido discretas em relação aos temas políticos.

Na tentativa de atenuar as divergências regionais opondo o Sul ao Norte do país, os membros do PDP decidiram informalmente que haveria alternância, na presidência, entre candidatos sulistas e candidatos nortistas. Nas eleições de 2007, o candidato indicado pelo PDP foi Umaru Yar'Adua, nortista e muçulmano.

O Governo Yar'Adua e a sucessão presidencial

Umaru Yar'Adua foi eleito graças à influência de Olusegun Obasanjo, em pleito cujo resultado só foi sancionado pela Corte Suprema em dezembro de 2008, mais de um ano depois de realizado.

A nota positiva de seu Governo foi o fato de ter mantido o país dentro dos princípios da democracia e do estado de direito, respeitando as prerrogativas do Legislativo, do Judiciário e dos Governos estaduais.

Em fins de novembro de 2009, Yar'Adua foi forçado a afastar-se da presidência por motivos de saúde, gerando vácuo de poder que seria superado apenas em 13 de janeiro de 2010, por meio de decisão do Tribunal Superior de Abuja autorizando o Vice-Presidente Goodluck Jonathan a exercer a função presidencial. No dia 9 de fevereiro, as duas casas da Assembleia passaram resoluções confirmando-o como Presidente em exercício da Nigéria, tendo sido empossado em 6 de maio de 2010, no dia seguinte ao falecimento do Presidente Yar'Adua.

O Governo de Goodluck Jonathan

O Presidente Goodluck Jonathan assumiu a Presidência após um período em que a Nigéria deu provas de amadurecimento político, tendo atravessado, sem convulsão ou golpe, o vácuo de poder causado pelo afastamento do Presidente Yar'Adua.

Em seu discurso de posse, retomou promessas feitas antes por Yar'Adua: combater a corrupção; respeitar o estado de direito; continuar a implementar o programa de anistia no Delta; melhorar as condições de vida da população nigeriana, sobretudo quanto ao fornecimento de água e energia elétrica.

Jonathan foi o primeiro membro de uma etnia do Sul que chegou à Presidência, sem fazer parte dos grupos influentes da política nigeriana e sem conexões com o meio militar (ao contrário dos ainda muito influentes ex-Presidentes Obasanjo, Babangida, Buhari e Gowon, militares

aposentados). Ao assumir a Presidência, tinha como trunfos principais o apoio de setores organizados da opinião interna e dos "parceiros internacionais" com maior influência sobre a Nigéria: EUA, Reino Unido e UE, que desejavam antes de tudo a preservação da estabilidade e do estado direito no país e viram com alívio a superação da crise constitucional.

O MEND (Movimento pela Emancipação do Delta do Níger) e a greve geral de novembro de 2010

Os meses de outubro e novembro de 2010 foram particularmente difíceis para o Presidente Jonathan. No dia 1º de outubro, por ocasião das comemorações do Cinquentenário da Independência, um atentado terrorista resultou em 12 mortos e 36 feridos. O atentado foi reivindicado pelo MEND (Movimento pela Emancipação do Delta do Níger). Na época, os atentados a bomba repercutiram com intensidade no quadro político nigeriano pré-eleitoral, com acusações recíprocas entre o Governo do Presidente Jonathan e seus opositores do Norte.

O Governo negociou a anistia aos líderes do MEND, o que permitiu a melhora das condições de segurança na região do Delta, mas não erradicou o crime organizado (roubo de combustíveis e sequestros) tampouco contribuiu para melhorar o quadro de degradação ambiental da região.

Em novembro de 2010, o Governo enfrentou uma greve geral, decretada pelas principais centrais sindicais, que exigiam aumento de 100% do salário mínimo. A Nigéria foi parcialmente paralisada pelo movimento grevista. Os sindicatos argumentavam que desde 2008 a inflação de dois dígitos (cerca de 15% ao ano) estava corroendo os salários.

Disputa pré-eleitoral

Desde a posse de Jonathan, a sucessão presidencial passou a ser o assunto mais discutido no cenário político nigeriano. No dia 26 de julho de 2010, reunião de governadores sulistas apoiou uma possível candidatura de Jonathan ao pleito de 2011. No dia seguinte, os governadores do Norte endossaram, oficialmente, a possibilidade de Jonathan declarar-se candidato, dentro do preceito constitucional que faculta a todos os cidadãos nigerianos maiores candidatarem-se a cargo eletivo.

De modo geral, o Norte do país não conseguiu opor ao nome do Presidente nenhum candidato de consenso que representasse os anseios das novas gerações. Os meios de comunicação especularam que o principal rival de Jonathan seria Muhammadu Buhari, candidato do *Congress for*

Progressive Change (CPC). Seu prestígio foi, entretanto, negativamente afetado pelo escasso brilho do período em que ocupou a presidência, de 1984 a 1985.

Eleições presidenciais de 2011

Goodluck Jonathan venceu as eleições presidenciais realizadas no dia 16 de abril de 2011 com 58,98% dos votos. O segundo colocado, Muhammadu Buhari (CPC), obteve 31,98% dos votos, concentrados na zona geopolítica do Norte.

O resultado eleitoral confirmou que o país continuava polarizado entre Norte e Sul. Os partidários de Buhari alegaram irregularidades no pleito e chegaram a causar graves perturbações da ordem nas principais cidades nortistas. Em poucos dias, a violência causou mais de uma centena de mortos, 15 mil deslocados internos e destruição de propriedades. Os distúrbios começaram a arrefecer após a imposição do toque de recolher e de medidas enérgicas das forças de segurança.

Apesar de falhas técnicas e irregularidades, as eleições foram consideradas livres, transparentes e genuínas pela comunidade internacional. Em novembro de 2011, o Tribunal Eleitoral referendou a eleição de Goodluck Jonathan.

O PDP conservou a maioria e elegeu/reelegeu 18 dos 26 Governadores nos estados em que houve eleição; por outro lado, os dois principais partidos de oposição, ACN e CPC, fortaleceram-se, respectivamente, no Sudoeste e no Norte.

O Boko Haram

O grupo Boko Haram surgiu no norte do país, área de maioria muçulmana e caracterizada pela extrema pobreza. A organização, cujo nome significa "a educação ocidental é pecaminosa", tem usado a violência como arma política desde o assassinato de seu líder, Mohammed Yussuf, em 2009. Os alvos são tanto instituições consideradas ocidentais, como também muçulmanos mais moderados, que se opõem ao radicalismo do grupo.

No dia 26 de agosto de 2011, um atentado organizado pelo Boko Haram atingiu o edifício-sede da ONU em Abuja, ocasionando 26 mortes. Poucos meses depois, na semana do Natal, ataques do grupo a igrejas católicas no Norte da Nigéria deixaram mais de 50 mortos.

Em resposta aos ataques, o Presidente Jonathan decretou, nos primeiro dias de 2012, estado de emergência em alguns estados do norte,

como Borno, e o fechamento temporário das fronteiras terrestres com o Chade, o Níger e o Cameroun (acredita-se que cerca de 40% dos membros do Boko Haram estejam espalhados por países limítrofes, o que justificaria a medida presidencial).

Não obstante, em 20 de janeiro de 2012, a organização logrou promover ataques simultâneos a alvos variados na cidade nortista de Kano, segunda área metropolitana do país, que resultaram em mais de 200 mortos. No mês seguinte, a organização promoveu novos atentados nas cidades de Jos, Suleja, Kaduna, Kano e Gombe.

O Boko Haram representa novo desafio para a Nigéria, país que conhecera, até recentemente, relativa tolerância entre cristãos e muçulmanos. Os sistemas de segurança nigerianos – carentes de um comando central e de treinamento adequados – tem-se mostrado incapazes de conter as atividades da organização. Especula-se que os integrantes da organização possam ter recebido treinamento da Al-Qaeda do Maghreb Islâmico (AQMI) e da organização somali Al-Shabbab.

O fim do subsídio aos combustíveis

No dia 1° de janeiro de 2012, o Presidente Jonathan anunciou abruptamente o fim dos subsídios governamentais ao preço dos combustíveis. O Governo argumentou que a política de subsídios consumiria mais de 25% das receitas nigerianas, comprometendo a capacidade do poder público de investir em infraestrutura e, como consequência, bloqueando a diversificação da economia.

À medida seguiu-se uma série de manifestações populares e greves, uma vez que o preço da gasolina aos consumidores finais duplicou em poucos dias, em contexto sócio-econômico no qual 70% da população sobrevive com menos de US$ 2 por dia, não obtendo qualquer outro benefício da enorme riqueza nigeriana de petróleo que esteja além da gasolina barata. A repercussão negativa da medida culminou com a realização de greve geral de protesto entre os dias 9 e 14 de janeiro.

No dia 16 de janeiro, o Governo decidiu reduzir o preço do combustível para os consumidores finais, reduzindo a tensão política no país.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o Governo do General Sani Abacha (1993-1998), a Nigéria foi paulatinamente excluída do cenário internacional, sobretudo por problemas relacionados à questão do respeito aos direitos humanos. Nesse mesmo período, houve um estreitamento de suas relações com Líbia, Sudão, Iraque, Coreia do Norte e Irã.

Ao assumir a presidência, em 1999, o Presidente Obasanjo trabalhou para modificar a imagem negativa de seu país, mediante frequentes visitas e encontros com outros líderes de Estado e de Governo. Seu trabalho foi continuado pelos Presidentes Yar'Adua e Jonathan.

Desde então, a Nigéria tem-se afirmado cada vez mais como membro ativo da comunidade internacional. O país tem exercido papel destacado nas crises que surgem nos países vizinhos, como, por exemplo, a crise ivoriana de 2010/2011.

Atuação na África Ocidental

No contexto regional, cabe lembrar que a participação da Nigéria foi fundamental para o surgimento, em 1975, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A CEDEAO procura implementar ambiciosos projetos de integração regional, tais como a criação de uma área de livre comércio que abranja os países membros, a harmonização das políticas econômicas e fiscais e a introdução de moeda comum na sub-região.

No longo prazo, a Nigéria espera que, mediante a instalação de um mercado comum na África Ocidental, suas indústrias venham a se beneficiar do desenvolvimento do comércio intra-regional.

Ademais, a CEDEAO tem ampliado suas iniciativas de natureza político-militar, com participação no envio de tropas para a manutenção da paz em áreas conflagradas, bem como na concertação de posições comuns aos países da sub-região. Nesse contexto, o combate a pirataria no Golfo da Guiné, problema que afeta principalmente Nigéria e Benin, também tem sido discutido no âmbito desse organismo.

A Nigéria participou intensamente das operações de paz na Libéria (1990-1996 e 2003) e Serra Leoa (1993-1999). O êxito inicial obtido em ambos os países contribuiu para reforçar as aspirações nigerianas de liderança regional, bem como as de um assento permanente no Conselho de Segurança. Mais recentemente, a rápida reação de Abuja às crises na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe fortaleceu a postura nigeriana de

liderança sub-regional. Por ocasião da crise ivoriana de fins de 2010 e início de 2011, o Governo nigeriano logo se colocou contra a permanência de Laurent Gbagbo no poder. A postura adotada, portanto, veio ao encontro daquela defendida pelas potências ocidentais, nomeadamente a França.

Reforma do Conselho de Segurança da ONU

Uma das metas da política externa nigeriana é tornar o país membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), objetivo que vem deixando mais explícito recentemente (o país ocupou um dos assentos não-permanentes no biênio 2010-2011). Há a avaliação de que EUA, Reino Unido e França estariam sinalizando que a Nigéria seria o candidato da África com mais probabilidade de obter apoio para participar em um CSNU ampliado, devido ao seu perfil de atuação internacional. Nesse pleito, a África do Sul é rival da Nigéria como principal candidato africano.

Estados Unidos

Maior comprador do petróleo (44%), principal fonte de investimentos e país receptor de peso no contexto da "diáspora" nigeriana, os EUA são hoje o mais importante parceiro econômico da Nigéria. Além dos laços comerciais, os dois países têm cooperado em matéria de segurança e combate ao terrorismo. Interessa a Washington evitar a disseminação do terrorismo na região da África Ocidental. Em janeiro de 2012, missão norte-americana esteve em Abuja para discutir cooperação nessas áreas.

Oriente Médio e Norte da África

A política externa nigeriana para o Oriente Médio e Norte da África está sujeita a influências da política interna do país - proporção alta de muçulmanos (50%), existência de grupos fundamentalistas islâmicos (Boko Haram), etc -- e a fatores de política externa, como a dependência em relação a países ocidentais e rivalidades com outros países africanos.

No contexto da crise líbia, o voto favorável à Resolução 1973 (2011), documento que criou a base legal para o uso de força militar naquele país, foi, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação interna e externa de apoio à democracia, de aproximação com os países ocidentais e

de imposição de derrota ao regime de Muammar Kaddafi, defensor, no passado, da partição da Nigéria em linhas confessionais.

Ainda com referência às relações com o Norte da África, a Nigéria reconhece a República Árabe Saaraui Democrática, que tem Representante Residente em Abuja. O reconhecimento é herança de regime militar passado e atualmente a Chancelaria nigeriana mantém as relações no patamar mais baixo possível. As relações com o Marrocos e a Argélia são muito boas e ambos mantêm Embaixadores residentes em Abuja.

China

A China e a Nigéria estabeleceram relações diplomáticas em 10 de fevereiro de 1971, mas a influência econômica e política da China no país africano só adquiriu peso significativo a partir do Governo de Olusegun Obasanjo (1999-2007). O então Presidente nigeriano, ao procurar uma alternativa para as grandes empresas petrolíferas ocidentais, buscou a atração de investimentos chineses para projetos de infraestrutura, em troca de licenças para a exploração de petróleo em termos favoráveis (estratégia apelidada de *oil for infrastructure*).

O intercâmbio comercial China-Nigéria aumentou consideravelmente no período, sobretudo no final do segundo mandato de Obasanjo: de US$ 3 bilhões em 2006 para US$ 7,2 bilhões em 2008. Houve troca de visitas de alto nível: Obasanjo visitou Beijing, em 1999 (como Presidente eleito) e em 2005 (abril) e 2006 (novembro); os Presidentes Jiang Jemin (abril 2002) e Hu Jintao (abril 2006) visitaram a Nigéria. Foram anunciados grandes projetos chineses em infraestrutura, principalmente na reabilitação do sistema ferroviário da Nigéria e na área de energia. Alguns desses projetos, no entanto, acabaram não se materializando, principalmente por não terem evoluído nas etapas de detalhamento. A China tampouco logrou deslocar os principais compradores de petróleo nigeriano: somente 3% do petróleo importado pela China do continente africano provêm da Nigéria.

No Governo de Umaru Yar'Adua (2007-fevereiro 2010), algumas iniciativas econômicas chinesas sofreram reveses porque o mandatário, buscando livrar-se da influência de seu predecessor, cancelou ou suspendeu os projetos *oil for infrastructure* que favoreciam Obasanjo e aliados.

ECONOMIA

O peso demográfico da Nigéria – com cerca de 160 milhões de habitantes, é o país mais populoso do continente africano – é acompanhado também por seu peso econômico: o PIB nigeriano é o maior da África Ocidental e o terceiro maior da África (atrás do sul-africano e do egípcio). Em 2010, o Produto Interno Bruto atingiu a cifra de US$ 193,6 bilhões.

O setor petrolífero é o principal da economia nacional. A Nigéria tem a décima maior reserva de petróleo do mundo (36 bilhões de barris) e a segunda maior do continente africano, atrás somente da Líbia. A produção diária, em 2010, foi de cerca de 2,5 milhões de barris por dia.

A importância do óleo é comprovada por dados macroeconômicos e comerciais. Em 2010, o petróleo e seus derivados representaram 88% das exportações. Da mesma forma, estima-se que 80% do orçamento e 90% das divisas governamentais advenham desse setor.

O recente crescimento do PIB nigeriano também deve ser compreendido à luz de uma conjuntura favorável ao petróleo. Na última década, no contexto de aumento do preço desse minério, o PIB vem crescendo a taxas médias de 7% ao ano. Em 2011, o crescimento atingiu 7,4%. A inflação, por seu turno, manteve-se relativamente controlada (10,8%).

O petróleo tem permitido ao país obter constantes superávits em sua balança de comércio. Em 2010, por exemplo, as receitas de exportação atingiram a soma de 77 bilhões de dólares, ao passo que as importações ficaram na casa dos US$ 47 bilhões. Mesmo em 2009, ano marcado pela crise econômica mundial, a Nigéria obteve um saldo de US$ 9 bilhões.

Aproximadamente metade das exportações de petróleo nigeriano tem como destino os EUA, onde o produto é utilizado principalmente na produção de gasolina. A Índia é o segundo maior comprador, e o Brasil é o terceiro. Em relação às importações, o principal fornecedor nigeriano é a China (15% do total importado). O Brasil ocupa a 11ª posição nessa lista.

Apesar da riqueza potencial, a exploração petrolífera é apontada como a principal responsável pela poluição do Delta do Níger, pela concentração de riquezas, pelos baixos indicadores sociais, pela ausência de diversificação econômica e mesmo pelos diversos conflitos étnicos e religiosos que ameaçam a governabilidade. Observadores variados apontam a Nigéria como caso clássico de país que sofreria da "maldição dos recursos naturais". Para esses analistas, como o estado nigeriano não depende de atividades econômicas desenvolvidas pela população como um todo para se financiar, muito pouco é feito em prol da diversificação de sua economia e do desenvolvimento sócio-econômico do país.

De fato, a riqueza proveniente da exploração do petróleo não tem sido revertida em benefícios sociais. O PIB per capita nigeriano é de apenas US$ 1222. Nesse quesito, a Nigéria não está nem entre os dez principais países da África.

Paradoxalmente, para um país rico em petróleo, o setor energético vive situação de crise: a Nigéria precisa importar 85% do combustível que consome, e o Governo não conseguiu cumprir a promessa de fornecer, no ano de 2009, 6 mil MW de energia elétrica (3,7 mil MW foram gerados). Apenas uma das quatro refinarias existentes (todas estatais) está funcionando, após anos de ineficiência gerencial, corrupção, burocracia e falta de investimentos.

Gás natural e mineração

O gás natural é outra riqueza nigeriana: o país tem a oitava maior reserva do mundo e a maior do continente africano. No entanto, a produção não é expressiva, devido à insuficiente infraestrutura no setor. O gás natural associado ao petróleo é, em sua maior parte, queimado. Nesse cenário, investimentos adicionais em gasodutos regionais e plantas de LNG (gás natural liquefeito) se fariam necessários para acelerar as exportações e a geração doméstica de eletricidade.

Outro setor que aparece como promissor é o de mineração. De acordo com o Ministro do Comércio e Investimento, Olusegun Aganga, o país deverá iniciar a produção de minério de ferro em 2012, com a expectativa de atingir 20 milhões de toneladas em cinco anos.

Agricultura

A atual condição da produção agrícola nigeriana – pouco dinâmica – também está, em parte, ligada ao setor petrolífero. A agricultura já foi setor importante da economia nacional, mas, após as descobertas do petróleo, a Nigéria a relegou a uma posição de segundo plano, de modo que, hoje, o país tem uma agricultura atrasada e se vê obrigado a importar grande parte dos alimentos de que necessita. Apesar disso, o setor emprega cerca de 70% da população nacional (o setor petrolífero caracteriza-se por pequena demanda por mão-de-obra, o equivalente a apenas 1% da força de trabalho nacional).

Investimentos

Nos últimos anos, a China, embora sem figurar como grande importador de petróleo nigeriano, tem aumentado seus investimentos no país, em particular nos setores de petróleo, gás, energia elétrica, infraestrutura, engenharia civil, mineração, comunicações e agricultura. Em maio de 2010, China e Nigéria assinaram Memorando de Entendimento para a construção de três refinarias e um complexo petroquímico, com capacidade de refino de 750 mil barris/dia, no valor de 28,5 bilhões de dólares.

De acordo com a UNCTAD, a Nigéria está entre os 20 maiores destinos (terceiro na África, atrás de Angola e Egito), no mundo, para Investimentos Estrangeiros Diretos. Os principais setores de investimento externo são petróleo e gás, telecomunicações e infraestrutura.

Obstáculos ao desenvolvimento econômico

Embora exportadora de petróleo, a Nigéria precisa importar boa parte do combustível que consome. Ademais, o país não dispõe de uma reserva estratégica de combustíveis, a fim de evitar colapso em caso de interrupção de suprimento.

Geograficamente, grande parte da produção de petróleo nigeriana está concentrada no Delta do rio Niger, região que tem sido alvo de conflitos insurgentes, com roubo de petróleo ("bunkering") e destruição de infraestrutura, o que acarreta fuga de investimentos estrangeiros.

Ademais, os recursos advindos do petróleo têm destinação duvidosa. O ECA (*Excess Crude Account*) – antecessor do Fundo Soberano, criado em maio deste ano, mas ainda não capitalizado – possuía USD 20 bilhões em 2007 e, apenas USD 1 bilhão no final de 2010. Por fim, o crescimento da violência, associada a fatores religiosos, étnicos e econômicos, tornam ainda mais difícil o ambiente para investimentos, principalmente de empresas de menor porte.

ANEXOS

Cronologia histórica

Séc. XV - Portugueses chegam à costa do país
Séc. XVII - Europeus estabelecem portos costeiros para o aumento do tráfico de escravos
Séc. XIX - Usman dan Fodio estabelece império islâmico centrado em Sokoto
1901 - Reino Unido estabelece protetorado no território
1914 - Nigéria torna-se colônia britânica
1960 - Independência nigeriana
1966 - Militares assumem o poder
1967 - Rebeldes proclamam independência da República de Biafra, no leste do país, mas movimento sai derrotado
1975 - Após golpe pacífico, Murtala Ramat Mohammed sobe ao poder, mas é morto em seguida. Em seu lugar assume Olusegun Obasanjo
1977 - Nova Constituição é promulgada
1979 - Shehu Shagari vence eleições presidenciais
1983 - Nigéria retorna ao Governo militar
1993 - Sani Abacha sobe ao poder após cancelamento de eleições
1999- Obasanjo é eleito presidente
2003 - Reeleição de Obasanjo
2007 - Umaru Musa Yar'Adua é eleito presidente, na primeira transferência de poder entre presidentes eleitos da história do país
2010 (janeiro) - Umaru Musa Yar'Adua falece e VPR Goodluck Jonathan assume a Presidência
2011 (abril) Goodluck Jonathan é eleito
2011 (agosto) – Atentado do grupo terrorista Boko Haram atinge prédio da ONU em Abuja
2012 (janeiro) – Governo anuncia fim dos subsídios aos combustíveis. Protestos e greves se espalham pelo país.

Cronologia das relações bilaterais

1960 - Brasil reconhece a independência da Nigéria e envia delegação aos festejos comemorativos.
1961 - Estabelecimento de relações diplomáticas. Criação da Embaixada residente do Brasil em Lagos.
1966 - Nigéria estabelece Embaixada residente em Brasília.
1967 - Guerra de Biafra. Brasil não reconheceu o movimento secessionista.
1972 - Chanceler Gibson Barboza visita a Nigéria. Acordos de Cooperação Cultural e Comercial.
1974 - Okoi Arikpo, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
1977 - Joseph Garba, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
1979 - Vice-Presidente Shehu Yar'Adua visita o Brasil. Assina múltiplos acordos. Justin Tseayo, Ministro da Energia nigeriano visita o Brasil.
1981 - Chanceler Saraiva Guerreiro visita a Nigéria. Primeira reunião da Comissão Mista bilateral.
1983 - Presidente João Batista Figueiredo visita a Nigéria.
1986 - Chanceler Abreu Sodré visita a Nigéria.
1988 - Ike Nwachukwu, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
1989 - Terceira reunião da Comissão Mista.
1998 - Início do processo de redemocratização da Nigéria. Relações voltam a tomar impulso.
1999 - Olusegun Obasanjo visita o Brasil como Presidente-eleito.
2000 - Atiku Abubakar, Vice-Presidente da Nigéria, visita o Brasil. 4ª Reunião da C. Mista.
2005 - Embaixada do Brasil é transferida para Abuja, a nova capital nigeriana.
2005 - Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Nigéria.
2005 - Chanceler Celso Amorim visita a Nigéria.
2005 - Olusegun Obasanjo, Presidente da Nigéria, visita o Brasil.
2005 - Ministro Luiz Fernando Furlan (MDIC) visita a Nigéria.
2005 – V reunião da Comissão Mista.
2006 - Danjuma Idris Waziri, Ministro do Comércio nigeriano, visita o Brasil. Oluyemi Adeniji, Chanceler nigeriano, visita o Brasil.
2006 - Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa da Cúpula AFRAS (África-América do Sul), em Abuja. Encontro dos Presidentes Lula e Yar'Adua, em Berlim.

2008 - Abril. Ministro de Estado do Comércio da Nigéria, Garba Bichi, visita o Brasil.
2008 - Junho. Sexta reunião da Comissão Mista.
2009 - Julho. Presidente Umaru Musa Yar'Adua visita o Brasil.
2010 - Junho. Reunião de Consultas Políticas.
2012 - Março. Ministro de Comércio e Investimentos da Nigéria, Olusegun Aganga, visita o Brasil.

Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Nº (D.O.U)	Data
Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão	10/01/1979	10/1/1979	-	26/01/1979
Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além	10/01/1979	18/10/1991	219	12/11/1991
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	10/01/1979	02/08/1983	210	01/11/1983
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Coordenação	10/01/1979	10/01/1979	89	04/04/1979
Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio	10/01/1979	10/01/1979	88	04/04/1979
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	08/11/2000	Em ratificação (Decreto Legislativo 781/2005; falta aprovação interna nigeriana)		
Acordo sobre Serviços Aéreos	06/09/2005	Em ratificação (Decreto Legislativo 254/2008; falta aprovação interna nigeriana)		
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	06/09/2005	10/11/2008	217	07/11/2008
Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro	06/09/2005	Em ratificação (Decreto Legislativo 279/2008; falta aprovação interna nigeriana)		
Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	06/09/2005	29/07/2009	197	13/10/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação no Domínio da Defesa	22/07/2010	Tramitação Casa Civil	-	

Dados Econômico-Comerciais

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)	
PIB Nominal	US$ 244 bilhões
Crescimento real do PIB	7,4%
PIB Nominal "per capita"	US$ 1.574
PIB PPP	US$ 323 bilhões
PIB PPP "per capita"	US$ 3.230
Inflação	10,8%
Reservas internacionais	US$ 35 bilhões
Dívida externa	US$ 11 bilhões
Câmbio (N / US$)	153,9

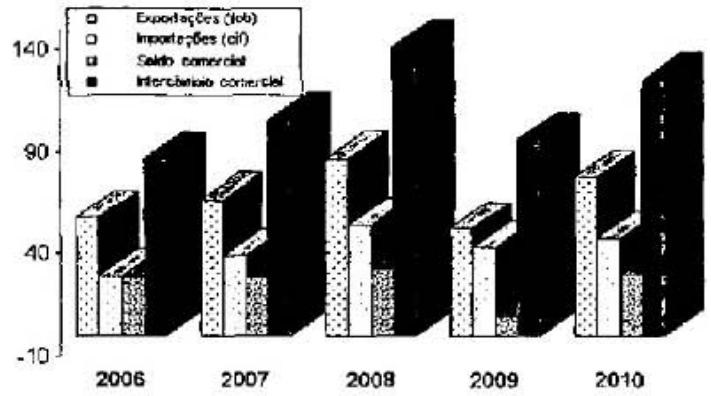
Com PIB Nominal de US$ 244 bilhões e crescimento em torno de 7,4%, a Nigéria destacou-se como a 39ª economia do mundo e um das principais economias exportadores de combustíveis.

Elaborado pelo MRE/DEPECIS - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do EIU, The Economist Intelligence Unit, Country Report March 2012 e Central Intelligence Agency, World Factbook (www.cia.gov)

NIGÉRIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-nov)
Exportações (fob)	58	67	87	53	78	99
Importações (cif)	29	39	54	43	48	53
Saldo comercial	29	28	33	9	30	46
Intercâmbio comercial	87	106	141	96	125	152

Elaborado pelo MRE/DEPECIS - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do EIU, Direction of Trade Statistics, March 2012

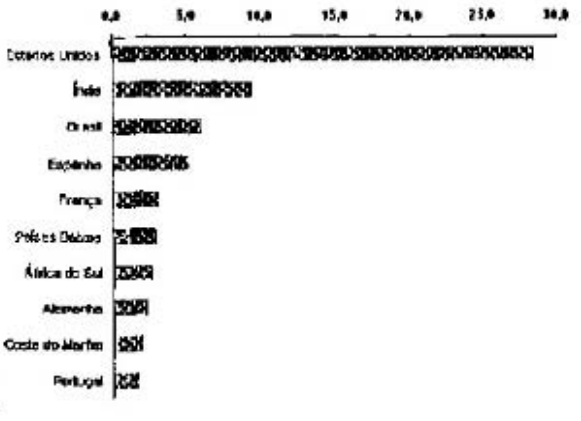


O comércio exterior da Nigéria apresentou, em 2010, variação de 44% em relação a 2006, passando de US$ 87 bilhões para US$ 125 bilhões. No ranking do FMI, a Nigéria figurou como o 45º mercado mundial, sendo o 54º principal exportador e o 37º importador.

NIGÉRIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-nov)	% no total
Estados Unidos	28,5	36,6%	28,5	29,9%
Índia	9,4	12,0%	11,6	11,7%
Brasil	6,9	7,6%	7,7	7,8%
Espanha	5,1	6,6%	7,0	7,1%
França	3,1	3,9%	4,5	4,6%
Países Baixos	2,9	3,7%	4,2	4,2%
África do Sul	2,5	3,2%	2,8	2,8%
Alemanha	2,3	2,9%	4,0	4,0%
Costa do Marfim	2,0	2,6%	2,6	2,6%
Portugal	1,6	2,1%	1,9	1,9%
Subtotal	63,4	81,4%	75,9	76,6%
Outros países	14,5	18,6%	23,2	23,4%
Total	77,8	100,0%	99,0	100,0%



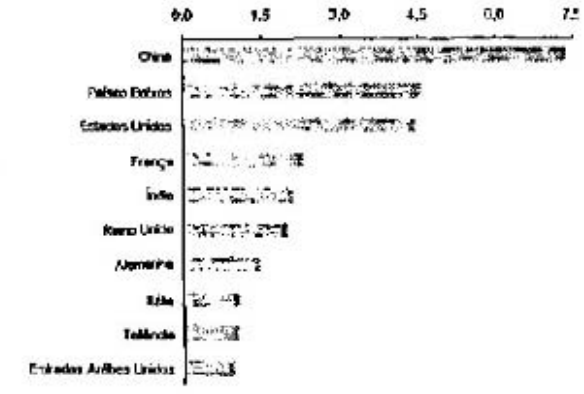
Elaborado pela MP/DEP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012.

Estados Unidos, Índia e Brasil representam 58% da pauta em 2010. O Brasil obteve o 3º lugar entre os principais destinos, participando com 7,8% do total.

NIGÉRIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-nov)	% no total
China	7,4	15,5%	9,1	17,2%
Países Baixos	4,5	9,6%	2,6	4,9%
Estados Unidos	4,4	9,3%	4,8	9,0%
França	2,3	4,8%	2,0	3,8%
Índia	2,1	4,5%	2,4	4,4%
Reino Unido	2,0	4,2%	2,1	4,0%
Alemanha	1,5	3,1%	1,6	3,0%
Itália	1,1	2,3%	1,1	2,1%
Tailândia	1,0	2,2%	1,3	2,4%
Emirados Arábes Unidos	1,0	2,0%	1,1	2,2%
Brasil	0,9	2,0%	1,2	2,2%
Subtotal	28,2	59,4%	29,2	55,2%
Outros países	19,3	40,6%	23,7	44,8%
Total	47,6	100,0%	52,9	100,0%



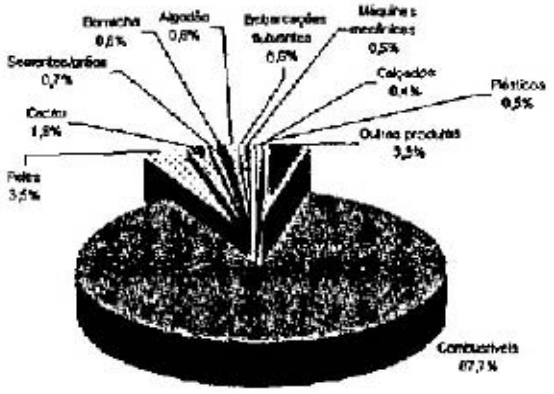
Elaborado pela MP/DEP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, March 2012.

A China é o principal fornecedor de bens para a Nigéria. Em 2010 respondeu com 16% do total, seguido de Países Baixos (10%), Estados Unidos (9%), França (5%), Índia (5%), Reino Unido (4%), Alemanha (3%). O Brasil posicionou-se no 11º lugar, com 2% de demanda importadora do país.

NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	87,7%
Peles	3,5%
Cacau	1,5%
Sementes/grãos	0,7%
Borracha	0,6%
Algodão	0,6%
Embarcações flutuantes	0,6%
Máquinas mecânicas	0,5%
Plásticos	0,5%
Calçados	0,4%
Subtotal	**96,7%**
Outros produtos	**3,3%**
Total	**100,0%**



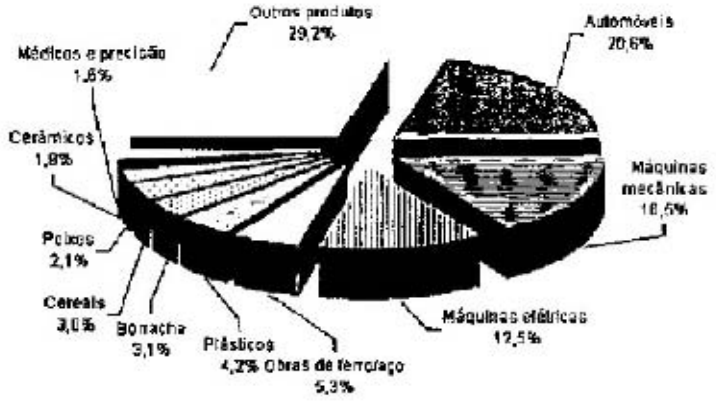
Elaborado pela APEX-BRASIL – Gerência de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/DTS/Trademap

A pauta de exportação nigeriana é altamente concentrada. Combustíveis representaram, em 2010, 88% do total. Na sequência estão: peles (4%), cacau (2%), e sementes/grãos (2%). Estes itens somados representaram em torno de 96% da pauta em 2010.

NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Automóveis	20,6%
Máquinas mecânicas	16,5%
Máquinas elétricas	12,5%
Obras de ferro/aço	5,3%
Plásticos	4,2%
Borracha	3,1%
Cereais	3,0%
Peixes	2,1%
Cerâmicos	1,9%
Médicos e precisão	1,6%
Subtotal	**70,8%**
Outros produtos	**29,2%**
Total	**100,0%**



Elaborado pela APEX-BRASIL – Gerência de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/DTS/Trademap

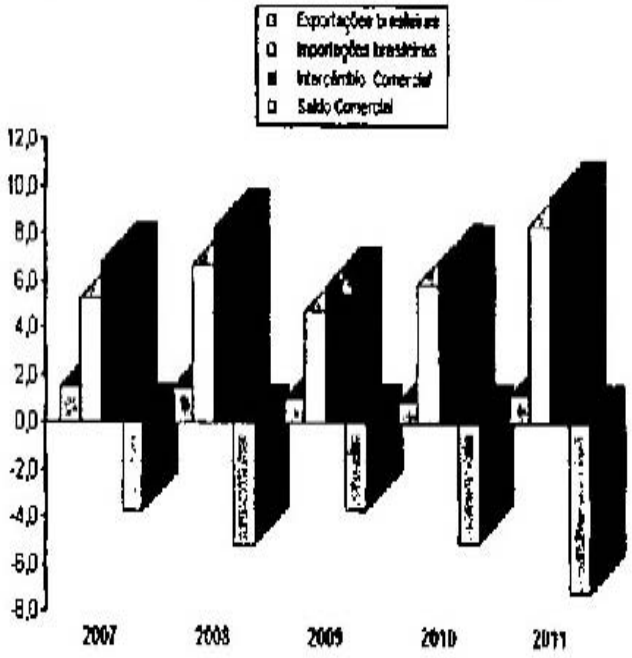
Os principais produtos importados pela Nigéria foram: automóveis (21%); máquinas mecânicas (17%); máquinas elétricas (13%); e obras de ferro/aço (5%). Esses itens em conjunto somaram em torno de 71% da pauta em 2010.

BRASIL - NIGÉRIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-fev)	2012 (jan-fev)
Exportações brasileiras	1,5	1,5	1,1	0,9	1,2	0,14	0,18
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	1,6%	-30,6%	-19,0%	38,1%	-12,3%	26,8%
Importações brasileiras	5,3	6,7	4,8	5,9	8,4	0,98	1,03
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	26,9%	-29,0%	24,3%	41,7%	13,8%	5,0%
Intercâmbio Comercial	6,8	8,2	5,8	6,8	9,6	1,12	1,21
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	21,3%	-29,3%	16,4%	41,2%	9,7%	7,7%
Saldo Comercial	-3,8	-5,2	-3,7	-5,1	-7,2	-0,84	-0,85

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

A Nigéria foi o 11º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 41%, passando de US$ 7 bilhões, para US$ 10 bilhões, apesar do declínio de 21% das exportações do ano de 2011 em relação ao ano de 2007. A participação da Nigéria no comércio exterior brasileiro foi de 2% em 2011.

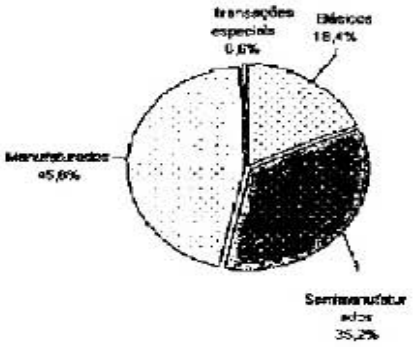


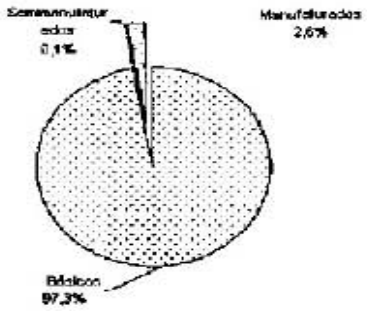
BRASIL-NIGÉRIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	219	18,4%	8.151	97,3%
Semimanufaturados	420	35,2%	5	0,1%
Manufaturados	546	45,8%	221	2,6%
Transações especiais	7	0,5%	0	0,0%
Total	**1.192**	**100,0%**	**8.386**	**100,0%**

Elaborado pela MRE/DPR/DNC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

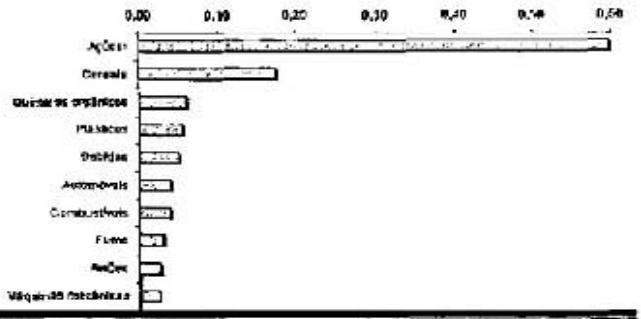
As exportações brasileiras para a Nigéria são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 45% das vendas em 2011. Em seguida estão os bens semimanufaturados, com 35% e os básicos com 18%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representaram 97% do total em 2011, com destaque para "óleos brutos de petróleo".





BRASIL-NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Açúcar	0,41	0,44	0,60	50,1%
Cereais	0,04	0,03	0,17	14,6%
Químicos orgânicos	0,05	0,04	0,06	4,9%
Plásticos	0,03	0,03	0,05	4,5%
Bebidas	0,05	0,04	0,05	4,1%
Automóveis	0,05	0,04	0,04	3,3%
Combustíveis	0,23	0,04	0,04	3,2%
Fumo	0,01	0,03	0,03	2,5%
Aviões	0,03	0,03	0,03	2,2%
Máquinas mecânicas	0,02	0,02	0,02	2,0%
Subtotal	0,93	0,74	1,09	91,4%
Outros produtos	0,13	0,13	0,10	8,6%
Total	1,07	0,86	1,19	100,0%



Elaboração pela MRE/DPR/DNC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb2.

A pauta de exportação brasileira para a Nigéria é concentrada. Açúcar e cereais são os principais itens brasileiros exportados para a Nigéria e juntos somaram 65% da pauta, em 2011. Em seguida destacaram-se: químicos orgânicos (5%); plásticos (4,5%); bebidas (4%).

BRASIL-NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011 Valor	2011 % no total
Combustíveis	4,76	5,91	8,37	99,8%
Frutas	0,00	0,00	0,01	0,1%
Subtotal	**4,76**	**5,91**	**8,38**	**99,9%**
Outros produtos	**0,00**	**0,01**	**0,01**	**0,1%**
Total	**4,76**	**5,92**	**8,39**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias de Nigéria, 2011

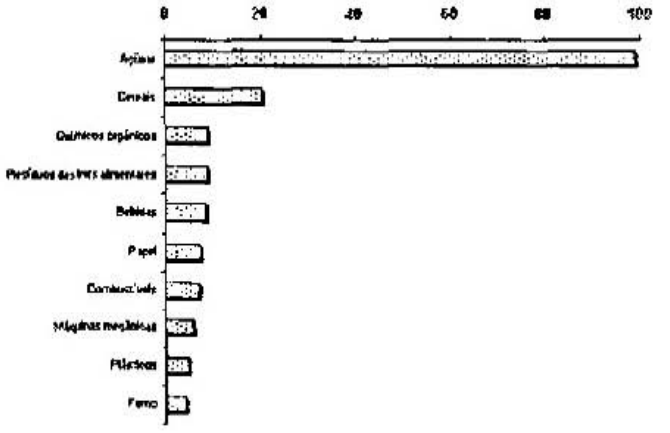
Elaborado pelo MRE/DEPROM/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

As importações brasileiras originárias de Nigéria apresentaram alto grau de concentração. Os combustíveis são quase a totalidade das compras. Em 2011 esse grupo representou 99,8% das compras brasileiras.

BRASIL-NIGÉRIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-fev)	2012(jan-fev) Valor	2012(jan-fev) % no total
Exportações			
Açúcar	67	99	55,0%
Cereais	11	20	11,3%
Químicos orgânicos	8	9	4,8%
Resíduos das inds alimentare	0	9	4,8%
Bebidas	16	8	4,7%
Papel	4	7	4,1%
Combustíveis	0	7	3,9%
Máquinas mecânicas	5	6	3,1%
Plásticos	3	5	2,6%
Fumo	8	4	2,2%
Subtotal	**122**	**174**	**96,5%**
Outros produtos	**20**	**6**	**3,5%**
Total	**142**	**180**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Nigéria em 2012 (jan-fev)



Importações			
Combustíveis	982	1.029	99,8%
Cacau	0	2	0,2%
Subtotal	**982**	**1.031**	**100,0%**
Outros produtos	**0**	**0**	**0,0%**
Total	**982**	**1.031**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Nigéria em 2012 (jan-fev)

Elaborado pelo MRE/DEPROM/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

Aviso nº 543 - C. Civil.

Em 28 de junho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 50, DE 2012
(nº 301/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Os méritos da Senhora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de junho de 2012.

EM nº 00192/2012 MRE

Brasília, 25 de Maio de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre a União Europeia e *curriculum vitae* de VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00192 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 25 de maio de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre a União Europeia e *curriculum vitae* de **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO*
CPF: 056.484.327-04
ID.: 2511 MRE

1946	Filha de Clovis Barrouin Mello e Maria Lessa Barrouin Mello, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1967	CPCD - IRBr
1996	CAE - IRBr, República Popular da China: Reformas Econômicas e Relacionamento com o Brasil
Cargos:	
1968	Terceira-Secretária
1972	Segunda-Secretária
1978	Primeira-Secretária
1983	Conselheira
1990	Ministra de Segunda Classe
1998	Ministra de Primeira Classe
2011	Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial
Funções:	
1968-70	Divisão de Conferências, Organismos e Assuntos Gerais, Assistente e Subchefe
1970-71	Assessoria de Relações Internacionais da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Chefe
1971-74	Comissão Nacional de Energia Nuclear, Gabinete, Chefe, interina
1974-76	Embaixada no México, Segunda-Secretária
1976-80	Embaixada em Madri, Segunda e Primeira-Secretária
1980-83	Divisão de Política Comercial, assistente
1981	Reunião do Sub-Comitê Intergovernamental sobre Comércio entre Países em Desenvolvimento, Lubliana, Chefe de Delegação
1981	Reunião do Sub-Comitê Intergovernamental de Acompanhamento e Coordenação do Plano de Ação de Caracas sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento sobre Reservas Alimentares, Manila, Chefe de Delegação
1983-86	Divisão de Ásia e Oceania I, Chefe
1986	Divisão de Energia e Recursos Minerais, Chefe
1986	Reunião do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, Jacarta, Chefe de Delegação
1986-91	Embaixada em Washington, Conselheira e Ministra-Conselheira
1987	Sub-Grupo de Trabalho Brasil-Argentina sobre Salvaguardas Nucleares, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação
1990	Reunião do Comitê Executivo sobre o Protocolo de Montreal sobre Proteção da Camada de Ozônio, Montreal, Chefe de Delegação
1991-95	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
1995-96	Secretaria de Imprensa, Chefe
1996-99	Departamento de Ásia e Oceania, Chefe
1997	I Reunião de Consulta Política Brasil-Coréia, Chefe de Delegação
1999-04	Embaixada em Nova Délhi, Embaixadora
2000-04	Embaixada no Nepal, Ilhas Maldivas, e Sri Lanka, Embaixadora, cumulativa
2001	Reunião do Comitê Executivo do Protocolo de Montreal, em Colombo, Chefe de Delegação
2002	Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Clima, Nova Délhi, Chefe de Delegação
2004-09	Embaixada no Vaticano, Embaixadora
2004-09	Embaixada junto à Ordem de Malta, Embaixadora, cumulativa

2009-	Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretária-Geral

Condecorações:

1979	Ordem "Isabel la Católica", Espanha, "Lazo de Dama"
1980	Medalha da Ordem de "Mayo al Mérito", Argentina, Comendador
1984	Medalha da Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
1995	Medalha da Ordem de Bernardo O´Higgins, Chile, Grã-Cruz
1995	Medalha da Ordem do Mérito, Alemanha, Grã-Cruz
1996	Medalha da Ordem do Mérito, Itália, Grã-Cruz
1996	Medalha da Ordem da Coroa Preciosa, Japão, Borboleta
2002	Medalha do Pacificador, Brasil, Grã-Cruz
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2007	Ordem de Pio IX, Vaticano, Grã-Cruz

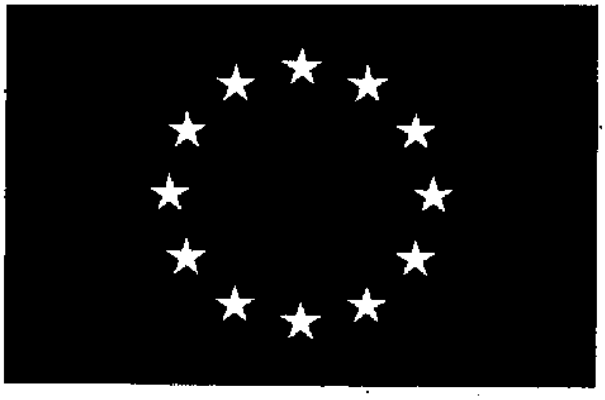
Publicações:

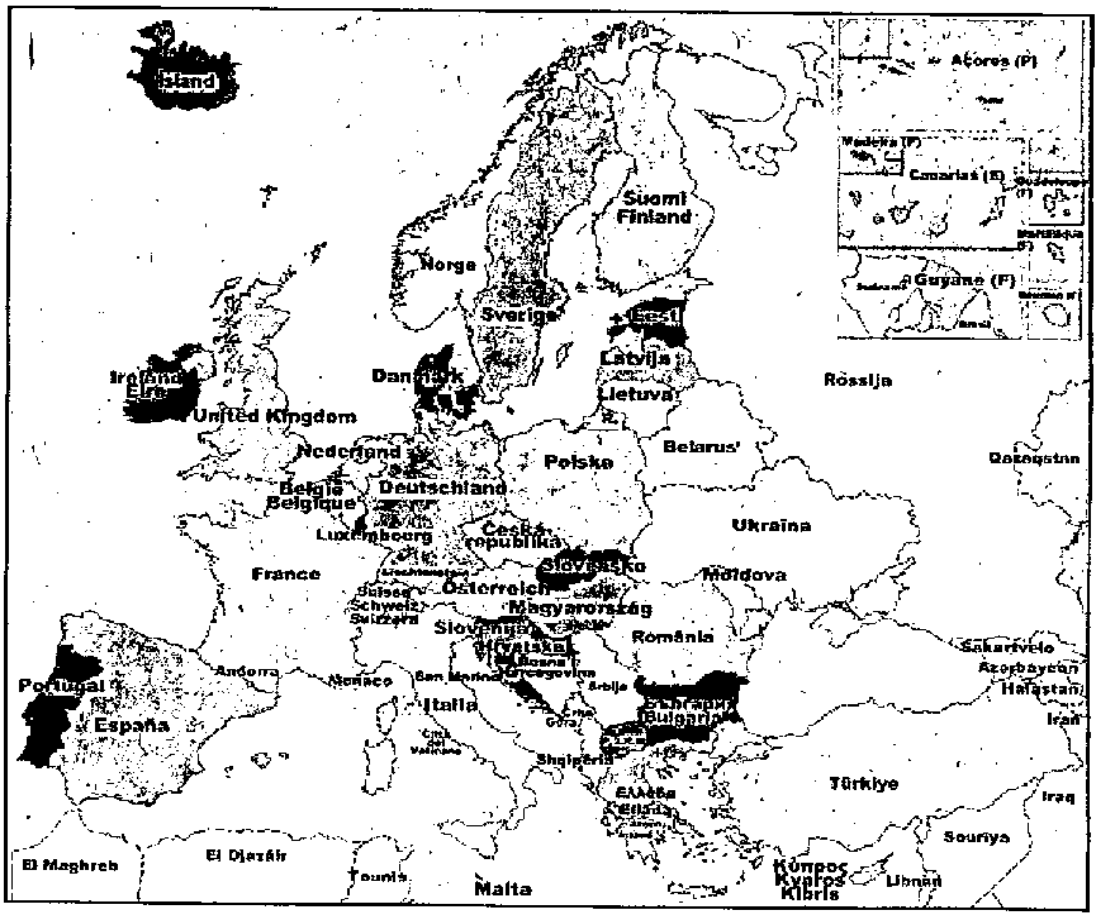
1982	O Brasil e o Diálogo Norte-Sul, Ed. na ESAF, Brasília
1998	China: Situação e Perspectiva, Fórum Nacional de 1998, in O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século, coord. João Paulo dos Reis Velloso, José Olympio Editora, Rio de Janeiro

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIÃO EUROPEIA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Maio de 2012

ÍNDICE

1. DADOS BÁSICOS .....

2. PERFIS BIOGRÁFICOS .....

3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA.....

3.1. POLÍTICA INTERNA .....

3.1.1. A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA .....

3.1.2. A UNIÃO EUROPEIA .....

3.1.3. O TRATADO DE LISBOA .....

3.1.4. AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS .....

3.1.5. AS COMPETÊNCIAS COMUNITÁRIAS E A SOBERANIA NACIONAL.....

3.2. POLÍTICA EXTERNA .....

3.3. ECONOMIA .....

4. A MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA .....

5. RELAÇÕES BRASIL-UE.....

6. AMÉRICA LATINA-CARIBE E UNIÃO EUROPEIA .....

7. MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA .....

8. ATOS BILATERAIS FIRMADOS COM A UNIÃO EUROPEIA .....

1. DADOS BÁSICOS

PAÍSES-MEMBROS	Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Tcheca; Romênia; Suécia
PRINCIPAIS ÓRGÃOS	Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo); Conselho de Ministros; Parlamento Europeu; Comissão Europeia; Tribunal de Justiça da União Europeia
ÁREA	4.324.782 km²
POPULAÇÃO (est. 2011)	502.503.966 habitantes
PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU	Herman Van Rompuy (Bélgica)
PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA (CE)	José Manuel Durão Barroso (Portugal)
ALTA REPRESENTANTE P/ RELAÇÕES EXTERIORES E POLÍTICA DE SEGURANÇA	Baronesa Catherine Ashton de Uppholland (Reino Unido)
PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UE	Dinamarca (PM Helle Thorning-Schmidt)
EMBAIXADOR JUNTO À UE EM BRUXELAS	Ricardo Neiva Tavares
EMBAIXADORA DA UE EM BRASÍLIA	Ana Paula Zacarias
PIB (est. 2011)	US$ 17,69 trilhões (Brasil: US$ 2,518 trilhões)
PIB *per capita* (2010)	US$ 32,66 mil (Brasil: US$ 10.710,00)
PIB PPP (est. 2011)	US$ 15,39 trilhões (Brasil: US$ 2,28 trilhões)
PIB *per capita* PPP (est. 2011)	US$ 34 mil (Brasil: US$ 11.600,00)

COMÉRCIO BRASIL-UE (US$ bilhões FOB)
Fonte: MDIC

BRASIL-UE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (até março)
Intercâmbio	**29,1**	**31,9**	**40,7**	**45,3**	**51,3**	**67,28**	**82,6**	**63,3**	**82,25**	**99,3**	**23,1**
Exportações	15,6	18,8	24,7	27,0	31,1	40,4	46,4	34,0	43,13	52,9	11,4
Importações	13,5	13,1	16,0	18,2	20,2	26,7	36,2	29,2	39,12	46,4	11,6
Saldo	2,1	5,8	8,7	8,8	10,8	13,7	10,2	4,8	4,01	6,5	- 0,18

2 PERFIS BIOGRÁFICOS

HERMAN VAN ROMPUY
Presidente do Conselho Europeu

Nascido em 31 de outubro de 1947, na comuna flamenga de Etterbeek, na região de Bruxelas. É graduado em Filosofia Tomista (1968) e licenciado em Ciências Econômicas (1971), com louvor, na Universidade Católica de Louvain. Iniciou sua carreira política em 1973, no CVP (Partido Flamengo Cristão), hoje CD&V (Cristãos Democratas Flamengos), atualmente no poder. Foi Ministro do Orçamento de 1993 a 1999, período em que conseguiu reduzir significativamente o déficit interno belga. Van Rompuy assumiu o cargo de Primeiro-Ministro da Bélgica em dezembro de 2008 e permaneceu na função por menos de um ano. Foi eleito, por unanimidade, em novembro de 2010, para a Presidência do Conselho Europeu, até maio de 2012, e teve seu mandato estendido, em março passado, até novembro de 2014.

JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO
Presidente da Comissão Europeia

Nascido em Lisboa, em 23 de março de 1956. Político e professor, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa; obteve o Diploma de Estudos Europeus e Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Genebra. Foi Subsecretário do Ministério dos Assuntos Internos, em 1985, e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1992. Foi nomeado Primeiro-Ministro de Portugal, cargo que exerceu até julho de 2004, quando assumiu as funções de Presidente da Comissão Europeia.

CATHERINE ASHTON
Alta Representante para Política Exterior e de Segurança da União Europeia e Vice-Presidente da Comissão Europeia

Nascida em 20 de março de 1956. Graduou-se em Ciências Econômicas e em Sociologia na Universidade de Londres, em 1977. Exerceu diversos cargos na administração pública britânica nas áreas de educação e saúde. Em junho de 2001, foi nomeada Subsecretária de Estado no Ministério da Educação e, em maio de 2007, no Ministério da Justiça. Em 28 de junho de 2007, foi designada por Gordon Brown para o cargo de Líder da Câmara dos

Lordes, tendo sido responsável pela aprovação do Tratado de Lisboa naquela casa parlamentar. Em 2008, foi nomeada Comissária de Comércio da União Europeia. Em 19 de novembro de 2009, por decisão consensual dos Chefes de Estado europeus, foi nomeada Alta Representante para Política Exterior e de Segurança da União Europeia. Acumula o cargo de Vice-Presidente da Comissão Europeia. Tem título nobiliárquico de Baronesa Catherine Ashton of Upholland.

MARTIN SCHULZ, Presidente do Parlamento Europeu

Nascido em 20 de dezembro de 1955 em Hehlrath, cidade alemã próxima das fronteiras com os Países Baixos e a Bélgica. Iniciou a sua carreira política aos 19 anos, no Partido Social-Democrata alemão. Com 31 anos tornou-se o mais jovem presidente de câmara de Würselen (Renânia do Norte-Vestefália), cargo que exerceu durante 11 anos. Deputado no Parlamento Europeu desde 1994, Martins Schulz foi líder da delegação de socialistas alemães desde 2000, havendo ocupado simultaneamente o cargo de Vice-Presidente dos eurodeputados socialistas ao Parlamento Europeu. Em 2004, foi eleito líder do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, função que desempenhou até a eleição para a Presidência do Parlmento Europeu em janeiro de 2012. Exercerá o cargo de Presidente do Parlamento Europeu até as eleições europeias de junho de 2014.

3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA

3.1. POLÍTICA INTERNA

3.1.1. A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA

O projeto de integração europeia nasceu do desejo de evitar a repetição das dificuldades econômicas e nacionalismos exacerbados que levaram às duas Grandes Guerras do Século XX. Além disso, a integração apresentou-se como forma de preservar o prestígio e autonomia decisória da Europa no contexto de crescente rivalidade entre as superpotências a partir da década de 1950.

Entre as primeiras iniciativas de relevo no sentido de maior unidade entre os países europeus está o Conselho da Europa, criado pelo Tratado de Londres, de 1949. O novo organismo, em seus primeiros anos, e em boa parte por pressão do Reino Unido, não foi capaz de ir além de declarações vagas sobre objetivos políticos comuns, muito aquém do tipo de instituição federal almejada pelos entusiastas da integração europeia.

Nesse contexto, alguns líderes europeus, entre os quais se destacam Jean Monnet, empresário com experiência na área de planejamento econômico, e Robert Schuman, Ministro das Relações Exteriores da França, decidiram relançar o processo de integração. A ideia era avançar em bases pragmáticas e paulatinamente, de modo a obter ganhos concretos sem despertar resistências de forças políticas adversas à integração.

Partindo da constatação de que o cerne da tensão política na Europa Ocidental consistira na rivalidade franco-alemã, e ciente de que a participação da Alemanha era imprescindível para a reconstrução europeia, Monnet propôs a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O plano era submeter o controle desses produtos, a base do desenvolvimento industrial europeu e em particular da indústria bélica, ao controle de entidade supranacional, capaz de fixar preços, reduzir tarifas e abolir subsídios.

O plano foi acolhido por Schuman, que o apresentou em conferência de imprensa realizada em 9 de maio de 1950, na qual enunciou abertamente o objetivo de construir uma federação europeia. O Tratado de Paris, que criou a CECA, foi assinado em 1951 e entrou em vigor no ano seguinte. Os participantes incluíam tanto a Alemanha e Itália, perdedoras na Segunda Guerra Mundial, quanto os países do "Benelux" (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), objeto da agressão militar alemã, além da França, que lograra identificar-se com o lado vencedor.

O impulso gerado pela Declaração Schuman levou a outras duas iniciativas mais ambiciosas, que se revelaram prematuras: a Comunidade de Defesa Europeia (cujo tratado fundador foi assinado pelos seis integrantes da CECA, mas não foi ratificado, em razão do temor francês a respeito do rearmamento alemão) e a Comunidade Política Europeia (cujo plano foi abandonado após o fracasso da Comunidade de Defesa).

O malogro dessas iniciativas na área política e de defesa levou à necessidade de retomar o processo de integração europeu no campo econômico e comercial. Em 1955, o Benelux apresentou proposta de "estabelecimento de uma Europa unida pelo desenvolvimento de instituições comuns, a fusão progressiva das economias nacionais, a criação de um mercado comum e a harmonização paulatina de políticas sociais".

As negociações que se seguiram levaram à assinatura, em março de 1957, dos Tratados de Roma, que criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica, (EURÁTOM). Ratificados pelos seis Estados-membros – Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos –, entraram em vigor em janeiro de 1958.

O Tratado sobre o Estabelecimento da Comunidade Econômica Europeia previu a criação de um mercado comum no prazo de doze anos, por

meio da eliminação gradual de todas as restrições sobre o comércio interno, o estabelecimento de tarifa externa comum, a redução de barreiras para o livre movimento de pessoas, capital, bens e serviços entre os Estados-membros, o desenvolvimento de políticas agrícola e de transportes comuns e a criação do Fundo Social Europeu e do Banco Europeu de Investimentos. A EURATOM, por sua vez, nasceu com o objetivo de criar um mercado comum para energia atômica, mas estava destinada a ser parceiro menor entre as instituições europeias, com ênfase em atividades de pesquisa.

Cada uma das três comunidades contava com uma Comissão, com funções executivas, um Conselho de Ministros e uma Corte de Justiça, que foram unificados em 1965. Além disso, as Comunidades Europeias também contavam com uma Assembleia Parlamentar que, a partir de 1962, passou a ser chamada de Parlamento Europeu.

Do controle da produção do carvão e do aço, que fora a matéria-prima da indústria de guerra, à criação, em 1968, de uma união aduaneira, o avanço-foi significativo. Não obstante, o prazo estabelecido pelo Tratado de Roma para a entrada em funcionamento do mercado comum deixou de ser cumprido.

Nos anos 80, foi dado novo impulso à criação do mercado comum, com a aprovação do Ato Único Europeu, que foi assinado em 1986 e entrou em vigor em 1987. O documento reuniu a atuação das três comunidades, que passaram a ser conhecidas como Comunidades Europeias. As reuniões de Chefes de Estado e de Governo, no âmbito do Conselho Europeu, ganharam "status" jurídico.

O Ato Único traçou o objetivo de completar todos os requisitos para a entrada em operação do mercado comum em 31 de dezembro de 1992. Para facilitar a adoção das mais de 300 novas medidas necessárias à eliminação das barreiras físicas, fiscais e técnicas entre os Estados-membros, foram adotadas transformações institucionais, em particular a generalização das decisões por maioria qualificada.

Além disso, as instituições comunitárias receberam competências sobre áreas não contempladas no Tratado de Roma, como meio ambiente, pesquisa e desenvolvimento e política regional. O Ato Único Europeu também criou marco formal para a cooperação na área de política externa, a qual era levada a cabo, desde 1970, de forma voluntária, no contexto de reuniões dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados-membros.

O estabelecimento do mercado comum extinguiu todas as demais barreiras técnicas ao comércio resultantes de legislações nacionais, permitindo o livre movimento de bens, serviços e capital entre os então doze Estados-membros. O território dos doze passou a ser equivalente, para fins de comércio interno e externo, ao de um único país.

3.1.2. A UNIÃO EUROPEIA

A queda do muro de Berlim e a reunificação alemã modificaram profundamente o contexto geopolítico em que se havia desenvolvido o processo de integração europeia desde os anos 1950.

O ressurgimento da Alemanha como Estado unificado, indiscutível potência econômica e demográfica do continente, despertou receios em outros países, em particular a França. Nesse contexto, adotou-se para a unificação alemã a mesma solução que permitira o retorno daquele país ao seio da comunidade internacional nos anos 40 e 50: sua inserção em processo reforçado de integração regional.

Com a previsão da entrada em vigor do mercado comum no final de 1992, havia a percepção de que o passo seguinte seria a união monetária, assim como passos mais ousados na direção da união política. Essas medidas foram contempladas no Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht, assinado em 1992 e vigente desde 1993.

O Tratado de Maastricht criou a União Europeia (preservando, no entanto, as Comunidades, e transformando a CEE em Comunidade Europeia) e preparou o terreno para a instituição de uma política monetária comum baseada em uma moeda única administrada por um banco central independente. Maastricht criou a cidadania europeia, que proporciona aos naturais dos Estados-membros o direito de viver e votar em qualquer dos países da UE, e estendeu as competências da Comunidade a novos domínios, entre os quais transportes, saúde pública, seguridade social e proteção ao consumidor.

A arquitetura institucional estabelecida pelo Tratado de Maastricht definiu três domínios ou "pilares" distintos de atuação da União Europeia: a dimensão comunitária (primeiro pilar); a de política exterior e segurança (segundo pilar); e a de assuntos de Interior e Justiça (terceiro pilar).

O primeiro pilar, de natureza supranacional, diz respeito às políticas comuns (agricultura, união aduaneira, mercado interno ou união econômica e monetária, por exemplo). Nesse primeiro contexto, o processo de tomada de decisões segue o chamado "método comunitário", ou seja, o sistema por meio do qual a Comissão Europeia detém o monopólio do direito de proposição ou iniciativa. As matérias do primeiro pilar são, portanto, aquelas em que os Estados-membros transferiram parcelas importantes de sua competência e soberania à União Europeia. Nos âmbitos do segundo e terceiro pilares, de natureza intergovernamental, as decisões são tomadas pelos Estados-membros reunidos no Conselho da UE ("método intergovernamental").

O Tratado de Amsterdã, assinado em 1997 e vigente a partir de 1999, procedeu a uma revisão dos Tratados anteriores. Algumas modificações

limitadas foram adotadas, em preparação à adesão de novos Estados-membros. No entanto, os principais resultados residem no fortalecimento do método comunitário, com a criação da "área de justiça, liberdade e segurança" e o aumento dos poderes do Parlamento Europeu e do Presidente da Comissão Europeia. Amsterdã criou o cargo de Alto Representante para Política Exterior e de Segurança Comum da UE e previu, pela primeira vez, que Estados-membros poderiam ter seu direito de voto suspenso caso violassem os princípios básicos dos direitos humanos e da democracia.

A revisão seguinte dos documentos fundamentais da UE veio em 2000, com o Tratado de Nice, que entrou em vigor em 2003. Seu objetivo consistia, principalmente, em preparar o bloco para a adesão de países do Leste europeu, além de tornar a União mais democrática e transparente. Nice adotou algumas modificações institucionais, como a ampliação da Comissão e do Parlamento Europeus e a redistribuição do peso dos votos dos Estados-membros no Conselho da UE. Por ocasião da assinatura desse tratado, também foi aprovada a "Carta de Direitos Fundamentais" da UE.

3.1.3. O TRATADO DE LISBOA

A "Declaração sobre o Futuro da União", anexa ao Tratado de Nice, determinou o lançamento de amplo debate sobre questões fundamentais a respeito do processo de integração europeia, entre as quais a delimitação mais precisa das competências da União e dos Estados-membros; a definição do "status" jurídico da Carta de Direitos Fundamentais; a simplificação das disposições dos Tratados, cuja leitura se havia tornado complexa após a aprovação dos Tratados de Amsterdã e Nice; e definição do papel dos Parlamentos nacionais na arquitetura institucional europeia.

Com vistas a aprofundar o debate sobre essas e outras questões, os líderes europeus, reunidos em Laeken, na Bélgica, em dezembro de 2001, criaram a "Convenção sobre o Futuro da Europa", presidida pelo ex-Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, a qual reunia 105 representantes dos Estados-membros e em processo de adesão, além de representantes dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu.

A Declaração de Laeken menciona a possibilidade de que a simplificação e unificação dos quatro Tratados em um único documento leve, "no longo prazo", à adoção de um "texto constitucional" da União Europeia.

Apesar de ser discutível se havia mandato para tanto, por iniciativa de seu presidente, a Comissão preparou anteprojeto de Tratado Constitucional para a União Europeia, com 448 artigos, além de 35 protocolos e 50 declarações

anexas. O documento outorgava personalidade jurídica à União Europeia, criava as figuras do Presidente do Conselho Europeu e do Ministro das Relações Exteriores do bloco e reforçava consideravelmente as competências comunitárias, em detrimento daquelas que permaneceriam na alçada dos Estados-membros.

O Tratado Constitucional foi assinado em 2004, em Roma, e chegou a ser ratificado por nove Estados-membros, até ser rejeitado em referendos realizados no ano seguinte na França e nos Países Baixos, dois países fundadores da CECA, ainda em 1951, e que haviam estado na linha de frente do processo de integração desde então. Como a entrada em vigor do Tratado Constitucional dependia de sua ratificação unânime por todos os Estados-membros, a derrota nos referendos levou a uma revisão dos planos de reforma da UE.

Em 2007, os Chefes de Estado e de Governo da UE determinaram que uma comissão elaborasse novo projeto de tratado, simplificado e mais breve, que contivesse o essencial do Tratado Constitucional no que diz respeito à arquitetura institucional, mas com menor potencial de gerar resistências, sobretudo em alguns aspectos de natureza simbólica.

Acordou-se que o novo instrumento, ao contrário do projeto de Tratado Constitucional, não revogaria os Tratados anteriores, mas consistiria numa série de emendas àqueles Tratados, dando origem ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Além disso, o novo texto não incluía artigo sobre os símbolos da UE (bandeira, hino, moeda, etc). A Carta de Direitos Fundamentais continuaria fora do corpo do Tratado, embora tenha passado a ter valor vinculante. Além disso, o dispositivo que previa que o direito da União prevalecesse sobre o direito dos Estados-membros foi igualmente retirado do corpo do Tratado e transferido, em linguagem menos direta, para uma declaração anexa.

O novo Tratado foi assinado em Lisboa, em dezembro de 2007. De modo a evitar a repetição da experiência com os referendos francês e holandês, todos os Estados-membros, à exceção da Irlanda, optaram pela ratificação parlamentar. O texto foi finalmente ratificado por todos os países-membros em novembro de 2009 e entrou em vigor em 1º de dezembro de 2009, menos de dois anos após sua assinatura.

O Tratado de Lisboa criou o cargo de Presidente permanente do Conselho Europeu, que passaria a presidir as reuniões do órgão, em lugar do Chefe de Estado ou de Governo do país que ocupasse a presidência de turno do bloco, como ocorria até então. Também foi criado o cargo de Alto Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança. Trata-se de reformulação do posto de Ministro das Relações Exteriores da UE, previsto no Tratado

Constitucional. O Alto Representante tem a tripla missão de Vice-Presidente da Comissão Europeia, Chefe do novo Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE) e presidente do Conselho de Ministros das Relações Exteriores do bloco. O SEAE reúne órgãos e pessoal anteriormente ligados à Comissão, ao Secretariado do Conselho e aos Estados-membros, com o objetivo de conceder maior coerência e representatividade à atuação externa da UE. Também foram concedidos novos poderes ao Parlamento Europeu, que passou a ter o mesmo nível de importância do Conselho na atividade legislativa do bloco. Finalmente, o Tratado de Lisboa, a exemplo de seus antecessores, ampliou as competências da União e uso da maioria qualificada dos Estados-membros no processo de tomada de decisões do Conselho da UE.

3.1.4. AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

A União Europeia não representa uma federação como os Estados Unidos da América, nem uma organização de cooperação entre governos, como as Nações Unidas. Possui, de fato, um caráter único, supranacional. Os países que pertencem à UE, os seus "Estados-membros", continuam a ser nações soberanas e independentes, mas partilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, delegar determinados poderes de decisão a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos do interesse coletivo possam ser tomadas democraticamente em nível europeu.

A UE dispõe de quadro institucional que visa a promover seus valores e servir os seus interesses, dos seus cidadãos e dos Estados-membros. Conforme o Tratado de Lisboa, as instituições da UE são o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça da UE, o Banco Central Europeu e o Tribunal de Contas.

O Parlamento Europeu

Diretamente eleitos de cinco em cinco anos por sufrágio universal, os deputados do Parlamento Europeu (PE) representam os cidadãos da UE. Juntamente com o Conselho, o PE é uma das principais instituições da UE com poderes legislativos.

O Parlamento Europeu desempenha três funções principais:

- debate e aprova, juntamente com o Conselho, a legislação comunitária;
- fiscaliza outras instituições da UE, especialmente a Comissão, a fim de assegurar que funcionem de forma democrática (controle democrático); e
- debate e aprova, juntamente com o Conselho, o orçamento da UE.

Aprovação da legislação comunitária

Em diversos domínios, como a defesa do consumidor e do meio ambiente, o PE colabora com o Conselho, que representa os governos nacionais, tomando decisões sobre o teor da legislação da UE e aprovando-a oficialmente. Tal processo chama-se "co-decisão".

Ao abrigo do Tratado de Lisboa, o leque das políticas abrangidas pela co-decisão aumentou, conferindo ao PE mais poderes para influenciar o conteúdo da legislação em áreas como a agricultura, a política energética, a imigração e os fundos da UE.

Além disso, certas decisões importantes, como a adesão de novos países à UE, também requerem a aprovação do PE.

Controle democrático

O PE exerce influência sobre as outras instituições europeias de várias formas.

Quando é designada uma nova Comissão Europeia, os seus 27 membros (um por cada país da UE) não podem assumir funções sem antes obterem a aprovação do PE. Se os eurodeputados não aprovarem um dos Comissários designados, podem rejeitar toda a Comissão.

O PE pode obrigar a Comissão a demitir-se em bloco, por meio de moção de censura.

O PE acompanha de perto as atividades da Comissão, examinando seus relatórios e interrogando regularmente os Comissários. As comissões parlamentares desempenham importante papel neste sentido.

Os eurodeputados examinam as petições apresentadas pelos cidadãos e podem instituir comissões de inquérito.

Quando os dirigentes nacionais se reúnem no âmbito das cimeiras europeias, o PE dá seu parecer sobre os assuntos da ordem de trabalhos.

Fiscalização do orçamento

O PE, juntamente com o Conselho, adota o orçamento anual da UE.

Existe, no PE, comissão que fiscaliza a execução do orçamento e avalia a gestão, pela Comissão Europeia, do orçamento do ano anterior.

Composição

O número de eurodeputados de que dispõe cada país é, em grande medida, proporcional à sua população. Contudo, nenhum país pode ter menos do que seis nem mais do que 96 deputados no PE.

As últimas eleições foram realizadas em junho de 2009, quando 43,39% dos 375 milhões de eleitores europeus escolheram 736 eurodeputados, cujos mandatos se estendem até junho de 2014.

Os eurodeputados identificam-se, principalmente, por grupos políticos, e não por nacionalidade.

Os seguintes grupos políticos estão representados na atual legislatura:

• PPE - Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), com 265 deputados;

• S&D - Aliança dos Socialistas e Democratas Progressistas, com 184 deputados;

• ALDE - Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, com 84 deputados;

• G-EFA - Grupo dos Verdes/Aliança Livre Européia, com 55 deputados;

• ECR - Reformistas e Conservadores Europeus, com 54 deputados;

• GUE/NGL - Grupo Confederal da Esquerda Unitária Européia/Esquerda Nórdica Verde, com 35 deputados;

• EFD - Grupo União para a Europa das Nações, com 32 deputados, e

• 27 deputados independentes

O atual Presidente do Parlamento Europeu é o socialista alemão Martin Schulz, eleito em 17 de janeiro de 2012 com 387 votos a favor.

Localização

O PE possui três sedes: Bruxelas (Bélgica), Luxemburgo (Luxemburgo) e Estrasburgo (França).

Em Luxemburgo, estão sediados o Secretariado-Geral e os serviços administrativos do Parlamento.

As reuniões de todos os deputados do PE, denominadas "sessões plenárias", realizam-se em Estrasburgo e, por vezes, em Bruxelas. As reuniões das comissões parlamentares também têm lugar em Bruxelas.

O Conselho Europeu

As reuniões do Conselho Europeu são essencialmente Cúpulas, no âmbito das quais os Chefes de Estado ou de Governo da UE tomam decisões sobre as grandes prioridades políticas e iniciativas da UE.

O Conselho Europeu desempenha sobretudo duas funções: (a) definir a direção e as prioridades políticas gerais; e (b) resolver determinadas questões que, por sua complexidade ou sensibilidade, não possam ser resolvidas em nível inferior da cooperação intergovernamental.

Embora fundamental na definição da agenda política da UE, não possui quaisquer poderes legislativos.

Composição

O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado ou de Governo de cada país da UE, o Presidente da Comissão Europeia e o Presidente do Conselho Europeu, que preside as reuniões. A Alta Representante para as Relações Exteriores e Política de Segurança também participa dos Conselhos Europeus.

O atual Presidente do Conselho Europeu é o ex-Primeiro-Ministro belga, Herman Van Rompuy, cujo mandato teve início em 1º de dezembro de 2009 e termina em 31 de maio de 2012 (Van Rompuy teve seu mandato renovado pelos líderes dos Estados-membros, em 1º de março de 2012, até 30 de novembro de 2014).

As reuniões do Conselho Europeu realizam-se, ordinariamente, de seis em seis meses, geralmente em Bruxelas. O Presidente pode convocar Conselhos extraordinários, caso julgue necessário.

Os Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia e a Alta Representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança não têm direito de voto.

Antecedentes

O Conselho Europeu teve início informalmente em 1974 como espaço de debate para os dirigentes da UE. Transformou-se, rapidamente, no órgão que estabelece os objetivos gerais e as prioridades para a União Europeia. O Conselho Europeu adquiriu estatuto formal em 1992 e tornou-se uma das sete instituições oficiais da UE em 2009.

O Conselho da União Europeia

É no âmbito do Conselho da União Europeia, conhecido informalmente como Conselho, que os Ministros de cada Estado-membro, nas áreas de competência e nas respectivas pastas, encontram-se para adotarem legislação e assegurarem a coordenação das políticas da UE.

Não confundir esta instituição com:

- o Conselho Europeu, que é outra instituição da UE, no âmbito da qual os Chefes de Estado ou de Governo dos países da UE reúnem-se para debater as prioridades políticas da UE.
- o Conselho da Europa, que não é instituição da UE, mas uma organização intergovernamental, que visa a proteger os direitos humanos, a promover a diversidade cultural na Europa e a combater problemas sociais, como o racismo, o preconceito e a intolerância. O Conselho da Europa conta com 47 Estados-membros, incluindo-se os 27 da UE.

Missão

1. Aprovar a legislação da UE;
2. Coordenar as políticas dos países da UE;
3. Assinar acordos entre a UE e terceiros países;
4. Aprovar o orçamento anual da UE;
5. Definir as políticas externa e de defesa da UE; e
6. Coordenar a cooperação entre os tribunais e as forças policiais dos países da UE.

1. Aprovação da legislação europeia: o Conselho e o Parlamento partilham entre si a tarefa de aprovação de nova legislação da UE, proposta pela Comissão.

2. Coordenação de políticas gerais, em especial a política econômica: os países da UE optaram por ter uma política econômica geral para a Europa, cuja coordenação é assegurada pelos Ministros da Economia e das Finanças de cada país. Outro objetivo, nesse contexto, é o de criar mais emprego e melhorar os sistemas de ensino, de saúde e de segurança social. Embora os países da UE sejam responsáveis pela sua própria política nessas áreas, podem chegar a acordo sobre objetivos comuns e inspirar-se nas experiências positivas uns dos outros.

3. Assinar acordos internacionais: o Conselho assina acordos em nome da UE, com incidência sobre temas gerais, como o ambiente, o comércio, o desenvolvimento, a pesca, a ciência, a tecnologia e os transportes.

4. Aprovação do orçamento da UE: o orçamento da UE é decidido anualmente pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

5. Política externa e de segurança: os governos nacionais mantêm controle independente nestas áreas, mas trabalham em conjunto, a fim de desenvolverem política externa e de segurança comum (PESC). O Conselho é a principal instância onde se desenvolve esta cooperação. A UE não possui um exército próprio, mas, para poder reagir rapidamente em situações de conflito internacional ou de catástrofe natural, alguns Estados-membros fornecem efetivos para uma força militar de reação rápida, cujo papel se limita ao desempenho de tarefas de natureza humanitária e de missões de socorro e de manutenção da paz.

6. Justiça: os cidadãos europeus devem se beneficiar da igualdade de acesso à justiça em toda a UE. No âmbito do Conselho, os Ministros da Justiça esforçam-se por assegurar que as decisões dos tribunais de um país sejam reconhecidas nos demais Estados-membros. Os Ministros da Justiça e dos Assuntos Internos asseguram a coordenação do controle das fronteiras externas da UE, assim como da luta contra o terrorismo e o crime organizado internacional.

Composição do Conselho

Não existem propriamente membros permanentes do Conselho. Para cada reunião do Conselho, os países enviam o Ministro responsável pelo domínio político em questão. Por exemplo, os Ministros do Ambiente participam da reunião que trata de questões ambientais e que é conhecida como "Conselho de Meio Ambiente".

Presidência do Conselho

O Conselho é presidido rotativamente pelos 27 Estados-membros da União, por períodos de seis meses. No semestre do seu mandato, a Presidência dirige as reuniões em todos os níveis, propõe orientações e prepara os

compromissos necessários à tomada de decisões pelo Conselho. Para promover a continuidade dos trabalhos do Conselho, as presidências semestrais cooperam estreitamente entre si por grupos de três. O "trio" de presidências elabora um programa comum das atividades do Conselho para um período de 18 meses.

Só uma formação do Conselho não é presidida pela presidência semestral: o Conselho dos Negócios Estrangeiros, que, desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, é sempre presidido pelo Alto Representante da União para as Relações Exteriores e a Política de Segurança. Este cargo é ocupado, desde 1º de Dezembro de 2009, por Catherine Ashton. Cerca de vinte grupos de trabalho no domínio das relações exteriores são igualmente presididos por um presidente fixo, designado pelo Alto Representante.

A Presidência rotativa dinamarquesa

Ao assumir, em 1º de janeiro último a presidência do Conselho da União Europeia, a Dinamarca estruturou seus objetivos para o semestre em quatro grandes eixos: "Europa responsável", "Europa dinâmica", "Europa verde" e "Europa segura". Durante esse período, Copenhague pretende fazer avançar agenda que transcenda a busca de soluções para a crise da zona do euro – entre as quais se destacariam as reformas estruturais relacionadas à maior disciplina fiscal pretendidas para o continente ("Europa responsável") – e contemple, também, medidas concretas que se traduzam em benefícios tangíveis para a população, inclusive no que toca à criação de empregos ("Europa dinâmica"). Outras prioridades apontadas por Copenhague para a sua presidência "pro tempore" do bloco consistem no impulso à economia verde ("Europa verde"), tema caro à Dinamarca e de grande apelo junto à opinião pública do país, e o combate ao terrorismo e ao crime transfronteiriço ("Europa segura").

Em que pese o destaque que a Dinamarca vem atribuindo à necessidade de medidas voltadas mais diretamente ao bem-estar da população, a presidência do país muito dificilmente deixará de ser dominada pela busca da implementação do pacote fiscal acordado no final de 2011. Disto naturalmente se ressentirão os demais eixos do pacote dinamarquês, em especial aquele voltado à promoção de uma agenda de crescimento, que estaria baseada, fundamentalmente, na revitalização do mercado único. Dadas a parcas possibilidades de a Dinamarca vir a exercer influência nas decisões mais relevantes tomadas no contexto da crise do euro, sobretudo pelo fato de o país não adotar a moeda comum, o presente quadro deverá impor limites importantes à capacidade de atuação de Copenhague durante sua presidência de turno.

Votação

Como regra geral, as decisões do Conselho são tomadas por maioria qualificada. Quanto maior for a população de um Estado-membro, de mais votos

este disporá. Entretanto, o número de votos a que cada país tem direito é ponderado de forma a favorecer os países com menor população.

Relacionam-se, a seguir, os votos a que cada país tem direito nas reuniões do Conselho:

- Alemanha, França, Itália e Reino Unido: 29 votos
- Espanha e Polônia: 27 votos
- Romênia: 14 votos
- Países Baixos: 13 votos
- Bélgica, Grécia, Hungria, Portugal, e República Tcheca: 12 votos
- Áustria, Bulgária e Suécia: 10 votos
- Dinamarca, Eslováquia, Finlândia, Irlanda e Lituânia : 7 votos
- Chipre, Eslovênia, Estônia, Letônia e Luxemburgo: 4 votos
- Malta: 3 votos

Total: 345 votos

O processo de votação mais comum no Conselho é por maioria qualificada. Para que uma proposta seja aprovada por maioria qualificada, é necessário:

- que a maioria (em alguns casos, uma maioria de dois terços) dos 27 países da UE vote a favor; e
- que se alcancem pelo menos 255 votos favoráveis, dos 345 votos possíveis

Além disso, um país pode requerer que se verifique se a maioria dos votos obtidos representa, pelo menos, 62% da população total da UE. Caso contrário, a proposta não pode ser adotada.

Quando estão em causa temas sensíveis, como segurança e assuntos externos ou fiscalidade, as decisões do Conselho têm de ser tomadas por unanimidade, o que significa que a proposta pode ser vetada por um único país.

A partir de 2014, será introduzido um "sistema de votação por dupla maioria". De acordo com tal sistema, para que haja aprovação, a proposta terá de ser apoiada por dois tipos de maioria: uma maioria de países (pelo menos 15) e uma maioria da população total da UE (os países a favor devem representar, pelo menos, 65% da população da UE).

A Comissão Europeia

A Comissão Européia é uma das principais instituições da UE. Além de representar e defender os interesses da UE no seu conjunto, a Comissão prepara os projetos de legislação europeia e assegura a execução das políticas e do orçamento da UE.

Composição

Os 27 Comissários, um por cada Estado-membro, são responsáveis pela direção política da UE durante mandato de cinco anos. O Presidente da Comissão atribui a cada Comissário responsabilidade por áreas políticas específicas.

José Manuel Durão Barroso é o atual Presidente da Comissão Europeia, tendo dado início ao seu segundo mandato em fevereiro de 2010. O Presidente é nomeado pelo Conselho Europeu, que, conforme o Presidente indicado, aponta igualmente os outros Comissários. A nomeação de todos os Comissários, incluindo o Presidente, está sujeita à aprovação do Parlamento Europeu. Durante o mandato, os Comissários são responsáveis perante o Parlamento, o único órgão com poder para demitir a Comissão.

A gestão corrente da Comissão é assegurada pelo seu pessoal, constituído por administradores, juristas, economistas, tradutores, intérpretes, pessoal de secretariado, entre outros, repartidos por vários serviços ou Direções-Gerais.

O termo "Comissão" pode ser usado para referir-se aos 27 Comissários, o pessoal permanente ou a instituição, no seu conjunto.

Funções

Para supervisionar e executar as políticas da UE, a Comissão Europeia desempenha as funções de:

1. propor nova legislação ao Parlamento e ao Conselho;
2. gerir o orçamento;
3. garantir o cumprimento da legislação da UE (em conjunto com o Tribunal de Justiça); e
4. representar a UE no âmbito internacional, incumbindo-se, por exemplo, de negociar acordos com terceiros países.

1. Propor novas leis: a Comissão tem o "direito de iniciativa", ou seja, pode propor novas leis para proteger os interesses da UE e dos seus cidadãos, mas apenas sobre matérias que não possam ser tratadas em nível nacional, regional ou local (princípio da subsidiariedade). Os serviços da Comissão elaboram os projetos das novas propostas de lei. É necessário que pelo menos 14 dos 27 Comissários concordem com um projeto de lei para este ser enviado ao Conselho e ao Parlamento, que decidem sobre sua aprovação.

2. Gerir o orçamento: em colaboração com o Conselho e o Parlamento, a Comissão estabelece as prioridades de despesa a longo prazo no "quadro financeiro" da UE. Elabora também o orçamento anual, que é submetido à aprovação do Parlamento e do Conselho, e controla como são gastos os fundos da UE, por exemplo, pelas agências ou pelas autoridades nacionais e regionais. A execução do orçamento pela Comissão é fiscalizada pelo Tribunal de Contas. A Comissão gere o financiamento das políticas, como agricultura e

desenvolvimento rural, e dos programas, como o programa Erasmus de intercâmbio de estudantes.

3. Garantir o cumprimento da legislação da UE: enquanto "guardiã dos Tratados", a Comissão verifica se os Estados-membros aplicam corretamente a legislação da UE. Caso considere que o governo de um Estado-membro não está aplicando corretamente a legislação, a Comissão, em correspondência oficial, solicita a retificação do problema. A Comissão só recorre ao Tribunal de Justiça em última instância. Este pode impor sanções e suas decisões são vinculantes para os países e as instituições europeias.

4. Representar a UE em nível internacional: a Comissão fala em nome dos países da UE em organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio.

Também negocia acordos internacionais em nome da UE, como o Acordo de Cotonou, sobre ajuda e comércio entre a UE e os países em desenvolvimento de África, Caribe e Pacífico.

Localização

Os serviços da Comissão estão divididos entre Bruxelas e Luxemburgo. A Comissão tem representações em todos os países da UE e delegações em diversas capitais do mundo.

O Tribunal de Justiça da União Europeia

O Tribunal de Justiça interpreta o direito da UE, a fim de garantir sua aplicação uniforme em todos os Estados-membros. Além disso, resolve os litígios entre os Governos nacionais e as instituições europeias. Particulares, empresas e organizações podem recorrer ao Tribunal de Justiça da UE se considerarem que seus direitos foram infringidos por alguma instituição europeia.

Composição

O Tribunal de Justiça da UE é composto por um juiz de cada Estado-membro. É assistido por oito advogados-gerais, aos quais cabe apresentar publicamente, e com imparcialidade, pareceres sobre os processos recebidos. Os juízes e os advogados-gerais são nomeados por período renovável de seis anos.

A fim de ajudar o Tribunal de Justiça da UE a fazer face ao grande número de processos que lhe são submetidos e de proporcionar aos cidadãos uma proteção jurídica mais eficaz, um "Tribunal Geral" ocupa-se das ações ajuizadas por particulares, empresas e algumas organizações, bem como de processos relacionados com o direito da concorrência. O Tribunal da Função Pública Europeia pronuncia-se sobre os litígios entre as instituições da UE e o seu pessoal.

Tipos de processos

O Tribunal pronuncia-se sobre os processos que são submetidos à sua apreciação. Os cinco tipos de processos mais comuns são os seguintes:

1. pedidos de decisão a título prejudicial – os tribunais nacionais dirigem-se ao Tribunal de Justiça para que esclareça a interpretação de um dispositivo do direito da UE;

2. ações por incumprimento – ajuizadas contra os Governos nacionais por não aplicação do direito comunitário;

3. recursos de anulação – interpostos contra a legislação da UE que, alegadamente, viole os Tratados ou os direitos fundamentais da UE;

4. ações por omissão – ajuizadas contra as instituições da UE por não tomarem as decisões que lhes competem; e

5. ações diretas – ajuizadas por particulares, empresas ou organizações contra ações ou decisões da UE.

O Banco Central Europeu

O Banco Central Europeu (BCE), com sede em Frankfurt, na Alemanha, é responsável pela gestão do euro, a moeda única europeia, bem como por assegurar a estabilidade dos preços na UE.

O BCE é igualmente responsável pela definição e execução da política econômica e monetária da UE.

As principais missões do BCE são:

- garantir a estabilidade dos preços (manter a inflação sob controle), especialmente nos países que utilizam o euro;
- velar pela estabilidade do sistema financeiro, assegurando supervisão adequada dos mercados e das instituições financeiras.

O BCE trabalha com os bancos centrais dos 27 Estados-membros, que formam o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC).

O BCE também coordena a colaboração entre os bancos centrais da zona do euro (16 Estados-membros, que adotaram o euro). A cooperação entre este grupo mais reduzido de bancos é denominada "Eurossistema".

O BCE também é responsável por:

- fixar as principais taxas de juros para a zona do euro e controlar a massa monetária;
- gerir as reservas de divisas da zona do euro e comprar ou vender divisas sempre que necessário para manter o equilíbrio das taxas de câmbio;
- ajudar a assegurar uma supervisão adequada dos mercados e instituições financeiras pelas autoridades nacionais, bem como o bom funcionamento dos sistemas de pagamento;

• autorizar os bancos centrais dos países da zona do euro a emitir notas de euro; e

• acompanhar a evolução dos preços e avaliar os riscos que estes representam para a estabilidade inflacionária.

Estrutura

O BCE conta com os seguintes órgãos de decisão:

• Comissão Executiva – responsável pela gestão das atividades correntes do BCE. É constituída por seis membros (um Presidente, um Vice-Presidente e quatro vogais), que são nomeados por um período de oito anos pelos dirigentes dos países da zona do euro.

• Conselho do BCE – define a política monetária da zona do euro e fixa as taxas de juros, segundo as quais os bancos comerciais podem obter fundos junto do Banco Central. É composto pelos seis membros da Comissão Executiva e pelos governadores dos 16 bancos centrais dos países da zona do euro.

• Conselho Geral – participa dos trabalhos de consulta e coordenação do BCE e ajuda a preparar a adesão de novos países à zona do euro. É constituído pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do BCE e pelos governadores dos bancos centrais dos 27 países da UE.

O BCE é completamente independente. Com efeito, o BCE, os bancos centrais nacionais do Eurossistema e os membros dos respectivos órgãos de decisão não podem solicitar ou receber instruções de qualquer outro órgão. Todas as instituições e governos dos países da UE devem respeitar este princípio.

O Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu controla as finanças da UE. Sua função é melhorar a gestão financeira da UE e verificar como são usados o dinheiro público. O Tribunal foi criado em 1975, e sua sede é em Luxemburgo.

Missão

Para garantir que o dinheiro dos contribuintes seja usado da melhor forma, o Tribunal de Contas da UE tem o direito de realizar auditorias junto a qualquer pessoa ou organização responsável pela gestão de fundos europeus. As suas conclusões são apresentadas por escrito sob a forma de relatórios, que são transmitidos à Comissão e aos governos dos Estados-membros.

O Tribunal de Contas não dispõe de poder jurisdicional próprio. Quando os auditores detectam fraudes ou irregularidades, informam o OLAF (Organismo Europeu de Luta Antifraude).

O Tribunal deve apresentár, ao Parlamento Europeu e ao Conselho, relatório anual sobre o exercício financeiro precedente, a "quitação anual". O Parlamento analisa o relatório antes de decidir se aprova a forma como a Comissão executou o orçamento.

O Tribunal de Contas também emite pareceres sobre as propostas de legislação financeira da UE e sobre as ações comunitárias em matéria de luta contra a fraude.

Os auditores executam inspeções nas instituições da UE, nos Estados-membros e nos países que se beneficiam da ajuda da UE. Com efeito, embora o trabalho do Tribunal diga principalmente respeito a verbas da responsabilidade da Comissão, 80% destas receitas e despesas são geridas pelas autoridades nacionais.

Composição

O Tribunal é composto por um membro de cada país da UE, nomeado pelo Conselho por um período renovável de seis anos. Os membros elegem entre si o Presidente por um período renovável de três anos. O atual Presidente, Vítor Manuel da Silva Caldeira, de Portugal, foi eleito em janeiro de 2008.

Organização

O Tribunal de Contas dispõe de cerca de 800 funcionários, incluindo tradutores, administradores e auditores. Os auditores estão divididos por "grupos de auditoria". Compete-lhes elaborar os projetos de relatórios que servem de base às decisões do Tribunal.

3.1.5. AS COMPETÊNCIAS COMUNITÁRIAS E A SOBERANIA NACIONAL

A política interna e a atuação externa da União Europeia devem ser compreendidas à luz da singular divisão de competências entre os Estados-membros e os órgãos comunitários. A UE só dispõe das competências que lhe são expressamente atribuídas pelos Estados-membros, as quais são divididas, pelo Tratado de Lisboa, em competências exclusivas, partilhadas e de apoio.

Nas matérias de competência exclusiva da UE, o primado dos órgãos comunitários é, em geral, absoluto. Após vários tratados do processo de integração europeu nos quais os Estados-membros cederam competências soberanas a órgãos comunitários, hoje somente a UE legisla no que diz respeito à união aduaneira, à política comercial comum, às regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno, à política monetária na área do euro e à conservação dos recursos biológicos do mar.

Nas áreas de "competência compartilhada", a UE atua, em tese, quando oferece "valor adicionado" à ação dos Estados-membros. Atualmente, há competência compartilhada no que tange ao mercado interno, à política social, à agricultura e à pesca, à defesa do consumidor, ao ambiente, aos transportes, à energia e ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Em caso de conflito sobre a distribuição dessas competências, aplica-se o princípio do "primado do direito comunitário", segundo o qual as normas dos Estados-membros não podem contrariar as da União Europeia, obrigação cujo cumprimento pode ser exigido no Tribunal de Justiça da UE.

Nos assuntos em que tem tão-somente competência de apoio, a UE atua com base no "princípio da subsidiaridade" e apenas complementa ou coordena a ação dos Estados-membros, que continuam a ser os principais responsáveis pelos temas. São, em geral, questões importantes para a identidade nacional, tais como cultura e educação, esportes, saúde, turismo, proteção civil e indústria, sobre as quais o Conselho da UE toma suas decisões por unanimidade. Nessas áreas, em geral, salvo mandato específico concedido pelos Estados-membros, os órgãos comunitários somente emitem recomendações para que legislações nacionais não sejam demasiadamente diferentes umas das outras.

Essa separação de competências é definida, na prática, pela acomodação de interesses entre a Comissão Europeia e os Estados-membros. A Comissão, que é o histórico "motor da integração regional" e o único órgão com poder formal para propor a adoção de normas na UE, atua para aumentar as competências comunitárias. Por sua vez, os Estados-membros, ciosos de sua soberania em determinadas áreas, devem conceder mandatos específicos – em geral, por meio de Conclusões adotadas nas reuniões setoriais do Conselho da UE – para que aquele órgão supranacional passe a atuar em questões concretas relativas às competências de apoio, e em alguns casos nas que dizem respeito às competências compartilhadas.

3.2. A POLÍTICA EXTERNA DA UNIÃO EUROPEIA

Entidade única e especial no sistema internacional, a União Europeia (UE), ao mesmo tempo em que ocupa posição de destaque, também enfrenta importantes desafios no novo cenário multipolar, marcado pelo crescimento da economia e da atuação externa de grandes países em desenvolvimento, como os BRICs. Para se compreender seu papel no contexto atual, bem como os riscos e oportunidades que se lhe apresentam, deve-se atentar para as diferentes capacidades de atuação internacional da UE nas áreas comercial, política e militar.

Com cerca de 500 milhões de habitantes, a União Europeia é hoje o maior e mais rico mercado global, detendo aproximadamente 30% do PIB e

40% do comércio mundial de bens e serviços. Em decorrência da Política Comercial Comum, a UE representa seus 27 Estados-membros, detém participação fundamental em negociações comerciais internacionais, já firmou dezenas de acordos de livre comércio e está negociando tratados similares com importantes parceiros, entre os quais Índia, Japão, EUA e Mercosul. No que tange, portanto, a aspectos comerciais do novo cenário multipolar, o papel de destaque da UE parece consagrado.

Por outro lado, no que toca à coordenação na esfera política, os Estados-membros da UE continuam adotando posturas divergentes em vários assuntos da agenda internacional, a despeito das inovações introduzidas pelo Tratado de Lisboa. Nas áreas de defesa e segurança, os Estados-membros não transferiram competências exclusivas para órgãos comunitários, como fizeram na área comercial, e as decisões da UE têm de ser tomadas por consenso.

A despeito de tais dificuldades, o bloco vem demonstrando perceber a necessidade de expressar suas próprias opiniões e valores em política internacional, bem como de se aproximar de países de importância crescente no contexto multipolar. É nesse sentido que a UE buscou a criação de Parcerias Estratégicas. Atualmente, a UE possui tais parcerias com os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a Índia, a China, a Rússia, a África do Sul, o Brasil, o México e a Coréia do Sul. Da mesma forma, a União Europeia atuou para se fazer representar em órgãos multilaterais, como as Nações Unidas, e em grupos como o G-20 financeiro, onde seus Estados-membros também falam em nome próprio.

No entanto, tendências de longo prazo e problemas de curto prazo têm levado vários analistas a questionar as perspectivas de desenvolvimento da UE. No longo prazo, o envelhecimento de sua população e as baixas taxas de natalidade no continente poderão levar a uma diminuição do mercado interno europeu e a perspectivas negativas para a economia do bloco. No curto prazo, a crise financeira iniciada em 2008 e a atual situação de alguns Estados-membros da zona do euro também demonstram as dificuldades para a UE se desenvolver economicamente.

Uma saída apontada para o bloco seria a associação com países e regiões do mundo que estejam crescendo economicamente, como os integrantes dos BRICs. A negociação do acordo de livre comércio com o Mercosul faz parte dessa estratégia.

Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)

A construção da Europa política foi formalizada no Tratado de Maastricht, de 1992, o qual prevê que a UE teria uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Esta veio a ser complementada em 1999, pelo estabelecimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), com o

objetivo de estabelecer identidade comunitária específica em matéria militar, independente das ações da OTAN. O Tratado de Lisboa, em vigor desde 2009, alterou a denominação da PESD para Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) que, parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), teve as competências de suas missões ampliadas.

A construção e consolidação da PCSD ("Common Security and Defence Policy" – CSDP) enfrentam desafios importantes. Conforme têm apontado muitos analistas europeus, uma das principais dificuldades residiria no fato de que, a exemplo de Tratados anteriores, tal política manteve sua natureza intergovernamental, o que dificulta a obtenção de consenso para que se possibilitem ações efetivas. Ademais, a PCSD vê-se hoje confrontada pelas crises orçamentárias enfrentadas pelos Estados-membros, cujos efeitos nas capacidades operacionais da UE são agravados pela falta de coordenação e pela duplicação de esforços dentro do bloco.

Ampliação da UE

O processo de ampliação da União Europeia pode ser considerado um dos mais importantes instrumentos de sua política externa. Há hoje cinco países candidatos a adesão: Islândia; Turquia; a Antiga República Iugoslava da Macedônia ("*Former Yugoslav Republic of Macedonia*", ou "FYROM"); Montenegro; e Sérvia. A Croácia concluiu as negociações com a UE em 30 de junho de 2011 e firmou com o Conselho Europeu, em 9 de dezembro passado, Tratado de Adesão à UE. Com a aprovação da adesão em referendo de 22 de janeiro, a Croácia tornar-se-á o segundo Estado da Antiga República da Iugoslávia a entrar no bloco comunitário. Até 1º de julho de 2013, quando se espera que o processo esteja concluído, a Croácia gozará de estatuto de observador nos grupos de trabalho do Conselho Europeu e nos Comitês da Comissão Europeia.

Relatório sobre ampliação publicado pela Comissão Europeia em 12/10/2011 registrou alguns progressos nas negociações com os países na rota da adesão ao Bloco, notadamente com a Macedônia, Montenegro, Islândia e Sérvia.

3.3. ECONOMIA

A crise que se abate sobre a zona do euro decorre, essencialmente, de falhas originais do projeto de união monetária, que não foi acompanhado da necessária harmonização das políticas fiscais. Ao se disseminar à maior parte da União Europeia a moeda comum - e, de forma implícita, a credibilidade econômica e fiscal do marco alemão -, esse desdobramento permitiu a um grupo de países menos competitivos economicamente e com menor solidez fiscal o endividamento a taxas de juros mais baixas, muito próximas daquelas obtidas

pela Alemanha. A consequência foi o forte crescimento das dívidas pública e privada desses países, em euros. Embora o Pacto de Estabilidade e Crescimento (de 1997) previsse mecanismos de verificação e sanções aos países que ultrapassassem os limites de 60% do PIB para a dívida pública e 3% do PIB para o déficit fiscal, as sanções não chegaram a ser aplicadas de forma efetiva, e o endividamento continuou a crescer.

Diante das medidas de estímulo econômico adotadas globalmente em 2008 e 2009, para enfrentar a crise financeira internacional, a dívida pública dos países europeus aumentou exponencialmente, de maneira geral. No caso da Grécia, de Portugal e da Irlanda, o endividamento atingiu patamar que começou a ser considerado pelos credores como incompatível com as capacidades de seus governos de honrar os compromissos assumidos. Essa desconfiança provocou a elevação dos juros cobrados pelo mercado para a rolagem das dívidas desses três países, que, assim, se viram forçados a recorrer a programas de resgate da UE e do FMI.

O caso da Grécia revelou-se muito mais crítico do que parecia inicialmente - tendo sido necessária a aprovação de dois planos de resgate da economia daquele país. O temor de que as dificuldades enfrentadas pela Grécia se disseminassem, contaminando economias maiores, provocou nova queda da confiança dos investidores e o consequente acirramento dos efeitos da crise, sobretudo no segundo semestre de 2011. Os juros cobrados pelo mercado para a aquisição dos títulos das dívidas soberanas de praticamente todos os outros países que adotam o euro (com exceção da Alemanha) cresceram ainda mais, aumentando a pressão junto às lideranças políticas pela adoção de medidas urgentes para aplacar esses e outros efeitos da crise.

Convencida de que a busca da harmonização das políticas fiscais revestir-se-á de especial importância na solução dos problemas enfrentados pela zona do euro, a Alemanha - com o concurso da França – apresentou proposta de novo "pacto fiscal" na UE, com a finalidade de promover a disciplina orçamentária e a coordenação de políticas econômicas no bloco. Diante da recusa do Reino Unido e da República Tcheca de tomar parte, os outros 25 Estados-membros da UE firmaram, em março último, o "Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Monetária e Econômica", o qual, entre outras medidas, determina a incorporação nas legislações nacionais da regra do equilíbrio orçamentário, de forma mandatória e permanente, com monitoramento pela Comissão Europeia. O novo Tratado deverá entrar em vigor em 2013. Seu texto deixa entreaberta a possibilidade de eventual adesão posterior pelo Reino Unido e pela República Tcheca.

No entendimento de Berlim, estariam assim assentadas as bases legais para a disseminação da prática da disciplina fiscal, o que, em tese, impediria a repetição no futuro de crise semelhante à atual. Cumprindo o que seria sua parte

na barganha, a Alemanha terminou por concordar com o aumento da capacidade de empréstimo dos dois fundos de resgate da zona do euro (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e Mecanismo Europeu de Estabilidade). Anteriormente limitada a EUR 500 bilhões, a capacidade de empréstimo conjunta do FEEF (temporário) e do MEE (permanente) foi elevada para EUR 700 bilhões. Como essa quantia não é percebida como suficiente para eventualmente resgatar economias do porte da italiana e/ou da espanhola, os europeus esperam que os sócios do FMI aceitem efetuar novas contribuições ao Fundo, no total de EUR 375 bilhões (US$ 500 bilhões). Desse valor, EUR 150 bilhões proviriam de países da zona do euro, que já se comprometeram nesse sentido.

Até a conclusão do processo de consolidação fiscal e de reformas estruturais para promover competitividade levado a cabo pelos países da UE, parece estar a cargo do Banco Central Europeu a tarefa de "ganhar tempo" e enfrentar os efeitos da crise no curto prazo. A decisão do BCE de oferecer aos bancos europeus liquidez ilimitada, por 3 anos, a juros muito baixos (hoje 1% ao ano), na expectativa de que utilizem esses recursos para investir em bônus soberanos dos países em dificuldade, parece estar rendendo os resultados esperados. O BCE emprestou EUR 1 trilhão à banca européia, e foi observada paulatina queda nas taxas de juros cobradas pelo mercado para a aquisição dos bônus de praticamente todos os países da zona do euro, o que aliviou perceptivelmente as tensões naquela zona. A inflação sob controle, estável em 2,7% - acima do limite de 2% do BCE, mas com perspectiva de baixa ao longo de 2012, diante da estagnação da economia da UE – tem contribuído para deixar o BCE mais à vontade para seguir essa linha de ação. As pressões do mercado, contudo, podem retornar sobre aqueles países percebidos como menos exitosos nesse processo de consolidação fiscal e de reformas estruturais, como parece ser o caso da Espanha neste momento.

As lideranças europeias, tanto nacionais quanto comunitárias, agora admitem que a adoção simultânea de medidas de austeridade e consolidação fiscal pela maioria dos países da zona do euro fatalmente deverá comprometer a necessária retomada do crescimento econômico do bloco. Parecem, no entanto, dispostas a arcar com o ônus desse efeito indesejado, aparentemente visto como mal inevitável no curto prazo, diante da perspectiva de conquista de objetivo maior de longo prazo. No entendimento dos tomadores de decisão europeus, reformas estruturais em nível nacional, para promover a competitividade, e a paulatina desvalorização do euro, diante da expansão da base monetária decorrente da atuação do BCE para aliviar as tensões do mercado de títulos soberanos, concorreriam para promover as exportações extrabloco da UE e assim diminuir os efeitos negativos da consolidação fiscal sobre a atividade econômica.

Com relação às eleições na França e na Grécia e a repercussão que poderão ter sobre a estratégia adotada pela UE para enfrentar a crise na zona do euro, o Embaixador Frans Van Daele, Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, declarou-se otimista quanto à transição política na França e minimizou as ameaças de campanha de François Hollande, que defendia a renegociação do novo "pacto fiscal" (Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Monetária e Econômica). A renegociação do Tratado seria tarefa muito difícil, uma vez que o instrumento já foi objeto de acordo entre 25 Estados-membros, mas estima ser possível acomodar as preocupações que vêm sendo externadas pelo Presidente-eleito da França. No que tange ao caso grego, Van Daele se diz pessimista. Afirmou não ser possível prever o que vai ocorrer após os resultados inconclusivos do pleito do dia 6 de maio, os quais não permitem vislumbrar a formação de novo Governo com a estabilidade política necessária, e avaliou que a situação na Grécia tende a complicar-se ainda mais.

Cabe registrar que a Comissão Europeia emitiu comunicado de imprensa sobre as eleições na Grécia, em que manifesta a expectativa de que o futuro Governo grego honre os compromissos assumidos no âmbito do segundo plano de resgate da economia grega. Em sua mensagem por ocasião das comemorações do "Dia da Europa", o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, recordou as medidas adotadas para a superação da crise na zona do euro e retomou o discurso em defesa da promoção do crescimento econômico na UE. Considerou que o bloco europeu está dando "resposta robusta" à crise, mediante (i) o saneamento de seu setor bancário; (ii) o reforço da governança econômica; (iii) o estabelecimento de mecanismos "críveis" de resgate financeiro; e (iv) a ajuda "sem precedentes" aos Estados-membros em dificuldade. E a solidez dessa "resposta", continuou, reside no fato de que está assentada no binômio "estabilidade e crescimento" - ou seja, consolidação fiscal, "porque a crise mostrou que o crescimento fomentado pelo débito é insustentável", e criação de condições para o crescimento econômico, por meio de reformas estruturais e investimentos em infraestrutura. O Presidente da Comissão Europeia preocupou-se em sublinhar que esse enfoque duplo não é novo, embora a ênfase no crescimento se tenha destacado apenas mais recentemente. Em alusão às eleições na França, Durão Barroso felicitou o que classificou de "novo momentum que se está formando entre os Estados-membros para se ligar o motor do crescimento europeu" e concluiu sua mensagem externando a expectativa de que "aqueles Estados-membros que estão pedindo mais medidas para impulsionar o crescimento reflitam isso em suas posições" no próximo Conselho Europeu (28 e 29 de junho).

Após as manifestações de apoio qualificado em favor da permanência da Grécia na zona do euro proferidas em Berlim, em 15 de maio passado, pela

Chanceler alemã e pelo novo Presidente francês, José Manuel Durão Barroso também transmitiu mensagem clara a respeito do futuro de Atenas na UE. Aparentemente após haver-se coordenado com os demais garantes do programa de resgate da economia grega, o Presidente da CE procurou alertar os eleitores na Grécia para o fato de que, ao votarem no próximo dia 17 de junho – em eleição que classificou de "histórica" –, estarão, em última instância, definindo a futura participação de seu país no projeto europeu. Depois de procurar deixar claro que as próximas eleições equivaleriam, na prática, a um "referendum" sobre a participação da Grécia na zona do euro - e, por extensão, na própria UE - , o Presidente Barroso concluiu afirmando que a decisão última sobre a permanência na zona do euro necessita vir da própria Grécia, cujos eleitores precisam agora dizer se querem continuar trabalhando com os membros da zona do euro e com as instituições europeias.

No dia 19 de maio último, após suas participações na Reunião de Cúpula do G8 em Camp David, os Presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, emitiram comunicado conjunto a respeito dos debates havidos na ocasião sobre o estado da economia global - especialmente no que se refere à zona do euro. Ambos os Presidentes ressaltaram que os Chefes de Estado e de Governo europeus concordam quanto à importância de conjugar políticas de austeridade com iniciativas em prol do crescimento. Van Rompuy e Barroso ainda observaram que as medidas sendo discutidas e implementadas pela UE para gerar crescimento, combinadas com reformas estruturais, investimentos em infraestrutura e consolidação fiscal, foram bem recebidas pelos Chefes de Estado e de Governo dos países não europeus que fazem parte do G8, os quais transmitiram mensagens de confiança aos colegas da UE.

Por fim, que o Presidente do Conselho Europeu convocou a realização de uma cúpula informal na noite do dia 23 de maio. Além de servir de ocasião para um primeiro encontro do novo Presidente francês, François Hollande, com os demais Chefes de Estado e de Governo da UE, a minicúpula de Van Rompuy também se destina a explorar ideias – novas ou antigas – que contribuam para o debate em curso sobre formas de promover a retomada do crescimento da economia europeia. A eventual divulgação de decisões deverá, no entanto, ocorrer somente depois da reunião ordinária do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho próximo.

4. A MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Comunidade Econômica Europeia em 24 de maio de 1960 – foi o primeiro país latino-

americano a fazê-lo – data em que o Embaixador Augusto Frederico Schmidt apresentou credenciais a Jean Rey, membro da primeira Comissão da CEE, encarregado das relações exteriores, e que viria a ser o primeiro Presidente da Comissão unificada das três Comunidades Europeias.

A representação brasileira funcionou inicialmente em Paris, como um apêndice da Delegação junto à UNESCO. Não tardou, porém, o estabelecimento de uma representação diplomática permanente, com sede em Bruxelas, em decisão tomada no final do Governo Kubitschek, que, por Decreto de 23 de janeiro de 1961 – três anos apenas após a entrada em vigor do Tratado de Roma –, criou a Delegação do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia.

Por Decreto de 22 de maio de 1963, as atribuições da representação brasileira foram ampliadas para as demais comunidades – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) –, com a criação da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias (BRASEUROPA).

Por meio do Decreto nº 7.136, de 29 de março de 2010, alterou-se a denominação da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias para Missão do Brasil junto à União Europeia, à qual cabe a representação dos interesses do Brasil também junto à Comunidade Europeia de Energia Atômica.

5. RELAÇÕES BRASIL-UE

A União Europeia constitui iniciativa de integração regional "*sui generis*", com crescentes características supranacionais, que congrega, entre seus 27 Membros, diversos entre os Estados de maior projeção política na arena internacional – dois dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), seis entre os vinte membros do G-20 e cinco dos dez maiores contribuintes para o orçamento da ONU, entre outros exemplos. Além disso, em termos agregados, a UE é a maior economia mundial, com um PIB de US$ 17,69 trilhões de dólares em 2011 (US$ 15,39 trilhões, pelo critério PPP).

Para o Brasil, a importância da UE é inegável, tanto do ponto de vista econômico quanto político. As relações do Brasil com a Europa são especialmente dinâmicas e têm sido marcadas pela diversidade. As duas partes mantêm diálogo político maduro, baseado em comunhão de valores e em pontos de vista coincidentes sobre questões importantes da agenda global; na área econômica, têm buscado explorar a complementaridade de setores produtivos; e, no plano da cooperação, mantêm laços importantes nos campos do intercâmbio científico e tecnológico e nas áreas de saúde e agrícola (inclusive no que se refere à agricultura familiar e ao fomento da segurança alimentar).

No final de 2005, a UE procedeu a uma reavaliação de suas relações com o conjunto da América Latina, até então baseada essencialmente na interlocução política e comercial sem identificação de parceiros individuais na região. Optou, na oportunidade, por passar a privilegiar um único parceiro, com capacidade para dialogar de igual para igual com o bloco, e junto ao qual seria possível pleitear mais efetivamente os objetivos e interesses comunitários. O Brasil apareceu como candidato ideal em razão do peso de sua economia, sua liderança no processo de integração da América do Sul e sua atuação cada vez mais destacada no cenário internacional, com peso que transcende a esfera regional.

Após reflexão interna, o bloco propôs ao Brasil, em maio de 2007, a elevação do relacionamento bilateral ao status de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula entre o Brasil e a Tróica da UE (Lisboa, 4 de julho de 2007).

O termo "parceria estratégica", inicialmente utilizado de maneira informal pela mídia e por observadores da política externa da UE, passou, nos anos 2000, a ser empregado oficialmente para designar relações políticas de natureza especial e privilegiada entre o bloco e certos países-chave. Até 2007, os parceiros estratégicos da UE eram Estados Unidos, Canadá, Japão, China, Rússia, Índia e África do Sul, esta última lançada apenas dois meses antes da I Cúpula Brasil-UE. Após o lançamento da parceria com o Brasil, somaram-se ao grupo o México e a Coreia do Sul, em maio e outubro de 2010, respectivamente.

Tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial (a UE é o maior parceiro comercial do Brasil e os países-membros do bloco são responsáveis por quase metade do estoque de investimento externo no Brasil; por sua vez, o Brasil é o sexto maior investidor na UE em estoque acumulado), as relações bilaterais foram enriquecidas em sua vertente política por meio do lançamento da Parceria Estratégica. Ao cabo de intenso exercício de adensamento e diversificação dos canais institucionais de diálogo, o Governo brasileiro e a UE lograram promover, em curto espaço de tempo, importante salto qualitativo nas relações bilaterais. O estabelecimento da Parceria Estratégica facilitou e agilizou a troca de idéias entre o Brasil e a UE, nos mais variados níveis, sobre os principais temas da agenda internacional.

Por ocasião da II Cúpula Brasil-UE (2008), foi adotado Plano de Ação Conjunta da Parceria Estratégica, com propostas concretas de ação conjunta para o triênio 2009-11 em áreas como promoção da paz e da segurança; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis. Na V Cúpula, as partes adotaram versão revista do instrumento, a ter vigor no triênio de 2012-2014. O

instrumento substitui e aprofunda o Plano de Ação original e contém diretrizes para a atuação dos mais de 20 diálogos setoriais bilaterais já estabelecidos. Esses foros têm-se reunido com frequência regular e produzido resultados positivos. A versão atualizada do documento reflete o resultado das atividades realizadas até o momento e prevê o reforço da cooperação em diversos campos

Os resultados da V Cúpula Brasil-UE, realizada em Bruxelas, em 3 e 4 de outubro de 2011, ilustram o alto grau de maturidade atingido pelas relações bilaterais, que se têm intensificado em todos os níveis. A Declaração Conjunta aprovada na ocasião demonstra a afinidade de valores que norteiam o tratamento pelo Brasil e pela UE dos grandes temas da agenda internacional. As duas partes decidiram em Bruxelas aprofundar ainda mais o diálogo político com vistas a lograr maior convergência de posições sobre os principais desafios globais e nas grandes conferências e Cúpulas internacionais.

Cabe registrar, também, o êxito do V Fórum Empresarial Brasil-UE, realizado simultaneamente à V Cúpula. A dimensão adquirida pelo evento, não apenas quanto ao número de participantes, mas também à sua representatividade, traduz o interesse das comunidades de negócios brasileira e europeia no incremento do intercâmbio de informações sobre oportunidades de comércio e investimentos entre as partes.

A VI Cúpula Brasil-UE terá lugar no Brasil, em 2012. O lado brasileiro sugeriu, em princípio; que o encontro se realize no mês de outubro. A proposta se encontra sob exame do lado europeu.

A cooperação com a UE em matéria de ciência, tecnologia e inovação constitui elemento de especial importância para o Brasil, cuja indústria muito se beneficiaria de ganhos de produtividade que o aprofundamento desse intercâmbio poderá engendrar. Nesse contexto, merece destaque o papel potencial do programa "Ciência sem Fronteiras" no adensamento da cooperação bilateral em C,T&I. Por ocasião da V Cúpula, as partes concordaram em avançar no sentido de promover a mobilidade acadêmica bilateral e, já em novembro, foi realizada, em Brasília, a reunião inaugural do Diálogo Brasil-UE em Educação.

A cooperação triangular em prol de países em desenvolvimento – especialmente os países africanos lusófonos (PALOPs), o Timor-Leste e o Haiti – representa, também, tema especialmente caro ao Brasil na agenda bilateral com a União Europeia. Além de estar mencionado diversas vezes no Plano de Ação Conjunta da Parceria Estratégica assinado em dezembro de 2008, bem como na nova versão do instrumento, adotada em outubro último, o assunto foi ressaltado nas Declarações Conjuntas da III, IV e V Cúpulas Brasil-UE. A importância política do tema e as expectativas geradas em potenciais beneficiários não foram suficientes, contudo, para que iniciativas trilaterais envolvendo o Brasil e a UE ganhassem a dimensão almejada. Tal fato se deve, sobretudo, a dificuldades relacionadas à pequena disponibilidade de fundos

europeus para cooperação triangular distintos daqueles já alocados para sua cooperação bilateral.

Em 6 e 7 de fevereiro passado, a Alta Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton, realizou visita a Brasília, oportunidade em que manteve com o Sr. Ministro de Estado discussões proveitosas tanto sobre temas da agenda internacional, tais como a primavera árabe, o processo de paz no Oriente Médio e a responsabilidade ao proteger, quanto acerca de questões atinentes às relações bilaterais e multilaterais, a exemplo dos direitos humanos, a mudança climática e a situação econômico-financeira internacional.

A visita de Ashton veio somar-se a outro importante desdobramento no contexto do "follow-up" da V Cúpula, representado pela visita ao Brasil do Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissário de Empresas e Indústria, Antonio Tajani, em dezembro, à frente de missão empresarial.

O relacionamento bilateral Brasil-UE conta, atualmente, com a seguinte moldura:

Cúpulas anuais da Parceria Estratégica. As cinco primeiras Cúpulas tiveram lugar, respectivamente, em julho de 2007, em Lisboa, em dezembro de 2008, no Rio de Janeiro, em outubro de 2009, em Estocolmo, em julho de 2010, em Brasília, e em outubro de 2011, em Bruxelas.

Reuniões ministeriais, tal como previsto no Plano de Ação.

Diálogo Político de Alto Nível (DPAN). Diálogo criado com o objetivo de adicionar foro de natureza essencialmente política ao diálogo bilateral, até então restrito à esfera da Comissão Mista.

Comissão Mista Brasil-Comissão Européia. A Comista foi estabelecida pelo Acordo de Cooperação de 1982 e mantida pelo Acordo-Quadro de Cooperação, que o substituiu e se encontra vigente desde 1995. Das treze reuniões realizadas até o momento, 6 foram conduzidas em nível de Secretários-Gerais. O mecanismo passou a se reunir todos os anos, de forma a poder cumprir sua função de avaliação da implementação das iniciativas acordadas no Plano de Ação Conjunta e em cada um dos diversos Diálogos Setoriais. Contribui também para a preparação das Cúpulas da Parceria Estratégica. Como previsto no Plano de Ação, a Comista e o Diálogo de Alto Nível se complementam para permitir o tratamento do conjunto de temas da agenda bilateral.

Reuniões de Diálogo Político em Nível de Altos Funcionários. Mecanismo de interlocução, em nível de Subsecretários-Gerais, foi estabelecido em 2011.

Fóruns Empresariais Brasil-UE, realizados à margem das Cúpulas.

Diálogos setoriais, que se reúnem regularmente. Atualmente, há mais de 20 diálogos, entre os quais: Diálogo sobre Questões Macroeconômicas; Diálogos-piloto sobre Questões Industriais e Regulatórias; Diálogo sobre Serviços Financeiros; Mecanismo de Consultas sobre Questões Sanitárias e Fitossanitárias; Diálogo sobre Transportes Marítimos; Diálogo sobre Transportes Aéreos; Diálogo sobre Cooperação Administrativa em Questões de Concorrência; Diálogo sobre Ciência e Tecnologia; Diálogo sobre Desarmamento e Não-Proliferação; Diálogo sobre Sociedade da Informação; Diálogo sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima; Diálogo Regular sobre Política Energética; Diálogo sobre Políticas de Integração Regional; Diálogo sobre Direitos Humanos; Diálogo informal sobre Governança do Setor Público; Diálogo sobre Temas das Nações Unidas; e Diálogo em Educação.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial Brasil-UE em 2011 atingiu a cifra recorde de US$ 99,3 bilhões (a China, cujo intercâmbio comercial com o Brasil somou US$ 77,1 bilhões no mesmo ano, ocupou uma distante segunda colocação entre os principais parceiros comerciais do País). As exportações do Brasil para a UE no ano passado somaram US$ 52,9 bilhões (recorde histórico; aumento de 10% em relação ao recorde anterior, de US$ 46,4 bilhões, atingido em 2008) e as importações totalizaram US$ 46,4 bilhões (também recorde; crescimento de 18,6% em comparação ao recorde anterior, de US$ 39,1 bilhões, obtido em 2010).

Os países-membros da UE detêm, ademais, quase a metade do estoque de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil, além de terem sido responsáveis, nos últimos anos, por semelhante percentagem do fluxo de IED recebido pelo País. O fluxo de investimentos diretos europeus para o Brasil nos primeiros sete meses de 2011 chegou a cerca de US$ 23 bilhões. O estoque histórico de investimentos europeus no Brasil perfaz aproximadamente US$ 180 bilhões, e o País ocupa o quarto posto entre os principais destinos dos investimentos do bloco, depois de EUA, Suíça e Canadá.

Fenômeno significativo observado ao longo dos últimos anos é a transformação do Brasil em importante fonte de investimentos diretos

estrangeiros na UE. Dados recentes colocam o Brasil na posição de 6º maior investidor no bloco, depois de EUA, Suíça, Japão, Canadá e Noruega, com estoque acumulado de cerca de US$ 80 bilhões.

6. AMÉRICA LATINA E CARIBE – UNIÃO EUROPEIA

O diálogo político entre os países da América Latina e do Caribe, de um lado, e a União Europeia, do outro, começou a ser aprofundado a partir da realização da primeira reunião em São José da Costa Rica, em 1984, entre a então chamada Comunidade Econômica Europeia (CEE) e o Grupo de Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá), com vistas à promoção do processo de paz na América Central. Com a posterior formação do Grupo do Rio, foi institucionalizado, em 1990, o diálogo político regular entre a tróica europeia e os Ministros das Relações Exteriores do Grupo. Em 1999, realizou-se, no Rio de Janeiro, a I "Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia" (ALC-UE), a que se seguiram as Cúpulas de Madri (2002); Guadalajara (2004); Viena (2006); Lima (2008); e Madri (2010).

As reuniões de cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina, Caribe e União Europeia (ALC-UE) constituem o foro de diálogo político no mais alto nível entre essas regiões. O Brasil e os demais países latino-americanos e caribenhos têm procurado fazer do mecanismo ALC-UE um instrumento de cooperação efetiva, cujo progressivo aperfeiçoamento poderá ensejar a formação de uma associação estratégica birregional.

Lançada em 2 e 3 de dezembro passado, em Caracas, na esteira de decisão adotada por ocasião da "Cúpula da Unidade" (Cancun, México, 23/2/2010), a "Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos" (CELAC) foi definida em seu Estatuto de Procedimentos como interlocutor na Cúpula América Latina & Caribe – União Europeia (ALC-UE0 e no Diálogo Ministerial Institucionalizado Grupo do Rio - UE.

As Cúpulas ALC-UE, que se realizam com periodicidade bianual, alternaram-se ao longo dos anos com reuniões ministeriais do Grupo do Rio com a União Europeia. A VII Cúpula birregional está prevista para ter lugar em Santiago, em janeiro de 2013.

Em 7 de novembro de 2011, foi realizada, em Berlim, cerimônia de lançamento da Fundação EULAC (*European Union & Latin America and the Caribbean*) O Brasil espera que a entidade possa iniciar suas atividades o mais brevemente possível, tendo em vista, sobretudo, a expectativa de que venha a aportar contribuição aos trabalhos da próxima VII Cúpula ALC-UE, em 2013. O objetivo fundamental da entidade é o de promover o fortalecimento do diálogo entre as duas regiões, por meio do fomento ao debate sobre estratégias e ações comuns, a partir de uma agenda positiva de cooperação.

7. MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

As negociações visando a um Acordo de Associação entre os dois blocos foram formalmente relançadas em maio de 2010, na Cúpula MERCOSUL-UE em Madri. Desde então, houve oito reuniões do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) – a última delas realizada em Bruxelas, entre 12 e 16 de março de 2012).

Em fevereiro-março de 2011, a Argentina informou aos sócios do MERCOSUL que não poderia proceder à troca de ofertas, inicialmente prevista para o final de março de 2011, antes de suas eleições presidenciais em outubro último e transição subsequente.

Em maio de 2011, o MERCOSUL e a UE acordaram aguardar as eleições na Argentina e na França (abril-maio de 2012) para tomar decisão sobre a troca de ofertas. Os trabalhos passaram, então, a concentrar-se na negociação do marco normativo do futuro acordo.

O Brasil continua a emprestar seu apoio inequívoco ao processo de negociação do Acordo de Associação, e está comprometido com a busca de instrumento abrangente, equilibrado e ambicioso.

A parte europeia, por sua vez, tem dado repetidas indicações de que segue empenhada em promover a conclusão do Acordo. Em recente debate na Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu (20/3), a Alta Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton, confirmou a expectativa europeia de que negociações possam ser concluídas até o final do ano corrente.

O Brasil tem-se mostrado consciente das sensibilidades da UE em relação à agricultura. Por outro lado, vem ressaltando a importância de que a UE, de sua parte, tenha em mente os limites do Mercosul, sobretudo nas áreas industrial e de propriedade intelectual. Para a parte brasileira, é preciso haver enfoque pragmático, flexível e realista de ambos os lados.

Quanto às tratativas em torno dos capítulos político e de cooperação do Acordo, o Brasil considera bem-vindos avanços logrados em sessões recentes do CNB, as quais permitiram que se chegasse a entendimento sobre a maior parte dos elementos do projeto em negociação.

8. ATOS BILATERAIS FIRMADOS COM A UNIÃO EUROPEIA

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo, por troca de Notas, Relativo aos Transportes Marítimos.	18/09/1980	1º/10/1982	D.O.U. 99, de 25/05/1983
Protocolo Adicional ao Acordo entre o Brasil e a CEE Relativo ao Comércio de Produtos Têxteis Decorrente da Adesão da Grécia às Comunidades Europeias.	01/12/1982	01/02/1982	D.O.U. 244, de 22/12/1983
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Artigo 10 do Acordo-Quadro de Cooperação.	14/10/1983	14/10/1983	D.O.U. 244, de 22/12/1983
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Européias no Brasil.	04/04/1984	19/11/1984	D.O.U. 27, de 09/02/1989
Acordo sobre Comércio de Produtos Têxteis.	08/10/1985	19/11/1986	D.O.U. 205, de 24/10/1986
Acordo-Quadro de Cooperação	29/06/1992	01/11/1995	D.O.U. 228, de 29/11/1995
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira.	19/12/1994	21/06/1995	D.O.U. 166, de 29/08/1995
Ajuste Complementar ao Acordo-Quadro de Cooperação para Apoio à Reestruturação do Setor de Energia Elétrica do Brasil - EBRRA 2000.	23/10/1998	23/10/1998	D.O.U. 14-E, de 21/01/1999
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	19/01/2004	15/12/2006	D.O.U. 91, de 14/05/2007
Diálogo Regular de Política Energética Brasil - Comunidade Européia - Termos de Referência	05/07/2007	05/07/2007	D.O.U. 145, de 30/07/2007
Primeira Emenda ao Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira.	18/09/2008	18/09/2008	D.O.U. 219, de 11/11/2008 (anexos publicados no D.O.U. 226, de 20/11/2008)

Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais.	19/09/2008	19/09/2008	D.O.U. 219, de 11/11/2008
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos	14/07/2010	Em tramitação na Casa Civil. Nota europeia de 04/04/2011 informou da aprovação do acordo por aquela parte.	
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	Em tramitação na Casa Civil. Nota europeia de 26/09/2011 informou da aprovação do acordo por aquela parte.	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	**Em tramitação no Senado Federal (PDS 123/2012).** Nota europeia de 24/02/2011 informou da aprovação do acordo por aquela parte.	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	01/04/2011	D.O.U. 48, de 11/03/2011

Aviso nº 544 - C. Civil.

Em 28 de junho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 1.281/ GM-MDIC**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento nº 287, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. Nº 222/2012-GSPBAU

Brasília-DF, 2 de julho de 2012

Senhor Presidente,

Comunico-lhe, para as providências julgadas cabíveis, que, por motivos alheios a minha vontade, não pude realizar a viagem programada para a data de hoje, para participar da XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na cidade Montevidéu, Uruguai, conforme os termos do Requerimento 611/2012.

Respeitosamente, – **Paulo Bauer**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 36, de 2012** (nº 686/2012, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.448/2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a Recurso de reconsideração interposto pelo Banco Central contra o Acórdão nº 7.706/2010, retificado pelo Acórdão nº 3.514/2011 (TC 019.638/2007-2).

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 36, DE 2012

Aviso nº 686-Seses-TCU-Plentário

Brasília-SF, 13 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimentno, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC019.638/2007-2, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 13-6-2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Augusto Nardes**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ACÓRDÃO Nº 1448/2012 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 019.638/2007-2
2. Grupo II – Classe I – Assunto: Recurso de Reconsideração
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Banco Central do Brasil - Bacen (00.038.166/0001-05)
3.2. Responsáveis: Afonso Santanna Bevilaqua (628.428.207-97); Alexandre Antonio Tombini (308.444.361-00); Alexandre Schwartsman (086.371.248-79); Antonio Gustavo Matos do Vale (156.370.266-53); Basílio Baffi (225.877.138-20); Belmivam Borges Borba (096.913.671-49); Claudio Elizeu da Costa Lagoeiro (305.852.287-87); Cornelio Farias Pimentel (151.504.370-34); Deoclécio Pereira de Souza (112.852.811-87); Dimas Luis Rodrigues da Costa (068.232.031-53); Henrique de Campos Meirelles (274.742.838-91); Jefferson Moreira (119.361.931-91); José Clovis Batista Daftoli (072.462.005-25); João Antônio Fleury Teixeira (158.470.046-72); Luiz Ernani Marques Accioly (848.957.217-87); Maria Zilda Simões (086.690.401-82); Mário Magalhães Carvalho Mesquita (752.129.357-68); Paulo Vieira da Cunha (762.307.248-04); Paulo Sérgio Cavalheiro (489.170.528-00); Rodrigo Telles da Rocha Azevedo (064.857.718-08); Sergio Darcy da Silva Alves (050.933.687-68); Silvio Sousa Wolff (072.629.221-49); Telio da Silva Arantes (054.867.001-30)
4. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
5.2. Redator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representantes do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (autor de pedido de vista) e Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade técnica: 2ª Secex e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos o recurso de reconsideração interposto pelo Banco Central do Brasil contra os subitens 1.5.1 e 1.5.2 do Acórdão nº 7.706/2010, retificado pelo Acórdão nº 3.514/2011, ambos da 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo as determinações do acórdão recorrido, com os ajustes pertinentes, no sentido de que o Banco Central do Brasil:

9.1.1. se abstenha de iniciar projetos com recursos da Redi-BC sem que suas despesas sejam executadas por meio do Orçamento Geral da União, ressalvados os contratos em vigor;

9.1.2. adote providências para adequar a execução orçamentária das despesas, hoje cobertas com recursos da Redi-BC, com o Orçamento Geral da União, em atendimento ao art. 5º, § 6º da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 2º da Lei nº 4.320/1964, a partir de 31/12/2014;

9.1.3. mantenha entendimentos com a Secretaria de Orçamento Federal para que os recursos remanescentes da Redi-BC sejam transferidos ao Tesouro Nacional com identificação de fonte específica, de forma a se determinar a origem desses recursos.

10. Ata nº 22/2012 – Plenário.
11. Data da Sessão: 13/6/2012 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1448-22/12-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Redator), José Jorge e Ana Arraes.
13.2. Ministros com voto vencido: Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes e José Jorge.
13.3. Ministro que votou na sessão do dia 30/5/2012: José Múcio Monteiro.
13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.5. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
VALMIR CAMPELO
na Presidência

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Redator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral, em exercício

GRUPO II – CLASSE I– Plenário
TC 019.638/2007-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2006
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF
Responsáveis: Afonso Santanna Bevilaqua (628.428.207-97); Alexandre Antônio Tombini (308.444.361-00); Alexandre Schwartsman (086.371.248-79); Antonio Gustavo Matos do Vale (156.370.266-53); Basílio Baffi (225.877.138-20); Belmivam Borges Borba (096.913.671-49); Claudio Elizeu da Costa Lagoeiro (305.852.287-87); Dimas Luis Rodrigues da Costa (068.232.031-53); Henrique de Campos Meirelles (274.742.838-91); Jefferson Moreira (119.361.931-91); José Clovis Batista Dattoli (072.462.005-25); João Antônio Fleury Teixeira (158.470.046-72); Luiz Ernani Marques Accioly (848.957.217-87); Maria Zilda Simões (086.690.401-82); Mário Magalhães Carvalho Mesquita (752.129.357-68); Paulo Sergio Cavalheiro (489.170.528-00); Paulo Vieira da Cunha (762.307.248-04); Rodrigo Telles da Rocha Azevedo (064.857.718-08); Sergio Darcy da Silva Alves (050.933.687-68); Silvio Sousa Wolff (072.629.221-49); Telio da Silva Arantes (054.867.001-30)
Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS. BACEN. EXERCICIO DE 2006. REGULARIDADE COM RESSALVAS. DETERMINAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO BACEN VIA OGU. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RECURSOS DA REDI/BC – RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BACEN. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO.

RELATÓRIO

Adoto, como Relatório, a instrução elaborada pelo auditor da Secretaria de Recursos, *in verbis*:

"Trata-se de Recurso de Reconsideração (Anexo 6, fls. 1-43), interposto pelo Banco Central do Brasil - Bacen, contra o Acórdão 7.706/2010-TCU-1ª Câmara (Principal, Vol. 3, fl. 717), proferido na Sessão de 23/11/2010, Ata 40/2010, retificado pelo Acórdão 3.514/2011 – TCU – 1ª Câmara (Principal, Vol. 3, fl. 733), prolatado na Sessão de 31/5/2011, Ata 18/2011, nos quais o Tribunal determinou à Autarquia que:

1.5.1. abstenha-se de iniciar novos projetos com recursos da Redi-BC sem que suas despesas sejam executadas por meio do Orçamento Geral da União;

1.5.2. adote providências no intuito de adequar a execução das despesas com recursos da Redi-BC por meio do Orçamento Geral da União, em atendimento ao art. 5º, § 6º da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 2º da Lei nº 4.320/1964, a partir do próximo exercício orçamentário.

HISTÓRICO

2 Cuida-se originariamente de Prestação de Contas do Banco Central do Brasil, exercício 2006. Em auditoria no Bacen, os técnicos da Controladoria-Geral da União – CGU identificaram que os recursos da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central – Redi – BC eram executados fora do Orçamento Geral da União – OGU (Volume 2, fls. 513-520).

3. Em análise preliminar nesta Corte, os auditores da 2ª Secretaria de Controle Externo – Secex-2 entenderam necessária a realização de inspeção na Autarquia para aprofundar a questão tratada no relatório da CGU (Principal, Vol. 3, fls. 656-661). Após a fiscalização, a unidade técnica considerou indevida a execução dos recursos da Redi – BC sem consignação na peça orçamentária, propondo-se o saneamento da irregularidade.

4. O Tribunal, por meio do Acórdão 7.706/2010 – TCU – 1ª Câmara (Principal, Vol. 3, fl. 717), em concordância com o posicionamento dos auditores, emitiu alerta para que o Bacen se abstenha de iniciar novos projetos com recursos da Redi-BC sem que suas despesas sejam executadas por meio do Orçamento Geral da União, bem como adote providências no intuito de adequar a execução das despesas com recursos da reserva já a partir de 2011.

5. Insatisfeito, o Bacen opôs Embargos de Declaração (Anexo 5), requerendo o esclarecimento da expressão 'alertar' constante da deliberação citada, bem como a que exercício se refere o julgado.

6. Esta Corte, por intermédio do Acórdão 3.514/2011 – TCU – 1ª Câmara (Principal, Vol. 3, fl. 733), retificou o Acórdão 7.706/2010 – TCU – 1ª Câmara, por inexatidão material, alterando a expressão 'alertar' para 'determinar'. Logo, determinou a execução dos recursos do Redi-BC por meio do OGU, deixando claro, no voto condutor da deliberação, que o exercício a que se refere o julgado é 2011.

7. Ainda irresignado, o Bacen interpôs o presente Recurso de Reconsideração contra o Acórdão 7.706/2010 – TCU - 1ª Câmara, retificado pelo Acórdão 3.514/2011 – TCU – 1ª Câmara (Anexo 6, fls. 1-43), requerendo o que segue:

142. Pelo exposto, o Banco Central requer seja conhecido e provido o presente recurso, para que seja reformada a respeitável decisão recorrida, suprimindo-se as determinações nela estabelecidas, nos termos dos Acórdãos n.º 3514/2011-TCU-1ª Câmara e n.º 7706/2010-TCU-1ª Câmara, e promovendo-se o arquivamento do feito, por não se verificarem irregularidades na atual forma de administração dos recursos da Redi-BC por esta Autarquia, sem o trânsito do manejo de seus recursos pelo OGU, muito embora com observância dos preceitos do regime jurídico de direito público.

143. Subsidiariamente, requer que, acaso essa egrégia Corte de Contas adote entendimento no sentido que há alguma impropriedade sanável na administração dos recursos da Redi-BC que, todavia, não implique a imposição de seu trânsito pelo OGU, reforme a r. decisão recorrida, no sentido de modular o conteúdo de suas determinações, enfocando os aspectos pontuais que porventura inspirem correção de acordo com o prudente crivo do Tribunal.

144. Também subsidiariamente, acaso não sejam suprimidas as determinações constantes na decisão recorrida, requer que, em qualquer outra hipótese, notadamente se mantidas em sua inteireza as mencionadas determinações, sejam modulados os efeitos do que decidido no tempo, à luz do disposto no art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, tendo em vista o potencial de comprometimento de projetos de sobrelevada importância social que se encontram em curso ou em fase de concepção, acaso não seja gradual a imposição da r. decisão recorrida. (Anexo 6, fls. 42-43).

ADMISSIBILIDADE

8. Reitera-se o exame preliminar de admissibilidade (Anexo 6, fls. 45-46), ratificado pelo Exmo. Sr. Ministro-Relator, à fl. 48, Anexo 6, que concluiu pelo conhecimento do recurso, suspendendo-se os efeitos dos subitens 1.5, 1.5.1 e 1.5.2 do Acórdão 7.706/2010-TCU-1ª Câmara (Principal, Vol. 3, fl. 717), proferido na Sessão de 23/11/2010, Ata 40/2010, retificado pelo Acórdão 3.514/2011 – TCU – 1ª Câmara, eis que preenchidos os requisitos processuais aplicáveis à espécie.

MÉRITO

Argumentos

9. Após apresentar as preliminares de admissibilidade, destacando o interesse recursal e a tempestividade, o recorrente afirma que a decisão recorrida fundamentou-se no Relatório da Secex-2 apresentado às fls. 679-696, sobre o qual tece comentário analíticos.

10. Assenta que o posicionamento da unidade técnica baseou-se em dois tipos de entendimentos: os pontuais e os estruturais. Os primeiros, segundo o recorrente, relacionam-se à constatação de supostas impropriedades formais na execução dos gastos ligados à Redi-BC, contrariando os próprios parâmetros do Bacen.

11. Os últimos se baseiam na negativa do posicionamento da Autarquia de que as despesas relativas aos valores constantes da reserva teriam caráter extra-orçamentário. Nessa linha, destaca trecho da delimitação do escopo dos trabalhos da unidade técnica em que se delineiam os dois pontos apontados pelo recorrente.

12. . Para fundamentar a alegação, aduz, com base na parte introdutória e em outros trechos do relatório de inspeção, que houve destaque de cláusula em contrato da Autarquia apontando como origem de recursos tanto o OGU quanto a Redi-BC, demonstrando o uso indiscriminado dos valores depositados na reserva. Isso reflete, segundo o Bacen, a alegação dos auditores sobre a realização de despesas alheias ao objeto dos valores discutidos.

13. Ainda discorrendo sobre o relatório de inspeção, relata o destaque ao Voto BCB 234/2003, em que se teria indicado como razões para criação da Redi-BC os sucessivos cortes orçamentários, revelando-se a motivação para utilizar os recursos da reserva como alternativa ao contingenciamento efetuado pelo Governo Federal.

14. Informa que os auditores consideraram a prática imprópria por configurar-se realização de despesas sem previsão no OGU.

15. Após, tece comentários sobre a primeira questão, relacionada ao emprego dos recursos da Redi-BC em desacordo com a concepção da reserva, sem que houvesse parâmetros de planejamento, programação, acompanhamento e controle análogos aos da Lei Orçamentária, bem como incorporação dos valores ao patrimônio da Autarquia.

16. Sustenta que essas alegações são apenas impressões e críticas que não guardam vínculo lógico com a determinação contida na deliberação que ora se discute. Para a Autarquia, essas alegações poderiam fundamentar, em tese, a título de argumentação, mandamentos para modificação da sistemática de definição e realização de gastos amparados pela Redi-BC, bem como o tratamento contábil adequado dos valores e bens adquiridos, não deliberação no sentido de que o montante presente na reserva passe a cursar pelo Orçamento Geral da União – OGU.

17. Nessa linha, discute em tópico específico o suposto emprego de recursos da Redi-BC de modo incongruente com a própria concepção da reserva (Anexo 6, fls. 4-23). Transcreve inicialmente os subitens 3.2 e 3.3 do Relatório de Inspeção (Principal, Vol. 3, fl. 683), nos quais os auditores destacam que a utilização dos recursos da reserva deveria ocorrer nos moldes da Lei Orçamentária e os projetos executados deveriam tratar de ações cruciais para o desempenho da missão do Bacen.

18. O recorrente entendeu, com base no tempo verbal utilizado e no 'condicional', que a unidade técnica concluiu que os recursos da Redi-BC não observam parâmetros análogos aos da Lei Orçamentária e que os valores da reserva não se destinam a projetos efetivamente significativos para a realização da finalidade da Autarquia.

19. Contesta as supostas conclusões dos técnicos, afirmando que os recursos da Redi-BC são empregados com parâmetros análogos aos da Lei Orçamentária, com compabilização entre receitas e despesas, estimando-se os valores em planejamento anual. Assevera que essa é a orientação no âmbito do recorrente, tendo em vista os parâmetros do regime jurídico de direito público e os princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, de observância obrigatória pela Autarquia.

20. Após, transcreve trecho da Ordem de Serviço BCB 4.590/2010, que estabelece os procedimentos orçamentários para realização de projetos utilizando recursos da Redi-BC, com destaque à previsão anual a cargo da Gepro.

21. Ressalta, também, dispositivos das Ordens de Serviço 4.453/2009 e 4.089/2005, em que havia previsão de inclusão dos valores necessários à execução de anteprojetos e projetos a serem custeados com a reserva no sistema ORCAR.

22. Alega que, mesmo nos recursos inclusos no orçamento de receitas e encargos das operações de Autoridade Monetária – OAM, o Bacen observa parâmetros análogos aos da Lei Orçamentária, o que teria sido reconhecido pelo Tribunal no Acórdão 8.128/2010 – TCU – 1ª Câmara, assim como consta no item 76-2-10 do Manual de Serviço de Administração Financeira do Banco Central - MSF.

23. No mesmo sentido, destaca precedentes da Procuradoria-Geral do Banco Central, transcrevendo trecho da Nota-Jurídica PGBC-1460/2009 (Anexo 6, fls. 6-8), em que o órgão jurídico, respondendo a consulta formulada, recomenda que haja declaração sobre a adequação orçamentária e financeira, por conta do regime jurídico administrativo e as disposições do MSF, no bojo do OAM.

24. Sustenta, com isso, que, assim como no OAM, conforme reconhecido por esta Corte, a Autarquia observa parâmetros estimativos, de planejamento e programação também na execução dos recursos da Redi-BC, o que se comprova com a legislação cuja evolução foi detalhada na peça recursal.

25. Ainda em relação ao tema, afirma que houve diversos normativos do Bacen voltados para regulamentação da Redi-BC, conforme reconhecido pela unidade técnica nos subitens 2.12 e 2.15 do Relatório de Inspeção, desde que se possibilitou à Autarquia modificar a denominação da antiga Recheque e a destinação dos recursos existentes na reserva, nos termos do art. 3º da Resolução 3.074/2003.

26. Depois disso, o Banco editou a Portaria 24.410/2003, sucedida pelas Portarias BCB 26.569/2004, 31.247/2005 e 37.687/2006, sendo que, desde o primeiro normativo, a Autarquia preocupou-se em criar Comitê de Projetos Corporativos, com composição abrangente, para avaliar os projetos a serem amparados pela Redi-BC, conforme regulamentação.

27. Destaca pontos das portarias relacionados ao objetivo da Redi-BC, que seria a promoção da defesa da estabilidade da moeda nacional, bem como pontos específicos que tratam de planejamento, orçamento, além da forma de aprovação dos projetos, envolvendo prioridade e aprovação pela Diretoria do Banco e trâmite dos estudos preliminares (Anexo 6, fls. 9-10).

28. Nos dispositivos transcritos, há, também, previsão de acompanhamento e avaliação da execução dos projetos, como forma de zelo pelos recursos, além de prestação de contas à Diretoria do Bacen sobre a utilização dos valores, bem como elaboração de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o MSF, auditadas por empresa de auditoria independente e divulgadas em separado dos demonstrativos do Banco.

29. O recorrente resume os argumentos expostos acima, nos seguintes termos:

28. Como se vê, desde o início do manejo dos recursos da Redi-BC com o objetivo de promover a defesa da estabilidade da moeda, por meio do custeio da execução de projetos de interesse do Banco Central, a sistemática de utilização dos recursos vem contemplando planejamento, priorização, controle, acompanhamento, avaliação, prestação de contas, demonstrações financeiras, auditagem independente, divulgação, procedimentos de aprovação de projetos por instâncias decisórias sucessivas e pelas mais elevadas delas na Autarquia, disciplina formal do trâmite dos projetos e estudos preliminares correspondentes, bem como da gestão financeira da Redi-BC, além da plena submissão, por evidente, à atuação de órgãos de controle como o TCU, o que se patenteia, inclusive, no desembaraço com que pôde ser realizada a inspeção cujo relatório ora se examina. Tudo isso, por sem dúvida, atesta a sobeja adoção de parâmetros análogos aos da Lei Orçamentária na administração da Redi-BC pelo Banco Central, infirmando, rogata maxima venia, impressões que se forceje por creditar em sentido contrário. (Anexo 6, fl. 10).

30. Alega, ainda em relação ao planejamento, orçamento e execução dos valores da Redi-BC que, além do disposto na Portaria 24.410/2003, a Portaria BCB 26.569/2004 criou uma Gerência Executiva de Projetos (Gepro) na estrutura do Bacen, com o objetivo de atuar como escritório de projetos. Essa figura está prevista na metodologia para gerenciar projeto proposta pelo Project Management Body of Knowledge (PMBOK) do Project Management Institute, Inc. (PMI).

31. Ainda antes da inspeção desta Corte, a Autarquia destaca que foi editada a Portaria 31.247/2005, para aprimorar a utilização dos recursos da reserva, apurando-se a maturidade no gerenciamento dos projetos. Depois, com a Portaria BCB 37.687/2006, aprimorou-se a regulamentação na administração da Redi-BC pelo Bacen, sendo que a regulamentação envolveu, ainda, a gestão financeira dos recursos da reserva, estudos preliminares e o trâmite de projetos beneficiados.

32. Além disso, o Bacen tem se fundamentado nas normas previstas no Manual de Serviço de Administração Financeira – MSF, o qual dedica muitos itens à reserva. Há, ainda, a Portaria BCB 48.809/2009, que trata do Regulamento de Gestão dos Projetos Corporativos do Bacen e a Ordem de Serviço 4.453/2009, relacionada aos procedimentos de proposição e gestão dos projetos corporativos do Banco, regulando o Orçamento da Redi-BC – ORCAR.

33. Destaca, também, a Metodologia de Gerenciamento de Projetos do Banco Central (MGPro 2.0, atualmente) desenvolvida com as melhores práticas de gestão, planejamento e controle. Essa ferramenta foi objeto de artigo doutrinário, destacando o papel da gestão de projetos, nos moldes como são administrados os recursos da Redi-BC, compatibilizando resultados com escassez de recursos, por meio de adequado planejamento estratégico.

34. Todos esses dispositivos normativos, segundo o recorrente, em grande medida presentes no sítio da Autarquia na Internet, demonstram, segundo a Autarquia, que a impressão constante no Relatório da Secex-2, de que a execução dos recursos não respeitaria parâmetros de planejamento, programação e controle análogos à Leio Orçamentária, não é plausível.

35. Com isso, sustenta que é impróprio acolher a impressão dos auditores para impedir que o Bacen inicie novos projetos com recursos da Redi-BC sem que as despesas sejam executadas por meio do OGU, o que não se aceitaria mesmo que fosse plausível a manifestação da unidade técnica.

36. A solução, segundo o recorrente, caso se aceite que a execução dos recursos da Redi-BC não respeita parâmetros análogos aos da Lei Orçamentária, seria implementar regime de utilização dos valores para contemplar os referidos aspectos, como estimativa de gastos, planejamento de projetos e prestação de contas; e não a administração via orçamento.

37. Exige-se, segundo a Autarquia, para que se executem os valores por meio do OGU, a constatação de dever jurídico e não apenas a diferenciação entre os regimes. Com isso, conclui:

> *Ou seja: a dessemelhança apontada no relatório de inspeção – que não se verifica, como visto –, mesmo que plausível, não constituiria fundamentação congruente com a determinação de que as despesas amparadas pela Redi-BC cursassem pelo OGU. Não haveria vínculo lógico, aí, entre a decisão e a suposta razão de decidir. (Anexo 6, fl. 12).*

Análise

38. Não assiste razão ao recorrente. É louvável a estrutura normativa elaborada pelo Bacen para assegurar a gestão dos recursos da Redi-BC, em que pese haja lacunas na prática, como constatou a unidade técnica (Principal, Vol. 3, fl. 686, subitens 3.11-3.13). Contudo, essa ação por si não afasta a obrigatoriedade de que os valores da reserva sejam executados por meio do Orçamento Geral da União – OGU.

39. Como destacou a Controladoria-Geral da União (Volume 2, fls. 513-520), as despesas realizadas pelo Bacen têm, em regra, como fontes, o OGU, o Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária – OAM, o Proagro e a Redi-BC.

40. O OAM alimenta a atuação do Bacen como autoridade monetária, envolvendo a emissão de papel-moeda e a execução de serviços do meio circulante, com autorização da Lei 4.595/1964.

41. É discutível a execução dos valores que compõem esse orçamento por meio do OGU, como destacou o recorrente com a citação do Acórdão 8.128/2010 – TCU – 1ª Câmara, discussão excepcional em razão da importância da atuação do Bacen no controle da política monetária.

42. Todavia, é fato incontroverso que a Redi-BC não integra o OAM, tendo os recursos e as despesas vinculadas a fundo de natureza distinta da atuação do Banco como autoridade monetária, não havendo motivo para manter a execução desses valores fora do OGU.

43. A regra é a inclusão das receitas recebidas pelo poder público e a execução das correspondentes despesas em uma única peça orçamentária, nos termos do §5º do art. 165 da Constituição Federal. Trata-se dos princípios da universalidade e unidade, conquistados a duras penas pela sociedade brasileira.

44. Esses postulados relacionam-se diretamente ao controle das finanças estatais, evitando-se desvios como os oriundos da multiplicidade de orçamentos que existiam no passado, os quais dificultavam o gerenciamento dos valores sob a responsabilidade da Administração Direta e Indireta.

45. Ao contrário do que afirma o recorrente, as receitas que integram a Redi-BC aproximam-se sobremaneira das características de entradas públicas, devendo integrar o Orçamento Geral da União. Nesse ponto, cabe novamente apresentar o histórico de formação da reserva, baseando-se na explanação da Secex-2 (Volume 3, fl. 681-683).

46. Os valores que compõem a Redi-BC tiveram origem em taxa de serviço, instituída pela Circular Bacen n. 559/1980, cobrada do banco sacado a cada ocorrência que determinasse a inclusão de correntista no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo – CCF, também criado pelo normativo. A circular dispôs, ainda, que a taxa de serviço se destinaria a um fundo sem denominação, cuja finalidade seria patrocinar campanhas de divulgação do uso do cheque.

47. A Circular - Bacen n. 868/1984 denominou o fundo anteriormente criado de FUNCHEQUE, alterando a Circular - Bacen n. 559, além de ter ampliado a destinação dos valores, com a inclusão de outras despesas possíveis.

48. A Resolução 1.631/1989, do Conselho Monetário Nacional – CMN, editada após a Constituição de 1988, revogou as circulares e instituiu novamente a taxa de serviço a ser cobrada dos estabelecimentos bancários, pelo executante, com posterior transferência ao Bacen, com base nas inclusões e exclusões no CCF. O diploma dispôs que a receita de serviços reverteria em favor de um fundo, gerido pelo Bacen, denominado FUNCHEQUE, destinado a patrocinar o uso adequado do cheque.

49. O CMN, por meio da Resolução 2.155/1995, criou a Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque - Recheque, transferindo-lhe os valores do FUNCHEQUE e ampliando a destinação dos recursos, que passaram a se destinar à promoção da defesa da estabilidade da moeda nacional e ao custeio da divulgação do CCF.

50. Cerca de quatro meses depois, em agosto de 1995, o CMN editou a Resolução 2.197, que autorizava a constituição do futuro Fundo Garantidor do Crédito - FGC, entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras.

51. Os recursos que constituiriam o novo fundo se originariam da taxa de serviço citada anteriormente e do Patrimônio da Recheque, extinguindo-se essa reserva após a transferência dos valores.

52. O FGC foi criado pela Resolução CMN n. 2.211, em 16/11/1995, sendo que havia previsão de utilização prévia dos recursos da Recheque, que comporiam o FGC, para cobertura de débitos contra instituições em intervenção e/ou liquidação extrajudicial, em período pré-estabelecido. A partir dessa data, a reserva passou a não mais receber valores da taxa de serviço.

53. Contudo, o Partido dos Trabalhadores – PT, insatisfeito, ajuizou, em 26/1/1996, Ação de Inconstitucionalidade ADI 1.398-0/95, com pedido de liminar, contra as Resoluções CMN 2.197 e 2.211, relacionadas à criação do FGC, alegando inconstitucionalidades formais e materiais nos referidos diplomas.

54. O Supremo Tribunal Federal, em análise preliminar realizada em 13/3/1996, conheceu em parte da ação direta, e, nessa parte, deferiu o pedido de liminar para suspender a vigência do art. 5º da Resolução 2.197/1995 e do art. 70, caput e §1º do Anexo II da Resolução 2.211/95, suspendendo-se a transferência do patrimônio da Recheque para o FGC.

55. Em 24/4/2003, mesmo não revogada a suspensão liminar, a qual posteriormente restou prejudicada por conta das alterações da Emenda Constitucional 40/2003, o CMN editou a Resolução 3.074, revogando o inciso II do art. 5º da Resolução 2.197, que previa a transferência dos recursos da Recheque para o FGC.

56. A Portaria Bacen 24.410/2003 alterou a denominação da Recheque para Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central – Redi-BC, após autorização da Resolução 3.074/2003.

57. Atualmente, de acordo com o art. 1º, do anexo à Portaria Bacen 37.687/2006, os recursos da Redi-BC destinam-se ao custeio da execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico do Bacen.

58. Diante do histórico, cabe renovar informação relevante de que, conforme relatado pela Secex-2 (Volume 3, fl. 681), os valores que integram hoje a Redi-BC adentraram aos cofres do fundo em decorrência de taxa de serviço, decorrente da cobrança dos estabelecimentos bancários por inclusão ou exclusão de devedores no cadastro de emitentes de cheque sem fundo – CCF, nos termos da Circular 559/1980 e dos normativos posteriores.

59. Logo, as entradas, não obstante não terem origem tributária, passaram a integrar fundo criado pelo Estado. Segundo Aliomar Baleeiro, citado por Francisco Glauber Lima Mota (Contabilidade aplicada ao setor público, 1ª edição. Brasília, p. 67), conceitua-se receita pública como:

(...) a entrada, que integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo.

60. O conceito diferencia as receitas que integrarão o patrimônio público das entradas transitórias e pertencentes a terceiros, como depósitos e cauções, as quais devem integrar o passivo da entidade, constituindo ingressos extraorçamentários.

61. É de fácil percepção que as receitas oriundas das taxas de serviços prestados na inclusão de correntistas no CCF, depositadas na antiga Recheque, não se assemelhavam a depósitos de terceiros e cauções, pois não tinham o condão de retornar ao pagante, como relatou a Secex-2 (Principal, Vol. 3, fls. 689 – 690), mas sim integrar fundo com clara natureza pública.

62. Além do enfoque doutrinário explicitado acima, os valores depositados na Redi-BC são receitas públicas orçamentárias também na visão da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e da Secretaria de Orçamento Federal – SOF.

63. De acordo com o Manual de Receitas Nacional, editado pela Portaria conjunta STN/SOF 3/2008, Receitas Públicas, sob o enfoque orçamentário:

*(...) são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e demais transações que devem ser registradas como receitas orçamentárias, pois financiam despesas orçamentárias controladas no orçamento, conforme definido pela entidade. (Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas Públicas**: manual de procedimentos. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. p. 18)*

64. Nessa linha, como deixou claro a unidade técnica (Principal, Vol. 3, fl. 684), os gastos realizados com os recursos da Redi-BC destinam-se a despesas administrativas em geral, envolvendo cursos de idiomas, reformas, aquisição de material permanente, sendo, portanto, autênticas despesas orçamentárias.

65. No que concerne ao Bacen, há dispositivo específico na Lei de Responsabilidade Fiscal (art.5º, §6º) determinando a inclusão de despesas de custeio administrativo e de investimentos, verbis:

§6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

66. Assim, seja por se originar de receitas de serviços, consideradas entradas não compensatórias ao patrimônio de fundo afetado à finalidade pública, seja por custear despesas orçamentárias, os recursos constantes da referida reserva são ingressos orçamentários e devem integrar o OGU. Trata-se de imposição, também, do art. 3º da Lei 4.320/1964, que materializa o princípio da universalidade:

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

67. Além disso, nos termos do princípio da unidade orçamentária, baseado no §5º do art. 165 da Constituição Federal, a peça orçamentária deverá ser uma, divida entre orçamento fiscal, de investimento das estatais, da seguridade social, no qual deverão estar inseridos os valores de fundos administrados pela Administração Direta e Indireta, in verbis:

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

*I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, **seus fundos**, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;*

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (Grifos nossos)

68. Dessa forma, ao contrário do afirma a Autarquia, os valores da Redi-BC devem ser executados via OGU, por expressa determinação dos artigos 2º e 3º da Lei 4.320/1964; do §5º do art. 165 da Constituição Federal, e do §6º do art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Argumentos

69. O recorrente contesta, ainda, a impressão constante do Relatório de Inspeção (Principal, Vol. 3, fl. 683), em que os auditores teriam afirmado que os projetos amparados com recursos da Redi-BC não seriam cruciais para o desempenho da missão do Bacen. O Banco considera não haver lógica entre esse posicionamento e a decisão proferida.

70. Alega que o objetivo de garantir que esses gastos sejam cruciais para a missão do Bacen se atinge com determinações para a seleção apropriada de projetos e não com imposição à Autarquia para que se abstenha de iniciar novos projetos sem que os recursos transitem pelo Orçamento Geral da União. Nessa linha, sustenta que as aquisições de bens e serviços que embasaram a impressão dos auditores foram apresentadas de modo descontextualizado no Relatório de Inspeção (Principal, Vol. 3, fl. 684).

71. Do mesmo modo, os contratos com cláusulas que previam tanto uso de fontes orçamentárias quanto os valores depositados na Redi-BC demonstram que o uso não era indiscriminado como afirmaram os auditores. Além disso, segundo o Banco, esses fatos apontam a relevância dos projetos beneficiados pela reserva, contrariando a afirmação dos técnicos de que esses valores custeavam despesas administrativas em geral.

72. Após, a Autarquia cita projetos inclusos na lista elaborada pela Secex-2 (Principal, Vol. 3, fl. 684) e afirma que a apresentação descontextualizada desses gastos não permite que se conclua que eles eram cruciais à missão do Bacen, representativos de despesas administrativas em geral ou passíveis de controle via OGU, passando a discutir a natureza de alguns dos dispêndios.

73. Afirma que a 'Reportecialização do painel de comando e acionamento do grupo gerador de emergência' poderia ser crucial caso se relacionasse, por exemplo, ao painel e acionamento do grupo gerador de emergência que atende as instalações dos computadores responsáveis pelo Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB.

74. Destaca, também, que os gastos relacionados à 'Redação de pareceres e relatórios' somente podem ser considerados relevantes se identificados a que tipo de projeto atenderão e a natureza de cada relatório ou parecer, podendo se relacionar a posicionamentos econômicos críticos, destinados ao público externo, inclusive internacional, não informações administrativas rotineiras.

75. O 'Workshop Securitização de Recebíveis Imobiliários', segundo o recorrente, pode ser crucial para preparar os técnicos do Banco para a crise econômica global oriunda da má administração de riscos relativos a títulos supostamente lastreados em imóveis.

76. Nos mesmos moldes, a 'Aquisição de aparelho de áudio e vídeo' ou a 'Realização de até 25.500 horas-aula de cursos dos idiomas inglês e espanhol' serão considerados cruciais, dependendo do projeto executado. Podem relacionar-se ao processo de inserção internacional ou coordenação entre autoridades monetárias, capacitação do corpo funcional ou a viabilização de projeto crítico que envolva grande volume de videoconferências, exigindo-se a aquisição imediata dos aparelhos.

77. Com isso, destaca que a apresentação descontextualizada dos gastos pode dar aparência de que eles configuram despesas administrativas, sendo que, em seu efetivo contexto, revelam-se a mais crucial das aquisições.

78. Sustenta, ainda em relação ao tema, que os recursos da Redi-BC não financiam aquisições isoladas, mas sim projetos, sendo esse gasto conjunto o objeto do juízo de relevância. A análise descontextualizada de despesas, como, segundo o recorrente, fez a unidade técnica aparenta dispêndios triviais, pois os projetos demandam compras de passagens aéreas, materiais de escritório e gastos rotineiros.

79. Os projetos, conforme a Autarquia, constituem esforço temporário, destinado a criar produto, serviço ou resultado exclusivo, promovendo-se o aprimoramento institucional e a realização da estratégia da Autoridade Monetária.

80. Nessa linha, assevera que a despesa descontextualizada, sem que esteja incluída em determinada etapa de trabalho, poderá ser considerada como gasto administrativo em geral, e não como elemento crucial ao atingimento dos fins de determinado projeto crítico, que permita ao Bacen avançar no cumprimento de sua missão.

81. Sustenta que está claro que os exemplos apresentados de forma descontextualizada não permitem que se conclua que os recursos da Redi-BC destinam-se a despesas administrativas em geral, revelando-se inconsistente a impressão da unidade técnica.

82. Alega que, mesmo que alguns dos gastos pudessem ser questionados quanto ao alinhamento com os objetivos da reserva, o problema seria solucionado por meio de determinações para corrigir as impropriedades identificadas ou aperfeiçoamento dos critérios de escolha e acompanhamento de projetos. Essa conclusão não poderia fundamentar determinação para a execução dos valores da Redi-BC via OGU.

83. Ainda sobre o tema, em outro momento da peça recursal (Anexo 6, fl. 18), destaca que esses argumentos infirmam a afirmação de que os recursos da Redi-BC amparam despesas administrativas em geral, além de os projetos financiados com esses valores terem inequívoca e especial relevância.

84. Nessa linha, cita iniciativas como os Projetos Basiléia I e II, Seminários 'Metas de Infração', Seminários 'Economia Bancária', Sistemas de Informações de Créditos do Banco Central – SCR II, Convergência, etc, todos destinados a aprimorar a atuação institucional do Bacen.

Análise

85. Os argumentos do recorrente não merecem prosperar. Primeiramente, é importante ressaltar que o Bacen contesta o posicionamento da unidade técnica, apresentando apenas hipóteses do uso relevante dos valores, sem anexar qualquer elemento probatório capaz de ratificar as afirmações.

86. Além disso, mesmo admitidas todas as hipóteses apresentadas pela Autarquia como verdadeiras, ainda assim não haveria autorização legal para execução dos valores da Redi-BC fora do OGU.

87. Como destacado anteriormente, a única hipótese em que se discute o uso de valores sob a responsabilidade do Bacen sem que o trânsito na Lei Orçamentária é o Orçamento de Receitas e Encargos de Autoridade Monetária – OAM.

88. Todavia, o recorrente não contesta o fato de que a Redi-BC não está incluída nesse contexto. As despesas discutidas no presente processo têm clara natureza administrativa, ainda que relevantes para a missão institucional da Autarquia.

89. A unidade técnica esclarece que a quase totalidade das despesas vinculadas à atuação do Bacen como autoridade monetária relaciona-se a incursões na política monetária e cambial, como compra e venda de títulos públicos e moeda estrangeira (Principal, Vol. 3, fl. 688, subitem 4.16). Apenas gastos tão específicos justificam a possível exceção aos princípios da unidade e da universalidade, com a desaconselhada formação de caixas especiais.

Argumentos

90. O Bacen considera, ainda, que o fato de existir contratos com cláusulas prevendo, como fontes de recursos, tanto o OGU quanto a Redi-BC indica que a reserva tem sido administrada de modo criterioso e não que os recursos nela presente têm sido usados de forma indiscriminada.

91. Destaca que a reserva custeia projetos, cujas aquisições são centralizadas em unidades como o Departamento de Recursos Materiais e Patrimônio – Demap, como determinam as boas práticas em gerenciamento de projetos.

92. Sustenta que, com isso, a aquisição de serviços, com administração centralizada, poderá servir tanto a projetos amparados pela Redi-BC quanto a atividades, projetos ou iniciativas alheios à reserva. Nessa linha, a previsão das duas fontes de recurso busca, segundo o recorrente, exatamente prevenir a mescla indevida de recursos destinados a regimes distintos de formação de determinada despesa e não o uso indiscriminado dos valores, ao contrário do que examinou a unidade técnica.

93. Assevera que a ocorrência de pagamentos com recursos da Redi-BC e do OGU em um mesmo contrato reflete o fato de haver discriminação entre as hipóteses em que a aquisição deverá ser paga com os valores oriundos de uma ou outra fonte. Do contrário, ressalta o Banco, seria suficiente incluir como fonte apenas a Redi-BC, ainda que as despesas a serem realizadas não fossem condizentes com a destinação da reserva.

94. Aduz que seria estranho se os auditores não tivessem encontrado nenhum pagamento com os recursos da Redi-BC e do OGU de forma alternada, configurando, nesse caso, o uso indiscriminado alegado pela unidade técnica. Ocorreu, na concepção do recorrente, o contrário, pois o Bacen busca evitar a mescla indevida dos valores das duas fontes, sendo curiosa a interpretação da Secex-2 em sentido contrário.

95. Estima que a distorção na interpretação da unidade técnica decorra da ausência de algum conceito necessário, como o fato de as aquisições no Bacen ocorrerem de forma centralizada ou a confusão conceitual entre as noções de contratos, projetos e aquisições. Isso, segundo o Banco, impede a compreensão plena do fato de a Redi-BC amparar projetos.

96. Para tanto, transcreve trechos da instrução dos auditores (Principal, Vol. 3, fls. 684-685), em que os técnicos informam sobre a ocorrência de pagamentos com recursos da Redi-BC e do OGU na execução de um mesmo contrato, concluindo não haver clara divisão dos projetos que serão executados com uma fonte ou outra.

97. Argumenta ser logicamente inconsistente a conclusão dos auditores sobre a ausência de divisão clara entre os projetos executados com recursos do OGU e da Redi-BC, baseada na existência de três processos de aquisição com autorizações de pagamento envolvendo as duas fontes, dos nove constantes da amostra. Essa conclusão, segundo a Autarquia, somente seria possível com a confusão entre os conceitos de projetos e processos de aquisição.

98. Com isso, conclui sobre esse ponto:

56. Afinal, como explicado a montante, um mesmo contrato e seu correspondente processo de aquisição podem servir a atividades, projetos e iniciativas diversos, custeados pela Redi-BC ou pelo OGU, de modo que a existência de cláusulas que prevejam tanto a Redi-BC quanto o OGU como fontes de recursos, ensejando pagamentos às expensas ora de uma fonte ora da outra, conforme o caso específico, demonstra justamente a preocupação em não mesclar recursos submetidos a regimes distintos na formação de uma determinada despesa, viabilizando uma clara divisão, não o contrário, entre projetos executados com recursos de uma ou de outra fonte. (Anexo 6, fl. 18).

Análise

99. Os argumentos do recorrente não estão corretos. Assiste razão à unidade técnica ao afirmar que o pagamento de despesas, utilizando-se como fonte de recursos tanto o OGU quanto a Redi-BC, seja no bojo de projetos ou fora deles, demonstra que os gastos realizados são ordinários e não necessitam transitar fora da Lei Orçamentária. A gestão por projetos não é exclusividade do Bacen, sendo prática corriqueira na Administração Pública.

100. Da complexa explicação apresentada pelo Banco, extrai-se que houve de fato gastos pagos tanto com recursos do OGU quanto da Redi-BC, o que ratifica a tese da natureza ordinária das despesas executadas nesses projetos, especialmente porque esses dispêndios não integram a gestão excepcional do OAM.

101. Equivoca-se o recorrente ao afirmar que os técnicos desconheciam os conceitos de projetos, contratos e aquisições, sendo que a explanação da unidade técnica refere-se ordenadamente a um ou outro conceito.

102. O que os auditores corretamente colocam é que o fato de as duas fontes alimentarem as aquisições ou os projetos deixa claro que a execução dos valores da reserva não necessita ocorrer fora do OGU. É legal e tangível trazer essas despesas para o contexto do regime jurídico-administrativo a elas aplicável.

103. Por fim, é importante destacar que, não obstante os técnicos terem identificados apenas três processos com pagamentos efetivos nas duas fontes, OGU e Redi-BC, havia previsão em seis dos nove identificados de execução nesses moldes (Principal, Vol. 3, fls. 683-684, subitens 3.5 e 3.6), ou seja, com autorização para o uso indiscriminado das duas fontes.

Argumentos

104. Questiona, também, outros trechos da manifestação da Secex-2 (Principal, Vol. 3, fls. 688 e 690), em que os técnicos afirmam que o conceito de desenvolvimento institucional na destinação da Redi-BC é muito amplo, não sendo possível distinguir o uso dos recursos da reserva da fonte orçamentária.

105. Sustenta que os dispêndios realizados com recursos da reserva não foram adequadamente analisados pelos auditores, especialmente no que tange aos projetos e ao respectivo planejamento, impossibilitando a conclusão sobre a execução desses gastos via OGU.

106. Afirma que, mesmo que as conclusões da Secex-2 fossem verdadeiras em relação à destinação da reserva, isso poderia fundamentar determinação para o estabelecimento de critérios mais específicos no custeio de projetos pela Redi-BC, com parâmetros análogos aos da Lei Orçamentária, não deliberação como a que ora se questiona.

107. Aduz que os conceitos de desenvolvimento institucional, projetos relevantes e essenciais e 'implementação de estratégias' são suficientes para definir o escopo da execução com o uso dos recursos da Redi-BC.

108. Referem-se, segundo a Autarquia, a avanço, aprimoramento, salto qualitativo e implementação de estratégia destinada ao futuro, contrapondo-se à idéia de funcionamento e manutenção de serviços públicos, o que caracterizaria a noção de despesa pública, como destacou a unidade técnica no subitem 4.23 do Relatório de Inspeção, transcrito na peça recursal.

109. Informa que é por conta disso que os recursos da Redi-BC não são aplicados em atividades rotineiras ou em processos de trabalho já estabelecidos, mas sim em projetos, destinados a esforços temporários para promoção de mudanças, com a criação de produto, serviço ou resultado exclusivo.

110. Acrescenta que nada impediria que os recursos do OGU disponíveis pudessem custear ações destinadas ao desenvolvimento institucional, além do funcionamento e manutenção de serviços públicos.

111. Mas, segundo o recorrente, os recursos da Redi-BC não poderiam ser aplicados em despesas para funcionamento e manutenção, sendo de destinação exclusiva ao desenvolvimento institucional.

112. No que concerne à 'implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico do Banco Central', sustenta que esse conceito torna mais denso o critério para aplicação dos recursos da reserva, pois se relaciona aos objetivos estratégicos do Banco, por qüinqüênio. Para tanto, cita algumas das oito atuais finalidades, como 'fortalecer a inserção internacional da instituição'.

113. Alega que a Redi-BC destina-se a amparar projetos voltados para o desenvolvimento institucional, cujas especificações constem no Planejamento Estratégico do Banco Central, havendo regras expressas acerca da matéria, as quais cita no recurso.

Análise

114. Os argumentos do Bacen não estão corretos. O art. 1º do regulamento constante da Portaria 37.687/2006 trata da destinação dos recursos da Redi-BC, nos seguintes termos:

Art. 1º Os recursos da Redi-BC destinam-se ao custeio da execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico.

115. Os projetos a serem custeados com os recursos da reserva, em concordância com o posicionamento da unidade técnica, têm similaridade com as demais ações destinadas ao funcionamento e ao desenvolvimento institucional do Banco Central, alimentadas por outras fontes.

116. A maior comprovação disso está no parágrafo primeiro do mesmo artigo, que permite o custeio dos mesmos projetos a que se destinam os valores depositados na Redi-BC, com recursos do Orçamento Geral da União - OGU. Não há nada de especial na gestão da reserva que permita a exclusão dela da Lei Orçamentária Anual – LOA.

117. Por outro lado, a finalidade da reserva foi definida pelo próprio recorrente, não cabendo a esta Corte realizar os ajustes na destinação dos valores reservados, pois se tratam de receitas afetas a finalidades públicas.

118. Além disso, a reanálise das despesas realizadas com os recursos da Redi-BC demonstra não haver justifica técnica ou legal para a execução das receitas oriundas da reserva fora do OGU.

119. Nota-se, por exemplo, a autorização para pagamentos com a finalidade de atualização tecnológica do sistema de elevadores do Edifício-sede do Bacen, em Brasília (Anexo 3, fls. 21; 23; 26; 29 e 31). Por maior que seja o esforço interpretativo, sem interessar em quais projetos estejam inclusos os referidos gastos, não se pode negar que se trata de despesas ordinárias cuja execução deve ser realizada obrigatoriamente via LOA.

120. Do mesmo modo, o pagamento de despesas com cursos de idiomas destinados a qualquer servidor da instituição, indistintamente (Anexo 3, fls. 79-93; 95-101; 103-104; 106-119), também integra o rol de despesas primárias a serem executadas e discutidas por meio do OGU.

121. Igualmente, os recursos da Redi-BC são utilizados para custear obras, eventos e aquisições de equipamentos, como está relatado na Tabela de fl. 684, do Volume 3, despesas que deveriam ser discutidas e executadas por meio do OGU, por expressa determinação dos artigos 2º e 3º da Lei 4.320/1964; do §5º do art. 165 da Constituição Federal; e do §6º do art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

122. Ressalte-se, por fim, que o conceito de despesa pública não envolve apenas a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos prestados à sociedade, como afirma o recorrente. Rubricas como os investimentos, por exemplo, tem clara finalidade de proporcionar saltos qualitativos na atuação de órgãos e entidades. Essa característica, contudo, não afasta a necessidade de que esses valores sejam executados por meio da LOA, conforme determina a Constituição Federal.

Argumentos

123. Alega que não há correlação lógica entre o posicionamento da unidade técnica de que os bens adquiridos com recursos da Redi-BC e incorporados ao patrimônio do Bacen passam a ter natureza jurídica de bens públicos e a proposta de inclusão dos valores no OGU.

124. Para o recorrente, determinação impedindo que os recursos da reserva sejam utilizados para aquisição de bens ou a não incorporação dessas aquisições ao patrimônio do Banco teria vinculação lógica com o entendimento, para fins argumentativos, de que essas ações são judicamente impróprias, ao contrário da determinação ora impugnada.

125. Destaca que, mesmo considerando legais as aquisições e as incorporações ao patrimônio do Banco, não apenas a execução dos valores por meio do OGU seria opção para preservar a regularidade na administração dos recursos da reserva, mas também as duas hipóteses destacadas no tópico anterior.

126. Alega que, de qualquer sorte, 'a objeção à aquisição de bens ou à incorporação patrimonial de que se trata não constitui fundamentação decisória coerente' para a deliberação questionada, tendo em vista não haver respaldo jurídico impedindo essa conjuntura.

127. Ressalta que o Bacen não contesta o fato de que os bens adquiridos com recursos da Redi-BC, após a incorporação ao patrimônio do Banco, assumem a condição de patrimônio público. Contudo, na concepção da Autarquia, essa informação não é relevante para a conclusão de que esse gasto com recursos privados tenha que ser realizado via OGU.

128. Nessa linha, o Banco contesta outro trecho do Relatório de Inspeção (Principal, Vol. 3, fl. 22), em que os técnicos ressaltam que a Redi-BC não é mero doador ocasional de bens ao Bacen, mas sim reserva com o único fim de prover o recorrente de bens e serviços.

129. Lembra que a doação de bens por particulares a entidades públicas, apesar de ingressar no patrimônio dos entes, não necessita de execução prévia no orçamento geral da união, não sendo considerada inválida a aquisição dos bens doados ou a incorporação ao destinatário.

130. Para a Autarquia, a habitualidade nas doações não é juridicamente determinante, como sustentam os auditores. Para tanto, afirma que a doação contumaz de livros para a biblioteca de uma entidade pública não tornaria inválida a aquisição de livros com recursos privados ou a incorporação posterior ao patrimônio público.

131. Argumenta que a Redi-BC não foi instituída para prover o Bacen de bens e serviços, como afirmou a unidade técnica, mas sim para promover a defesa da estabilidade da moeda nacional, com o custeio da execução de projetos de interesse do recorrente, nos termos do art. 1º do Regulamento da reserva, divulgado pela Portaria 24.410/2003.

132. A aquisição de bens e serviços para o Bacen, segundo a Autarquia, é apenas meio para a execução de projetos de valor estratégico, os quais possibilitarão o atingimento dos resultados constitucionais de regulação do sistema monetário-financeiro, não fim exclusivo.

133. A conclusão errônea dos auditores, na concepção da Autarquia, poderia contradizer o fato de que os recursos da Redi-BC não são incorporados ao patrimônio do Banco, mas sim os bens adquiridos com os valores depositados na reserva e, ainda assim, posteriormente, sem que se afronte qualquer regra jurídica.

134. Com isso, conclui que são inconsistentes as impressões constantes no Relatório de Inspeção de que os recursos da Redi-BC são utilizados para o custeio de despesas administrativas em geral com posterior incorporação ao patrimônio do Bacen, sem respeitar critérios análogos aos da LOA.

135. Além disso, não há, segundo o Bacen, conexão lógico-jurídica entre essas impressões e o conteúdo da deliberação recorrida, mostrando-se deficiente a manifestação da unidade técnica que fundamentou o Acórdão guerreado.

Análise

136. Não assiste razão à Autarquia. Primeiramente, como restou incontroverso nos autos, a taxa de serviço que alimentou a Redi-BC é preço público relacionado à prestação de serviço público de inclusão ou exclusão do emitente de cheque sem fundos no CCF, operado pelo Banco do Brasil.

137. Diante da inquestionável relação do tema com o Estado, ratifica-se o posicionamento da unidade técnica de que o fundo tem clara afetação pública, pois se destina a cobrir despesas de Autarquia federal. O Ministro Relator da ADI-MC 1398-0/DF, em cognição sumária, ultrapassa esse entendimento e considera a Recheque, que originou a Redi-BC, como fundo público.

138. Dessa forma, as entradas não compensatórias de receitas em fundo com finalidade pública, cujos valores destinam-se a despesas orçamentárias, não podem ser executadas em caixa especial, conforme vedação constante no art. 56 da Lei 4.320/1964. in verbis:

Art. 56. O recolhimento de tôdas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

139. Verifica-se, portanto, que a incorporação dos bens adquiridos com os recursos da Redi-BC ao patrimônio do Bacen, ao contrário do que o recorrente busca convencer esta Corte, é apenas um dos argumentos que impõem a gestão da Redi-BC por meio do OGU.

140. Esses fatos somente confirmam que as receitas registradas na reserva têm a finalidade de custear despesas cuja discussão cabe ao Poder Público, ratificando a exigência de que os valores não transitem fora da LOA.

141. Além disso, diferentemente do que afirma a Autarquia, as incorporações de bens ora em debate não se assemelham ao encaminhamento gratuito, em que o particular decide o que comprar e doar a entes públicos. No presente caso, a destinação do fundo é definida de forma ampla na Portaria BCB 37.687/2006 e o que será adquirido é livremente definido pelo Banco, em discussões internas, promovendo-se a formação de caixa especial.

Argumentos

142. Após, o recorrente apresenta argumentos que devem ser enfrentados em conjunto, pois têm a finalidade única de afastar o regime jurídico das finanças públicas, consubstanciado nos princípios da unidade, universalidade e unidade de tesouraria, previstos nos artigos 2º e 56 da Lei 4.320/1964, atraindo os conceitos atinentes à regulação do sistema monetário-financeiro (Anexo 6, fls. 23-33).

143. Para tanto, transcreve os subitens 4.6-4.10; 4.23, 4.27, 4.29, 4.32-4.35; e 5.2 do Relatório de Inspeção da Secex-2 (Principal, Vol. 3, fls. 687; 690-692), com destaque às afirmações de que os valores de um fundo privado foram afetados à finalidade pública, podendo ensejar demandas judiciais futuras sobre o uso irregular desses valores, o que não ocorreria por conta da prescrição.

144. Aponta, ainda, o trecho em que a unidade técnica afirma ser a natureza jurídica da despesa que determina o controle orçamentário, discorrendo posteriormente sobre o conceito de despesas públicas, as quais não poderão ser executadas em caixa especial. Em outros trechos, os auditores destacam que a questão deve ser analisada à luz dos princípios orçamentários previstos na Lei 4.320/1964, em especial os postulados da unidade de tesouraria, universalidade e unidade.

145. Segundo o recorrente, essa fundamentação é inconsistente para julgar reserva constituída com contribuições inclusas no contexto do regime jurídico de regulação do sistema monetário-financeiro.

146. Discorda do posicionamento da unidade técnica de que a origem dos recursos da Redi-BC seria irrelevante para discussão do caso, mas sim a destinação pública dos valores, o que exigiria a execução por meio do OGU, em respeito aos princípios da unidade e universalidade.

147. Nesse ponto, para a Autarquia, a invocação do regime jurídico das finanças públicas como fundamento para o julgado possui 'caráter francamente descontextualizado', tendo em vista que a reserva constitui-se de contribuições privadas impostas no contexto das normas de regulação do sistema monetário-financeiro.

148. Ressalta que as contribuições que formaram a Redi-BC foram impostas a particulares, como reconhecido pela unidade técnica à fl. 681, com base em dispositivos constantes da Circular BCB 559/1980 e do regulamento anexo à Resolução CMN 1.631/1989, editadas no exercício das competências estabelecidas pela Lei 4.595/1964 e ressalvadas pelo art. 69 da Lei 7.357/1985.

149. A taxa de serviço, oriunda da sensibilização do CCF, baseava-se, segundo a Autarquia, no regime de regulação do sistema monetário-financeiro e compunha estrutura de incentivos à prevenção do uso indevido do cheque, meio de pagamento importante à época. Com isso, formou-se o fundo, gerido pelo Bacen, destinado inicialmente ao custeio de campanhas do uso do cheque, conforme dispôs a Circular BCB 559/1980.

150. Após sucessivas normas, o fundo passou pelas denominações 'Funcheque', 'Recheque' e atualmente Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central – Redi-BC, estando no contexto regulatório do sistema monetário-financeiro. Nessa linha, o recorrente cita as destinações históricas dos valores depositados na reserva:

(...) 'aprimorar as operações bancárias, patrocinar a divulgação do correto uso do cheque e a custear as despesas de elaboração e divulgação do CCF'; 'patrocinar a divulgação do uso correto do cheque'; 'patrocinar a divulgação e promoção da defesa da estabilidade da moeda nacional e do uso correto do cheque, bem como custear despesas com a elaboração e divulgação do [...] CCF'; 'constituição de entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras'; 'proteção de titulares dos créditos especificados no respectivo estatuto, contra instituições financeiras e associações de poupança e empréstimo', com 'cobertura de créditos contra instituições [...] submetidas aos regimes de intervenção e ou liquidação extrajudicial, nos termos da Lei n. 6.024, de 13.03.74, decretados no período compreendido entre 1º.07. 94' e a data de entrada em vigor da Resolução CMN n.º 2.211, de 1995; 'patrocinar a divulgação e a promoção da defesa da estabilidade da moeda nacional e do uso correto do cheque, bem como custear despesas com o aperfeiçoamento e a divulgação do [...] CCF', com delegação de ''competência ao Banco Central do Brasil para alterar a denominação [...] e a destinação dos recursos'; e 'promover a defesa da estabilidade da moeda nacional, por meio do custeio da execução de projetos de interesse do Banco Central do Brasil que busquem o atingimento dos objetivos estratégicos da instituição, em consonância com sua missão institucional'. (Anexo 6, fl. 27).

151. Alega que o fundamento jurídico da reunião dos recursos na Redi-BC é o regime jurídico de regulação do sistema monetário, com características próprias, não tendo decorrido do poder de tributar ou punir.

152. Esse arcabouço jurídico, ao contrário do que ocorre com as sistemáticas estabelecidas para o endividamento público e outros regimes mais antigos, estruturados nos modelos de Estado Liberal e Social, carece de compreensão baseada na opção contemporânea de Estado Regulador.

153. Aduz que a tributação, o endividamento e outros sistemas objetivam angariar recursos destinados ao atendimento de finalidades que transcendem o interesse individual, contando com compreensão jurídica sedimentada, por se originarem nos modelos de Estado Liberal e Social, os quais já se consolidaram na história, contrapondo-se as esferas pública e privada, na medida em que se operavam as políticas econômicas em cada um deles.

154. Informa que, no ideário liberal, o público se contrapunha radicalmente ao privado, o Estado ao mercado, a atividade política à atividade econômica, com a preponderância da esfera privada, que se auto-regulava. Tratava-se do regime das Constituições de 1824 e 1891.

155. Segundo a Autarquia, o Estado Social, por outro lado, manteve a separação entre as dimensões pública e privada, mas com ênfase na primeira, por meio do dirigismo estatal e da exploração direta da atividade econômica, conforme se nota nas Cartas Constitucionais de 1934, 1937, 1946, 1967 e na Emenda Constitucional 1/1969. Esse modelo entra também em crise, por diversos motivos.

156. Após o desgaste dos dois modelos citados, inicia-se, na década de 1980, a estruturação do modelo de Estado Regulador, em que se mitigam as fronteiras entre o público e o privado. O objetivo dessa nova estrutura é melhorar a interação entre o Estado e o mercado, ideologia liberal e justiça social e outros princípios, impondo-se interferências recíprocas entre o Estado e os demais agentes econômicos.

157. Assevera que o sistema jurídico, nessa nova estrutura, busca admitir que algumas questões devem ser públicas e não estatais. Isso obriga a admissão de interesses difusos, não exclusivamente públicos ou privados, impondo-se a valorização da visão mais especializada dos setores regulados em detrimento da imposição hierárquica, centralizada e unilateral do Estado clássico.

158. O desenvolvimento desse modelo, na concepção do recorrente, ainda desafia as formas tradicionalmente aceitas de atuação do Estado, inclusive no que concerne à estruturação de valores para induzir os resultados regulatórios almejados. Essa postura origina iniciativas como a criação das agências reguladoras, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC e da Redi-BC, além das parcerias públicos privadas.

159. Assevera que, nesse contexto, o conceito de despesa pública não pode mais ser interpretado apenas com base em sua afetação a finalidades públicas, pois essa postura implicaria na negação do uso de recursos privados, como os presentes no FGC, para atender finalidades de interesse público, envolvendo determinado setor.

160. Negar esse paradigma do Estado Regulador é, para o Bacen, atentar contra o interesse público de ampliar a cooperação privada no atendimento de finalidades interessantes à toda a sociedade e, em especial, para determinado setor.

161. Argumenta que, não havendo algo como o FGC, idealizado ainda na Constituição de 1988, o Estado poderia ter que, em algum momento, obter recursos para enfrentar crises de insolvência bancária, como as que têm ocorrido em determinados países, sob protesto dos

contribuintes, tendo em vista a possibilidade de a sociedade como um todo responder por perdas que interessam com maior proximidade a determinado setor.

162. Sustenta que a afetação de recursos privados a finalidades públicas como indutor da caracterização dos gastos envolvidos como despesas públicas a serem realizadas pelo OGU, no contexto do regime de regulação, refletiria a aplicação de critérios homogêneos na distribuição, sem garantia de tratamento particular em favor de setor específico.

163. Com isso, segundo o Banco, os integrantes poderiam posicionar-se contrariamente à inserção dos valores pagos no OGU, por entenderem que essas contribuições se assemelhariam ao ônus tributário comum, que custeia a ação geral do Estado e não como contribuição baseada no poder regulatório destinado a setor específico, mas desviada de finalidade.

164. A realização de despesas fora dessa sistemática poderia ser questionada. Com isso, a inclusão desses valores no OGU, mesmo havendo vinculação da reserva a finalidades como a defesa da estabilidade da moeda, possibilitaria a ocorrência do 'contingenciamento branco', com a supressão compensatória de outras dotações na LOA.

165. Assevera que, desse modo, o setor regulado custearia gastos gerais das atividades estatais com recursos destinados a regular a atividade do próprio pagante, além das contribuições tributárias já existentes, configurando 'desvio superveniente de destinação', criando-se tributo não amparado nas garantias do regime jurídico específico.

166. Aduz que os auditores parecem não compreender a possibilidade de um órgão regulador como o CMN afetar recursos de fundo privado a finalidade pública, como as regras atinentes ao cheque, nos termos do art. 69 e parágrafo único, 'b', da Lei 7.357/1985.

167. Para tanto, transcreve o subitem 4.8 do Relatório de inspeção (Principal, Vol. 3, fl. 687), no qual a Secex-2 se manifesta sobre a afetação do fundo privado à finalidade pública, podendo ensejar demandas judiciais sobre o uso indevido dos valores. Essa hipótese somente não ocorreria por conta do instituto da prescrição.

168. Na concepção do recorrente, trata-se de percepção vinculada ao paradigma ultrapassado da contraposição entre o público e o privado, enganando-se, ainda, sobre a eliminação dos riscos de demandas judiciais pela prescrição.

169. Sustenta que as a afetação de recursos de fundo privado a finalidades públicas não poderiam ensejar questionamentos importantes, nos termos do regime jurídico de regulação do sistema monetário-financeiro, como de fato não ensejou, demonstrando o alinhamento do setor com os propósitos da Redi-BC.

170. Alega que as demandas judiciais poderiam advir da inclusão dos valores no OGU, com desvio da finalidade regulatória, constituindo violação capaz de iniciar o curso do prazo prescricional correlato.

171. Destaca que a determinação constante da deliberação recorrida coloca em risco a possibilidade de a sociedade contar validamente com a aplicação de recursos privados em finalidade pública e, em especial, a um setor determinado, sugerindo que sequer isso seria possível. Afirma que isso compromete ganhos de eficiência, com a eliminação de incentivo à cooperação privada para o atingimento de interesses de todos e particularmente a determinado setor, por apego ao orçamento clássico, mesmo tratando-se do manejo de recursos privados.

172. Ressalta, ainda, que essa subversão do adequado uso dos recursos da Redi-BC não atenderia ao sistema de freios e contrapesos, por meio do controle pelo Legislativo das despesas públicas do Executivo, tendo em vista não haver, nos valores em questão, liberdade para escolhas quanto a destinação, que é vinculada ao setor regulado, não se incluindo no contexto tributário ou sancionador.

173. Aponta que a questão é reconhecer ou não a juridicidade da criação de contribuição regulatória de interesse social e do setor regulado, separada, no momento do recolhimento e da aplicação, da contribuição tributária geral imposta à sociedade e executada no OGU.

174. Assevera que a afetação de recursos de fundo privado a finalidade pública é válida e não leva à conclusão, no regime regulatório em questão, de que as despesas realizadas com esses valores são consideradas orçamentárias.

175. Acrescenta que, mesmo argumentando que a origem dos recursos seria irrelevante para a presente discussão e que é a natureza jurídica da despesa que determina o controle via orçamento, deve-se admitir que os valores da reserva, antes da incorporação ao patrimônio do banco, não caracterizam despesas estatais a serem realizadas por meio do OGU.

176. Associa a esses argumentos o fato de que os recursos da Redi-BC não são aplicados em atividades rotineiras ou em processos de trabalho já estabelecidos, não configurando despesa pública, nos moldes definidos pela unidade técnica à fl. 690, do Volume 3.

177. Com isso, conclui que não se aplicaria o regime jurídico das finanças públicas sobre a administração da reserva, mas sim a sistemática de regulação do sistema monetário-financeiro, passando a discorrer longamente sobre a função regulatória.

178. Informa que essa função tem sede constitucional, apontando os dispositivos pertinentes, em especial o art. 25 do ADCT, desdobrando-se em leis específicas como as Leis 4.595/1964 e 7.357/1985, em seu art. 69, bem como nas Resoluções do CMN, criado com funções regulatórias e poder normativo, e nos normativos emanados do próprio recorrente.

179. As Resoluções do CMN, segundo o recorrente, delineiam de forma ampla, abrangente e dinâmica a função regulatória, relacionada à delicada disciplina do sistema financeiro nacional, moeda e crédito.

180. Considera falsas afirmações no sentido de que a Constituição teria revogado as delegações relativas à função normativa do Poder Executivo, incluindo-se a Lei 4.595/1964. Para tanto, transcreve o art. 25 do ADCT, sustentando ser norma de eficácia contida que reafirma a competência normativa do CMN e possibilita a prorrogação do normativo que trata sobre o tema, por dispositivo infraconstitucional.

181. Recorda que o dispositivo transcrito fixou prazo de 180 dias para que fossem revogados os dispositivos legais que deleguem ou atribuam a órgão do Poder Executivo competência do Congresso Nacional, tendo permitido, contudo, a prorrogação do período estipulado.

182. Informa que, diante da complexidade da matéria econômica, o Congresso Nacional não regulou o tema até o presente momento, tendo sido editados sucessivos normativos prorrogando o prazo previsto na Constituição, os quais cita na peça recursal. Nessa linha, destaca que a Lei 8.392/1991, alterada pela Lei 9.069/1995, cujo dispositivo transcreve no pedido, dilatou o termo para o cumprimento do art. 25 do ADCT até a promulgação da Lei Complementar a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

183. Conclui que o art. 25 do ADCT foi colocado na Constituição para preservar as competências normativas de alguns órgãos do Poder Executivo, dentre eles o CMN, permitindo-se a prorrogação por ato normativo infraconstitucional, o que dá validade aos arranjos regulatórios elaborados pelo Conselho, com base na Lei 4.595/1964.

184. Sustenta que a doutrina e a jurisprudência alinham-se ao entendimento de que a função regulatória, em que se pode extrapolar as regras dispostas nos diplomas legais, não se confunde com a regulamentar. Aduz que essa concepção decorre da formação do direito regulatório a partir das normas de criação das agências reguladoras.

185. Assevera que a regulação econômica deve estar atenta à complexidade técnica e as mudanças no cenário econômico, o que exige processo técnico e célere, razão pela qual essas funções foram atribuídas a Autarquias especiais, formando o conceito doutrinário de poder regulatório. Essa função permite a expedição dos chamados regulamentos autorizados (ou por delegação), que buscam disciplinar situações fáticas mutantes, extremamente técnicas e politicamente complexas, conforme palavras de doutrinador transcrito na peça recursal.

186. Destaca o posicionamento do doutrinador José dos Santos Carvalho Filho sobre a necessidade de expedição desses regulamentos promotores da deslegalização, oriunda da incapacidade do Poder Legislativo de regulamentar matérias de alta complexidade técnica, denominando essa função de poder regulador. Transcreve opinião no mesmo sentido do Ministro Joaquim Barbosa.

187. Ressalta ser sob essa perspectiva que devam ser analisadas as competências do CMN e do Bacen, que detêm, segundo doutrinadores citados e transcritos no pedido, poder regulamentar autônomo.

188. Por fim, registra manifestações do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal conferindo validade aos atos normativos produzidos no bojo da competência regulatória do CMN (Anexo 6, fls. 39-41).

Análise

189. Os argumentos do recorrente não merecem prosperar. Como sobejamente demonstrado na manifestação da unidade técnica e nesta instrução, a entrada de valores em fundo afetado à finalidade pública, cujas despesas são públicas e se destinam ao funcionamento e desenvolvimento institucional de Autarquia atrai o regime jurídico administrativo.

190. A destinação específica do fundo não impede a gestão por meio do OGU, tendo em vista que, nas discussões da LOA, a destinação dos valores deverá ser preservada, como ocorre com tantas rubricas orçamentárias na área de saúde e educação.

191. Para reforçar esse entendimento, cabe transcrever trecho da manifestação do Ministério do Planejamento sobre tema, ao interpretar o §6º do art. 5º da Lei Complementar 101/2002, que considera despesas da união, dentre outros, os gastos com custeio administrativo e investimentos do Bacen (Principal, Vol. 3, fl. 727):

13. Indispensável talvez seja, neste momento, buscar uma interpretação, ou seja, fixar o verdadeiro sentido e o alcance de tal norma jurídica. Em assim sendo, uma interpretação (segundo a natureza) de ordem gramatical ou literal de imediato rechaçaria a atual sistemática de utilização da Redi-BC, uma vez que se dada despesa é considerada custeio administrativo e/ou investimento deve necessariamente constar da LOA. A verificação por meio de abordagens lógico-sistemática e teleológica chega ao mesmo resultado, haja vista que a idéia do legislador certamente foi apartar da rigidez legal e institucional do Orçamento Federal apenas aquelas atividades precípuas do Bacen (§ 1º do art. 26 da LRF), ou seja, o papel de autoridade monetária em si (emissão de moeda, operações de mercado aberto, redesconto, etc.) e não os meios necessários para se atingir tal fim (custeio administrativo, edificações, infraestrutura, equipamentos, contratação de consultorias, etc.). Se assim não fosse, a totalidade das despesas do Bacen deveria estar fora da LOA, dado que todas concorrem - em maior ou menor grau, direta ou indiretamente - para o atingimento da função última de preservação do poder de compra da moeda.

192. Assim, sendo certo que os valores da Redi-BC não integram o OAM e tendo em vista as características da gestão da reserva discutidas nesta instrução, impõe-se a execução dos valores por meio da LOA, por expressa determinação dos artigos 2º e 3º da Lei 4.320/1964; do §5º do art. 165 da Constituição Federal, e do §6º do art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

193. Destaque-se que o novo paradigma do Estado Regulador não é incompatível com o que foi determinado na deliberação recorrida. Ao contrário, prevalece nessa nova sistemática o

postulado da legalidade, que impõe aos entes públicos o respeito ao ordenamento, além da supremacia da Constituição em relação a qualquer conjuntura normativa.

194. A gestão centralizada dos recursos estatais busca resolver mazelas existentes no passado, como o uso indiscriminado de caixas especiais, os quais impediam o controle adequado das finanças públicas.

195. Por outro lado, os recursos da Redi-BC não se destinam ao enfrentamento de crises nacionais ou internacionais, para as quais o Bacen pode dispor do OAM e dos créditos extraordinários. Esse fundo também não se relaciona com o FGC, tendo o STF, inclusive, impedido a transferência dos valores presentes na reserva para o fundo garantidor.

196. A finalidade da reserva, conforme consignado no art. 1º do regulamento anexo à Portaria BCB 37.687/2006, é o custeio da execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional do Bacen.

197. Como constatado pela unidade técnica, os gastos realizados com os recursos da reserva incluem da manutenção de elevadores ao custeio de cursos de inglês para os funcionários (Principal, Vol. 3, fl. 684). Não se justifica, portanto, legal ou tecnicamente a gestão especial desse caixa.

198. O receio do recorrente de que os valores depositados na reserva se juntem às receitas tributárias no OGU, deixando insatisfeitos os titulares das contribuições privadas no setor regulado, não se confirma. A solução técnica da questão já foi delineada pelo Ministério do Planejamento na Nota Técnica Conjunta 01/SEAFI/DECON/SOF/MP (Principal, Vol. 3, fl. 728, itens 17-18):

17. Seguindo esse juízo, defendemos que tais recursos devam inicialmente ingressar o patrimônio da referida autarquia via receitas de doação (Fonte 96 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais), uma vez que se trata de uma transmissão discricionária e gratuita (por decisão direta do CMN) de recursos privados oriundos da Redi-BC para o Bacen, que, por sua vez, se compromete a utilizá-los em projetos que fomentem seu desenvolvimento institucional ou em quaisquer novas destinações que sejam porventura normativamente instituídas.

18. Para que isso se operacionalize, entendemos que os primeiros passos devam ser o estabelecimento de uma personalidade jurídica para a Redi-BC e a decisão do CMN, via mecanismo institucional adequado, indicando os montantes a serem doados ao Bacen, bem como sua periodicidade, a fim de que essa autarquia possa executá-los dentro do seu orçamento as ações ora vinculadas. Dessa forma, os projetos atualmente financiados pela Redi-BC deverão ser enquadrados, caso ainda sejam de interesse da instituição, na programação da unidade orçamentária 25.201 - Banco Central do Brasil, sujeitando-se dessa maneira às diretrizes orçamentárias.

199. Com isso, as receitas serão destinadas ao Bacen, que poderá discutir, no bojo da LOA, a destinação dos valores, os quais estarão enquadrados na unidade orçamentária Banco Central do Brasil, respeitando-se as finalidades estabelecidas.

200. Por fim, as questões atinentes ao contingenciamento são políticas e não influenciam o contexto legal em que se deve operar a execução dos valores da Redi-BC, até mesmo porque essa realidade perpassa toda a Administração Pública Federal.

Argumentos

201. Por fim, o Bacen requer a modulação do conteúdo ou dos efeitos da decisão recorrida, para que se atenda os fins sociais e as exigências do bem comum, caso esta Corte não acate os argumentos apresentados na peça recursal para suprimir integralmente as determinações ora em debate.

202. Com isso, segundo o recorrente, não seriam comprometidos projetos importantes em curso ou em fase de concepção na Autarquia, os quais estão embasados na concepção atual da gestão dos recursos da Redi-BC, sendo que mudanças nessa estrutura poderiam impactar o andamento dos trabalhos e a correspondente entrega de resultados necessários à regulação do sistema monetário-financeiro, cujas iniciativas constam no Ofício Diret-296/2010-BCB.

203. Destaca que o cenário econômico nacional tem exigido atenção no monitoramento de variáveis inflacionárias, devendo haver prudência no tocante a ações prejudiciais, no curto prazo, às atividades relevantes ao cumprimento da missão institucional do Bacen. Com isso, conclui:

Em sendo assim, roga-se por que seja examinada a possibilidade de modular o conteúdo da decisão recorrida, na hipótese de que se entenda haver alguma impropriedade sanável na administração dos recursos da Redi-BC que, todavia, não implique a imposição de seu trânsito pelo OGU, ou a possibilidade de modular no tempo os efeitos do que vier a ser decidido, caso não sejam suprimidas as determinações impugnadas, de modo a não comprometer o andamento de projetos já planejados. (Anexo 6, fl. 42).

Análise

204. Não se vislumbra qualquer justificativa para modulação de efeitos pretendida pelo recorrente. Como restou consignado na transcrição da manifestação do Ministério do Planejamento e da SOF, constante no item 198 acima, a discussão sobre a aplicação dos recursos da Redi-BC no OGU não poderá se afastar da finalidade pública a que está afetada a reserva.

205. Com isso, seguindo-se os passos propostos pelos órgãos técnicos, o Banco Central, com a gestão adequada junto ao parlamento, poderá dar continuidade aos projetos relevantes referidos na peça recursal e nos autos, não havendo qualquer prejuízo à atuação da Autarquia.

206. Por outro lado, a modulação dos efeitos pretendida pelo recorrente coloca em risco a integridade da reserva, exatamente o que se pretende defender com a deliberação guerreada, tendo em vista que, como discorreu adequadamente a Secex-2 (Principal, Vol. 3, fl. 694), não há impedimento à utilização do valor total da reserva, a qual não mais recebe recursos, em um único exercício, tornando inócua a deliberação desta Corte.

207. Caso o recorrente recebesse a chancela desta Corte para concluir os projetos em andamento e iniciar e completar os já planejados, sem que a discussão se processasse no bojo do OGU, os recursos da reserva poderiam ser consumidos em pouco tempo, frustrando os objetivos da atuação desta Corte, com afronta aos dispositivos constitucionais e legais.

PROPOSTA

208. Diante do exposto, com fundamento no arts. 32, I, e 33, da Lei 8.443/1992, submetem-se os autos à consideração superior propondo:

conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Banco Central do Brasil contra o Acórdão 7.706/2010-TCU-1ª Câmara, proferido na Sessão de 23/11/2010, Ata 40/2010, retificado pelo Acórdão 3.514/2011 – TCU – 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 31/5/2011, Ata 18/2011;

negar provimento ao recurso apresentado, mantendo-se inalterado o Acórdão recorrido;

comunicar ao recorrente a deliberação que vier a ser proferida por esta Corte, bem como à Controladoria Geral da União e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão."

Em complemento, o titular da Serur formulou o despacho abaixo transcrito, no qual externa seu entendimento de que os recursos do REDI/BC são originários de taxa decorrente do exercício do poder de polícia.

"Trata-se de Recurso de Reconsideração interposto pelo Banco Central do Brasil - Bacen contra o Acórdão 7.706/2010-TCU-1ª Câmara, que determinou à Autarquia, em resumo, que executasse os recursos da Redi-BC por meio do Orçamento Geral da União.

Desde logo, concordo com o exame realizado pelo Auditor Judson dos Santos, às fls. 49/72 do Anexo 6, pois também considerando ser imprescindível que os recursos da Redi-BC sejam executados por meio do Orçamento Geral da União, nos exatos termos determinado pelo Acórdão recorrido.

De fato, não assiste razão ao recorrente. Pois, de um lado, não se trata de recurso utilizado nas operações de autoridade monetária. De outro, as fontes de receitas da Redi-BC são de natureza tributária, pois decorrem de taxas instituídas pelo Bacen no uso do seu poder regulador e fiscalizador. Por exemplo, uma das fontes de arrecadação da Redi-BC é a taxa de devolução de cheque pelo sistema de compensação e solicitação de exclusão do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos. Logo, não se trata de tarifa arrecada em função de serviços prestados ao público na qualidade de empresário (exemplo: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), mas em decorrência do exercício do poder de polícia.

A propósito, a definição de taxa trazida pelo artigo 145, II, da Constituição Federal e pelo artigo 77, caput, do Código Tributário Nacional, trazem os seguintes requisitos para a sua caracterização: decorrência do exercício de poder de polícia ou utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. O artigo 79, I, 'a' do Código Tributário, ao definir os serviços públicos utilizados potencialmente elenca, ainda, a compulsoriedade como pressuposto.

Veja-se pois, que a taxa arrecadada pelo Bacen e gerida por meio da Redi-BC é, em sua essência, compulsória e decorre do exercício do poder de polícia. Assim, considerando a atuação alicerçada na prerrogativa de autoridade monetária e a natureza tributária da arrecadação, os valores auferidos no período a esse título também deverão ser incluídos no Orçamento Geral da União, ante a inexistência de autorização legislativa para processamento de forma diversa.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao TCU, para posterior submissão ao Exmo. Senhor Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues."

Por sua vez, assim se manifestou o Representante do Ministério Público, com fundamento no Memorial que lhe foi enviado pelo recorrente:

Esclarecemos que a presente manifestação substitui aquela datada de 10/11/2011.

"Trata-se de Recurso de Reconsideração (fls. 1/43, anexo 6) interposto pelo Banco Central do Brasil – Bacen contra o Acórdão 7.706/2010 – 1ª Câmara, por meio do qual o Colegiado julgou regulares com ressalva as contas daquela entidade relativas a 2006, no que interessa à análise, expedindo-lhe as seguintes ***determinações****:*

'1.5.1. abstenha-se de iniciar novos projetos com recursos da Redi-BC sem que suas despesas sejam executadas por meio do Orçamento Geral da União;

1.5.2. adote providências no intuito de adequar a execução das despesas com recursos da Redi-BC por meio do Orçamento Geral da União, em atendimento ao art. 5º, § 6º da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 2º da Lei nº 4.320/1964, a partir do próximo exercício orçamentário.'

Em linhas gerais, o recorrente argumenta *que os valores da Redi/BC vem sendo manejados adequadamente e que estão sujeitos aos órgãos de controle, sendo cruciais para o desenvolvimento institucional e que uma imposição de sua utilização via OGU carece de fundamentação jurídica. Menciona normativos internos, a evidenciar que a execução dos recursos é regida por parâmetros de planejamento, programação e controle análogos aos da lei orçamentária.*

Explica que as despesas que embasaram a conclusão de gastos indevidos foram expostas de forma descontextualizada, e que os contratos que previam custeio tanto por fontes orçamentárias quanto pela Redi/BC comprovam que a utilização dos recursos não era desprovida de parâmetros.

Exemplificando gastos, aduz que não se trataram de despesas administrativas em geral, mas de despesas inseridas em contexto especial dos projetos e, se algum dos gastos fosse entendido desalinhado com os objetivos da Redi/BC, tal falha poderia ser objetivo de determinação corretiva. Quanto ao concurso de fontes de custeio, diferencia o custeio entre projetos e processos de aquisição.

Questiona a conclusão da unidade técnica de que os recursos da Redi-BC devessem transitar pelo OGU porquanto os bens adquiridos aqueles recursos e incorporados ao patrimônio do Bacen possuem natureza jurídica de bens públicos. Para argumentar, menciona que a doação de bens particulares a entidades públicas independe de prévia execução orçamentária. Assim, o fato de alguns desses bens e serviços resultarem em acréscimo patrimonial ao Bacen seria apenas conseqüência, um meio para obtenção dos fins que são os projetos de desenvolvimento institucional.

No cerne, em síntese, argumenta no sentido do afastamento do regime das finanças públicas sobre a execução daqueles valores, oriundos de contribuição proveniente do exercício da atividade regulatória, e cuja utilização deve restringir-se às finalidades específicas para que foram arrecadados.

Nesses termos, ***requer o conhecimento e o provimento do recurso para suprimir as determinações recorridas****, entendendo-se que os recursos da Redi/BC não devem transitar pelo OGU, sem prejuízo da observância aos preceitos do regime jurídico de direito público. Subsidiariamente, caso se entenda haver impropriedade sanável no manejo daqueles recursos, pugna pela modulação do conteúdo das determinações e, caso ainda subsista a conclusão pela irregularidade, sejam modulados, no tempo, os efeitos das determinações, preservando-se os projetos em andamento.*

Por sua vez, ***a SERUR (fls. 49/72, anexo 6) propôs o conhecimento e não-provimento do recurso*** *considerando, em síntese, que a existência de uma estrutura normativa, por si, não afasta a obrigatoriedade de que os valores da reserva sejam executados por meio do OGU. Considerou que a Redi-BC não constitui hipótese de exceção à execução orçamentária, estando, pois, sujeita à unidade e à universalidade orçamentárias. Teceu considerações no sentido da conceituação dos valores da Redi-BC como sendo receita pública oriunda de taxa de serviços. Por fim, ressaltou a constatação de que foram realizadas despesas indevidas, nas quais referidos valores custearam despesas administrativas em geral do Banco Central do Brasil.*

Ao tempo de nossa manifestação, ***apresentou o recorrente ainda memorial (acostado à contracapa) e razões adicionais, consubstanciadas no Parecer PGBC-363/2011****. Tal manifestação consiste em rebate dos argumentos contidos na proposta da SERUR.*

Redarguiu-se, em suma, incongruência nas conclusões da unidade técnica que, embora reconheça uma louvável estrutura normativa elaborada pelo Bacen para assegurar a gestão dos recursos da Redi-BC, identifica lacunas na prática, generalizando situações pontuais, corrigíveis mediante determinação.

Defende que não há obrigatoriedade da execução dos valores da Redi-BC pelo Orçamento Geral da União. Assevera que a argumentação da unidade técnica, em sede recursal, de que tais valores venham a integrar o OGU constituiria ***reformatio in pejus****, porquanto a deliberação recorrida limitou-se a determinar que fossem executados por meio daquele orçamento público, mas não que passariam a compô-lo indiscriminadamente. Também critica as sucessivas tentativas de*

enquadramento jurídico da Redi-BC e a conclusão de que a utilização desses valores não observara parâmetros análogos aos da lei orçamentária.

Aduz que os valores em questão não constituem receita pública, bem como a incompatibilidade da Redi-BC para com o regime das finanças públicas, porquanto seriam valores privados reunidos mediante contribuições imposta no regime jurídico da regulação. Também por isso, assevera que não pode haver desvio superveniente de destinação, na medida em que invalidaria o pressuposto pelo qual foram reunidos, e isso ocorreria sem as garantias típicas do regime jurídico tributário.

Feito esse breve relato, ***pedimos vênia para discordar da proposta oferecida pela SERUR e propormos o provimento parcial do presente recurso.***

Primeiramente, as sucessivas especulações por parte das unidades técnicas responsáveis pela instrução parecem sinalizar, a nosso ver, fragilidade no que tange ao enquadramento jurídico da cobrança da Redi-BC e do fundo por ela constituído.

A propósito, nosso entendimento é no sentido de que a Redi-BC constitui espécie ***sui generis*** *de contribuição proveniente de segmento específico, reunida e administrada pelo Banco Central do Brasil no exercício das prerrogativas públicas de regulação do sistema financeiro, observando parâmetros de execução análogos aos da lei orçamentária, mas não necessariamente o próprio regime das finanças públicas.*

A rigor, não vislumbramos imposição legal de que tais valores transitem pelo OGU, pois, conforme dissemos anteriormente, paira imprecisão conceitual acerca da natureza jurídica da cobrança da Redi-BC e do próprio fundo de reserva. Nada obstante, mediante raciocínio ***a contrario sensu****, pode-se afirmar do quê não se trata a Redi-BC. A propósito, pensamos que não se subsume em nenhuma das espécies tributárias típicas, se consideradas as características peculiares a impostos, taxas e contribuições, e não cremos que a natureza jurídica da entidade gerenciadora venha a determinar uma natureza pública para aqueles recursos.*

Quanto aos bens e serviços adquiridos com tais recursos – e que, eventualmente, são agregados ao patrimônio da entidade pública –, com razão o recorrente ao afirmar que constituem conseqüência-meio na persecução de um objetivo, que é o desenvolvimento institucional, bem assim no que mencionou hipóteses de acréscimo patrimonial público nas quais desinteressa saber o regime jurídico-financeiro do bem em momento anterior ao ingresso em patrimônio público.

É com base nessas considerações que conclutmos ser a Redi-BC espécie ***sui generis*** *de contribuição. Não é hipótese única no ordenamento jurídico, pois é assim,* ***v.g.****, com a contribuição sindical e as contribuições das categorias profissionais, estas últimas, aliás, também reunidas e gerenciadas por entidades dotadas do* ***status*** *de autarquia, enquanto que no caso em análise tal ocorre com o Banco Central do Brasil, uma autarquia em regime especial. Outra comparação esclarecedora, a nosso ver, pode ser feita com os valores reunidos pelas entidades do terceiro setor dotadas de parafiscalidade. Em todas as hipóteses mencionadas, os valores são movimentados por fora do Orçamento Geral da União, sem prejuízo da observância de parâmetros de legitimidade de uso e destinação específica.*

De outra parte, é plausível o argumento do recorrente de que determinar agora uma obrigatoriedade de movimentação dos valores da Redi-BC por meio do OGU constituiria desvio superveniente de destinação, infirmando, perante segmento específico da sociedade, o pressuposto pelo qual foram arrecadados, na medida em que lança incertezas quanto à destinação específica dos valores. Assim, não prospera afirmar que a finalidade específica pode ser assegurada por meio de esforço do Bacen junto ao parlamento, porquanto tal expediente lança incertezas no que tange à destinação específica.

Ora, se, na teoria, a estrutura normativa da Redi-BC é satisfatória, como, aliás, reconheceu a proposta da SERUR, não se mostra razoável a conclusão de que a execução dos valores não tem observado, no essencial, parâmetros análogos aos das finanças públicas. A constatação da realização de despesas ditas indevidas revela uma falha circunstancial, mas não estrutural, sendo passível de inibição mediante determinações corretivas e fiscalização. Ainda no tocante ao cabimento, ou não, de determinadas despesas, impende considerar o contexto do projeto em que inseridas e o arcabouço normativo próprio que estabelece as despesas passíveis de realização pela Redi-BC.

Por outro lado, também o elevado montante do fundo de reserva em epígrafe é razão a desaconselhar uma determinação que venha a impor uma obrigatoriedade de execução por meio do OGU, haja vista um provável assédio orçamentário em face desses valores, acarretando risco de frustração da aplicação na finalidade específica.

Noutro ponto, há de se ressaltar que está assegurada a competência desta Corte para fiscalizar tais valores, e cobrar as respectivas contas, pois se trata de valores reunidos compulsoriamente mediante o uso de prerrogativas públicas. Nesse sentido, por exemplo o disposto no art. 70, parágrafo único, da Constituição, do qual se depreende a situação do Bacen como entidade que reúne e gerencia os valores da Redi-BC:

'Parágrafo único. Prestará contas ***qualquer pessoa*** *física ou* ***jurídica, pública*** *ou privada,* ***que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores*** *públicos ou* ***pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária****.' (grifamos)*

Em suma, pensamos que o essencial ao interesse público é que seja assegurada uma aplicação dos valores na devida finalidade, sejam observados parâmetros de execução análogos aos das finanças públicas, constem em segregação contábil nos planos de contas e prestações de contas do Bacen, conforme a origem e, por suposto, estejam sempre disponíveis à fiscalização pelos meios de controle.

Como foi constatada a realização de despesas indevidas ou de enquadramento duvidoso, parece pertinente a expedição de determinações corretivas, no sentido de que se abstenha de realizá-las e, sendo o caso, seja providencia a recuperação de valores em favor do fundo. Pertinente, portanto, o pedido recursal sucessivo pela preservação da execução desses valores por fora do OGU, sem prejuízo de determinações tendentes a corrigir falhas pontuais.

Quanto ao pedido recursal sucessivo pela modulação dos efeitos da determinação, entendemos descabido, porquanto a questão essencial consiste em que o Tribunal se posicione acerca da obrigatoriedade, ou não, de execução dos valores da Redi-BC por fora do OGU, de modo que, entendendo pela obrigatoriedade, não se justificaria tolerar, a pretexto de preservação de projetos em andamento, utilização de recursos de forma irregular.

Desse modo, com vênias por divergir da proposta oferecida pela SERUR, ***propomos seja dado provimento parcial ao recurso, para, entendendo-se pela não obrigatoriedade da execução dos valores da Redi-BC via Orçamento Geral da União, tornar insubsistentes as determinações contidas nos itens 1.5.1 e 1.5.2 do Acórdão 7.706/2010 – 1ª Câmara, substituindo-as pelas seguintes determinações:***

'1.5.1. abstenha-se de realizar despesas indevidas ou cujo enquadramento não se subsuma objetivamente às hipóteses de aplicação dos recursos da Redi-BC, nos termos dos normativos pertinentes, atentando-se, em especial, para que não haja custeio de despesas administrativas em geral da entidade, sob pena de desvirtuamento na utilização daquele fundo de reserva e enquadramento dos responsáveis;

1.5.2. adote providências no sentido de recuperar, em favor da Redi-BC, os valores gastos com despesas consideradas indevidas, como é caso das despesas administrativas em geral, constatadas no presente processo, fazendo-as constar das próximas contas;"

VOTO

Preenchidos os requisitos atinentes à espécie, conheço do recurso de reconsideração, interposto pelo Banco Central do Brasil - Bacen, por intermédio de sua Procuradoria-Geral, contra o Acórdão nº 7.706/2010, da 1ª Câmara.

Nos termos do Acórdão recorrido, o Tribunal julgou regulares com ressalvas as contas ordinárias dos gestores do Banco Central, referentes ao exercício de 2006, e determinou a adoção de medidas tendentes a sanar as falhas, identificadas pela 2ª Secex, na inspeção realizada em outubro de 2009.

O BACEN insurge-se contra as seguintes determinações do acórdão recorrido:

1.5.1. abstenha-se de iniciar novos projetos com recursos da Redi-BC sem que sua despesas sejam executadas por meio do Orçamento Geral da União;

1.5.2. adote providências no intuito de adequar a execução das despesas com recursos da Redi-BC por meio do Orçamento Geral da União, em atendimento ao art. 5º, § 6º da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 2º da Lei nº 4.320/1964, a partir do próximo exercício orçamentário.

Tais determinações têm por objeto juízo sobre o próprio procedimento de execução das despesas, realizadas com os recursos da "Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil – Redi-BC", relativamente à compatibilidade com o regime jurídico-constitucional brasileiro.

Adianto que considero pertinente e esclarecedora a inspeção realizada na Autarquia, pelos auditores da 2ª Secretaria de Controle Externo, para adequadamente estudar a questão da regularidade da execução dos recursos da "Reserva Redi – BC", fora do Orçamento Geral da União.

Em vista da singular importância deste recurso, tanto em razão da questão da legalidade do procedimento, quanto dos valores envolvidos, na Sessão de 16 de maio do corrente ano, nos termos da proposta por mim formulada, a apreciação da matéria foi avocada ao Plenário do Tribunal de Contas da União.

II

Antes de proceder à análise das razões recursais, há de mister rememorar a origem dos recursos que compõem a "Reserva Redi/BC", advindos de "taxa de serviço", instituída pela Circular Bacen nº 559/1980, então cobrada diretamente do banco sacado a cada ocorrência que determinasse a inclusão de correntista no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo – CCF.

Nos termos desta circular, de 1980, os valores constituiriam fundo inominado, destinado a patrocinar campanhas relacionadas ao uso do cheque.

Em 1984, por meio da Circular Bacen nº 868/1984, o fundo foi batizado de FUNCHEQUE, voltado então a *"aprimorar as operações bancárias, patrocinar a divulgação do correto uso do cheque e a custear as despesas de elaboração e divulgação do CCF"*.

Já sob a égide da atual Constituição, o Conselho Monetário Nacional - CMN, por intermédio da Resolução nº 1.631/1989, revogou as circulares acima mencionadas e, por tal via, recriou a "taxa de serviço", agora cobrada dos bancos pelas inclusões e exclusões no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, promovendo multifárias alterações na sistemática adotada.

Como se verifica do texto, a nova "taxa de serviço" acrescentou à hipótese de incidência a exclusão do nome do emitente do cheque do Cadastro. Na oportunidade, tal Resolução estabeleceu que a receita seria transferida ao Banco Central do Brasil e revertida a fundo por ele gerido, novamente denominado "FUNCHEQUE", com o propósito de patrocinar o uso adequado do cheque.

Seis anos depois, o CMN editou a Resolução nº 2.155, de 27/4/1995, revertendo a "taxa de serviço" aqui tratada e o patrimônio do FUNCHEQUE para "Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque – Recheque", gerida pelo Banco Central do Brasil, destinada *"a patrocinar a divulgação e promoção da defesa da estabilidade da moeda nacional e do uso correto do cheque, bem como custear despesas com a elaboração e divulgação do CCF"*.

No mesmo ano, foi publicada a Resolução Bacen nº 2.197, 31/8/1995, na qual foi autorizada a constituição de entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a administrar mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras. Segundo a norma, a entidade receberia as receitas das taxas de serviço decorrentes da emissão de cheques sem provisão de fundos e absorveria o patrimônio da Recheque, que seria extinta após a transferência dos respectivos valores, termos abaixo:

"Art. 5º A entidade a que se refere o art. 1º desta Resolução, quando de sua criação, absorverá:(...)

II – o patrimônio da Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (RECHEQUE), de que trata a Resolução nº 1.861, de 28.08.91;"

Ainda em 1995, o Banco Central editou a Resolução nº 2.211, de 16/11/1995, aprovando o estatuto e o regulamento da entidade acima mencionada, denominando-a de Fundo Garantidor de Créditos – FGC. O art. 7º do referido regulamento, dispôs sobre a utilização dos recursos provenientes da Recheque, nos termos grifados:

"Art. 7º Os recursos provenientes do Fundo de Garantia dos Depósitos e Letras Imobiliárias - FGDLI, disciplinado no Regulamento anexo à Resolução nº 1.861, de 29.08.91, e da Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque - RECHEQUE, de que trata a Resolução nº 2.155, de 27.04.95, a serem absorvidos pelo FGC, na forma da Resolução nº 2.197, de 31.08.95, deverão ser previamente utilizados na cobertura de créditos contra instituições que tiverem sido submetidas aos regimes de intervenção e/ou liquidação extrajudicial, nos termos da Lei nº 6.024, de 13.03.74, decretados no período compreendido entre 1º.07.94 e a data da entrada em vigor deste Regulamento."

A partir desta Resolução, a Recheque deixou de receber os valores atinentes à 'taxa de serviço', decorrente da devolução dos cheques sem fundos.

Em 13/3/1996, por meio da ADIn 1398-0/DF, o E. Supremo Tribunal Federal suspendeu, liminarmente, a transferência do Patrimônio da Recheque para o FGC.

Somente sete anos após a concessão da cautelar, já em 2003, o CMN houve por bem, mediante a emissão de nova Resolução, a Bacen nº 3.074, de 24/4/2003 simplesmente revogar o inciso II do art. 5º da Resolução 2.197/95, que autorizou a transferência dos recursos da Recheque para o FGC. Nos termos do art. 2º da Resolução, os recursos da reserva permaneceriam sob a administração do Bacen, mantida a destinação anterior.

Tal revogação, por parte do CMN, utilizando o mesmo instrumento da Resolução, obrigou o E. STF a, nos termos de sua vetusta jurisprudência, a arquivar a ADIn, por perda de objeto, impedindo, por tal via, a apreciação definitiva do mérito e das questões a ele subjacentes, consistentes na propriedade da emissão de normas administrativas, gerais e abstratas, que instituem exações em *face do particular*.

A propósito, foi exatamente esta alteração normativa, elaborada a partir da medida cautelar, concedida pelo STF, na ADIn, que impediu a utilização da totalidade dos recursos da Recheque, para preencher os prejuízos resultantes da quebra de bancos privados, como, por exemplo, recentemente visto em relação ao Banco Panamericano, cujas perdas foram cobertas com os recursos do FGC.

Também, em 2003, o nome Recheque foi alterado para Redi-BC, com recursos atualmente destinados ao custeio da execução de projetos relevantes e essenciais, voltados ao funcionamento e desenvolvimento institucional do Bacen, com o objetivo de implementação das medidas definidas no âmbito do planejamento estratégico da autarquia.

Conforme o Balanço Patrimonial, apresentado pelo Bacen, nas contas relativas ao exercício de 2010, o saldo da reserva, em 31/12/2010, era de R$ 1.109.775.000,00 (um bilhão, cento e nove milhões e setecentos e setenta e cinco mil reais) e a única receita da Redi/BC advinha dos juros decorrentes das aplicações financeiras.

III

O recurso e os memoriais, enviados pelo Procurador-Geral do Banco Central, apresentam as seguintes razões:

- que a aplicação dos recursos da Reserva Redi-BC observa procedimentos análogos aos preceitos públicos, especialmente os da Lei Orçamentária. Trouxe aos autos normas da autarquia que, em seu entendimento, demonstrariam que os recursos são geridos mediante técnicas de planejamento, programação e controle.

- que a inclusão das despesas no OGU não é o único meio de garantir que os recursos da Reserva do Bacen sejam aplicados no financiamento de projetos relacionados ao planejamento estratégico.

- contesta que parte dos recursos da reserva teria sido utilizada em despesas administrativas cotidianas, com características semelhantes às que integram o OGU, dizendo que houve percepção "*descontextualizada*" dos auditores, que deixaram de atentar para "*o significado dos bens e serviços adquiridos em relação aos respectivos projetos*". Alega que, "*a mais ordinária das despesas administrativas, à vista de seu efetivo contexto pode revelar-se a mais crucial das aquisições*", a depender do projeto a que esteja vinculada.

- pondera que 6 dos 17 contratos apontados no relatório poderiam efetivamente representar despesas relevantes do ponto de vista estratégico. Contudo, não trouxe aos autos elementos comprobatórios de que os recursos da Redi/BC teriam sido, de fato, em sua totalidade, empregados em projetos de tal relevância.

- admite a ocorrência, em alguns contratos, de cláusulas que definem o OGU e a Redi-BC como fonte de recursos. Afirma que esses contratos se referem a projetos beneficiados pela Reserva, tais como os Projetos Basiléia I e II, Seminários "Metas de Inflação", "Economia Bancária", Sistema de Informações de Créditos do Banco Central SCR II, Convergência etc.

- justifica que o procedimento deve-se à "*preocupação em evitar a miscibilidade dos recursos oriundos das mencionadas fontes, submetidas a regimes distintos*".

- que não haveria norma a impedir que os bens adquiridos, com recursos do Redi/BC, ainda que não executados via OGU, sejam incorporados ao patrimônio do Bacen. Mesmo que se confirmem as ocorrências mencionadas, não haveria necessidade de o Tribunal exigir que a execução das despesas passasse a ser feita via OGU. Bastaria determinar a adoção de medidas corretivas, bem assim a definição de procedimentos e critérios específicos para os recursos da Redi/BC.

- que a decisão do Tribunal não indicou a norma que estabelece o dever jurídico de a autarquia executar as despesas da Redi-BC por meio do OGU.

Com fundamento na instrução e no despacho do titular da unidade, transcritos no Relatório, a Secretaria de Recursos do TCU propôs o conhecimento e o não provimento do recurso.

Por sua vez, em sua primeira manifestação, o representante do Ministério Público junto ao TCU, pôs-se inteiramente de acordo com o parecer da Secretaria de Recursos, pelo desprovimento do recurso.

Posteriormente, alterou o seu entendimento e opinou pelo provimento do recurso para, *in verbis*:

> "*(...) entendendo-se pela não obrigatoriedade da execução dos valores da Redi-BC via Orçamento Geral da União, tornar insubsistentes as determinações contidas nos itens 1.5.1 e 1.5.2 do Acórdão 7.706/2010 – 1ª Câmara, substituindo-se pelas seguintes determinações:*
>
> *1.5.1. abstenha-se de realizar despesas indevidas ou cujo enquadramento não se subsuma objetivamente às hipóteses de aplicação dos recursos da Redi-BC, nos termos dos normativos pertinentes, atentando-se, em especial, para que não haja custeio de despesas administrativas em geral da entidade, sob pena de desvirtuamento na utilização daquele fundo de reserva e enquadramento dos responsáveis;*
>
> *1.5.2. adote providências no sentido de recuperar, em favor da Redi-BC, os valores gastos com despesas consideradas indevidas, como é caso das despesas administrativas em geral, constatadas no presente processo, fazendo-as constar das próximas contas;*"

Diz o MP que os recursos da Redi/BC constituem espécie "*sui generis*" de contribuição proveniente de seguimento específico, no exercício das prerrogativas públicas de regulação do sistema financeiro, razão pela qual não foi vislumbrada "*imposição legal de que tais recursos transitem pelo OGU*".

Em novo memorial, o Bacen reforça os argumentos anteriormente mencionados e contesta os fundamentos da análise empreendida pela Serur, argumentando:

- que não há imposição legal para a execução, via OGU, dos recursos da Redi/BC. Nesse sentido, destaco a seguinte assertiva: "*A discussão lógico-juridicamente central para o deslinde da questão colocada no recurso do Banco Central tem por objeto, em suma, definir se há, ou não, essa obrigatoriedade.*"

- que há divergências nos pareceres, constantes dos autos, no que diz respeito à origem dos recursos da Redi/BC: a) ausência de objeção, por parte da 2ª Secex, quanto ao caráter privado dos recursos; b) conclusão da Serur de que a taxa de serviço que alimentou a Redi/BC, embora não tenham origem tributária, é preço público; c) despacho do titular da Serur, no sentido de que as taxas têm natureza tributária, decorrente do exercício do poder de polícia; d) manifestação da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – SOF de que o ingresso dos recursos da Redi/BC no OGU deveria ocorrer sob a forma de doação, ante seu caráter discricionário e

gratuito e o compromisso do Bacen de utilizá-los em projetos que fomentem seu desenvolvimento institucional.

que os recursos do Redi/BC não se referem a preço público, ante o "*caráter inequivocamente compulsório das contribuições que formaram a Redi/BC.*"

- que não se trata de taxa, uma vez que ela não foi instituída por lei e não está vinculada ao exercício do poder de polícia ou à prestação de serviços públicos. Nos termos do recurso, "*aquele que pagou as contribuições que formaram a Redi/BC pagou em decorrência de sua atividade, não de alguma atividade estatal específica.*"

- que a Redi/BC não se amolda à definição de doação, porquanto seria "*forma obliqua de transformar em receita pública o que não foi normativamente concebido para tal destinação, com todas as suas implicações diretas e indiretas (...)*".

- que tais receitas não poderiam ser enquadradas como extra-orçamentárias, por não se assemelharem a depósitos de terceiros ou cauções e não terem de ser devolvidas aos pagantes. Para o recorrente, tal conclusão teria deixado de considerar que depósitos e cauções são apenas exemplos de ingressos extraorçamentários.

- Ataca o entendimento da Serur, segundo o qual, além da execução das despesas custeadas pela Redi/BC, deveria ser incluído no OGU seu atual saldo de recursos. Entende que essa conclusão não só destoa da proposta de encaminhamento do auditor responsável pela instrução, com a qual o Secretário afirma concordar, como também representaria nova determinação ao recorrente, ao arrepio do princípio do *non reformatio in pejus*.

- Intentando, mais uma vez, afastar as características de tributo dos valores arrecadados, define-os como "*taxa de serviço*": "*instituída em normativos expedidos por autoridades regulatórias, objetivando coordenar esforço contributivo privado concebido como elemento de estrutura de incentivo estabelecida, com base no regime jurídico de regulação do sistema monetário-financeiro e sem as garantias do regime tributário, para estimular o adequado uso do cheque, meio de pagamento que já ostentou a importância capital no âmbito do sistema financeiro.*"

- Conclui sua argumentação, ressaltando o esforço da área técnica desta Corte de Contas, com vistas a identificar irregularidades na aplicação dos recursos da Reserva, a dizer que: "*O que fica patente, em suma, diante da visão panorâmica de todas essas tentativas de enquadramento feitas pela área técnica do TCU é que, tendo ela concluído que havia algo irregular com a Redi/BC passou a adotar a postura de que seus servidores devem se desdobrar, argumentativamente, para descobrir um erro e defender que ele existe, nem que, para tanto, tenham que distorcer toda a conceituação de preço público, tarifa, taxa, doação, etc., adotando sucessivos posicionamentos contraditórios e mutuamente excludentes dentro do mesmo processo, vis que um recurso privado não pode ser um preço público, e vice-versa, e não há sentido em cogitar doação relativamente a essas duas últimas figuras*".

Na tentativa de demonstrar a natureza privada dos recursos, o memorial de 4/11/2011 descreveu a forma como concebida a "taxa de serviço", cujos valores compõem o atual saldo da Reserva, nos seguintes termos (item 50 do memorial):

> "*Essas contribuições, instituídas pelo item 1, XIV, da Circular nº 559, de 29 de junho de 1980, do Banco Central, sob a imprecisa denominação "taxa de serviço", eram debitadas compulsoriamente na conta de bancos sacados, pelo executante dos serviços de compensação de cheques e outros papeis — o Banco do Brasil S.A., a teor do disposto no art. 19, IV, da Lei nº4.595, de 31 de dezembro de 1964—, a cada comunicação de devolução de cheque realizada por aqueles bancos para efeito de inclusão do nome do emitente do cheque devolvido no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF). E essas comunicações, por seu turno, também eram, por si, compulsórias. Tinham de ser feitas pelos bancos sacados ao recusarem o pagamento de cheque nas hipóteses admitidas na mencionada Circular (insuficiência de fundos na conta do emitente, conta encerrada etc.).*"
>
> O inciso XIV, da Circular nº 559/1980, dispõe da seguinte forma:
>
> "*XIV – Cada ocorrência comunicada na forma dos itens XII e XIII sujeita o banco sacado, a partir de 02.01.81, ao pagamento da taxa de serviço equivalente a 50% (cinquenta por cento) do maior valor de referência vigente, desprezada a fração de cruzeiro, cuja cobrança é efetuada pelo Executante, mediante débito em sua conta de depósitos, somente ressarcível junto ao cliente se este não figurar no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos;*"

A Lei nº 4.595, de 31/12/1964, que teria dado suporte à emissão da Circular, "*dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e da outras providências.*"

Nos termos do art. 19, abaixo transcrito, a execução pelo Banco do Brasil dos encargos previstos naquela Lei seria remunerada pelo Banco Central, bem assim o recebimento das importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais seria objeto de contrato a ser firmado pelo Banco do Brasil e a "União Federal":

> *"Art. 19. Ao Banco do Brasil S. A. competirá precipuamente, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional e como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal:*
>
> *I - na qualidade de Agente, Financeiro do Tesouro Nacional, sem prejuízo de outras funções que lhe venham a ser atribuídas e ressalvado o disposto no art. 8º, da Lei nº 1628, de 20 de junho de 1952:*
>
> *a) receber, a crédito do Tesouro Nacional, as importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais e ainda o produto das operações de que trata o art. 49, desta lei;(...)*
>
> *§ 1º - O Conselho Monetário Nacional assegurará recursos específicos que possibilitem ao Banco do Brasil S. A., sob adequada remuneração, o atendimento dos encargos previstos nesta lei.*
>
> *§ 3º - Os encargos referidos no inciso I, deste artigo, serão objeto de contratação entre o Banco do Brasil S. A. e a União Federal, esta representada pelo Ministro da Fazenda."*

Desta forma, não prevalece o argumento de que a compensação dos cheques está a cargo de "câmara de natureza privada", em serviço executado pelo Banco do Brasil S.A., que possui personalidade jurídica de direito privado, por força do disposto no inciso IV do artigo 19 da Lei nº 4.595/1964.

IV

Segundo entendo, com a devida vênia, os recursos arrecadados pela Reserva Redi/BC não ostentam, absolutamente, natureza privada, constituindo, claramente, recursos públicos.

A existência de previsão legal, no sentido de que os serviços serão remunerados pela União, põe por terra a alegação de que as receitas, por serem arrecadadas pelo Banco do Brasil, seriam privadas.

Também não prospera a justificativa do recorrente de que a natureza privada dos recursos deriva do fato de que, em razão da falta de personalidade jurídica da Reserva, o Banco teria de geri-los, ressarcindo-se dos custos de administração, mediante valor calculado pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais da autarquia, cujos montantes, nos exercícios de 2009 e 2010, representaram R$ 1.637,00 e R$ 1.358,00, respectivamente.

Ainda que esteja ocorrendo o ressarcimento dos custos correspondentes, não há nos autos informações conclusivas, de que houve autorização legislativa, para que o Banco Central gerisse recursos privados, ferindo, assim, o princípio da legalidade, segundo o qual o administrador público só pode agir de acordo com o que a Lei autoriza.

Também carece de previsão legal e de finalidade administrativa, a criação, pelo Banco Central, da hipótese de incidência de "taxa", destinada a constituir fundo privado, atribuindo a si mesmo a respectiva gestão e as finalidades a que se destina.

De igual modo, não me parece correta a alegação de que tal "taxa" teria sido instituída, no âmbito do regime jurídico de regulação do sistema financeiro, o que lhe conferiria natureza privada.

A Lei nº 4.595/1964 – que estaria a fundamentar a criação desta "taxa" – desde a sua edição, prevê que serão do Banco Central as eventuais receitas provenientes de disposições legais:

> *"Art 16. Constituem receita do Banco Central da República do Brasil:*
>
> *I - Juros de redescontos de empréstimos e de outras aplicações de seus recursos;*
>
> *II - resultado das operações de câmbio, de compra e venda de ouro e quaisquer outras operações;*
>
> *III - produto da arrecadação da taxa de fiscalização, prevista nesta lei;*
>
> *IV - receitas eventuais, inclusive multa e móra, aplicadas por fôrça do disposto na legislação em vigor."*

Diante de tais elementos, dissinto da conclusão de que, por ter sido constituída com recursos auferidos no exercício das prerrogativas de regulamentação do sistema financeiro, não se poderia precisar a natureza jurídica da Redi/BC.

Na verdade, a natureza jurídica de tal reserva decorre da origem do patrimônio constituído, da compulsoriedade da arrecadação estatal e das finalidades que alberga.

A propósito, as lúcidas palavras do Voto, proferido pelo Relator da ADIn 1.398/DF, E. Ministro Francisco Rezek, em 13/3/1996, ao deferir a liminar que suspendeu a vigência do art. 5º da Resolução-Bacen nº 2.197/1995, que, como mencionada anteriormente pela Secretaria, transferira o patrimônio da Recheque para entidade privada, posteriormente denominada Fundo Garantidor de Créditos-FGC:

> *"Entendo, à primeira vista, que tanto o Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI) quanto a Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (RECHEQUE) são fundos públicos, tal como demonstrou o requerente ao invocar parecer do então Consultor Geral da República, Ministro Paulo Brossard, e tal como ponderou o Ministro Celso de Mello em seu despacho. É certo que as informações dão notícia de parecer recente do Ministro Brossard, nos autos de ação civil pública em*
>
> *tramitação no juízo da 9ª Vara Federal do DF, que reconsidera sua posição anterior. Mas encontro dificuldade, neste juízo liminar, em adotar como definitiva a segunda tese.*
>
> *É estranho que o mesmo texto constitucional que garante a liberdade de associação (art. 5º-XVII) obrigue a interferência governamental para criar-se um fundo que, no dizer das resoluções impugnadas, é privado. Trata-se, como noticia o Presidente do Conselho Monetário Nacional (fls. 70), de autorização para a criação de instituição proveniente de associação de capitais privados."*

V

Com essas considerações, dou por afastada a natureza privada dos recursos e passo à análise dos elementos que conformam as receitas que atualmente formam a "Reserva Redi/BC", bem como exigem a execução dos mencionados recursos via OGU.

Consoante o Manual de Receita Nacional, aprovado pela Portaria Conjunta nº 3, de 14/10/2008, da STN/MF e da SOF/MPOG, receita, *"pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias."*

Por sua vez, o Código Tributário Nacional – CTN, Lei 5.172/1966, define tributo como *"toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção ou ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada."*

A Carta Magna, em seu art. 145, inciso II, preconiza que a União poderá instituir tributos, entre eles as taxas decorrentes do *"exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição"*.

Ao definir poder de polícia e serviços públicos específicos, os artigos 78 e 79 do CTN, assim dispõem:

> *"Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 28.12.1966)*
>
> *Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder."*

Segundo Hely Lopes Meirelles, poder de polícia é a *"faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso, o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado."*

Analisando os dispositivos acima, o Secretário da Secretaria de Recursos defende a tese de que a cobrança compulsória e unilateral de valor determinado, sem previsão de retorno aos pagantes, em razão da inclusão e exclusão de correntista no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo/CCF, amoldar-se-ia à definição de taxa, porquanto destinada a regular a utilização e evitar a emissão de

cheques sem a devida provisão de fundos, em benefício de interesses sociais elencados no art. 78 do CTN.

Consoante o princípio da destinação pública dos tributos – segundo José Afonso da Silva, implícito na norma constitucional – não há tributo privado, pois os tributos são sempre destinados ao Estado, e correspondem a encargos com o funcionamento dos serviços públicos, ou o exercício das atribuições governamentais.

VI

De qualquer modo, independentemente da efetiva natureza jurídica do ingresso, os valores que compõem a Reserva Redi/BC são públicos e hoje estão à disposição do Banco Central que os utiliza em dispêndios correntes, voltados a certas finalidades, sendo improcedentes quaisquer questionamentos que sustentem a origem privada dos recursos.

A natureza das despesas executadas pelo Bacen fica evidente, a partir da análise do quadro abaixo, extraído do relatório de gestão, referente às contas do Bacen, exercício de 2010, no qual estão elencados os tipos de despesas realizadas com recursos da Reserva, nos exercícios de 2008 a 2010:

Tipo de Despesa	2008	2009	2010
Despesas com viagens (condução, passagens e diárias)	5.477.865,22	6.011.246,56	7.034.768,69
Aperfeiçoamento e treinamento de pessoal	2.974.358,91	3.186.004,74	2.124.175,15
Estágio de Estudantes	217.690,34	271.932,43	335.459,48
Serviços de terceiros – tecnologia da informação	13.348.694,37	14.546.033,81	25.770.153,72
Serviços de terceiros – outros	3.810.143,32	7.611.498,35	17.371.077,25
Modernização/Adequação/Soluções de Informática	17.580.438,22	24.585.100,06	4.450.862,18
Modernização/Adequação de instalações e equipamentos	27.982.508,67	9.767.595,03	17.733.749,81
Demais despesas	596.571,91	482.710,85	275.798,00
TOTAL	71.988.270,96	66.462.121,83	75.096.044,28

Reforça esse entendimento o quadro comparativo, elaborado pela Diretoria de Administração do Bacen, dando conta de que, nos exercícios de 2006 e 2007, as despesas de investimento, realizadas com recursos da Redi/BC, estiveram próximas das despesas realizadas com recursos obtidos do próprio OGU. Nos exercícios de 2008 e 2009, as da Reserva foram superiores a 80% das despesas totais com investimentos.

Assim, parece pertinente a conclusão do Diretor da 2ª Secex, segundo a qual, na prática, os recursos da Reserva Redi-BC estão sendo crescentemente executados, de ano para ano, mediante despesas correntes e de capital, de natureza pública, vinculadas à missão institucional do Bacen.

Na verdade, a situação se apresenta tal como se o Bacen, por meio de atos administrativos normativos internos e das circulares do CMN, tivesse criado um anteparo, um biombo econômico-financeiro, que o pusesse a salvo de qualquer controle do Estado, conformando um colchão de reservas, de natureza originariamente tributária, geridas em moldes particulares, por ele mesmo estabelecidos, tendo em vista seus contingentes objetivos institucionais. Esta Reserva Redi-BC claramente coloca a instituição ao abrigo das eventuais vicissitudes das políticas públicas futuras, consistentes em possíveis contingenciamentos de recursos orçamentários. Tal situação estaria a ofender inúmeras disposições constitucionais e legais, afora a criticável conformação jurídica do Redi-BC, em todos os seus passos, em toda a sua evolução.

O art. 167 da Constituição Federal veda "*a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.*"

Nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

> *"§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil, relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos."*

Segue o art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal: "*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atenda o disposto nos artigos 16 de 17.*"

O artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que as ações governamentais que acarretem aumento de despesa deverão ser acompanhadas de declaração do ordenador de despesas de que estão adequadas à lei orçamentária anual e compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por seu turno, a Lei nº 4.320/1964, estabelece:

"Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Govêrno, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.(...)

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Govêrno e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º."

A Reserva Redi-BC, resultante da cobrança relativa à inclusão e exclusão no cadastro de emitentes de cheques sem fundo, constitui receita pública. A despesa pública, realizada com tal reserva, somente pode ser realizada após prévia autorização na Lei Orçamentária.

Tal entendimento encontra guarida, mais uma vez, no princípio constitucional da legalidade, aplicável aos orçamentos públicos, ante a regra que impede que a definição das despesas públicas fique adstrita a vontades individuais – no caso, a da Diretoria Colegiada do Bacen – garantindo, com isso, a indisponibilidade do interesse público.

Não procede o argumento de que a execução da despesa com tais recursos ocorre de modo análogo ao do OGU, em face da violação da legalidade administrativa, princípio constitucional estruturante de toda a democracia brasileira. Orçamento público não é seara de analogia, nem campo em que se permite feudos de fundos ou reservas intocáveis pelo Congresso Nacional. A execução da despesa pública não pode ocorrer em molde meramente analógico com o OGU. É matéria de direito estrito, obedecendo em pormenores o princípio da legalidade.

Portanto, os recursos da Redi/BC estariam sendo empregados em despesas de natureza pública, que não receberam a autorização legal, constitucionalmente exigida, seja por não terem sido aprovadas pelo poder legislativo, seja por não terem sido submetidas à fiscalização daquele poder, seja por se guarnecerem de regulamentação imprecisa, deficiente e precária.

Não se critica, nesses termos, as despesas concretamente realizadas, ou a gestão isolada dos recursos, mas sim o procedimento alienígena ao princípio da unidade orçamentária e toda a questão atinente à juridicidade de atos normativos do CMN, de natureza tipicamente administrativa, materializados em circulares e resoluções internas, a dispor sobre os recursos desta Reserva, à mingua de detalhada disposição legal do Congresso Nacional.

Saliento que, no caso concreto, as contas dos gestores do Banco Central foram julgadas regulares com ressalvas, em face das gravíssimas falhas administrativas, que ora aqui se retratam, causa das duas determinações do acórdão, necessárias e suficientes para corrigi-las.

Dentro desse esquadro, as decisões do CMN ora atribuíram o patrimônio desse fundo, avaliado em bem mais de um bilhão de reais, ao Fundo Garantidor de Créditos, de natureza tipicamente privada, ora ao Banco Central, para certas finalidades estratégicas, assemelhadas ao custeio de despesas correntes, o que me parece de todo equivocado. Tais atos administrativos evidentemente não podem adentrar esta seara, bem como autarquias, ainda de natureza especial, não se podem beneficiar de recursos públicos, criando fundos ou reservas que garantam a continuidade de suas políticas individuais, divorciadas da política geral do governo.

Aliás, o mero exame do teor da Resolução Bacen nº 2.197, 31/8/1995, que atribuiu todo o patrimônio da Redi-BC ao FGC demonstra o despropósito da regulamentação e sua incompatibilidade com a Constituição Federal, causa de cautelar em ADIn, proposta no E. STF, que impediu, por consequência, a utilização desses mesmos recursos públicos federais para, por exemplo, cobrir o recente rombo do Banco Panamericano. Não tivesse tal transferência sido suspensa pelo E. STF e efetivamente utilizada para cobrir rombo de banco privado, seria razão suficiente para que o TCU procedesse à exemplar punição de todos os administradores, responsáveis pela indevida ação administrativa, com a aplicação de multas de até 100 % do prejuízo causado ao Erário, consistente na totalidade dos recursos transferidos. A perplexidade causada por atos de tal teor mostra toda a incompatibilidade de sistema da atual prática adotada em relação ao Redi-BC e da regulamentação pelo CMN.

Dentro desse quadro, não importam as tintas da conveniência atual, gerada pela disponibilidade de tal "Reserva", em favor do Banco Central, para custeio de suas despesas institucionais, entendo que não se justifica, à luz dos princípios constitucionais e da legislação em vigor, a permanência de tal fundo, que deverá ser inteiramente revertido para a União. Não há conveniência fora do amparo da Constituição Federal que é a maior das conveniências. A mesma alegação de distúrbio institucional, com riscos para a economia, a partir da utilização do OGU, parece-me inteiramente exagerada, porquanto aqui apenas se impõe a prevalência da legalidade administrativa. E, dado o relevo institucional do Bacen, todas as suas necessidades serão devidamente providas pelo Congresso nas leis orçamentárias.

Da mesma forma, o fato de Bacen gastar apenas os juros, advindos da Reserva, no custeio das despesas, mostra toda a incompatibilidade do procedimento utilizado, relativamente às políticas públicas. Quem deve definir quem gasta o quê é o Congresso Nacional, em conjunto com o Poder Executivo. O patrimônio de tal Reserva Redi-BC somente pode ser pensado em conjunto com as receitas da União e não seccionado, por meras circulares, do conjunto das receitas públicas, para obedecer às disposições estratégicas da autarquia.

Dentro do sistema constitucional brasileiro, já não se admitem Reservas ou Fundos que gravitem, de modo isolado, no universo das finanças públicas. Estas se organizam de forma sistemática, em vista de objetivos nacionais maiores, instituídos pelas políticas de governo, consolidadas nas leis orçamentárias, legitimadas pela ação do Congresso Nacional e do Poder Executivo democraticamente eleitos.

Já tive oportunidade de manifestar-me neste Tribunal acerca de alegação, similar à do recorrente, no sentido de que o Tribunal somente poderia emitir determinações destinadas ao cumprimento de disposição formalmente consignada em lei. Na verdade, a função corretiva do Tribunal, consagrada pelos legisladores constituinte e ordinário, é muito mais ampla e visa a ajustar as condutas da Administração ao ordenamento jurídico, sem se restringir a hipóteses de violação de determinada espécie normativa. Basta a incompatibilidade com o sistema e os princípios que o regem para motivar determinação do TCU.

Nestes autos, as determinações recorridas encontram amparo não apenas em princípios jurídicos, mas, também, em expressas disposições da Constituição e das leis. Por esse motivo, nada há que reparar no acórdão recorrido, o qual mantenho na íntegra, no sentido de que as despesas com os recursos da Reserva deverão ser realizadas via Orçamento Geral da União, observada a legislação acima exposta e os princípios, gerais e orçamentários, que regem a Administração Pública, tais como legalidade, interesse público, razoabilidade, universalidade do orçamento, unidade de caixa etc.

Em síntese, o Redi-BC compõe-se de recursos públicos federais, de natureza tributária, compulsoriamente arrecadados de bancos, que deverão ser recolhidos aos Cofres da União. O timbre da imposição compulsória do Estado marca-lhes a origem e grava-lhes a finalidade pública, a única a que podem atender.

A propósito, todos os valores recolhidos pelos bancos ao fundo eram repassados aos titulares de contas que emitiam cheque sem fundo, sempre em valores muito superiores aos cobrados pelo Bacen, ou seja, toda a constituição da Redi-BC ocorreu encima dos emitentes de cheques sem fundos, que repassavam aos bancos valores sempre maiores que os por eles recolhidos à reserva, o que implicava lucros em favor dos bancos a que tais emitentes se vinculavam.

Daí, outro paradoxo, a cobrança para incluir emitentes de cheque sem fundo na listagem do Bacen vai contra o interesse individual de quem está sendo "negativado", o qual tem de pagar para ver seu nome incluído num cadastro de efeitos restritivos a ele próprio. É como se o criminoso tivesse de pagar para ser levado à cadeia. O interesse do emitente é sair dessa listagem, donde se poderia justificar a cobrança da taxa para exclusão do seu nome do cadastro. Mas, em nenhum caso, *data venia*, por resoluções de entes públicos, a impor gravames seríssimos ao patrimônio particular do emitente de cheque sem fundo, geralmente já em precária situação.

Quero crer que o Bacen já deve ter tomado todas as providências necessárias para fazer face às decorrências deste acórdão do TCU, pois afinal ele se limita a manter as determinações efetuadas pelo acórdão recorrido nem 2010. E todos os argumentos do citado acórdão do E. STF, a propósito da pletora por resolução, tratados na ADIn, já eram conhecidos.

A forma de ingresso dos novos recursos públicos no orçamento, para fazer face às despesas atualmente custeadas com os recursos da Redi/BC, deverá ser definida pelo próprio Bacen, nos termos de propostas orçamentárias, observadas as orientações da SOF, ficando a cargo do Relator *a quo* e da 2ª Secex monitorar o cumprimento das determinações e avaliar a correção das providências adotadas.

Enfim, em vista do princípio da continuidade do serviço público, não deve ser impedido o prosseguimento dos projetos já iniciados, relacionados à política econômica do Governo Federal, para evitar rupturas programáticas e orçamentárias, devendo, no orçamento de 2014, ser aplicadas as regras atinentes à nova regulamentação, com o orçamento do Banco Central passando a englobar a totalidade das despesas ora realizadas pela Reserva Redi-BC.

Em razão do largo tempo transcorrido na tramitação do processo no TCU, todos os fatos nele tratados são do mais amplo conhecimento de todas as instituições interessadas, o que já deve ter permitido a realização do adequado planejamento estratégico das ações futuras da entidade, em vista do presente Acórdão, que mantém o acórdão 7.706/2010-TCU-1ª Câmara, proferido na Sessão de 23/11/2010, alterando, apenas, o exercício a partir do qual devem ser implementadas as determinações.

É, a propósito, tal alteração que permite a finalização das despesas iniciadas neste ano e previstas para 2013.

VII

Já concluído o meu voto e distribuído aos meus E. Pares, tive finalmente acesso à íntegra do despacho exarado pelo preclaro Ministro Celso de Mello do E. STF, devidamente transcrito no voto do relator, aprovado pelo Plenário da Corte Excelsa, e pude proceder-lhe à devida leitura. A inclusão, no meu voto, deste despacho exemplar, se justifica para ratificar os argumentos que ora apresento ao Plenário, relativamente à constitucionalidade da pletora normativa do Banco Central e do CMN, sobretudo em relação à exação tributária exercida em face dos bancos que, por sua vez, se ressarciam e lucravam, mediante a aplicação de penalidades duplamente onerosas em relação aos emitentes, majoritariamente hipossuficientes, de cheques sem fundo.

Interessante acrescer que, mesmo em face da inabalável força jurídica dos argumentos, havidos no despacho do E. Ministro Celso de Mello, e do debate que a ele se seguiu no STF, o CMN optou por meramente emitir nova Resolução, a "revogar" a Resolução anterior - que transferia o patrimônio do Recheque ao FGC - medida que culminaria na perda de objeto da ADIn, proposta pelo próprio Partido dos Trabalhadores no STF, continuando a legislar de forma já notoriamente espúria pelas resoluções subsequentes.

Transcrevo, portanto, a íntegra do despacho do E. Ministro Celso de Mello, no Plenário do E. STF, *in verbis*:

> *'DESPACHO: O Partido dos Trabalhadores questiona a validade jurídico-constitucional das Resoluções n. 2.197, de 31/8/95, e n. 2.211, de 16/11/95, ambas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, sustentando que esses atos do Poder Público infringem a norma inscrita no art. 192, VI, da Constituição que, além de exigir lei complementar para a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, veda a participação de recursos da União Federal na institucionalização de fundo ou seguro a ser implantado com o objetivo de proteger a economia popular e de garantir créditos, aplicações e depósitos até determinado valor.*
>
> *O autor da presente ação direta também acentua que as Resoluções em causa teriam vulnerado os preceitos inscritos no art. 167, VIII e IX, da Carta Política, que vedam – ausente a prévia e necessária autorização legislativa – tanto a instituição de fundos de qualquer natureza quanto a utilização de recursos do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social no atendimento de necessidade ou na cobertura de déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive aqueles mencionados no art. 165, § 5º, do texto constitucional.*
>
> *Passo a analisar o pedido de concessão de medida cautelar.*
>
> *Tenho para mim, ao menos para efeito deste juízo de mera delibação – não obstante as referências legislativas constantes do preâmbulo das Resoluções ora impugnadas (o que poderia sugerir fossem elas deliberações de caráter meramente regulamentar, hipótese que não autorizaria o ajuizamento da ação direta) – que os atos em causa, notadamente a Resolução CMN n. 2.197/95, revestem-se de conteúdo normativo.*
>
> *É bastante expressiva, sob tal aspecto, a regra inscrita no art. 6º da Resolução n. 2.197/95, no ponto em que dispõe que o mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras, 'de que trata esta Resolução, funcionará enquanto não regulamentado, pelo Congresso Nacional, o art. 192 da Constituição Federal'.*
>
> *Vê-se, portanto, que o ato em causa foi editado pelo Conselho Monetário Nacional com a evidente finalidade de suprir a exigência constitucional de lei complementar. Na realidade,*

essa Resolução transformou-se em verdadeiro sucedâneo, constitucionalmente não autorizado, da lei complementar exigida pelo art. 192, VI, da Carta Política.

Tratando-se de deliberação veiculadora de prescrições gerais, abstratas e autônomas, não há como recusar-lhe – ante esse expressivo coeficiente de generalidade abstrata (RTJ 143/510, Rel. Min. CELSO DE MELLO) – o caráter de ato normativo, para efeito de instauração da jurisdição constitucional ***in abstracto*** *do Supremo Tribunal Federal.*

O Partido dos Trabalhadores sustenta que as Resoluções ora questionadas transgrediram o art. 192, VI, da Carta Federal.

Entendo, até mesmo em função das razões precedentemente expostas, que é relevante esse fundamento da presente impugnação, eis que o Poder Público, ao dispor sobre a criação de fundo ou seguro, com objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, não pode disciplinar essa matéria, seja mediante lei ordinária, seja – com maior razão – mediante ato de caráter infralegal, pois o tema em questão foi expressamente submetido à reserva constitucional da lei complementar.

É certo que a Lei n. 4.595/64 – que dispõe sobre o sistema financeiro nacional – foi recebida com força e eficácia de lei complementar pela vigente Constituição, consoante registra JOSÉ AFONSO DA SILVA ('Curso de Direito Constitucional Positivo', p. 755, 10ª Ed., 1995, Malheiros) e acentua CELSO RIBEIRO BASTOS ('Comentários à Constituição do Brasil', vol. 7/360, 1990, Saraiva).

Ocorre, no entanto, que esse estatuto legal nada dispôs sobre o tema em questão, tanto que – não custa acentuar – o próprio Conselho Monetário Nacional, consciente da ausência de regulamentação legislativa da matéria, prescreveu, no art. 6º da Resolução n. 2.197/95, que ***'o mecanismo de que trata esta Resolução funcionará enquanto não regulamentado, pelo Congresso Nacional, o art. 192 da Constituição Federal'*** *(grifei).*

O eventual inadimplemento do Congresso Nacional quanto à efetivação da prestação legislativa reclamada pelo art. 192, VI, da Constituição não autoriza o Estado a suprir essa omissão normativa mediante edição de quaisquer atos estatais de caráter infralegal, como as Resoluções em causa.

O Conselho Monetário Nacional, ao editar a Resolução n. 2.197/95, claramente atuou em caráter supletivo, visando a colmatar uma lacuna provocada pela ausência da lei complementar exigida pelo art. 192 da Constituição.

Ora, essa circunstância – edição de ato normativo infralegal como sucedâneo da lei complementar – basta, a meu juízo, para evidenciar que o ato estatal em causa, ao veicular o conteúdo material anteriormente referido, incidiu em domínio constitucionalmente reservado à atuação institucional do Poder Legislativo.

Na realidade, a criação de fundo ou seguro, com a finalidade específica de resguardar economia popular e de garantir créditos, aplicações e depósitos até determinado valor – além de absolutamente proibida a participação de recursos da União na implementação desse mecanismo – traduz matéria que foi constitucionalmente submetida, em regime de exclusividade, ao domínio normativo da lei complementar.

Isso significa que se revela juridicamente inviável qualquer ensaio de ingerência normativa do Poder Executivo na disciplinação do tema em questão.

Com a edição das Resoluções ora impugnadas, parece-me que se degradou para instância juridicamente inadequada o poder de regulação concernente a categoria temática – a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia pública e de garantir créditos, aplicações e depósitos até determinado valor – que se acha submetida, em razão de

sua própria matéria, ao postulado constitucional de reserva absoluta de lei em sentido formal.

O Poder executivo não pode outorgar-se, num inaceitável processo de auto-investidura, a pretexto de eventual omissão do Congresso Nacional no desempenho de suas funções institucionais, uma prerrogativa jurídica cuja sedes materiae – tendo em vista o sistema constitucional de poderes limitados vigente no Brasil – só poderia residir em atos estatais primários editados pelo Poder Legislativo.

Não se pode desconhecer que a atividade do Estado constitui ação necessariamente subordinada à estrita observância de modelos normativos institucionalizados, em seus aspectos essenciais e em sua configuração básica, no próprio texto da Constituição.

É preciso enfatizar que a essência do direito reside na integral submissão do poder estatal à rule of Law, de tal modo que, respeitados os postulados fixados pela própria Constituição, a eficácia da atividade governamental na matéria a que se refere o art. 192, VI, da Carta Política está sempre condicionada ao que haja o legislador estabelecido em sede jurídica adequada, vale dizer, em sede de lei complementar.

A edição das resoluções em causa – notadamente da Resolução n. 2.197/95 – parece haver resultado de atuação ultra vires do Conselho Monetário Nacional, que não poderia, substituindo-se ilegitimamente ao Congresso Nacional, disciplinar matéria incluída pela Assembléia Constituinte no âmbito da competência institucional do Poder Legislativo, a quem incumbe fazer instaurar, em caráter inaugural, no exercício de sua indisponível prerrogativa, a ordem jurídico-normativa. Isso significa dizer que o legislador não pode ser usurpado de sua competência institucional na disciplinação de tema, que, por efeito de expressa reserva constitucional, só pode derivar de fonte parlamentar.

Cumpre ter presente que a idéia de lei – enquanto 'instrumento de garantia contra o poder executivo e como regra primária indispensável ao desenvolvimento' da atividade administrativa' (J. J. GOMES CANOTILHO, "Direito Constitucional", p. 799, 5ª Ed., 1991, Almedina, Coimbra) – conduz ao reconhecimento de que o postulado da reserva legal comporta análise sob dupla perspectiva: uma, de caráter negativo, e outra, de natureza positiva.

A dimensão negativa da reserva constitucional de lei – adverte o magistério da doutrina (J. J. GOMES CANOTILHO, op. loc. cit.) – traduz a noção de que 'nas matérias reservadas à lei está proibida a intervenção de outra fonte de direito diferente da lei (a não ser que se trate de normas meramente executivas da administração)'. De outro lado, o princípio constitucional em questão, ao projetar-se em sua dimensão positiva, reafirma a idéia de que, 'nas matérias reservadas à lei, esta deve estabelecer, ela mesma, o respectivo regime jurídico, não podendo declinar a sua competência normativa a favor de outras fontes' (J. J. GOMES CANOTILHO, op. loc. cit.).

Vê-se, portanto, que o Conselho Monetário Nacional, parecendo olvidar a incontornável necessidade da subimissão constitucional do tratamento jurídico de certas matérias ao exclusivo domínio normativo da lei formal, teria concretizado, com o seu comportamento institucional, uma evidente transgressão ao princípio nuclear da separação de poderes.

Impõe-se ressaltar – e nunca é demasiado fazê-lo – que o valor jurídico do ato inconstitucional é nenhum. É ele desprovido de qualquer eficácia no plano do Direito. 'Uma consequência primária da inconstitucionalidade' – acentua MARCELO REBELO DE SOUZA ('O valor Jurídico do Acto Inconstitucional', vol. I/15-19, 1988, Lisboa) – 'é, em regra, a desvalorização da conduta inconstitucional, sem a qual a garantia da constituição não existiria. Para que o princípio da constitucionalidade, expressão suprema e qualitativamente

mais exigente do princípio da legalidade em sentido amplo, vigore, é essencial que, em regra, uma conduta contrária à Constituição não possa produzir cabalmente os exactos efeitos jurídicos que, em termos normais, lhe corresponderiam.

Os atos inconstitucionais do Poder Público, por serem nulos e ineficazes, revestem-se de absoluta inaplicabilidade. Falecendo-lhes legitimidade constitucional, tais atos se apresentam desprovidos de aptidão para gerarem e operarem qualquer efeito jurídico. 'Sendo inconstitucional, a regra jurídica é nula' (RTJ 102/671).

Nem se invoque, de outro lado, para legitimar a ação normativa do Conselho Monetário Nacional, a regra consubstanciada no art. 17 da Lei n. 4.380/64, eis que esse estatuto legal – além de não criar e nem autorizar a criação de mecanismo destinado a garantir créditos ou aplicações de correntistas e poupadores –, restringiu-se, no plano específico do sistema financeiros da habitação, a dispor que o B.N.H. (hoje extinto) tinha por finalidade 'manter serviços de redesconto e de seguro para garantia das aplicações do sistema financeiro da habitação e dos recursos a ele entregues' (v. art. 17, IV).

Daí a objeção deduzida pelo Partido dos Trabalhadores, como fundamento central de usa tese de inconstitucionalidade dos atos normativos em questão (fls. 5):

> *'ainda que se entenda que esse dispositivo tenha sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988, torna-se evidente que o seguro nele previsto não tem a abrangência do que trata o inciso VI do art. 192 da CF, porque voltado, exclusivamente, para as 'aplicações do sistema financeiro da habitação'.*
>
> *Para dar efetividade ao disposto no art. 17 da Lei nº 4.380/64, o extinto BNH criara, pela Resolução nº 3/67, O fundo de Garantia de Depósitos de Letras Imobiliárias – FGDLI, com a finalidade de garantir a integridade dos depósitos de poupança e letras imobiliárias, apenas. As resoluções ora impugnadas extinguiram esse Fundo.*
>
> *O novo Fundo de Garantia de Créditos – FGC destina-se a garantir depósitos a vista ou a prazo, letras de câmbio, depósitos em caderneta de poupança e aplicações em letras imobiliárias, nos termos do art. 2º do Anexo II da Resolução nº 2.211/95. Assim, não resta dúvida de que este Fundo foi criado para atender às hipóteses de garantia previstas no inciso VI do art. 192 da Constituição Federal.*
>
> *Diante do exposto, é fácil concluir que as Resoluções nºs 2.197/95 e 2.211/95, do Conselho Monetário Nacional, são atos formalmente inconstitucionais, porque:*
>
> *a) Regulam matéria que a Constituição Federal reserva para ser disciplinada por lei complementar, usurpando competência exclusiva do Congresso Nacional (...).'*

Há a considerar, ainda, para efeito de constatação da plausibilidade jurídica das graves objeções deduzidas pelo Partido dos Trabalhadores, as seguintes ponderações feitas por essa agremiação partidária no que concerne a possível inconstitucionalidade de ordem material das resoluções impugnadas (fls. 5/6):

> *'Além da inconstitucionalidade formal, verifica-se inconstitucionalidade material em relação a alguns dispositivos específicos dessas Resoluções, conforme se demonstrará.*
>
> *Dispõe o art. 4º do Regulamento do FGC (anexo II da Resolução nº 2,211/95):*
>
> *'Art. 4º. Se o patrimônio do FGC for insuficiente, em qualquer momento, para a cobertura da garantia prevista neste Regulamento, serão utilizados, na seguinte ordem, recursos provenientes de:(...)*
>
> *III – adiantamento de recursos líquidos, em dinheiro, da Reserva Monetária de que trata a Lei nº5.143, de 20.08.74, mediante prévia autorização do Conselho Monetário Nacional;*

(...)'

A Reserva Monetária de que trata a Lei nº 5.143, de 20 de agosto de 1974, é formada com o produto da arrecadação do imposto sobre operações financeiras – IOF (art. 12), que é um imposto da competência da União, nos termos do art. 153, V, da Constituição Federal.

Embora o IOF seja um imposto arrecadado com destinação específica, qual seja a formação da Reserva Monetária, a ser aplicada, pelo Banco Central do Brasil, na assistência a instituições financeiras, particularmente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, tal peculiaridade não lhe retira a natureza de tributo da União. Por tal razão, o disposto no inciso III do art. 4º do Anexo II da Resolução nº 2.211 incide na vedação contida na parte final do inciso VI do art. 192 da Constituição Federal, verbis:

'VI – a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;'

O texto constitucional não deixa qualquer dúvida quanto à impossibilidade de utilização de recursos da União para pagamento das garantias do fundo em referência. Trata-se de vedação que não comporta qualquer exceção. Logo, o citado dispositivo regulamentar não se harmoniza com o texto constitucional, constituindo-se em mais uma razão para sua retirada do mundo jurídico.

III – Da violação do disposto no art. 167, VIII e IX, da CF

O art. 167 da Constituição Federal estabelece:

Art. 167. São vedados:

(...)

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive os mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.'

Consequentemente, a criação de um fundo, sem autorização legislativa, e a previsão de que os déficits desse fundo possam ser cobertos com recursos oriundos da arrecadação de imposto que, por sua natureza, integra o orçamento fiscal da União, importam em violação dos dispositivos constitucionais acima elencados.'

O Partido dos Trabalhadores, ao postular a concessão de medida liminar, enfatiza que se acham presentes os pressupostos essenciais ao seu deferimento, assinalando (fls. 8):

'A relevância da questão encontra-se configurada na ofensa à ordem jurídica, na medida em que os atos impugnados foram editados em flagrante usurpação de competência exclusiva do Congresso Nacional e com violação direta de dispositivos constitucionais.

Por outro lado, tais atos encontram-se produzindo efeitos no mundo jurídico e, conforme se anuncia publicamente, no dia 29 próximo, o Fundo de Garantia de Créditos pagará correntistas, aplicadores e poupadores, credores de instituições sob intervenção ou liquidação extrajudicial. Assim, os danos que tais atos acarretarão, se não suspensos os seus efeitos, serão de difícil reparação.

Por tais razões, requer o Autor a suspensão liminar dos atos normativos impugnados, especialmente dos dispositivos que permitem o uso de recursos da União, quais sejam: art.

5° da Resolução n° 2.197/95; art. 4°, inciso III, e art. 7°, caput e § 1° do Anexo II da Resolução n° 2.211/95.'

Todas as razões ora referidas – cuja exposição se tornou necessária em face da tese de inconstitucionalidade, extremamente plausível, deduzida pelo Partido dos Trabalhadores – levar-me-iam a acolher a postulação cautelar formulada pelo autor da presente ação direta.

Ocorre, no entanto, que não tenho por plenamente caracterizado o requisito concernente ao ***periculum in mora****, eis que o autor da presente ação, no intuito de demonstrá-lo limitou-se a referir a notícia jornalística segundo a qual a liberação do seguro de depósito iniciar-se-á no próximo dia 29.01.96.*

A impossibilidade de constatar a concreta configuração desse pressuposto deriva do fato de que a utilização de recursos líquidos, em dinheiro, da Reserva Monetária de que trata a Lei n. 5.143/74, somente ocorrerá se o patrimônio do Fundo Garantidor de Créditos – FGC revelar-se insuficiente para a cobertura da garantia (art. 4°, III, do Anexo II à Resolução n. 2.211/95). Esse elemento de informação, contudo, não foi produzido nos autos.

De outro lado, mesmo tratando-se dos recursos provenientes do Fundo de Garantia dos Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI) e da Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (RECHEQUE), a serem absorvidos pelo FGC, impende salientar que a utilização desses valores depende de procedimento a cargo do Banco Central do Brasil e de cuja instauração também não se tem conhecimento formal, para o efeito de ordenar, sem qualquer dúvida ou incerteza, a pretendida suspensão cautelar de eficácia das Resoluções em questão.

Desse modo, sem condições para confirmar, formalmente e de maneira responsável, a ocorrência de tais circunstâncias – todas elas necessárias à caracterização do requisito ***periculum in mora*** *–, não posso, sob pena de gerar tumulto, desordem e insegurança na comunidade dos correntistas e dos poupadores, ordenar a imediata suspensão de eficácia das resoluções impugnadas, especialmente nos pontos indicados pelo autor da presente ação direta (fls. 8/9).*

Devo registrar, por último, que este processo somente chegou ao meu Gabinete às 17:00 h do dia 26/1/96, sexta-feira, data do ajuizamento da presente ação direta, momento em que não mais se tornava possível solicitar dados e informações que pudessem confirmar um juízo até então meramente conjectural, especialmente porque estava a decidir outro pedido de medida liminar, também formulado em caráter de urgência, em ação direta ajuizada pelo próprio Partido dos Trabalhadores.

Desse modo, e não obstante reconhecendo a plausibilidade jurídica da tese de inconstitucionalidade sustentada pelo Partido dos Trabalhadores, entendo mais prudente requisitar prévias informações ao Conselho Monetário Nacional, a fim de que, com elas, seja possível ao Plenário do Supremo Tribunal Federal apreciar, com segurança, o pedido de suspensão cautelar de eficácia das Resoluções n. 2.197/95 e n. 2.211/95." (sublinhados meus).

Na ADIn n° 1.398-DF, após transcrever o parecer acima, aquiesce o voto do relator, Ministro Francisco Rezek, em suspender a eficácia de vários dispositivos das citadas Resoluções, relativamente à "utilização dos **recursos públicos** provenientes do FGDL e da Recheque". Portanto, o próprio voto, aprovado pelo Plenário do STF, reconhece que os recursos da Recheque constituem recursos públicos.

Em atenção às ponderações que me foram feitas, esclareço que minhas objeções à manutenção, ou à eventual criação de fundo ou reserva, em favor do Bacen, afora as inequívocas

conclusões de inconstitucionalidade, decorrem da incompatibilidade vertical de tal medida com o sistema político, jurídico e constitucional brasileiro, definido na Constituição de 1988. O Bacen é autarquia especial e deve obedecer às disposições constitucionais e legais afinentes às autarquias, uma vez que se situa no mesmo universo das demais relevantes instituições públicas nacionais.

A propósito, a existência de fundo, ou reserva, destinada a propiciar a dada instituição, apenas com os juros obtidos, o custeio de todos os gastos - que ela mesma entender – estratégicos, não me parece a melhor estruturação para ente da Administração Pública.

VIII

No dia 28, anterior à sessão, o Bacen protocolou nova petição, em que requer, na hipótese de manutenção da decisão recorrida, a continuidade dos projetos essenciais em curso, a exemplo do "aprimoramento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a implementação do Acordo de Basileia II no País, a promoção de ações voltadas à inclusão financeira, o desenvolvimento de modelagens econômicas utilizadas para subsidiar decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) e a adequação da infraestrutura de espaços destinados a abrigar equipamentos e sistemas vitais ao funcionamento e à regulação do Sistema Financeiro Nacional".

Sem embargo de reiterar todas as questões de legalidade e constitucionalidade, de que padecem as ações do Bacen, sobretudo as praticadas após a CF de 1988, poderia, com o assentimento do Plenário do TCU, aceder à continuidade dos programas essenciais, se e enquanto não prover, o Congresso Nacional, dos recursos necessários as rubricas orçamentárias do Bacen, voltadas ao cumprimento de tais finalidades.

Saliento que, incontinenti, a totalidade dos recursos públicos, componentes da Reserva Redi-BC, deverá ser recolhida aos cofres federais, à exceção das verbas necessárias ao custeio dos programas já iniciados, tidos, no seu âmago, pelo Bacen, como essenciais. Evidentemente, mesmo esses recursos, especialmente reservados, em caráter excepcionalíssimo, deverão ser devolvidos aos cofres da União, tão-logo possam tais programas ser custeados pelas regulares verbas orçamentárias.

Destarte, nego provimento ao recurso do Bacen e VOTO no sentido de que o Tribunal acolha a minuta de acórdão que submeto à apreciação deste Colegiado.

"9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos o recurso de reconsideração interposto pelo Banco Central do Brasil, contra os subitens 1.5.1 e 1.5.2 do Acórdão nº 7.706/2010, retificado pelo Acórdão nº 3.514/2011, ambos da 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo as determinações do acórdão recorrido, com os ajustes pertinentes, no sentido de que o Banco Central do Brasil:

9.1.1. se abstenha de iniciar projetos com recursos da Redi-BC sem que suas despesas sejam executadas por meio do Orçamento Geral da União;

9.1.2. adote providências para adequar a execução orçamentária das despesas, hoje cobertas com recursos da Redi-BC, com o Orçamento Geral da União, em atendimento ao art. 5º, § 6º da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 2º da Lei nº 4.320/1964, travando entendimentos com a SOF, para pronta implementação a partir do exercício orçamentário de 2014;

9.2. determinar ao Bacen a transferência da totalidade dos recursos públicos, componentes da Reserva Redi-BC, para a conta única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de quarenta e cinco dias, à exceção das verbas necessárias ao custeio dos programas já iniciados, tidos, no seu âmago, pelo Bacen, como essenciais, a exemplo dos seguintes: "aprimoramento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a implementação do Acordo de Basileia II no País, a promoção de ações voltadas à inclusão financeira, o desenvolvimento de modelagens econômicas utilizadas para subsidiar decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) e a adequação da infraestrutura de espaços destinados a abrigar equipamentos e sistemas vitais ao funcionamento e à regulação do Sistema Financeiro Nacional";

9.3. dar ciência ao recorrente, à Casa Civil da Presidência da República, aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, ao Conselho Monetário Nacional, aos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO."

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 30 de maio de 2012.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

DECLARAÇÃO DE VOTO

Acolho *in totum* os argumentos desenvolvidos no sentido de que as despesas com os recursos da "Reserva Redi-BC" devem ser realizadas via Orçamento Geral da União.

À luz do princípio da continuidade do serviço público, para não prejudicar o prosseguimento de projetos já iniciados, relacionados "à política econômica do Governo Federal", o Relator propõe que o Banco Central do Brasil adote as providências necessárias para esse mister já no próximo orçamento de 2013.

Pelas mesmas razões apresentadas por Sua Exa., vou mais além. A carteira de projetos do Banco Central do Brasil possui hoje sessenta projetos em andamento (relação anexa), cujos prazos de execução findam nos exercícios de 2012, 2013 e 2014. Entre tais projetos, encontram-se iniciativas relacionadas a:

a) aprimoramento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB): com o objetivo de assegurar a solidez e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional;

b) implementação do Acordo da Basileia II no País: objetiva atender às disposições para os anos de 2010 a 2013 constantes do Comunicado 12.746, de 9/12/2004, com ênfase na adequação da supervisão de instituições não-bancárias e de cooperativas de crédito;

c) inclusão financeira: busca aprimorar condições para promoção da adequada inclusão financeira no País, por meio do mapeamento da demanda e oferta de serviços financeiros e propostas de aperfeiçoamento do marco regulatório;

d) desenvolvimento de modelagens econômicas para subsidiar as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom): busca a melhoria da acurácia das projeções, feitas pelo Grupo de Macroeconomia/Projeção do Depep e utilizadas pelos membros do Copom;

e) infraestrutura de espaços que abrigam equipamentos vitais ao funcionamento e à regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN): tem por objetivo a modernização dos edifícios funcionais do Banco Central, com vistas à melhoria da segurança das instalações que mantêm em funcionamento o SFN.

Tratam-se de questões críticas e importantes do ponto de vista da regulação financeira, notadamente ante os cenários turbulentos que a economia mundial tem atravessado desde 2008. Não se pode olvidar que estamos vivendo outra crise financeira que atinge vários países, e que uma decisão dessa magnitude pode vir a repercutir negativamente nos cenários nacional e mundial, pois a autoridade monetária, através desses projetos financiados com recursos da Redi-BC, está implantando políticas que visam a modernizar o Banco Central e municiá-lo de informações e instrumentos modernos para enfrentamento de questões que exigem decisões rápidas e eficazes num cenário de crise financeira.

Justamente a fim de evitar descontinuidades e embaraços no andamento desses projetos, cuja vigência alcança, em alguns casos, todo o período da atual gestão do Poder Executivo, que poderiam redundar em prejuízos aos cofres públicos e causar rupturas na condução da política econômica pelo Governo Federal, entendo que a medida proposta por Sua Exa. deve ser adotada somente a partir de 31/12/2014, ou seja, quando todos os projetos contratados, atualmente em andamento no Banco Central do Brasil e financiados pela Reserva Redi-BC estiverem encerrados.

O comando proposto pelo Relator no subitem 9.1.2, no sentido do trânsito dos recursos da Redi-BC pelo Orçamento Geral da União já em 2013, é inviável, tanto do ponto de vista constitucional como legal. Explico: o art. 35, § 2º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelece que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado ao Congresso Nacional até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro, ou seja, até 15 de abril, já vencido. E o prazo para apresentação de emendas ao PLN nº 3/2012-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências", em tramitação no Congresso Nacional, expirou em 27/5/2012.

Entendo que a exceção contida no subitem 9.2 da proposta do Relator, no sentido de dispensar a transferência ao Tesouro Nacional das verbas da Redi-BC necessárias ao custeio de programas já iniciados e tidos pelo Banco Central como essenciais, é insuficiente. A meu ver tal medida deve ser adotada para todos os projetos contratados, financiados pela Redi-BC, atualmente em curso na entidade, pelas razões que acima expus.

Nesse sentido, submeto à apreciação deste Colegiado a seguinte sugestão de Acórdão, cujas alterações em relação ao texto proposto pelo eminente Relator estão destacadas.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 30 de maio de 2012.

RAIMUNDO CARREIRO
Redator

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 36, de 2012**, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os **Ofícios nºs 437 a 439, de 2012**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2012** (nº 1.597/2011, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001*, sancionado e convertido na Lei nº 12.665, de 2012;

– **Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2008** (nº 5.736/2009, na Câmara dos Deputados), que *institui o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores*, sancionado e convertido na Lei nº 12.668, de 2012; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2009** (nº 6.198/2009, na Câmara dos Deputados), que *denomina "Ferrovia Dorival Roriz Guedes Coelho" o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado no Estado do Tocantins*, sancionado e convertido na Lei nº 12.672, de 2012.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 437/12/PS-GSE

Brasília, 28 de junho de 2012

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 1.597, de 2011, do Superio Tribunal de Justiça (PLC nº 25/12), que "Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turma Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.665, de 13 de junho de 2012.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mnesagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 438/12/PS-GSE

Brasília, 28 de junho de 2012

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.736, de 2009, do Senado Federal (PLS nº 332,08), que "Institui o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.668, de 18 de junho de 2012.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 439/12/PS-GSE

Brasília, 28 de junho de 2012

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sansionado.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 6.198, de 2009, do Senado Federal (PLS nº 10/09), que "Denomina Ferrovia Dorival Roriz Guedes Coelho o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado no Estado do Tocantins.", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.672, de 19 de junho de 2012.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretario.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 616, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, combinado com o art. 101, I, do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007, que "Acrescenta parágrafo ao art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, – Senador **Cyro Miranda.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Passamos, de imediato, a palavra ao nobre Senador João Durval, meu amigo, pelo PDT da Bahia.

Senador João Durval com a palavra.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o 2 de julho é o dia mais importante do ano para todo cidadão baiano.

Temos dito, desta tribuna, que esta data representa um marco histórico para o nosso País. Muitas vezes, passa-se a impressão de que estamos comemorando apenas e simplesmente a independência da Bahia. A verdade, Sr. Presidente, é que, no dia 2 de julho, nós comemoramos um dia que significou a concretização, o último ato, do que se convencionou chamar de Independência do Brasil.

Em 1822, D. Pedro I anunciou que, a partir daquele momento, o Brasil estava livre do jugo de Portugal. Mas a realidade mostrou que os portugueses não deixariam o Brasil pacificamente, que eles não atenderiam a uma simples ordem do príncipe filho de El Rey. E a Bahia foi o Estado brasileiro onde os portugueses resistiram por mais tempo. E essa resistência foi uma guerra dura, violenta, que envolveu soldados, mas que envolveu, acima de tudo, o povo baiano.

Entre os baianos destacaram-se vários heróis. Um deles foi Maria Quitéria, a mulher que abraçou o ideal da liberdade e se vestiu de homem para ir ao campo de batalha. Outra foi soror Joana Angélica, que entregou a própria vida para impedir a invasão do seu convento, o Convento da Lapa.

Enquanto o Brasil inteiro comemorava a libertação, na Bahia a história seria diferente. Na Bahia, a renda gerada pela produção da cana-de-açúcar mantinha a cobiça do reino de Portugal sobre as nossas riquezas e a ordem era resistir. O responsável por essa resistência era o General Inácio Luís Madeira de Melo.

Diante dessa realidade, o governo de D. Pedro I precisava fazer alguma coisa. O príncipe contratou, então, o serviço mercenário e competente do General Pedro Labatut. E o desempenho dos baianos na luta pode ser medido pela decisiva e vitoriosa Batalha de Pirajá.

Símbolos da participação popular nas batalhas, as mulheres baianas mostraram a sua força e se transformaram em heroínas.

Mártir da luta pela independência, soror Joana Angélica entrou para a história ao abrir os braços, num gesto comovente, para tentar impedir que os portugueses entrassem no Convento da Lapa. Foi assassinada a golpes de baioneta no portão da casa de Deus.

Outra heroína da guerra foi Maria Quitéria, que se disfarçou de homem e conseguiu se incorporar ao batalhão de Voluntários do Príncipe, conhecidos como Periquitos, porque tinham os punhos e as golas das suas fardas verdes. A história destaca a valentia do soldado Medeiros, como era chamada Maria Quitéria de Jesus Medeiros.

Assim como Maria Quitéria, Maria Felipa de Oliveira também participou da luta, liderando a resistência popular à invasão da Ilha de Itaparica. A história diz que Maria Felipa era uma negra forte, simpática e tinha um amor muito grande pelo Brasil, já que ela tinha vindo do Sudão e aqui encontrou sua verdadeira pátria. Liderando um grupo de quarenta mulheres, ela simplesmente destruiu 42 embarcações portuguesas que estavam ancoradas nas costas de Itaparica.

Na vitoriosa Batalha de Pirajá, vale recordar a entrada dos Encourados do Pedrão. Eram sertanejos, voluntários do Recôncavo, vaqueiros, que se incorporaram ao exército com suas roupas de couro, montados nos seus cavalos, empunhando seus facões e gritando “Liberdade”.

Vários historiadores narram uma curiosidade decisiva da Batalha de Pirajá. Com 1.500 baianos para enfrentar os três mil soldados profissionais portugueses, o Major Barros Falcão, no comando dos brasileiros, descobriu que poderia ficar irremediavelmente sitiado. Percebendo a inferioridade diante dos soldados profissionais portugueses, Barros Falcão ordenou ao corneteiro Lopes que tocasse a retirada.

Mas Lopes fez o oposto: empunhando a corneta deu toque, primeiro, de avançar cavalaria e, em seguida, o toque de degolar. Os inimigos, enganados pela ousadia do corneteiro e acreditando na chegada de reforços, bateram em retirada. Os brasileiros saíram vitoriosos da luta.

O importante é que esses portugueses, cerca de 3.000, saíram de Pirajá e foram diretamente para os seus barcos, que estavam na costa da Bahia. Tomaram cerca de 33 navios portugueses e voltaram para a sua pátria.

Lembro ainda o poema de Castro Alves ao exaltar a liberdade que a coragem dos baianos proporcionou ao povo brasileiro.

Lá do campo deserto da batalha
Uma voz se elevou clara e divina.
Eras tu, liberdade peregrina
Esposa do porvir – noiva do Sol!

Hoje comemoramos os 189 anos dessa data histórica. Lá no nosso Estado, a Bahia, o 2 de julho é lembrado e comemorado com cortejos cívicos, desfile de carros, queima de fogos, hasteamento das bandeiras do Brasil e do 2 de Julho, acendimento da pira do fogo simbólico, apresentações de orquestras, exposições culturais diversas e manifestações populares, tudo isso marcado pela imagem da alegoria do "Caboclo", que representa a luta duradoura, ligada às aspirações de um povo.

Na memória do povo da Bahia essa data não se apaga, ao contrário, fazemos questão de lembrá-la...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – ... pelo marco histórico que ela representa para os baianos e para a cidadania de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador João Durval, que faz o seu pronunciamento lembrando a luta histórica. Parabéns a V. Exª. A Bahia está de parabéns.

Vamos, de imediato, passar a palavra, dentre os oradores inscritos ao Senador João Capiberibe, por permuta feita com este Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, lá da ponta de baixo desse imenso Brasil; eu fico lá em cima com um pedaço no Hemisfério Norte e o resto do corpo para baixo: a cabeça no Hemisfério Norte e o resto do corpo para baixo.

Eu cumprimento os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

Hoje eu quero que fique registrado nos Anais desta Casa legislativa que os bons ventos voltaram a soprar no Amapá.

Eu, nesses dias, andei envolvido com a conferência Rio+20, quando recebi a boa notícia: o Conselho Nacional de Justiça havia decidido pôr fim a um litígio jurídico indicando a Juíza Sueli Pini para assumir a vaga de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Amapá.

Não pude comparecer à posse da nova desembargadora, mas a felicitei pela assunção ao cargo através das redes sociais e por *e-mail*.

A Desembargadora Sueli Pini, como juíza, provou que a Justiça pode sair dos gabinetes e se aproximar da população ao fazer acordos e evitando conflitos – que geralmente acabam em violência – ao coordenar, no Amapá, a primeira experiência de Justiça Itinerante no Brasil.

Sueli provou que pode existir uma Justiça eficaz e moderna em nosso País ao contrário do modelo tradicional, lento e eivado de formalismo, que termina gerando a impunidade e, com a impunidade, confusão na cabeça do povo e da sociedade.

O modelo criado pela Desembargadora Suely Pini mostra que quando se quer a Justiça pode ser rápida. Essa prática, em 1996, no Juizado Especial de Macapá, coordenado pela Juíza Sueli Pereira Pini, foi seguida por quase todos os Judiciários estaduais do País. Fóruns sobre barcos ou sobre rodas, esses Juizados Especiais recriaram a relação entre Justiça e cidadãos, transformando-se em exemplos de eficiência e rapidez no trabalho jurídico de garantir direitos aos cidadãos. Assim, quando precisam de um árbitro para os seus problemas, o juiz se apresenta em sua porta.

A magistratura tem dificuldades: precisa de uma reforma; mas, mais importante do que se fazer uma reforma é cada magistrado fazer sua parte, como faz a Desembargadora Sueli Pini. Ela é a prova de quão é importante o exercício criativo nas pessoas. Sueli Pini comprova também o quanto é importante que o magistrado não crie comodismo, achando haver falta de condições materiais e de trabalho. Ela correu atrás, não ficou parada, foi à luta, da mesma forma como o fez agora para garantir o direito à vaga de Desembargadora.

Sueli Pini faz jus à frase do Hino Nacional: "um filho teu não foge à luta".

Quem também não tem fugido à luta é o Governador Camilo que, em um ano e meio de mandato, vem demonstrando que não se deixa abater pelas aves de mau agouro que cacarejam mentiras deslavadas. Pelo contrário, quanto mais cacarejam e lançam pedras para dificultar a caminhada, o Governador Camilo as transpõe, tornando o Amapá novamente crível aos olhos do País.

Comprova o que digo o Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá (Proamapá), lançado há uma semana pelo Governo estadual, o maior programa de investimentos feito desde a criação do Estado.

São mais de R$300 milhões de recursos em ações de governo em prol da população do Amapá. O objetivo do Proamapá é aperfeiçoar os serviços públicos. Durante a execução do programa, milhares de empregos serão gerados no Estado, aumentando a renda do cidadão. É bom destacar que o Estado do Amapá é o que, proporcionalmente, oferece mais empregos no País – e isso já há um ano.

Os investimentos são do Governo estadual, parte deles com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que não

deixa de ser verba estadual, já que o Governo quitará o repasse do BNDES.

As ações do Proamapá abrangerão todos os municípios do Amapá. O Proamapá prevê a ampliação da infraestrutura de turismo; a pavimentação de vias e estradas; a ampliação da rede de distribuição de água e coleta de esgoto; a melhoria na rede de distribuição de energia elétrica; a construção de casas; investimentos na saúde, educação e segurança pública; a infraestrutura necessária à chegada da banda larga ao Amapá, que vem pela Guiana; o fortalecimento da agricultura, por meio do Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (Protaf), entre outros benefícios para o cidadão.

A assunção de Sueli Pini ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Amapá e o lançamento do Proamapá são uma clara demonstração de que os bons ventos voltaram a correr pelo Amapá. Sãos os ventos da ética, da credibilidade e do desenvolvimento que, com certeza, varrerão para outras paragens as aves de agouro que, durante um tempo, infestaram o Amapá e infelicitaram a vida dos amapaenses.

Por último, Sr. Presidente, bons ventos também sopram por Pernambuco.

Estive em uma viagem de 96 horas, das quais passei 36 horas, entre aeroporto e avião, para ir a Nova Iorque participar de um evento em que a ONU, Organização das Nações Unidas, premiou nosso jovem Governador de Pernambuco, líder do nosso Partido, Eduardo Campos, com um prêmio por sua gestão, por seu planejamento inclusivo no Estado de Pernambuco e por projetos voltados para as mulheres.

O Governador Eduardo Campos recebeu duas premiações nesse evento que reunia gestores do mundo todo. O Governador Eduardo Campos foi destacado como um dos grandes gestores globais. Eu tive a honra de participar daquele momento e também de participar de um *workshop* sobre as melhores práticas de gestão pública. Hoje, em Pernambuco, a partir dessa premiação da ONU, a gestão desenvolvida pelo Governador Eduardo Campos é exemplo para outros Estados brasileiros e também para outras regiões do mundo.

De Nova Iorque, fui para Calçoene, a 290 quilômetros de Macapá, também no Hemisfério Norte, mas um pouco distante de Nova Iorque, umas 12 horas de avião de Nova Iorque. Lá nós fomos inaugurar algumas obras financiadas pelo Governo Estadual e executadas pela Prefeitura de Calçoene, por intermédio da Prefeita Lucimar. Uma das obras foi uma biblioteca pública, iniciada no meu Governo e abandonada nestes anos todos. Eu tive a felicidade de, na quinta-feira, participar da inauguração da primeira biblioteca pública daquele Município – uma obra de arquitetura fantástica que aproveita a luminosidade daquela região, a região do meio do mundo, que tem sol 12 horas por dia – e também de outras obras, entre elas duas creches feitas com emendas parlamentares.

Ali, pude ver a importância da emenda parlamentar bem aplicada. Duas creches foram feitas com emendas da Deputada Janete Capiberibe que, com as emendas parlamentares, constrói uma rede de creches em todo o Estado. A essas alturas, já são três... São cinco construídas e há mais umas quatro, pelo menos, sendo construídas. E essa rede deve se espalhar e vai continuar, porque é um trabalho que vai ficar, é uma herança que a Deputada vai deixar para as crianças.

E, no sábado, Senador Pimentel, fui à foz do rio Amazonas – seria bom que houvesse um grande mapa aqui para a gente se situar –, lá na confluência do Atlântico, entre a foz do rio... A foz do rio é uma coisa gigantesca: de uma margem não se enxerga a outra. E fui à comunidade do Bailique para devolver um direito que eles tinham perdido: energia 24 horas. É o mínimo que a vida moderna pode oferecer. Eles tinham energia 24 horas, e o último Governo lhes tirou esse direito. E sexta-feira nós estivemos lá para lhes devolver esse direito.

Ouço o Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador João Capiberibe, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e registrar que estive no Oiapoque, no Amapá, quando era Ministro da Previdência Social, na ordem de serviços da Agência da Previdência Social que hoje já está funcionando. Ali pude ver formas diferentes de cultura, do meio ambiente, da vegetação, dos valores dos habitantes daquela região e do nosso Nordeste, do nosso Ceará, embora haja muitos cearenses ali que participam do desenvolvimento daquele Município. Esse trabalho com as creches, com a pré-escola, é decisivo para que no dia de amanhã possamos ter uma juventude mais capacitada, mais qualificada e com maior formação. O trabalho de V. Exª e o de sua companheira, nossa Deputada Federal nos permitiu torná-lo maior com o programa Brasil Carinhoso, que é exatamente o planejamento para que possamos ter em todos os municípios brasileiros uma creche pública, padrão MEC, para que nossas crianças de quatro meses até seis anos de idade possam ali também se desenvolver, se integrar e, acima de tudo, ter uma formação idêntica àquela ofertada nos grandes centros urbanos. Portanto, quero parabenizar V. Exª e o prefeito – eu o conheci quando esteve conosco aqui no Congresso Nacional. Sei de sua dedicação e da dedicação daqueles que querem ter na Região Norte,

especialmente no Amapá, uma região muito mais desenvolvida. Portanto, parabéns pelo trabalho.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador. Para não abusar da paciência do Sr. Presidente, quero concluir dizendo que na Região do Bailique, um arquipélago composto de várias ilhas com um meio ambiente preservadíssimo e uma paisagem fascinante, fantástica, de floresta e de rios, foi localizada, há muitos anos, a primeira escola com metodologia socioambiental de construção do conhecimento, juntando a experiência da criança, ou seja, a sabedoria por ela acumulada em sua própria estória de vida, de convivência social e de convivência na família com o saber universal.

Essa escola fantástica foi abandonada, mas vai retornar. Eu me comprometi com aquela comunidade. Com emendas parlamentares, farei questão de o Senado acompanhar a construção de duas novas Escolas Bosque e sua experiência metodológica de conhecimento.

Acredito que, para mudarmos esse modelo de desenvolvimento fundamentado no consumo e na pressão excessiva sobre os meios da natureza, seja preciso uma nova educação feita por intermédio dessas experiências-piloto que já tínhamos e que estávamos generalizando para toda rede. Infelizmente, a política não é assim e a alternância faz com que outros, com ideias muitas vezes antagônicas, assumam o poder. Foi o que aconteceu em nosso Estado.

Portanto, queria aqui finalizar dizendo que as mulheres estão em plena ascensão. A Presidenta Dilma Rousseff é o melhor exemplo. No Amapá, a Desembargadora Sueli Pini, a Procuradora-Geral de Justiça está fazendo um trabalho brilhante, um trabalho corajoso de investigar e exigir a punição de todos aqueles que desviam recursos públicos. No sábado, tive a felicidade de lançar uma mulher, Senador Paim. Uma mulher negra com uma história de gestão pública e com experiência para ser a nossa candidata a prefeita de Macapá. A festa de lançamento (a política tem de ter essa parte alegre), reuniu milhares de pessoas no Colégio Azevedo Costa para consagrar o nome de Cristina Almeida como candidata a prefeita de Macapá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Hoje, Senador Pimentel, pela manhã, o Senador Capiberibe nos ajudou na coordenação de uma audiência pública para discutir a violência no campo em sua amplitude, seja a sofrida pelos índios, pelos quilombolas, pelos sem-teto, pelos sem-terra. Enfim, foi uma bela audiência, com a participação de ministérios e de líderes. V. Exª está de parabéns pela iniciativa, já que foi V. Exª quem provocou essa audiência pública.

Passamos a palavra neste momento ao Senador Alvaro Dias, que permutou com o Senador Demóstenes Torres, que foi para o sexto lugar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, venho à tribuna para relatar a viagem que fiz ao Paraguai no último fim de semana, para encontro com brasileiros que lá vivem e com lideranças paraguaias do Executivo e do Legislativo.

Reuni-me com brasiguaios na cidade de Foz do Iguaçu e trago deles a manifestação de apoio à decisão política do Congresso de seu país que concluiu pelo impedimento do Presidente Lugo, conferindo imediatamente a posse ao Vice-Presidente eleito como seu substituto, o Presidente Frederico Franco.

A manifestação dos brasileiros é de confiança nas possibilidades que terão, a partir de agora, de trabalhar e de produzir em paz. Muitos deles, há muitos anos, contribuindo para que o Paraguai se desenvolva, manifestam a satisfação de terem o reconhecimento do Presidente Franco de que os brasileiros são representantes da força produtiva mais importante do país e são os principais responsáveis pelos índices de crescimento econômico que o Paraguai vem alcançando nos últimos anos.

No Paraguai, estive também em Ciudad del Este, a convite da Prefeita Sandra Irún e de seu marido, Javier Zacarías Irún, que é candidato à Presidência da República nas eleições de abril do próximo ano. Nós nos reunimos com algumas autoridades do Executivo e do Legislativo paraguaio, que apresentaram as razões dessa decisão política e, mais que isso, rechaçaram com veemência as insinuações de que, no Paraguai, houve um desrespeito ou uma afronta ou uma violência à ordem democrática constituída.

Ao contrário, afirmam, enfaticamente, que o julgamento político se deu de conformidade com os preceitos constitucionais vigentes. Com suporte no art. 225 da Constituição paraguaia, houve a adoção de um regulamento que possibilitou o julgamento político com celeridade, em razão da perda de confiança diante do Parlamento, que se verificou com atos precedentes que transformaram o Presidente Lugo em refém das circunstâncias.

Perdeu o Presidente o controle da situação no seu país e a iminência de uma violenta comoção interna fez com que os parlamentares optassem por um ritmo de celeridade para o julgamento político, que é previsto constitucionalmente.

Na Câmara dos Deputados, foram 76 votos a um. Portanto, apenas um Deputado posicionou-se contrariamente ao processo de *impeachment*.

No Senado, todas as bancadas participaram da decisão, que concluiu pela adoção do rito célere para o julgamento político, com exceção de três membros da chamada multibancada, que é a bancada de extrema esquerda no Parlamento paraguaio.

Repito: a justificativa para a adoção de um rito de celeridade foi a iminência de atos de violência que poderiam ocorrer, como já ocorrera, anteriormente, em conflitos que se estabeleceram, de grupos ligados a Lugo e seus adversários, diante do Parlamento do país, tendo como consequência oito mortos e duzentos feridos.

Portanto, a responsabilidade política diante da perda de confiança do Presidente, que se tornara refém das circunstâncias, e para evitar consequências fatais que poderiam levar à supressão das liberdades democráticas no país, inclusive com a alteração da integridade territorial, segundo os parlamentares paraguaios, a adoção desse célere rito de tramitação para o processo de *impeachment* do Presidente Lugo.

No Senado – repito –, foram 39 votos a 4.

E é bom destacar que quem votou a favor do Presidente Lugo reconheceu a legitimidade, constitucionalidade e transparência do processo adotado pelo Parlamento.

É bom destacar também que o próprio Presidente Lugo, em seu discurso, afirmou que se submeteria ao julgamento do Parlamento, e, depois do *impeachment,* declarou que aceitava a decisão política do Congresso do seu país e sairia pela porta grande, para continuar prestando a sua contribuição ao país, onde fosse chamado.

E, ao que soube, no Paraguai, o Presidente Lugo já está em campanha para o Senado do seu país, e já articula a candidatura do seu candidato à Presidência da República: um comunicador da TV paraguaia.

Quais foram as razões elencadas pelos parlamentares da Câmara dos Deputados que propuseram ao Senado o processo de *impeachment*:

1 – que nos quartéis ocorriam atos políticos de jovens paraguaios e estrangeiros, ligados a organizações de esquerda;

2 – que as invasões de propriedades ocorriam com o apoio de forças públicas, não só com a complacência do governo e de seu presidente, mas com a cumplicidade e participação;

3 – que havia visível insegurança pública, a população não possuía segurança jurídica e temia por atos de violência;

4 – o Protocolo de Ushuaia II, assinado pelo Presidente Lugo em Montevidéu, com clara lesão aos interesses paraguaios;

5 – o caso de Curuguaty, com invasão de uma propriedade rural, de uma área próxima a uma reserva florestal;

6 – o estímulo à luta de classes;

7– ações de grupos guerrilheiros, denominado EPP, Exército Popular do Paraguai, promovendo inclusive sequestros.

Esse era o cenário que antecedia uma decisão política de importância e que alcançou repercussão internacional. Esse golpe não existiu. O golpe que existiria frustrou-se, comandado a partir da Venezuela pelo chanceler Maduro, que tentou, numa interferência indevida, invasão de competência, impedir que tivesse prosseguimento o processo de *impeachment* iniciado no Parlamento paraguaio.

Havia um clima de tensão social e reiterados episódios de violência, estimulados por um discurso que promovia a luta de classes. Instalou-se no Paraguai um movimento orquestrado por organizações campesinas, por setores políticos integrantes do Poder Executivo, com apoio do Presidente da República que semeava insegurança e violência, como ocorreu no dramático episódio em que morreram seis agentes da polícia e onze campesinos armados com o enfrentamento da Polícia Nacional a um grupo de *carperos* que ocuparam uma propriedade privada.

Esse era o clima no Paraguai. O Presidente da República perdia a confiança do povo e do Parlamento do seu país. A interferência de chanceleres que procuraram evitar o processo de *impeachment*, a nosso ver, se constituiu em invasão de competência.

Foram rechaçados e houve a contraproposta do Parlamento de que esses chanceleres convencessem Lugo a renunciar, como quis o Chanceler Maduro, da Venezuela, ao pronunciar um longo discurso desde o Palácio do Governo, no qual pressionava o Congresso paraguaio com a suposta aplicação da cláusula democrática estabelecida no Protocolo de Ushuaia II, firmado em Montevidéu. Este, sim, tinha o objetivo do golpe.

O que nós constatamos? Infelizmente, o tempo é escasso e eu não terei oportunidade de expor tudo o que gostaria, porque fui ao Paraguai para ouvir não apenas as autoridades, mas, nas ruas, ouvir a população. E o que recolhi? Os militares estão nos quartéis, os estudantes estão nas escolas, os trabalhadores estão no trabalho. Reina a paz e a tranquilidade absoluta no país vizinho, nas ruas, nos quartéis, nas escolas, nas indústrias e nos estabelecimentos comerciais onde o povo trabalha, e sobretudo no campo, onde especial-

mente os brasileiros que lá vivem sentem que estão iniciando um novo tempo de tranquilidade para o trabalho e para a produção.

Portanto, o Paraguai está em ordem e na paz. O que não se justifica é essa afronta à soberania de uma nação livre, que tem que decidir o seu próprio destino com base na legislação vigente. A Constituição foi respeitada; houve transparência; houve quase que unanimidade de uma decisão democrática.

A suprema corte do país validou a decisão do Parlamento. Por que aqueles líderes latino-americanos, acostumados a afagar ditadores mundo afora, a oferecer apoio diplomático e amizade a ditadores sanguinários que praticam atrocidades, que violentam os direitos humanos, com que justificativa esses mesmos que oferecem respaldo a autoritarismo em alguns países se arvoram em defensores da democracia no Paraguai, ignorando que lá se praticou ato que corresponde às expectativas da sociedade com base nos preceitos constitucionais?

Hugo Chávez invade emissoras de televisão, censura a imprensa. Se não gosta do tratamento em determinado hotel que se hospeda, o desapropria e é recebido no Mercosul, onde terá o seu mais novo palanque para sua peroração cansativa, ultrapassada e, sobretudo, autoritária. E o Paraguai afastado como represália, porque não querem que o Paraguai decida a respeito do seu próprio futuro, não querem que o Paraguai exercite na plenitude aquilo que entende ser democrático na busca de seus objetivos.

Vou conceder, Presidente, com a sua permissão, um aparte à Senadora Ana Amélia, que tem se interessado muito por essas questões ligadas ao Paraguai, comunicando, inclusive, que o Presidente Frederico Franco, com quem conversei no sábado por telefone, convida o Senado brasileiro, uma comissão que aqui foi constituída e da qual V. Exª faz parte, para que possamos, no próximo sábado visitar o país e conferir o que ocorre por lá, o que se passa em Assunção e no Paraguai.

Concedo a V. Exª o aparte.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Alvaro Dias, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo empenho com que trata de repor e de destacar a questão de defendermos aqui, com alguma intransigência, a soberania dos países amigos na região – todos os países, especialmente os que temos responsabilidade histórica, para evitar o que já está se falando agora de uma suposta aliança, a tríplice aliança, de que o Paraguai foi vítima. Não queremos fazer esse retrocesso histórico. Queria apenas dizer a V. Exª que imagino que a presença, no território paraguaio, do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, o ex-chanceler chileno José Miguel Insulza, certamente, com mais frieza, com mais tecnicalidade, com mais diplomacia, com mais rigor do ponto de vista da análise constitucional, dará um laudo sobre o que aconteceu no Paraguai, com maior isenção do que o que estamos vendo até agora. Queria também registrar que, surpreendentemente, hoje, deveríamos estar no Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, mas tivemos um problema sério de voo. Três Senadores e cinco Deputados Federais ficamos oito horas no voo e não conseguimos chegar ao Parlasul. Queria apenas registrar que o Presidente do Parlamento do Mercosul na seção brasileira, Senador Roberto Requião, aceitou a presença dos representantes do Paraguai para que os parlamentares explicassem, até porque não é da competência do Parlamento do Mercosul fazer qualquer tipo de retaliação nesses casos. Penso que foi uma atitude racional, responsável e também democrática, em alguma medida, esta de ouvir os representantes do Paraguai na reunião que está acontecendo hoje, em Montevidéu, aonde não pudemos chegar por conta desses problemas. Em relação ao Governo brasileiro, queria dizer que houve duas atitudes: uma, com alguma incoerência, Senador Alvaro Dias, que é exatamente a de não dar ao governo do Paraguai a chance de defesa – os governos do Uruguai, da Argentina e do Brasil fazendo aquilo que condenaram em relação ao Paraguai no que eles chamam de *impeachment* açodado, não dando chance de defesa ao ex-Presidente Fernando Lugo. Agora, eles repetem a dose, sendo que, pelo menos, no caso paraguaio, a despeito de ter sido rápido o processo, ele teve a chance de fazer a sua defesa. No caso do Mercosul, os Presidentes não deram ao Paraguai a chance de fazer a defesa e de justificar os atos que aconteceram pelo Congresso paraguaio. Esse é um lado. Agora, o outro lado foi positivo, que foi o esforço pessoal da Presidente Dilma de impedir sanções econômicas ao Paraguai, inclusive impedindo que a Venezuela, como prometia Hugo Chávez, suspendesse o fornecimento de petróleo àquele país vizinho nosso, com fronteira com seu Estado do Paraná, que é a maior fronteira que existe com o Paraguai. Assim é que o Governo brasileiro deu com uma mão e tirou com a outra. Quer dizer, do ponto de vista diplomático, andou de forma claudicante e, do ponto de vista econômico, acertou ao não impor as sanções econômicas, o que seria absolutamente impensável. Aliás, gesto elogiado pelo ex-Presidente Fernando Lugo nesse processo de avaliação. E queria renovar os cumprimentos a V. Exª pelo esforço que vem fazendo para preencher o vazio deixado pela ausência

de uma diplomacia mais eficaz nesse processo, para evitar que percamos um aliado tão importante quanto o Paraguai, hoje o quarto maior produtor de soja da região, que também usa os portos brasileiros, inclusive, os do seu Estado do Paraná, para exportação. Então, o Paraguai é muito importante nessa parceria. Tomara que a OEA dê uma palavra tranquilizadora, para evitar um contencioso desnecessário neste momento, na região.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Amélia.

Sr. Presidente, apenas dois minutos para a conclusão.

Na verdade, essa infeliz decisão do Mercosul, injusta e contraditória, ao tempo em que acolhe alguém que pratica atrocidades contra a imprensa, contra os direitos humanos de modo geral, seja acolhido no Mercosul em festa para fazer dele o seu palanque preferencial na América Latina.

Se o Mercosul tem sido um fracasso como bloco econômico, talvez possa ser um sucesso como palanque para Hugo Chávez. Mas, sem dúvida, isso nos entristece, pelo fato de se tentar afastar um país que tenta decidir seu próprio destino, a seu juízo percorrendo o caminho da constitucionalidade.

O nosso País não tem o direito de questionar a Constituição paraguaia, mas tem o dever de respeitar a sua. Questionamos, agora, a Constituição paraguaia. Podemos até não concordar com seu texto, mas é a Constituição vigente, que, no art. 225, possibilita esse procedimento ágil para um julgamento político em razão de ter o Presidente perdido a confiança. E, no nosso caso, o dispositivo constitucional nos obriga – o Governo e os brasileiros – a respeitar a autodeterminação dos povos e a soberania de todas as nações do mundo.

Ao tempo em que o nosso Governo aplaude a ditadura do Irã, de Cuba, da Venezuela, irmana-se às ações de Evo Morales, que contraria os interesses do Brasil, especialmente no que diz respeito à questão do petróleo; enquanto isso ocorre, o Brasil e o nosso Governo tratam mal um país que tem sido nosso parceiro, inclusive pela importância de Itaipu, que nos une não apenas geograficamente, mas econômica e socialmente. E a nossa relação com o Paraguai não é meramente geográfica, mas humana, porque estamos misturados uns aos outros pelas circunstâncias da fronteira e pelos ideais em comum.

Portanto, o nosso repúdio à decisão adotada, a meu ver precipitadamente, pelo Mercosul, por algumas lideranças da América Latina. E lamento profundamente que as autoridades brasileiras estejam a reboque de lideranças que não possuem o nível necessário para tratar de assuntos que dizem respeito à integração latino-americana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Ana Amélia. Em seguida, ao Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

A Senadora Ana Amélia pergunta se o Senador José Pimentel aceita fazer a permuta. *(Pausa.)*

Então, por permuta com a Senadora Ana Amélia, com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim; Srªs Senadoras; Srs. Senadores, na última quinta-feira, dia 28 de junho, a Presidenta Dilma lançou o Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2012/2013. Esse Plano compreende uma forte discussão com os vários setores da agricultura brasileira e é considerado o maior e melhor plano da safra de toda a história brasileira. Ele tem como objetivo investir, nessa safra 2012/2013, mais de R$115 bilhões, além de aumentar significativamente o volume de recursos para a agricultura brasileira.

Só para se ter uma ideia, em 2003, no primeiro Plano Safra 2003/2004, do Governo Lula, nós tínhamos aplicado apenas R$27 bilhões. Estamos saindo de R$27 bilhões para R$115 bilhões na safra 2012/2013. Portanto, é um acréscimo significativo, e o nosso objetivo é chegar a 170 milhões de toneladas de grãos produzidos no Brasil, para alimentar nosso povo e também para alimentar as nações vizinhas, aquelas que necessitam do apoio do Brasil.

Esse programa tem como objetivo, cada vez mais, inserir o Brasil na produção agrícola nacional, com forte inserção internacional. Essas medidas de incentivo à produção têm como finalidade a redução da taxa de juros. Nós praticávamos uma taxa de juros média de 28% em 2003 e, agora, estamos reduzindo para algo em torno de 5%, sem correção monetária. Portanto, é uma redução significativa ao longo desse período.

Ao mesmo tempo, estamos aumentando os limites individuais de financiamento. Cada produtor agrícola brasileiro passa a ter um montante de financiamento muito maior do que o existente nos últimos anos.

Esse Plano tem como finalidade também o incentivo ao médio produtor, que era o setor que ficava basicamente desassistido. De um lado, Senador Paulo Paim, havia uma política muito forte para a agricultura familiar, com um conjunto de medidas desenvolvidas a partir do Grito da Terra Brasil, das várias entidades, e para o agronegócio. E o médio produtor, de modo geral, ficava um pouco desassistido, com grandes di-

ficuldades para participar do mercado competitivo nacional e internacional. Esse novo Plano Agrícola tem o cuidado de corrigir essas distorções.

É dado um apoio fortíssimo à pecuária e às cooperativas, até porque o ano de 2012 é considerado o Ano Internacional das Cooperativas. No Brasil, nos anos 50 e 60 e no início dos anos 70, houve uma presença muito forte do cooperativismo, mas, nos anos 80 e 90 e no início deste novo século, tivemos muitas dificuldades com o cooperativismo brasileiro. Mas, nos últimos dez anos, temos assistido ao fortalecimento significativo da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, com forte participação na política de crédito, de comercialização e de mediação. Ao mesmo tempo, nos vários outros setores do cooperativismo, do cooperativismo de crédito, houve um crescimento significativo, inclusive com a criação de uma série de cooperativas com moedas próprias, a exemplo do banco Palmas, no nosso Estado do Ceará, em Fortaleza, que tem uma inserção muito grande em alguns bairros da nossa capital. Ao mesmo tempo, há um conjunto de outras cooperativas no setor de serviços, no setor de transportes, no setor de energia, no setor da produção.

Portanto, cooperativismo no Brasil volta a ter uma presença significativa na nossa economia. Nós precisamos aprovar o novo Estatuto do Cooperativismo, para que possamos, cada vez mais, fortalecer esse setor no ano de 2012, que é exatamente como o Ano Internacional do Cooperativismo.

Há avanços nos programas de investimento. Estão sendo fortalecidos os vários programas de investimento, ampliando-os particularmente para a recuperação do solo. E há garantias de preços e mais seguro agrícola.

Há ainda a questão do Proagro e dos vários programas de seguro que existiam até o fim da Conta Movimento do Banco do Brasil nos anos 80. Nos anos 90, basicamente não houve seguro agrícola. Retomamos esse processo a partir de 2004, e, aqui, o Plano Agrícola propicia uma reestruturação, uma nova roupagem, para que se traga, efetivamente, tranquilidade a esse segmento, aos nossos produtores agrícolas.

Portanto, há medidas de incentivo à produção, como investimentos no setor de armazenagem. A nossa antiga Cibrazen faz parte da memória dos anos 60 e 70 e do início dos anos 80. No Governo Collor, esse sistema foi totalmente privatizado, uma parte foi extinta, e, agora, estamos retomando esse sistema de armazenagem pública, para diminuir o desperdício da produção brasileira e para, ao mesmo tempo, permitir a manutenção de uma política de segurança alimentar. Há regiões em que a produtividade e a produção estão sujeitas à sazonalidade da seca, a exemplo da região Nordeste. O ano de 2012 está sendo um ano de muita seca nas regiões nordestinas, no chamado Semiárido, e, para que possamos armazenar a nossa produção e, com isso, evitar que haja desperdício nesse setor, estamos voltando a fortalecer todo o sistema público e privado e de parcerias no setor de armazenagem.

Também há toda uma política voltada para a área de irrigação, de correção e conservação dos solos. Na nossa região, a região Nordeste, há centenas de milhares de hectares de terras preparados, irrigados pela Codevasf ou pelo nosso Dnocs. Ao longo dos anos 90, esses setores ficaram totalmente desassistidos. Grande parte desses perímetros irrigados se tornou improdutiva. Hoje, são áreas destinadas muito mais ao plantio de capim, para a produção do leite, para a pecuária. Nós estamos retomando a sua vocação, que é a produção de alimentos, que é a fruticultura, que traz muito mais valor agregado.

Só no Estado do Ceará, estamos recuperando mais de 300 mil hectares de terra que foram desenvolvidos e implantados com recursos públicos, com um investimento médio de US$20 mil por hectare irrigado, nos quais, em seguida, houve baixa produtividade por falta de políticas públicas, de assessoria técnica, de política de armazenamento, de melhoria da produtividade. Agora, estamos recuperando os mais de 300 mil hectares irrigados somente no nosso Estado do Ceará.

Se formos para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte, para Pernambuco, para a Bahia, para o nosso Piauí, para parte de Alagoas e de Sergipe, para o norte de Minas, vamos encontrar ali também muitos hectares, centenas de milhares de hectares de terra irrigados sem qualquer produtividade, mas, nesse Plano Safra, nós os estamos retomando.

Na questão da correção do solo, várias regiões já estão em processo de desertificação muito adiantado, seja na região Nordeste, na Caatinga ou no nosso Semiárido, seja em outras regiões, como é o caso concreto do Rio Grande do Sul, em que há algumas áreas com erosão, em início de processo de desertificação por falta da correção dos solos. Esse Plano procura dar resposta a essa questão. Há toda uma política conjugada com a questão do Código Florestal para a preservação ambiental.

No quesito de aquisição de máquinas e equipamentos, também é retomada toda uma política, com redução da taxa de juros, com ampliação de prazo, para que possamos renovar a nossa frota de máquinas e equipamentos e, com isso, aumentar a produtividade nas pequenas, médias e grandes propriedades brasileiras.

Também há uma política voltada para a agricultura de baixa emissão de carbono. Há uma experiência muito forte que o Brasil já desenvolveu, para que possamos cada vez mais contribuir com a política ambiental.

Se verificarmos a taxa de juros para custeio e comercialização da safra agrícola 2012/2013, veremos que estão sendo reservados R$63,4 bilhões. A taxa de juros, que era de 6,75%, Sr. Presidente, nós a estamos reduzindo para 5,5%. Portanto, há uma redução de 18,5% da safra 2011/2012 para a safra 2012/2013.

Para o médio produtor, há o Pronamp, um programa voltado para esse setor que, até então, não tinha recursos razoáveis, mas estão sendo reservados para custeio R$7,1 bilhões e para investimento R$4,2 bilhões. E a taxa de juros está sendo reduzida de 6,25% para apenas 5%, ou seja, uma redução de 20% no crédito para o médio produtor brasileiro.

Na área de investimentos, para a aquisição de máquinas e equipamentos, para a irrigação e armazenagem e para o Programa ABC, estamos reservando R$10,6 bilhões. E a taxa de juros, que variava de 5,5% a 9%, está sendo fixada em 5,5%, uma redução de até 42% entre a safra de 2011 e a de 2012.

No setor de cooperativismo, estão sendo investidos R$5,1 bilhões para capital de giro e de investimento, e a taxa de juros também tem uma redução média de 18%.

Os Fundos Constitucionais, que, historicamente, têm financiado a produção agrícola nas regiões Norte e Nordeste, contam com R$3,4 bilhões. Estão discutindo, em resolução própria, a nova taxa de juros, para que possamos também beneficiar os Fundos Constitucionais e, com isso, desenvolver as regiões Norte e Nordeste, que, embora participem do programa geral, também precisam ter uma linha diferenciada através dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Aumentamos também os limites de financiamento ao produtor, no custeio, que era de R$650 mil e que está sendo elevado para R$800 mil. Portanto, há um acréscimo de 15% no crédito para o médio produtor, para que ele possa ter um custeio maior.

Na comercialização, também está havendo um aumento de R$1,3 milhão para R$1,6 milhão por produtor. Portanto, há um crescimento de 23% na área da comercialização.

O programa também traz forte apoio à pecuária bovina de corte e leite. Aqui, há recursos para a renovação da linha de financiamento para a aquisição de matrizes e reprodutores bovinos e bubalinos. O limite por produtor está sendo elevado para até R$750 mil, e o prazo de pagamento é de até cinco anos. E, aqui, Sr. Presidente, inclui-se também um prazo de dois anos de carência. A taxa de juros, a exemplo das demais, está sendo reduzida de 6,75% para 5,5%, sem correção monetária.

Portanto, há aumento do limite de comercialização às agroindústrias beneficiadoras e processadoras de leite de R$40 milhões para R$50 milhões. Há o aumento do prazo de pagamento de 180 dias para 240 dias, ou seja, é dado a eles um prazo maior na fase da comercialização.

Sr. Presidente, também houve forte apoio à caprinocultura e à ovinocultura. Essas duas atividades, na nossa região Nordeste, têm uma presença muito forte, por dizerem respeito a animais de porte médio. Aqui, a linha para a aquisição e para a retenção de matrizes e de reprodutores de caprinos e ovinos também está sendo financiada. O limite por produtor é de até R$600 mil, e estamos reduzindo a taxa de juros de 6,75% para 5,5%, a exemplo dos outros programas.

Houve também apoio à suinocultura e aos nossos produtores independentes. Essa era a grande reclamação, inclusive no programa Brasil Maior. As entidades representativas dos suinocultores foram aquelas que mais apresentaram demanda, para que possam ter a produção das suas matrizes, dos seus reprodutores e dos seus rebanhos. Aqui, a criação de linha para a retenção de matrizes está sendo atendida. O limite por produtor vai até R$1,2 milhão, exatamente para incentivar ainda mais esse segmento. E a taxa de juros também é reduzida de 6,75% para 5,5%. Esse segmento, Sr. Senador Paulo Paim, como V. Exª sabe, tem uma presença muito forte na economia do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, do interior do Estado de São Paulo e também de outras regiões do Brasil.

Esse planejamento de 2012 a 2013 tem como objetivo elevar a nossa produção para 400 milhões de toneladas. Esse crescimento visa a alimentar, cada vez mais, a população brasileira e, ao mesmo tempo, a assegurar a toda a sociedade essa política de maior produtividade.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que, em relação à área plantada, está havendo um crescimento de 15 milhões de hectares. E também estão sendo recuperados vários outros segmentos, para que possa, cada vez mais, haver a proteção do meio ambiente.

É por isso, Sr. Presidente, que os setores produtivos do Brasil, todos eles, estiveram presentes na solenidade da última quinta-feira, quando foi lançado esse Plano Agrícola e Pecuário. Ali todos registravam, como a Presidenta da CNA, que é a nossa Senadora Kátia Abreu, juntamente com várias outras lideranças,

que esse é o melhor programa agrícola que o Brasil lançou nos últimos anos. Por isso, todas as entidades estavam ali presentes, dando todo o apoio.

Portanto, Sr. Presidente, o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 mostra que o agronegócio brasileiro continuará forte e competitivo no mercado internacional e no mercado interno.

Com o apoio de toda a cadeia produtiva da agropecuária, vamos continuar ajudando a levar alimento de qualidade para as mesas brasileiras e de outros países.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

Agradeço a concessão do espaço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador José Pimentel, pelo seu pronunciamento.

Convido, neste momento, a Senadora Ana Amélia a fazer uso da palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Paulo Paim, Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu queria apenas aduzir algo ao comentário do Senador José Pimentel, agora, sobre o Plano Safra 2012/2013.

De fato, o tema ocupou a minha atenção, até porque o nosso Estado, Senador Paim, tem na agropecuária uma força relevante na composição do seu Produto Interno Bruto. Portanto, também enfatizo, sublinho e, de novo, destaco as palavras do Senador José Pimentel em relação à importância que esse Plano Safra teve na questão, sobretudo, Senador Pimentel, da garantia de preços, de juros a 5,5% ao ano para o custeio e o investimento, que são a maior parte dos R$115 bilhões, praticamente 81% do total. Esses juros são tabelados, vamos dizer assim, o que é uma garantia e uma segurança para os agricultores.

Eu também queria cumprimentá-lo pela referência, pelo destaque dado por V. Exª à questão da irrigação. O senhor é do Ceará, mas toda a região Nordeste... E, agora, o Rio Grande do Sul passa a ser também, de alguma maneira, como o Nordeste, porque, em cada dez safras, pelo menos na maior parte, em dois terços das safras, há algum tipo de acidente climático provocado pela estiagem.

Então, a questão da irrigação é fundamental não apenas para a realidade do Nordeste – e V. Exª representa aqui tão bem o Ceará –, mas também para o meu Estado, o Rio Grande do Sul. E temos tratado disso com a urgência necessária, porque já conhecemos o drama, mas não adianta ficarmos falando, Senador Pimentel, enquanto não forem tomadas medidas, digamos, emergenciais, como no caso do socorro agrícola, mas, sobretudo, fazer a obra, para que ela tenha eficácia na hora da necessidade, até para alimentação de subsistência do gado.

Com prazer, concedo um aparte a V. Exª, Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senadora Ana Amélia, nosso Estado, como muito bem V. Exª conhece, é um Estado onde chove pouco. Além de poucas chuvas, o período chuvoso é basicamente de março a maio. Logo, temos de três a quatro meses de inverno e de oito a nove meses de período seco. E tivemos que conviver com isso e desenvolver tecnologia para sofrer menos. Ali, temos todo um processo de irrigação e também os comitês de bacias para disciplinar o uso da água, evitando o desperdício, para mudar a nossa cultura, deixando claro que, quando você administra bem, é possível atender mais. E as outras regiões do Brasil, por conta de várias questões climáticas, também passaram a ter períodos longos de falta de chuva, a exemplo do Rio Grande do Sul, que V. Exª e o Senador Paulo Paim conhecem muito mais do que eu, até porque são filhos e representantes daquele Estado da Região Sul, para onde, inegavelmente, teremos que ter, a partir de agora, um olhar diferenciado para esse período de menos chuvas, de maneira que as experiências que já foram desenvolvidas em outras regiões do Brasil possam ser compartilhadas, e com isso o aproveitamento da água possa ser maior. Por conta do meio ambiente, lá no Ceará fomos obrigados a alterar nossa cultura e estamos dispostos a compartilhar com V. Exª e com as entidades do Rio Grande.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador José Pimentel.

Lembrando o período das chuvas do seu Estado, casualmente começa no dia 19, quando as rezas ao seu padroeiro, São José, começam. É a hora oportuna de pedir o apoio do santo. São José é também o padroeiro dos marceneiros, dos carpinteiros. Imagino que o nome da profissão seja inspirado nele. Deve-se pedir proteção para as boas chuvas naquela região, pois agora também os gaúchos têm que apelar a São José, para que lá também haja normalidade. E há São Pedro, sobretudo, porque ele é o controlador desse clima. Lá temos enfrentado o La Niña, o El Niño, e isso tem provocado essa instabilidade.

A safra do ano passado foi uma das melhores dos últimos anos. Houve grandes ganhos, grande produtividade, mas, este ano, infelizmente, em algumas regiões, houve 80% de perda. Nem sequer o agricultor teve ânimo para colocar a máquina para colher, porque sequer havia condições de retorno. Precisamos estimular essas ações do Governo.

O Ministro, nosso conterrâneo, Mendes Ribeiro Filho, nesta quarta-feira, e o Ministro, também nosso conterrâneo, Pepe Vargas lançam o Plano Safra da Agricultura Familiar, igualmente reforçando uma redução da taxa de juros para a agricultura familiar e, da mesma forma, ampliando o volume de recursos.

Animou-me muito a declaração da Presidente, dada ao Ministro, de que não faltará dinheiro. O problema é que, como no seu Estado, o pequeno e o médio agricultor estão endividados por conta de um passivo histórico que V. Exª conhece melhor do que eu até, por conhecer bem a área econômica. Se não resolvermos a questão desse passivo, vai ficar difícil. Houve manifestação em Santo Ângelo; outra haverá no dia 13, em Tapes, no Rio Grande do Sul, para evidenciar essa situação de dificuldade dos agricultores com o endividamento, que vai impedir que eles tenham acesso ao crédito.

Eu queria aproveitar para saudar os visitantes na tribuna de honra: a Drª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, que foi indicada para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários, cuja relatoria será minha, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, saudações à senhora, na sua visita ao plenário do Senado Federal.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que hoje estou ocupando esta tribuna para falar de uma situação para a qual eu nem deveria estar aqui hoje, porque, na verdade, junto com o Senador Paulo Paim, deveríamos estar com os Senadores e Deputados em Montevidéu, na primeira reunião formal, oficial do Parlamento do Mercosul, dada a demora da Argentina para a indicação dos seus representantes para o Parlamento do Mercosul.

Deveríamos, eu disse, mas estou aqui, depois de pelo menos duas horas de sono, se é que isso foi possível. Ficamos oito horas a bordo de um avião. Saímos ontem às 19h30, de São Paulo, Guarulhos, com destino a Montevidéu. Houve um atraso grande na saída desse voo por conta da deficiência no serviço de imigração.

Trago o assunto, embora tenhamos muitas questões relevantes, como a própria questão da reunião do Mercosul, em função do interesse do consumidor brasileiro e também do que temos pela frente como desafio: a Copa de 2014 e a Copa das Confederações, em 2013.

Fomos para Montevidéu. Sobrevoamos a capital, o Uruguai, onde é a sede do Parlamento do Mercosul, e problemas climáticos, um fortíssimo nevoeiro na região, no aeroporto de Carrasco, impediu o pouso do voo que levava os Parlamentares brasileiros para essa reunião. Pelo menos uma parte deles, porque outra parte já estava lá, sob a liderança do nosso colega Roberto Requião.

Cauteloso, o Comandante Lemos – vejam só, pura coincidência, não é meu parente – resolveu retornar ao Brasil, mesmo com autorização de pouso por instrumentos, dada pela torre de controle do tráfego aéreo do aeroporto uruguaio. Até aí, nenhum problema, porque sabemos que, nessa época do ano, com o inverno, as condições dos aeroportos na parte sul do País mudam com frequência. Então, atraso de voo por problemas climáticos são frequentes nesse período.

O comandante obteve apoio dos passageiros que, pacientemente, aguentaram oito horas. Ele tentou duas vezes pousar o avião no Aeroporto de Carrasco, e não conseguiu. A alternativa era Porto Alegre ou Florianópolis. Chegamos a Porto Alegre e não tínhamos como descer, porque não havia infraestrutura de alfândega de imigração para dar entrada de volta ao País sem ter chegado ao outro país, e também por causa do adiantado da hora: duas horas, duas horas e meia da madrugada. Foi necessário reabastecer o avião e vir uma nova tripulação por conta da legislação aeroportuária. Aí chegamos a São Paulo, às 4h da manhã, de volta.

A paciência dos passageiros se deveu ao entendimento de que o comandante estava preservando a segurança de todos nós, o que foi reconhecido, portanto, num voo praticamente lotado, como eu disse, com três Senadores – o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Eduardo Suplicy e eu – e mais cinco Deputados Federais que iam participar dessa reunião.

Mas os problemas não começaram em Montevidéu por causa do clima, o que é uma questão natural. Os problemas antecederam o voo, o que é motivo deste pronunciamento. Eles começam exatamente na deficiência dos serviços aeroportuários brasileiros, especialmente no que diz respeito ao tratamento do usuário.

Nós iniciamos o nosso voo para a capital pelo Aeroporto de Brasília, onde já encontrei uma série de problemas, agravados pelo aumento de passageiros em virtude do início das férias. No Aeroporto de Brasília, convivi, mais uma vez, com escadas rolantes paralisadas, banheiros sujos e sem manutenção, um claro sinal de quase abandono de um aeroporto que foi leiloado pela Infraero e que está prestes a ter novo comando. Tomara que isso aconteça rapidamente, porque esse tipo de problema, nós, passageiros, usuários frequentes do transporte aéreo, estamos vivenciando todos os dias. Até há pouco, Josi Melo estava aqui me contando que foi esperar uma amiga que vinha do Espírito Santo e que ficou escandalizada também com as más condições de higiene dos sanitários do nosso

aeroporto da Capital Federal, que é o cartão de visitas para quem chega, pela primeira vez, a Brasília.

Eu já usei, inclusive, as redes sociais para mostrar essa realidade, com o objetivo único e exclusivo de contribuir para a solução. Eu penso que a crítica construtiva, quando você mostra dessa forma, tem um efeito muito melhor, sob o ponto de vista da reação da autoridade, do que propriamente ficarmos fazendo um discurso, atacando, mas dizendo que são necessárias as providências.

Os problemas continuaram na conexão em São Paulo. O voo que seguiria para Montevidéu teve um atraso de praticamente uma hora, por conta da demora na imigração. Dez passageiros ficaram uma hora na fila, aguardando a fila da imigração para apresentar o seu passaporte e embarcar.

Claro que o embarque é remoto. É o que se diz quando não se usa o *finger,* que é aquela extensão do avião, aquela manga que vai até a porta do avião, que é mais confortável para o passageiro. Tem-se que pegar um ônibus e sair até onde está a aeronave, porque o aeroporto de São Paulo também já está perdendo a sua capacidade de atender a uma demanda cada vez mais crescente, o que é ótimo, porque isso revela que o brasileiro está com poder aquisitivo para viajar mais de avião.

O aumento do número de passageiros, Presidente, deixando o País, volto a lembrar, em período de início de férias, parece que não está ainda sendo suficientemente forte para sensibilizar as autoridades a tratar melhor esse serviço de imigração, pois não colocam funcionários nesse momento, um número maior de servidores, melhor forma de distribuição, para evitar as filas imensas que ocupam os corredores, os vastos corredores dos aeroportos, que já estão congestionados por outros passageiros que estão fazendo voos domésticos. Isso significa uma retenção por mais tempo e atraso nos voos.

A terceirização do serviço, feita para atender de forma emergencial o problema causado pelo aumento do número de passageiros nos aeroportos brasileiros, virou uma solução permanente, mas não resolveu o problema. Parece que, no Brasil, o que é provisório está virando moda e fica permanente.

O que vemos é um serviço importante como o de imigração e expedição de passaportes, que controla a entrada e saída de pessoas em nosso País, nas mãos de funcionários que são colocados ali, sem, às vezes, o treinamento adequado, com salários baixos e sem supervisão adequada.

Nesse caso, penso que a Polícia Federal precisa receber apoio do Governo Federal. É uma instituição da maior relevância para o País, não só em relação à segurança, mas também no que concerne à questão da imigração em nosso País.

As empresas que ganharam o direito de realizar o serviço são, em sua maioria, empresas de mão de obra de serviços gerais, algumas delas sem relação nenhuma com o trabalho de controle migratório, mas que garantiram contratos milionários para a realização do serviço que, agora se vê, está sendo, neste momento, pelo menos deficiente. Esperamos que melhore, mas o órgão fiscalizador, a agência reguladora do serviço de transporte aéreo precisa estar vigilante e atenta da mesma forma, o próprio Tribunal de Contas da União, a fazer essa fiscalização.

Depois de encarar esse atraso na alfândega do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, ou na imigração, finalmente decolamos para Montevidéu, e, como já ressaltei, não aconteceu o pouso por causa da falta de condições climáticas. Voamos de volta para o Brasil. Pousamos em Porto Alegre por volta das 2h30 da madrugada de hoje, onde, teoricamente, poderíamos pegar o voo, que descia em Porto Alegre, o mais próximo; pegaríamos o voo das 7 da manhã e voltaríamos a Montevidéu em tempo de assistirmos à reunião que começava às 10h.

Mas nada disso foi possível. Por falta de serviço de imigração, de novo no aeroporto da capital gaúcha para o registro da nossa entrada ao Brasil, serviço este dito obrigatório, tivemos que permanecer na aeronave por mais de uma hora para a troca da tripulação e para reabastecimento.

Aí, outra surpresa: ao chegar a São Paulo não foi exigido o uso do serviço de imigração. Nós passamos sem apresentar o passaporte, que tem o carimbo da saída, mas não houve nenhum carimbo de entrada. Quer dizer, é algo estranho, porque a gente fica pensando: "Mas, afinal, que País é este em que nós estamos vivendo?"

A informação tinha que ser segura. Se não podíamos descer em Porto Alegre porque a imigração não estava a postos para nos receber, como é que nós descemos em São Paulo sem imigração, passamos por uma fila e no meu passaporte está carimbada a saída, mas não está carimbada a entrada? Entramos sem precisar do tal e famoso carimbo. Aliás, se fosse possível, dever-se-ia extinguir todo e qualquer tipo de carimbo, porque eles se mostram cada vez mais inúteis.

O que era uma exigência em Porto Alegre, que impediram os Parlamentares de embarcar no voo das 7 da manhã para Montevidéu, não teve o mesmo valor em São Paulo.

O que eu e meus colegas Parlamentares passamos nessa viagem não é nada diferente do que o que os milhares de passageiros brasileiros e estrangeiros sofrem todos os dias nos nossos aeroportos. Não é possível entender as razões de tudo isso.

Aprovamos, na última semana de junho, a extensão do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), para obras do Programa de Aceleração do Crescimento, de olho na agilização dos processos de licitação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Na primeira votação desse processo, que alterou a Lei nº 8.666, que V. Exª conhece bem, eu fiz até uma objeção, porque recebi muitas reclamações do setor da construção civil e de vários outros, preocupados que essa modificação na lei, que foi feita para colocar um freio nas irregularidades à época... E, claro, saímos de oito para oitenta. Houve um exagero, até para a compra de um pneu tinha que haver licitação. Agora, para a volta também de um sistema mais ágil, esperamos que haja fiscalização sobre tais contratações.

Então, nós abrimos mão das nossas convicções para ajudar o Governo e o País e, especialmente, o usuário desse serviço a ter condição de uma obra duplicada não só nas questões dos programas como Minha Casa, Minha Vida, mas sobretudo em relação a essas obras que são tão fundamentais para a Copa das Confederações, em 2013, também para a Copa do Mundo, em 2014, no Rio de Janeiro, e para as Olimpíadas, em 2016.

A melhoria dos aeroportos é parte fundamental dessas obras, como vem insistindo a própria Fifa em todas as visitas que realiza para fiscalizar os preparativos para os jogos do maior evento esportivo do Planeta.

Por conta disso, Sr. Presidente, todos os dias lemos nos jornais a distribuição de verbas para obras em aeroportos ou pelo menos o anúncio dessas verbas e dessas obras. Mas a situação parece não estar se alterando muito.

Já testemunhamos, em fevereiro passado, a concessão de aeroportos importantes para a garantia da mobilidade dos aeroportos, como Brasília, Viracopos e o confuso Guarulhos, por mais de R$24 bilhões. Mas, na prática, vê-se pouca mudança nos canteiros de obras e muitos problemas nas salas de embarque, especialmente agora, na época de férias. E isso tende a agravar-se à medida que a estação aumenta o movimento dos turistas, que viajam para as regiões brasileiras de maior demanda turística: o Nordeste e o sul do País – Gramado, Serra Gaúcha –, ou também para o exterior – voos todos lotados para a Europa e os Estados Unidos. Nem parece que estamos vivendo com alguma dificuldade e endividamente, caro Senador Pimentel.

O número de passageiros que utiliza esses três aeroportos e mais os 64 terminais administrados pela Infraero em todo o País só cresce. No último ano, o Brasil foi o país que registrou o segundo maior aumento do número passageiros nos aeroportos do mundo todo. O movimento cresceu 13,7%. Deixamos para trás a populosa China e perdemos apenas para a Índia quando analisamos o aumento de pessoas que pegaram um avião. Um crescimento três vezes maior do que a média mundial.

Mas o que vemos nos aeroportos é um conjunto de problemas que faz o passageiro ter de matar um leão a cada viagem, além do sufoco, do estresse, do desconforto, da impaciência e da intolerância.

Os brasileiros passaram a usar mais o transporte aéreo, pagam passagens em suaves prestações, taxas de embarque altas, mas não têm serviço adequado desde o estacionamento até a imigração. Os problemas com banheiros, acessos deficientes também para portadores de necessidades especiais, falta de comunicação, longas filas para comprar até um cafezinho antes do embarque, provavelmente com preço muito elevado – sempre são –, fazem o passageiro esperar mais tempo em solo do que durante o voo.

Se as provas concretas dos problemas de infraestrutura nos aeroportos dadas pelos passageiros não são suficientes, vamos dar uma olhada nos relatórios do Tribunal de Contas da União, que tem divulgado com regularidade o acompanhamento que faz das obras da Copa do Mundo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em um dos mais recentes levantamentos, o TCU diz que já alertou a Infraero e o Ministério dos Esportes sobre a possibilidade de atraso da entrega das obras do aeroporto de Manaus, uma das sedes dos jogos de 2014.

Já estou encerrando, Sr. Presidente.

A auditoria detectou liberação incompatível de verbas, contratos na obra sem o termo aditivo e irregularidades nas contribuições previdenciárias. Relatórios anteriores já mostraram superfaturamento em obras de outros aeroportos, e irregularidades que podem atrasar os trabalhos, como o aumento do valor dos contratos no Aeroporto de Viracopos, em Campinas, São Paulo, causado pela concessão do local para a iniciativa privada.

Não que isso seja um mal, mas é preciso que haja eficiência, porque é recurso público, é uma concessão, e o usuário tem direito a ter um serviço adequado dessa concessão dada pelo setor público ao setor privado.

Trago aqui um exemplo do atraso do principal aeroporto do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Todo inverno, o Aeroporto Internacional Salgado Filho fecha para pouso e decolagem por causa do nevoeiro nas manhãs. Há 15 anos, Senador Pimentel, os gaúchos esperam pela instalação do equipamento antineblina, para melhorar o sistema de segurança para pousos e decolagens e evitar o tempo de espera nas manhãs frias da capital gaúcha.

Somente hoje, segundo o jornal *Zero Hora*, estão sendo abertas – agora, quinze anos depois – as propostas de licitação para escolher a empresa interessada em dar início à instalação do equipamento que permite pousos e decolagens em condições climáticas adversas. Talvez o processo esteja apressado por causa da Copa do Mundo, que, como todo mundo sabe, vai acontecer em pleno inverno, como acontecem também as campanhas eleitorais.

Junto à instalação do equipamento, deveriam ser feitas as obras de ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho, aumentando dos hoje 2,28 mil metros para 3,2 mil metros. Mas isso não está previsto ainda. O projeto de ampliação da pista, considerado prioritário, ainda está em estudos e já sofreu vários adiamentos.

A verdade, Srªs e Srs. Senadores, é que nós, usuários dos serviços, temos muita pressa. O brasileiro definitivamente descobriu o serviço de transporte aéreo, levado até pela melhoria da renda.

Precisamos, sim, adequar a infraestrutura aeroportuária para receber os turistas da Copa do Mundo, como tem alertado a Fifa, mas sobretudo para atender bem o usuário brasileiro, este que passa o ano inteiro aguentando as filas dos aeroportos.

Mas precisamos também arrumar a casa para o turista brasileiro, como eu disse. As necessidades são imediatas, são básicas. Não deveríamos depender da realização de uma Copa do Mundo. Por mais que o futebol seja nossa paixão, não é mais importante do que a melhoria definitiva da nossa infraestrutura e da nossa qualidade de vida.

O Governo precisa trabalhar para melhorar as estradas, estacionamentos, aeroportos, serviço de Internet, transporte público, para realizar, sim, uma Copa do Mundo especial, a melhor de todos os tempos, mas, sobretudo, precisa melhorar o nosso País como um todo, melhorando a logística para o setor da produção. Não podemos mais tapar o sol com a peneira anunciando melhorias e não entregando esses serviços à população.

Muito obrigada pela generosidade, caro Presidente José Pimentel.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senadora Ana Amélia, parabéns pela qualidade e pelo conteúdo do seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pelo tempo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Pimentel, Srªs e Srs. Senadores, quero falar um pouco hoje sobre o nosso Orçamento.

Sr. Presidente, registro hoje aqui no Plenário, entre os temas que vou tratar, a aprovação das emendas que apresentei ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária de 2013 aqui nas comissões do Senado.

É importante ressaltar – só para situar a todos – que o Orçamento público é formado por três leis: o Plano Plurianual que planeja as ações para os próximos quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as prioridades e metas para o exercício financeiro do ano seguinte; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que visa a concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual.

Os Parlamentares têm a prerrogativa legal de emendar os três projetos de lei orçamentária de forma a atuar diretamente na promoção e efetivação das políticas públicas.

Considero, Sr. Presidente – e V. Exª é um especialista no tema – de extrema importância a oportunidade da população participar e decidir ativamente sobre as políticas públicas e resgatar a democracia direta e participativa. Nesse sentido, defendo o orçamento impositivo, participativo, em todas as esferas: pública federal, estadual e municipal e, também, se dependesse de mim, em todas as relações.

Para assegurar a eficácia e a efetividade dos direitos fundamentais, bem como a participação mais ativa da população, o agente público deve construir diretamente com a população agendas de discussão acerca de como bem investir o dinheiro público.Tais construções deverão se transformar posteriormente em propostas orçamentárias.

Nesse sentido, tramita no Senado Federal a PEC 23, de 2005, de minha autoria, que legitima a participação popular no Orçamento, o orçamento participativo, que teve tanto sucesso no período em que o nosso Partido, Sr. Presidente, administrava a capital Porto Alegre.

Entendo que a ação legislativa acaba angariando maior legitimidade com a participação popular na elaboração dos orçamentos, tendo em vista que, acatando a

opinião pública, o Legislativo adquire a confiança popular e maior credibilidade como seus agentes políticos.

Por esse motivo, Sr. Presidente Pimentel, muitos dos meus projetos de lei e de emendas apresentadas ao Orçamento são oriundos dessa discussão da participação popular que faço pelas redes sociais. O alargamento desses espaços alternativos para debates, bem como o incentivo das informações fornecidas pelos meios de comunicação em massa, são relevantes para uma mudança de paradigma em relação à participação social na fiscalização dos recursos públicos.

Nesta semana, tivemos a oportunidade de apresentar emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2013. A LDO, como é chamada, traça as diretrizes para o Orçamento anual e trata de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com pessoal, política fiscal e transferências da União.

Apresentei emendas às comissões do Senado Federal, à bancada gaúcha e, individualmente, direto à Comissão Mista de Orçamento. Quero aqui, nesta tarde, listar as emendas apresentadas pela relevância social dos temas sugeridos pela população, de que fui porta-voz. Vou iniciar pela mais importante delas – e V. Exª, Senador Pimentel, que foi Ministro da Previdência, sabe o quanto insisto com esse tema, até que a gente construa, tenho certeza, juntos, uma solução –, que é a previsão do reajuste real para aposentados e pensionistas.

Essa emenda foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Direitos Humanos devido à relevância social que representa, ratificando o compromisso dos membros do Parlamento federal com os aposentados e pensionistas.

A proposta objetiva assegurar aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores daqueles aposentados que ganham mais que um salário mínimo, nos termos do art. 41-A da Lei nº 8.213, acrescido da variação de crescimento da remuneração dos empregados conforme sistema de contas nacionais divulgado pelo IBGE, apurado pela aplicação da média do percentual dos dois anos anteriores. Assim, a gente sai daquela redação concedida ao salário mínimo, que é a inflação mais o PIB.

Outro assunto relevante é a não limitação do empenho e movimentação financeira das despesas decorrentes de iniciativas parlamentares individuais, bem como as listadas no anexo de prioridades e metas. Aprovei esta emenda em três Comissões: CDH, CAS e Comissão de Educação, com o apoio de todos os Senadores e Senadoras, bem como outras propostas, com o objetivo de aprimorar o texto da lei e empregar mais eficácia à execução do nosso Orçamento.

Enfim, quero salientar ainda que o PLDO 2013, encaminhado pelo Governo, não contemplou este ano o anexo de metas. Limitou-se somente a indicar, no art. 4º, que as metas e prioridades correspondem às ações do PAC e à superação da extrema pobreza, que é também importante em seu programa e ações. Entendo que as minorias sociais devem ser priorizadas nas metas do Governo para o próximo Orçamento e, por isso, propus uma emenda de modo a acrescentá-las ao texto do referido artigo, que só aprimora o que foi encaminhado pelo Executivo.

Tendo em vista a relevância de avançarmos nas temáticas sociais, tenho tomado por hábito apresentar anualmente emendas que têm como objetivo influenciar na vida de cada homem, de cada mulher deste País. Neste sentido, propus como prioridade as seguintes ações: apoio às iniciativas para a promoção da igualdade racial; apoio a obras preventivas e de desastres; proteção à promoção das comunidades quilombolas; apoio à iniciativa de prevenção à violência contra as mulheres; produção e disseminação de organizações representativas das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais; apoio a centros de referência em direitos humanos; apoio a serviços de atendimento a pessoa com deficiência; fomento ao desenvolvimento local para as comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais; criação de unidades de funcionamento do nosso INSS; fiscalização para erradicação do trabalho infantil; inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Entendendo, Sr. Presidente, a relevância das políticas públicas para o atendimento da saúde da população, também priorizei programas que objetivassem essa finalidade, como a implantação e implementação de políticas de atenção integral à saúde da mulher, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência.

Não menos importante, Sr. Presidente, entendo, também, que é a valorização da cultura, do esporte e do lazer. Nesse sentido, ampliei, além do que já estava contemplado na proposta que veio do Executivo, a implantação e modernização da infraestrutura para o esporte educacional; apoio aos espaços públicos de inclusão digital; fomento à difusão e pesquisas sobre cultura e patrimônio brasileiro; fomento a projeto de cultura afro-brasileira; ação de políticas culturais de incentivo à igualdade de gênero; implantação de espaços integrados de esportes, cultura, lazer e serviços públicos; preservação do patrimônio cultural brasileiro; fortalecimento de espaços de ponto de cultura e desenvolvimento ao estímulo à rede de circuitos culturais; implantação de equipamentos culturais de cultura; promoção, valorização e fortalecimento das culturas

populares tradicionais; proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas; promoção da cultura da juventude.

Sr. Presidente, a meu ver, a educação, como aqui foi dito por muitos (e lembro-me aqui do Senador Cristovam), é a base de toda a sociedade. Por isso, não poderia deixar de apresentar também minhas prioridades nessa área, quais sejam: apoio à alfabetização e à educação de jovens e adultos; modernização da rede pública não federal de educação profissional e tecnológica; elevação da escolaridade e qualificação profissional do jovem urbano e rural; apoio ao desenvolvimento da educação básica nas comunidades do campo, indígenas, comunidades tradicionais, remanescentes de quilombos, bem como das temáticas de cidadania, direitos humanos, meio ambiente e política de inclusão dos alunos com deficiência.

Este assunto, de extrema relevância na sociedade atual, cuidei com muito carinho e tive o apoio dos Senadores. Trata-se da mobilidade urbana. Com vista a facilitar o direito de ir e vir do cidadão, permitindo o acesso facilitado aos mais diversos locais, destaquei como relevante o apoio a projetos de sistema de circulação não motorizados como, por exemplo, as bicicletas; projetos de sistema de transporte coletivo urbano; projetos de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência; apoio a projetos de infraestrutura turística e estudos e planos de desenvolvimento regional e territorial.

Diante da preocupação mundial com a preservação do meio ambiente e da recente mobilização de mais de cento e vinte países pela sustentabilidade ambiental, promovida pela Rio+20, entendemos a latente necessidade de priorizar, no orçamento de 2013, o desenvolvimento de estudos estratégicos para os biomas brasileiros. É preciso, Sr. Presidente, preservar nossas riquezas naturais para o presente e para o futuro.

Vale ressaltar – e quero aqui agradecer aos Senadores – que, das cinquenta e cinco emendas apresentadas por mim nas Comissões do Senado Federal, foram aprovadas – e agradeço de pronto – doze na Comissão de Direitos Humanos; oito, na Comissão de Assuntos Sociais; cinco, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte; duas, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Na Comissão Mista de Orçamento, apresentamos dezoito emendas, priorizando, inclusive, obras de relevância para o Estado do Rio Grande do Sul. Foram apresentadas cinquenta e cinco emendas e aprovadas vinte e nove.

Na Comissão Mista de Orçamento apresentamos emenda para a construção do trecho rodoviário Bom Jesus, divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, na BR-285, que foi uma luta histórica aqui da Senadora e hoje Ministra Ideli Salvatti; obras complementares no trecho rodoviário entroncamento RS-366 – Ponte Rio Guaíba, na BR-116; investimento para que o metrô, também em Canoas, possa ser subterrâneo; construção de prédios anexos ao Hospital das Clínicas de Porto Alegre;

Por fim, vale ressaltar que, até a Constituição de 1988, o Legislativo apenas homologava o orçamento público elaborado pelo Poder Executivo.

A atual ordem constitucional permite aos Deputados e Senadores a proposição de alterações no texto da lei em programas e projetos apresentados pelo Poder Executivo.

Esta é uma prerrogativa nossa, que devemos exercê-la em sua plenitude. Não podemos abrir mão dela.

Encerrando esta fala, peço ao Relator Geral, Senador Antonio Carlos Valadares, que olhe com atenção para essas propostas, que não são minhas, mas da sociedade organizada que chegou pelas redes sociais ao meu gabinete. Especialmente, repito, a emenda que propõe ganho real aos aposentados e pensionistas, para que eles tenham o direito de viver e envelhecer com dignidade.

Sr. Presidente, se me permitir ainda – claro que agora vou resumir, só vou comentar –, recebi hoje, pela manhã, de um grupo de militantes da questão dos idosos, que V. Exª já conhece, a chamada Carta de São José sobre os direitos dos idosos da América Latina e Caribe, adotada na Terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre o Envelhecimento na América Latina e Caribe, que ocorreu em São José da Costa Rica, de 8 a 11 de maio de 2012.

Como eu dizia, hoje, pela manhã, em meu gabinete recebi representantes do Ministério da Educação, Sr. Professor Paulo Egon Wiederkehr, que foi suplente do Senador Bisol; do Ministério da Cultura, Srª Ana Maria Villalba; e a Coordenadora Geral dos Direitos do Idoso, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Srª Neusa Pivatto Muller.

Eles participaram dessa conferência e me trouxeram uma cópia da Carta de São José sobre os direitos dos idosos, que não vou ler aqui, mas gostaria, se V. Exª entendesse, que ela seja registrada nos Anais da Casa, pela importância desse documento, que aponta políticas públicas para os idosos na América Latina e no Caribe.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Blodo/PT – CE) – Senador Paulo Paim, o pedido de V. Exª está sendo deferido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria encaminhar a V. Exª dois documentos. Tenho recebido inúmeros pedidos sobre reivindicações salariais de categorias. Tenho dito a todos que temos que fortalecer o diálogo, a negociação, a conversa, o entendimento, e que a negociação e o acordo coletivo sejam a solução para esses conflitos.

Então, faço um apelo, tanto aos empresários da área privada como aos órgãos de governo, para que recebam esses trabalhadores que estão apresentando as suas reivindicações, a fim de que, mediante o diálogo, se construa uma saída.

Por fim, Sr. Presidente, deixo também registrado, nos Anais da Casa, outro documento que recebi, que fala sobre as greves no País, principalmente das universidades. Das 59 universidades, 56 aderiram à greve; dos 38 institutos federais de educação, 36 também estão no movimento grevista. Eles têm uma série de reivindicações que, claro, que eu não sou quem pode entabular essa negociação, mas fica aqui o apelo também para que os órgãos de governo sentem e se construa uma saída negociada que com isso ganham os professores, ganham os alunos, ganha a sociedade, ganham, enfim, todos os brasileiros.

Era isso e eu peço a V. Exª que considere na íntegra o meu pronunciamento e agradeço a tolerância de V. Exª que me deu um tempo, já que agora eram só 10 minutos, V. Exª me deu mais do que 20 minutos. Agradeço, Senador Pimentel, que preside os trabalhos nesse momento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje quero registrar aqui neste plenário a aprovação das emendas apresentadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária de 2013 nas comissões do Senado Federal.

É importante ressaltar que o orçamento público é formado por três Leis:

- O Plano Plurianual – que planeja as ações para os próximos quatro anos;
- a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que estabelece as prioridades e metas para exercício financeiro do ano seguinte;
- e a Lei Orçamentária Anual – LOA, que visa concretizar os objetivos e metas propostos no Plano Plurianual.

Os parlamentares têm a prerrogativa legal de emendar os três projetos de lei orçamentárias de forma a atuar diretamente na promoção e efetivação das políticas públicas.

Considero, de extrema importância a oportunidade da população participar e decidir ativamente as políticas públicas, e resgatar a democracia direta participativa.

Dentro deste contexto defendo o orçamento participativo em todas as esferas: publica federal, estadual e municipal e, também, nas relações privadas.

Para assegurar a eficácia e a efetividade dos direitos fundamentais, bem como a participação mais ativa da população, o agente público deve construir diretamente com a população agendas de discussão acerca dos investimentos públicos.

Tais construções deverão se transformar, posteriormente, em propostas orçamentárias.

Nesse sentido tramita aqui no Senado Federal a PEC 23/2005 de minha autoria. Que legitima a partição popular no orçamento.

Entendo que a ação Legislativa acaba angariando maior legitimidade com a participação popular na elaboração dos orçamentos, tendo em vista que, acatando a opinião pública, o legislativo adquire a confiança popular e maior credibilidade em seus agentes políticos

Por este motivo muitos dos meus projetos de lei e de emendas apresentadas ao orçamento são oriundas da participação do cidadão, de idéias construídas com os movimentos sociais.

O alargamento desses espaços alternativos para debates, bem como o incentivo das informações fornecidas pelos meios de comunicação em massa são relevantes para uma mudança de paradigma em relação a participação social na fiscalização dos recursos públicos.

Nesta semana tivemos a oportunidade de apresentar emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do para o ano de 2013.

A LDO, como é comumente denominada, traça as diretrizes para o orçamento anual e trata de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com pessoal, política fiscal e transferências da União.

Apresentei emendas às comissões do Senado Federal, à bancada gaúcha e individualmente direto à Comissão Mista de Orçamento.

Quero listar aqui as emendas apresentadas pela relevância social dos temas sugeridos.

Vou iniciar pela mais importante delas, que a previsão de reajuste real para os aposentados e pensionistas.

Esta emenda foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, devido à relevância social que representa, ratificando o compromisso dos membros do parlamento federal com os nossos idosos.

A proposta objetiva assegurar o aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art 41-A da lei 8.213, acrescido da variação do crescimento da remuneração dos empregados conforme sistema de contas nacionais divulgado pelo IBGE, apurado pela aplicação da média do percentual dos dois anos anteriores.

Outro assunto relevante é a não limitação de empenho e movimentação financeira, das despesas decorrentes de iniciativas parlamentares individuais bem como as listadas no anexo de prioridades e metas.

Aprovei esta emenda em três comissões: CDH, CAS e CE com o apoio dos demais membros, bem como outras propostas com o objetivo de aprimorar o texto da lei e empregar maior eficácia a execução orçamentária.

Srªs e Srs. Senadores, quero salientar ainda que o PLDO 2013 encaminhado pelo Governo não contemplou o anexo de metas e prioridades, o mesmo ocorreu no exercício anterior.

Limitou-se somente a indicar, no art. 4º, que as metas e prioridades correspondem às ações do PAC e à superação da extrema pobreza, sem discriminá-las em programas e ações.

Entendendo que as minorias sociais devem ser priorizadas nas metas do Governo para o próximo orçamento e por isso propus uma emenda de modo a acrescentá-las ao texto do referido artigo.

Tendo em vista a relevância de avançarmos nas temáticas sociais tenho tomado por hábito apresentar anualmente emendas, que tem por objetivo influenciar diretamente na vida do cidadão.

Nesse sentido propus como prioridade as seguintes ações:

- Apoio a iniciativas para a promoção da igualdade racial;
- Apoio a obras preventivas e de desastres;
- Proteção e promoção das comunidades quilombolas e de terreiros;
- Apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres;
- Produção e disseminação de organizações representativas das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais;
- Apoio a centros de referência em direitos humanos;
- Apoio a serviços de atendimento a pessoas com deficiência;
- Fomento ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais;
- Criação de unidades de funcionamento do INSS;
- Fiscalização para erradicação do trabalho infantil;
- Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Entendendo a relevância das políticas públicas para atendimento a saúde da população, também priorizei programas que objetivassem essa finalidade, como a implantação e implementação de políticas de atenção integral à saúde da mulher, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência;

Não menos importante é a valorização da cultura, do esporte e do lazer. Nesse sentido, priorizei:

- Implantação e modernização de infraestrutura para o esporte educacional;
- Apoio a espaços públicos de inclusão digital:
- Fomento a difusão e pesquisas sobre cultura e patrimônio brasileiro;
- Fomento a projetos da cultura afro-brasileira;
- Ação de políticas culturais de incentivo à igualdade de gênero;
- Implantação de espaços integrados de esportes, cultura, lazer e serviços públicos;
- Preservação do patrimônio cultural brasileiro;
- Fortalecimento de espaços de pontos de cultura e desenvolvimento e estímulo a redes de circuitos culturais;
- Implantação de equipamentos culturais de cultura afro-brasileira;
- Promoção, valorização e fortalecimento das culturas populares tradicionais;
- Proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas idígenas;
- Promoção da cultura da juventude.

Ao meu ver a educação é a base de toda sociedade, por isso não poderia deixar de apresentar minhas prioridades nesta área, quais sejam:

• Apoio a alfabetização e a educação de jovens e adultos;

• Modernização da rede pública não federal de educação profissional e tecnológica;

• Elevação da escolaridade e qualificação profissional do jovem urbano e rural;

• Apoio ao desenvolvimento da educação básica nas comunidades de campo, indígena, tradicionais, remanescentes de quilombos e das temáticas de cidadania, direitos humanos, meio ambiente e políticas de inclusão dos alunos com deficiência.

Outra temática de extrema relevância na sociedade atual é a questão da mobilidade urbana.

Com vistas a facilitar o direito de ir e vir do cidadão, permitindo o acesso facilitado aos mais diversos locais, destaquei como relevante:

• O apoio a projetos de sistema de circulação não motorizados;

• Projetos de sistema de transporte coletivo urbano;

• Projetos de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência;

• Apoio a projetos de infraestrutura turística e;

• Estudos e planos de desenvolvimento regional e territorial.

Diante da preocupação mundial com a preservação do meio ambiente e da recente mobilização de mais de cento e vinte países pela sustentabilidade ambiental, promovida pela Rio+20, entendemos a latente necessidade de priorizar no orçamento 2013 o desenvolvimento de estudos estratégicos para o biomas brasileiros.

É preciso preservar as nossas riquezas naturais para a presente é futuras gerações.

Vale ressaltar que das 55 (cinqüenta e cinco) emendas apresentadas por mim nas comissões do Senado Federal foram aprovadas: 12 (doze) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 8 (oito) na Comissão de Assuntos Sociais, 5 (cinco) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 2 (duas) na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Na Comissão Mista de Orçamento apresentamos mais 18 emendas, priorizando, inclusive obras de relevância para o Estado do Rio Grande do Sul, foram elas:

• Construção do trecho rodoviário Bom Jesus, divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, na BR 285;

• Obras complementares no trecho rodoviário – entroncamento RS 326 (p/Ivoti) – Ponte Rio Guaíba – na BR 116;

• Construção de prédios anexos ao hospital das Clínicas de Porto Alegre;

Por fim, vale ressaltar que até a Constituição de 1988 o legislativo apenas homologava o orçamento público elaborado pelo Poder Executivo.

A atual ordem constitucional permite aos deputados e senadores a proposição de alterações no texto da lei, em programas e projetos apresentados pelo Poder Executivo.

Esta é uma prerrogativa nossa, que devemos exercê-la em sua plenitude.

Encerrando esta fala, peço ao relator geral, senador Antonio Carlos Valadares para que olhe com atenção para essas propostas, que não são minhas, mas dos movimentos sociais que represento.

Especialmente à emenda que propõe ganho real aos aposentados e pensionistas com benefícios acima do salário mínimo, pela justiça social que traz em seu bojo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de trazer a esta Tribuna um tema muito importante, ou seja, a Carta de São José sobre os direitos dos idosos da América Latina e Caribe, adotada na III Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe, que ocorreu em San José de Costa Rica de 08 a 11 de maio de 2012.

Hoje pela manhã recebi em meu Gabinete representantes do Ministério da Educação, Sr. Paulo Egon Wiederkehr; do Ministério da Cultura, Sra. Ana Maria Villalba e a Coordenadora Geral dos Direitos do Idoso, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Neusa Pivatto Muller.

Eles participaram desta Conferência e trouxeram uma cópia da Carta de São José sobre os direitos dos Idosos que vou ler a partir de agora, de singular importância e em complemento a esta minha fala.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.*)

Carta de São José sobre os direitos dos idosos de América Latina e Caribe

Adotada na terceira Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e Caribe.
San José de Costa Rica, 8 a 11 de maio de 2012

NACIONES UNIDAS

CEPAL

LC/G.2537
Mayo de 2012

A terceira Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e no Caribe foi organizada pela CEPAL e o Governo de Costa Rica. A Conferência se realizou em San José de Costa Rica, de 8 a 11 de maio de 2012, e contou com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Carta de São José sobre os direitos dos idosos de América Latina e Caribe

Nós, os representantes dos Governos reunidos na Terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre o Envelhecimento na América Latina e Caribe, celebrada em São José de Costa Rica, entre 8 e 11 de maio de 2012,

Com o propósito de identificar as principais ações em matéria de direitos humanos e proteção social das pessoas idosas na América Latina e Caribe,

Conscientes de que a idade continua sendo um motivo explícito e simbólico de discriminação que afeta o exercício de todos os direitos humanos na velhice, e que as pessoas idosas precisam de atenção especial do Estado,

Expressando preocupação pela dispersão das medidas de proteção dos direitos das pessoas idosas no âmbito internacional, o que dificulta sua aplicação e gera falta de proteção no âmbito nacional;

Convencidos de que é imprescindível que se tomem medidas adicionais para proteger os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas idosas, incluída a possibilidade de elaborar novos instrumentos internacionais;

Reconhecendo que, apesar dos esforços realizados por vários países da região para incorporar maior solidariedade aos sistemas de proteção social e ampliar a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas, as limitações e exclusões persistem, o que afeta a qualidade e a dignidade da vida de tais pessoas;

Analisando detidamente os relatórios dos mecanismos especiais do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em particular o estudo temático sobre o conteúdo do direito à saúde das pessoas idosas[1] e o relatório sobre os direitos humanos e a extrema pobreza[2];

Atentando para as observações gerais do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, onde são abordados assuntos de especial interesse para os idosos[3], a Recomendação Geral no 27 do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher e a Observação no 2 do Comitê contra a Tortura,

Fazendo suas as conclusões e recomendações das reuniões de seguimento da Declaração de Brasília e promoção dos direitos das pessoas idosas (2011) e o Foro Internacional sobre os direitos dos idosos (2012);

Expressando satisfação pela criação do Grupo de Trabalho, de composição aberta, sobre o envelhecimento, definido pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em sua Resolução 65/182 de 21 de dezembro de 2010, e tomando em consideração as conclusões de suas primeira e segunda reuniões de 2011;

Reconhecendo o trabalho sistemático realizado pela Comissão Econômica para América Látina e Caribe (CEPAL), através do Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) na Divisão de População da CEPAL, para apoiar os países da região na incorporação do envelhecimento nas agendas de desenvolvimento, e agradecendo o apoio oferecido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS);

---

[1] A/HRC/18/37, 2011.

[2] A/HRC/18/34, 2011.

[3] Observação geral núm. 6 sobre os direitos econômicos, sociais e culturais das pessoas idosas, de 1995, núm. 14 sobre o direito ao desfrute do mais alto nível possível de saúde (artigo 12), de 2000; núm. 19 sobre o direito a segurança (artigo 9), de 2008, e núm. 20 sobre a não discriminação e os direitos econômicos, sociais e culturais (artigo 2), de 2009.

Com a firme determinação de adotar medidas em todos os níveis para ampliar, de forma progressiva, a cobertura e a qualidade dos sistemas de proteção social, incluídos os serviços sociais para uma população que envelhece, colocando em prática ações dirigidas a reforçar a proteção dos direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas idosas, sem nenhuma discriminação, e

Tendo examinado a documentação preparada pela Secretaria da Comissão Econômica para América Latina e Caribe por ocasião desta Conferência, y acolhendo com satisfação as conclusões e propostas do documento intitulado Envelhecimento, Solidariedade e Proteção Social: Hora de avançar rumo à igualdade[4]

1. *Reafirmamos* o compromisso expresso na Declaração de Brasília de não medir esforços para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas idosas, de trabalhar na erradicação de todas as formas de discriminação e violência e criar redes de proteção das pessoas idosas para tornar efetivos os seus direitos;

2. *Respaldamos* a tarefa do Grupo de Trabalho de Composição Aberta sobre o envelhecimento e o exortamos a estudar a viabilidade de uma convenção internacional dos direitos dos idosos; apoiamos o Grupo de Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas, para que avance na elaboração de uma convenção interamericana;

[4] LC/L.3431(CRE.3/3), abril de 2012.

3. *Reiteramos,* uma vez mais, aos países membros do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que avaliem, com urgência, a possibilidade de designar um relator especial que se encarregue de velar pela promoção e proteção dos direitos humanos dos idosos;

4. Reconhecemos que o acesso à justiça é um direito humano essencial e o instrumento fundamental na garantia dos idosos no exercício e na defesa efetiva de seus direitos;

5. Afirmamos que a participação política, pública e social dos idosos é um direito humano fundamental e exortamos o respeito de sua autonomia e independência na tomada de decisões;

6. *Assumimos o compromisso de reforçar* as ações dirigidas ao incremento da proteção dos direitos humanos no âmbito nacional e nos comprometemos a:

a. Adotar medidas adequadas (legislativas, administrativas e de outra natureza) que garantam aos idosos um tratamento diferenciado e preferencial em todos os âmbitos e proíbam todo tipo de discriminação que os afete;

b. Fortalecer a proteção dos direitos dos idosos, adotando leis especiais de proteção ou atualizando as já existentes, inclusive quanto a medidas institucionais e cidadãs que garantam sua plena execução;

c. Priorizar a atenção e dar tratamento preferencial aos idosos na tramitação, resolução e execução das decisões originadas de processos administrativos e judiciais, bem como nos serviços, benefícios e prestações oferecidos pelo Estado;

d. Adotar medidas de ação afirmativa que complementem a ordem jurídica e promovam a integração social e o desenvolvimento dos idosos;

e. Desenvolver políticas públicas e programas destinados a aumentar a consciência sobre os direitos dos idosos, promovendo um tratamento digno e respeitoso e desenhando uma imagem positiva e realista do envelhecimento;

f. Garantir e prover os recursos necessários para o acesso dos idosos à informação e à divulgação de seus direitos;

g. Garantir, ademais, o direito à participação dos idosos nas organizações da sociedade civil e nos conselhos, assim como na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas que lhes dizem respeito.

7. *Decidimos* melhorar os sistemas de proteção social para que respondam efetivamente às necessidades dos idosos, impulsionando as seguintes ações:

Ações de segurança social:

a. Promover a universalização do direito à segurança social, atentando para as possibilidades dos diferentes países;

b. Garantir a sustentabilidade, em longo prazo, das pensões contributivas e não contributivas, de acordo com as possibilidades dos diferentes países,

c. Assegurar que os programas de segurança social se complementem com outras políticas sociais, em particular com a prestação de serviços de saúde e habitação;

Ações de Saúde:

d. Promover a universalização do direito à saúde para os idosos,

e. Desenhar e implementar políticas de atenção integral da saúde preventiva, com enfoque gerontológico e interdisciplinar, com ênfase na atenção primária e com a inclusão de serviços de reabilitação,

f. Programar modelos de atenção multi e interdisciplinar em geriatria e gerontologia, nos diferentes níveis de atenção em saúde, para responder às necessidades dos idosos,

g. Facilitar o acesso preferencial aos medicamentos, equipamentos, ajudas técnicas e serviços integrais de reabilitação, para favorecer a independência das pessoas idosas, atentando para as possibilidades dos diferentes países,

h. Assegurar o direito a um consentimento prévio, livre e informado para toda intervenção médica, independentemente da idade, condição de saúde e tratamento previsto, a fim de favorecer a autonomia dos idosos,

i. Favorecer o desenvolvimento e o acesso a cuidados paliativos, para assegurar morte digna e sem dor aos idosos portadores de doenças terminais;

j. Proteger, mediante mecanismos de supervisão e controle periódicos, os direitos e a dignidade dos idosos que vivem em instituições públicas e privadas ou em estabelecimentos médicos.

k. Promover a formação de recursos humanos em geriatria e em gerontologia, em todos os níveis de atenção,

l. Implementar programas de capacitação, com enfoque em direitos humanos, para as equipes de saúde, em todos os níveis de atenção, cuidadores e pessoal de instituições que trabalham com idosos,

m. Desenhar políticas para implementação de programas que tratem eficazmente doenças transmissíveis e não transmissíveis,

n. Formular e adaptar os documentos legais, protocolos, mecanismos e instrumentos de direitos humanos, para proteger a dignidade dos idosos que residem em instituições públicas ou privadas e estabelecimentos médicos;

Ações de Serviço Social:

o. Criar e garantir os serviços sociais necessários para oferecer cuidados aos idosos, compatíveis com suas necessidades e características específicas, promovendo sua independência, autonomia e dignidade,

p. Oferecer atenção domiciliar como forma institucional complementar, favorecendo a permanência dos idosos em seus lares e mantendo sua independência, segundo as possibilidades dos diferentes países,

q. Desenhar medidas permanentes de apoio às famílias, mediante, a introdução de serviços especiais, particularmente àqueles que prestam atenção aos idosos,

r. Favorecer iniciativas de conciliação entre a vida pessoal e do trabalho, como estratégia destinada a melhorar a capacidade das famílias na prestação de cuidados aos idosos,

s. Garantir que os idosos que vivem sozinhos tenham acesso ao apoio formal, complementado através de redes informais,

t. Gerar espaços de coordenação intersetorial mediante a inclusão de trabalhos em redes que gerem planos de atenção integral e progressiva aos idosos,

u. Incluir nos planos operacionais das instituições estatais atividades de coordenação e cooperação com as organizações de idosos,

v. Garantir que os idosos tenham todas as facilidades para obter seus documentos de identidade,

w. Garantir tratamento diferenciado e preferencial das pessoas idosas com doenças neurodegenerativas nas instituições públicas e privadas, como nos hospitais-dia, especializados e de longa permanência,

x. Promover ações dirigidas a prestar atenção especial à situação dos idosos migrantes, para facilitar seu acesso aos serviços, benefícios e prestações sociais nas comunidades de origem, trânsito e destino,

y. Garantir o respeito aos direitos humanos dos idosos privados de liberdade.

8. *Fomentamos* o cumprimento do direito dos idosos ao trabalho e ao acesso a atividades que gerem renda, mediante as seguintes ações:

a. Promover o desenvolvimento de medidas dirigidas a assegurar a igualdade de tratamento e de oportunidades, em particular a igualdade em matéria de condições de trabalho, orientação, capacitação e formação em todos os níveis, em especial a formação profissional e acesso ao emprego,

b. Adotar políticas ativas de emprego que promovam a participação e a reincorporação de trabalhadores idosos no mercado de trabalho, tendo em conta as possibilidades dos diferentes países,

c. Promover reformas jurídicas e incentivos econômicos que permitam o emprego de pessoas com idade superior à idade de aposentadoria, de acordo com sua capacidade, experiência e preferências, incluindo medidas como a redução gradual da jornada de trabalho, os empregos de meio período e os horários flexíveis, entre outras,

d. Difundir informação sobre o direito à aposentadoria, o processo de solicitação e vantagens, assim como informações sobre outras atividades profissionais ou de voluntariado,

e. Estimular o empreendimento e facilitar o acesso ao crédito;

9. *Repudiamos* todo tipo de maltrato contra os idosos e nos comprometemos a trabalhar por sua erradicação, para o que devemos:

a. Utilizar políticas e procedimentos para prevenir, sancionar e erradicar todo tipo de maltrato e abuso contra idosos, inclusive com a penalização dos responsáveis,

b. Estabelecer mecanismos de prevenção e supervisão e fortalecer os mecanismos judiciais, a fim de prevenir todo tipo de violência contra idosos,

c. Garantir a proteção especial dos idosos que, por questões relacionadas com seu gênero, orientação sexual, estado de saúde ou incapacidade, religião, origem étnica, situação de rua e outras condições de vulnerabilidade, correm maior perigo de serem maltratadas,

d. Colocar à disposição dos idosos os recursos judiciais para protegê-los diante da exploração patrimonial;

10. *Envidar esforços* para melhorar as condições ambientais e de habitação dos idosos para fortalecer sua autonomia e independência, com ações tendentes a:

a. Realizar o máximo esforço para que os idosos tenham habitação adequada, gozando de prioridade na distribuição de casas ou terrenos, principalmente em situações de crise, emergência, deslocamento ou retirada forçada de seu local de moradia.

b. Favorecer a vida do idoso em ambiente seguro e saudável, garantindo-lhe acesso a serviços e facilidades de transporte,

c. Criar e adequar espaços públicos amigáveis e seguros, eliminando barreiras arquitetônicas e garantindo a acessibilidade dos idosos;

11. *Reiteramos* nosso convencimento de que os idosos devem usufruir o direito à educação, na perspectiva de educação permanente, para o que se deve:

a. Promover políticas ativas de luta contra o analfabetismo entre as mulheres e homens idosos.

b. Facilitar o acesso e a participação ativa de idosos nas atividades recreativas, culturais e esportivas promovidas por organizações, associações e instituições públicas e privadas,

c. Implementar programas de educação que permitam aos idosos de diferentes grupos e etnias compartilhar seus conhecimentos, sua cultura e valores, atentando-se para o enfoque intercultural,

d. promover a incorporação do tema do envelhecimento e da velhice nos planos de estudo de todos os níveis, para todas as idades.

e. Impulsionar ações que garantam o acesso dos idosos às tecnologias de informação e de comunicação, a fim de reduzir a brecha tecnológica;

12. *Ressaltamos* as obrigações dos Estados com relação ao envelhecimento com dignidade e direitos, sobretudo na obrigação de erradicar as múltiplas formas de discriminação que afetam os idosos, com ênfase na discriminação baseada no gênero, recomendando:

a. Prevenir, sancionar e erradicar todas as formas de violência contra as mulheres idosas, incluindo a violência sexual,

b. Promover o reconhecimento do papel que os idosos desempenham no desenvolvimento político, social, econômico e cultural de suas comunidades, destacando as mulheres idosas,

c. Assegurar a incorporação e a participação equitativa de mulheres e homens idosos no desenho e na aplicação das políticas, dos programas e planos que lhes dizem respeito,

d. Garantir o acesso equitativo de mulheres e homens idosos na previdência social e em outras medidas de proteção social, principalmente quando eles não gozem dos benefícios da aposentadoria,

e. Proteger os direitos sucessorios de mulheres viuvas e idosas, em especial os direitos de propriedade e de posse;

13. *Chamamos a atenção* para a vulnerabilidade dos idosos em situações de emergência ou desastres naturais e nos comprometemos a trabalhar para:

a. Incluir a assistência prioritária e preferencial aos idosos nos planos de socorro para casos de desastre,

b. Elaborar diretrizes nacionais que incluam os idosos como grupo prioritário e de atenção preferencial na prevenção de desastres, na capacitação de trabalhadores que prestam socorro e na disponibilidade de bens e serviços,

c. Oferecer atenção prioritária e preferencial às necessidades dos idosos em situação de reconstrução depois de emergências ou conflitos;

14. *Propomos*, com a finalidade de fortalecer as instituições públicas que lidam com idosos, adotar as seguintes medidas:

a. Revisar as políticas existentes para garantir a promoção da solidariedade entre as gerações e fomentar a coesão social,

b. Fortalecer as atribuições e competências administrativas e de vinculação interinstitucional das organizações públicas direcionadas para os idosos,

c. Promover o desenho e a implementação de políticas públicas e programas para fortalecer as instituições a cargo de pessoas idosas,

d. Elaborar planos qüinqüenais ou decenais para definir prioridades de intervenção e estratégias de ação,

e. Garantir a efetiva provisão dos recursos e orçamento necessários para desenvolver as ações a cargo das instituições que lidam com idosos,

f. Fortalecer a capacitação técnica das instituições públicas direcionadas para os idosos através da formação e atualização de suas equipes de trabalho e facilitar a sustentabilidade e a permanência dos recursos humanos especializados,

g. Realizar avaliações periódicas dos programas, projetos e serviços dirigidos aos idosos e executados pelas instituições;

h. Garantir a participação dos idosos nos processos de consulta e prestação de contas institucionais,

i. Favorecer a cooperação horizontal através do intercâmbio de experiências entre as instituições dos países da região,

j. Implementar um sistema de informação e indicadores específicos que sirva de referência no acompanhamento e avaliação da situação dos idosos, em nível nacional;

15. *Solicitamos* que a Secretaria Executiva da CEPAL continue promovendo a adoção de medidas para intensificar as atividades que as Nações Unidas realizam sobre o envelhecimento, e que a CEPAL continue oferecendo apoio técnico aos países da região nos seus esforços para ampliar a proteção dos direitos humanos dos idosos, fortalecendo os sistemas de proteção social;

16. *Pedimos* que a Presidência da Mesa Diretora desta Conferência convoque uma próxima sessão de trabalho, para revisar os avanços desta Carta e que apresente os resultados desta Conferência e sua continuidade nas

sessões do Comitê Especial do CEPAL sobre População e Desenvolvimento;

17. *Estabelecemos* que esta Carta de São José, que trata dos direitos dos idosos na América Latina e Caribe, constitui a contribuição da América Latina e Caribe ao 51° período de sessões da Comissão de Desenvolvimento Social do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a ser celebrado em fevereiro de 2013;

18. *Decidimos* que a próxima conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento se denomine Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento e os Direitos dos Idosos na América Latina e Caribe.

19. *Felicitamos* o Governo de Costa Rica por sua notável contribuição para a realização desta Terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento em América Latina e Caribe.

Costa Rica
2012

Terceira Conferência regional intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e Caribe.

San José de Costa Rica, 8 a 11 de maio de 2012

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho recebido em meu gabinete inúmeros pedidos relacionados às reivindicações salariais dos servidores públicos.

São diversas entidades vinculadas a setores dos poderes Executivo e Judiciário.

É um movimento legítimo e que tem ganhado maior proporção nos últimos meses, especialmente pela proximidade de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os trabalhadores pedem revisão salarial com intuito de recompor suas perdas e a valorização das atividades exercidas pelas categorias.

Quero salientar a importância desses profissionais para assegurar o bom desenvolvimento de todas as esferas administrativas de Governo.

Inúmeras carreiras tem acusado a administração federal de descaso com as pautas reivindicatórias.

Entidades representativas dos servidores do judiciário federal, da Ciência e Tecnologia, dos auditores fiscais, dos servidores do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, da Previdência Social, dos professores federais, e muitos outros segmentos, pleiteiam reajuste no orçamento de 2013.

Nesse sentido, faço um apelo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Presidência da República para que abram as negociações e se reúnam com as entidades no sentido de chegar a um consenso diante do impasse.

As greves, que tem sido deflagradas, não são boas nem para os servidores nem para a população.

A história do sindicalismo brasileiro que trago nas veias me induz ao consenso, mas quando ele se torna inviável, defendo incontestavelmente o direito de greve, uma conquista dos trabalhadores previsto nos artigos 9º e 37 da atual Constituição Cidadã.

Um direito que permite a necessária movimentação e articulação do trabalhador em busca de melhores e dignas condições de trabalho e de remuneração.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tem passado despercebido pelo Senado Federal, pelos nossos ouvidos, uma onda grevista que percorre o nosso país.

Eu digo isso, porque tenho recebido inúmeras mensagens de cidadãos de todos os estados dando os seus relatos.

Professores universitários estão parados há 45 dias. Das 59 universidades, 56 aderiram à greve.

Dos 38 Institutos Federais de Educação, 36 também aderiram ao movimento grevista. Os professores pedem, entre outras pautas, aumento do piso salarial para R$ 2.329,35 para 20 horas semanais. Hoje o piso salarial é de R$ 1.597,92.

Cerca de 300 mil servidores públicos estão em greve. E, hoje, pelas informações que nos chegaram mais 200 mil podem aderir.

São 22 categorias do funcionalismo federal que estão mobilizadas por reajuste salarial para 2013. Amanhã, servidores da AGU vão discutir se aderem ou não ao movimento. Já os auditores da Receita pedem reposição salarial de 30,18%.

Na semana passada, mais de dois mil servidores federais fizeram manifestação aqui em Brasília, em frente ao Planejamento.

Eles querem aumentos salariais condizentes com suas funções e a retomada imediata das negociações. Um exemplo, senhoras e senhores, que eu gostaria de dar: os auditores do Ministério do Trabalho também estão reivindicando melhores condições de trabalho e fazendo uma campanha de combate aos acidentes de trabalho.

Há, hoje, um auditor para cada três mil empresas. Eles denunciam que o Brasil não cumpre a Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina que as empresas sejam fiscalizadas por falta de profissionais.

Eles informam que são 700 mil vítimas por ano, mais de 2.700 mortes anualmente, 80 acidentes por hora e sete mortes por dia

Sr. Presidente, ninguém faz greve porque quer. Eu falo isso por experiência própria. Fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas presidente da Central Estadual dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, e primeiro secretário da CUT Nacional.

A greve é o último estágio de uma negociação. E, diga-se de passagem, a greve é legítima.

O artigo nove da Constituição brasileira diz que: "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender".

No meu entendimento, as greves que estão acontecendo hoje em nosso país são legítimas aumento salarial, melhores condições de trabalho, valorização dos servidores, dos trabalhadores.

Ademais, senhoras e senhores senadores, há uma questão que esta casa precisa encaminhar.

O PLS nº 83 de 2007, que regulamenta o direito de greve, de nossa autoria, já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Atualmente, a proposta está na Comissão de Constituição e Justiça, aguardado indicação de Relator.

Era o que tinha a dizer.

O SR PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Os requerimentos de V. Exª serão acolhidos, nos termos regimentais.

Antes de iniciar a Ordem do Dia, vamos dar a palavra ao Senador Cyro Miranda. E, logo após a Ordem do Dia, ao Senador Demóstenes Torres.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente José Pimentel, Srªs e Srs. Senadores, TV Senado, Rádio Senado, o Governo da Presidente Dilma tem vindo a público anunciar seguidas medidas de incentivo ao consumo.

Tanto o Ministro Mantega quanto o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, também têm vindo com frequência ao Senado para prestar esclarecimentos sobre as medidas econômicas do Governo, como as mudanças na Caderneta de Poupança e estimulo ao consumo.

A tranquilidade e a forma didática de o Ministro Mantega e o Presidente Tombini fazerem as exposições são dignas de nota, porque, de fato, eles têm se mostrado muito dispostos a dar todas as explicações necessárias e a responder todos os questionamentos.

Observem, Srªs e Srs. Senadores: a arrecadação vinha batendo recorde mês após mês, mas maio registra um decréscimo de mais de 16% em relação a abril.

Ora, com a queda da arrecadação registrada em maio, a inflação dando sinais de alta e as famílias se endividando, o estímulo ao consumo pode ser uma perigosa faca de dois gumes.

Parece que, no lugar de promover uma reengenharia da economia brasileira, com desoneração da classe média, simplificação da cesta tributária e ampla renegociação da dívida dos Estados, a opção do Governo é continuar numa política do incentiva aqui, corta dali, e por aí vai.

O fato é que hoje o Brasil já tem um nível de endividamento da ordem de 50% do PIB, ou seja, algo em torno de R$2 trilhões. O nível de inadimplência chega a 8% desse valor, ou seja, R$160 bilhões. Em relação às dívidas com o cartão de crédito, a inadimplência chega a 50%; e com os cheques especiais, a 17%.

Ora, Sr. Presidente, é verdade que o Governo da Presidente Dilma tem feito esforços para baixar o valor da Taxa Selic, mas nem mesmo esses esforços se revelam eficazes na prática, porque o *spread* bancário faz os juros permanecerem altos para o consumidor final. Com o estímulo ao consumo, esse quadro pode ser muito temerário no médio e longo prazo e levar o Brasil a ficar encurralado, com demanda baixa e inflação alta.

Não precisa ser economista para acender o sinal de alerta, quando se verifica o aumento de 20,5% da inadimplência no primeiro trimestre de 2012. Isso quer dizer que as famílias, ao atenderem aos apelos de facilidades de consumo, estão assumindo prestações e encargos além da capacidade de pagamento.

O Governo deveria colocar as barbas de molho, mas prefere combater a inadimplência incentivando ainda mais a concessão de crédito. Isso é um perigo, porque os dados mostram que 75% da inadimplência é resultado do consumismo. A facilidade de acesso ao crédito tende a levar ao consumo irresponsável, que como consequência tem o desequilíbrio do orçamento familiar. Por isso, cabe perguntar se o estímulo irrestrito ao consumo é de fato o melhor caminho para evitar o desaquecimento da economia. É claro que não!

Se as famílias forem perdendo o controle sobre os orçamentos domésticos à medida que cedem aos apelos de consumo, teremos um quadro muito ruim para a economia, com uma falta de demanda e impacto sobre as taxas de crescimento do PIB. Este, aliás, deve ficar muito abaixo das expectativas da equipe econômica e bater, quando muito, nos mesmos 2,5% deste ano.

Sr. Presidente, o Ministro Mantega, quando veio, em março, na Comissão de Assuntos Econômicos, afirmou e disse: "Cobrem de mim esse índice, se cairmos de 4,5%". E hoje ele já aceita que esse número será em torno de 2,5%.

O fato inquietante é que a inadimplência no setor do varejo, ao bater os 20%, mostra-se bem superior à média de 16% de todos os setores da economia. Só no mês de março, subiu 4,8%, com as maiores altas registradas nas regiões Sul e Sudeste, com 8,4% e 10,9%, respectivamente.

Preocupante!

Isso é sintomático, porque essas regiões concentram os principais mercados de consumo do País e exercem o papel de fiel da balança para a economia.

Embora, em outras regiões, a inadimplência tenha caído, o aumento no Sul e Sudeste deve servir como sinal de alerta.

Além desse aumento, é importante registrar que as dívidas não bancárias, com cartão de crédito, em financeiras e lojas em geral, bem como em prestadoras de serviços, subiram quase 9% de abril para março. As dívidas com bancos cresceram também na ordem de 4,3%.

Mas não é só isso, Sr. Presidente, o número de empresas que não honraram suas dívidas aumentou 18,8%, em março, em comparação com o ano passado.

É a maior alta já registrada no mês em dois anos, de acordo com a Serasa Experian e indica que, de janeiro a março, a elevação do endividamento das empresas foi de 21,1%. Acrescente-se que houve aumento de 11% no valor médio dos títulos protestados e de 9% no de cheques sem fundo.

Não é por acaso, também, que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) alertou para os riscos de a inflação sair fora da meta no Brasil e ficar em 4,9%, em 2012 e 5,3% em 2013.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, esse panorama requer ações que transcendam a pontualidade e o imediatismo.

Se a inadimplência continuar a crescer nesse ritmo, teremos um quadro de retração econômica e poderemos ver todo o esforço construído desde o Plano Real cair por terra abaixo.

Do nosso ponto de vista, o estímulo deveria ser direcionado aos investimentos e à formação da poupança interna. Passamos da hora, também, de rever o complexo sistema tributário, que onera as empresas e diminui as margens de lucros.

Empreender no Brasil continua a ser uma aventura, porque o Governo se coloca como um sócio impiedoso que só faz retiradas a cada mês, mas pouco contribui para tornar o negócio competitivo. É um sócio perverso; é um sócio apenas sobre o faturamento.

No que tange à infraestrutura, nem se fala, porque continua a ser mais barato trazer produtos do exterior para o Brasil, do que levar a produção até os nossos portos.

Vejo, portanto, o quadro atual da economia com muita preocupação, sobretudo porque, no Governo da Presidente Dilma, não agem dentro de um plano. Esse ajusta dali, remenda daqui pode desequilibrar o País, no médio e no longo prazos.

O ideal, neste momento em que se pretende estimular o consumo, seria o Governo desonerar a classe média, principal motor de qualquer país. Seria significativo só o que a classe média poderia colocar no mercado consumidor, a cada ano, se pudesse descontar uma parcela maior dos gastos com educação, por exemplo. Da mesma forma, a pequena e a média empresas teriam horizontes mais promissores, se pudessem contar com uma carga tributária ainda menor.

Da forma como a equação está montada, podemos ver um desastre, porque a inflação corrói o poder de compra das famílias, e estas acabam por não honrar os compromissos resultantes do apelo ao consumo. Esse seria um quadro extremamente indesejável para o Brasil. Deve servir de alerta. Não vamos jogar na lata de lixo o maior legado que este País já recebeu das mãos de Fernando Henrique Cardoso: o Plano Real, a estabilização da moeda.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Cyro Miranda, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cyro Miranda.

Como vemos, e pela informação da Secretaria-Geral e também do painel, não há número para deliberar; consequentemente, vamos abrir e vamos encerrar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estão abertos os trabalhos para a

ORDEM DO DIA

Não havendo número, estamos também encerrando a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2012 (Proveniente da Medida Provisória nº 561, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2012, que *altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 11.578, de 26 de novembro de 2007, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 9.636, de 15 de maio de 1998, e 6.015, de 31 de dezembro*

de 1973 (proveniente da Medida Provisória nº 561, de 2012).

2
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2012
(Proveniente da Medida Provisória nº 562, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2012, que *dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 562, de 2012).*

Parecer sob nº 5, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Deputado Padre João (PT/MG) e Relator Revisor: Senador José Pimentel (PT/CE), favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2012.

3
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2009
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 606, de 2012 – art. 336, II)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009 (nº 3.754/2012, naquela Casa), da Senadora Lúcia Vânia, que *altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre os Conselhos Tutelares (estabelece no mínimo um Conselho Tutelar em cada Município e em cada Região Administrativa do DF).*

A matéria depende de pareceres das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004
(Votação nominal)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda a Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Antonio Carlos Valadares, sob nºs:

– 1.058, de 2006, 1º Pronunciamento: (sobre a Proposta de Emenda a Constituição nº 38, de 2004), favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– 1.185, de 2007, 2º Pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário, à Proposta de Emenda a Constituição nº 38, de 2004), pela rejeição; e

– 974, de 2010, 3º Pronunciamento: (sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004; e 86, de 2007, nos termos do Requerimento nº 701, de 2009, de tramitação conjunta), favorável à Proposta de Emenda a Constituição nº 38, de 2004, nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, que tramita em conjunto.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004; e 86, de 2007)

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, nos termos da Subemenda (Substitutivo), que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

9

REQUERIMENTO Nº 493, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 493, de 2012, do Senador Eduardo Lopes, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da do Senado nº 169, de 2008, dos Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007; 494, de 2009; e 148, de 2011 (isenção de IPI em bens adquiridos para serviços de reciclagem).*

10

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2012, do Senador Eduardo Lopes, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da do Senado nº 494, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007; 169, de 2008; e 148, de 2011 (utilização de aterros sanitários como fonte de energia elétrica).*

11

REQUERIMENTO Nº 502, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 502, de 2012, do Senador Cyro Miranda, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da do Senado nº 148, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007; 169, de 2008; e 494, de 2009 (descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário).*

12

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2012, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (gratuidade no transporte coletivo).*

13
REQUERIMENTO Nº 513, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 513, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição).*

14
REQUERIMENTO Nº 522, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 522, de 2012, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (exclui do salário de contribuição valores pagos em indenização de alimentação e transporte).*

15
REQUERIMENTO Nº 523, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 523, de 2012, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

16
REQUERIMENTO Nº 525, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 525, de 2012, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (distribuição de recursos públicos federais para a agricultura familiar).*

17
REQUERIMENTO Nº 526, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 526, de 2012, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.*

18
REQUERIMENTO Nº 536, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 536, de 2012, do Senador José Agripino, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 522, de 2007; 620, de 2011; e 182, de 2012, por regularem matéria correlata (ausência do empregado ao serviço).*

19
REQUERIMENTO Nº 547, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 547, de 2012, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 413, de 2005; 172, de 2006 (apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2007) e 304, de 2009 (apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2010), todos Complementares, por regularem matéria correlata (Sistema Financeiro Nacional).*

20
REQUERIMENTO Nº 576, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 576, de 2012, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (proibição da venda de produtos de tabaco em determinados locais).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 415, de 29 de junho de 2012**, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao **Requerimento nº 1.443, de 2011**, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O Requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 812, DE 2012

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004 (nº 5.300/2005, naquela Casa), do Senador Romeu Tuma, que dá a denominação de Aeroporto de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros ao Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo.

Relatora: Senadora **Ana Rita**

I – Relatório

Submete-se à apreciação da Comissão de Educação o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 181, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que propõe denominar "Aeroporto Internacional de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros" o aeroporto da cidade de Bauru, no Estado de São Paulo.

Em sua justificação, o autor da proposição original descreve a trajetória do homenageado; que foi o comandante da primeira aeronave a cruzar o Oceano Atlântico sem apoio logístico de embarcações, façanha que antecedeu em vinte e três dias o primeiro voo entre a Europa e a América realizado pelo aviador Charles Lindbergh.

Nascido em Jaú, em 1900, João Ribeiro de Barros iniciou curso de Direito em São Paulo, mudando-se em seguida para os Estados Unidos em busca de conhecimentos aeronáuticos. Posteriormente, estudou na Escola de Aviação de Campinas e fez curso de acrobacia aérea na Alemanha. Em 1926, adquiriu o hidroavião Jahu e, com seus próprios recursos, partiu da Itália para o Brasil, chegando a Fernando de Noronha em 28 de abril de 1927, após pousos forçados em Alicante e Gibraltar, e escala em Cabo Verde. Aclamado no Brasil logo após a viagem, foi depois perseguido pelo governo Vargas, tendo seu avião confiscado, o que o impediu de realizar novas aventuras. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista, retornando a Jaú, onde morou até o seu falecimento, ocorrido em 1947.

O Comandante João Ribeiro de Barros recebeu inúmeras condecorações, dentre as quais se destacam as concedidas pelos governos de Portugal, França, Bélgica, Itália e Alemanha, além de troféu concedido pela Liga Internacional de Aviadores, sediada em Paris.

Após tramitar no Senado Federal, a proposição foi encaminhada à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do substitutivo que ora se examina.

Em relação ao projeto original (PLS nº 181, de 2004), as alterações promovidas pelo substitutivo da Câmara propõem que a denominação do aeroporto passe a incluir a expressão "internacional" após o termo aeroporto e que o nome do homenageado seja justaposto ao da localidade onde se situa a instalação.

Em nova apreciação pelo Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão em decisão exclusiva e terminativa. O relator designado, Senador Eduardo Suplicy, apresentou minuta de relatório que não chegou a ser apreciada pela Comissão. Com a redistribuição do projeto, achamos por bem adotar a minuta de relatório por ele apresentada, uma vez que compartilhamos o mesmo entendimento a respeito da matéria.

II – Análise

O SCD nº 181, de 2004, trata de uma homenagem cívica, matéria cuja apreciação, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE.

Cabe apontar que a alteração efetuada pela Câmara dos Deputados no projeto original acrescenta a denominação "internacional" ao nome do aeroporto.

Ocorre que, conforme diligência realizada, na forma do Regimento Interno do Senado Federal, apurou-se que compete à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) estabelecer, de acordo com a legislação vigente, a categoria de aeroporto internacional. Isso posto, há que se concluir que a inclusão da palavra "internacional" na denominação do aeroporto não acarretaria efeito prático algum, sendo potencial causa de confusão acerca da exata categoria do aeroporto.

Fora isso, a proposição em exame apresenta os atributos de boa técnica legislativa e mérito que justificaram sua aprovação nesta Casa e na Câmara dos Deputados, nada havendo a obstar quanto à conversão em Lei do PLS nº 181, de 2004, conforme fora originalmente remetido à Casa revisora.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do SCD de 2004, com a aprovação do PLS nº 181, de 2004, como fora originalmente remetido à revisão da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2012.

Vice-Presidente

, Relatora

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2004

ASSINAM O PARECER, NA 30ª REUNIÃO, DE 26/06/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Paulo Bauer

RELATOR: Sen Ana Rita

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Jcão Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO
Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Benedito de Lira (PP)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. VAGO
Romero Jucá (PMDB)	6. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	7. VAGO
Waldemir Moka (PMDB)	8. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM)
José Agripino (DEM)	5. Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Antonio Russo (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

Submete-se à apreciação da Comissão de Educação o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 181, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que propõe denominar "Aeroporto Internacional de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros" o aeroporto da cidade de Bauru, no Estado de São Paulo.

Em sua justificação, o autor da proposição original descreve a trajetória do homenageado, que foi o comandante da primeira aeronave a cruzar o Oceano Atlântico sem apoio logístico de embarcações, façanha que antecedeu em vinte e três dias o primeiro voo entre a Europa e a América realizado pelo aviador Charles Lindbergh.

Nascido em Jaú, em 1900, João Ribeiro de Barros iniciou curso de Direito em São Paulo, mudando-se em seguida para os Estados Unidos em busca de conhecimentos aeronáuticos.

Posteriormente, estudou na Escola de Aviação de Campinas e fez curso de acrobacia aérea na Alemanha. Em 1926, adquiriu o hidroavião Jahú e, com seus próprios recursos, partiu da Itália para o Brasil, chegando a Fernando de Noronha em 28 de abril de 1927, após pousos forçados em Alicante e Gibraltar, e escala em Cabo Verde. Aclamado no Brasil logo após a viagem, foi depois perseguido pelo governo Vargas, tendo seu avião confiscado, o que o impediu de realizar novas aventuras. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista, retornando a Jaú, onde morou até o seu falecimento, ocorrido em 1947.

O Comandante João Ribeiro de Barros recebeu inúmeras condecorações, dentre as quais se destacam as concedidas pelos governos de Portugal, França, Bélgica, Itália e Alemanha, além de troféu concedido pela Liga Internacional de Aviadores, sediada em Paris.

Após tramitar no Senado Federal, a proposição foi encaminhada à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do substitutivo que ora se examina.

Em relação ao projeto original (PLS nº 181, de 2004), o substitutivo da Câmara propõe que a denominação do aeroporto passe a incluir a expressão "internacional" após o termo aeroporto, e que o nome do homenageado seja justaposto ao da localidade onde se situa a instalação.

II – Análise

As alterações efetuadas pela Câmara dos Deputados no projeto original visam a: identificar corretamente a categoria a que pertence o aeroporto em questão; e preservar a designação ora em vigor. A preservação da designação tem por objetivo evitar transtornos para a comunidade em geral e ônus para a administração pública, inevitável quando da substituição total da denominação e a consequente alteração de documentos e revisão de mapas.

No mais, a proposição em exame apresenta os mesmos atributos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito que justificaram sua aprovação nesta Casa e na Câmara dos Deputados, nada havendo a obstar quanto a sua conversão em lei.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela Aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004.

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy.**

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Ana Rita**

I – Relatório

Submete-se à apreciação da Comissão de Educação o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 181, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, que propõe denominar "Aeroporto Internacional de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros" o aeroporto da cidade de Bauru, no Estado de São Paulo.

Em sua justificação, o autor da proposição original descreve a trajetória do homenageado, que foi o comandante da primeira aeronave a cruzar o Oceano Atlântico sem apoio logístico de embarcações, façanha que antecedeu em vinte e três dias o primeiro voo entre a Europa e a América realizado pelo aviador Charles Lindbergh.

Nascido em Jaú, em 1900, João Ribeiro de Barros iniciou curso de Direito em São Paulo, mudando-se em seguida para os Estados Unidos em busca de conhecimentos aeronáuticos. Posteriormente, estudou na Escola de Aviação de Campinas e fez curso de acrobacia aérea na Alemanha. Em 1926, adquiriu o hidroavião Jahu e, com seus próprios recursos, partiu da Itália para o Brasil, chegando a Fernando de Noronha em 28 de abril de 1927, após pousos forçados em Alicante e Gibraltar, e escala em Cabo Verde. Aclamado no

Brasil logo após a viagem, foi depois perseguido pelo governo Vargas, tendo seu avião confiscado, o que o impediu de realizar novas aventuras. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista, retornando a Jaú, onde morou até o seu falecimento, ocorrido em 1947.

O Comandante João Ribeiro de Barros recebeu inúmeras condecorações, dentre as quais se destacam as concedidas pelos governos de Portugal, França, Bélgica, Itália e Alemanha, além de troféu concedido pela Liga Internacional de Aviadores, sediada em Paris.

Após tramitar no Senado Federal, a proposição foi encaminhada à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do substitutivo que ora se examina.

Em relação ao projeto original (PLS nº 181, de 2004), as alterações promovidas pelo substitutivo da Câmara propõem que a denominação do aeroporto passe a incluir a expressão "internacional" após o termo aeroporto e que o nome do homenageado seja justaposto ao da localidade onde se situa a instalação.

Em nova apreciação pelo Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão em decisão exclusiva e terminativa. O relator designado, Senador Eduardo Suplicy, apresentou minuta de relatório que não chegou a ser apreciada pela Comissão. Com a redistribuição do projeto, achamos por bem adotar a minuta de relatório por ele apresentada, uma vez que compartilhamos o mesmo entendimento a respeito da matéria.

II – Análise

O SCD nº 181, de 2004, trata de uma homenagem cívica, matéria cuja apreciação, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE.

As alterações efetuadas pela Câmara dos Deputados no projeto original visam a identificar corretamente a categoria a que pertence o aeroporto em questão e a preservar a designação ora em vigor. A preservação da designação tem por objetivo evitar transtornos para a comunidade em geral e ônus para a administração pública, inevitável quando da substituição total da denominação e a consequente alteração de documentos e revisão de mapas.

Contudo, cabe reparo de redação à ementa da matéria, de forma que nessa seja incluído o termo "internacional", conforme a alteração efetuada na Câmara dos Deputados.

No mais, a proposição em exame apresenta os mesmos atributos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito que justificaram sua aprovação nesta Casa e na Câmara dos Deputados, nada havendo a obstar quanto a sua conversão em lei.

III – Voto

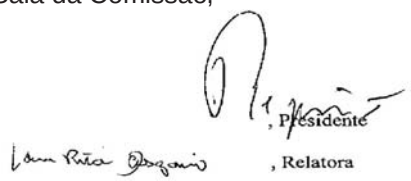
Ante o exposto, voto pela Aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CE (REDAÇÃO)

Altere-se a ementa do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004, que passará a ter a seguinte redação:

> "Dá a denominação de "Aeroporto Internacional de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros" ao Aeroporto de Bauru, no Estado de São Paulo."

Sala da Comissão,



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 812, de 2012**, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte concluindo contrariamente ao **Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2004**.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica que foi publicado, no Diário do Senado Federal de 28 de junho do corrente, o **Parecer nº 7, de 2012-CN**, da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 567, de 2012**, concluindo favoravelmente à Medida Provisória quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e, quanto ao mérito, pela apresentação de projeto de lei de conversão, que recebeu o nº 17, de 2012 e foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica que foi publicado, no Diário do Senado Federal de 28 de junho do corrente, o **Parecer nº 8, de 2012-CN**, da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 570, de 2012**, concluindo favoravelmente à Medida Provisória quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e, quanto ao mérito, pela apresentação de

projeto de lei de conversão, que recebeu o nº 16, de 2012, e foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, passamos a palavra, como orador inscrito, ao Senador Demóstenes Torres, que disporá do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (S/Partido – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, virei à tribuna, até a próxima quarta-feira, todos os dias, para provar a minha inocência das acusações que me foram feitas e o farei com o plenário repleto ou com o plenário vazio. Assim o faço, porque, na próxima quarta-feira, disporei de 20 minutos, prorrogáveis por mais 10. Ou melhor dizendo, na quarta-feira da semana vindoura. Então, terei pouquíssimo tempo para me justificar. E, em decorrência disso também, não concederei apartes, para que eu possa apresentar a minha versão – a versão dos demais já foi totalmente apresentada.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, há quatro meses, vivo um calvário sem trégua. São 125 dias de demolição sem sossego, sem paz. No âmbito jurídico, sequer fui acusado, mas, no tribunal das manchetes, já fui denunciado, julgado e condenado. Estou em pleno cumprimento da pena mais cruel que pode ser imposta a um homem direito. É a punição de se saber íntegro e de se deparar esmagado pela infâmia ao extremo e não ter nem como reagir. Não me pesa a consciência. Ela continua limpa. O que pesa é carregar, pelo isolamento dos corredores, os grilhões impostos pelos holofotes. Na mídia, aparece contra mim um incrível repertório de ofensas, em uma quantidade inédita de aleivosias assacadas à moral de uma pessoa. A campanha é recorde em seu tamanho e incalculável em seu volume. É difícil mensurar e impossível descrever a dor que esses ataques provocam em mim e o estrago no meu prestígio, na minha honradez.

A tática dos detratores é implodir vagarosamente o edifício da probidade erguido ao longo de décadas de trabalho, esforço e dedicação. Tem sido uma destruição tijolo a tijolo, no ardil de vazar em pílulas, para ter continuamente assunto que aniquile a minha imagem. Quando os temas se exaurem, requentam tudo; o mais do mesmo vira novidade como se tivesse acabado de sair do forno.

Nenhum cidadão merece tal castigo, até porque o desgaste ultrapassa a pessoa do massacrado e se estende à família, e não há situação mais angustiante do que olhar nos olhos dos filhos e, em vez do brilho habitual, ver nesse olhar a pergunta: "Quando essa atribulação vai acabar?"

A resposta que tenho para meus filhos é a mesma que divido com as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores: o tormento parece sem fim. A aflição se descobre interminável, porque atinge o cristal da reputação, e mesmo a cola da obediência aos princípios imutáveis não dá liga para emendá-la. Minha saga, a cada fim de noite maldormida, é buscar em jornais, revistas, *blogs* e TVs os cacos de minha biografia. É uma procura estilo moto-contínuo, que se renova em questão de segundos, no Twitter, no Facebook, nos portais, em rádios. Enfim, onde couber um adjetivo pejorativo, ali estará meu nome associado a alguma ignomínia. Na manhã seguinte, aliás, no instante seguinte, recomeça tudo outra vez. Nada fiz para merecer a desconstrução da minha honra. Apenas, como admiti em pronunciamento aqui na tribuna no dia 6 de março passado, fui amigo de Carlinhos Cachoeira e conversava frequentemente por telefone, mas nunca tive negócios legais ou ilegais com ele.

O que disse naquele discurso repito agora, porque se trata da verdade. E aproveito para rebater os pontos da representação movimentada contra mim no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, onde já apresentei defesa falada e escrita.

Não, eu não tenho nem sociedade nem nada a ver com os delitos investigados pelas operações Vegas e Monte Carlo. Faço questão de repetir não apenas por ser a realidade, mas porque também foi o que concluíram os policiais, os juízes e os procuradores da República atuantes no caso, conforme se lê em seguidos relatos no inquérito.

Não, eu não coloquei meu mandato a serviço de Cachoeira, mas tão somente à disposição das forças produtivas do meu Estado e do Brasil. Os setores da economia que me procuraram foram atendidos, na medida da presteza que determinados ocupantes de órgãos públicos reservavam para integrantes da oposição. Nunca pedi nada de ilegal a nenhum deles nem a ninguém. Simplesmente atuei apenas em nome do desenvolvimento do meu Estado, o que inclui apoiar as reivindicações de suas empresas, de suas entidades e de seus Municípios.

Não, eu não percebi nem recebi vantagem indevida nem algo em troca de minhas ações no Senado, como os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras são testemunhas. Nunca procurei qualquer Senador ou Senadora para a legalização de jogos. V. Exªs são as maiores provas de que nossas conversas sempre foram republicanas, às claras, transparentes.

Não, eu não tive servidores fantasmas, pois sempre agi de acordo com as regras estabelecidas na Casa e fiz em relação aos assessores todas as adaptações necessárias ao cumprimento das inovações criadas.

Não, eu não pedi que pagasse o frete de aeronave conforme consta na representação e alerto para

a montagem descoberta no aludido trecho. A fraude grosseira revela o perigo de se julgar alguém com fundamento em gravações que, além de ilegais, não foram periciadas. Por encomenda do meu advogado, houve um pequeno serviço de um perito, e, apesar do brevíssimo tempo disponível, ele encontrou disparidade entre o que está gravado e o que está transcrito. Deveria ser feito idêntico procedimento em todas as escutas. É essencial para a defesa de qualquer investigado uma perícia sem açodamento na totalidade dos áudios e no inteiro teor das transcrições. Como todo político que disputou cargo majoritário sabe, é muito difícil obter mandato de Senador e muito fácil acusar com base em provas ilegais e não periciadas.

Asseguro que, em nenhum momento, faltei com a verdade no meu pronunciamento, elaborado de acordo com as ações à época conhecidas pelo País inteiro. A ele, seguiu-se o vazamento dos mínimos detalhes do inquérito nas páginas concernentes a mim, como se toda hora eu cometesse um delito com o desígnio exclusivo de gerar *posts* e matérias. Houve período de 50 *tweets* por segundo me difamando, caluniando-me, injuriando-me, e de 50 ofensas por segundo, contada apenas uma das redes sociais. Não há honra que resista a tão grande turbilhão! Havia *site* que, a cada expediente, anunciava cinco reportagens diferentes sobre o caso. Nos jornais, era primeira página todo dia. Nas revistas, era capa toda semana. Assim, de vazamento em vazamento, de grão em grão, foi moída a história de uma vida honrada.

A própria Procuradoria-Geral da República está investigando a autoria do abastecimento com material fruto de investigação ilícita. São papéis que deveriam estar sob sigilo, anotados por tiras hermeneutas com base em gravações não periciadas, mas montadas, editadas, aproveitadas como quis a força denunciante.

Minha súplica pela realização de perícia é não apenas para mostrar a ilegalidade na colheita da prova, mas, principalmente, para compreender, contextualizar, transcrever corretamente os diálogos gravados. Só assim é possível afastar as maldosas fraudes realizadas pela Polícia. Já temos exemplos de áudios editados e cortados, conversas suprimidas e emendadas, trechos transcritos de forma errada com a intenção clara e desesperada de tentar, a todo custo, realizar acusações contra um Senador da República.

A estratégia do vazamento em pílulas surtiu um efeito devastador. Até quem confiava muito em mim ficou cético, porque não era possível que tanta gente estivesse inventando tanta coisa apenas para me incriminar. Não se inventou a gravação, mas o método. Foi ele que, de pouco em pouco, de vazamento em vazamento, arruinou a minha conduta. A eficiência do estratagema de divulgação incessante, em pílulas, trucida qualquer moral, por mais que a vítima o tenha.

Cheguei a cair, fui ao fundo do poço, mas, graças a Deus, eu voltei, eu me reergui, levantei a cabeça, venci a maior das guerras, aquela travada no meu próprio inconsciente. Estou aqui de consciência tranquila, de peito aberto, lutando pela minha biografia, batalhando pelo meu mandato.

A todos, reafirmo a minha inocência. Se persiste dúvida, foi gestada não no conteúdo, repito, mas na forma. Cada linha do inquérito virou milhares de textos. Cada palavra pronunciada nas gravações se transmutou em sentença condenatória, inclusive às pessoas mencionadas por terceiros. Fui citado irresponsavelmente, segundo a própria Polícia Federal, em 315 conversas dos outros, sem a minha participação, com eles claramente usando o meu nome. Ninguém, nem a própria Polícia Federal ou o Ministério Público, fez diligências para saber se tiveram consequências os temas tratados nas interceptações telefônicas. Pelo menos as relativas a mim, em que eu dizia tomar determinadas atitudes, não houve qualquer resultado. Só que, na enxurrada de gravações noticiadas, não interessa o acontecido, o que vale é a versão.

É inaceitável se considerar normal a atrofia de conquistas da cidadania e zombar do Supremo Tribunal Federal, como fizeram alguns setores. O fim almejado é manipular a opinião massificada para ficar incontornável a degola do parlamentar. Com esse propósito, desde 2008, estão no meu encalço quatro delegados e dez agentes da Polícia Federal. E tudo o que conseguiram, em 250 mil horas de gravação, foram frases soltas, editadas e montadas.

O conjunto probatório resultante é fraquíssimo, mas a dor provocada pelo escândalo é quase insuportável. Meu coração não tem espaço mais para a mágoa, bem como não possuo mais lágrimas a verter. Uma das feridas mais profundas causadas pelo vazamento sistemático foi o isolamento. Compreendo as razões de alguns me evitarem, pois a sanha punitiva crava suas garras até sobre quem estende a mão para me cumprimentar.

Os holofotes transformam em comparsa o colega educado que apenas chega a mim com urbanidade. O vazamento em gotas sobre minha fronte me legou a chaga contagiosa do apodrecido pela exposição, não pelos fatos.

Tudo que eu falava ao telefone, geralmente concordando para encurtar a ligação e me livrar logo do interlocutor insistente, é tido como conversa que pode me custar o mandato, ainda que nada tenha se realizado. Nada. Em virtude desses diálogos, divulgados a conta-gotas num bem-sucedido ardil para minar a resis-

tência dos que acreditam em mim, fui delineado como o vilão que tanto combati. O que impulsiona contra mim não é o teor das gravações, a maioria desconhecida até dos advogados. O que coloca a população contra o homem público são três providências tomadas pela Polícia e o Ministério Público federais antes da divulgação: a edição, a montagem e a interpretação dos diálogos. Vou tratar disso em outro pronunciamento, mas adianto que aí se localiza a raiz das agressões.

Se fosse pouco me impelir tamanho sofrimento, agora se tenta contra o mandato confiado a mim pelo povo de Goiás. Diante da evidente ilegalidade das provas, apela-se para o chavão de que o Judiciário vai cuidar do julgamento jurídico, e o Legislativo se encarregará do julgamento político. Como se algo que a Justiça haverá de anular fosse aceito por esta Casa com a única explicação de se atender à sanha de quem quer a derrocada de um de seus integrantes. O precedente seria perigoso, pois este Poder se encarregaria de sacrificar às pressas um Senador apenas porque, melhor analisado, o conjunto probatório que supostamente o incrimina não tem o menor valor probante. Deveria ser exatamente o contrário.

Todos os indícios constantes nas reportagens e inseridos nos documentos do Conselho de Ética e da Comissão de Constituição e Justiça foram extraídos das operações Vegas e Monte Carlo. Segundo se divulgou, foram 250 mil horas de gravações telefônicas. Ninguém conseguiu ouvir todas essas 250 mil horas de gravações. A própria Polícia Federal degravou somente 0,001%; repetindo, a polícia degravou apenas zero vírgula zero zero um por cento e ainda assim encheu dezenas de volumes. No total já conhecido, estimam-se em 150 minutos transcritos. Como no meio dessa barafunda não há informações precisas, unicamente palpites, algumas fontes falam em 30 mil horas de escuta e não em 250 mil. Mesmo sendo 30 mil, as inúmeras reportagens de rádio, jornal, revista, televisão e Internet foram produzidas com base em 60 vezes menos de meio por cento do que a polícia gravou. Sessenta vezes menos de meio por cento em 30 mil horas, ou zero vírgula zero, zero um por cento em 250 mil horas. E por que isso? Porque a Polícia Federal selecionou para divulgação apenas os trechos que interessavam às denúncias, as partes que supostamente me incriminariam. Se nas demais 249 mil e 997 horas e meia de conversas gravadas os diálogos contiverem tese de defesa dos investigados, a polícia não gastaria tanto tempo e estrutura propagando algo que levasse a inocentar quem ela ficou quatro anos tentando pintar como culpado.

Das 250 mil horas de gravações, o relatório que embasa o pedido da cassação do meu mandato aproveita menos de três minutos de diálogo. Ou seja, de 15 milhões de minutos gravados, foram necessários cinco milhões de vezes menos tempo para fundamentar a perda do mandato de um Senador. Cento e oitenta segundos em meio a 15 milhões de minutos ao telefone. A ser correta a conta do delegado, de 416 conversas minhas com Cachoeira, 1% foi tachado de relevante. Nos cinco itens da representação, o considerado mais grave é também o mais falado, de acordo com o qual eu teria colocado o meu mandato a serviço de Cachoeira. Dentro dessa alegação, a parte mais lembrada é a do "te pega". Dentro de 250 mil horas de gravação, pode ser cassado um mandato de mais dois milhões de votos por causa de seis letras, três sílabas, duas palavras e uma interpretação. Se o texto, mesmo pequeno, tivesse significado prejuízo para o Erário ou um ilícito qualquer se poderia atribuir algum valor. Não é o caso. O "te pega" é parte do contexto da pesquisa, na Internet, de um projeto com trâmite no Congresso Nacional, cujo inteiro teor é aberto a quantos se dispuserem a entrar nos *sites* das duas Casas, parado de 2004 até hoje. Este diálogo é de 2009. Tirar o mandato de um Senador porque informa a alguém sobre uma proposição é desproporcional, é um precedente dos mais perigosos e assombrosos.

A expressão "te pega" ficou famosa e a explicação para ela permanece no anonimato, ao que eu falei ninguém deu repercussão no Conselho de Ética, mesmo tendo sido dada por mim, em transmissão ao vivo na TV aberta e fechada, em portais e rádios.

Em meu depoimento ao Conselho de Ética, relembrei a necessidade de perícia nas gravações acostadas aos autos. Lamentavelmente, não fui atendido, porque há celeridade em jogar para os leões o corpo esquálido que há 125 dias sangra nas manchetes. Mesmo rogando por perícia nas gravações, do pouquíssimo que me recordo do diálogo travado há tantos anos, justifiquei o teor do "te pega". Nada mais é do que fragmento de uma informação sobre um projeto de interesse legítimo de diversos setores da sociedade e até aqui do Congresso. Tratarei desse assunto, até porque sobre ele e demais temas em voga debati durante horas no Conselho de Ética.

Para finalizar hoje, aproveito para me desculpar com as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que de alguma forma se sentem decepcionados comigo, que tinham de mim uma imagem e ela se dissipou nos 125 dias de noticiário incessante. Já dei as explicações necessárias no Conselho de Ética, já apresentei teses no Supremo Tribunal Federal, mas ainda não conversei com todos os senhores, com todas as senhoras. Não tive oportunidade de falar e, quando tive, fiquei com vergonha, não porque me faltasse argumento, mas

porque me sobrava a memória dos bons momentos que tivemos aqui, mesmo nos embates.

Peço perdão pelos constrangimentos que porventura causei, sobretudo aos que tiveram a gentileza de me apartear no mencionado discurso de 6 de março. Quem está aqui hoje é o mesmo homem daquele dia: envergonhado, abatido, deprimido, cansado e esgotado, mas que sente a injustiça lhe corroer o peito. E é de peito aberto que volto aqui, pedindo perdão pelos erros e compreensão para impedir que a injustiça se torne irreparável. Repito: mas que sente a injustiça lhe corroer o peito, e é de peito aberto que volto aqui, pedindo perdão pelos erros e compreensão para impedir que a injustiça se torne irreparável.

Eu peço desculpas então ao Sr. Senador Eduardo Suplicy.

Desculpe-me, Senador Lobão Filho.

Eu peço perdão para o Sr. Senador Luiz Henrique.

Perdoe-me também, Senador Jarbas Vasconcelos.

Peço perdão também ao Senador Pedro Simon.

Eu me escuso também com o Sr. Presidente do Conselho de Ética, Antônio Carlos Valadares.

Peço desculpas, igualmente, ao Líder Eduardo Braga.

Peço perdão ao Sr. Senador Waldemir Moka.

Desculpe-me, Corregedor Vital do Rêgo Filho.

Também ao Senador Cristovam Buarque peço desculpas.

Peço desculpas ao Senador Alfredo Nascimento.

Desculpe-me, Senador Romero Jucá.

Peço perdão ao Senador Cyro Miranda

Peço perdão à Senadora Lúcia Vânia.

Peço perdão ao Líder Alvaro Dias.

Peço desculpas ao Líder Jayme Campos.

Peço desculpas ao Líder Blairo Maggi.

Apresento as minhas escusas ao Senador Pedro Taques.

Peço desculpas ao Líder Inácio Arruda.

Peço desculpas ao Senador Vicentinho Alves.

Perdoe-me, Senador Aécio Neves.

Peço perdão também ao Senador Roberto Requião.

Peço perdão, igualmente, ao Senador Mário Couto.

Peço perdão ao Presidente Eunício Oliveira.

Peço perdão ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Peço perdão ao Senador Cássio Cunha Lima.

Desculpe-me, Senador João Ribeiro.

Peço desculpas ao Senador Benedito de Lira.

Peço desculpas também ao Senador Casildo Maldaner.

Apresento minhas escusas ao Líder Randolfe Rodrigues.

Peço desculpas ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Peço desculpas ao Senador Flexa Ribeiro.

Peço desculpas ao Líder Francisco Dornelles.

Peço desculpas à Srª Senadora Ana Amélia.

Peço desculpas ao Senador Paulo Paim,

Peço desculpas ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Peço desculpas ao Senador Jorge Viana.

Peço desculpas à Srª Vice-Presidente Marta Suplicy.

Peço perdão à Srª Senadora Kátia Abreu.

Perdoe-me, Senador Ricardo Ferraço.

Peço perdão ao Senador Armando Monteiro.

Peço perdão ao Senador Antonio Russo.

Peço perdão ao Líder José Agripino.

Peço perdão ao Senador Ivo Cassol.

Citei nominalmente os que me apartearam no mais recente discurso nesta Casa, mas peço perdão igualmente a todos os demais Senadores e Senadoras.

Agradeço pela atenção, rogo pela compreensão de V. Exªs e anuncio que vou continuar vindo à tribuna para apresentar os fatos na dimensão da verdade, não pelo viés que o achincalhe ininterrupto os impôs ao Brasil na tentativa de se criar clamor público.

Estou ciente e seguro da injustiça das acusações. Hoje peço perdão por algum constrangimento ou decepção possivelmente causados, e o motivo é a desproporcional campanha difamatória, que pode ter atingido de alguma forma e provocado o silêncio das vozes de apoio. A campanha foi tão ostensiva, tão cruel, que os Senadores e as Senadoras podem realmente estar questionando e duvidando da minha honradez, o que por si só já me fere de morte. Mas o grito de indignação será dado agora mais forte e vigoroso do que nunca.

Mantenho a certeza de que agora, nesta reta final, conseguirei mostrar a todos a injustiça e a impertinência das acusações. Assim, V. Exªs verão que os apartes àquele pronunciamento de 6 de março não foram em vão, não mais lhes causarão qualquer decepção ou constrangimento. Fora da precipitação empreendida pela mídia nesses meses de sofrimento, provarei que minha honradez e retidão são dignas daquele apoio recebido num momento tão difícil e em virtude do qual sou eternamente grato.

Tenham a certeza: sou inocente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Amanhã voltarei à tribuna.

Obrigado a V. Exª e obrigado a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o pronunciamento do Senador Demóstenes Torres, como havia já anunciado, que virá à tribuna dar a sua visão todos os dias até a próxima quarta-feira

e, naturalmente, todas as vezes que assim entender necessário.

Voltamos à fala dos oradores inscritos.

Está com a palavra, neste momento, por permuta feita com a Senadora Angela Portela, o Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB de Brasília.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, prezados telespectadores da TV Senado, prezados ouvintes da Rádio Senado, jornalistas que cobrem a sessão, o Brasil hoje enfrenta a mais abrangente greve de professores universitários, com adesão de 90% das instituições federais, além de institutos tecnológicos e servidores, que já estão parados há cerca de um mês. Um sintoma claro de uma carência histórica vivida pelo ensino superior no Brasil frente a outros segmentos da educação.

Durante muito tempo, economistas responsáveis por popularizar a teoria do capital humano defenderam que o gasto indispensável ao Governo em educação era com o ensino básico. No entanto, não se pode ignorar a estreita relação da formação dos professores com a qualidade do ensino superior. Essa visão conservadora aos poucos vem sendo superada, principalmente depois do impulso dado pelo Governo brasileiro na expansão da rede universitária.

Ao mesmo tempo que o analfabetismo é a face mais terrível da crise educacional no Brasil, com 14 bilhões de pessoas que não sabem ler e escrever, vivemos uma situação alarmante no ensino superior, em que apenas 7,9% da população conseguem terminar a graduação, segundo dados do IBGE.

O último Censo do ensino superior mostra que quase a metade, 49% das vagas abertas em processos seletivos para o ensino superior, não é ocupada no Brasil. O número de cadeiras ociosas ainda cresce no decorrer do curso, já que apenas 53% dos matriculados conseguem concluir a graduação.

Não por acaso, apresentamos o menor índice internacional de adultos com diploma universitário, segundo relatório sobre educação da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Como o Brasil pode estar realmente preparado para crescer com grande parte da população despreparada para lidar com o crescimento? Somos, talvez, a potência econômica que mais se destacou no mundo nos últimos anos, por combinar, em um ambiente democrático consolidado, desenvolvimento com distribuição de renda.

A dimensão desse processo é ainda mais extraordinária se considerarmos que hoje vivemos os piores momentos do capitalismo desde a década de 30. No entanto, é a demanda de consumo e da ampliação dos projetos de infraestrutura do País que tem ditado as regras de nossa estratégia anticrise.

A ampliação de investimentos e divisas para o País não está acompanhada da capacitação da mão de obra, de modo que o Brasil conta com grandes obras estruturadoras, mas vive um verdadeiro apagão de profissionais capacitados a ocupar as vagas que estão por vir.

Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, quase 70% das indústrias brasileiras se sentem prejudicadas pela falta de mão de obra qualificada. Com o País em pleno crescimento, parece que esse problema só tende a aumentar. Depois de ouvir mais de 35 mil empregadores em 36 países, a consultoria internacional de recursos humanos Manpower concluiu que a escassez de mão de obra qualificada no Brasil é uma das maiores do mundo.

O Governo da Presidenta Dilma Rousseff deu importante avanço ao expandir e internacionalizar a educação universitária do País com a criação do Programa Ciência sem Fronteiras. Também adotou uma política sólida e abrangente de educação profissional e tecnológica.

Hoje estamos começando a preencher esta lacuna, mas é preciso muito mais. É chegada a hora de se pensar em uma reforma do ensino superior no País, porque não adianta inflarmos as estatísticas de alunos, de instituições e cursos, se não avançarmos proporcionalmente em investimentos que se traduzam na qualidade da formação, tanto para o aluno, quanto para o professor.

Por isso, no momento em que os professores fazem uma greve tão expressiva e paralisante para o País, com quase 600 mil alunos sem aulas e praticamente todos os professores mobilizados, qualquer hesitação pode ser desastrosa.

É preciso chegar a uma solução rapidamente, que contemple a negociação aberta, em que haja real disposição e vontade para resolver logo esse impasse. Por isso, quero fazer um chamado ao Ministro Aloizio Mercadante, que tem imensa sensibilidade, competência e conhecimento do que representa o avanço científico e tecnológico para o futuro do Brasil. Um apelo ao Ministro para que se envolva diretamente no diálogo com a classe, a fim de garantir uma negociação efetiva.

Estamos diante de uma crise de conjuntura, mas só poderemos enfrentá-la com segurança e eficácia se pensarmos nas estruturas. Resolver o problema dos professores pode parecer impossível frente aos riscos de agravamento da crise mundial, mas ela não se justifica diante de um horizonte em longo prazo, em que elementos conjunturais não são levados em conta.

O economista Celso Furtado costumava dizer que as frias relações entre as variáveis econômicas escondem muitas vezes elementos de natureza não econômica fundamentais para se entender a trajetória de desenvolvimento dos países. E é preciso dizer: sem capacitação, não há produtividade e, sem produtividade, não há crescimento. O conjunto das atividades produtivas do nosso País depende diretamente da expansão com qualidade da educação superior.

Se observarmos mais atentamente os índices mundiais, veremos que, na última década, as economias que mais cresceram no mundo são também as que mais investiram em seu sistema universitário. Também sabemos que os países mais avançados são os que detêm a maior proporção de jovens em universidades. O recorde mundial é da Coreia do Sul (com 100% dos habitantes entre 18 e 24 anos matriculados em cursos superiores). Em seguida, países como a Escandinávia, Estados Unidos e Japão, atingem a média de 60% a 70%.

Já no Brasil foi possível, na última década, se aproximar bastante da meta estipulada pelo Governo de 13% de jovens matriculados em universidades, o que é muito pouco. Mas isso já faz diferença no País e é um mérito dos governos do ex-Presidente Lula e da nossa Presidenta Dilma Rousseff, que tiveram sensibilidade de reconhecer e enfrentar esse problema por muito tempo abandonado pelo Estado brasileiro.

É um absurdo que, num País com tantos desafios na educação como o Brasil, ainda tenhamos professores lutando por salários dignos e professores universitários ganhando salários tão baixos. Outros problemas tão sérios que deveriam ser igualmente pautados nessa discussão, como educação continuada, valorização da extensão e aperfeiçoamento da infraestrutura dos *campi*, além de melhores condições de trabalho, acabam perdendo espaço pela reivindicação do que seria mais básico e justo em um sistema de ensino, que é a remuneração condizente com a função social exercida pelos professores.

Espero, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que este seja um momento de lançarmos uma reflexão muito maior do que recursos sobre carreira no magistério. É o momento de se pensar no conjunto de desafios que a educação impõe ao nosso desenvolvimento como Nação. É hora de recuperar os fundamentos do projeto arrojado de educação para a democracia e a cidadania implantado por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e tantos outros mestres que o Brasil gerou para enfrentar os novos desafios educacionais, éticos e tecnológicos que se colocam de forma cada vez mais acelerada na sociedade moderna e em seu projeto de desenvolvimento. Esse é o momento oportuno para esse debate, que congrega as universidades do País, hoje unidas pela greve, para que também se unam pelo desafio de se abrirem ainda mais a sociedade, colocando-se mais a serviço do desenvolvimento.

Em 1962, quando a UnB foi criada, Darcy Ribeiro falava da necessidade de o Brasil refazer o sistema universitário em suas bases. Dizia ele:

> *Em vez de ser mais uma universidade-fruto, reflexo do desenvolvimento social e cultural prévio da sociedade que a cria e a mantém, a UnB deverá ser uma universidade-semente, destinada a cumprir a função inversa de promover o desenvolvimento.*

Obviamente, realizar essa tarefa hoje pressupõe transformações no plano político que vão muito além das fronteiras das universidades.

Que as palavras de Darcy sejam sempre uma inspiração maior e um horizonte nesta caminhada. Que comunidades e universidades possam caminhar juntas na busca de soluções para as necessidades do País. E que o caminho seja sempre o de aproximação da ciência com a realidade brasileira, da vida universitária com a vida das comunidades e cidades que a abrigam, os saberes das culturas e a renovação do conhecimento, para o pleno desenvolvimento humano e pela competência profissional das novas gerações.

Um país como o Brasil, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que ocupa cada vez mais uma importância estratégica no cenário mundial, só se afirmará definitivamente como uma grande potência se investir, substantivamente, na melhoria da educação em todos os níveis, especialmente a educação no ensino superior.

Importante ressaltar que um dos nossos grandes desafios, quando se fala num processo de desindustrialização, é agregar conhecimento, é agregar valor a nossa produção industrial. O Congresso Nacional deu uma contribuição significativa ao aprovar a Lei de Inovação, que permite uma interação maior entre as universidades e as empresas, onde, efetivamente, acontece a inovação. Mas só vamos dar, efetivamente, um salto de qualidade, definitivo, se valorizarmos a carreira do magistério, do magistério superior, todo o magistério no nosso País. Tivemos uma notícia alvissareira, semana passada – e vou-me pronunciar especificamente sobre isso nos próximos dias – com a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Mas temos uma questão urgente para resolver neste momento, que é a greve dos professores universitários do País, que tem provocado, tem feito com que 600 mil estudantes em todo o País estejam neste momento sem aula. E é preciso que todos nós possamos dar a nossa contribuição para resolver esse im-

passe, para que possamos voltar à normalidade nas nossas universidades e possamos iniciar, aprofundar esse caminho de valorização do ensino superior no nosso País e de valorização dos nossos professores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Rodrigo Rollemberg, que falou da greve dos professores, que eu também havia comentado na Tribuna. Entendo que vossa fala, na mesma linha de que se construa o diálogo, o entendimento e com isso a greve poderá terminar.

Passamos a palavra agora à Senadora Angela Portela, para seu pronunciamento.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu queria aqui, hoje, parabenizar os bombeiros de todo o País. Hoje é o dia do Bombeiro Militar brasileiro, um trabalhador que, na sua lida diária, está, em geral, pondo sua vida em risco para salvar a vida de outras pessoas.

Nas palavras do Tenente-Coronel Cidinei Lima da Silva, lá de Roraima, ser bombeiro é "ter compromisso com o que faz e saber trabalhar em diversas situações, desde um afogamento até um incêndio."

Os bombeiros são preparados para resgatar pessoas em situação de risco e de morte – asfixia, tentativa de suicídio, afogamentos, traumas em acidentes, desaparecimentos em florestas e matas e socorro de animais em situações difíceis. Mas os bombeiros também fiscalizam a segurança de empresas e desenvolvem projetos sociais e educativos.

A missão mais destacada desses profissionais é a de mostrar a importância de se ter atitudes cidadãs, de manter a ordem da cidade, respeitar as leis e cumprir com as obrigações.

Portanto, eu deixo aqui os meus parabéns a todos esses profissionais que, desde 1856, trabalham para a sociedade brasileira e que hoje recebem homenagens em todas as unidades federativas do nosso País.

Mas outro tema importante que trago aqui nesta tarde de segunda-feira é o mesmo tema abordado pelo Senador Rodrigo Rollemberg, a nossa grande preocupação com a greve dos professores universitários, com a greve dos profissionais técnico-administrativos das universidades federais e dos institutos federais de ensino do nosso País. A greve nacional dessa categoria está completando hoje quase dois meses.

Durante esse período, já houve reuniões entre o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), representado pelo secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, e representantes dos professores e servidores. Mas, infelizmente, não houve ainda avanço nas negociações.

Os professores das universidades federais pleiteiam carreira única, com incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios; pleiteiam também variação de 5% entre níveis a partir do piso para o regime de 20 horas correspondente ao salário mínimo do Dieese, R$2.329,35, e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho.

Na semana passada, já tinha chegado a 95% o índice de adesão das instituições à mobilização nacional de professores das instituições federais de ensino. Ou seja, como informou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), os professores de 56 das 59 universidades federais do País estão parados, reivindicando a reestruturação da carreira.

Também em greve desde o dia 11 de julho, os servidores técnico-administrativos estão apoiando a greve dos professores e também têm as suas reivindicações. Assim, 34 dos 38 institutos federais de ciência e tecnologia em 22 Estados estão com seu corpo técnico parado, segundo afirmam dirigentes do Sindicato da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Os técnicos têm como principais reivindicações o aumento do piso salarial em 22,8% e a correção das pendências da carreira desde 2007. O piso atual é de R$ 1.034,00.

Srs. Senadores, considero esse cenário por demais preocupante, notadamente por observá-lo a partir dos avanços que a área de educação, especialmente a do ensino superior, obteve nos últimos dez anos.

Há que se reconhecer a evolução a partir dos números do programa de expansão das universidades. Entre 2003 e 2009 foram criados 110 novos campi de universidades federais nos 27 Estados da federação. No final do governo Lula, o País tinha 126 novos campi universitários e 214 novas escolas técnicas.

Com o novo projeto de expansão universitária do Governo Dilma Roussef, o número de universidades federais do País deverá passar para 63 instituições.

No caso das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Ifets), as novas 120 unidades devem completar 500 escolas técnicas federais no Brasil. Então, meus amigos, serão 250 mil novas vagas abertas em universidades federais e cerca de 600 mil novas vagas nos institutos federais de ensino.

Ao todo, o Governo federal deseja entregar à sociedade brasileira 208 unidades do ensino técnico federal, devendo todas as escolas estar em funcionamento até o final de 2014.

Destaque-se, também, o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais). Esse programa visa dotar as universidades federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior.

Esse programa estabelece o provimento da oferta de educação superior, por meio de bolsa, a pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Vale lembrar, também, aqui o ProUni, que vem disponibilizando bolsas a milhares de estudantes de baixa renda do País, como forma de dar-lhes possibilidade de acesso à universidade.

Não posso deixar de falar também sobre o Programa Ciência sem Fronteiras, que visa promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência, da tecnologia, da inovação e da competitividade do País, por meio de intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação e da mobilidade internacional. Esse programa vem dando a milhares de pessoas a oportunidade de se especializar fora do País, podendo voltar mais qualificados.

Mas, Sr. Presidente, o positivismo de tantos números perde-se diante dessa que é a segunda grande greve da categoria dos nossos professores universitários nos últimos cinco anos.

Nesse momento, enquanto perdura o impasse entre os membros do Governo e os representantes dos professores, alunos e pais de alunos vivem sob tensão, diante da ameaça de perda do ano letivo. E atrasos no calendário escolar, como todos nós sabemos, implicam sérios problemas na vida dos nossos estudantes; mas também causam impactos no desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

A demora na solução do impasse entre governo e docentes preocupa os alunos de Engenharia Química da Universidade Federal de Pernambuco, que estão abrindo mão de estagiar em uma companhia de bebidas e, agora, temem perder a vaga na pós-graduação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural. Esse programa exige a graduação concluída até janeiro de 2013.

O impasse também preocupa estudantes que dependem da conclusão do curso para serem efetivados em estágios, residências médicas, programas de intercâmbio e outros compromissos.

O prolongamento da greve nas universidades federais também deixa inseguros os estudantes da turma de Medicina de 2007 da Universidade Federal de Sergipe, que encerraria o curso em janeiro de 2013.

Outros estudantes aprovados em 48 das 56 instituições federais de ensino superior, que participaram do Sistema de Seleção Unificada – Sesu, também estão impedidos de fazer as suas matrículas. Isto porque o comando de greve da Fasubra (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Universidade Pública Brasileira), entidade que representa os professores e servidores em greve decidiu suspender o processo de matrículas.

Diante das tensões, impasses e dúvidas, considero que já está passando da hora de o Governo e os grevistas construírem um entendimento. Compreendo que só a disposição das partes ao diálogo será capaz de encontrar saída para esse impasse.

O Executivo Federal precisa se sensibilizar diante da situação das universidades, dos professores Federais, que, admitamos, há muito se ressentem com a falta de valorização profissional por parte do Governo.

Os docentes universitários vivem diante da contradição de receberem baixos salários por demandas sempre maiores e desafiadoras. A contradição é tanta que reitores reconhecem a disparidade que há entre volume de produção e valor de recompensa salarial. O próprio MEC – Ministério da Educação –, o Ministro Aloizio, Mercadante já anunciou que tem uma proposta de plano de carreira pronta para ser apresentada e que essa prioriza a dedicação exclusiva à titulação docente.

Defendo aqui, Sr. Presidente Senador Paim, os professores universitários, os técnicos administrativos porque considero que seus pleitos são justos. Esses trabalhadores, que dedicam as suas vidas à pesquisa, ao ensino e à extensão, precisam ser valorizados, reconhecidos na sua condição econômica e social.

Por fim, entendo que nenhuma Nação consegue crescer se a educação e seus trabalhadores de fato não forem encarados como uma prioridade em nosso País.

Quero aqui registrar, para encerrar, que essa greve das universidades Federais do País precisa ser resolvida o mais breve possível, para que os nossos estudantes, para que os nossos professores tenham a consciência da importância da educação superior em nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela, parabéns pelo seu pronunciamento. Quero me somar e, se permitir, assine embaixo. Eu havia comentado, na minha fala, também sobre a importância do nosso Governo pelo diálogo mais amplo com os professores das nossas universidades e, assim, construir um grande entendimento. Parabéns mesmo pelo seu pronunciamento.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Aníbal Diniz, do PT do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado.

Quero, primeiramente, Senador Paim, externar a minha solidariedade à família do Pastor Apóstolo Afif Arão, que faleceu ontem na cidade de Manaus e está sendo sepultado agora à tarde. Acredito que já tenha sido sepultado lá em Rio Branco. Um líder religioso de grande respeitabilidade, que teve um trabalho excepcional.

Exatamente por isso estou apresentando um voto de pesar, um requerimento solicitando voto de pesar por ocasião do falecimento ocorrido no domingo, dia 1º de julho de 2012, do Apóstolo Afif Arão, um dos maiores líderes espirituais do Estado do Acre.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário da Casa, que seja consignado nos *Anais do Senado Federal* voto de pesar por ocasião do falecimento do Apóstolo Afif Arão, um dos maiores líderes espirituais do Estado do Acre.

Requeiro ainda que este voto de pesar seja encaminhado ao conhecimento dos seus pais Zely Alves da Costa e Sisnande Sales da Costa, dos filhos Lucas e Dayane e de sua esposa e companheira de vida, Apóstola Dayse Costa e, por seu intermédio, aos membros da Igreja Renovada.

Afif Arão é um acriano de Sena Madureira e completaria 48 anos de idade no próximo dia 8 de agosto. Formado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre e em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Brasília, deixa um legado de fé, esperança e uma vida dedicada à obra de Deus, um sonhador e plantador de sementes. Junto com sua esposa levantou o maior Ministério da visão celular no Estado do Acre.

A igreja Renovada, da qual era líder, reúne hoje mais de cinco mil integrantes.

Afif Arão era conhecido por seu carisma e conseguia arrebanhar multidões em torno da palavra de Deus. Prova disso eram as marchas para Jesus que, neste ano de 2012, ao lado de várias autoridades do Estado, levaram mais de 50 mil pessoas às ruas e foram consideradas o maior evento evangélico do Acre.

Afif Arão gozava de grande prestígio em todos os setores da sociedade, inclusive com o reconhecimento internacional por sua dedicação ao Evangelho, contribuindo ainda com outros Estados brasileiros.

Quero deixar aqui a minha irrestrita solidariedade à família do Pastor Apóstolo Afif Arão e dizer que nós todos, tanto o Governo do Estado do Acre, quanto a Prefeitura de Rio Branco, os dirigentes do Partido dos Trabalhadores e tenho certeza de que o Senador Jorge Viana, e eu estou fazendo também, temos um grande reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Pastor Apóstolo Afif Arão, que conseguiu fazer a maior Igreja Renovada do Acre e conseguiu com isso um grande número de seguidores.

Outro aspecto que marcava muito a vida do Apóstolo Afif Arão é que ele contava com o respeito de todas as denominações evangélicas. Era uma liderança que reunia todos os requisitos de respeitabilidade, de carisma e, por isso, era seguido por um grande número de fiéis.

Nesse sentido, a Igreja Batista do Bosque fez publicar uma nota de pesar na imprensa acriana. E eu quero também fazer um registro dessa nota de pesar, solicitando ao Senador Paim que seja registrado, na íntegra, nos Anais do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) –

> *"Caiu um príncipe em Israel". Foi num domingo. Dia do Senhor. Dia em que os pastores servem a Deus sendo percebidos pela comunidade de discípulos com mais intensidade. Dia em que os pastores cantam, louvam, pregam, ministram, oram pelo seu povo e recebem Dele a intercessão. Foi num domingo que Deus escolheu convocar seu filho Arão. Nos domingos o Apóstolo Afif Arão passou, seguramente, os melhores dias de sua existência na Terra. E neste domingo louvamos a Deus, que deu ao Apóstolo Afif Arão uma grande recompensa. A coroa da glória.*

Foi essa a nota da Igreja Batista do Bosque, de Rio Branco.

Aos seus pais, Zely Alves da Costa e Sisnande Sales da Costa, aos filhos Lucas e Dayane e à Apóstola Dayse Costa, sua companheira de vida e de ministério, a nossa mais irrestrita solidariedade, votos de pesar e nossa oração no sentido de que Deus conforte essa família e que a mantenha sempre unida na fé, fazendo aquilo que o Apóstolo Afif Arão fez com mais sentimento, com mais gosto com mais vocação, que foi pregar o Evangelho e conduzir milhares e milhares de pessoas no caminho do bem, mostrando que o caminho da paz, o caminho do bem é o melhor caminho para uma sociedade justa e fraterna que sempre todos desejamos para todas as famílias acrianas e brasileiras.

Era esse, Sr. Presidente, o meu registro inicial e gostaria de aproveitar também este momento da segunda-feira para reforçar o que já disse aqui na última quinta-feira, que era o esforço que todos os partidos estavam fazendo na última semana de junho, que era para realização de suas convenções e definição de suas candidaturas. E assim foi também no Estado do

Acre com os nossos 22 Municípios. Nós realizamos convenções em todos esses Municípios.

Tive a oportunidade, apesar da minha agenda sempre muito puxada, de estar presente em 16 das 22 convenções do Partido dos Trabalhadores no Acre e, dessa forma, levar a minha contribuição, juntamente com o Governador Tião Viana, o Senador Jorge Viana também pôde estar em algumas delas, no sentido de convocar a população a refletir neste momento em que acontecem as eleições, que é exatamente o período para fazer o grande debate a respeito de quais são as prioridades para cada uma das prefeituras, quais são os grandes problemas que afetam a vida das pessoas em cada um dos Municípios e, ao mesmo tempo, fazer com que as pessoas participem, porque a política, apesar de um grande esforço para classificar a política como sendo uma atividade suja, uma atividade que não deve inspirar os mais jovens, nós temos feito exatamente o caminho inverso. Nós temos convocado a juventude e temos insistido em um discurso de que temos que fazer um pacto de gerações na política.

Ou seja, é chegada a hora de chamar os jovens a assumirem mais e mais as suas responsabilidades e, na medida do possível, se prepararem para assumir a condução, porque a política é o melhor caminho para se promover justiça social, para se promover inclusão social, e é esse o caminho que foi trilhado pelo Presidente Lula, é esse o caminho que está sendo trilhado pela Presidenta Dilma e, da mesma forma, a gente quer que essas eleições municipais sejam bem sucedidas no sentido de a gente escolher líderes municipais comprometidos, atentos aos clamores das suas comunidades e, principalmente, que reúnam competência técnica e sensibilidade política na hora das tomadas de decisões.

E, diante dessa reflexão a respeito do pacto de gerações, o Partido dos Trabalhadores do Acre procurou, na medida do possível, priorizar as candidaturas jovens. Foi assim na capital Rio Branco, a mais importante cidade do Acre, onde trabalhamos com a candidatura do Marcus Alexandre, que é um jovem engenheiro e que tem na sua chapa, como candidato a vice-prefeito, o Prof. Márcio Batista, que também é um jovem educador, sonhador. Juntos, eles formam uma chapa pautada pelo espírito jovem, com muita competência, muita determinação.

Da mesma forma aconteceu lá no Município de Tarauacá, onde temos o jovem Dr. Rodrigo, um médico sanitarista, obstetra, que tem uma relação muito fraterna com a comunidade. Também foi homologado como candidato a prefeito lá em Tarauacá, o jovem Dr. Rodrigo.

Lá na cidade de Epitaciolândia, também temos outro jovem, o Marcos Fernandes, professor de História, também um jovem sonhador, com toda energia e toda disposição de fazer um bom trabalho. É uma jovem liderança que conhece profundamente os problemas da cidade e da região e está disposto a colocar a sua vida, a doar-se completamente para fazer um trabalho em benefício da comunidade ali no Município de Epitaciolândia.

A mesma coisa a gente pode dizer de Sena Madureira, que é o terceiro maior colégio eleitoral do Acre. Nessa cidade também foi escolhido o jovem Mano Rufino, juntamente com outro de espírito jovem, o filósofo, jornalista, professor e ativista cultural, Hermano Filho, como vice. Então, a gente tem também mais um jovem lá em Sena Madureira, mostrando esse esforço no sentido de revitalizar a política com pessoas jovens assumindo os postos de comando.

Outro aspecto que eu gostaria de reforçar, Senador Paim, é que a Frente Popular do Acre, além de apostar na juventude, que é algo que tem acontecido desde os primeiros momentos – por exemplo, quando Jorge Viana foi candidato ao governo em 1990, ele tinha 30 anos e, depois, ele acabou sendo eleito Governador com 38 anos. Dessa maneira, a cada nova eleição, a Frente Popular do Acre, com o PT como uma espécie de cabeça dessa aliança, sempre tem apostado em candidaturas jovens, em novas lideranças.

E outro aspecto que a gente deve considerar é que todos os partidos integrantes da Frente Popular do Acre têm candidatos a prefeito em algum Município do Acre. Então, nós temos em Rio Branco, nossa capital, o candidato a prefeito pelo PT o Marcos Alexandre, com vice do PCdoB Márcio Batista; em Cruzeiro do Sul, o segundo maior colégio eleitoral, nós temos um candidato a prefeito que é do PV, do Partido Verde, o Deputado Henrique Afonso, tendo como vice o Prof. Marcelo Siqueira, do Partido dos Trabalhadores. No Município de Acrelândia, o candidato a prefeito é do PSDC e o vice é do PCdoB. No município de Capixaba, o candidato a prefeito é do PCdoB e o vice é do Partido dos Trabalhadores. Assim, a gente vai pegando em cada Município. Em Sena Madureira, o candidato Mano Rufino, o jovem Mano Rufino é do PR, partido do nosso Ministro Marcelo Crivella; ele é candidato a prefeito, com o vice do PCdoB.

Dessa maneira, um dos aspectos presentes na análise da conjuntura política do Acre nos dias de hoje é que a Frente Popular do Acre, formada originariamente pelo PT, PCdoB, PSB, PDT, PSB, PV e outros partidos, procura dar oportunidades para cada um dos partidos que a integram. Por isso, temos conseguido trazer esta trajetória de vitórias e realizações. A reali-

dade do Acre vem mudando para melhor ao longo dos últimos 13 anos, justamente porque tem sido feita esta política de revezamento e interação entre os partidos em que a cada momento há novidades.

Por exemplo, nas últimas eleições, em 2010, Senador Paulo Paim, nós tínhamos duas vagas para o Senado. A primeira vaga foi disputada pelo Senador Jorge Viana, que foi eleito, e a segunda vaga, foi disputada por um companheiro do PCdoB. Não conquistamos a segunda vaga; quem venceu foi o Petecão, mas houve uma distribuição entre os partidos da Frente Popular.

Dessa mesma forma, temos feito essas composições. O resultado disso tem sido um conjunto de vitórias importantes e, mais do que isso, muitas realizações que têm contribuído para melhorar a vida do povo acriano.

Volto a repetir aqui, Senador Paim: às vezes, há pronunciamentos que procuram criar uma cortina de fumaça sobre a verdadeira realidade, dizendo que os nossos pronunciamentos ou a forma como conduzimos a política do Acre deixa passar a ideia de que nós queremos mostrar o Acre como um paraíso. Não se trata disso; nós estamos falando de uma realidade que era muito pior e que deu passos significativos, mas está muito aquém, estamos ainda muito distantes do Acre dos nossos sonhos, com condições dignas de vida para todos. Temos um índice de pobreza muito alto, temos um índice de analfabetismo ainda muito alto a ser superado, temos indicadores sociais muito desfavoráveis no Estado do Acre. Todos os esforços que têm sido empreendidos pelo Governador Tião Viana, pelos nossos prefeitos, com a ajuda da Presidenta Dilma, com a ajuda que recebemos do Presidente Lula, todos esses esforços contribuíram para darmos um salto no sentido de nos aproximar da realidade nacional, mas, certamente, precisamos de muitos anos de trabalho ainda para chegar aos patamares mínimos de dignidade para todos os cidadãos acrianos.

O Governador Binho, quando estava no exercício do seu mandato, costumava dizer que o Acre participava, com os demais Estados brasileiros, de uma corrida, só que todos os outros Estados haviam saído muito na frente. Então, por mais que acelerássemos o nosso motor poderíamos aproximar-nos dos que estavam na frente, mas dificilmente nós os passaríamos num curto espaço de tempo.

É exatamente isso. Quando pegamos os indicadores nacionais, seja da educação, seja da saúde pública, vemos que houve avanços significativos, conseguidos nos últimos treze anos pelo Governo do Estado do Acre, mas seguramente, precisamos dar passos mais importantes ainda, com muito mais trabalho, com muito mais determinação, com muito mais dedicação para atingirmos patamares mais elevados.

Então, Senador Paim, quando eu trago aqui essa reflexão a respeito deste período das eleições municipais, é justamente para conclamar a sociedade de todos os Municípios do Acre a fazer essa reflexão, a questionar os seus candidatos, a fazer uma reflexão profunda sobre quais são os problemas vividos em cada um dos Municípios e que propostas os candidatos trazem para a superação desses problemas. Tem Municípios que estão em situação absolutamente deplorável, por causa de gestões que não tiveram o cuidado de tratar dos problemas com o devido respeito e cuidado com a comunidade, e tem outros Municípios que conseguiram alguns avanços, mas precisam de um choque de gestão também. Então, este momento do período eleitoral é o momento em que as pessoas devem se dedicar a essa reflexão e, quanto mais debate houver no sentido de identificar quais são os verdadeiros problemas e os passos que devem ser dados, melhor para todos os munícipes que vão escolher seus representantes e certamente se sentirão mais felizes com os resultados do trabalho que esses futuros prefeitos desenvolverão.

Então, da parte do Partido dos Trabalhadores, a gente vai procurar incentivar o bom debate. Tanto eu, quanto o Senador Jorge Viana, tenho certeza de que o Governador Tião também, vamos estar empenhados nesse sentido, e a gente espera sempre o melhor para o Acre e para cada um dos Municípios. E por onde a gente tem passado, a gente tem procurado fazer essa reflexão de maneira transparente, porque esse nosso momento de exercício da democracia é um momento muito especial, foi fruto de conquistas. Esse nosso direito ao voto foi um direito adquirido com muito, muito esforço, e a gente tem que valorizar ao máximo, porque, se a gente não valorizar essa nossa democracia, quem vai valorizar?

Então, exatamente por isso, a gente quer conclamar as pessoas a participarem. Quanto mais participação, melhor. Com questionamento, com perguntas, com exigências e, principalmente, exigência de compromisso, porque os candidatos precisam assumir compromissos frente aos problemas mais cruciais que a população enfrenta. E a gente espera que esse período de campanha eleitoral seja um período frutífero, no sentido de muitos compromissos serem assumidos e, de preferência, que sejam cumpridos.

Era isso, Senador Paim. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 617, DE 2012

Requer Voto de Pesar por ocasião do falecimento ocorrido no domingo, dia 1º de julho de 2012, do Apóstolo Afif Arão, um dos maiores líderes espirituais do Estado do Acre.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos *Anais do Senado Federal*, Voto de Pesar por ocasião do falecimento do Apóstolo afif arão, um dos maiores líderes espirituais do Estado do Acre.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja encaminhado ao conhecimento de seus pais, Zely Alves da Costa e Sisnande Sales da Costa; dos filhos Lucas e Dayane, de sua esposa e companheira de vida, Apóstola Dayse Costa, e, por seu intermédio, aos membros da Igreja Renovada.

Justificação

Acreano de Sena Madureira, Afif Arão completaria 48 anos de idade no próximo dia 8 de agosto. Formado em pedagogia pela Universidade Federal do Acre e teologia pela Faculdade Teológica Batista de Brasília, deixa um legado de fé, esperança e uma vida dedicada à obra de Deus.

Um sonhador e plantador de sementes, junto com sua esposa levantou o maior Ministério da Visão Celular do Estado do Acre. A Igreja Renovada, da qual era Líder, reúne, hoje, mais de 5 mil membros.

Afif era conhecido por seu carisma e conseguia arrebanhar multidões em torno da palavra de Deus. Prova disso eram as Marchas para Jesus, que, este ano, ao lado de várias autoridades do Estado, levaram mais de 50 mil pessoas às ruas e foram consideradas o maior evento evangélico do Acre.

Afif Arão gozava de grande prestígio em todos os setores da sociedade, inclusive com reconhecimento internacional por sua dedicação ao Evangelho, contribuindo, ainda, com outros Estados brasileiros.

Dele me despeço com tristeza e emoção, pedindo aos meus nobres pares do Senado Federal que aprovem essa justa homenagem que ora requeiro.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2012. – Senador **Anibal Diniz,** PT/AC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Senador Anibal Diniz, quero convidar V. Exª para assumir a Presidência, porque o Senador Antonio Russo está no elevador, a caminho, e eu faria uma intervenção pela ordem enquanto ele chega. É um compromisso que assumi com a Assessoria dele.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço pela ordem só para registrar um artigo que escrevi e que foi publicado no *Sul21*, sobre acessibilidade e eleições.

As eleições 2012 se aproximam e é neste contexto que olhamos para o processo eleitoral brasileiro, um dos mais modernos do mundo, totalmente informatizado. A votação eletrônica acontece em 100% das cidades e é possível saber o resultado das votações em questão de horas.

Mas, precisamos atentar para o princípio da acessibilidade universal no processo eleitoral. Tema este que passa despercebido para a maioria de nós e que está ligado, também, a aspectos sociais e humanos e não somente a aspectos tecnológicos.

Como o Senador já chegou, o meu compromisso era com ele, por isso estava falando pela ordem.

Na verdade, no meu artigo, cumprimento o Tribunal Superior Eleitoral, porque atentou para acessibilidade e, nas eleições futuras, as pessoas com deficiência terão acesso aos locais de votação, terão mais facilidade com a urna eletrônica. O artigo que escrevi foi um cumprimento ao Tribunal Superior Eleitoral, porque, com o exemplo dado no Brasil, outros países também acabarão optando pela urna eletrônica e implantando o mesmo sistema de acessibilidade.

Ao mesmo tempo, no final, eu conclamo os Deputados Federais a aprovarem o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está há quase seis anos parado na Câmara e que vai contemplar com novas políticas públicas 45 milhões de pessoas.

Era isso, Senador Presidente Anibal Diniz.

Senador, compromisso cumprido. Indiretamente eu o estou convidando, mas quem vai convidar será o Anibal Diniz para V. Exª usar a tribuna.

Só considere na íntegra o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

SUL 21 – Artigo

O voto pela acessibilidade
– Senador Paulo Paim (PT/RS)

As eleições de 2012 se aproximam e é neste contexto que olhamos para o processo eleitoral brasileiro, um dos mais modernos do mundo, totalmente informatizado. A votação eletrônica acontece em 100% das cidades e é possível saber o resultado das votações em questão de horas.

Mas, precisamos atentar para o princípio da acessibilidade universal no processo eleitoral. Tema este que passa despercebido para a maioria de nós e que está ligado, também, a aspectos sociais e humanos e não somente a aspectos tecnológicos. São milhões de eleitores com deficiência que querem votar e não basta apenas o direito ao voto, mas dar acessibilidade ao voto.

Nesse sentido elogiamos a resolução do TSE, que aprovou o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral destinado ao eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida. Essa medida tem como objetivo eliminar barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e de atitudes para dar segurança e autonomia às pessoas com deficiência nas eleições. Um exemplo é o acesso aos locais de votação – os estacionamentos serão liberados e vagas serão reservadas a esse eleitor.

A resolução do TSE prevê também celebração de convênios de cooperação técnica com a administração dos prédios onde vão funcionar as seções eleitorais. Convênios também serão firmados com representantes de pessoas com deficiência para ajudar a aperfeiçoar a acessibilidade na justiça eleitoral. Neste contexto de modernidade, as urnas, que já possuem teclas em Braille, contarão com sistema de áudio para votação de pessoas com deficiência visual.

Os TREs deverão traçar planos para promover a acessibilidade plena nos locais de votação. Deverão, por exemplo, incentivar o cadastramento de mesários e colaboradores habilitados em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e adaptar seus sites para o pleno acesso das pessoas com deficiência visual.

O problema da falta de acessibilidade nos locais de votação é maior do que imaginamos. A maioria das seções eleitorais está em locais ou escolas que não são acessíveis.

A promoção da acessibilidade não é algo que irá facilitar a vida apenas das pessoas com deficiência, mas a vida de todos! É uma questão de justiça social! Esse é um assunto que deve estar na pauta, sendo encampado por todos, antes, durante e depois das eleições.

Precisamos ainda mudar nosso olhar em relação aos candidatos que são pessoas com deficiência, precisamos de um olhar livre de preconceito. Os candidatos podem desempenhar um papel importante, pontuando não só as questões que envolvem as pessoas com deficiência, mas as necessidades de toda comunidade.

Lembramos que a resolução do TSE vem ao encontro do Estatuto da Pessoa com Deficiência, proposta de nossa autoria que aborda tais pontos. O Estatuto foi aprovado no Senado e atualmente está tramitando na Câmara, aguardando votação dos deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido nos termos do Regimento.

Obrigado, Senador Paim.

Agora, com a palavra o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Acima de tudo, muito obrigado ao nosso querido Paim, nosso ícone dentro deste Senado. Já admirávamos o Paim de fora do Senado com suas palavras sempre presentes, defensor não só do nosso querido Rio Grande do Sul, mas com teses de Brasil. O senhor é uma das joias do Senado. Eu me orgulho de ser seu amigo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, depois da Rio+20, estabeleceram-se alguns consensos que devem perdurar no debate político brasileiro. Mesmo que o documento final do evento possa ter frustrado alguns segmentos da sociedade brasileira, acredito que em muitos pontos o processo tenha avançado e que, pouco a pouco, disseminará a ideia de que, sem políticas adequadas de produção econômica e proteção ambiental (ambas desenvolvidas de maneira combinada), não vamos criar, no futuro, condições de crescimento para atender às demandas das futuras gerações.

Estou fazendo esse rápido preâmbulo para dar uma boa notícia a esta Casa: o Mato Grosso do Sul está se tornando a unidade federativa com os melhores indicadores de sustentabilidade do País.

Considero de extrema importância dar esta informação ao Brasil porque estamos conquistando, na prática, sem alarde, e com muita responsabilidade, aquilo que vem se tornando o sonho de muitos que desejam ver um mundo melhor nas próximas décadas.

As mudanças substanciais que vêm ocorrendo no nosso Estado há alguns anos são desconhecidas da grande mídia.

São dados que, na maior parte das vezes, passam ao largo de acontecimentos surpreendentes que ocorrem em regiões interioranas de nosso País.

O fato é que esses indicadores estão ajudando a criar uma nova realidade brasileira. Temos que difundir essas informações para que a população brasileira co-

nheça o esforço que está sendo realizado para tornar o nosso Estado a principal referência de sustentabilidade brasileira.

É importante que todos saibam que o Mato Grosso do Sul está no centro de um processo de renovação de conceitos socioeconômicos.

O Estado, criado há 34 anos, vem promovendo uma revolução estratégica de desenvolvimento que pode servir de exemplo para muitas outras regiões fora e dentro do Brasil. Aos poucos, essa realidade está se aflorando, ganhando espaços, tornando-se conhecida além dos grupos de especialistas e pesquisadores.

Sem alarde e de maneira continuada, o Mato Grosso do Sul ingressou num período histórico de concretização daquilo que vem sendo almejado no mundo inteiro como estágio avançado de conquistas sociais: a economia verde, processo pelo qual as cadeias produtivas crescem sem causar prejuízos ao meio ambiente.

Esses dados surpreendentes devem ser analisados com critério e discernimento. Sustentabilidade transformou-se num assunto da moda. A palavra "sustentável" está se tornando, assim, cada vez mais gasta, em função inclusive do uso abusivo por parte de governos e instituições não governamentais.

Poucos conseguem, neste sentido, dar aplicabilidade à ideia e demonstrá-la de maneira concreta e efetiva.

Não é o caso de Mato Grosso do Sul.

O conceito de que o desenvolvimento econômico e social pode ser realizado com garantias de preservação ambiental ganha cada vez mais espaço na opinião pública, só que poucos percebem como isso ocorre na prática.

Os créditos de carbono, por exemplo, são coisas faladas, medidas, mas são invisíveis do ponto de vista material. Por isso, pela própria dificuldade em se criar um padrão monetário para essa unidade, a população não consegue medir sua importância no atual contexto.

No fim, sobram discursos, com quase nada de resultado prático. Só que o caso de Mato Grosso do Sul é diferente.

Pesquisadores da Embrapa – empresa cuja reputação e credibilidade dispensam apresentações – foram a campo no ano passado e mediram objetivamente o que vem ocorrendo em todo o Mato Grosso do Sul com a finalidade de compreender como vem se dando o fenômeno do crescimento com sustentabilidade.

A Rio+20 fez deste assunto pauta preferencial da mídia mundial, escrutinando os avanços e recuos deste processo, tratando de importantes questões, com resultados positivos.

Nesse aspecto, acredito que Mato Grosso do Sul está fazendo o dever de casa com louvor.

Os pesquisadores da Embrapa, juntamente com várias outras instituições estaduais, descobriram que o setor produtivo mais importante do Estado – notadamente o agronegócio – conseguiu obter um crescimento acima de todas as médias nacionais, mantendo, fiquemos atentos, praticamente intocável o uso dos seus recursos naturais. Ou seja: o Estado está se desenvolvendo e preservando ao mesmo tempo.

Mais ainda: Mato Grosso do Sul vem turbinando sua economia praticamente sobre a mesma base territorial dos últimos anos, sem que isso signifique avanço indiscriminado sobre áreas virgens ou preservadas. Melhor ainda: tem conseguido reduzir as queimadas e está mantendo estrito controle sobre o uso de seus mais diversos biomas. Milagre? Sorte? Movimento espontâneo da economia? Não. Simples resultado da perfeita aliança de planejamento, incentivos fiscais, marcos regulatórios, programas governamentais bem organizados, parcerias público-privadas adequadas e, acima de tudo, credibilidade e governança qualificada.

O Governo do Estado, nesse aspecto, conseguiu realizar uma proeza inédita: desenvolver políticas públicas estreitamente conectadas com ações práticas, resultando em melhora global da qualidade de vida da população, obtendo altos padrões de uma economia sustentável.

Os números são eloquentes. Para começar, a região do Pantanal sul-mato-grossense, bioma conhecido mundialmente como um dos lugares mais belos e exóticos do Planeta, representando 25% do total dos 36 milhões de hectares do território estadual, tem índice de preservação comprovado de mais de 80%.

No restante do Estado, a cadeia produtiva vinculada ao campo vem obtendo ganhos cada vez mais elevados de produtividade, e reduzindo, paralelamente, as emissões de gases que aumentam o fenômeno do efeito estufa e poluem o meio ambiente.

Nos últimos anos, esse processo representou melhoria expressiva no seqüestro de CO_2, evitando emissões de quase 50 milhões de toneladas do gás na atmosfera.

O que mais surpreende é que tudo isso foi obtido com o aumento de produtividade, elevação da renda, melhoria da empregabilidade e dos investimentos sociais em todos os Municípios do Estado.

O manancial de boas informações nesse sentido impressiona. Para o lado que se olha, os dados demonstram que o Estado encontrou seu caminho e tem tudo para se transformar em uma das Unidades Federativas mais importantes do Brasil nas próximas duas décadas.

O cinquentenário de Mato Grosso do Sul, que ocorrerá em 2029, consistirá na colheita dos bons frutos que estão plantados desde agora.

Nesse aspecto, na agricultura, levando em conta os dez anos passados, a produtividade de soja aumentou 90%; do milho, 64%; e do algodão, 139%; e, dessa maneira, isso aconteceu em praticamente todas as culturas e atividades do campo.

Paralelamente, o setor de energia verde explodiu: a cana-de-açúcar teve crescimento de 311%; e novas florestas ganharam espaço em regiões antes degradadas: cresceram 165%, (30% em média, nos últimos anos).

Qual a grande vantagem de tudo isso? Esse vertiginoso expansionismo não representou, em contrapartida, a abertura de áreas para plantio com desmatamentos ou queimadas em larga escala. Tudo foi feito de maneira sustentável. E essa tendência permanecerá daqui para frente.

Os ganhos proporcionados pelas inovações tecnológicas do setor evitaram a abertura de mais de 1,5 milhão de hectares de novas áreas, sem contar que a fixação biológica de nitrogênio, no caso da soja, evitou a emissão de 1,7 milhão de toneladas de $CO_{2/}$ano.

Só para se ter uma ideia estatística desse processo, basta considerar o seguinte número: enquanto em 2006 o Governo do Estado autorizou o desmatamento de 67 mil hectares, em 2010, as autorizações baixaram para 18 mil, ou seja, uma redução de mais de 70%.

Noutras palavras, o Estado cresce, a economia se fortalece, e o meio ambiente mantém-se cada vez mais preservado.

A promoção do desenvolvimento econômico nestes segmentos altamente agregadores de valores e renda – e fundamentais para a geração de *commodities* –, são atualmente responsáveis por mais de 20% do PIB estadual (cerca de R$ 8,5 bilhões por ano).

Nesse sentido, a produção de gado de corte, fibras e alimentos em regiões cuja diversidade ambiental merece um aproveitamento racional, devido à sua crescente fragilidade, tem colocado o Mato Grosso do Sul num processo de "crescimento inteligente", conforme avaliam os pesquisadores da Embrapa.

Srªs. e Srs Senadores, esse quadro evolutivo não para por aí. Só de áreas degradadas – que hoje não estão sendo aproveitadas pelo setor pecuário, o Mato Grosso do Sul – há um total de dez milhões de hectares que precisam se tornar urgentemente produtivos. E a sua recuperação gradual significará incorporar mais ganhos à economia, sem que haja qualquer dano ao meio ambiente. O projeto será viabilizado com recursos em parceria com o Governo Federal. Ou seja: à medida que as áreas degradadas sejam incorporadas à produção, menos prejuízos ao meio ambiente acontecerão e maior a nossa capacidade de produção de alimentos.

Reunindo num só pacote todos os programas do Governo do Estado é possível concluir que o nível de sustentabilidade da economia de Mato Grosso do Sul estará acima dos países mais avançados do planeta.

A Embrapa Gado de Corte criou o Programa de Avanços na Pecuária do Mato Grosso do Sul – PROAPE, com o subprograma "Novilho Precoce", estabelecendo novos paradigmas de sustentabilidade no Estado.

Reunindo o "Novilho Precoce" com os incentivos para renovação de pastagens e também a conversão de pastos em áreas de reflorestamento e cultivo de cana-de-açúcar, os ganhos estão sendo estupendos.

Com a redução do tempo de abate dos animais, foi possível evitar a emissão de 655 mil toneladas de CO_2 em 2010, o que representou nas últimas décadas uma redução de gases que provocam efeito estufa da ordem de cinco milhões de toneladas.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, os números da "economia verde" são eloqüentes. Eles demonstram que é possível unir num só projeto desenvolvimento econômico e redução de danos à natureza.

O Governo do Mato Grosso do Sul, por meio do trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Produção, sob o comando da nossa Secretária Tereza Cristina Corrêa da Costa, em parceria com a Embrapa Gado de Corte, atualmente vem realizando uma verdadeira revolução silenciosa no campo, devendo constituir-se em objeto de estudo para ser adaptado às outras unidades federativas. Sentimos que estamos no caminho certo. Acredito que, dentro de algumas décadas, seremos a unidade federativa com uma das melhores qualidades de vida do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Antonio Russo.

Pergunto ao Senador Pedro Simon se vai usar da palavra.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, situação delicada em que nos encontramos! Se olharmos no contexto geral, nós vamos verificar que estamos a viver um verdadeiro desafio.

Eu deveria estar em Montevidéu, em uma reunião do Mercosul, mas problemas pessoais me impediram de estar lá. Deve ser muito importante a reunião que lá está se realizando, sem a presença do Paraguai, afastado temporariamente até a vinda, melhor dito, até a realização das novas eleições e a eleição de um novo presidente pelo povo. E se analisará, exatamente sem

a representação do Paraguai, a entrada da Venezuela, que o Brasil já tinha aprovado, o Uruguai também, a Argentina também, e o MERCOSUL estava a espera da decisão, exatamente, do Paraguai, cujo Senado ainda não tinha decidido.

Aqui, vivemos, depois de, eu diria, uma interrogação, alguns momentos importantes no Senado Federal. A CPI vai se reunir. Eu creio, Sr. Presidente, que, afinal de contas, a essa altura, vai convocar o ex-presidente da Delta e o Sr. Pagot.

Muito estranha a posição do ilustre relator, se aprofundando. Levamos um dia inteiro discutindo as reformas que foram feitas no apartamento – não sei nessa altura de quem é; era do governador de Goiás; não sei, hoje, a quem pertence –, uma tarde inteira. A decoração, quanto saiu? Papel parede; não sei mais o quê. E, no entanto, o relator ainda não se decidiu a convocar o Sr. Pagot, que se oferece, que pede para ser convocado e que talvez seja ouvido lá em Goiás.

A Assembleia Legislativa de Goiás está votando, acho que hoje, o requerimento, pedindo a convocação, lá, do Sr. Pagot, porque o relator não quer ouvir aqui.

Eu creio que, a esta altura, não resta à CPI outro caminho senão, amanhã, fazer a convocação. Há um movimento, inclusive, que pensa convocar de modo especial o ex-presidente do DNIT, numa reunião paralela à da CPI.

E eu me preocupo com isso. Qual é a imagem que ficaria do Senado ao se fazer uma convocação paralela, porque a CPI convocada para isso não quer fazer?

Convocam um arquiteto para discutir as minúcias da reforma do apartamento e não querem ouvir o ex-presidente do Dnit, que diz que tem muito a contar. Muito, muito, e coisas muito importantes. Ele diz que quer, e se oferece para falar. E o relator geral não concorda. Delicada a posição desse rapaz, por quem eu tenho muito respeito. E tenho admiração por sua firmeza, e surpresa por essa ação.

Nós já tivemos CPIs que não deram em nada, por acordo das lideranças, que não quiseram que dessem em nada. Das Ongs e dos cartões corporativos. PT e PSDB fizeram acordo, um não quis investigar o outro, ninguém investigou nada, e ficou zero a zero.

Nessa é diferente. Nessa não é investigar. A CPI foi criada pelo Sr. Lula para verificar o que já tinha sido investigado pela Polícia Federal e pela Procuradoria da República. Os fatos já existem, já aconteceram, e parece que alguns da CPI querem abafar. Não querem deixar que eles venham à tona. E aí soa grotesco, muito grotesco.

O Sr. Pagot disse: Eu sei dos casos em que me solicitaram para pedir ajuda para determinado partido. Eu não fiz, mas eu pedi a essas empresas que dessem auxílio para determinado partido. O Sr. Pagot disse: Eu sei que lá, em São Paulo, no empreendimento tal, teve desvio que facilitou ao partido tal.

Se ele está dizendo! E vem o relator e diz: Não, mas nós não fomos reunidos para isso. Nós não vamos discutir isso. Nós vamos discutir as reformas no apartamento, 500 mil, coisa muito cara.

Onde nós vamos ficar, Sr. Presidente? Eu creio que, amanhã, a CPI vai convocar o Sr. Pagot e o ex-presidente da Delta, empresa considerada inidônea pelo Governo Federal. A aquisição da Delta pelo frigorífico de Goiás ou de Mato Grosso, sei lá, já estava feita, já estava decidida. Eu fui um dos que veio a esta tribuna protestando, cobrando da Presidente Dilma que ela seria responsável. Mas como? Uma empresa considerada inidônea pelo Governo Federal ia ser comprada por outra que tinha nascido pela ação do Governo Federal, via BNDES, que transformou um açougue de Goiás no maior frigorífico do mundo, em uma sociedade com o BNDES? E, agora a empresa que era um açougue que virou um grande frigorífico, ia comprar uma empreiteira e entrar nessa empreiteira considerada inidônea? E o Governo voltou atrás. Meus cumprimentos a D. Dilma. O Governo voltou atrás e suspendeu, e suspendeu.

E nós não convocamos o Sr. Cavendish? E ele não vem depor? Convocamos o Governador de Brasília, e bem convocado. Convocamos o Governador de Goiás, bem convocado. Mas o Sr. Pagot, que quer depor, e o Sr. Cavendish, que tem que depor, não vamos convocar porque o Relator disse que ainda não é tempo. Não vamos convocá-lo para isso.

Olha, há prazo para tudo. Há prazo para tudo! Não há dúvida nenhuma e o prazo da CPI está se esgotando. Eu tenho certeza de que as lideranças vão entender, que o PT, de um modo especial, vai entender. Vai ficar marcada na história, na biografia, no carimbo do PT o seu rompimento definitivo com o seu passado se a convocação não for feita.

Há momentos e há circunstâncias na nossa vida que temos que agir e temos que avançar, custe o que custar. Vivemos esse momento aqui nesta Casa.

Amanhã vai ser a reunião da CPI do Sr. Cachoeira. Amanhã vamos ter que tomar a decisão.

Eu confio. Não pertenço à CPI. O meu partido tem tido uma posição neutral com relação a isso. Por isso, falo da tribuna. Falo aqui o que eu gostaria poder falar amanhã. Se tivesse condições, falaria lá na CPI, que era o meu lugar. Mas lá não tem chance, porque lá falam todos os membros titulares, depois todos os membros suplentes, depois todos os líderes. E já fiquei lá, uma vez, cerca de quatro horas, mas não tive chances. Por isso, falo aqui.

Sr. Relator, não manche a sua biografia dessa maneira, que ela será manchada de uma maneira irreversível! Será carimbada.

Já tivemos uma CPI aqui que foi apelidada de CPI Chapa Branca, porque se fez uma composição no sentido de dar em nada. O presidente, o relator, era para não dar nada. Mas os fatos foram aparecendo, e ela terminou no mensalão. Terminou denunciando tudo o que tinha que ser denunciado. O presidente era e continua sendo do PT. O relator era e continua sendo governista. Foram para a CPI, acredito, colocados no sentido de se esforçar para que as coisas não acontecessem. Mas aconteceram. Eles não mancharam as suas biografias. Eles foram até o fim e provaram o que tinha que ser aprovado.

Essa é a situação, Sr. Relator. Aliás, mais grave, porque lá eles buscaram a verdade e foram encontrar os fatos no decorrer do andamento da Comissão! Aqui, não. Aqui é um fato raríssimo em que a CPI foi convocada não para buscar, não para apurar, não para fazer a sindicância, mas, pela primeira vez, a CPI foi criada em cima do fato já provado, já feito e que alguns não querem constatar.

Eu espero amanhã. Eu confio na boa vontade de amanhã. Eu espero que Deus ilumine o Sr. Relator, e Deus proteja os membros daquela CPI.

Outro fato que me chama a atenção, Presidente – e eu não quis me meter, não dei palpite; procurado pela imprensa, não falei com ninguém: o problema da candidatura do PT à prefeitura de São Paulo. Não tenho nada que ver. Sei que aquela fotografia do ex-presidente Lula na casa do Sr. Maluf repercutiu e teve amplos e amplos debates. Não falei nada, mas hoje saiu uma manchete em que um Ministro da Presidente Dilma – Ministro pelo qual tenho o maior respeito e o maior carinho – diz em declaração que é manchete que, realmente, no entendimento do PT com o PP, com o Sr. Maluf, para o apoiamento ao candidato do PT em São Paulo, houve entendimento, e o Sr. Maluf indicou alguém para determinado cargo. Mas não houve dinheiro – diz o Ministro. Mas houve a transação! Realmente houve o troca-troca: o Maluf apoiou o PT em São Paulo, e o Governo deu um determinado cargo. Interessante até que, no final da Rio+20, um cargo diretamente ligado ao meio ambiente.

Eu me lembro do ainda hoje Presidente do PTB, e era Presidente do PTB na CPI, quando ele chegou lá e disse "na verdade, o Sr. Presidente da República distribuía os Ministérios entre os partidos que o apoiavam, e cada Ministério com os seus departamentos", dando a entender que eles que se virassem".

Srª Presidente Dilma, é isso que se chama troca-troca. É isso que não faz bem ao Governo. O PP apoiar o Governo tudo bem. O PP discutir e ter cargos em troca do apoio ao Governo tudo bem. Mas dar esse cargo para apoiar aquele candidato naquela cidade? Não me parece que essa seja a forma de governar. Essa é a forma do troca-troca. Essa é a forma que submete o Governo aos interesses, ou deste partido ou daquele cidadão.

É muito triste essa manchete. Interessante que ela diz: "Não se falou em dinheiro!" Então, ficou claro: não houve troca-troca de dinheiro; não foi tanto, nem tanto; foi apenas um cargo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas, aliás, dinheiro é uma forma última que de repente está aparecendo, principalmente agora, com o Sr. Cachoeira: é tanto para lá, é tanto para cá. Mas a forma tradicional, antiética e imoral do troca-troca é: "Eu te dou um cargo aqui, e eu te apoio ali".

E parece que é o que foi feito.

A Senhora Presidenta está no auge do seu prestígio. E eu vejo com muito respeito a Senhora Presidenta. Não tenho nenhuma intimidade com Sua Excelência, não participo de nenhum tipo de atividade com ninguém de seu Governo, mas aqui estou sempre disposto a dar apoio e a reconhecer o esforço que Sua Excelência faz no sentido do andamento.

Acho que foi difícil a posição de Sua Excelência na questão do Paraguai. Difícil! Acho que o Itamaraty não agiu como deveria. Sou informado agora de que o Embaixador do Brasil no Paraguai teria informado dez vezes ao Itamaraty o que estaria acontecendo na véspera de acontecer. A Presidenta ficou sabendo pelo jornal, depois de ter acontecido. Mas se saiu bem a Presidenta, acho que agiu com competência. Acendeu uma vela para Deus, uma vela para... Saiu o Paraguai, mas não em definitivo. Há uma garantia de que vai vir eleição, tanto que, se não vier a eleição no prazo previsto, ele sairá em definitivo. Aproveitou que o Paraguai não está, numa atitude sobre a qual há uma interrogação com relação a ela, sobre o que é, e sobre o que não é, e admitiu a entrada da Venezuela, que o Brasil já tinha aprovado – nós, Congresso brasileiro, inclusive; que a Argentina já tinha aprovado – e o Congresso argentino, inclusive; que o Uruguai já tinha aprovado – e o Congresso uruguaio inclusive; mas que o Senado paraguaio não tinha aprovado. Por isso, não entraram.

Então, aproveitou-se dessa situação. O Governo paraguaio está protestando. Como o Paraguai está suspenso, está fora, entra a Venezuela para o Mercosul, independentemente do apoio do Senado paraguaio. A Venezuela e o Sr. Chávez estavam na véspera de um rompimento de fornecimento de petróleo, e ia come-

çar uma briga de intercâmbio. Ela solicitou, e Chávez concordou em não fazer isso.

Mas a Senhora Presidenta devia dizer uma palavra sobre essa afirmativa do Sr. Ministro reconhecendo que houve negociação não em dinheiro, mas de cargo para o PP apoiar o PT em São Paulo.

É interessante: as pesquisas colocam o Senado muito em situação humilhante, e o Judiciário também; e, pela primeira vez na história, quem está subindo é a Presidenta. Ela! Ela, pessoalmente; seu estilo de governo, como ela está governando. "Como o senhor acha da forma como ela está governando?" O povo acha ótimo, na sua maioria.

Isso é importante, e, na minha opinião, a Presidenta tem feito por merecer. Mas há momentos em que a posição deve ser tomada. E precisa ser tomada.

Quando a Presidenta diz que não vai se meter nas eleições no primeiro turno, porque são vários os partidos que apoiam, e eles estão divididos para lá e para cá... No Rio Grande do Sul, são quatro candidatos, e os quatro apoiam o Governo da Presidenta Dilma.

Eu acho que ela está correta: não tem por que se meter, não tem por que se meter. E São Paulo não é diferente, e o Sr. Maluf também não é diferente.

Vamos ver esses dias. Vamos ver se nós entramos nesse recesso, se é que ele é necessário. Podemos até abrir mão dele. Vamos olhar para o Supremo, que teve uma grande vitória. Eu vim a esta tribuna e bati na mesa, confiando que o Sr. Ministro revisor haveria de dar o voto, o seu voto no momento exato, para não trancar a votação da matéria do mensalão, e, naquele dia, exatamente naquele, ao final daquele dia, S. Exª entregou. Entregou o seu voto, e, entregando o seu voto, o mensalão vai ser votado, no momento exato como deve ser votado.

Que bom que isso vai acontecer. Que bom, Sr. Presidente, que o Supremo vai votar! E que possamos encerrar essa triste situação, dolorosa, mas que considero importante.

Por isso, vamos todos aguardar a nossa comissão, a nossa CPI amanhã, e vamos fazer a convocação, que nós esperamos.

Com relação à Presidenta, que ela siga no seu rumo, resistindo ao troca-troca; que a governabilidade que ela tem que praticar – porque não há maioria sem uma composição de vários partidos – que ela o faça. Mas sem que isso signifique o triste troca-troca.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, nesta hora e neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Agora, com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, pela Liderança do PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Desculpe-me: declino deste para amanhã, em melhor momento e oportunidade. Eu lhe agradeço.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2012

Obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei visa articular os programas federais de concessão de bolsas de estudos para a educação superior com as redes públicas de educação básica.

Art. 2º O estudante beneficiário de bolsa de estudos custeada com recursos públicos federais fica obrigado a prestar serviços de divulgação, formação e informação científicas e educacionais, de no mínimo quatro horas semanais, em estabelecimentos públicos de educação básica.

Art. 3º Caberá aos órgãos federais competentes, em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de educação, regulamentar e definir as formas de participação dos bolsistas nas atividades das escolas.

Art. 4º Os bolsistas no exterior cumprirão o compromisso quando do retorno ao Brasil, durante período igual ao de duração da bolsa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Se o Brasil quiser superar o modelo de ilhas de excelência, transformando-se em um efetivo continente do Conhecimento, precisará promover o gosto e a iniciação científica. Esse ideal só será realidade se, desde a infância, os pequenos brasileiros conhecerem cientistas, tendo a oportunidade de ouvi-los, aprender com eles e admirá-los.

Nossa cultura faz com que, desde muito cedo, as crianças saibam tudo de profissionais da música e dos esportes. Contudo, poucas são as que se interessam pela ciência. Muitas não veem, não ouvem, nem sabem o nome de um único de nossos cientistas.

Hoje, temos dezenas de milhares de cientistas em formação, como bolsistas, a um custo de milhões de

reais por ano, financiados por órgãos do governo, em suma, pela sociedade brasileira. Com o recém-editado programa "Ciência sem Fronteira" este número é acrescido de mais 75 mil bolsistas, passando o investimento na área a contar com quase 800 milhões por ano.

Não temos dúvida de que o Brasil ganhará muito se esses bolsistas, durante seus cursos realizados no Brasil, ou após a realização de estudos no exterior, forem aproveitados como divulgadores científicos entre a jovem população que frequenta nossas escolas de educação básica.

Os bolsistas do Programa Universidade para Todos, o PROUNI, deverão igualmente ser aproveitados entre aqueles que não forem da área de ciência, como alfabetizadores de adultos ou estagiários em escolas de educação básica. Essa seria uma forma de envolvê-los, no futuro, com as demandas dessas escolas, tornando-se agentes de sua transformação.

Acredito, senhores Senadores e senhoras Senadoras, que a aplicação desta medida – inspirada por uma fala do famoso físico, astrônomo e cosmólogo brasileiro Marcelo Gleiser, no dia 14 de junho de 2012, durante o seminário "Caminhos para a Inovação", promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta Casa – poderá contribuir para que o Brasil seja alçado à condição de sociedade do conhecimento, superando a expectativa de mera sociedade de consumo.

Por essas razões, pedimos o seu apoio à aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) –A Presidência recebeu o **Aviso nº 38, de 2012** (nº 65/2012, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 65/2012-BCB

Brasília, 28 de junho de 2012

Assunto: Demonstrativo das emissões do real

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de maio de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente, – **Alexandre Antonio Tombini**, Presidente.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo ao Aviso 65/2012 - BCB, de 28 de junho de 2012

Demonstrativo das emissões do real – Mês de maio de 2012

I. A base monetária restrita e a emissão;

II. A base monetária ampliada;

III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador;

IV. Os meios de pagamento amplos;

V. Anexos.

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária atingiu R$190,1 bilhões em maio, após crescimentos de 0,3% no mês e 7% em doze meses, resultante do aumento mensal de 0,3% no papel-moeda emitido e da estabilidade no saldo de reservas bancárias.

Demonstrativo de emissões do real

Maio - 2012

Discriminação	R$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 2º trimestre/2012[1/] (Voto CMN nº 20/2012)	224,30
B - Emissão monetária realizada[2/]	190,08
b.1 - Usos[2/]	190,08
b.1.1 Papel-moeda emitido	148,01
b.1.2 Reservas bancárias	42,08
b.2 - Fontes	190,08
b.2.1 Saldos em 30.04.2012	193,18
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	148,23
b.2.1.2 Reservas bancárias	44,96
b.2.2 Fluxos em maio/2012[3/]	-3,10
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	0,02
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-2,03
b.2.2.3 Operações com o setor externo	1,95
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-3,05
C - Saldo de emissão (A - B)	34,22
D - Reservas Internacionais disponíveis	753,12
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	224,30
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	528,82

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual Mês	Variação percentual 12 meses	Reservas bancárias	Variação percentual Mês	Variação percentual 12 meses	Base monetária	Variação percentual Mês	Variação percentual 12 meses
2010 Jan	124 317	-3,0	16,0	41 072	4,7	17,9	165 388	-1,2	16,4
Fev	123 046	-1,0	18,0	38 833	-5,4	23,1	161 879	-2,1	19,2
Mar	119 571	-2,8	18,3	39 150	0,8	26,0	158 721	-2,0	20,1
Abr	119 462	-0,1	17,6	40 867	4,4	32,7	160 329	1,0	21,1
Mai	119 764	0,3	16,9	40 133	-1,8	24,0	159 897	-0,3	18,6
Jun	121 275	1,3	16,9	40 776	1,6	25,6	162 051	1,3	18,9
Jul	123 287	1,7	17,5	43 087	5,7	28,6	166 374	2,7	20,2
Ago	125 318	1,6	18,0	43 308	0,5	33,3	168 625	1,4	21,6
Set	128 941	3,7	17,8	43 028	-0,6	23,4	172 969	2,6	19,2
Out	132 105	1,7	18,4	44 838	4,2	31,8	176 942	2,3	21,6
Nov	133 093	0,7	17,1	44 741	-0,2	27,9	177 834	0,5	19,6
Dez	148 054	11,2	15,5	49 335	10,3	25,7	197 388	11,0	17,9
2011 Jan	142 414	-3,8	14,6	49 633	0,6	20,8	192 047	-2,7	16,1
Fev	137 584	-3,4	11,8	46 293	-6,7	19,2	183 877	-4,3	13,6
Mar	135 529	-1,5	13,3	45 235	-2,3	15,5	180 765	-1,7	13,9
Abr	135 515	-0,0	13,4	44 411	-1,8	8,7	179 926	-0,5	12,2
Mai	133 636	-1,4	11,6	43 967	-1,0	9,6	177 603	-1,3	11,1
Jun	135 309	1,3	11,6	44 716	1,7	9,7	180 026	1,4	11,1
Jul	136 425	0,8	10,7	43 530	-2,7	1,0	179 955	0,0	8,2
Ago	137 258	0,6	9,5	42 462	-2,5	-2,0	179 720	-0,1	6,6
Set	141 885	3,4	9,2	42 392	-0,2	-1,5	184 276	2,5	6,5
Out	143 731	1,3	8,8	41 740	-1,5	-6,9	185 471	0,6	4,8
Nov	144 819	0,8	8,8	42 460	1,7	-5,1	187 279	1,0	5,3
Dez	160 160	10,6	8,2	45 817	7,9	-7,1	205 977	10,0	4,4
2012 Jan	153 970	-3,8	8,1	46 614	1,7	-6,1	200 585	-2,6	4,4
Fev	151 623	-1,5	10,2	42 930	-7,9	-7,3	194 553	-3,0	5,8
Mar	147 901	-2,5	9,1	42 503	-1,0	-6,0	190 404	-2,1	5,3
Abr	147 515	-0,3	8,9	42 063	-1,0	-5,3	189 578	-0,4	5,4
Mai	148 006	0,3	10,8	42 076	0,0	-4,3	190 084	0,3	7,0

Entre os fatores condicionantes da emissão monetária, a movimentação na conta única do Tesouro Nacional foi contracionista em R$15 bilhões, enquanto as operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste da liquidez do mercado monetário, foram expansionistas em R$13,7 bilhões. O impacto dos títulos públicos refletiu compras líquidas de R$31,3 bilhões no mercado secundário e colocações líquidas de 17,6 bilhões no mercado primário.

Fatores condicionantes da base monetária
Fluxos acumulados no mês

R$ milhões

Período	Operações com o Tesouro Nacional 1/	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2010 Jan	5 879	- 18 835	3 077	- 544	0	- 10 423
Fev	- 12 286	9 978	749	242	0	1 316
Mar	2 544	82 893	5 256	- 88 317	0	2 376
Abr	- 9 077	63 586	5 409	- 62 001	0	- 2 083
Mai	- 8 052	5 114	7 387	- 388	0	4 060
Jun	177	- 1 266	3 665	- 1 635	0	941
Jul	6 097	- 1 831	2 763	4 129	0	2 900
Ago	- 6 595	10 593	7 213	- 496	0	10 714
Set	- 2 503	- 8 958	18 600	- 4 379	0	2 759
Out	1 796	- 11 612	12 949	- 1 700	0	1 433
Nov	- 6 304	8 308	4 209	- 5 162	0	1 051
Dez	- 22 880	111 544	4 276	- 64 572	0	28 368
2011 Jan	16 919	- 35 551	13 502	- 8 164	- 12	- 13 306
Fev	- 18 839	- 6 037	15 238	1 505	193	- 7 940
Mar	- 13 093	- 7 127	14 783	- 660	408	- 5 688
Abr	- 9 856	- 6 175	9 771	- 1 855	922	- 7 193
Mai	- 15 696	11 438	7 158	2 929	- 256	5 572
Jun	- 5 682	12 726	3 912	- 902	355	12 213
Jul	- 7 600	- 5 442	10 505	- 5 999	125	- 8 412
Ago	- 20 183	13 887	7 932	- 4 446	- 4	- 2 814
Set	- 9 101	25 737	775	- 5 979	- 2 213	9 219
Out	- 5 390	9 936	217	- 5 242	44	- 436
Nov	- 19 165	11 895	1 061	1 048	- 236	- 5 398
Dez	- 17 945	44 910	304	4 329	- 32	31 564
2012 Jan	6 232	- 22 620	193	13 911	185	- 2 099
Fev	- 23 613	- 16 425	1 576	17 730	84	- 20 647
Mar	- 9 071	- 14 681	17 719	16 844	- 344	10 467
Abr	- 10 291	- 16 142	13 467	4 325	- 132	- 8 772
Mai	- 14 994	13 738	2 224	- 1 963	- 526	- 1 521

1/ Não inclui operações com títulos

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada alcançou R$2.777 bilhões, apresentando elevação de 0,4% no mês e de 9,3% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária ampliou 0,5%, totalizando R$2.256 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais[1]			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional					
		Remunerados[2]	Não remunerados[3]	Posição de carteira	Financiamento[4]	Total		Mês	12 meses
2010 Jan	155 650	61 463	2 323	1351 778	508 708	1860 486	2079 923	1,4	16,0
Fev	154 334	61 703	2 355	1393 823	471 719	1865 542	2083 934	0,2	15,7
Mar	156 710	150 625	2 473	1398 035	404 767	1802 803	2112 611	1,4	15,8
Abr	154 627	213 960	2 413	1492 458	334 849	1827 317	2198 317	4,1	20,1
Mai	158 687	216 038	2 327	1518 959	326 904	1845 864	2222 916	1,1	20,5
Jun	159 628	219 364	2 335	1515 642	350 729	1866 371	2247 698	1,1	18,3
Jul	162 528	225 481	2 292	1507 843	375 898	1883 741	2274 042	1,2	16,8
Ago	173 243	235 002	3 565	1524 448	362 606	1887 054	2298 864	1,1	15,4
Set	176 002	241 400	3 690	1533 217	377 688	1910 905	2331 997	1,4	15,5
Out	177 435	245 048	3 939	1550 867	388 815	1939 482	2365 804	1,4	16,1
Nov	178 486	252 681	3 696	1575 247	375 655	1950 902	2385 764	0,8	16,7
Dez	206 853	319 876	3 832	1605 139	259 248	1864 387	2394 948	0,4	16,7
2011 Jan	193 547	331 495	3 493	1542 312	375 235	1917 548	2446 083	2,1	17,6
Fev	185 607	333 181	3 588	1586 853	359 509	1946 362	2468 738	0,9	18,5
Mar	179 919	336 920	3 730	1610 614	366 811	1977 425	2497 954	1,2	18,2
Abr	172 725	341 841	3 646	1654 255	350 516	2004 771	2522 983	1,0	14,8
Mai	178 298	342 623	3 602	1666 182	349 525	2015 706	2540 229	0,7	14,3
Jun	190 511	344 629	3 695	1731 282	321 540	2052 822	2591 657	2,0	15,3
Jul	182 099	353 656	3 665	1662 527	416 237	2078 764	2618 184	1,0	15,1
Ago	179 285	354 197	4 124	1693 674	392 615	2086 289	2623 895	0,2	14,1
Set	188 505	363 047	4 227	1724 998	357 365	2082 363	2638 142	0,5	13,1
Out	188 069	370 109	4 274	1733 343	359 630	2092 973	2655 425	0,7	12,2
Nov	182 671	370 832	4 215	1753 748	349 230	2102 978	2660 696	0,2	11,5
Dez	214 235	389 180	4 255	1783 258	311 869	2095 128	2682 798	0,8	12,0
2012 Jan	212 136	356 993	3 910	1719 941	424 504	2144 445	2717 485	1,3	11,1
Fev	191 489	341 760	4 058	1755 365	428 364	2183 729	2721 036	0,1	10,2
Mar	201 956	325 975	4 001	1766 095	451 119	2217 214	2749 146	1,0	10,1
Abr	193 184	323 157	3 958	1777 694	467 673	2245 367	2765 666	0,6	9,6
Mai	191 663	324 920	4 053	1816 478	439 544	2256 022	2776 658	0,4	9,3

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC.
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédio rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia, do DEMAB (-) oversold (+) undersold e posições da Res. nº 2308, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

Os meios de pagamento restritos (M1) alcançaram saldo médio diário de R$258,9 bilhões, assinalando incrementos de 0,3% no mês e 3,6% em doze meses. Nessas bases de comparação, o saldo médio do papel-moeda em poder do público variou 0,4% e 10,9% e os depósitos à vista, 0,2% e -1,9%.

Meios de pagamento (M1) e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2010 Jan	100 492	-2,7	15,7	135 157	-1,4	10,7	235 649	-2,0	12,7
Fev	98 671	-1,8	17,4	131 138	-3,0	14,3	229 808	-2,5	15,6
Mar	96 822	-1,8	18,2	130 512	-0,5	16,2	227 434	-1,0	17,0
Abr	96 649	-0,3	17,6	132 563	1,6	16,5	229 212	0,8	16,9
Mai	97 232	0,6	17,0	134 246	1,3	17,2	231 478	1,0	17,1
Jun	98 391	1,2	16,9	135 885	1,2	17,0	234 275	1,2	16,9
Jul	100 329	2,0	17,7	138 244	1,7	16,9	238 573	1,8	17,2
Ago	101 968	1,6	18,4	138 448	0,1	19,0	240 416	0,8	18,8
Set	105 576	3,5	18,2	141 578	2,3	19,1	247 154	2,8	18,7
Out	106 553	0,9	18,9	145 356	2,7	19,5	251 909	1,9	18,2
Nov	107 486	0,9	17,3	145 783	0,3	18,1	253 268	0,5	17,8
Dez	119 598	11,3	15,8	160 034	9,8	16,7	279 632	10,4	16,3
2011 Jan	115 342	-3,6	14,8	152 901	-4,5	13,1	268 242	-4,1	13,8
Fev	111 424	-3,4	12,9	145 814	-4,6	11,2	257 239	-4,1	11,9
Mar	108 998	-2,2	12,5	143 668	-1,5	10,1	252 666	-1,8	11,1
Abr	108 816	-0,2	12,6	142 524	-0,8	7,5	251 340	-0,5	9,7
Mai	108 017	-0,7	11,1	141 805	-0,5	5,6	249 823	-0,6	7,9
Jun	109 354	1,2	11,1	141 929	0,1	4,4	251 283	0,6	7,3
Jul	110 567	1,1	10,2	142 885	0,7	3,4	253 452	0,9	6,2
Ago	110 962	0,4	8,8	139 511	-2,4	0,8	250 473	-1,2	4,2
Set	113 912	2,7	7,9	139 459	0,0	-1,5	253 371	1,2	2,5
Out	114 858	0,8	7,8	140 856	1,0	-3,1	255 714	0,9	1,5
Nov	115 942	0,9	7,9	139 292	-1,1	-4,5	255 234	-0,2	0,8
Dez	129 053	11,3	7,9	151 438	8,7	-5,4	280 491	9,9	0,3
2012 Jan	124 375	-3,6	7,8	144 973	-4,3	-5,2	269 348	-4,0	0,4
Fev*	121 778	-2,1	9,3	139 537	-3,7	-4,3	261 315	-3,0	1,6
Mar*	119 748	-1,7	9,9	137 543	-1,4	-4,3	257 291	-1,5	1,8
Abr*	119 368	-0,3	9,7	138 741	0,9	-2,7	258 109	0,3	2,7
Mai*	119 790	0,4	10,9	139 075	0,2	-1,9	258 865	0,3	3,6

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se constante em 1,36 no mês de maio.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário[1/]

Média dos saldos nos dias úteis

Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2010 Jan	0,43	0,57	0,18	0,30	1,42
Fev	0,43	0,57	0,19	0,30	1,42
Mar	0,43	0,57	0,17	0,30	1,43
Abr	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43
Mai	0,42	0,58	0,17	0,30	1,45
Jun	0,42	0,58	0,17	0,30	1,45
Jul	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43
Ago	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43
Set	0,43	0,57	0,17	0,30	1,43
Out	0,42	0,58	0,18	0,31	1,42
Nov	0,42	0,58	0,18	0,31	1,42
Dez	0,43	0,57	0,18	0,31	1,42
2011 Jan	0,43	0,57	0,18	0,32	1,40
Fev	0,43	0,57	0,18	0,32	1,40
Mar	0,43	0,57	0,18	0,31	1,40
Abr	0,43	0,57	0,19	0,31	1,40
Mai	0,43	0,57	0,18	0,31	1,41
Jun	0,44	0,56	0,18	0,32	1,40
Jul	0,44	0,56	0,18	0,30	1,41
Ago	0,44	0,56	0,19	0,30	1,39
Set	0,45	0,55	0,20	0,30	1,37
Out	0,45	0,55	0,20	0,30	1,38
Nov	0,45	0,55	0,21	0,30	1,36
Dez	0,46	0,54	0,21	0,30	1,36
2012 Jan	0,46	0,54	0,20	0,32	1,34
Fev	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Mar	0,47	0,53	0,20	0,31	1,35
Abr	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Mai	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36

1/ Onde

C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista
R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
CX - Encaixe de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos para investimentos, depósitos de poupança e títulos privados, registraram variação de 1,6% em maio, totalizando R$1,6 trilhão. Esse resultado refletiu os avanços de 1,8% no saldo de títulos privados, que atingiu R$934,2 bilhões, e de 1,9% nos depósitos de poupança, que somaram R$442,5 bilhões. No mês, foram registradas captações líquidas de R$6,3 bilhões em poupança e de R$4,9 bilhões em títulos privados.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, totalizou R$3,3 trilhões, após expansão mensal de 1,1%, para a qual contribuiu o crescimento de 0,7% no saldo das quotas de fundos de renda fixa, que somou R$1,5 trilhão. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, apresentou elevações de 1,6% no mês e 18,6% nos últimos doze meses, alcançando R$3,8 trilhões.

Meios de pagamento ampliados
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	M1	Depósitos		Títulos privados[1/]	M2	Quotas de fundos de renda fixa[2/]	Operações compromissadas com títulos federais[3/]	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual	
		para investimento	de poupança								No mês	Em 12 meses
2010 Jan	227 475	3 100	323 909	591 945	1 146 429	944 503	104 053	2 194 984	401 416	2 596 400	-0,4	16,2
Fev	225 060	3 118	326 604	595 186	1 149 968	954 616	97 860	2 202 445	417 407	2 619 851	0,9	16,4
Mar	229 297	3 123	328 636	601 584	1 162 640	973 064	97 873	2 233 577	427 553	2 661 130	1,6	17,1
Abr	228 663	3 139	331 852	594 855	1 158 509	982 273	86 422	2 227 204	428 325	2 655 529	-0,2	16,0
Mai	231 206	3 133	335 901	602 022	1 172 262	993 111	88 470	2 253 844	439 239	2 693 083	1,4	16,0
Jun	234 717	3 192	341 890	611 355	1 191 153	1 010 200	82 204	2 283 556	456 252	2 739 808	1,7	17,0
Jul	235 838	3 010	350 692	612 467	1 202 008	1 028 875	90 976	2 321 859	454 502	2 776 360	1,3	16,0
Aug	242 749	2 961	354 496	626 278	1 226 484	1 046 861	97 102	2 370 446	467 922	2 838 369	2,2	16,7
Set	248 742	3 199	361 242	642 444	1 255 627	1 082 761	89 355	2 427 742	515 296	2 943 038	3,7	18,6
Out	249 714	3 288	365 720	649 555	1 266 276	1 111 383	87 945	2 467 604	490 347	2 957 951	0,5	17,5
Nov	259 165	3 326	371 210	666 575	1 300 276	1 116 498	79 555	2 496 328	491 636	2 987 964	1,0	17,1
Dez	281 876	3 251	379 604	697 658	1 362 389	1 116 779	70 571	2 549 739	490 756	3 040 495	1,8	16,7
2011 Jan	257 449	3 457	382 044	705 081	1 348 031	1 138 659	67 708	2 554 397	490 367	3 044 764	0,1	17,3
Fev	254 481	3 248	383 334	726 469	1 367 533	1 162 776	77 594	2 607 903	500 116	3 108 018	2,1	18,6
Mar	251 849	3 374	385 733	752 983	1 393 939	1 188 816	60 588	2 643 344	497 833	3 141 177	1,1	18,0
Abr	248 312	2 084	386 123	765 300	1 401 820	1 200 868	57 372	2 660 060	506 738	3 166 798	0,8	19,3
Mai	249 576	574	387 047	789 978	1 427 174	1 213 139	58 139	2 698 452	513 187	3 211 639	1,4	19,3
Jun	253 840	216	389 559	810 383	1 453 998	1 220 080	58 626	2 732 704	513 526	3 246 230	1,1	18,5
Jul	252 615	211	398 006	823 812	1 474 644	1 235 123	73 632	2 783 398	497 868	3 281 266	1,1	18,2
Ago	248 391	251	402 719	849 477	1 500 839	1 262 029	74 745	2 837 613	508 278	3 345 891	2,0	17,9
Set	255 033	237	409 311	866 512	1 531 092	1 279 760	69 329	2 880 181	501 545	3 381 726	1,1	14,9
Out	252 814	18	412 718	872 469	1 538 019	1 297 696	67 833	2 903 549	514 367	3 417 915	1,1	15,6
Nov	261 200	7	414 983	892 840	1 569 029	1 327 754	52 143	2 948 926	511 918	3 460 844	1,3	15,8
Dez	285 377	1	420 873	911 229	1 617 480	1 326 322	86 479	3 030 280	519 973	3 550 253	2,6	16,8
2012 Jan	259 833	2	423 262	908 705	1 591 803	1 365 116	128 650	3 085 569	514 019	3 599 589	1,4	18,2
Fev*	256 253	3	425 054	917 683	1 598 993	1 387 554	134 724	3 121 271	523 199	3 644 470	1,2	17,3
Mar*	256 797	3	429 861	926 970	1 613 631	1 448 611	124 290	3 186 532	532 157	3 718 688	2,0	18,4
Abr*	257 988	6	434 077	917 890	1 609 960	1 480 592	125 366	3 215 918	531 842	3 747 760	0,8	18,3
Mai*	258 891	0	442 530	934 223	1 635 645	1 490 743	125 568	3 251 957	556 190	3 808 147	1,6	18,6

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias.

2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* Dados preliminares

V – Anexo

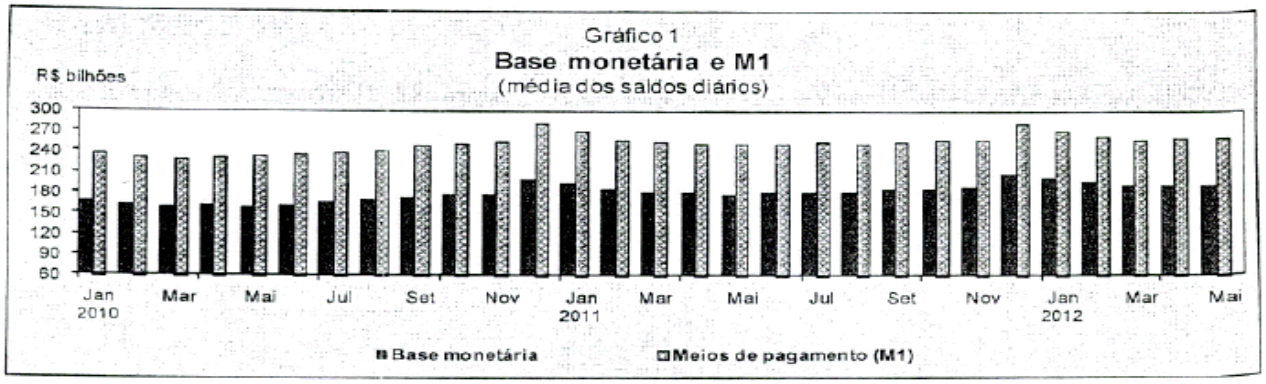


Gráfico 1
Base monetária e M1
(média dos saldos diários)
R$ bilhões
300
270
240
210
180
150
120
90
60
Jan 2010
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2011
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2012
Mar
Mai
Base monetária
Meios de pagamento (M1)

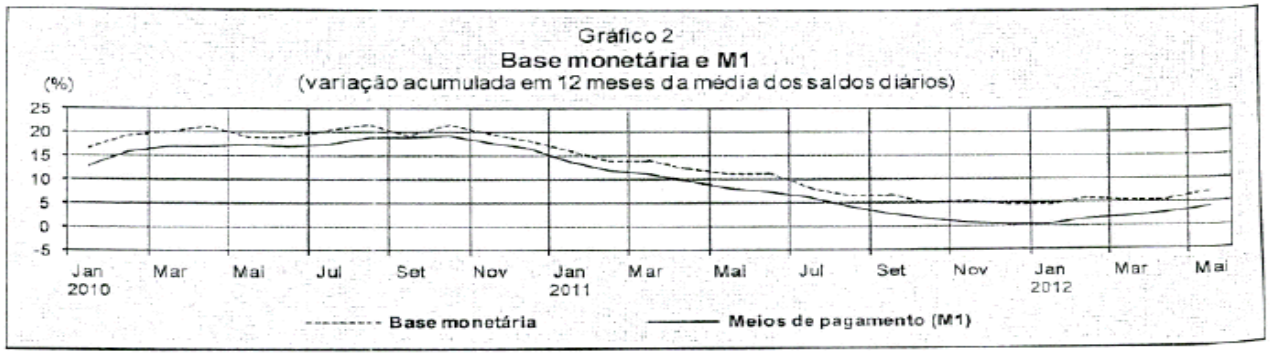


Gráfico 2
Base monetária e M1
(variação acumulada em 12 meses da média dos saldos diários)
(%)
25
20
15
10
5
0
-5
Jan 2010
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2011
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2012
Mar
Mai
Base monetária
Meios de pagamento (M1)

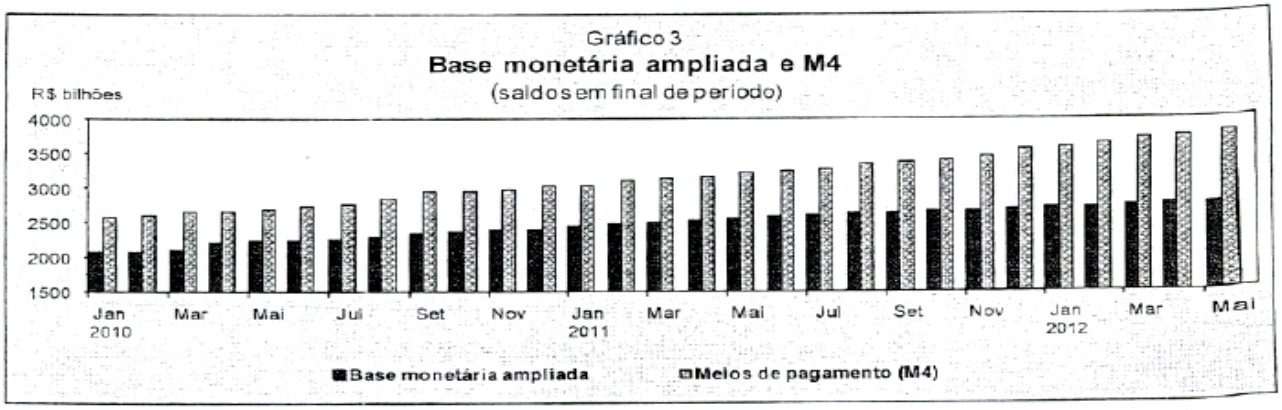


Gráfico 3
Base monetária ampliada e M4
(saldos em final de período)
R$ bilhões
4000
3500
3000
2500
2000
1500
Jan 2010
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2011
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2012
Mar
Mai
Base monetária ampliada
Meios de pagamento (M4)

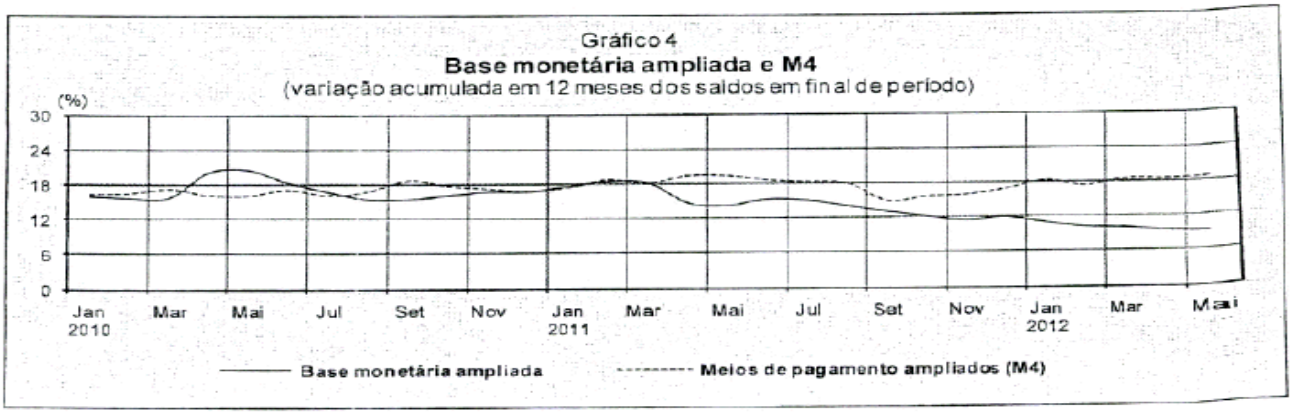


Gráfico 4
Base monetária ampliada e M4
(variação acumulada em 12 meses dos saldos em final de período)
(%)
30
24
18
12
6
0
Jan 2010
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2011
Mar
Mai
Jul
Set
Nov
Jan 2012
Mar
Mai
Base monetária ampliada
Meios de pagamento ampliados (M4)

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de

exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivaticos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural;

e

- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O **Aviso nº 38, de 2012**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Mário Couto, Alvaro Dias, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, "O ponto fraco de homens fortes", publicada pela revista *Veja* em sua edição de 15 de fevereiro de 2012.

A matéria destaca que a advogada Christiane Araújo deu um depoimento revelando uma história cheia de ingredientes picantes que mistura sexo e poder entre os homens fortes do poder do PT.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

O ponto fraco de homens fortes

Uma reportagem especial desta edição de VEJA tomou sua forma final depois que os repórteres da revista tiveram acesso ao conteúdo de um vídeo e um áudio gravados durante depoimentos da advogada Christiane Araújo de Oliveira ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal em Brasília. Os depoimentos duraram quase oito horas. Destas, duas horas foram registradas em vídeo, prática a que os promotores recorrem apenas quando o teor do que está sendo narrado se mostra de tal forma explosivo e revelador que eles acham necessário ter uma prova cabal de que não houve nenhum tipo de coerção sobre o depoente. No caso de Christiane Araújo de Oliveira, a precaução dos procuradores do Distrito Federal foi providencial. Com segurança, entremeada por algumas poucas demonstrações de nervosismo, ela narrou em detalhes uma etapa de sua vida que somente alguns amigos muito íntimos conheciam, mesmo assim em parte.

É uma história cheia de ingredientes picantes que mistura sexo e poder, atinge seu ápice no fim do governo Lula e invade a campanha da presidente Dilma Rousseff. Christiane foi exonerada do governo de transição de Lula para Dilma em novembro de 2010, quando se descobriu que ela era ré em duas ações por improbidade na Justiça de Alagoas, no bojo de um processo que investigava desvio de verbas na Saúde, escândalo que ficou popularmente conhecido como máfia dos sanguessugas.

As revelações feitas pela advogada às autoridades mostram as artimanhas que os mafiosos que se abastecem de dinheiro público usam para influir em decisões nos altos escalões da República, obter favores e até indicar criminosos para cargos de confiança. É um retrato íntimo da "Brasilha da Fantasia", terra encantada que se rege pela ética torta de que ser pego com a boca na botija em um escândalo de corrupção só é pecado se as forças políticas dominantes acharem que lhes convém punir o desviante. Como explicar a influência de Christiane no mundo oficial? Entre outras razões, não se podem ignorar seus encantos femininos. Essa atração primeva da mítica Eva, da histórica Cleópatra, da espiã Mata Hari ou da cortesã Christine Keeler que atinge o ponto fraco de homens fortes. Nos depoimentos de Christiane fica evidente o clássico padrão do uso da sedução em troca de favores e atos administrativos de interesse da quadrilha de corruptos para a qual ela trabalhava. Em respeito aos leitores e à privacidade dos envolvidos e de suas famílias, a reportagem de VEJA não entra em detalhes de alcova dos episódios narrados pela advogada. Já há imoralidade suficiente nos resultados da ofensiva de charme de Christiane sobre os poderosos de Brasília.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do Ex-Presidentre da República, Fernando Henrique Cardoso, intitulado: "Ainda as privatizações", publicado pelo jornal *O Globo* em sua edição de 04 de março de 2012.

Segundo o autor, não basta fazer concessões e privatizar. É preciso fazê-las com critérios pré-definidos, elaborar editais claros, exigir que se cumpram as cláusulas das licitações e evitar que as agências reguladoras se transformem em balcões partidários.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ainda as privatizações

Esperemos para julgar o que ocorrerá com os aeroportos

As recentes e tardias decisões do governo federal de enfrentar o péssimo estado da infraestrutura aeroportuária deram margem a loas por parte de quem conhece a precariedade de nossos aeroportos e a justificativas envergonhadas por parte de dirigentes petistas segundo os quais "concessões" não são "privatizações", como se ambas não fossem modalidades do mesmo processo.

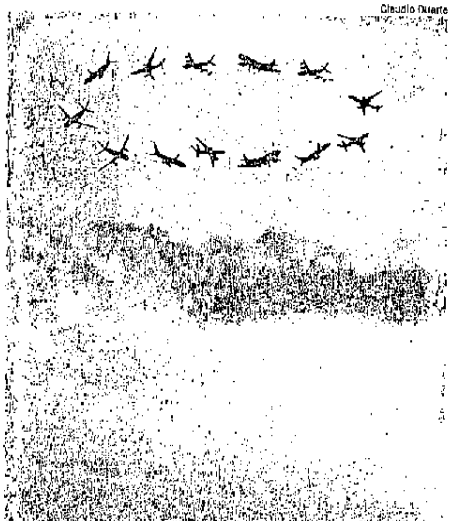
Passados tantos anos das primeiras privatizações de empresas e concessões de serviços públicos e dada a sua continuidade em governos controlados por partidos que se opunham ferozmente a elas, a relevância ideológica da discussão é marginal. Só o oportunismo eleitoral pode explicar por que insistem em um tolo debate que sustenta ser "patriótico" manter sob controle estatal um serviço público, ao passo que o conceder à iniciativa privada, com ou sem a venda da propriedade, é coisa de "entreguista".

Esvaziar o Estado de funções econômicas não passou pela cabeça dos constituintes, nem dos congressistas ou dos governos que regulamentaram ou modificaram a Constituição para adequá-la às transformações da realidade produtiva. Ainda no final dos anos 80, houve privatização de empresas de menor importância que se haviam tornado estatais porque o Estado as tinha salvado da falência, nas chamadas operações-hospital do BNDES. No começo dos anos 90, já regulamentadas em lei, as privatizações ganharam corpo. Alcançaram, por exemplo, o obsoleto parque siderúrgico do país, que desde então passou por imensa modernização, com apoio do BNDES, já não mais na função de socorrer empresas falidas, mas de promover a atualização do setor produtivo. Na segunda metade dos anos 90, quando se tratou de atrair o capital privado para fazer os investimentos que o Estado já não mais podia fazer na oferta de telecomunicações, energia, petróleo etc., flexibilizaram-se monopólios estatais e criaram-se as agências reguladoras para assegurar a competição nesses setores, evitando o surgimento de monopólios privados. O governo atuou não apenas para aumentar a concorrência nos leilões — e, portanto, o ágio recebido pelo Tesouro — mas também para apoiar, por meio do BNDES, o investimento privado que se seguiu à desestatização.

No caso do petróleo, depois da quebra do monopólio, em 1997, a Petrobras se transformou em uma verdadeira empresa moderna, menos sujeita a influências político-fisiológicas, que, hoje, se insinuam novamente. Diziam que o governo queria privatizá-la, quando, na verdade, estava comprometido em fortalecê-la. Mantida sob o controle da União, mas submetida à competição, tornou-se uma das cinco maiores petrolíferas do mundo. A participação acionária do setor privado na companhia, existente desde o período Vargas, foi ampliada, inclusive com a possibilidade de uso do FGTS para a compra de ações por parte dos trabalhadores. As contas da empresa tornaram-se mais transparentes para o governo e para a sociedade. A quebra do monopólio veio acompanhada de uma política de indução ao investimento local na indústria do petróleo, com a fixação de percentuais de conteúdo nacional já nas primeiras licitações realizadas pela ANP. Medida adotada, no entanto, com o equilíbrio necessário para evitar aumento nos custos dos equipamentos e atrasos em sua produção, como agora se verifica.

Nas telecomunicações, houve uma combinação de privatização e concessão de serviços. No caso da telefonia celular, poucos foram os ativos transferidos, pois ela praticamente inexistia no Brasil. Estamos vendendo vento, brincava Sérgio Mota, então ministro das Comunicações, que sonhava com o dia em que celulares seriam vendidos em todo canto. Pena ter morrido antes de ver seu sonho realizado. Hoje no Brasil existem mais celulares do que habitantes. Na desestatização do grupo Telebrás, houve transferência de ativos. A divisão da holding em várias empresas foi classificada de esquartejamento, quando pretendia assegurar a competição no setor. Graças a esse novo ambiente e às regras estabelecidas pelo governo, as empresas privatizadas foram obrigadas a fazer pesados investimentos para acompanhar os avanços tecnológicos e ampliar o acesso às linhas, inclusive à internet, deixando-nos sem saudades do antiquado sistema de telefonia pré-privatização.

Já no caso da Vale do Rio Doce, assim como da Embraer, houve privatização pura e simples, com a ressalva de que, nesta última empresa, o governo manteve uma golden share, com direito a veto, e o BNDES adquiriu e manteve uma posição importante, de cerca de 20%, no controle da mineradora. Para não falar na participação dos fundos de pensão das empresas estatais. Na privatização da Vale, os críticos diziam que o governo estava alienando o subsolo nacional — uma afirmação descabida, já que este era e continuou a ser propriedade da União, conforme manda a Constituição. Falavam também que a empresa terminaria "desnacionalizada", com número menor de empregos — retórica que os fatos posteriores desmentem sem margem à contestação. Ainda se escutam murmúrios do surrado argumento de que a mineradora, que hoje vale muito mais do que o bom preço por ela pago à época, foi vendida por valor vil (não foi o que se viu no leilão, vencido por um grupo nacional que pusou no preço bem mais do que o considerado razoável pelos demais concorrentes). Ora, se hoje a Vale tem um valor em bolsa da ordem de US$ 100 bilhões, é porque, liberta das amarras estatais, pôde chegar aonde chegou.


Cláudio Duarte

Os que criticam as privatizações são os mesmos que se gabam dessas empresas e de sermos hoje a quinta economia do mundo. Esquecem-se de que isso se deve em muito ao que sempre criticaram: além das privatizações, o Plano Real, o Proer, a Lei de Responsabilidade Fiscal, enfim, a modernização do Estado e da economia. Mas atenção: não basta fazer concessões e privatizar. É preciso fazê-las com critérios pré-definidos, elaborar editais claros, exigir que se cumpram as cláusulas das licitações e evitar que as agências reguladoras se transformem em balcões partidários. Esperemos para julgar o que ocorrerá com os aeroportos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, "Investigação contra Ministro Mantega foi aberta e depois suspensa", publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em sua edição de 03 de abril de 2012.

A matéria destaca que quando a Procuradoria da República do Distrito Federal apurava eventual prática de improbidade administrativa pelo ministro Guido Mantega, o caso foi paralisado.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Folha S.Paulo TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2012 ★ ★ ★ poder A9

QUESTÕES EM ABERTO Investigação contra Ministro Mantega foi aberta e depois suspensa

2 Suspeitas

› O ministro manteve o economista Luiz Felipe Denucci no cargo de presidente da Casa da Moeda mesmo depois de ter sido informado de suspeitas de corrupção no órgão

4 Demissão

› Denucci só foi demitido em 28 de janeiro, após o governo descobrir que a Folha preparava reportagem sobre o caso

1 Origem

› O dinheiro seria resultado do pagamento de comissões por fornecedores da Casa da Moeda. Denucci nega as acusações

3 Offshores

› Um conjunto de documentos de uma operadora financeira em Londres apontam que, entre 2009 e 2011, empresas no exterior em nome de Denucci e sua família movimentaram cerca de R$ 50 milhões em contas no exterior

5 Investigação

› A Procuradoria da República no DF anunciou apuração por improbidade administrativa, mas recuou depois de uma decisão provisória do STF que mantinha o caso em uma instância superior

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, "Convênios para acelerar o PAC servem para contratar secretária e recepcionista", publicada pelo jornal O *Estado de S. Paulo* em sua edição de 13 de fevereiro de 2012.

A matéria destaca que em vez de se dedicar exclusivamente a fornecer técnicos para acompanhamento de obras, contratos da Fundação Ricardo Franco com a Secretaria de Portos e Dnit são usados para empregar mão de obra terceirizada para serviços administrativos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Nacional

Blog. Acesse as últimas notícias no Radar Político
estadao.com.br/e/radarpolitico

Máquina viciada. Em vez de se dedicar exclusivamente a fornecer técnicos para acompanhamento de obras, contratos da Fundação Ricardo Franco com Secretaria de Portos e Dnit são usados para empregar mão de obra terceirizada para serviços administrativos

Convênios para acelerar o PAC servem para contratar secretária e recepcionista

Fábio Fabrini / BRASÍLIA

Convênios contratados para melhorar a gestão e dar ritmo às obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão servindo de guarda-chuva para contratar funcionários administrativos terceirizados, como secretários e recepcionistas, além de assessores para cuidar de pleitos de deputados e senadores em órgãos como a Secretaria de Portos da Presidência (SEP) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Pasta com 13 servidores públicos – a maioria comissionada –, a SEP mantém em folha uma lista de funcionários da Fundação Ricardo Franco (FRF), entidade sem fins lucrativos ligada ao Instituto Militar do Exército (IME), graças a um convênio de R$ 20 milhões, assinado em outubro.

O objetivo é monitorar ações do PAC e apoiar, na área de engenharia, a execução de programas. Mas, além do pessoal técnico, funcionários trabalham no apoio administrativo em quase todos os setores do órgão, como a coordenação-geral, o protocolo e até o gabinete do secretário executivo, Mário Lima Júnior, signatário da parceria.

Embora se trate de um pacote de serviços técnicos à cargo da fundação, a entidade admite pessoal mediante indicação da Secretaria de Portos para cargos que pouco podem contribuir para a aceleração do PAC. Entre eles, constam parentes de servidores da pasta. O decreto 7.203/2010, da Presidência, proíbe a contratação, para um mesmo órgão, de familiares de funcionários públicos, mesmo quando terceirizados.

Na quarta-feira, o Estado telefonou para o escritório da fundação em Brasília como se fosse alguém procurando emprego e perguntou sobre a possibilidade de uma vaga de recepcionista, secretário ou auxiliar administrativo na SEP. "Na verdade, é a própria secretaria que encaminha, direciona os funcionários. Não é a gente que contrata", disse o funcionário da fundação.

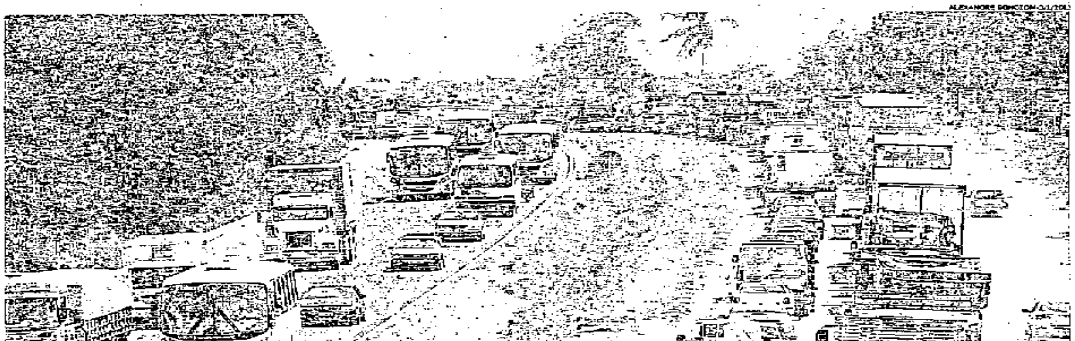
Na área responsável pelas contratações da SEP, é uma empregada de fundação, com função de secretária, quem avisa que fica mais fácil conseguir uma vaga se tiver algum conhecido já empregado. "Traz o seu currículo. Você é amigo de alguém aqui?" No gabinete do secretário executivo, vários funcionários administrativos têm vínculo com a fundação. Nos Recursos Humanos, Patrícia Ribeiro de Sousa – com cargo comissionado de assessora, segundo o Portal da Transparência – é irmã da secretária Alrenira Ribeiro de Sousa, que está na folha salarial da entidade. As duas estão na lista telefônica da pasta.

Auditoria. A Ricardo Franco também cedeu 77 funcionários ao Dnit, a título de lidar com projetos básicos e executivos de engenharia. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), concluída em janeiro, constatou que havia pessoal espalhado por inúmeros setores, como a Comissão de Licitação, a Auditoria Interna e até a Corregedoria. "Os alocados na DG (*Diretoria-Geral*) realizam trabalhos de assessoria, respondendo aos órgãos de controle e filtrando pleitos parlamentares."

"É uma espécie de barriga de aluguel. Você usa para colocar quem quiser dentro", comparou o ministro José Jorge, do TCU, ao avaliar o caso da SEP. Segundo ele, parcerias como essa, de cooperação técnico-científica, devem ser voltadas para seus objetivos específicos.

Os auditores chamam os funcionários de "quarteirizados", por causa do atípico processo de contratação. Para a execução do projeto, o Dnit repassa recursos ao Departamento de Engenharia e Construção do Exército (DEC), que o transfere à fundação, a quem cabe fornecer o pessoal. Essa operação é que é chamada de quarteirização.

O procurador do Ministério Público no TCU, Marinus Marsico, diz que vai solicitar os documentos do convênio da SEP para eventual investigação. Ele explica que, para atividades típicas de Estado, o governo é obrigado a abrir concurso. Para funções que não têm a ver com a finalidade do órgão público, como limpeza, segurança e algumas tarefas administrativas simples, admite-se a terceirização, mediante concorrência para contratação da empresa fornecedora dos serviços. "O uso generalizado das fundações tem por objetivo contornar as imposições da Lei de Licitações", observa.



Marcha lenta. Trecho em Pernambuco da BR-101, rodovia com atraso em obra do PAC: auditoria detectou desvios na contratação de terceirizados pelo Dnit

TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TC 008.912/2010-3

3.1.4.1. Os quarteirizados alocados na DG realizam trabalhos de assessoria, respondendo aos órgãos de controle e filtrando pleitos parlamentares. Ou seja, realizam atividades-meio não-críticas (do fl. 2 a fl. 4, anexo 10).

ACÓRDÃO Nº 109/2012 – TCU – Plenário

9.2. com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) que adote as providências cabíveis, informando-os ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, para sanar as seguintes irregularidades e falhas nos contratos de terceirização e consultoria e descentralizações orçamentárias:

9.2.1. desvio de funcionários das atividades objeto dos contratos e descentralizações a que estão vinculados;

Relatório. Depois de apontar irregularidades, TCU determina solução em prazo de 60 dias

DIÁLOGOS

'Você é amigo de alguém?'

Por telefone, ao falar com repórter do Estado que pergunta sobre a possibilidade de um emprego, funcionário da Fundação Ricardo Franco (FRF) confirma que a entidade contrata gente para a área administrativa da Secretaria de Portos da Presidência (SEP), mas que a indicação tem de partir da própria pasta.

Estado: Tenho uma colega que trabalha para vocês na Secretaria de Portos da Presidência e ela me disse que vocês, volta e meia, contratam pessoal para trabalhar lá. Queria ver a possibilidade...

Funcionário: Na verdade, é a própria secretaria que encaminha, direciona os funcionários. Não é a gente que contrata. É através deles.

Estado: Que tipo de vaga tem?

Funcionário: Para todas as áreas. Tanto da parte de auxiliar administrativo a engenheiro (sic). Abrange vários setores.

Estado: Tem também serviço de atendente, secretaria?

Funcionário: Seria recepcionista.

Na Secretaria de Portos, funcionária solicita currículo para avaliar contratação via fundação, mas diz que, conhecendo alguém de dentro da pasta, fica mais fácil.

Estado: Um amigo da Fundação Ricardo Franco me disse que vocês estão precisando de alguém para a área administrativa. Queria saber como faço para levar um currículo.

Funcionária: Você trabalha em qual área?

Estado: No administrativo já fiz de tudo um pouco: recepção, portaria, secretariado.

Funcionária: Faz o seguinte. Traz o seu currículo para mim. Você é amigo de alguém aqui?

Estado: Conheço mais o pessoal da fundação.

(...)

Estado: Você perguntou se eu tenho algum amigo aí... será que ajuda um pouco?

Funcionária: Com certeza.

Estado: Vale a pena conversar com alguém?

Funcionária: Até se tiver alguma indicação da fundação também é interessante. (...)

Estado: O fato é que, se tiver alguém aí dentro, pode ajudar...

Funcionária: Aha.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2012
(Proveniente da Medida Provisória nº 561, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2012, que *altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 11.578, de 26 de novembro de 2007, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 9.636, de 15 de maio de 1998, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (proveniente da Medida Provisória nº 561, de 2012).*
(Lido no Senado Federal no dia 21.06.2012)
Relator revisor: Senador Gim Argello
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.04.2012)
Prazo final prorrogado: 05.07.2012

2
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2012
(Proveniente da Medida Provisória nº 562, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2012, que *dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 562, de 2012).*
Parecer sob nº 5, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Deputado Padre João (PT/MG) e Relator Revisor: Senador José Pimentel (PT/CE), favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2012.
(Lido no Senado Federal no dia 29.6.2012)
(Sobrestando a pauta a partir de: 5.5.2012)
Prazo final prorrogado: 1º.8.2012

3
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2009
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 606, de 2012 – art. 336, II)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009 (nº 3.754/2012, naquela Casa), da Senadora Lúcia Vânia, que *altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre os Conselhos Tutelares (estabelece no mínimo um Conselho Tutelar em cada Município e em cada Região Administrativa do DF).*
A matéria depende de pareceres das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004
(Votação nominal)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda a Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*
Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Antonio Carlos Valadares, sob nºs:
– 1.058, de 2006, 1º Pronunciamento: (sobre a Proposta de Emenda a Constituição nº 38, de 2004), favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;
– 1.185, de 2007, 2º Pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário, à Proposta de Emenda a Constituição nº 38, de 2004), pela rejeição; e

– 974, de 2010, 3º Pronunciamento: (sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004; e 86, de 2007, nos termos do Requerimento nº 701, de 2009, de tramitação conjunta), favorável à Proposta de Emenda a Constituição nº 38, de 2004, nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, que tramita em conjunto.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004; e 86, de 2007)

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*
Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, nos termos da Subemenda (Substitutivo), que apresenta.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*
Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*
Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*
Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

10
REQUERIMENTO Nº 493, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 493, de 2012, do Senador Eduardo Lopes, *solicitando o desapensamento do Pro-*

jeto de Lei da do Senado nº 169, de 2008, dos Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007; 494, de 2009; e 148, de 2011 (isenção de IPI em bens adquiridos para serviços de reciclagem).

11
REQUERIMENTO Nº 494, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2012, do Senador Eduardo Lopes, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da do Senado nº 494, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007; 169, de 2008; e 148, de 2011 (utilização de aterros sanitários como fonte de energia elétrica).*

12
REQUERIMENTO Nº 502, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 502, de 2012, do Senador Cyro Miranda, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da do Senado nº 148, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 718, de 2007; 169, de 2008; e 494, de 2009 (descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário).*

13
REQUERIMENTO Nº 506, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2012, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (gratuidade no transporte coletivo).*

14
REQUERIMENTO Nº 513, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 513, de 2012, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição).*

15
REQUERIMENTO Nº 522, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 522, de 2012, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (exclui do salário de contribuição valores pagos em indenização de alimentação e transporte).*

16
REQUERIMENTO Nº 523, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 523, de 2012, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

17
REQUERIMENTO Nº 525, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 525, de 2012, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (distribuição de recursos públicos federais para a agricultura familiar).*

18
REQUERIMENTO Nº 526, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 526, de 2012, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.*

19
REQUERIMENTO Nº 536, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 536, de 2012, do Senador José Agripino, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 522, de 2007; 620, de*

2011; e 182, de 2012, por regularem matéria correlata (ausência do empregado ao serviço).

20

REQUERIMENTO Nº 547, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 547, de 2012, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 413, de 2005; 172, de 2006 (apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2007) e 304, de 2009 (apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2010), todos Complementares, por regularem matéria correlata (Sistema Financeiro Nacional).*

21

REQUERIMENTO Nº 576, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 576, de 2012, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (proibição da venda de produtos de tabaco em determinados locais).*

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 11 minutos.)

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 571, DE 2012, ADOTADA EM 25 DE MAIO DE 2012, PUBLICADA NO DIA 28 E RETIFICADA EM 29 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA; ALTERA AS LEIS NºS 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, E 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006; REVOGA AS LEIS NºS 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E 7.754, DE 14 DE ABRIL DE 1989, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ED. ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia doze de junho de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Bohn Gass, reúne-se a Comissão Mista da MPV 571, de 2012, com a presença das Senadoras Ana Amélia e Kátia Abreu; dos Senadores Luiz Henrique, Waldemir Moka, José Pimentel, Aloysio Nunes Ferreira, Blairo Maggi, Eduardo Braga, e Cyro Miranda; das Deputadas Luci Choinacki e Jô Moraes; e, dos Deputados Bohn Gass, Edinho Araújo, Paulo Piau, Leonardo Vilela, Luis Carlos Heinze, Abelardo Lupion, Carlos Zarattini, Celso Maldaner, Valdir Colatto, Cesar Colnago e Zé Silva. Registrando-se, ainda, presença de parlamentar não membro, Deputado Reinhold Stephanes, deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à apresentação do cronograma de trabalho da Comissão. Ato contínuo, convida os Relatores a ocuparem lugar à Mesa, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e sua aprovação, o que é dado por aprovado. Concedendo a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, para que proceda à leitura da proposta de trabalho, o Senhor Presidente, ao final da apresentação, submete a exame dos membros presentes, nos termos do Requerimento subscrito pelo Relator, resultando aprovado e constituindo o Plano de Trabalho da Comissão Mista. Fizeram uso da palavra os Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi, Aloysio Nunes Ferreira e o Relator, Senador Luiz Henrique; as Deputadas Jô Moraes e Luci Choinacki; e, os Deputados Valdir Colatto, Abelardo Lupion e o Presidente, Deputado Bohn Gass. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Sérgio da Fonseca Braga, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Bohn Gass, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado Bohn Gass
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião desta Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012.

Encontra-se sobre a mesa a ata da 1ª Reunião.

Proponho a dispensa da leitura da ata e coloco-a em votação. *(Pausa.)*

Então, as Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação da ata, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Ela irá à publicação.

Conforme convocação desta reunião, acertamos também na reunião passada, conjuntamente aqui, que a convocação desta reunião se destina, na data de hoje, à apresentação e à definição do cronograma de trabalho para esta Comissão.

Como é de praxe regimental, o relator é quem faz a apresentação do cronograma.

Passo, então, de imediato, a palavra ao nobre Relator Senador Luiz Henrique, para que possa fazer, então, a apresentação do cronograma de trabalho para esta Comissão.

O SR. PAULO PIAU (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não, Deputado Piau.

O SR. PAULO PIAU (PMDB – MG) – Temos muitas emendas apresentadas. Queríamos saber de V. Exª quando é que teríamos disponibilidade dessas emendas que serão extremamente importantes, para já estudarmos os destaques necessários.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Sim. Já os temos impressos aqui. Nós estamos nos debruçando sobre a Comissão, porque são duas tarefas: uma pela admissibilidade, que nós precisamos ver - estamos avaliando; a assessoria, a equipe, está trabalhando nisso; e as outras - que efetivamente precisamos apresentar isso -, de mérito, a serem avaliadas e incorporadas ou não por parte do nobre relator.

Mas estamos concluindo, para que possam estar disponibilizadas para todos os senhores, para todas as senhoras, pela Casa inclusive, e para a sociedade todas as apresentações.

Com a palavra o relator.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Deputado Bohn Gass, Sr. Relator Revisor, Deputado Edinho Araújo, meu caro Deputado Paulo Piau, que relatou o Projeto na Câmara, pediria vênia a V. Exª para convidá-lo para integrar a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Por favor, Deputado Paulo Piau, venha compor a mesa conosco.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Meu caro sempre Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes, que gostaria também de pedir vênia para que integrasse aqui e enriquecesse a nossa mesa. Gostaria de saudar o Deputado Homero Pereira, que assume, na próxima 4ª feira, amanhã, a Presidência da Frente Parlamentar da Agricultura e Pecuária, prezados colegas Deputados Federais, prezados colegas Senadores, prezadas e prezados, quero lhes dizer, como palavras iniciais, que a constituição desta Comissão contribui decisivamente, para que nós possamos elaborar um texto convergente entre o Senado, a Câmara, a sociedade e o Governo.

Por que entendo que poderemos elaborar um texto convergente? Porque a Comissão é paritária. Somos 13 Deputados e 13 Senadores. De modo que o que nós deliberarmos aqui terá seguramente o condão de conduzir para uma votação que seja uma deliberação nesse sentido convergente de que já falei, que venha a ser sancionada pela Senhora Presidente da República.

Esse é o objetivo. Disse, no início da tramitação desse Projeto no Senado – os Colegas Senadores devem lembrar-se bem –, que os mais de 40 anos de mandato me ensinaram que não devemos praticar gestos inúteis. Será um gesto inútil se a deliberação daqui não conduzir a uma confirmação na votação na Câmara e, depois, no Senado e não conduzir à sanção presidencial.

Então, o objetivo é, não obstante o prazo curto, próprio de uma medida provisória, dialogarmos o máximo possível, para que possamos produzir esse entendimento. Vou oferecer, Sr. Presidente, e pedir a V. Exª que submeta ao Senado, ao Plenário da Comissão, o seguinte cronograma de reuniões.

Pediria que colocasse no *Powerpoint*.

No dia 26 de junho, às 8 horas da manhã, para que possamos ter bastante tempo para debater, durante a manhã, podendo atravessar a tarde até a hora da Ordem do Dia, uma audiência pública com os Ministros do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, das Cidades, com o Ministro Advogado Geral da União, com os Presidentes da Embrapa e da Agência Nacional de Águas ao Requerimento da nobre Deputada Jô Moraes, propondo uma segunda audiência com a SBPC, a Confederação Nacional da Agricultura e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Quero demonstrar a V. Exªs o quanto essa matéria já foi debatida, inclusive com essas entidades. Nós realizamos, no âmbito da Câmara dos Deputados, na Comissão Especial, 33 audiências públicas; e no âmbito do Senado, 29 audiências desse mesmo gênero, fora as muitas visitas que o ilustre relator, hoje Ministro Aldo Rebelo, realizou pelo Brasil todo – Aldo Fagundes está lá no Rio Grande do Sul, grande companheiro – e que os membros da Comissão de Agricultura realizaram pelo País afora.

Essas audiências públicas são as seguintes:

No dia 27 de outubro de 2009, convidados Marcos Maia Porto, Gerente de Meio Ambiente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), e Mário Mondolfo, Superintendente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

No dia 03 de novembro de 2009, foram convidados Raimundo Deusdará Filho, Diretor da área de Gestão dos Empreendimentos de irrigação e Presidente em exercício da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), e Luiz Antônio Pagot, então Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

No dia 10 de novembro de 2009, foram convidados Gustavo Ribas Curcio, Celso Manzatto e Eduardo Delgado Assad. O primeiro é pesquisador da Embrapa Florestas; o segundo, chefe da Embrapa Meio Ambiente; e o terceiro, pesquisador da Embrapa Informática. O primeiro é de Colombo, no Paraná; o segundo, de Jaguariúna, em São Paulo; e o terceiro, de Campinas, em São Paulo.

No dia 12 de novembro de 2009, V. Exªs, os Srs. Deputados, ouviram o ex-Deputado Federal constituinte, um dos responsáveis pelo capítulo do meio ambiente, Fábio Feldmann; o doutor em Física e ex-Reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Carlos de Almeida Azevedo; o Dr. Paulo Affonso Leme Machado, doutor em Direito Ambiental da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

No dia 13 de novembro de 2009, em Maceió – AL, houve uma audiência em que foram ouvidos José Marinho Júnior, Secretário-Adjunto de Agricultura; Luciano Barbosa, Presidente da Associação dos Municípios Alagoanos; Álvaro Arthur Lopes de Almeida, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas; Antônio Vitorino da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas; Fernando Mendes Pinto, Presidente do Instituto para Preservação da Mata Atlântica; e Alex Gama de Santana, Secretário Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos daquele Estado.

Ainda em Maceió, no dia 13 de novembro de 2009, foram ouvidos os Deputados Estaduais Sérgio Toledo, Judson Cabral, Rui Palmeira e Gilvan Barros.

No dia 14 de novembro de 2009, em Petrolina – PE, foram ouvidos o Prefeito daquela cidade, Júlio Lossio; o representante da Prefeitura de Juazeiro, na Bahia, Jairton Fraga Araújo; a Secretária de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, Luciana Santos; o Presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, Walter Yukio Horita; o representante da Federação da Agricultura do Estado da Bahia, Ivan Pinto da Costa; o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Nelson Ananias Filho; a representante da Federação dos Trabalhadores na

Agricultura do Estado de Pernambuco, Rita Rosa da Silva; o ambientalista José Vilson de Almeida; e o ambientalista Vitório Rodrigues.

Só esse começo de citação de audiências já demonstra o quanto os Srs. Deputados procuraram ouvir a sociedade. Inclusive, isso desmente uma crítica, Deputado Paulo Piau, de que a Câmara Federal não tinha ouvido a sociedade antes da elaboração do parecer Aldo Rebelo.

No dia 19 de novembro, em Cuiabá, foi ouvido o Deputado Estadual José Geraldo Riva, Presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso; o Deputado Estadual Dilceu Dal'Bosco; S. Exª o então Governador e hoje Senador Blairo Maggi; Luiz Scaloppe, Procurador da Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanistica de Mato Grosso; Rui Prado, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato); Mauro Mendes, Presidente da Federação das Indústrias; e Maria da Glória Borges da Silva, Secretária de Assalariados e Assalariadas Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri).

No dia 19 de novembro, ainda em Cuiabá, foram ouvidos o Prefeito de Querência e Presidente da Associação dos Municípios do Baixo Araguaia, Fernando Gorgen; Percival Muniz, Deputado Estadual do Mato Grosso; Ricardo Arioli, representando o setor canavieiro; Rubimar Barreto Silveira, Vice-Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Mato Grosso, Crea; Joaquim Paiva de Paula, Presidente da Amef; Robson Amorim Machado, Vereador do Município de Juína; Neto Gouveia, representando os pantaneiros; Ivanor Miotto, agricultor; e Deniz Espedito Serafini, Presidente da Associação Brasileira de Proprietários Rurais.

Na cidade de Colíder, no Mato Grosso, foram ouvidos, novamente, o Presidente da Assembleia, Deputado José Geraldo Riva; o Deputado Estadual do Mato Grosso Dilceu Dal Bosco; Silval Barbosa, Governador em exercício; Celso Paulo Banazeski, Prefeito do Município local; Nilson Santos, Deputado Estadual; Valter Neves Moura, Presidente da Fetagri, aliás, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarantã e representando a Fetagri; Ana Lúcia Stefanello, advogada; Rogério Rodrigues, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Sinop; e Marcelo Maoski, Secretário de Meio Ambiente do Município de Apiacás.

No dia 21 de novembro, ainda em Colíder, foram ouvidos Vicente da Riva, Presidente do Sindicato Rural de Alta Floresta; Munefumi Matsubara, produtor rural; Antônio Carlos Pereira Galvan, representante do Sindicato Rural de Sinop e da Famato; Arnóbio Vieira de Andrade, Presidente do Grupo de Trabalho do Programa Marcelândia 100% Legal; Adalberto Navair Diamante, Prefeito de Marcelândia; Betinho, Presidente do Sindicato Rural de Guarantã do Norte; Antônio Luiz César de Castro, Prefeito de Nova Canaã do Norte; Marcelo de Castro Souza, Presidente da Câmara de Guarantã do Norte; e João Simoni, Presidente do Sindicato Rural de Colíder.

Ainda em Colíder, no dia 21, foram ouvidos Daniel Robson da Silva, Presidente da Coopernova; Mauro Feronato, Presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis do Norte de Mato Grosso, Simonorte; e Hélio Pereira de Souza, assessor jurídico do Município de Terra Nova do Norte.

No dia 22 de novembro, em Novo Progresso, tivemos a presença do Deputado Federal Aldo Rebelo, então Relator do Código Florestal; Deputado Federal Homero Pereira, 2º Vice-Presidente da Comissão Especial do novo Código; Deputado Federal Nilson Pinto; e Prefeita Madalena Hoffmann, do Município de Novo Progresso.

No dia 24 de novembro, em Brasília, os Srs. Deputados ouviram o então Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

No dia 26 de novembro, os Srs. Deputados Federais ouviram Sérgio Leitão, Diretor de Políticas Públicas do Greenpeace; Raul do Valle, Coordenador-Adjunto do Programa de Direito e Política Socioambiental do ISA, Instituto Socioambiental; Luiz Henrique Gomes de Moura, Representante da Articulação Nacional de Agroecologia; e? André Lima, pesquisador do Instituto de Proteção Ambiental da Amazônia – Ipaam.

No dia 27/11, a Comissão Especial da Câmara ouviu, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, caro Senador Waldemir Moka, Márcio Campos Monteiro, Secretário Adjunto de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento e da Ciência e Tecnologia; Sérgio Seiko Yonamine, Presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul - Agepan; Eduardo Corrêa Riedel, Vice-Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária - Famasul; Zé Teixeira, Deputado Estadual; Vanessa Ribeiro Lopes, Presidente da Comissão Ambiental da OAB; Solange de Fátima Sposito, representando o Instituto Ambiental; Jasio, agricultor; e Roberto, Diretor de Desenvolvimento do Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul.

Ainda em Campo Grande, no dia 27/11/2009, a Comissão Especial ouviu Luiz Calvo Ramires, Presidente da Reflore-MS; Lioni de Souza Figueiró, engenheiro agrimensor do Instituto de Meio Ambiente daquele Estado; Maurício Bonifácio Delalibera, representando a Federação da Agricultura e Pecuária; e Wilson Mateus Brusmaeno, participante.

No dia 1º de dezembro de 2009, em Brasília, a Comissão Especial ouviu Francisco de Assis Costa, professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará; Luiz Carlos Baldicero Molion, professor do Instituto de Ciências Atmosféricas da Universidade Federal de Alagoas; e Paulo Yoshio Kageyama, professor da Esalq, da Universidade de São Paulo.

No dia 3 de dezembro de 2009, em Cafelândia, no Paraná, a Comissão ouviu José Roberto Coelho, representante do Sindicato Rural de Goio-Erê; e os produtores rurais José Lino, Silvério Constantino, Genésio Clemente e Pedro Avancini.

Em Assis Chateaubriand, no dia 4 de dezembro de 2009, foram ouvidos a Prefeita de Assis Chateaubriand, Dalila José de Mello; o Presidente da Câmara de Vereadores, Dirceu Vieira de Paula; Nelson Costa, Superintendente da Ocepar; Alfredo Lang, Presidente da Cooperativa C. Vale; Valdemar Eduardo Kaiser, Presidente do Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná; Paulo Macedo, representando a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná; e Aparecido José Weiller Júnior, 1º Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

No dia 4 de dezembro, ainda em Assis Chateaubriand, foram ouvidos Rogério Massing, representante da Associação das Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná; Rogério Pasquetti, Presidente da Associação dos Produtores Lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu e Lago do Itaipu; os Deputados Estaduais Élio Rush, Dulio Genari, Elton Weter; o produtor rural Odir Cividini; Luiz Carlos Miotto, produtor rural e Presidente da Associação dos Suinocultores de Palotina, Paraná; o produtor rural Lotário Hein; e o produtor rural Cláudio Hoffmann.

Ainda em Assis Chateaubriand, no dia 4 de dezembro de 2009, foram ouvidos a Prefeita do Município de Guairá, Maria Elci Venâncio da Silva; o Vice-Presidente do Sindicato Rural Patronal da Cidade Gaúcha, Gérard Moss; Braz Reberti Pedrini, Presidente do Sindicato Rural Patronal de Altônia, Paraná; João Aparecido Pegaroro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Chateaubriand; Walter Andrei Dal'boit, produtor rural; a produtora rural Lucilene Dias da Silva, de Umuarama; o agricultor de São Jorge do Patrocínio, Nelson Carniel; Oraci Miaki, produtor de Nova Aurora; Édio Hosda, agricultor de Terra Roxa; Ricardo Sílvio Chapla, presidente da Copagril, de Marechal Cândido Rondon e Valter Pitol, presidente da Copacol.

Em 4 de dezembro de 2012, foram ouvidos em Assis Chateaubriand Castillo Luiz Hendges e Guilherme Moers, ambos produtores rurais; Erni Arndt, também agricultor e produtor rural de frango, de Nova Santa Rosa; Ademir Gênero, presidente do Sicredi, de Palotina; José Henrique Oliveira Neto, agricultor e engenheiro agrônomo em Assis Chateaubriand; William Hoffmann, agricultor; Gerson Araldi, produtor rural; Alfredo Motta Martins, agricultor; Altair de Pádua, agricultor e Fernando Engler, engenheiro agrônomo e produtor rural.

Em Brasília, no dia 8 de dezembro foi ouvido S. Exª, o então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, hoje Deputado Reinhold Stephanes, na época também Deputado.

Ainda em Brasília, no dia 10 de dezembro de 2009, foi ouvido o Prof. Luiz Carlos Silva Morais, do Centro Universitário do Norte Paulista – Unorp; Ivo Mello, engenheiro agrônomo e primeiro-secretário da Federação Brasileira de Plantio Direto; Carlos Eduardo Frisckmann Young, professor de Economia da

Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Vitor Hugo Ribeiro Burko, presidente do Instituto Ambiental do Estado do Paraná.

No dia 11 de dezembro de 2009, na cidade de Chapecó, Deputado Valdir Colatto, foram ouvidos Wolmir de Souza, presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos; Alceu Lorenzon, diretor-presidente da Alcapias; Hilário Cottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina, Fetaesc; Enori Barbieri, vice-presidente da Faesc; Elias Valmir Baldissera, presidente do Sindicato da Indústria da Construção e de Artefatos de Concreto Armado do Oeste de Santa Catarina, Sinduscon; Marcos Antônio Zordan, presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina no Município de Joaçaba; Marcos Weiss, gerente de desenvolvimento ambiental da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, Ocesc; e Silvio Voltarim, representante das cerâmicas de Santa Catarina.

Ainda em Chapecó, no dia 11 de dezembro de 2009, foi ouvido o Ricardo, vereador; o engenheiro agrônomo Glauco Olinger e a consultora jurídica da Frente Parlamentar da Agropecuária, Samanta Pineda.

Em Assis, São Paulo, no dia 3 de fevereiro de 2010, foram ouvidos: Ézio Spera, prefeito daquele Município; Fábio de Salles Meirelles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; Braz Agostinho Albertini, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, Fetaesp; Edivaldo Del Grande, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, Ocesp; Ivan Carneiro Castanheiro, promotor de Justiça; Ricardo Kanthack, diretor do Polo Médio de Paranapanema, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, Apta; e Marcos Sawaya Jank, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Única.

Ainda em Assis, no mesmo dia 3: Mauro Bragato, deputado estadual; Marcelo de Souza Pecchio, prefeito municipal de Quatá e presidente do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema, Civap; Nelson Roberto Bugalho, Promotor de Meio Ambiente do Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo; Reinaldo Custódio da Silva, Prefeito de Palmital; Carlos Alberto Mantovani, Presidente da Organização Não Governamental Entidade Ecológica e Educacional do Vale do Paranapanema, Envapa; e Fábio Meirelles Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

Ainda no mesmo dia, em Assis, a Comissão Especial da Câmara ouviu Paulo Arlindo de Oliveira, representando o Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Diretor Regional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, Cati, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, e José Reinaldo Bastos, Presidente da Câmara Setorial da Mandioca do Estado de São Paulo e Vereador do Município de Cândido Mota.

No mesmo dia, em Ribeirão Preto, foi ouvida a Prefeita Dárcy Vera, daquele Município; João Sampaio, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo; Luís Carlos Silva de Moraes, professor universitário; Cristina Godoy de Araújo Freitas, Coordenadora da Área de Meio Ambiente do Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva do Ministério Público do Estado de São Paulo; Mônika Bergamaschi, Diretora Executiva da Associação Brasileira do Agronegócio da Região...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Relator, eu vou fazer uma questão de ordem. Eu sei que V. Exª... E V. Exª ainda está só na Câmara. Eu fico imaginando que V. Exª leria todos os convidados no Senado também.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Todos os convidados.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Então, é claro que V. Exª está demonstrando, na prática, de uma forma cabal, que esse Código Florestal... Se tem uma coisa que foi feita aqui é ouvir em audiências públicas centenas e centenas de pessoas. Então, eu só quero, na questão de ordem, é dizer que a mim me parece que essa questão, Relator, está muito clara aqui para a maioria das pessoas aqui que já participaram desse debate. Eu acho mais importante, até porque daqui a pouco começa a Ordem do Dia, que a gente possa aprovar hoje o cronograma, que é o que vai nortear as discussões tanto das emendas como também dessa questão da admissibilidade do mérito das emendas e da própria Medida Provisória.

Eu indagaria ao Presidente – peço desculpa ao Relator –, mas eu acho que é uma questão de economia de tempo mesmo aqui. Eu estou vendo que... Mas eu entendi a estratégia de V. Exª, que é demonstrar, na prática, a quantidade de pessoas que foram ouvidas aqui.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – O maior objetivo, meu caro Senador Moka, era desmistificar a propalada falta de oitiva da sociedade e das entidades por parte dos Srs. Deputados quando integrantes da Comissão Especial, era demonstrar como, na Câmara dos Deputados, o que se repetiu aqui no Senado, ouve uma exaustiva discussão, um exaustivo debate, e para justificar a minha sugestão de que nós ouvíssemos, apenas numa audiência, os Ministros que eu já citei, os Ministros do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, das Cidades, e a AGU e os Diretores Presidentes da Embrapa e da Agência Nacional de Águas.

Então, a minha proposta seria, Sr. Presidente, no dia 26 e no dia 4 de julho, eu apresentaria, depois de exaustiva discussão, o meu parecer. Agora, para, então, atender à sensata intervenção de V. Exª...

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Longe de mim cansá-los aqui. Eu queria apenas demonstrar como a sociedade foi ouvida. Eu então vou pedir à assessoria da Comissão, à Diretoria de Comissão Mista que faça chegar a cada um dos senhores uma cópia deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – A assessoria nos informou que fará isso por meio eletrônico...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Até para a nossa economia de material impresso.

Pela ordem, o Senador Blairo Maggi. Depois, o Deputado Colatto.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres componentes da Mesa, eu quero discordar um pouco aqui do Senador Moka. Embora uma leitura exaustiva, parece ser muito chata, mas eu estava muito satisfeito com a leitura do seu relatório. Porque nós ouvimos muito, durante a passagem do projeto pela Câmara e aqui no Senado, principalmente de organizações não governamentais ligadas a ambientalistas, enfim, várias pessoas reclamaram muito que não tinham sido ouvidas durante esse processo. E nós dissemos aqui, por várias vezes, que, talvez, na história da República brasileira, afora a Constituição, acho que nenhuma lei foi tão discutida. Criaram tantas oportunidades para tantas pessoas falarem sobre ela. O que V. Exª estava lendo aqui era a demonstração clara do esforço que o Relator Aldo fez, que a Câmara fez, que o Senado fez, para nós chegarmos a um projeto de um entendimento nacional sobre as questões ambientais, sobre o Código Florestal. E acho que conseguimos isso. Tanto a Câmara como o Senado, e a Presidente mediando, junto com seus técnicos. E agora, o que veio para a mesa, novamente, é para arredondarmos todo o trabalho feito.

Então, embora eu entenda que iria muito longe, que se gastaria muito tempo para ler toda essa introdução que V. Exª está fazendo, mas ela era e é importante para que as pessoas possam saber quem já falou. E lá de Mato Grosso, a que V. Exª se referiu, eu ouvi o nome de no mínimo dez pessoas ligadas ao meio ambiente que reclamaram, depois, que não tinham sido ouvidas aqui. E foram ouvidas em vários lugares, tenho certeza absoluta disso.

Então, Senador Luiz Henrique, valeu a sua intenção. Isto será disponibilizado para todo mundo, e daqui para frente, se algum membro desta Comissão receber uma reclamação de que não foi ouvido, vamos pegar a lista e vamos checar, porque tenho certeza de que mais de quatro ou cinco vezes todos tiveram oportunidade.

Parabéns, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Obrigado.

Eu só queria, ao agradecer a intervenção do Senador Blairo Maggi, dizer que, quando entrasse no Senado, os senhores veriam que a SBPC, por exemplo, que está sendo sugerida... Foi ouvida várias vezes. Além disso,

membros dirigentes da SBPC vieram individualmente. Quer dizer, houve uma oitiva mais do que suficiente. Por isso, com todo respeito ao pleito da ilustre Deputada Jô, eu opino à Comissão no sentido de que façamos essa única audiência, já que a matéria foi exaustivamente debatida.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu só queria, colegas da Comissão, combinar a questão regimental. Já que sempre são muitos a falar, nós adotaríamos o critério que é geral, obviamente, para todos, de cinco minutos. Já que estamos tratando agora mais de encaminhamentos, não precisamos nos aprofundar, para ganharmos tempo também. Então, sugiro que a assessoria marque cinco minutos para...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O que nós estamos debatendo, portanto, agora, é a proposta do Senador Luiz Henrique de cronograma. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso. Exatamente isso. Só que, antes disso, para explicitar bem, o que estamos debatendo? Temos a apresentação pelo Relator. E são dois requerimentos. Um do nobre Relator, que é Luiz Henrique, que é exatamente o que ele apresentou – certo? –, as datas sugeridas aqui, em que, no dia 26, se fará a audiência pública, e no dia 4, a apresentação, então, do relatório...

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Eu só gostaria de esclarecer que esse não é um requerimento meu. É um requerimento que é resultado da oitiva de vários companheiros daqui desta Comissão e deste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso e há o segundo requerimento que vou instar à mesa aqui, da Deputada Jô Moraes, que diz o seguinte. Vou ler rapidamente para ficar registrado aqui.

Requer realização de audiência pública com entidades da sociedade civil. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso 3º, da Constituição Federal e do art. 90, II, do Regimento do Senado Federal, utilizado subsidiariamente ao Regimento Comum, a realização de audiência pública para discutir com representantes da sociedade civil a matéria constante da Medida Provisória 571, de 2012.

As definições sobre o Código Florestal têm implicações e repercussões que exigem desta Comissão ampliar o debate sobre o tema.

Indico, portanto, sejam ouvidas as seguintes entidades: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, a Confederação Nacional da Agricultura – CNA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, essas entidades representando respectivamente a

sociedade científica, os segmentos sociais associados às grandes e pequenas propriedades rurais podem e devem contribuir para as definições que esta Comissão está por adotar.

Então, são esses dois requerimentos que estão sobre a mesa. Nós vamos, então, ouvir ainda, pela ordem, o Deputado Colatto, depois a Deputada Jô e depois o Senador Moka.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Deputado Bohn Gass; Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, nosso ex-governador de Santa Catarina, nosso conterrâneo; Paulo Piau, que foi o nosso Relator na Câmara dos Deputados, que relatou o projeto final da Câmara; Ministro Reinhold Stephanes; Edinho Araújo, nosso companheiro de Câmara dos Deputados, Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados e Deputadas, Senador Luiz Henrique, com certeza V. Exª colocou aqui um esclarecimentos importante para esta discussão do Código Florestal. É, claro, comprovado que houve um grande debate e houve a oitiva de praticamente a sociedade interessada na questão do Código Florestal.

Quero aqui trazer testemunho do nosso sempre lembrado e saudoso Deputado Moacir Micheletto, que foi o Presidente da Comissão Especial, que andou junto com Aldo Rebelo, junto com Paulo Piau, conosco e mais outros Deputados por este País afora e alguns Senadores levando a discussão em todo o Brasil da questão do Código, juntando subsídios para que se pudesse fazer essa discussão, que saiu no projeto da Câmara, depois do Senado, que voltou para a Câmara, que foi aprovado e foi à sanção da Presidente da República, Dilma Rousseff e surgiu a Medida Provisória 571.

Nós, realmente, temos aqui uma questão diferenciada em discutir uma medida provisória em cima de vetos que nós vamos ainda apreciar do relatório de um projeto que foi aprovado pelo Congresso Nacional. É uma situação diferenciada, tanto é que há um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal assinado por alguns Deputados questionando essa tramitação, a legalidade dessa tramitação e a constitucionalidade.

Mas eu não vou discutir este assunto, mas dizer que realmente foi discutido todo esse trabalho que foi feito e a alegria de ter o Senador Luiz Henrique como Relator desta matéria.

Queria dizer ao Senador publicamente que a discussão com V. Exª foi muito democrática nos três relatórios que V. Exª fez: na Comissão de Agricultura, na Comissão de Justiça e na questão de Ciência e Tecnologia. Democrática, nós nos entendemos bem, foi encaminhado e com certeza o senhor fez um brilhante trabalho.

Quando chegou à relatoria do Senador Jorge Viana não foi bem assim, nós tivemos uma dificuldade de dialogar para chegar ao relatório final. Mas aconteceu, foi feito e depois a Câmara firmou sua posição. Acho que respeitamos a posição do Senado, mas também da Câmara.

Dizer também, Senador Luiz Henrique, que a sua proposta de ouvir os Ministros eu acho que é correta, tranquila, a AGU, mas nós gostaríamos de acrescentar e pedimos a V. Exª a possibilidade de chamarmos dois técnicos que acompanharam o processo, que comandaram equipes, que conhecem profundamente todo o processo da lei, da medida provisória e do relatório que foi feito, que é o Luiz Carlos Moraes e o Evaristo Miranda. O Evaristo Miranda é o técnico que chefiou uma equipe de mais de 20 técnicos da Embrapa e o Luis Carlos Moraes é um jurista que escreveu um livro comentando o Código Florestal brasileiro.

Então, perguntaria se é possível acrescentarmos em seu requerimento essas duas pessoas para que fiquemos completos. Porque os Ministros do Tribunal de Contas... a AGU, etc. Fica bastante oficial a posição desses Ministros, pois com certeza vão ter uma posição de governo e não vai ter o contraditório nesse processo no qual pedimos a vênia de V. Exª para acrescentar nessa audiência pública... Concordamos que não precisa abrir... Tanto que eu acho que o debate tem que ser nesta Casa dos Deputados e Senadores, para buscarmos as divergências.

E vamos defender, é claro, que a agricultura brasileira seja lembrada por sua importância, pelo que é e pelo que faz por este País e também que não dificultemos a atividade agropecuária em um cartório ambiental que possa ser criado dificultando a função da agricultura brasileira, que é muito importante para este País. Precisamos, realmente, tirar esses gargalos na hora de implantar o Código Florestal, pois eles vão trazer consequências econômicas para os nossos produtores brasileiros.

Era essa a nossa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado Colatto. Deputada Jô Moraes.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Sr. Presidente, sou mais do testemunha das milhares e milhares de pessoas que foram escutadas durante esse debate do Código Florestal.

Tenho o orgulho, inclusive, do Relator, do Rebelo, que teve o desafio e a coragem de sair por este País afora, montando a cavalo, andando pelos rios da Amazonas, escutando as pessoas, escutando todos e todas em todas as circunstâncias.

Então, não tenho nenhuma dúvida de que este Código seja talvez a legislação brasileira onde mais a sociedade brasileira botou o seu coração, as suas dúvidas e também as suas paixões. E se você chegar a qualquer cidadezinha pequena do interior de Minas as pessoas vem me perguntar sobre... Não tenho dúvida sobre isso, já que esse respeito que discutimos.

Nós chegamos a bom termo. Acho que o Senado avançou no sentido de buscar um equilíbrio, porque a sociedade brasileira é múltipla, plural, diversificada, com uma economia muito diversificada, com uma agricultura

extremamente diversificada, mas com um enorme desafio de enfrentar o desenvolvimento com sustentabilidade.

O que foi a preocupação? Acho que a Presidente Dilma foi de uma enorme coragem ao apresentar à sociedade aquilo que ela mais precisava: um marco jurídico dentro desse campo que era tão complexo.

V. Exª apresentou desde começo, para que a gente escutasse, alguns Ministros. Mas na minha compreensão, se vamos escutar alguns Ministros, poderíamos também escutar a sociedade civil. E V. Exª veja que fui absolutamente sucinta: eu quero escutar a ciência, quero escutar o pequeno produtor e quero escutar o grande produtor, isso porque já que vamos escutar os Ministros, que tivéssemos também a oitiva da sociedade.

Não tive e não tenho nenhuma pretensão de transformar isso em uma nova cavalgada ou numa caminhada por esse Brasil afora. Apenas dentro dessa compreensão, fiz essa pequena proposta, e acho que não ampliaria demasiadamente o tempo, já que estamos com um conjunto de Ministros corretamente convocados e poderemos, assim, escutar aqueles que têm um interesse concreto e, sobretudo, não vão estar aqui apaixonados, mas, sim, precisando dessa excelente medida da Presidente Dilma, cuja atitude de coragem em ter vetado parcialmente e devolvido ao Congresso Nacional a outra parte que considerava que precisava ser revista, eu apoio

Era isso, Sr. Presidente, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigada, Deputada Jô.

Senador Moka.

Senador Aloysio, por permuta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Moka, porque estou sendo chamado para uma reunião no gabinete do Presidente Sarney. Mas eu gostaria de exprimir meu ponto de vista.

Concordo com a posição do Senador Luiz Henrique, vamos ouvir o Governo, que foi o autor da medida provisória que vamos examinar. Vamos ouvir o autor plural, porque se imagina que todos eles manifestaram sua opinião no ambiente que a Presidente criou para formular a medida provisória. Agora, é uma medida provisória, ela tem força de lei, mas não é lei. E precisamos ter uma lei florestal para o Brasil o quanto antes. Creio que, em matéria de oitiva de sociedade civil, de entidades, disto e daquilo, já ouvimos bastante, mas acontece que, às vezes, não estamos de acordo com determinada posição de determinada entidade, e aí ela alega que não foi ouvida. Na verdade, creio que, por mais que possamos puxar pela nossa imaginação, dificilmente encontraremos algum setor relevante da área de meio ambiente, da agricultura, que não tenha sido ouvido na tramitação do Código Florestal na Câmara ou no Senado.

Portanto, fico com a posição do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Senhores, vou tomar uma liberdade, o tempo está correndo, tem várias pessoas inscritas aqui, queria fazer uma proposta para tentarmos chegar a um entendimento. Se não for possível o entendimento, depois deliberaremos democraticamente. Nosso desejo, dentro da proposta apresentada pelo Relator, é que a audiência pública seja no dia 26, terça-feira. Marcariamos, na mesma semana, duas audiências públicas, para ouvirmos, por um lado, o Governo, estritamente o Governo, os ministros e, na proposta do Senador, está a Embrapa e a Agência Nacional de Águas – ANA. Então, que pudéssemos puxar de uma vez os ministros e juntar a proposta que a Deputada Jô apresenta com a ciência, com a SBPC, a CNA e a Contag, a ANA e a Embrapa. Teríamos duas audiências na mesma semana, uma só com os ministros por parte do Governo, e a segunda, com as entidades propostas pela Deputada Jô, com a ANA e a Embrapa. Então, é uma proposta de entendimento, se for possível. Se não for possível, continuaremos o debate aqui.

O SR. VALDIR COLATTO (PT – SC) – Sr. Presidente, tenho uma proposta de acrescentar os nomes do Luiz Carlos Morais e Maurício Miranda.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Presidente, se V. Exª abrir...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Vamos pela ordem. Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Quero chamar atenção para um detalhe. Na verdade, é um processo político que deveria ter sido sancionado, mas houve um veto. O que o Relator está colocando nisso são os ministros que participaram da discussão e, portanto, darão explicações do motivo desse veto. Se estivermos aqui, vamos ouvir a solicitação da Jô Moraes. O Deputado Colatto já tem mais sugestões. Não vamos parar e ainda vamos reabrir esse processo. Proponho que V. Exª coloque em votação a proposta do Relator Luiz Henrique. É o que temos para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Estou com a lista dos inscritos. Pela ordem, Deputado Lupion. É pela ordem ou sua inscrição?

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Não, pela ordem. Foi feita uma proposta pelo Deputado Colatto. Quando olhamos e sabemos a opinião de todos, já ouvimos todos, como o próprio Senador Luiz Henrique já falou, sabemos, por exemplo, que o Ministro da Agricultura foi desautorizado pela Presidente da República a falar sobre o Código, em dois jornais, no sábado. Quer dizer, não sei nem se ele vem para falar sobre o Código, já que está desautorizado pela Presidente da República, em cadeia nacional. Aí temos aqui alguém que é da Embrapa e que chefiou 20 técnicos para dar subsídio para a comissão que preparou esse... o Deputado Relator, o Deputado Paulo Piau. O que queremos, e acho que nada mais justo, é que se coloquem os atores.

Concordo que se coloquem, por exemplo, a ciência, a SBPC e se coloque a Embrapa, para estabelecermos o contraditório, nada mais é do que isso. Para se colocar o contraditório, nada mais legítimo e nada que possa acrescentar mais. Então, numa audiência, ouvem-se os ministros; e, na outra, ouve-se a SBPC e o pessoal da Embrapa. Não precisa da Embrapa, em si, porque já há uma posição do Governo, que vamos saber na noite anterior, porque o Ministro da Agricultura – entendeu – se vier, se tiver a coragem de vir, vai falar em nome do Governo, em nome da pasta da agricultura da qual a Embrapa faz parte.

Agora, os pesquisadores que assessoraram o Deputado Paulo Piau, que são mais de 20, estão representados pelo Dr. Evaristo, que o Ministro Stephanes, desde o primeiro dia, chamou para assessorar o Ministério da Agricultura, quando Ministro, para que nos desse esse subsídio. Na área jurídica, o Luiz Carlos Moraes, que também fez, junto ao Deputado Piau, e quero aqui chamar o seu testemunho, para que possamos estabelecer o contraditório...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Próxima inscrita, Deputada Luci; depois, o Deputado Zarattini.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Cumprimento o Sr. Presidente Elvino e gostaria de cumprimentar também nosso Senador de Santa Catarina Luiz Henrique, que está apresentando uma proposta sucinta de debate.

Mas quero dizer que...

O SR. VALDIR COLATTO (PT – SC) – Pela ordem.

Corremos o risco de perder quórum, aqui, para votação.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Sr. Senadores, se pudermos...

O SR. VALDIR COLATTO (PT – SC) – Vamos perder o quórum aqui. Vamos votar. Vamos aprovar, pelo menos, essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Se pudermos aprovar, ao menos, esse requerimento. Faria esse apelo, para termos quórum, neste momento, para poder votar.

O SR. VALDIR COLATTO (PT – SC) – Depois, nós discutimos o...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Se fosse possível, a Deputada Luci concluiria e colocaríamos em votação.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Bem rapidinho. O discurso é para depois.

Moka, o que queria defender é que podemos conciliar a proposta do Luiz Henrique, Senador, com aquela da Jô. O representante do Presidente da Embrapa é um representante... Acredito que, aqui, temos técnicos, temos área jurídica, temos gente, tanto no Senado como na Casa, qualificada para ajudar a assessorar, senão, parece que não estamos valorizando o que temos de potencial extraordinário nas duas Casas, nos nossos gabinetes, para contribuir para esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Em não havendo entendimento na proposta, vamos colocar em votação.

Então, está em...

O SR. VALDIR COLATTO (PT – SC) – Sr. Presidente, fiz uma proposta e gostaria que o Senador dissesse "aceito" os dois nomes que sugerimos, ou não. Porque aí a proposta fica alterada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A proposta que estou fazendo, Sr. Deputado Colatto, é no sentido de que esteja aqui a Embrapa, representada por seu Presidente.

O SR. VALDIR COLATTO (PT – SC) – A Embrapa é posição de Governo, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mas os técnicos não são integrantes da Embrapa?

O SR. VALDIR COLATTO (PT – SC) – São, mas é conflitante a posição do Presidente da Embrapa, porque tem uma posição política.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Porque a proposta que estou fazendo...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, se abrir para opiniões diversas, vamos fazer aquilo que o Senador Luiz Henrique já relatou exaustivamente. Vamos reabrir toda a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu quero colocar em votação. Não há entendimento...

O SR. VALDIR COLATTO (PT – SC) – Por que só o de Governo?

O SR. (Orador não identificado) – O Governo é para justificar a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Colegas Deputados, vamos colocar em votação.

Em regime de votação, o requerimento apresentado pelo nobre Relator, Senador, que engloba o cronograma das nossas audiências, conforme apresentamos.

Quem concorda com esse requerimento permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Contrários. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Segundo requerimento apresentado pela Deputada Jô Moraes.

Quem concorda com o requerimento apresentado pela Jô Moraes permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Está em regime de votação.

O SR. (Orador não identificado) – Sim, mas não tem a colocação dos nomes propostos pela Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, o Relator já informou que a Embrapa está convidada, e ela mandará o seu representante oficial. E esse assunto já está vencido, Deputado.

Está em votação o requerimento da Deputada Jô Moraes.

Quem concorda com o requerimento permaneça como se encontra.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Para verificação, então, precisa abrir o procedimento formal da votação nominal.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vou fazer um apelo, aqui, para não iniciarmos os nossos trabalhos em clima de confronto. Não quero ser Relator de uma Comissão em clima de confronto, mas em clima de entendimento.

Vou fazer uma proposta à Deputada Jô: se a audiência do dia 26 não for elucidativa, nós, então, voltaríamos a deliberar sobre o seu requerimento. O seu requerimento ficaria em suspenso, e, V. Exª manifestando interesse em votá-lo na próxima reunião, então deliberaríamos sobre ele.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – De acordo, Senador. Retiro, para votação, hoje; fica pendente da votação, na próxima reunião.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O mesmo vale para o requerimento do Deputado Colatto. Viu, Deputado Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Já fui vencido.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O mesmo vale para o seu...

Não, vale. V. Exª apresentou um requerimento, e vamos deliberar, à frente, se o Deputado entender que não está totalmente esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Temos, então, a votação do cronograma, pelo qual a nossa audiência pública está confirmada para o dia 26. Se houver necessidade, naquela semana, conforme a proposta de entendimento... Estou, aqui, Senador, no mesmo espírito do entendimento. Fiz a proposta para um entendimento, que, infelizmente, não foi aceita. Voltaremos a dialogar para que, se fosse possível e necessário, naquela semana, faremos uma segunda audiência pública. Queremos ouvir, sim, a sociedade.

E, para o dia 4, terá, então, a apresentação do relatório por parte do nobre Relator.

Pois não!

Só quero confirmar, Deputada Jô, a retirada do seu requerimento. Portanto, não precisamos fazer votação. Só confirma para nós a retirada do requerimento, por favor.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Sr. Presidente, estou retirando o requerimento para não ser apreciado nesta reunião e, posteriormente, ser colocado em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso. Então, não precisamos fazer a votação sobre esse ponto, a votação anterior já havia sido realizada.

Não havendo, então, nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e todas, convidando para a próxima reunião a ser realizada no dia 26.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

2-7-2012
segunda-feira

16h **Ordem do dia**
Plenário

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY NA SESSÃO DO DIA 14 DE JUNHO DE 2012, QUE, RETIRADO PARA TRADUÇÃO, ORA SE PUBLICA.

A Renda Básica de Cidadania para a Construção da Democracia e Justiça
Palestra apresentada ao Projeto NOPOOR em Paris, 12 de junho de 2012

Eduardo Matarazzo Suplicy[1]

É uma honra ser convidado para participar deste Encontro de Abertura do Projeto NOPOOR, organizado pelas Instituições de Desenvolvimento & Globalização (DIAL na sigla em francês) e pelo Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD na sigla em francês) e realizado em Paris, de 11 a 13 de junho, principalmente por se tratar de uma oportunidade muito importante para a troca de ideias a respeito das experiências de muitos países dos sete continentes sobre como podemos melhorar o nível de justiça em nossas sociedades, com liberdade, por meios democráticos, para viver com um senso de solidariedade e paz.

Como Senador do Brasil, membro do Partido dos Trabalhadores, autor da Lei nº 10.835/2004 que institui a Renda Básica de Cidadania para todos os residentes no Brasil, inclusive estrangeiros que residem no Brasil por cinco ou mais anos, não importando a origem, raça, sexo, idade ou condição socioeconômica, e também como Co-Presidente de honra da Rede Mundial de Renda Básica (BIEN na sigla em inglês), tenho prazer em informar sobre o que ocorre em meu país e sobre o desenvolvimento dessa proposta em outras partes do mundo.

1 **Eduardo Matarazzo Suplicy** nasceu no dia 21 de junho de 1941 em São Paulo, Brasil. Graduou-se na Escola de Administração de Negócios em São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, onde se tornou professor de economia em 1966. Em 1968, concluiu seu mestrado e em 1973 seu doutorado em Economia na Universidade de Michigan. Em 1978, foi eleito deputado estadual por São Paulo. No dia 10 de fevereiro de 1980, tornou-se um dos co-fundadores do Partido dos Trabalhadores. Em 1982, foi eleito deputado federal. Em 1988, foi eleito vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo. Em 1990, 1998 e 2006, foi eleito senador pelo Estado de São Paulo e pelo PT por três mandatos de oito anos. Como senador, aprovou a Lei que instituiu a Renda Básica de Cidadania que um dia tornar-se-á incondicional. Sua principal obra é "Renda de Cidadania. A Saída é pela Porta", editada pela Fundação Perseu Abramo e Editora Cortez, 1ª Ed.2002, 6ªed. 2010.

De acordo com a lei aprovada por consenso, em dezembro de 2002, no Senado Federal, e em dezembro de 2003, na Câmara dos Deputados, e depois sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 08 de janeiro de 2004, a Renda Básica de Cidadania tornar-se-á um benefício monetário anual, equitativo para todos, suficiente para atender às necessidades básicas de cada pessoa. A renda poderá ser paga mensalmente, em parcelas iguais. Seu nível considerará o nível de desenvolvimento da nação e as possibilidades financeiras. Será instituída de maneira gradual, a critério do Poder Executivo, levando em consideração, em primeiro lugar, os mais necessitados, nos atuais moldes do Programa Bolsa Família.

Em seu livro *The Idea of Justice* (Ideia de Justiça, Penguin Books, 2009), o ganhador do Prêmio Nobel, o economista Amartya Sem nos conta a respeito da importância da busca pela justiça, da construção da democracia, de um governo construído por meio do debate, bem como da natureza, da viabilidade e da extensão das demandas dos direitos humanos. Ele menciona o senso de percepção das claras injustiças que poderiam ser superadas e que caracterizam as ações dos parisienses na Revolução Francesa de 1789, de Mahatma Ghandi, na Índia e de Martin Luther King Jr. nos Estados Unidos.

Amartya Sen menciona diversos exemplos de como a democracia, a liberdade de expressão e de imprensa contribuíram para que as sociedades resolvessem seus problemas, inclusive os problemas de fome intensa.

Sen afirma que a história do Oriente Médio e dos muçulmanos inclui um grande número de episódios a respeito de discussões públicas e da política participativa por meio do diálogo. Nos reinos muçulmanos centralizados no Cairo, em Bagdá e Istambul, no Irã, na Índia ou mesmo na Espanha, houve muitos defensores das discussões públicas. O economista salienta que o grau de tolerância em relação aos diferentes pontos de vista foi frequentemente excepcional em comparação à Europa nos séculos XVI e XVII.

O ponto de partida de Sen é a Teoria da Justiça como Equidade, elaborada por John Rawls. Em sua *A Theory of Justice* (Uma Teoria da Justiça, Harvard University Press, 1971), Rawls estabelece os princípios de Justiça que deveriam ser colocados em prática em uma sociedade:

> 1) Cada pessoa possui igual direito ao sistema mais abrangente de liberdades básicas equitativas compatíveis com um sistema similar de

liberdade para todos (princípio da liberdade equitativa);

2) As desigualdades das vantagens socioeconômicas só se justificam se a) contribuírem para melhorar a situação dos menos favorecidos da sociedade (princípio da diferença), e se b) forem vinculadas às posições de que todos possam desfrutar de oportunidades iguais (princípio da igualdade de oportunidades).

Em 2005, tive a oportunidade de assistir à primeira palestra proferida em conjunto pelos professores Amartya Sen e Philippe Van Parijs, em sua disciplina "Justiça e Diversidade Cultural", para os estudantes de mestrado da Universidade de Harvard. Van Parijs perguntou aos estudantes quem possuía língua materna diferente do inglês. Um terço levantou a mão. Ele observou que mesmo com diferentes formações – em termos de origem, raça, idioma, religião, e assim por diante – poderíamos ter pontos de vista comuns sobre os critérios para construir uma sociedade justa.

Em seguida, Amartya Sen explicou que naquela disciplina eles iriam examinar quais instituições que nos ajudariam a melhorar o nível de justiça. Por exemplo, quando a escravidão foi abolida, o nível de justiça na sociedade aumentou. Se conseguirmos prover um bom nível de educação para todos os meninos e meninas na sociedade, estaremos melhorando o nível de justiça. "Neste curso, examinaremos", disse Sen, "até que ponto a Renda Básica Incondicional, como argumentado a favor pelo professor Philippe Van Parijs e pelo senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que nos visita hoje, poderá ou não melhorar o nível de justiça na sociedade". Fiquei satisfeito.

Poderíamos pensar em outros instrumentos que ajudariam nesse sentido, como o estímulo às cooperativas, à expansão do microcrédito, à reforma agrária, um bom sistema de saúde pública, o orçamento participativo e assim por diante. John Rawls menciona em "Uma Teoria da Justiça" que um imposto de renda negativo que garantisse uma renda mínima a todos contribuiria para a aplicação dos princípios de justiça.

De acordo com o professor Philippe Van Parijs, em *Real Freedom for all. What (if anything) may justify capitalism?* (Liberdade Verdadeira para todos. O que pode (se é que pode) justificar o capitalismo?" 1995, Oxford), mais do que o Imposto de Renda Negativo, o que garante uma Renda Mínima é a Renda Básica Incondicional para todos, independentemente de origem, sexo, raça, idade ou condição socioeconômica, com o propósito de aplicar os três princípios da justiça.

O que segue é o desenvolvimento do documento de trabalho que preparei para o Livro de Ensaios de Philippe Van Parijs, intitulado *Arguing about Justice* ("Argumentações sobre a justiça", editado por Axel Grosseries e Yannick Vanderborght 2011, UCL, Presses Universitaires de Louvain), por ocasião de seu vigésimo ano à frente da Hoover Chair de ética econômica e social da Universidade Católica de Louvain, bem como pela passagem de seu sexagésimo aniversário.

Como a Renda Básica inspirou a política social do Brazil

Foi no período de 1966-68, e no período de 1970-73, quando eu cursava o Mestrado e o Doutorado em Economia na Michigan State University nos EUA, que me deparei com o conceito de garantia de renda por meio do imposto de renda negativo. Quando voltei ao Brasil, interagi com o professor Antonio Maria da Silveira que, em 1975, na Revista Brasileira de Economia, propôs a instituição de um imposto de renda negativo no Brasil no artigo "*Moeda e Redistribuição de Renda*". Quando fui eleito senador pelo PT-SP, pela primeira vez em 1990, chamei o professor Antonio Maria da Silveira para colaborar na proposta do Programa de Garantia da Renda Mínima – PGRM. Todo brasileiro com 25 anos de idade ou mais que ganhasse menos de 45 mil cruzeiros por mês, teria direito a receber do Estado um suplemento de 30% a 50% – a critério do Poder Executivo – da diferença entre aquele valor (na época cerca de US$ 150 por mês) e sua renda. O projeto foi aprovado por consenso de todos os partidos pelo Senado Federal em 16 de dezembro de 1991. Foi enviado à Câmara dos Deputados onde, na Comissão de Finanças e Tributação, recebeu um entusiástico parecer por escrito do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

A partir daí, surgiu o debate sobre o tema no Brasil. Em 1991, durante debate com cerca de 50 economistas ligados ao PT, Antonio Maria da Silveira e eu apresentamos a proposta do PGRM. O professor José Márcio Camargo observou que a garantia de uma renda mínima era um bom passo, mas que deveria ser concedida a famílias necessitadas, com filhos em idade escolar que frequentassem a escola com regularidade. Dessa forma, essas crianças não seriam levadas a trabalhar para ajudar na subsistência da família.

Em 1995, levando em consideração o acima exposto, o prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), e o governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque (PT) deram início a programas de renda mínima vinculados a oportunidades de educação, o Bolsa-Escola. Cada família que à época não tivesse uma renda equivalente a meio salário mínimo per capita teria o direito a receber: a) em Campinas: o valor necessário para completar metade do salário mínimo per capita para a família; b) no DF: um salário

mínimo integral, não obstante o tamanho da família ou quantas pessoas na família estivessem trabalhando. Essas experiências inspiraram vários outros municípios. Vários projetos de lei foram apresentados ao Congresso Nacional, definindo o nível de apoio que o Governo Federal forneceria aos municípios que dessem início a programas de renda mínima vinculados a oportunidades educacionais.

Em 1996, convidei o professor Philippe Van Parijs para participar de audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Van Parijs afirmou que a renda básica incondicional seria um *first-best*, mas também reconheceu que a garantia de uma renda mínima associada a oportunidades de educação era um bom passo, uma vez que estava relacionada com investimento em capital humano. Foi então que o presidente Fernando Henrique Cardoso deu sinal verde para que seus partidários no Congresso Nacional aprovassem uma lei que autorizava o governo federal a conceder um apoio financeiro de 50% do montante gasto pelos municípios com a renda mínima associada a oportunidades de ações sociais e educativas.

Em março de 2001, novamente sob o impulso do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional aprovou outra lei autorizando o governo federal a celebrar acordos com os municípios brasileiros para implementar a Bolsa-Escola. Mais tarde, o governo também instituiu os programas Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás. Em 2003, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o programa Vale-Alimentação.

Em outubro de 2003[2], o governo do presidente Lula resolveu unificar e racionalizar esses programas em um único programa denominado *Bolsa Família*, que tinha registradas 3,5 milhões de famílias em dezembro de 2003. O número aumentou para 6,5 milhões de famílias em dezembro de 2004; 11 milhões de famílias em dezembro de 2006 e 13.394.893 de famílias, ou aproximadamente 50 milhões de brasileiros, em abril de 2012.

2 Fontes: Estudo nº 30 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), primeira análise sobre os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, publicada em 24 de setembro de 2009 juntamente com o PNAD 2009 e os resultados do Censo de 2010 oficialmente publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia & Estatística (IBGE) em 2010 e 2011.

O Bolsa Família: uma história de sucesso

O programa Bolsa Família, entre outros instrumentos de política econômica, contribuiu para a redução da pobreza absoluta e do nível de desigualdade no Brasil. O coeficiente de Gini atingiu 0,599 em 1995, mas diminuiu gradativamente a cada ano, atingindo 0,581 em 2003, 0,544 em 2008, 0,530 em 2009, e 0,526 em 2010[2]. A proporção de famílias abaixo da linha de extrema pobreza, com renda per capita abaixo de 93,75 reais, que era de 17,5% em 2003, diminuiu para 8,8% em 2008. A proporção de famílias pobres, com renda per capita abaixo de 187,50 reais, diminuiu de 39,4% em 2003 para 25,3% em 2008. Estes resultados favoráveis também podem ser mostrados da seguinte forma: Os 20% das famílias mais pobres tiveram crescimento de renda per capita 47% mais rápido do que a renda das 20% mais ricas. Enquanto em 2001 a renda média dos 20% das famílias mais ricas era 27 vezes maior que a renda média dos 20% das famílias mais pobres, em 2008 foi 19 vezes maior, uma redução de 30% na desigualdade em 7 anos.

A presidente Dilma Rousseff foi eleita em 31 de outubro de 2010, no segundo turno, com quase 55,7 milhões de votos, ou seja, 56% do total. No dia de sua posse, 1º de janeiro de 2011, Dilma anunciou que a erradicação da miséria ou extrema pobreza no Brasil seria sua primeira e mais importante prioridade.

No dia 11 de junho, a presidente Dilma Rousseff anunciou o Programa Brasil Sem Miséria. O propósito é incluir no programa 16,27 milhões de pessoas que ainda não foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, apesar de serem pessoas que, de acordo com o Censo 2010, vivem com menos de 70 reais *per capita.* A presidente anunciou que o governo começará uma intensa busca por essas pessoas, onde quer que estejam. Como muitas dessas pessoas são crianças de até 14 anos de idade, o Bolsa Família aumentou o benefício de três para cinco crianças de até 15 anos de idade que podem receber os 32 reais por criança. Há uma expectativa de que a medida alcance mais 800 mil famílias, até 2014, e mais 1,3 milhões de crianças.

Desde junho de 2011, quando a recém-eleita presidente Dilma Rousseff anunciou o Programa Brasil sem Miséria e um ajuste no programa, o Bolsa Família começou a funcionar da seguinte maneira: se a renda *per capita* de uma família for inferior a R$70 por mês, a família tem o direito de receber um benefício básico de R$70 por mês[3]. Todas as famílias com renda *per capita* mensal inferior a R$ 140 têm direito a R$ 32, R$ 64, R$ 96, R$ 128 ou R$ 160 se tiverem, respectivamente, um, dois, três, quatro, cinco ou mais filhos com menos de 16 anos, bem como R$38 para cada adolescente entre 16 e 18 anos de idade (até o máximo de dois). Portanto, o benefício médio por família aumentou para R$ 120 por mês, com um mínimo de R$ 32 e um máximo de R$ 306 por mês.

Em agosto de 2011, a presidente Dilma Rousseff assinou acordos com diversos governadores de estado do Brasil, inclusive o governador de São Paulo. Por meio

desses acordos, todos os níveis de governo, com a assistência de organizações civis, ajudariam a encontrar todas as famílias cuja renda per capita as qualificaria para o Programa Bolsa Família. No caso do estado de São Paulo, o Governo de São Paulo complementará o que for necessário para que cada família tenha, ao menos, uma renda *per capita* de R$ 70 por mês.

3 A partir de 1º de junho de 2011, R$1,00 equivalia a US$0,63 e €0,44.

Em maio de 2012, a presidente Dilma Rousseff lançou uma nova fase do Bolsa Família, o **Brasil Carinhoso**, pelo qual, todas as famílias brasileiras com um ou mais filhos com até seis anos de idade terão assegurados pelo menos R$ 70 mensais *per capita*. Também estão sendo tomadas medidas para criar mais vagas para crianças em berçários públicos, bem como mais assistência médica.

A média brasileira de pessoas por família é 3,3. A média é um pouco mais alta para as famílias que se beneficiam do programa. Essas famílias precisam preencher requisitos importantes. Se a mãe estiver grávida, ela deverá dirigir-se à rede pública de saúde para exames e monitoramento pré-natais. Os pais deverão levar seus filhos de até seis anos de idade para serem vacinados, de acordo com o calendário elaborado pelo Ministério da Saúde. Crianças de sete a 16 anos de idade deverão frequentar a escola, com uma média de 85% de presença. Crianças de 16 a 18 anos de idade deverão frequentara escola com um mínimo de 75% de presença.

Apesar do progresso alcançado, O Brasil ainda é um dos países que possuem os maiores índices de desigualdade no mundo. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, enquanto os 10% mais pobres vivem com 1,1% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 44,5%. Sem dúvida, a criação e a expansão do Programa Bolsa Família tiveram resultados positivos. Entretanto, a fim de avançar rumo a uma erradicação mais eficiente e mais direta da pobreza absoluta, bem como alcançar uma maior equidade e assegurar uma liberdade real e maior para todos, o Brasil deveria implementar uma verdadeira Renda Básica de Cidadania (RBC).

Rumo à RBC

Durante a década de 1990, tive uma maior interação com os fundadores da Rede Mundial de Renda Básica (BIEN)[4], participando em seus congressos bianuais. Convenci-me então de que, uma Renda Básica incondicional para todos era muito melhor do que programas condicionais ou mesmo do que um Imposto de Renda Negativo (IRN). Por essa razão, em dezembro de 2001, apresentei um novo projeto de lei perante o Senado para a instituição de uma Renda Básica de Cidadania, a RBC. Após ter analisado a proposta, o senador Francelino Pereira (PFL-MG), me disse que a RBC teria de ser compatibilizada com a Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com a qual para cada despesa é necessário ter uma receita correspondente. O senador Francelino sugeriu a inclusão de um parágrafo acrescentando que a RBC teria de ser instituída passo a passo, a começar com as pessoas mais necessitadas, até que um dia se tornasse incondicional para todos, não obstante a renda. Tal fato fez-me lembrar da recomendação de James Edward Meade no último capítulo da *Agathotopia*. O importante é que nossos objetivos estejam claros, e avançar de forma firme, e gradativa, naquela direção.

4 Em 2004, a BIEN transformou-se em Rede Mundial de Renda Básica

Devido a esse aspecto, o projeto de lei foi aprovado por consenso de todos os partidos no Senado, em dezembro de 2002, e na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2003. Quando o projeto de lei chegou ao presidente para exame, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse-lhe: "já que o programa deverá ser instituído de forma gradual, é viável e Vossa Excelência pode sancioná-lo". Em 8 de janeiro de 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei no. 10.835/2004, que institui a RBC, de forma gradual, a critério do Poder Executivo, a começar com as pessoas mais necessitadas, da mesma forma que o Programa Bolsa Família. Mais tarde, então, teremos uma RBC equitativa para todos como um direito individual a participar na riqueza da nação. Nesse mesmo dia o presidente recebeu a seguinte mensagem do economista Celso Furtado:

> *"Neste momento em que Vossa Excelência sanciona a Lei de Renda Básica de Cidadania, quero expressar minha convicção de que, com essa medida, nosso país se coloca na vanguarda daqueles que lutam pela construção de uma sociedade mais harmoniosa. O Brasil foi frequentemente mencionado como um dos últimos países a abolir a escravatura. Agora, com esse ato, que resulta dos princípios da boa cidadania e da ampla visão social do senador Eduardo Matarazzo Suplicy, o Brasil será referido como o primeiro a instituir um sistema abrangente de solidariedade e, mais do que isso, que foi aprovado pelos representantes de seu povo".*

Uma RBC de verdade, em minha opinião, deveria ser a mais alta possível para atender às necessidades vitais de cada pessoa, e deveria ser paga a todos os habitantes de uma comunidade, município, estado, país, ou mesmo, algum dia, a toda a população de um continente ou mesmo do mundo. Independentemente da origem, raça, sexo, idade, condição civil, social e econômica, todos terão direito a receber a RBC como sendo o direito a participar na riqueza daquela comunidade, município, estado, país, continente ou planeta. Tal proposta possui muitas vantagens. Deixe-me mencionar algumas.

Em primeiro lugar, toda a burocracia envolvida no levantamento da renda de cada pessoa nos mercados formal e informal seria eliminada. Isso também permitiria a eliminação de qualquer estigma ou vergonha, já que os indivíduos não teriam de informar aos servidores públicos: "eu ganho apenas *tanto*, assim, preciso de um complemento de renda para minha sobrevivência".

Segundo – e talvez essa seja a vantagem mais importante da RBC –, o programa aumenta o nível de dignidade e liberdade de todos. Do ponto de vista de Amartya Sen, em *Development as Freedom* ("Desenvolvimento como Liberdade", 1999, Nova Iorque, Knopf): "O desenvolvimento, para ser significativo, deverá exprimir um maior nível de liberdade para todos na sociedade". Consideremos o exemplo de uma menina que não tenha outra alternativa para sobreviver a não ser vender o corpo. Ou de um jovem que, para sustentar a si e sua família, é forçado a trabalhar para o tráfico de drogas. Se existisse uma Renda Básica de Cidadania, eles poderiam rejeitar essas alternativas, e esperar oportunidades condizentes com seus gostos e vocações.

Terceiro, uma renda básica elimina o fenômeno da dependência. Os programas condicionais funcionam da seguinte forma: se a renda de uma pessoa for inferior a determinado valor, a pessoa tem direito a um renda suplementar. Quando a pessoa conseguir um emprego, ela perderá (parte do) benefício. Logo, a pessoa poderá decidir não aceitar aquele emprego e ficar no desemprego ou na armadilha da pobreza. Com a renda básica universal, a pessoa terá mais opções de trabalho.

Uma das objeções mais frequentes à Renda Básica é a de que estimularia a ociosidade. A Constituição Brasileira e as leis, bem como as leis de tantos países, garantem o direito à propriedade privada. Isso significa que os proprietários de fábricas, propriedades rurais, hotéis, restaurantes, bancos, imóveis e títulos financeiros têm direito a receber receitas de capital, isto é, lucros, alugueis e juros. As leis brasileiras, ou da maioria dos outros países, mencionam que para receber essas receitas, os proprietários de capital devem mostrar que estão trabalhando? Não, e eles normalmente trabalham, e muitos deles também dedicam uma boa parte de seu tempo ao trabalho voluntário. Eles precisam demonstrar que seus filhos frequentam escola? Não. No entanto, seus filhos normalmente frequentam as melhores escolas.

Logo, se assegurarmos àqueles que têm mais recursos o direito a receber suas receitas sem condições, por que não estender a todos, ricos e pobres, o direito a participar na riqueza da nação como nosso direito de ser brasileiros? Se quisermos eliminar a pobreza absoluta, e nos tornar uma sociedade mais equitativa e justa e garantir a dignidade e a real liberdade a todos na sociedade, instituir a Renda Básica de Cidadania é uma solução tão simples como sair de casa pela porta.

Um ponto importante é o efeito que a implementação da Renda Básica terá na competitividade da economia em relação a situação de outros países. No Brasil, costumo dizer que as nações desenvolvidas usam programas de transferência de renda como o Crédito de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (EITC, na sigla em inglês) ou o Crédito Fiscal das Famílias (FTC, na sigla em inglês) nos EUA e no Reino Unido que tornam suas economias mais competitivas em relação às outras que não têm esses programas. Portanto, nós, nos países em desenvolvimento, deveríamos utilizar programas similares ou ainda melhores. Um instrumento ainda melhor que o EITC ou FTC é a renda básica incondicional. Há alguma prova disso? O fato de que o Alaska, depois de 29 anos da aplicação de um dividendo igual pago a todos os habitantes, tornou-se o estado mais equitativo entre todos os 50 estados dos EUA, sem dificultar o crescimento de sua economia, é um resultado excelente. O coeficiente de Gini dos EUA em 2011 era de 0,47. O mais alto era o do Distrito da Columbia, de 0,533. No Alaska, era somente de 0,40.

Por fim, é bem mais fácil para todos compreender que todos temos o direito a participar na riqueza da nação, de forma equitativa, pelo menos de forma parcial, por meio de uma Renda Básica de Cidadania incondicional.

Tornar a Renda Básica uma realidade no Brasil

No Brasil, poderíamos considerar a instituição da Renda Básica de Cidadania (RBC) como algo em consonância com os valores defendidos pelas comunidades indígenas, pelos quilombolas e abolicionistas e por todos os pesquisadores e cientistas que lutam pela criação de uma nação justa.

Da mesma forma que os primeiros programas de renda mínima vinculados a oportunidades educa-

cionais tiveram início localmente, em Campinas e no Distrito Federal, é possível dar início à Renda Básica de Cidadania em comunidades e municípios.

Consideremos o exemplo da Recivitas – Instituto pela Revitalização da Cidadania, uma organização que criou uma biblioteca e uma brinquedoteca gratuitas na Vila de Paranapiacaba (Serra do Mar, 1.200 habitantes). A instituição recentemente propôs a criação da RBC. A presidente da Recivitas Bruna Augusto Pereira e o coordenador Marcos Brancaglione dos Santos, aguardam agora que o prefeito de Santo André, execute o projeto. Enquanto esperam, deram início a uma experiência pioneira em outro município, Quatinga Velha, onde, desde o início de 2009, eles pagam R$ 30, ou US$ 18, mensais a 83 pessoas. Isso é possível graças às contribuições voluntárias de vários cidadãos.

Outra experiência promissora ocorre em Santo Antonio do Pinhal, na Serra da Mantiqueira, a 177 km de São Paulo, com 6.560 habitantes. Lá, em 29 de outubro de 2009, a Câmara Municipal, por votação unânime dos seus nove vereadores, aprovou o projeto de lei municipal para a criação de uma Renda Básica. O referido projeto foi apresentado pelo prefeito José Augusto Guarnieri Pereira do PT. Dos 5565 municípios brasileiros, foi o primeiro a aprovar uma lei instituindo a RBC. O artigo 1º da lei diz o seguinte:

> *"Com o objetivo de transformar Santo Antonio do Pinhal em um Município que harmoniza o desenvolvimento socioeconômico sustentável com a aplicação dos princípios de justiça, que signifiquem a prática da solidariedade entre todos os seus moradores, e sobretudo garantir maior grau de dignidade a todos os seus habitantes, fica instituída a Renda Básica de Cidadania (RBC) de Santo Antonio do Pinhal. Tal medida constituir-se-á no direito de todos os residentes registrados ou residentes no Município por pelo menos cinco anos, não obstante sua condição socioeconômica, de receber um benefício monetário."*

Exatamente como na lei federal, a lei municipal acima referida declara que a RBC será alcançada de forma gradativa, com prioridade para os segmentos mais necessitados da população. Para financiar o pagamento da RBC, um Fundo Municipal será criado.

A fim de viabilizar a RBC para todo o país, contudo, seria necessário coletar uma grande quantidade de recursos. Se a RBC quiser representar um avanço, ainda que modesto, em relação ao Programa Bolsa Família, o Brasil deveria começar com um valor no mínimo mais alto do que a média paga pelo Bolsa Família, ou seja, 120 reais por família, o que significa algo em torno de 40 reais por pessoa em uma família de três membros. Assim, se considerarmos uma RBC de 40 reais, isto significaria 240 reais por mês para uma família de 6 membros. Em 12 meses, o valor anual seria de 480 reais por pessoa. Se considerarmos que a população brasileira está na iminência de atingir 191 milhões em 2011, teríamos necessidade de 91,68 bilhões de reais, algo em torno de 2,71% do PIB de 3,338 trilhões de reais, ou 2,287 trilhões de dólares em 2010, cerca de 6,7 vezes o orçamento do Bolsa Família, que é de 13,6 bilhões de reais em 2010, ou seja, um salto considerável.

Na verdade, em função das novas medidas anunciadas, o valor inicial da RBC deveria ser de pelo menos R$ 70 por mês ou R$ 840 por ano para 191 milhões de brasileiros, ou seja, um valor de R$ 169,44 bilhões.

Os valores de R$ 40, ou US$ 20, ou mesmo R$70, ou US$ 35 por mês, são modestos, mas com o tempo e com o progresso do país e a crescente aprovação da população, a RBC poderia ser de R$100, depois de R$1000 e assim por diante. Um jeito de viabilizar isso seria a criação do Fundo Brasileiro de Cidadania, de acordo com o Projeto de Lei nº 82/1999, que apresentei ao Senado. Já foi aprovado por consenso pelo Senado, e está em tramitação na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado pela Comissão da Família e Seguridade Social. Esse fundo seria constituído de 50% dos recursos gerados pela autorização ou concessão da exploração de recursos naturais; 50% das receitas de aluguéis de imóveis do governo federal, que pertencem a toda a população; 50% das receitas geradas por concessão, serviços, obras públicas e outros recursos. O total gerado pelos investimentos dos recursos do Fundo, tal qual o Fundo Permanente do Alaska, seria usado para pagar a RBC a todos os residentes no Brasil.

A legislação sobre o Fundo de Cidadania do Brasil está à espera de aprovação pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Um novo relator foi indicado, o deputado federal Cláudio Puty (PT-PA). Ele poderá apresentar um relatório favorável desde que seja autorizado pelo Poder Executivo. Isso não é tão fácil, apesar de eu sempre afirmar que estou a disposição para aceitar quaisquer sugestões para tornar a proposta viável, tal como diminuir as proporções apresentadas na proposta. É importante considerar que o Congresso aprovou em 2010 a iniciativa do presidente Lula de regulamentar os recursos oriundos do petróleo encontrado na camada do Pré-Sal no Oceano Atlântico. A legislação tem como principais objetivos a erradicação da pobreza, a expansão das oportunidades educacionais, o progresso científico e tecnológico e melhores atividades ambientais e cultu-

rais. Há um forte litígio, entretanto, entre os deputados das Unidades da Federação, ou seja, dos vinte e seis estados e do Distrito Federal, em como distribuir os recursos oriundos da exploração do pré-sal. A maneira como serão distribuídos tais recursos é objeto de nova legislação a ser decidida no segundo semestre de 2012.

Outra alternativa promissora foi sugerida pelo professor Philippe Van Parijs, ao citar o excelente livro de Edward Glaeser *The Triumph of the City* ("O Triunfo da Cidade", Penguin, 2011, p. 221):

> "Um ambientalismo inteligente precisa abraçar incentivos (...) Em todo o mundo, podemos adotar um imposto sobre emissão global que cobra das pessoas por seus atos danosos oriundos de suas emissões de carbono (...) os opositores da forte presença do estado se preocupam de forma compreensível que esse tipo de política se torne simplesmente outra fonte de renda para o governo, mas essa preocupação pode ser diminuída com um compromisso público de reduzir os impostos para os cidadãos como dividendo da energia, da mesma forma que o estado do Alaska paga a cada um de seus cidadãos um dividendo anual de todas as receitas".

Quanto mais pessoas compreenderem como a RBC poderia contribuir para a construção de um Brasil justo e mais civilizado, mais vozes dirão ao presidente, aos governadores e prefeitos: "É uma boa proposta. Vamos colocá-la em prática imediatamente".

Conclusão: Quais são as perspectivas imediatas?

Durante o IV Congresso Nacional do PT em Brasília, de 19 a 21 de fevereiro de 2010, pelo voto unânime de 1350 delegados, o texto a seguir foi acrescido ao Programa Nacional de Dilma Rousseff, que se tornou candidata à presidência por consenso:

> *"A Grande Transformação*
> *O crescimento acelerado e a luta contra as desigualdades raciais, sociais e regionais, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável serão o eixo da estrutura do desenvolvimento econômico.*
> *19) A expansão e o fortalecimento do consumo de bens populares, que produz um impacto positivo sobre o sistema de produção, será atingido por meio da:*
> **a)** *...*
> **f)** *Melhora permanente dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para erradicar a fome e a pobreza, para facilitar o acesso da população ao emprego, educação, saúde e rendas mais elevadas;*
> **g)** *Transição do Programa Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania (RBC), incondicional, como um direito de cada pessoa a participar da riqueza da nação, tal como estabelecido pela lei nº 10.835/2004, de iniciativa do PT, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 8 de janeiro de 2004".*

Seria racional que o Bolsa Família e os programas sociais do estado se tornassem unificados, pois são parecidos. Ambos poderiam ter os valores aumentados e incluir mais pessoas, de modo a criar uma RBC.

Representará um enorme desafio para uma instituição de 150 anos de existência, como a Caixa Econômica Federal, uma *Caisse des Dépôts*, administrar o direito incondicional de todos os 191 milhões de brasileiros, ainda mais no futuro. Mas para uma instituição que foi capaz de aumentar o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, de 3,5 milhões de famílias em dezembro de 2003 para 13 milhões em dezembro de 2011, o que corresponde a cerca de 50 milhões de habitantes, e de maneira tão eficiente, administrar a Renda Básica de Cidadania para todos os brasileiros, é um objetivo viável. Meu propósito é ajudar a presidente Dilma Rousseff e seus ministros a tomar as medidas necessárias para instituir a Renda Básica de Cidadania até 2014.

> **(Fim da minha palestra para o Projeto NO-POOR. Minha apresentação oral será de 20 minutos, conforme estabelecido pela organização. A dissertação a seguir contém informações completas sobre as origens da proposta da Renda Básica e sua elaboração, inclusive o mundo Árabe e a África, principalmente o Iraque e a Namíbia)**

Bibliografia

CASTRO, Josué (1951). Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro, Editora da Casa do Estudante do Brasil.

FRIEDMAN, Milton (1962). Capitalismo e liberdade. Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1975.

INSTITUTO CIDADANIA (2001). Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo. Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães.

LAVINAS, Lena (2001). The appeal of minimum income programmes in Latin America. ILO Brasil Regional Office – World Bank Agreement. SES (Seeking Distribuive Justice – Basic Security for All) n. 7.

MEADE, James Edward (1989). Agathotopia: the economics of partnership. Aberdeen, Aberdeen Univeristy Press.

RAWLS, John (1971). A theory of Justice. Cambridge, MA: Harvard University Press

SEN, Amartya (1999). Development as Freedom. New York: Knofp.

_____(2009) The Idea of justice. Great Britain, Penguin Books

SILVEIRA, Antônio Maria (1975). "Moeda e redistribuição da renda". Revista Brasileira de Economia, abr/jun. [Reproduzido em Silveira (1981). Moeda e redistribuição de renda. Rio de Janeiro. Edições Multiplic.]

VAN PARIJS, Philippe (2001). What's Wrong with a Free Lunch? Foreword by Robert M. Solow. New Democracy Forum Series. Boston, Beacon Press.

_____ (1995). Real freedom for all: what (if anything) can justify capitalism? Oxford, Oxford University Press.

VAN PARIJS, Philippe & VANDERBORGHT, Yannick (2006), *Renda Básica de Cidadania, argumentos éticos e econômicos,* Rio de Janeiro, Record

Boas notícias sobre o avanço da Renda Básica Incondicional

Parte da palestra ministrada durante o 10º Congresso Norte-Americano sobre a Garantia da Renda Básica Incondicional Nova York, 27 de fevereiro de 2011

Eduardo Matarazzo Suplicy

As pessoas que estavam presentes ao Congresso de Garantia de Renda Básica dos Estados Unidos (US-BIG na sigla em inglês), ocorrido em Washington D.C., em 2004, lembrar-se-ão de que, em uma de nossas conferências mais importantes, tive a honra de compor a mesa com o ex-governador do Alasca, Jay Hammond (1922-2005). Na ocasião, falei sobre o desenvolvimento da proposta de uma Renda Básica de Cidadania no Brasil. Falei que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia sancionado a Lei 10835/2004, que institui a RBC, passo a passo, de acordo com os critérios do Executivo, beneficiando primeiramente as pessoas mais necessitadas, da mesma forma que o faz o Programa Bolsa Família, até o dia em que tivermos uma renda igual para todos como direito a participar da riqueza da nação. Jay Hammond fez seu discurso sobre como ele havia primeiramente proposto a criação de um fundo que pertenceria a todos na vila de pescadores da Baía de Bristol e como, em 1976, como governador, ele propôs que as pessoas separassem 25% dos *royalties* provenientes da exploração de recursos naturais para construir o que se tornou a história bem sucedida do sistema do Fundo Permanente de Dividendos do Alasca. Naquele dia, perguntei a Jay Hammond se ele havia lido, antes de fazer as propostas, o ensaio *Agrarian Justice (*"Justiça Agrária") de Thomas Paine, escrito em 1795 e dirigido à Assembléia Nacional da França. Hammond não havia lido. Mencionei, e ele se mostrou feliz por isso, pois havia colocado em prática as ideias expressas dois séculos antes por um dos ideólogos mais importantes das Revoluções Americana e Francesa. Mais do que isso, Hammond me disse que, da mesma forma que eu estava tentando fazer com que o Iraque seguisse o exemplo do Alasca, ele também estava tentando persuadir seu colega do Partido Republicano, o presidente George W. Bush, a propor que os iraquianos seguissem o exemplo do Alasca, já que possuíam muitas reservas de petróleo.

Bem, as pessoas que estavam aqui em Nova York em 2009 lembrar-se-ão de que lhes contei sobre minha viagem ao Iraque, em janeiro de 2008. Convidado pelo presidente do Conselho de Deputados do Iraque, passei dois dias em Bagdá, conversando com vários ministros e membros do parlamento sobre como eles poderiam democratizar e pacificar aquela nação por meio da introdução de uma Renda Básica de Cidadania, que faria com que todos sentissem que participavam da riqueza da nação. Mostrei aos senhores o vídeo de quando cheguei lá, muito bem protegido por um capacete e um colete à prova de balas. Em fevereiro de 2011, em Brasília, fui convidado para almoço com o embaixador do Iraque no Brasil, com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque e com dois principais assessores do presidente iraquiano. Eles queriam me dizer que as propostas por mim apresentadas em Bagdá, em 2008, haviam sido, recentemente, tema de uma mensagem enviada pelo presidente Jalal Talabani, para apreciação do Parlamento, para instituir que as reservas de petróleo do Iraque pertencem ao povo e às províncias, e que cada família iraquiana deveria ter o direito de receber cerca de US$ 65 por mês, o que significaria aproximadamente de US$ 15 a US$ 20 mensais para todos os 30 milhões de iraquianos. No dia 5 de janeiro de 2012, o senhor Jalal Jamed Dawwod Chaya, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Iraque-Brasil, enviou a lei, que se encontra anexa, sobre Gás e Petróleo, na Arábia, já aprovada pelo Conselho de Deputados do Iraque, que agora está

sendo examinada pelo presidente para ser sancionada, provavelmente, em março de 2012.

No Congresso de Renda Básica dos Estados Unidos de 2009, Guy Standing falou sobre a experiência pioneira em fase de implantação na aldeia rural de Otjivero, na região de Omitara, na Namíbia, a 100 km de Windhoek, a capital do país. Standing sugeriu que todos os presentes naquele momento contribuíssem para o fundo que foi criado a partir de contribuições voluntárias de cidadãos da Namíbia, de outras pessoas mundo afora e de contribuições de igrejas alemãs, que foram convencidas a ajudar, principalmente, pelos esforços do bispo Zephania Kameeta, presidente da Coalizão da Namíbia em Prol da Concessão da Renda Básica. De 6 a 12 de fevereiro de 2011, visitei a Namíbia para ver com meus próprios olhos os resultados da concessão de mil dólares namibianos por mês (cerca de US$ 13) para os quase mil habitantes de Otjivero, que faziam jus a esse direito, se estivessem morando lá desde dezembro de 2007. Os residentes receberam esse valor no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2009. A partir de janeiro de 2010, o valor diminuiu para 80 dólares namibianos por mês. Fomos do aeroporto de Windhoek diretamente a Otjivero junto com o bispo Kameeta, Dirk, Claudia Haarmann e outros entusiastas da Coalizão da Namíbia em Prol da Concessão da Renda Básica, acompanhados pelo embaixador brasileiro na Namíbia, José Vicente Lessa. Quando chegamos, por volta das 13 horas e debaixo de um sol escaldante, saímos dos carros para andar junto ao povo, que nos recebeu com músicas e danças, até pararmos debaixo de uma grande acácia, onde mais de 300 pessoas esperavam sentadas para falar conosco.

Disse-lhes como estava feliz por vivenciar aquela experiência, uma vez que, no Brasil, uma lei que instituía a Renda Básica de Cidadania, que seria instituída gradualmente, havia sido aprovada. Disse, também, que estava estimulando experiências locais, como a de implementar a renda básica. Por outro lado, pude ver o quanto eles queriam que as autoridades namibianas do poder executivo, assim como as autoridades da Assembléia Nacional, conhecessem as vantagens do que estava ocorrendo, de forma a realmente abraçar a causa e implementá-la em toda a Namíbia.

O Bispo Kameeta nos contou como a experiência de Otjivero tinha feito com que compreendêssemos melhor o milagre da multiplicação do pão e do peixe. Na Galileia, quando os apóstolos chamaram a atenção de Jesus para o fato de que 5000 pessoas que ouviam a palavra estavam cansadas e famintas, Ele disse aos discípulos que dessem comida ao povo. Mas só temos cinco pães e cinco peixes, eles disseram. Jesus então, não disse às pessoas que alguns deles mereciam e outros não; que algumas delas deveriam formar uma fila e outras não. Ele simplesmente disse para que distribuíssem igualmente entre todos. A partir desse momento, um novo sentido de solidariedade surgiu, de modo que cada um começou a ofertar aos outros qualquer coisa que pudesse. Uma vez que uma nova demanda, ainda que modesta, começou a surgir naquele vilarejo, na Namíbia, algumas pessoas começaram a cultivar hortaliças e frutas, outras faziam pão, produziam tijolos, roupas e assim por diante. As atividades econômicas e o empreendedorismo começaram a desenvolver-se, o desemprego diminuiu, a desnutrição praticamente desapareceu, as crianças começaram a frequentar mais a escola, a evasão escolar diminuiu de 40% para zero, a criminalidade diminuiu 42%, um novo sentimento de ajuda surgiu, de uma forma que as pessoas ajudavam quem estivesse doente a ir ao hospital e assim por diante.

Visitei as casas e pude ver uma mulher que cultivava mais de 10 tipos de hortaliças e frutas em torno da casa; outra acordava às 5h da manhã para assar pães no forno de sua própria casa, para serem vendidos a um dólar namibiano; as outras costuravam roupas; outras ainda produziam tijolos e assim por diante. Visitei a clínica e a escola primária do vilarejo para cerca de 350 crianças. Decidi voltar na terça-feira seguinte para falar novamente com eles e visitar as crianças em um dia de aula. Todas de uniforme, cantaram para nós belas canções, como África, África, África. Li para elas uma história em quadrinhos de um dos melhores cartunistas brasileiros, Ziraldo, que me havia sido oferecido como presente para as pessoas entenderam melhor o que é a renda básica. Eles gostaram muito do desenho. Em retribuição, cantei para elas a música “Blowin’ in The Wind”, de Bob Dylan. Em Windhoek, participei de reuniões com o presidente Hifikepunye Pohamba, com o primeiro-ministro Nahas Angula, o ministro de Comércio e Indústria, Hage Geingob, e o ministro da Saúde e Assuntos Sociais, Richard Kamvi, o diretor da Comissão Nacional de Planejamento, Tom Alwendo, o presidente da Câmara, Theo-Ben Gurirab, e o líder da bancada da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO na sigla em inglês) e Peter Katjavivi, no Parlamento. Falei para todos eles sobre a relevância daquela experiência pioneira e os bons resultados que ela estava mostrando para todos nós que acreditamos na Renda Básica nos cinco continentes. Também tive a oportunidade de participar de grandes conferências da Igreja Luterana de Katutura, uma grande região popular de Windhoek, bem como de outras conferências organizadas pela Fundação Friedrich Ebert.

As origens da proposta começam com a história da humanidade

É uma proposta sensata. Seus fundamentos surgiram durante o desenrolar da história do ser humano e estão presentes em todas as religiões e no pensamento de filósofos, economistas e pensadores de várias correntes.

Quando vocês saíram de casa hoje, saíram pela janela ou por outro lugar?

Pela porta? Bem, tal como disse Confúcio 520 anos antes de Cristo "a incerteza ainda é até pior que a pobreza" e "pode alguém sair de casa sem ser pela porta?"

Queremos demonstrar que, se quisermos eliminar a pobreza absoluta, tornando-nos uma sociedade mais equitativa e mais justa, garantindo dignidade e liberdade real para todos na sociedade, a instituição da Renda Básica de Cidadania é uma solução tão simples como sair de casa pela porta.

Trezentos anos antes de Cristo, na sua obra "Política", o filósofo Aristóteles ensinava que a política é a ciência que mostra como alcançar uma vida justa para todos – o bem comum. Para isso, é necessária uma justiça política, que deverá ser precedida de uma justiça distributiva, que torna mais iguais aqueles que são tão desiguais.

Qual é a palavra hebraica mais citada na Bíblia Sagrada, 513 vezes no Antigo Testamento? É Tzedaka, que significa justiça social, justiça na sociedade, que era o grande anseio do povo judeu, bem como do povo palestino.

No Novo Testamento, nos Atos dos Apóstolos podemos observar que eles decidiram juntar tudo o que tinham e viver solidariamente, de forma a prover a cada um de acordo com suas necessidades. Nas parábolas de Jesus, tal como a do "Senhor da Vinha", encontramos princípios semelhantes. O dono da vinha contratou vários trabalhadores rurais durante o dia. Com cada um deles acordou o valor que ambos consideraram justo. Ao fim da jornada ele começou a pagar, começando com os que haviam chegado por último e dando a todos o mesmo valor. Quando chegou a vez do primeiro trabalhador, este se queixou: você está me pagando o mesmo valor que pagou ao que chegou por último e eu trabalhei muito mais do que ele. E o dono da vinha respondeu: mas não entendes que eu estou pagando exatamente o que nós concordamos ser o valor justo e que aquele que chegou por último também tem o direito de receber o suficiente para atender às necessidades da sua família?

Na Segunda Epístola de São Paulo aos Coríntios, São Paulo recomenda a todos que sigam o exemplo de Jesus. Apesar de muito poderoso, Jesus decidiu juntar-se aos pobres e viver entre eles. Como está escrito, para que haja justiça e igualdade: "O que muito colheu não teve de mais; e o que colheu pouco não teve de menos."

Da mesma forma, os seguidores de Muhammed, do Alcorão e do Islamismo adotam princípios semelhantes nesse aspecto. No Hadith, o segundo dos quatro califas, Omar, afirmou: "Quem possuir muitos bens deverá separar uma parte para o que tem pouco ou não tem nada".

No Budismo, o Dalai Lama, na sua *Ethics for the New Milenium (*"*Ética para o Novo Milênio*") afirma que para aceitar o consumo luxuoso dos muito ricos, deveremos primeiro garantir a sobrevivência de toda a humanidade.

Ao avançar na História, deparamo-nos no princípio do séc. XVI com os ensinamentos de um grande humanista, Thomas More. Em 1516, ele escreveu um livro muito importante, a "*Utopia*", um lugar onde tudo funciona. No livro, há um relato de um diálogo sobre a pena de morte que, introduzida na Inglaterra, não contribuiu para a redução dos crimes violentos. Assim, o personagem comenta que, em vez de infligir essas horríveis punições àqueles a quem não resta outra alternativa senão a de se tornar primeiro ladrão e depois cadáver, seria muito melhor garantir a sobrevivência de todos. Com base nessa reflexão, um amigo de Thomas More, Juan Luis Vives, apresentou a primeira proposta de renda mínima para o prefeito da cidade de Bruges, um tratado sobre a subvenção aos pobres, no qual pela primeira vez ele propunha a garantia de uma renda mínima.

Dois séculos mais tarde, Thomas Paine, considerado um dos principais ideólogos das revoluções americana e francesa, falando à Assembleia Nacional da França, em 1795, sobre justiça agrária, argumentava que a pobreza é criada pela civilização e pela propriedade privada. Na América, onde ele havia estado antes da independência, ele não tinha visto tanta privação e pobreza quanto nas aldeias e cidades europeias. Mas considerava ser de bom senso que todo aquele que cultivasse a terra e acrescentasse alguma melhora tivesse o direito de receber o resultado desse cultivo. Contudo, ele deveria separar uma parte dessa renda para um fundo comum. Acumulado, esse fundo deveria pagar um capital e uma renda básica a cada residente do país, não como ato de caridade, mas como direito de todos a participar da riqueza da nação, que lhes foi tirada com a instituição da propriedade privada. Essa era uma proposta para todos os países.

Outro inglês, professor primário, Thomas Spence, num panfleto publicado em Londres com o título *The Rights of Infants (*"*Direitos das Crianças*", 1797), propôs que cada cidade tivesse leilões para cobrir todas as despesas públicas, aí incluídas as construções e a

manutenção dos imóveis, bem como os impostos pagos ao governo, com distribuição trimestral, em partes iguais, do excedente entre todos os residentes, garantindo sua subsistência.

Em 1848, Joseph Charlier, em sua obra *Solution du problème social*, afirmou que todos os homens têm direito a usufruir dos recursos naturais criados pela Providência para que possam prover às suas necessidades. Na obra *Principles of Political Economy (*"Princípios da Economia Política, 1848), o economista e filósofo inglês John Stuart Mill defendeu a atribuição a cada pessoa de um valor mínimo de subsistência, tivesse ou não a capacidade de trabalhar.

Joseph Charlier viveu em Bruxelas, mesma cidade e não muito longe de onde Karl Marx e Friedrich Engels escreveram o Manifesto Comunista, em 1948, como me mostrou Philippe Van Parijs. Mais tarde, eles escreveram os volumes de "O Capital". Em 1875, Karl Marx escreveu "Crítica ao Programa de Gotha", onde declarava que em uma sociedade mais madura as pessoas vão se comportar de tal maneira que serão capazes de adotar como moto: "de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades".

Certa vez, quando ministrei uma palestra para uma organização de trabalhadores rurais e para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Cândido Mendes de Almeida, seu presidente, chamou minha atenção para o fato de que eu não precisava citar Karl Marx para argumentar a favor da renda garantida, já que a proposta foi muito bem defendida por São Paulo na Segunda Epístola aos Coríntios. Desde então, eu sempre cito os dois.

No século XX, filósofos e economistas de várias tendências, após examinar diversas ideologias e propostas, chegaram a uma conclusão comum, como mostrado por Bertrand Russel, em 1918, na obra *Roads to Freedom: Socialism, Anarchism and Syndicalism* ("Caminhos para a Liberdade: Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo").

O Plano que defendemos reduz-se essencialmente a isto: que uma renda pequena e certa, suficiente para prover as necessidades, deveria ser garantida a todos, quer trabalhem ou não, e uma renda maior – tanto maior quanto o permita a quantidade total de bens produzidos – deveria ser proporcionada aos que estiverem dispostos a dedicar-se a algum trabalho que a comunidade reconheça como útil.

Em 1920, no seu *Scheme for a State Bonus (*"*Programa para Receber um Bônus Estatal*", o casal Dennis e Mabel Milner propunham que:

> "Todo indivíduo, a todo tempo, deveria receber de um fundo central uma pequena soma em dinheiro suficiente para manter a vida e a liberdade se tudo o mais falhasse; toda pessoa deveria receber uma parte de um fundo central, de maneira que todos tivessem um tipo de renda, com a qual contribuíssem de forma proporcional a sua capacidade."

Em 1937, a grande economista Joan Robinson em sua obra *Introduction to the Theory of Full Employment* ("*Introdução à Teoria do Pleno Emprego*") sugeriu que aos sábados se distribuísse a todos uma libra esterlina. Seu colega na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, James Edward Meade, que também era amigo de John Maynard Keynes, e que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1977, foi um dos defensores da Renda de Cidadania. Desde que escreveu *A Guide of Economic Policy for a Labor Government* ("*Guia de Política Econômica para um Governo Trabalhista*") em 1935 até os trabalhos mais maduros como a trilogia sobre Agathotopia, em 1989, 1992 e 1995, ele elaborou uma bela argumentação.

Meade relatou sua longa jornada em busca da Utopia. Por mais que tentasse, não conseguiu encontrá-la. No caminho de volta, entretanto, deparou-se com a Agathotopia. Um economista que se tornou seu amigo disse-lhe que os agathotopianos que sabiam onde ficava Utopia, mas que não iriam contar, pois havia uma grande diferença entre eles e os utopianos. Esses eram seres humanos perfeitos, que viviam num lugar perfeito, enquanto os agathotopianos eram seres humanos imperfeitos, que cometiam suas bobagens e perfídias, mas que, afinal, tinham conseguido construir um bom lugar para viver.

Meade observou que, em Agathotopia, eles haviam criado instituições e soluções sociais que eram as melhores e que permitiam, simultaneamente, alcançar os objetivos de liberdade, no sentido de cada um poder trabalhar conforme sua vocação e poder gastar o que recebe no que bem lhe aprouver; a igualdade, no sentido de não haver grandes disparidades de renda e de riqueza; e a eficiência, no sentido de se alcançar o maior padrão de vida possível com os recursos e a tecnologia vigentes.

E quais eram essas soluções? Flexibilidade de preços e de salários para alcançar a eficiência na alocação de recursos; formas de associação entre empreendedores e trabalhadores, de maneira que os trabalhadores fossem contratados não apenas por salários, mas também por participação na produção; e finalmente, um dividendo social para prover uma renda garantida para cada cidadão. Meade propõe que se chegue a esses objetivos por passos graduais, mas firmes.

O maior economista do século XX, John Maynard Keynes, em 1939, na sua obra *How to Pay for the War?* ("*Como Pagar pela Guerra?*"), publicado no jornal "The Times", procurou persuadir seus compatriotas, antes de entrar na guerra, de que eles deveriam se aprontar para a defesa e, também, para separar cerca de 2% do PIB, ou seja, 100 milhões de libras esterlinas à época, de um total de 5 bilhões de libras esterlinas, para assegurar a todas as pessoas uma renda básica.

Abba Lerner, que trabalhou com Oskar Lange na obra *On the Economic Theory of Market Socialism* ("*Sobre a Teoria Econômica do Socialismo de Mercado*"), em 1944, publicou *The Economics of Control: Principles of Welfare Economics* ("A Economia de Controle: Princípios da Economia do Bem-Estar Social"), onde propõe a instituição de uma soma fixa na forma de imposto de renda negativo para todos.

Outros economistas laureados com o Prêmio Nobel de Economia, defensores do sistema de mercado, argumentaram a favor da renda mínima garantida para aqueles que não têm o necessário para sua subsistência. Assim também o fez Friedrich Hayek, em *The Road to Serfdom*" ("*O Caminho da Servidão*"), em 1944. George Stigler, em *The Economics of Minimum Wage Legislation* ("A Economia da Legislação do Salário Mínimo", em 1946, publicado na "*American Economic Review*" nº 36 de 1946, observou que, se quisermos erradicar a pobreza absoluta e promover o emprego, melhor que uma renda mínima seria a instituição de um imposto de renda negativo que oferecesse uma renda mínima àqueles que não ganhassem o necessário com seus rendimentos próprios. O mesmo tema foi popularizado de forma bem didática por Milton Friedman, em *Capitalism and Freedom* ("*Capitalismo e Liberdade*"), em 1992. Também o Nobel de Economia, James Tobin, nas décadas de 60 e 70, realizou grande esforço na elaboração e defesa de uma renda mínima garantida por meio de um imposto de renda negativo. Tobin era em muitos aspectos diferente de Friedman, pois defendia as propostas de Keynes. Em 1972, James Tobin assessorou o candidato democrata George McGovern na elaboração da proposta de um "*Demogrant*" de US$ 1.000 por ano para todos os americanos, exatamente o conceito da renda básica.

James Tobin, Paul Samuelson, John Kenneth Galbraith, Robert Lampman, Harold Watts e outros 1.200 economistas, em 1968, enviaram um manifesto ao Congresso Americano em favor da adoção de uma renda garantida complementar. Em 1969, o Presidente Richard Nixon convidou Daniel Patrick Moynihan, arquiteto dos programas sociais dos governos de John Kennedy e Lyndon Johnson, para elaborar o Plano de Assistência Familiar, que instituía uma renda mínima garantida por meio de um imposto de renda negativo. O plano foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas foi rejeitado pelo Senado. Nessa época, quem envidou grandes esforços em defesa de uma renda garantida foi Martin Luther King Jr., o que se pode observar nos seus vários ensaios publicados em 1997, sob o título *Where Do We Go From Here: Chaos or Community*? ("Para onde Vamos Daqui para a Frente: Caos ou Comunidade?"), onde afirma: "Agora estou convencido de que a abordagem mais simples provará ser a mais eficaz – a solução para a pobreza é aboli-la de forma direta por meio de uma medida atualmente muito discutida: a renda garantida."

Em 2005, quando estava nos EUA, telefonei ao ex-senador McGovern, que tinha perdido as eleições presidenciais para Richard Nixon em 1972, para lhe dizer que o Brasil tinha aprovado a instituição da Renda Básica de Cidadania, um conceito semelhante ao que ele defendia em 1972. Ele ficou feliz com a notícia e me disse: "As pessoas dizem que eu era um homem com ideias avançadas para o meu tempo".

Em 1974, o Congresso americano aprovou uma proposta de imposto de renda negativo parcial apenas para aqueles que trabalham e não atingem certo nível de renda, com o nome de Crédito Tributário por Renda Recebida ("*Earned Income Tax Credit – EITC*"), que teve um importante desdobramento. Esse complemento de renda beneficia hoje mais de 23 milhões de famílias e ultrapassa em média dois mil dólares por ano. Esse plano foi agregado ao Programa de Auxílio às Famílias com Filhos Menores, substituído em 1996 pelo Programa de Ajuda Temporária a Famílias Necessitadas, pelo Auxílio Desemprego, pelos Cupons de Alimentação e pela Seguridade Social. Nas últimas décadas, quase todos os países europeus criaram programas de garantia e transferência de renda, tais como a Renda Mínima de Inserção na França, o Programa de Renda Mínima Familiar em Portugal e benefícios para crianças de forma geral. Nos países latino-americanos, programas de transferência condicional de renda se disseminaram, tais como o *Oportunidades* no México, o *Chile Solidário* no Chile, o *Jefes y Jefas Del Hogar* e, mais recentemente, o *Assignación Familiar* na Argentina, o *Avancemos* na Costa Rica e o *Ingresso Ciudadano* no Uruguai.

Em 1986, na cidade de Louvain, na Bélgica, um grupo de cientistas sociais, economistas e filósofos, dentre eles Philippe van Parijs, Guy Standing, Claus Offe e Robert van der Veen, fundaram a BIEN (*Basic Income European Network*), a Rede Europeia da Renda Básica, com a finalidade de criar um fórum de debate sobre as formas de transferência de renda em vários países e propor que em cada país seja instituída uma

Renda Básica Incondicional. Desde então, a BIEN tem realizado congressos internacionais a cada dois anos. Em 2004, durante o congresso realizado em Barcelona, e como estavam presentes pesquisadores dos cinco continentes, decidiu-se alterar a designação da BIEN para Rede Mundial de Renda Básica. Por ocasião do 12º. Congresso Internacional da BIEN, em Dublin, em junho de 2008, foi perguntado a nós, brasileiros, se poderíamos sediar o próximo evento, o 13º Congresso Internacional da BIEN. Ficou então decidido que o 13º Congresso seria realizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA-USP, e de fato foi realizado com grande sucesso entre os dias 30 de junho e 2 de julho de 2010. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a diretoria executiva da BIEN, em 29 de junho, para uma audiência de 90 minutos na qual explicou os avanços de seu governo na erradicação da pobreza.

No início da década de 1960, o prefeito de uma aldeia de pescadores observou que uma grande quantidade de riqueza era produzida sob a forma de pescado, mas que muitos dos habitantes da aldeia eram ainda pobres. Assim, o prefeito falou aos habitantes sobre a criação de um imposto de 3% sobre o valor do pescado a fim de instituir um fundo de propriedade de toda a comunidade. Ele teve de enfrentar uma resistência enorme: "Outro imposto? Sou contra".

Levou cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituído, o imposto foi tão bem sucedido que, dez anos mais tarde, esse prefeito foi eleito governador do estado do Alasca, onde uma enorme reserva de petróleo havia sido descoberta no final da década de 1960. Em 1976, o governador Jay Hammond disse aos seus 300 mil co-cidadãos: "Não deveríamos pensar apenas na nossa geração, mas também na próxima. O petróleo, tal como outros recursos naturais, não é renovável. Por isso, vamos separar uma parte dos royalties oriundos da exploração dos recursos naturais para a constituição de um fundo que pertencerá a todos os residentes do estado do Alasca". A proposta foi aprovada por 76 mil votos a favor e 38 mil contra, uma razão de 2 para 1. De acordo com a lei, 25% da renda derivada da exploração de recursos naturais são separados e investidos em títulos do governo americano, ações de empresas sediadas no Alasca, contribuindo assim para diversificar a economia do estado, em ações de empresas americanas e internacionais, incluindo algumas das 30 empresas mais rentáveis do Brasil, tais como a Petrobrás, Vale do Rio Doce, Itaú e Bradesco, o que significa que nós, brasileiros, estamos contribuindo para o êxito desse sistema. O capital do Fundo Permanente do Alasca aumentou de US$ 1 bilhão no início da década de 1980, para US$ 40 bilhões nos últimos anos. Em 2009 e 2010, esse valor caiu devido à crise econômica, mas já está em fase de recuperação.

Qualquer pessoa que residisse no Alasca por um ano ou mais, mesmo que tivesse viajado no decorrer do período, poderia preencher formulário de uma página, entre 1º de janeiro e 31 de março, informando o endereço comercial e residencial, o número de membros da família até 18 anos, não sendo necessário informar sua renda ou patrimônio, além de outros dados e o testemunho de duas pessoas sobre a veracidade das informações. Quem assim procedeu a partir do início da década de 1980, todos os anos até o início de outubro, recebeu na sua conta bancária, por transferência eletrônica, ou por cheque enviado à sua residência, primeiro cerca de US$ 300 e gradualmente um valor maior até atingir US$ 3269 por pessoa em 2008. É interessante verificar que os dividendos estipulados pelo Fundo Permanente do Alasca em 2008 foram estabelecidos em US$ 2069. Considerando que os preços de fontes energéticas como o petróleo aumentaram muito naquele ano, a governadora Sarah Palin determinou o pagamento extra de US$ 1200, oriundos do orçamento estadual do Alasca, a todos os habitantes. Gostaria de perguntar a Sarah Palin porque ainda não propôs uma Renda Básica para todo o país. Em 2009, o valor caiu para US$ 1305, devido à crise econômica que afetou a economia e reduziu os preços do petróleo e das ações na Bolsa de Nova York.

Conforme o estudo do Professor Scott Goldsmith, da Universidade do Alasca, em Anchorage, apresentado no IX Congresso Internacional da BIEN, em 2002, em Genebra, o Fundo Permanente do Alasca distribuiu cerca de 6% do Produto Interno Bruto, nos últimos 28 anos, a todos os habitantes do estado – hoje um total de cerca de 700 mil, dos quais 611 mil cumpriram com as exigências em 2008 – tornando o Alasca o mais igualitário entre os 50 estados dos EUA.

No período de 1989-99, enquanto a renda familiar per capita dos 20% das famílias mais ricas dos EUA aumentou 26%, a renda per capita dos 20% mais pobres aumentou 12%. No estado do Alasca, devido aos dividendos pagos igualmente a todos os seus habitantes, o aumento da renda familiar per capita dos 20% das famílias mais ricas foi de 7%. O aumento da renda familiar per capita dos 20% das famílias mais pobres foi de 28%, ou seja, quatro vezes mais. Isso significa que a experiência teve imenso êxito no objetivo a que se propunha – criar uma sociedade mais justa. Esses resultados foram mostrados por Scott Goldsmith em sua palestra durante o XI Congresso Internacional da BIEN, em Genebra, em 2002. Goldsmith mencionou que, hoje em dia, constitui suicídio político para qual-

quer liderança no Alasca propor o fim do sistema do Fundo Permanente de Dividendos do Alasca.

Gostaria de congratular Karl Widerquist, Michael Howard e Scott Goldsmith por suas iniciativas em organizar o Workshop sobre o Dividendo do Fundo Permanente do Alasca, no dia 22 de abril de 2011, em Anchorage, assim como por terem escrito um livro sobre esse belo exemplo. Tal iniciativa deve ser conhecida em todo o planeta.

Em 1999, os professores da Universidade de Yale, Bruce Ackerman e Ann Alstott, publicaram o livro "The Stakeholder Society" (A Sociedade das Partes Interessadas). Com base na proposta de Thomas Paine, propuseram que todos nos Estados Unidos, ao completarem 21 anos, recebessem um capital básico de 80 mil dólares para iniciar a sua vida adulta, com a possibilidade de gastar esse valor no que quisessem, concluir seus estudos, fundar uma empresa ou qualquer outra coisa. Um dos seus alunos de pós-graduação, membro da Fabian Society, apresentou a ideia ao seu amigo pessoal, o ex-Primeiro-Ministro Tony Blair. Quando Blair anunciou que a sua esposa Cherie estava grávida do seu quarto filho, Alexander, ele afirmou que daquele momento em diante cada criança nascida na Inglaterra receberia por ocasião do nascimento e ao completar 6, 11 e 16 anos, um depósito bancário nos valores de 250, 50, 50 e 50 libras esterlinas, respectivamente. Se a família da criança tivesse uma renda familiar anual inferior a certo nível, cerca de 17 mil libras esterlinas, esses valores passariam a ser de 500, 100, 100 e 100 libras, respectivamente. A medida que esses depósitos rendessem juros, quando a criança fizesse 18 anos, teria à sua disposição um valor de cerca de 4 ou 5 mil libras esterlinas, a título de direito de participação na riqueza da nação. Com o nome de Fundo Fiduciário para a Criança ("Child Fund Trust"), essa lei foi aprovada pelo Parlamento do Reino Unido em 13 de maio de 2003. Finalmente, a proposta de Thomas Paine, formulada em 1975, foi aplicada em sua terra natal, ainda que de forma modesta. O atual Governo Conservador do Reino Unido, devido à crise econômica, decidiu abolir o Fundo Fiduciário para a Criança.

No Brasil, poderíamos considerar a instituição da Renda Básica de Cidadania como algo em consonância com os valores defendidos pelas comunidades indígenas, pelos quilombolas e abolicionistas e por todos os pesquisadores e cientistas que lutam pela criação de uma nação justa no Brasil. Entre eles podemos citar Caio Prado Junior, Milton Santos, Josué de Castro e Celso Furtado. Em 1956, Josué de Castro, autor das obras "*Geografia da Fome*" e "*Geopolítica da Fome*", quando deputado federal pelo PTB, em um discurso sobre a desigualdade de renda na Câmara dos Deputados, afirmou: *"Defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que têm todos os brasileiros de ter um mínimo necessário para sua subsistência".*

Fiquei satisfeito por participar, em abril de 2011, da Conferência sobre Garantia de Renda Básica dos Estados Unidos e Canadá em Montreal. É importante lembrar que quando o Major Clifford H. Douglas criou o Movimento em favor de um Crédito Social, na Inglaterra, o que era uma forma de renda básica, teve grande repercussão em diversos países, particularmente na província de Alberta, no Canadá, onde o Partido do Crédito Social foi criado em 1935. Recentemente a Província de Alberta decidiu pagar a todos os seus habitantes dividendos equitativos graças aos bons resultados obtidos com as receitas da exploração de petróleo naquele ano. Até onde sei, entretanto, essa iniciativa não teve continuidade. É muito relevante que a experiência pioneira e bem sucedida de uma renda básica no mundo exista no estado norte-americano do Alasca, vizinho ao Canadá. Os resultados positivos daquela experiência, como mencionados acima, deveriam, obviamente, incentivar o povo dos EUA e do Canadá a seguir esse exemplo.

Também fiquei satisfeito por participar do Encontro Ecumênico sobre Garantia de Renda Básica em Munique, em junho de 2011, que conclamou tantos interessados na construção de uma sociedade justa, onde todos pudessem participar da Mesa da Fraternidade. É bom saber que as Igrejas Alemães estão trabalhando para realizar uma experiência pioneira de Renda Básica na vila de Otjivero/Omitara, na Namíbia. Também, que a proposta de Renda para Todos ("Einkommen für Alle"), como defendido desde os anos 80 pelo Professor Clauss Offe e, mais recentemente, no livro do Professor Götz W. Werner, está se disseminando por toda a Alemanha e pelo mundo.

Também foi bom ter estado em Seul, em janeiro de 2010, com o professor Philippe Van Parijs no Congresso Internacional Sul-coreano de Rede de Renda Básica. O professor Guy Standing nos informou que participou, em março último, no 1º congresso japonês da BIEN, no Japão, com 250 participantes.

Uma experiência de grande pioneirismo também está ocorrendo no Irã desde que uma nova lei foi promulgada, de acordo com a qual, a fim de compensar o fim dos subsídios oriundos das fontes de energia, o governo decidiu pagar o equivalente a US$ 80 a cada dois meses para todos os 70 milhões de cidadãos. É uma experiência que deveria ser seguida com grande zelo por todos interessados na renda básica. Essa informação foi fornecida pelo professor Hamid Taba-

tabai, em seu trabalho para o XIII Congresso Internacional da BIEN

É ótimo saber que cerca de 192 trabalhos de especialistas de 31 países de todos os continentes foram apresentados e debatidos na XIII Conferência Internacional da BIEN, realizada na Universidade de São Paulo nos dias 1º e 2 de julho de 2010. A maioria desses trabalhos pode ser lida no site http://www.bien2010brasil.com, e mais informações podem ser obtidas nos sites http://www.basicincome.org e http://www.senado.gov.br/eduardosuplicy. Gostaria de convidá-los para participar do XIV Congresso Internacional da BIEN, a ser realizado em Munique, na Alemanha, em setembro de 2012

Foi um ótima experiência ter sido convidado, juntamente com o professor Philippe Van Parijs, pelo Grupo de Teatro Flamengo, em 21 de dezembro de 2010, para proferir uma palestra especial sobre a Erradicação da Pobreza Absoluta e sobre a Perspectiva da Renda Básica para todos os que trabalham no teatro e para participantes de movimentos sociais em Bruxelas, na Bélgica.

Tenho certeza de que em breve, a Namíbia será capaz de expandir a Renda Básica de Cidadania dos 1000 cidadãos de Otjivero para os 2,2 milhões de habitantes do país em um prazo razoável. Boas notícias estão vindo do Irã e do Iraque. A boa nova está sendo levada a todos os lugares graças aos esforços de pessoas como Philippe Van Parijs, Guy Standing, Karl Widerquist, Clauss Offe e tantos outros. Farei o melhor possível para ajudar a presidente Dilma Rousseff e seus ministros a tomar as medidas necessárias para instituir a Renda Básica de Cidadania até 2014.

Bibliografia

ACKERMAN, Bruce e ALSTOTT, Anne (1999). *The stakeholder society.* New Haven, Yale University Press

ALCORÃO SAGRADO. O significado dos versículos. Tradução de Samir El Hayek. São Paulo, MarsaM Editora Jornalística, 1994.

ALMEIDA, Evaristo (2000). Programas de garantia de renda mínima – inserção social ou utopia. São Paulo, Educ.

ARISTÓTELES. Política. Brasília. Ed. UnB, 1997.

ARTHUS, Reginaldo (2000). O programa de garantia de renda familiar mínima do município de Campinas/SP: uma avaliação através da tipologia das famílias e dos critérios de permanência, emancipação e desligamento. Dissertação de Mestrado. Campinas. Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

ATKINSON, Anthony .B. (1998) Poverty in Europe. Nova York, Blackwell Publishers.

_____ (1995) Public economics in action: the basic income/flat tax proposal. The Lindahl lectures. Nova York, Oxford University Press.

ALTMEYER, Arthur J. (1966). The formative years of social security. Madison, The University of Wisconsin Press.

BACON, Francis. A Nova Atlântida. São Paulo, Nova Cultural, 1998.

BACHA, Edmar Lisboa e UNGER, Roberto Mangabeira (1978). Participação salário e voto. Um projeto de democracia para o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. Rio de Janeiro, IPEA.

BARROS, Maria Sylvia Carvalho (2000). Programa de renda mínima como alternativa para uma política de alimentação e nutrição. Araraquara. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Farmacêuticas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

BELLAMY, Edward (1988). Looking backward 2000-1887 (Com Prefácio de Erich Fromm). Nova York, Signet Classic.

BETTO, frei.(2000). Fome de pão e de beleza. São Paulo, Siciliano.

BLAUG, Mark. (1964) "The poor law reexamined". Journal of Economic History, junho, 14, p. 229-454.

BLINDER, Alan and YELLEN, Janet Louise. (2001) Fabulous decade: macroeconomic lessons from the 1990's. New York, A Century Foundation Report.

BOFF, Leonardo (2000). Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro, Letraviva Editorial.

BRESSON, Yoland (1996). "Le revenue d´existence ou la métamorphose de l´être social". L´Esprit frappeur nº 78, Paris, L´Esprit frappeur.

_____ (1996). "Le revenue d'existence: réponse aux objections". In: Revue du MAUSS semestrielle. Vers un Revenu Minimum Inconditionnel nº 7, Premier Semestre 1996.

BRITTAIN, Samuel (1995). Capitalism with a Human Face. Aldershot, Edward Elgar.

BUENO, Eduardo (1998). Náufragos, traficantes e degredados. Coleção Terra Brasilis, vol. II, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva.

CAMARGO, José Márcio (1991). “Pobreza e garantia de renda mínima”. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 de dezembro.

_____ (1993). “Os Miseráveis”. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 de março.

CLASTRES, Pierre, HURLEY, Robert e STEIN, Abe (1987). Society agaisnt the State. Cambridge MA, The MIT PRESS.

CASTRO, Josué (1951). Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro, Editora da Casa do Estudante do Brasil.

_____ (1946). A Geografia da fome. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CHARLIER, Joseph (1848). Solution du problème social ou constitution humanitaire. Basée sur la loi neturelle, et précédée de l’exposé de motifs. Bruxelles, Chez tous les libraires du Royaume; [Solução do problema social ou constituição humanitária]

_____ (1894). La Question sociale résolue, précédée du testament philosophique d’un penseur. Bruxelles, Weissenbruch. [A questão social resolvida, precedida de um testamento filosófico de um pensador]

CHAUI, Marilena (1994). História da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo, Brasiliense.

_____ (1999). A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa. São Paulo, Companhia das Letras,

COLE, George D.H. (1929). The next ten years in british social and economic policy. London, Macmillan.

_____ (1935). Principles of Economic Planning. London, Cassel&Co.

COSTANTIN, Paulo Dutra (2000) Renda mínima no Brasil: avaliações de modelos implantados e dos modelos de James Meade. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas.

CONFÚCIO. O livro das explicações e respostas em 20 capítulos. São Paulo, Landy Livraria e Editora, 2001.

COURNOT, Augustin (1838). Recherches sur les principes mathématiques de la théorie des richesses. Paris, Librarie Hachette (New Edition, Paris, Marcel Riviere, 1933).

CUNLIFE, John e ERREYGERS, Guido (1999). O enigmático legado de Fourier. Do direito ao mínimo à renda básica. Trabalho apresentado na Conferência de HES, Greensboro, Carolina do Norte, Junho 1999.

Cury, Samir (1996). Programas de transferência direta de renda no Brasil. Brasília, IPEA.

CURY, Samir e EISSA, Nada (1998). “Programa de transferência de renda para o Brasil e a experiência dos Estados Unidos.” In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). Garantia de renda mínima: ensaios e propostas. Brasilia, IPEA.

DAVIDSON, Greg e DAVIDSON, Paul (1988). Economics for a civilized society. London, Macmillan.

DALAI LAMA (2000). Uma ética para o novo milênio. Rio de Janeiro, Sextante, 2000, 5a Ed.

DICKENS, Charles (1938). Oliver Twist. New York, Bantam Books, 1º Ed., 1994.

DRÁIBE, Sônia, FONSECA, Ana e MONTALI, Lilia (1998). “Programas de renda mínima para famílias carentes: levantamento das experiências e metodologia de avaliação”. In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). Garantia de renda mínima: ensaios e propostas. Brasilia, IPEA.

EUZEBY, Chantal (1991). La revenu minimum garanti. Paris, Editions La Découverte.

FALEIROS, Vicente (1997). “Renda mínima: uma avaliação”. In: SPOSATI, Aldaíza (org.) (1997). Renda mínima e a crise mundial, saída ou agravamento? São Paulo, Cortez.

FERRY, Jean Marc (1995). La allocation Universelle. Pour une revenu de citoyneté. Paris, Cerf.

FONSECA, Ana M. M. (2001). O debate sobre família e a política de renda mínima. São Paulo, Cortez.

FRIEDMAN, Milton e FRIEDMAN, Rose (1998). Two Lucky people: Memoirs. Chicago, The University of Chicago Press.

FRIEDMAN, Milton (1962). Capitalismo e liberdade. Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1975.

FURTADO, Celso (1968). Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro, Editora Saga.

GALBRAITH, John Kenneth (1966). A view from the stands: of people, politics, military power, and the arts. Boston, Houghton Mifflin Company [Tradução brasileira: Uma visão de Galbraith sobre pessoas, políticos, poder militar e as artes. Selecionado e editado por Andrea D. Williams. São Paulo, Pioneira, 1989].

_____ (1975). A Economia e o objetivo público. São Paulo, Livraria Martins Editora.

_____ (1980). A era da incerteza. São Paulo, Pioneira.

GALLIE, Duncan e PAUGAM, Serge (eds.) (2000). Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe. London, Oxford University Press.

_____ (2000). Unemployment, welfare regimes and social exclusion. Presentation of Results of TSER Proj-

ect “Employment Precarity, Unemployment and Social Exclusion (EPUSEF)”. Workshop on Unemplyoment, Work and Welfare (UWWCLUS), Brussels, November.

GEORGE, Henry (1879). Progress and poverty: an inquiry in the cause of industrial depressions and of increase of want with Increase of wealth... the remedy. New York, Robert Schalkenbach Foundation, 1992.

GOSSERIES, Axel e Vanderborght Yannik (2011) “*Arguing about justice”*, Universitaires de Lovain

GLAESER, Edward (2011) *Triumph of the City,* Penguin Press, New York

GUIBENTIF, Pierre e BOUGET, Denis (1997). As políticas do rendimento mínimo na União Européia. Lisboa, Editora União das Mutualidades Portuguesas.

HAMMOND, Jay. H. (1994). Tales of Alaska’s Bush Rat Governor: the extraordinary autobiography of Jay Hammond, wilderness guide and reluctant politician. Seattle, Epicenter Press.

HAYEK, Friedrick A. (1944). O caminho da servidão. Porto Alegre, Editora Globo, 1977.

HENRIQUES, Ricardo (2001). “Desigualdade racial no Brasil, evolução das condições de vida na década de 90”. Texto para Discussão nº 807. Rio de Janeiro, IPEA.

_____ (org.) (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA.

HERZER, Herzer ou Sandra Mara (1982). A queda para o alto. Petropólis. Vozes, 1982.

HOWARD, Michael W e WIDERQUIST, Karl (2012) *Exporting the Alaska Model: How the Permanent Fund Dividend Can Be Adapter as Model form Reform Around the World.* New York: Palgrave-MacMillan

INSTITUTO CIDADANIA (2001). Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo. Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães.

JESUS, Carolina Maria (1963). Quarto de despejo. São Paulo, Ática, 5a Ed., 1998.

KING Jr., Martin Luther. (1997). Where do we go from here: chaos or community? New York, Harper Row.

KEYNES, John Maynard. (1939). “How to pay for the war?” In: KEYNES, John Maynard (1972). Essays in persuasion. London, Macmillan.

LANGE, Oskar (1969). Sobre La teoria economica del socialismo. Barcelona, Ariel.

LAVINAS, Lena (2001a). “Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos”. Texto para Discussão nº 826. Rio de Janeiro, IPEA.

_____ (2001b). The appeal of minimum income programmes in Latin America. ILO Brasil Regional Office – World Bank Agreement. SES (Seeking Distribuive Justice – Basic Security for All) n. 7.

LAVINAS, Lena (coord.), BARBOSA, Maria Lígia e TOURINHO, Octávio (2001. *Assessing local minimum income programmes in Brazil.* ILO Brasil Regional Office – World Bank Agreement. SES (Seeking Distributive Justice – Basic Security for All) n.15

_____(1998). “Programas de garantia de renda minima: perspectivas brasileiras”. *Texto para Discussão n∞ 596.* Rio de Janeiro, IPEA.

Lavinas, Lena e RAMOS, Lauro (2001). People’s Secutity Survey in Latin America (Argentina, Brazil and Chile), with Ruben M. Lo Vuolo, Alberto C. Barbeito, Maria Celi Scalo, Malva Espinosa e Ninoska Damianovic. Focus Programme on Socio-Economic Security, International Labour Office, Geneva.

LAVINAS, Lena e VARSANO, Ricardo (1998). “Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza” In.: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). Garantia de renda mínima: ensaios e propostas. Brasilia, IPEA.

LAVINAS, Lena et alli (2000). “Combinando compensatória e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil”. Texto para Discussão nº 748. Rio de Janeiro,IPEA.

LENKOWSKY, Leslie (1986). Politics, economics, and welfare reform – The failure of the negative income tax in Britain and the United States. New York, University Press of America.

LERNER, Abba Ptachya (1944). The economics of control: principles of Welfare State. New York, MacMillan.

LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). Garantia de renda mínima: ensaios e propostas. Brasilia, IPEA.

LOPES, Francisco Miguel (1999). Avaliação de programas de transferência direta de renda: o caso do programa de garantia de renda familiar mínima do município de Campinas. Dissertação de Mestrado. Campinas. Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

MACEDO, Gláucia Alves (2000). Possíveis impactos dos programas de garantia de renda mínima – Brasil/1998. Belo Horizonte, Monografia para obter título de Bacharel em Ciências Econômicas na FACE/UFMG.

MALTHUS, Thomas Robert (1951). Ensayo sobre el principio de la poblacion. México, Fondo de Cultura Economica.

MARTINS, Paulo Emílio Matos (2001). A reinvenção do sertão. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.

MARX, Karl (1875). Crítica ao Programa de Gotha. Porto, Editora Portucalense,1971.

_____ (1859). A Crítica da Economia Política. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

_____ (1867). O Capital. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1848). Manifesto do partido comunista. Petrópolis, Vozes, 1998.

MC LELLAN, Davi (1973). Karl Marx: his life and thought. Nova York, Harper & Row.

MEADE, James Edward (1935). "Outline of economic policy for a labour govemment". In: HOWSON, S. (ed.) (1988). The collected papers of James Meade. Volume I, Employment and Inflation. London, Unwin Hyman.

_____ (1989). Agathotopia: the economics of partnership. Aberdeen, Aberdeen University Press.

_____ (1993). Liberty, equality and efficiency. Apologia pro Agathotopia Mea. Londres, Macmillan Press.

_____ (1995). Full employment regained? An agathotopian dream. Cambridge, Cambridge University Press.

MILL, Jonh Stuart (1776). Reflexions sur les commerce de blés. In: Oeuvres de Co Jndorcet, ed. A. Condorcet, O'Connor e M. F. Connor, and M. F. Arago (Paris,Firmin Didot, 1847-1849).

_____ (1848). Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações a filosofia social. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MILNER, Mabel e MILNER, Dennis (1918). Scheme for a state bonus. Kent, Simpkin, Marshall&Co.

MILNER, Dennis (1920). Higher production by a bonus on national outuput. A proposal form a minium income for all varying with national productivity. London, George Allen & Unwin.

MONIZ, Edmundo (1987). Canudos: a guerra social. Rio de Janeiro, Elo Editora e Distribuição, 2a Ed.

MORE, Thomas (1516). Utopia. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

MOREIRA ALVES, Márcio (1995). "A coragem de sorrir". O Globo, Rio de Janeiro, 4 de junho.

MOYNIHAN, Daniel Patrick (1973). The politics of a guaranteed income: the Nixon administration and the family assistance plan. New York, Random House.

NABUCO, Joaquim (1883). Abolicionismo. Petrópolis, Vozes, 1977.

_____ (1900). Minha formação. São Paulo, W. M. Jackson Inc. Editores, 1960.

OFFE, Claus (1998). "O novo poder". Veja, São Paulo, 04 de Abril.

_____ (1992). "A Non-productivistic design for social policies". In.: VAN PARIJS, Philippe (ed.) (1992). Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform. London, Verso. [Republicado como: OFFE, Claus (1995). "Uno diseño no productivista para las políticas sociales". In: VUOLO, Rubén Lo (org.) (1995). Contra la exclusión. La propuesta del ingresso ciudadano. Bueno Aires, CIEPP/Mino y Dávila.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme Schimura (1994). "O programa de renda garantida minima." XXII Encontro Nacional dos Pesquisadores em Economia – ANPEC, Florianopolis.

PAINE, Thomas (1796). "Agrarian Justice". In: FONER, P.F. (ed.) (1974). The life and Major Writings of Thomas Paine. Secaucus, NJ, Citatel Press, 1974.

PAUGAM, Serge (ed.) (1998). L'Europe face à la pauvreté. Les expériences nationales de revenu minimum. Paris, La Documentation Française.

PARKER, Hermione (1989). Instead of the dole, an inquiry into integration of the tax and benefit systems. London/New York, Routledge.

PICKARD, Bertrand (1919). A reasonable revolution. Being a discussion of the state bonus scheme: A proposal for a national minimum income. London, George Allen & Unwin.

PIZA, Daniel (org.) (1996). O teatro das idéias. Prosa crítica de Bernard Shaw. São Paulo, Companhia das Letras.

PLATÃO. República. Brasilia, UnB, 1996.

_____. As Leis. Bauru, Edipro, 1999.

PRADO JR., Caio (1942). Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

POLANYI, Karl (1947). A Grande transformação: as origens políticas e econômicas de nosso tempo. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.

RAVENTÓS, Daniel (1999). El derecho a la existencia. La propuesta del subsidio universal garantizado. Barcelona, Ariel.

RAWLS, John (1971). Uma teoria da justiça. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

RAGO, Margareth (1997). "Trabalho feminino e sexualidade". In: PRIORI, Mary del (1997). História das mulheres no Brasil. São Paulo, Ed. Contexto/Unesp.

RICARDO, David (1817). Princípios de economia política e tributação. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

ROBINSON, Joan (1972). "The second crisis of economic theory". Princeton, NJ, The American Economic Review: Papers and Proceedings. May.

_____ (1937). Introdução a teoria do emprego. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.

RAMOS, Carlos Ramos (1998). "Programa de garantia de renda mínima". In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). Garantia de renda mínima: ensaios e propostas. Brasilia, IPEA.

ROCHA, Sônia (2001). Workfare programmes in Brazil: na evaluation of their performance. ILO Brasil Regional Office – World Bank Agreement. SES (Seeking Distribuive Justice – Basic Security for All) n. 13.

_____ (2000a). "Applying minimum income programs in Brazil two case studies: Belém and Belo Horizonte". Texto para Discussão nº 746. Rio de Janeiro, IPEA.

_____ (2000b). "Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real". Texto para Discussão nº 721. Rio de Janeiro, IPEA.

_____ (1998). "Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95". Texto para Discussão nº. 567, Rio de Janeiro, IPEA.

ROTHSCHILD, Emma (2000). "Security and laissez-faire". Boston Review, Boston, Vol. 25, nº. 5, October/November.

RUSSEL, Bertrand (1918). Os caminhos para a liberdade: socialismo, anarquismo e sindicalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

SABÓYA, João e ROCHA, Sônia (1998). "Programa de renda mínima; linhas gerais de uma metodologia de avaliação a partir do estudo do DF." In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). Garantia de renda mínima: ensaios e propostas. Brasilia, IPEA.

SEN, Amartya (1997). Desigualdade reexaminada. São Paulo, Editora Record, 2001.

_____ (1999). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____ (2000). Sobre a ética e a economia. São Paulo, Companhia das Letras.

_____ (2009). A Ideia de Justiça, Companhia das Letras.

SILVA, Maria Aparecida Moraes (1997). "De colona a bóia-fria". In: PRIORI, Mary del (org.) (1997). História das mulheres no Brasil. São Paulo, Ed. Contexto/Unesp.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (1997). Renda mínima e reestruturação produtiva. São Paulo, Cortez Editora/Editora da Universidade Federal do Maranhão.

SILVEIRA, Antônio Maria (1975). "Moeda e redistribuição da renda". Revista Brasileira de Economia, abr/jun. [Reproduzido em Silveira (1981). Moeda e redistribuição de renda. Rio de Janeiro. Edições Multiplic.]

SIMONSEN, Mario Henrique (1993). "Pelo que o presidente Itamar deveria chorar". Exame. São Paulo, Editora Abril, Ano 25, nº 7.

SMITH, Adam (1776). A Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

SPOSATI, Aldaíza (org.) (1997). Renda mínima e a crise mundial, saída ou agravamento?. São Paulo, Cortez Editora.

STANDING, Guy (1999). Global labour flexibility: seeking distributive justice. New York, Ed. St. Martins Press.

_____(2011). *The Precariat, The New Dangerous Class.* Bloomsbury Publishing PLC, London, New York

STIGLER, George (1946). "The economics of minimum wage legislation". American Economic Review. Princeton, NJ, nº 36, p.358-65.

SOARES, Sergei Dillon (2000). "O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens black people, mulheres brancas e mulheres negras". Texto para Discussão nº 769. Brasília, IPEA.

SUAREZ, Marcus Alban (1998). Economia e Tecnologia, Do Desenvolvimento com Pleno Emprego ao Crescimento sem Emprego. Tese de Doutoramento na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade na Universidade Estadual de São Paulo (FEA/USP).

SUPLICY, Eduardo Matarazzo (2000). "A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho da eqüidade". Revista Estudos Avançados. São Paulo. Instituto de Estudos Avançados/USP nº 40, de setembro/dezembro.

_____ (1998). Renda mínima, discussões e experiências. Conferência Internacional. Brasília, Senado Federal.

_____ (1995). "Agathotopía: liberdade, igualdade e eficiência". Revista de Economia Política. São Paulo, Brasiliense. vol. 15, nº 2 (58), abril-junho.

_____ (1994). "A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil". Revista de Economia Política. São Paulo, Brasiliense, vol. 14, nº 1 (53), jan/mar.

_____ (1991). Programa de garantia de renda mínima. Brasília, Senado Federal.

_____ (1991). "A construção de uma política econômica civilizada. Revista de Economia Política. São Paulo,

Editora Brasiliense. Vol 11, nº.4 (44), outubro-dezembro. [Aula Magna proferida na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em 07 de março de 1991].

_____ (1989). "Um simpósio sobre a distribuição da renda". Revista de Economia Política. São Paulo, Editora Brasiliense. vol. 9, nº 1, janeiro/março.

_____ (1988). Da distribuição da renda e dos direitos à cidadania. São Paulo, Brasiliense.

_____ (1979). Compromisso. São Paulo, Brasiliense.

_____ (1973). Os efeitos das minidesvalorizações cambiais na economia brasileira. Tese de doutorado em Economia submetida a Michigan State University. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1979.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo e CURY, Samir (1994). "A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil". Revista de Economia Política. São Paulo, Editora Brasiliense, 14(1).

THEOBALD, Robert (ed.) (1965). The guaranteed income: next step in economic evolution?. New York, Doubleday and Company, Garden City.

TOBIN, James (1965). "On the Economic Status of the Negro". Daedalus 94(4), Fall 1965, 878-98.

_____ (1970). "Raising the Incomes of the Poor". In: GORDON, K. (ed.) (1970). Agenda for the Nation. Washington, DC, Brookings Institution.

_____ (1987). Policies for Prosperity: Essays in a keynesian mode. Cambridge, MA, The MIT Press.

TABATABAI, Hamid (2010_ "The "Basic Income" Road to Reforming Iran's Subsyd System", 13 *Congresso da BIEN,* USP, São Paulo.

TOBIN, James, PECHMAN, Joseph A. & MIESZKOWSKI, Peter M. (1967). "Is a Negative Income Tax Practical?". The Yale Law Journal 77(1), 1-27.

TRIER, Walter (1995). Every one a King. Leuven, Departement Sociologie, Faculteit Sociale Wetenschappen, Katholieke Universiteit Leuven.

VASCONCELLOS, Gilberto (2001). "O Administrador dos sertões". Folha de São Paulo, Caderno Mais, São Paulo, 4 de novembro.

VAN PARIJS, Philippe (2001). What's Wrong with a Free Lunch? Foreword by Robert M. Solow. New Democracy Forum Series. Boston, Beacon Press.

_____ (1995). Real freedom for all: what (if anything) can justify capitalism? Oxford, Oxford University Press.

_____ (1994). "Au delà de la solidarité. Los fondements éthiques de l'Etat-providence et de son dépaassement". Futuribles, Revista Mensal, nº 184, fevereiro, pp 5 -29. [Republicado como Más allá de la solidaridad. Los fundamentos éticos del Estado de bienestar y de su superación In: VUOLO, Rubén Lo (org.) (1995). Contra la exclusión. la propuesta del ingresso ciudadano. Buenos Aires, CIEPP/Mino y Dávila.]

_____ (ed.) (1992). Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform. London, Verso.

_____ (1991). O que é uma sociedade justa. São Paulo, Ática, 1997.

URANI, André (1998). "Renda mínima: uma avaliação das propostas em debate." In: LOBATO, Ana Lucia (org.) (1998). Garantia de renda mínima: ensaios e propostas. Brasilia, IPEA.

VANLERENBERGHE, Pierre (ccord.) (1992). RMI Le pari de l' insertion. Rapport de la commission nationale d' evaluation du revenu minimum d' insertion. Paris, Tome 1 e 2.

VUOLO, Rubén Lo (org.) (1995). Contra la exclusión. la propuesta del ingresso ciudadano. Buenos Aires, CIEPP/Mino y Dávila.

VUOLO, Rubén Lo, BARBEITO, Alberto C., Scalo, Maria Celi, ESPINOSA, Malva e Damianovic, Ninoska (2001). People's Security Survey in Latin America: Argentina, Brazil and Chile. Focus Programme on Socio-Economic Security, International Labour Office, Genebra.

WILLIAMS, Lady Juliet Rhys (1943). Something to look forward to. London, MacDonald and Co.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
S/PARTIDO - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
VAGO*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (5,12)
RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (14,16)

Leitura: 16/03/2011
Instalação: 27/04/2011
Prazo final: 06/09/2011
Prazo prorrogado: 15/04/2012
Prazo prorrogado: 30/06/2012
Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (17)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) (13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (17)	
(3,11)	

Notas:
*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 061 33033514
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (4)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp (1)
RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011
Designação: 21/09/2011
Instalação: 18/10/2011
Prazo final: 25/05/2012
Prazo prorrogado: 24/06/2012

MEMBROS

Gilson Dipp
VAGO (2)
Antonio Nabor Areias Bulhões
Emanuel Messias Oliveira Cacho
Gamil Föppel El Hireche
José Muiños Piñeiro Filho
Juliana Garcia Belloque
Luiza Nagib Eluf
Luiz Carlos Gonçalves
Luiz Flávio Gomes
Marcelo André de Azevedo
Marcelo Leal Lima Oliveira
Marcelo Leonardo
VAGO (3)
Técio Lins e Silva
Tiago Ivo Odon
Marco Antonio Marques da Silva

Notas:
*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.
**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.
***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.
****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.
*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

*******. Em 22.05.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012/GMGD, de 9.05.2012, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por trinta dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 22.05.2012.
1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.
2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECP, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.
3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECP, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 061 33033501
E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012
Instalação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012
Designação: 07/03/2012
Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) (13)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) (7)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) (10)
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) (7)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (1)	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)
Senador José Agripino (DEM) (3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (5)	
Senador Fernando Collor (PTB) (2)	1. Senador Gim Argello (PTB) (2)
Senador Blairo Maggi (PR) (4)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) (4)
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu (8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedidda pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 04/04/2012
Prazo final: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1.

Notas:
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012
Designação: 15/03/2012
Instalação: 12/04/2012
Prazo final: 10/06/2012
Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim
Bernardo Appy
João Paulo dos Reis Velloso
Everardo Maciel
Ives Gandra da Silva Martins
Adib Jatene
Luís Roberto Barroso
Michal Gartenkraut
Paulo de Barros Carvalho
Bolívar Lamounier
Fernando Rezende
Sérgio Prado
Manoel Felipe do Rêgo Brandão
Marco Aurélio Marrafon

Notas:
*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012
Instalação: 17/04/2012
Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Paulo Davim (PV) (2)
Senador Luiz Henrique (PMDB) (2)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (14)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (34)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (35)	6. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (30)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) (4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (2)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,33)
Jayme Campos (DEM) (31)	5. Clovis Fecury (DEM) (5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (30)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) (27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) (7)	4. Alfredo Nascimento (PR) (22)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSD PSOL (25)

Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT) (3)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (2)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Lindbergh Farias (PT) (4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) (8)	2. Cristovam Buarque (PDT) (7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (9)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (19)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (23)	
Waldemir Moka (PMDB) (24)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (7,18,24)
Paulo Davim (PV) (2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) (24)
Romero Jucá (PMDB) (3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) (24)
Casildo Maldaner (PMDB) (24)	4. Eduardo Braga (PMDB) (24)
Ricardo Ferraço (PMDB) (24)	5. Roberto Requião (PMDB) (24)
Ana Amélia (PP) (15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) (11,24)
VAGO (24)	7. VAGO (24)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) (10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) (8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (23)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) (1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) (25)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) (20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (7)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (2)

Notas:
1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)

VICE-PRESIDENTE: (2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (7)	
VAGO (5,6)	1. VAGO (3)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (5)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. n° 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) (1)

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (3)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).
2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. n° 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (24)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (8)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (8,10)
Jorge Viana (PT) (6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (25,26,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (7)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (33,34)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (39)	
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	1. Roberto Requião (PMDB) (2,4,16,21,28,40)
Pedro Simon (PMDB) (3,17,40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,16,37,40,47)
Romero Jucá (PMDB) (40)	3. Eduardo Braga (PMDB) (14,16,40)
Vital do Rêgo (PMDB) (40)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16,40)
Renan Calheiros (PMDB) (21,40)	5. Lobão Filho (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	7. Benedito de Lira (PP) (40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (9)
José Agripino (DEM) (18,43)	4. Paulo Bauer (PSDB) (19,43,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (39)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (41,42,44)	1. Kátia Abreu (30,31,32,38,41,42,44)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
44. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO (2)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (18)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (44)	
Roberto Requião (PMDB) (46)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,32,42,46)	2. VAGO (46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (31,34,43,46)	4. VAGO (46,49)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. VAGO (46,49)
Romero Jucá (PMDB) (46,49)	6. VAGO (23,46,49)
Valdir Raupp (PMDB) (46,49)	7. VAGO (11,46)
Waldemir Moka (PMDB) (46,49)	8. (46)
Ciro Nogueira (PP) (46,49)	9. (46)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (44)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,45)
Magno Malta (PR) (12,27)	3. Antonio Russo (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (27)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL (37)	
Kátia Abreu (PSD) (35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (12,16,41)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (39)	
Luiz Henrique (PMDB) (17)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (22,23)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO (33,34,38)
Ivo Cassol (PP) (13,14,24,27)	6. VAGO (9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) (20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (39)	
Gim Argello (PTB) (1,26)	1. João Vicente Claudino (PTB) (2)
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL (36)	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (6)	1. Kátia Abreu (PSD) (5,6,10,35)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

36. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (1,3,6,8,14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (16)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (15)	
VAGO (13)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (11)	2. Waldemir Moka (PMDB) (7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (15)	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollembeerg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (7)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) (7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (6)	
Blairo Maggi (PR) (4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) (7)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir

Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,2,3)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Jorge Viana (PT) (9)	1. Anibal Diniz (PT) (9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (11)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (10)	
Sérgio Souza (PMDB) (2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) (12)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (10)	
Blairo Maggi (PR) (7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1,4,9)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,12)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Cristovam Buarque (PDT) (3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (16)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) (15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (16)	
Vicentinho Alves (PR) (11,17)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
17. Em 30.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 177/2012/CMA e OF. Nº 054/2012/GLBUF/SF).
*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (43)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
VAGO (1,13,28,29,30,42)	2. VAGO (39)
VAGO (32,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,31)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (43)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (2)	1. Gim Argello (PTB) (47)
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Sérgio Petecão (PSD) (4)	1. VAGO (5)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
Sérgio Souza (PMDB) (6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) (18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (17)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) (16)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (23)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO (13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (11)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (23)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
**********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
***********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (8)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (7)	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (11)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (14)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (14)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (21,22)
Acir Gurgacz (PDT) (32)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (19)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (26)	
Valdir Raupp (PMDB) (27)	1. Romero Jucá (PMDB) (27)
Waldemir Moka (PMDB) (27)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) (27)	3. Roberto Requião (PMDB) (27)
Vital do Rêgo (PMDB) (27)	4. Francisco Dornelles (PP) (10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) (27)	5. Clésio Andrade (PMDB) (12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) (27)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (27)
Ciro Nogueira (PP) (27)	7. Ivo Cassol (PP) (16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Jayme Campos (DEM) (30)	4. VAGO (30)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (26)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kátia Abreu (28,31)	1. Sérgio Petecão (6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4,5,7)
RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) (1)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)
RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) (4,5)

Notas:
1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1,22,23,28,31,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) (8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (38)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (16)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (34)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) (14)
Ricardo Ferraço (PMDB) (22,23,24,26,32,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
VAGO (17)	4. VAGO (30)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO (25,27,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO (7)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (34)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) (35)	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL (29)	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (15)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (10)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (4,6,9,11,12)	

Notas:
1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,11)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT) (12)
VAGO (10)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (9)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
11. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Zeze Perrella (PDT) (2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (12)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (9)
VAGO (8)	2. VAGO (10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2,39)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,24)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (40)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (38)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (38)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)
Alfredo Nascimento (PR) (25,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) (25)
PSD PSOL (33)	
Sérgio Petecão (PSD) (31)	1. Kátia Abreu (PSD) (32)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (25)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (25)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,18)	2. João Ribeiro (PR) (18)
PSD PSOL (21)	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (7,8)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) (9)	1. Sérgio Souza (PR) (10)
João Alberto Souza (MA) (5)	2. VAGO (6)
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO (2)
Romero Jucá (RR)	4. VAGO (1)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (4)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO) (11)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 28/06/2012

Notas:

1. Em 30.05.2012,vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3°, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (6,17)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (17)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO (9,16)
PT
Ana Rita (ES) (10)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (2)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
VAGO (8,14,15)
PP
Ciro Nogueira (PI) (1)
PDT
Zeze Perrella (MG) (13)
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
VAGO (4,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (12)
PSC

Eduardo Amorim (SE) (7)
PSD
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT,conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (22)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (22)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (5)
PT
Jorge Viana (AC) (7)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (9)
PTB
Armando Monteiro (PE) (10)
DEM
José Agripino (RN) (8)
PR
VAGO (11,20,21)
PP
Ivo Cassol (RO) (15)
PDT
Acir Gurgacz (RO) (17,23)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (12)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
VAGO (13,14)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (1,18,19)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (2,16)
PSD

PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)

PV
Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 28/06/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
14. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
17. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
19. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
23. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (12)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (14)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Humberto Costa (PE) (7)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (3)
PTB
Gim Argello (DF) (4)
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) (6)
PP
Ana Amélia (RS) (11)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (8)
PSB
João Capiberibe (AP) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (5)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (9)
PSC
PSD

Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (10)

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (14)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Paulo Paim (RS) (11)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (3)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (6)
DEM
Clovis Fecury (MA) (12)
PR
Vicentinho Alves (TO) (1)
PP
Ciro Nogueira (PI) (9)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (13)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (10)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (2)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (5)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (4)
PSC
PSD

Kátia Abreu (TO) (8)
PV
Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 09/05/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO [2]

Presidente: Deputado Paulo Pimenta [4]
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima [4]
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja [4]
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves [4]

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares [6]
Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá [6]
Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty [6]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES)[7]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PV/PSC)**	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL)[5]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. [3]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD [1]	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Sena do Federal), foi lido o Ofício n º 042/2012, da Lidera nça do PMDB, comuni cando a retirada do no me do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designa do o S enador Bene dito d e Lira, como mem bro ti tular, em substituição ao Senad or Ciro Nogueira , em 16-4-2012 (Sessão do S enado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Ju cá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013 , e o Deputado Cláudi o Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-20 12 (Sessão do Se nado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designad a a S enadora Ana Ri ta, como membro suplente, em 26-6- 2012 (Se ssão do S enado Federal) , conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) [8 e 9]
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
Edio Lopes (PMDB/RR) [2]	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) [7]
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) [7] 5.	
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) [3]	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [3]
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) [10]
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) [4]	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) [6]	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) [6]
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1.Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) [5]
PMN [1]	
[2]	[2]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-

2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PV)**	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PV)**	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	Vicentinho Alves (PR/TO)
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PV)**	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Márcio Macedo[15 e 20]
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin[15 e 20]
Relator: Senador Sérgio Souza[16 e 20]

Instalação: 10-4-2012 [15 e 20]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC)[7]	1. Wellington Dias (PT/PI)[7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)[7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ)[7]
Blairo Maggi (PR/MT)[7]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)[7]
Cristovam Buarque (PDT/DF)[7] 4.	[7 e 17]
Bloco Parlamentar **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR)[3 e 14]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB)[3]
Eduardo Braga (PMDB/AM)[3]	2. Romero Jucá (PMDB/RR)[3]
Ciro Nogueira (PP/PI)[3, 11 e 12]	3. Renan Calheiros (PMDB/AL)[3]
Sérgio Petecão (PSD/AC)[3 e 18] 4.	[3 e 19]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)[2]	1. Cyro Miranda (PSDB/GO)[2]
Jayme Campos (DEM/MT)[6 e 10]	2. José Agripino (DEM/RN)[6 e 10]
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI)[4] 1.	[8, 9 e 12]
PSOL[1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)[5] 1.	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

-

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. Francisco Praciano (PT/AM) [2]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) [2 e 11]	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2]
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) [2]	1. Rebecca Garcia (PP/AM) [2]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2] 1.	[2 e 8]
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) [2]	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) [2 e 12]
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) [2] 1.	[2 e 7]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2]	1. Sarney Filho (PV/MA) [2]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22- 3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e De signado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5 -4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011 , da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em r azão do desligamen to do Deputado Domingos Ne to, em 22- 9-2011 (Se ssão do Senado Federa l), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012 , vago em razão do afastamento do De putado Walter Ih oshi (PSD/SP), nos termos do ar tigo 230, § 2º , do Regimento In terno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Sen ado Federal), foram designados os Deputados André Za charow, como membro ti tular, e Adria n, como mem bro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4- 2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vascon cellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
	1.
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
1.	
2.	
3.	
PSDB	
1.	
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) [2]	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [2]
DEM	
1.	
PSOL [1]	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor [6]
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida [6]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) [1]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL) [2]
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [3]	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Jayme Campos (DEM/MT) [4]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) [5]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:
1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos lideres Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).
3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação da Comissão: 14-12-2011
Instalação da Comissão: 8-2-2012
Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) [10 e 11]
[11]	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. [6]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [2, 8 e 12]	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [14 e 15]
Ana Amélia (PP/RS) [3, 4, 9 e 13] 2.	
3.	
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (**PSDB / DEM**)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) [7]
PSOL [1]	
[5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB)[9]
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) [8]
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) [2 e 4]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:
1- Vaga cedida pelo PMDB.
2- Vaga cedida pelo PR.
3- Vaga cedida pelo PTB.
4- Designado o Deputado Neil ton Mulim, em 15-12- 2011 (Sessão d o Se nado Federal) , em sub stituição à De putada Lil iam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.
5- Designada a De putada Ro sinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2 012 (Se ssão do Sena do Federal), em v aga pertencente ao Dem ocratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.
6- Designada a De putada Rosane Ferreira, em 15-2- 2012 (Sessão do Sena do Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.
7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.
8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente , em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
9- Designa da a D eputada Nilda Gon dim, como membr o suple nte, em substituição à Deputada El cione B arbalho, em 15 -5-2012 (Sessão d o Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- Leitura: 19-4-2012
- Designação da Comissão: 24-4-20
- Instalação da Comissão: 25-4-201
- Prazo final da Comissão: 4-11-201

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Jorge Viana (PT/AC) [6]	2. Aníbal Diniz (PT/AC) [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO) [3]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PV)**	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Blairo Maggi (PR/MT) [2]
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) [2]
PSD [1]	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.
3- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Ricardo Berzoini (PT/SP) [4]
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) [2]
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [3,7]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB [1]	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Jô Moraes (PCdoB/MG) [5]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco Apoio ao Governo no Senado Federal.

7- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	**PRESIDENTE** José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Waldemir Moka (PMDB/MS) [1]
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	**1º SECRETÁRIO** Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	**2º SECRETÁRIO** João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	**3º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	**4º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) [2]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [3]	**LÍDER DA MINORIA** Jayme Campos (DEM/MT) [4]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) [5]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) [5]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.
2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das em presas de rádio (inciso I)		
Representante das em presas de televisão (inciso II)		
Representante de em presas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notóri o conhecimento na áre a de comunicação social (inciso IV)		
Representante da cate goria profissional d os jorn alistas (i nciso V)		
Representante da cate goria profissional d os radi alistas (i nciso VI)		
Representante da cate goria profissional d os artistas (inciso VII)		
Representante das categ orias profissionais de ci nema e v ídeo (inciso VIII)		
Representante da soci edade civil (inciso IX)		
Representante da soci edade civil (inciso IX)		
Representante da soci edade civil (inciso IX)		
Representante da soci edade civil (inciso IX)		
Representante da soci edade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião [6]
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame [6]
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia [6]

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago [10] Si	bá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow [9] Lel	o Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira [3]
Antonio Carlos Mendes Thame [2]	Luiz Nishimori [3]
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja [3]
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes [4]
Mandetta Augusto	Coutinho [5]
PR	
Paulo Freire	Giacobo
Henri	que Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo[11] Manu	ela D'ávila[12]
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé [8]	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)[7]	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB)[13]
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato n° 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
8- Vaga cedida pelo PR.
9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 536 páginas

(OS: 13040/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL